THÈSE

En vue de l'obtention du

DOCTORAT DE L'UNIVERSITÉ DE TOULOUSE

Délivré par :

Université Toulouse Jean Jaurès

Cotutelle Internationale avec l'Université de São Paulo, Brésil

Présentée et soutenue par :

Osvaldina DOS SANTOS ARAUJO

Le vendredi 15 septembre 2017

Titre :

Frontières en mouvement et échanges économico-sexuels. Dynamiques migratoires des Brésiliennes au Suriname, en passant par le Guyana et la Guyane Française

École doctorale et discipline ou spécialité :
ED TESC : Sociologie
Unité de recherche :
LISST (Laboratoire Interdisciplinaire Solidarités, Sociétés, Territoires) UMR 5193

Directeur/trice(s) de Thèse :
Angelina PERALVA, Professeur Émérite, Université Toulouse Jean Jaurès
Marcos César ALVAREZ, Professeur, Université de São Paulo, Brésil (co-directeur)

Jury :
Francis DUPUY, Professeur des Universités, Université Toulouse Jean Jaurès
Éric MACÉ, Professeur des Universités, Université de Bordeaux (rapporteur)
Bianca FREIRE MEDEIROS, Professeur, Université de São Paulo, Brésil
Adriana PISCITELLI, Directrice de Recherche, Université de Campinas, Brésil (rapporteur)
Jacqueline SINHORETTO, Professeur, Université Fédérale de São Carlos, Brésil

Fronteiras em movimento e intercâmbios econômico-sexuais. Dinâmica de mobilidade de brasileiras no Suriname, trânsitos na Guiana e na Guiana Francesa

Agradecimentos

A jornada de um doutorado é quase sempre solitária, mas não isolada, pois tantas pessoas passam pela vida da gente neste período e deixam sua contribuição, nem sempre teórica, mas que faz toda a diferença, sobretudo quando o desembarque é em terras estrangeiras. Por isso, agradecer às pessoas que estiveram presentes e de alguma forma contribuíram para esta tese é preciso: a todas, muito obrigada.

Também agradeço às seguintes instituições e pessoas:

À Universidade Toulouse Jean Jaurès (TESC-LISST-CERS) e ao Programa de Pós-Graduação em Sociologia, do Departamento de Sociologia da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo (USP), pelo acolhimento desta pesquisa em regime de cotutela.

A Angelina Peralva, pela orientação, generosidade, pelos conselhos, paciência e confiança.

A Marcos César Alvarez, por aceitar fazer parte da orientação em cotutela, pelas sugestões e confiança.

A Adriana Piscitelli e Vera Telles, pelo cuidado com que leram o trabalho de qualificação — suas observações e sugestões enriqueceram muito este trabalho.

À Francis Dupuy, Éric Macé, Bianca Freire Medeiros, Adriana Piscitelli e Jacqueline Sinhoretto, por terem aceitado participar da banca examinadora desta tese.

Às/os professoras/es e doutorandas/os do laboratório TESC-LISST-CERS da Universidade Toulouse Jean Jaurès, por terem me acolhido tão bem.

Às/aos brasileiras/os que gentilmente me receberam na Guiana, na Guiana Francesa, na Holanda e no Suriname, por me permitirem conhecer suas histórias de vida — como costumavam dizer: "como um livro aberto" —, as quais tive a oportunidade de ouvir e analisar para escrever esta tese. Muito obrigada a vocês.

A José Paulo Ribeiro, pela atenção e pelos subsídios durante a realização da pesquisa no Suriname, bem como pelo auxílio na facilitação de deslocamento nesse país.

Às embaixadas do Brasil em Paramaribo, Georgetown e Haia; à Adidância da Polícia Federal brasileira no Suriname e ao Oficialato de Ligação da Polícia Federal Brasileira na Guiana; à Fundação para o Desenvolvimento Brasileiro no Suriname (Fundação Brasur), do Suriname; às associações Développement, Accompagnement, Animation, Coopération (DAAC Guyane) e Skat Park, da Guiana Francesa; à Fundação Tenda e à Casa Brasil Holanda, da

Holanda; e às igrejas evangélicas Assembleia de Deus, Deus é Amor e Ministério de Madureira, do Suriname.

Especialmente, agradeço ao John, pela paciência e o companheirismo, pelas discussões sobre a pesquisa, por me encorajar em todo o percurso do doutorado; e ao Heitor, que mesmo não compreendendo direito o que é uma tese, teve paciência, me encorajou a concluir esta pesquisa e, mais do que ninguém, espera ansiosamente pela defesa da tese de sua mãe.

Ao meu pai Abílio, minhas irmãs Fátima, Beth, Lene, Rose e Roziane e meus irmãos Ari, Daniel, Deuzimar, Dorin, Eure, Lourival, Luiz e Pedro, que nos momentos da minha ausência, em razão da pesquisa e escrita da tese, sempre entenderam e me apoiaram.

À minha sobrinha Cléia por ter feito companhia ao Heitor durante a pesquisa de campo.

À Ivani, pelas sugestões, observações e leitura atenta da tese.

À Marcilene, pela amizade e paciência, e pelas inúmeras vezes que me auxiliou em Toulouse.

Aos membros da linha de pesquisa "Gêneros, corpos e sexualidades", do GEPEM/UFPA, especialmente Adriane, Edyr, Elane, Eli e Telma, pelos diálogos e troca conhecimento.

À secretária de gestão do LISST/CERS, Marie-Ange Parisot; à secretária da Escola Doutoral/TESC, Catherine Bernou; à responsável administrativa/TESC, Katia Dago; e a Regina Celi Sant'Ana, da Comissão de Pós-Graduação e Serviço de Pós-Graduação da FFLCH-USP, pela paciência e resolução de problemas burocráticos.

A Gustavo e Ângela, da secretaria da pós-graduação do Departamento de Sociologia da USP, pela gentileza.

A Amadeu Lima, Edyr Oliveira, Françoise Guillemaut e Felipe Fernandes, pelos diálogos e sugestões.

Ao meu amigo Paulo Junior, pelo apoio e por gentilmente me hospedar em São Paulo.

À Sarah, pelas observações e pelas contribuições na tradução da tese.

À Victoria Hoyos, pelas diversas vezes que me auxiliou nos "pequenos" detalhes burocráticos em Toulouse, e pelo acolhimento que recebi de sua família.

A Alicia, Cassiano, Cécile, Charles, Christopher, Cristina, Daniela, David, Fabiela, Filipo, Ivaldo, João, Lorenzo, Manue, Messias, Nicole e Olivier, pelos momentos de descontração, pela solidariedade e amizade.

Às/os brasileiras/os que circulam nas Guianas em busca de uma vida melhor.

Resumo

Este trabalho aborda a forma como são estruturadas as diversas lógicas e estratégias de entrada, de circulação e de fluxo fronteiriço na região das Guianas, e tem como objetivo compreender a dinâmica da circulação migratória de brasileiras/os no Suriname e a relação dessa mobilidade com a Guiana e a Guiana Francesa, analisar as lógicas, os circuitos e as dinâmicas de mobilidade de brasileiras na prostituição. A dinâmica de mobilidade ligada à prostituição foi analisada a partir da experiência das pessoas que vivenciaram o universo do mercado do sexo ou que estiveram inseridas no circuito desse espaço circulatório. O estudo é, sobretudo, qualitativo, realizado a partir de entrevistas semiestruturadas com 74 pessoas (44 mulheres, 27 homens e três travestis/transexuais), em uma abordagem etnográfica multissituada em diferentes momentos e lugares na Guiana, no Suriname, na Guiana Francesa e na Holanda. O estudo demonstra que as mulheres transitam entre várias modalidades de intercâmbio: sexuais, afetivos, materiais, econômicos e simbólicos; e que sua mobilidade é frequente tanto no que se refere à circulação espacial como à laboral. Para as brasileiras que migram para Guiana e o Suriname para atuar em clube de prostituição, a saída deste significa a transição entre *menina de club* e *ploc*, ou ter um *fixo* ou *marido*, categorias referenciais para compreender o mercado do sexo no Suriname e a dinâmica migratória delas na região das Guianas, uma vez que tais categorias giram em torno de ser mulher e estrangeira, de estar ou ser prostituta, de assumir outros papéis para tentar se distanciar de rótulos e estigmas.

Palavras-chave: prostituição, fronteiras, territórios circulatórios, garimpo, dinâmicas de mobilidade e tráfico de pessoas.

Résumé

Dans ce travail, nous aborderons la manière dont les diverses logiques et stratégies d'entrée, de circulation et de flux frontaliers dans la région des Guyanes sont structurées. L'objectif est donc de comprendre la dynamique de circulation migratoire des Brésilien-ne-s au Suriname, mais aussi la place du Guyana et de la Guyane Française dans cette mobilité. Il s'agit alors d'analyser les logiques, les trajectoires et les dynamiques de mobilité des Brésiliennes travaillant dans la prostitution. La dynamique de mobilité liée à la prostitution est ici analysée à partir de l'expérience des personnes circulant dans l'univers du marché du sexe. Cette recherche est avant tout qualitative en ce qu'elle repose sur des entretiens semi-directifs réalisés avec 74 personnes (44 femmes, 27 hommes et 3 travestis/transsexuels) et s'appuie sur une approche ethnographique multi-située dans différents moments et lieux du Guyana, du Suriname, de la Guyane Française et de Hollande. Plus précisément, cette étude montre que les femmes passent par de multiples modalités d'échange : sexuels, affectifs, matériels, économiques et symboliques. Pour les Brésiliennes qui migrent au Guyana ou au Suriname pour travailler dans les *clubs* de prostitution, leur sortie de ces derniers constitue soit une transition entre la *menina de club* et la *ploc*, soit une relation avec un *fixe* ou un *mari* – ce sont là des catégories de référence pour comprendre le marché du sexe au Suriname et la dynamique migratoire de ces femmes dans la région des Guyanes. Or, chacune de ces catégories gravite autour du fait d'être femme et étrangère, d'être prostituée ou de passer par la prostitution, ou encore d'occuper d'autres rôles pour tenter de se détacher des étiquettes et des stigmates.

Mots-clés : prostitution, frontières, territoires circulatoires, garimpo, dynamiques de mobilité et traite des êtres humains.

Abstract

This work deals with the way in which the various logics and strategies of entry, circulation and border flow in the Guianas region are structured and aims to understand the dynamics of the migration of Brazilians in Suriname and the relation between this mobility and Guyana and French Guiana, to analyse the logics, circuits and mobility schemes of Brazilians in prostitution. The system of mobility linked to prostitution was analysed from the experience of people who lived the universe of the sex market or who were inserted in the circuit of this circulatory space. The study is mainly qualitative, based on semi-structured interviews with 74 people (44 women, 27 men and three transvestites/transsexuals) in a multi-sited ethnographic approach at various times and places in Guyana, Suriname, French Guiana and Holland. The study demonstrates that women transit between various modalities of exchange: sexual, affective, material, economic and symbolic; and that their mobility is frequent both in terms of spatial and labour movement. For the Brazilians who migrate to Guyana and Suriname to work in a prostitution club, the exit of the *club* means the transition between *menina de club* and *ploc*, or a relationship with a *fixed* or a *husband*, these are reference categories to understand the sex market in Suriname and their migratory dynamic in the Guianas region. Each of these categories revolves around the fact of being female and foreign, being a prostitute or going through the prostitution, or taking on other roles to try to distance themselves from labels and stigmata.

Keywords: prostitution, borders, circulatory territories, artisanal and small-scale mining, dynamics of mobility e trafficking of persons.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO 19

Cenários e contextos da pesquisa: a entrada no campo 30
Procedimento metodológico 34
Primeiros contatos: aeroporto de Belém 44
Cruzando o rio: entre o Suriname e a Guiana Francesa 47
Percorrendo a Guiana: a circulação de brasileiras/os nas Guianas 53
Novos horizontes: desconstruindo o já conhecido 56
A Holanda: um caso em particular 58

PARTE I: MUNDIALIZAÇÃO DOS FLUXOS MIGRATÓRIOS: DISCURSOS, DISPOSITIVOS NORMATIVOS E PROSTITUIÇÃO

CAPÍTILO 1

MIGRAÇÃO CONTEMPORÂNEA: DESLOCAMENTOS E FORMAS DE MOBILIDADE 63

1.1 Comércio do sexo: sistemas jurídicos da prostituição 68
1.1.1 O deslocamento do discurso de tráfico de "escravas brancas" para o discurso de tráfico de seres humanos 72
1.1.2 Definições normativas: tráfico internacional de seres humanos 75
1.1.3 Mobilidade internacional: contrabando/tráfico de migrante (*smuggling*) 77
1.2 Dados e contextos: a visibilidade do problema do tráfico de pessoas 85
1.2.1 O discurso do tráfico de pessoas no Brasil e os instrumentos normativos 87
1.2.2 Armadilhas no percurso migratório 92

CAPÍTULO 2

MIGRAÇÃO: FORMAÇÃO DA PLURALIDADE ÉTNICA E CULTURAL DA SOCIEDADE SURINAMESA 105

2.1 A narrativa dos brasileiros: a chegada dos garimpeiros desestabiliza a migração feminina através dos clubes 110
2.1.2 Klein Belém: Belenzinho para os mais íntimos 121
2.1.3 "Não sei *taki-taki*": a língua portuguesa como principal ferramenta de comunicação 129
2.2 Os perigos da floresta: o ouro que atrai o perigo 131
2.2.1 Garimpos em pequena escala no Suriname 135
2.2.2 Um rio mais longo para atravessar: terras *Noirs Marrons* 142
2.2.3 Uma área de trabalho no garimpo: o Filão do Macu 150
2.3 O cabaré dá espaço ao sagrado 155
2.3.1 A máquina fotográfica e a espingarda de caçar passarinho 158
2.3.2 A violência como solução de conflitos: os *Noirs Marrons* fazem "barulho" e os brasileiros são "doidos" 160
2.3.3 Marcador social: a nacionalidade das mulheres 163

PARTE II: O TRABALHO NOS CLUBES DE PROSTITUIÇÃO: UMA EXPERIENCIA

CAPÍTULO 3

O MERCADO DO SEXO NO SURINAME: O HABITUAL E A TOLERÂNCIA 169

3.1 Sair do Brasil: motivação da viagem 172
3.1.1 Os filhos: a importância do suporte familiar 181
3.1.2 Relações pessoais: proximidade com a intermediária com o clube 184
3.1.3 Solicitação do passaporte e a compra da passagem: agregação de custo 192
3.2 A pauta da reunião: a dívida e o prazo para pagar 196
3.2.1 Dívidas, horários, moradia e multas: regras da engrenagem que faz o clube ganhar dinheiro 198
3.2.2 Na hora de começar: as "novatas" na prostituição 200
3.2.3 O domicílio das mulheres: os quartos para morar e/ou trabalhar 204
3.2.4 A chave do quarto: o percentual garantido do clube na relação sexual 207

CAPÍTULO 4

AS REGRAS DO CLUBE: AS MULTAS DÃO LUCRO E INCIDEM SOBRE TUDO 209

4.1 Horário de trabalho: cumpre ou paga multa 211

4.1.1 Desce para o salão ou paga multa: o período das regras femininas 213

4.1.2 O exame ginecológico obrigatório: a multa mais pesada 214

4.2 Sábado tem prestação de contas: o pagamento da habitação 218

4.2.1 Foi dada a largada: a corrida para pagar a dívida 220

4.2.2 O tempo e a dívida: tem cliente que "ajuda" 226

4.2.3 Três meses no clube: final da dívida e novos valores na habitação 231

4.2.4 O "patrão": a relação com o dono do clube 249

CAPÍTULO 5

NACIONALIDADE: AS BRASILEIRAS DOMINAM O MERCADO DO SEXO 253

5.1 Interfaces: o mercado do sexo na Guiana 259

5.2 Circulação transfronteiriça: a prostituição na Guiana Francesa 283

5.3 Holanda: intercâmbio entre clubes de trabalhadoras do sexo e a regularização na Fronteira 285

CAPÍTULO 6

CONHECIMENTO E O CONSENTIMENTO: UMA ESTRATÉGIA MIGRATÓRIA 293

6.1 Categorias presentes: apropriação da linguagem sobre tráfico de pessoas 299

6.1.1 Presença de menores nos clubes 307

6.2 Ambivalência normativa: o caminho das práticas, mediações e mediadores 313

PARTE III: INTERCÂMBIOS SEXUAIS, ECONÔMICOS E SOCIAIS: FRONTEIRAS E CIRCULAÇÃO ENTRE A "RUA" E O "MATO"

CAPÍTULO 7

"TERRITÓRIOS CIRCULATÓRIOS": CIRCUITOS DE MOBILIDADE FRONTEIRIÇA NOS GARIMPOS 319

7.1 Nos garimpos da Guiana Francesa: "todos precisam andar armados" 326

CAPÍTULO 8

PROSTITUIÇÃO NO GARIMPO: O CLUBE DÁ LUGAR AO CABARÉ 337

8.1 “Dar lucro para o cabaré”: beber e incentivar o consumo de bebida alcoólica 354

8.1.1 De grama em grama: ganhar o ouro e trocar de cabaré 356

8.1.2 Circulação no “piseiro de brasileiro”: a realização de bingos, torneios e festas de aniversário 359

8.1.3 Conflitos, tensões e violência: as relações no cabaré podem se complicar 366

8.2 Proteção e saúde: o uso de preservativos 368

8.3 “Pedra no pênis”: do diamante para objetos sem valor 372

CAPÍTULO 9

HOTÉIS E BARES: LUGARES DE DESCANSO, FESTA E PROSTITUIÇÃO NO SURINAME E NA GUIANA 383

9.1 Clubes, bares e hotéis de Paramaribo e Georgetown: locais de negociação e agenciamento de trabalhadoras do sexo para o cabaré 391

9.2 As travestis/transexuais: a sociabilidade e a visibilidade no espaço da beleza 395

CAPÍTULO 10

CATEGORIAS EM DISPUTA: A *MENINA DE CLUBE* E A *PLOC* 403

10.1 O *fixo* e a “ajuda”: fronteiras econômicas, morais, simbólicas e afetivas “borradas” 408

10.2 *Marido*: “Eu sou casada, não faço *ploc*, não” 417

10.3 Os conflitos nos casamentos mistos 423

10.4 O rótulo de *ploc*: os mecanismos de poder e de controle social sobre o comportamento das mulheres 434

10.5 A moda para a “mulher cristã”: a vestimenta como marcador simbólico da diferença 438

CONCLUSÃO 445

BIBLIOGRAFIA 463

LISTA DE TABELAS

Tabela 1: Total de mulheres, homens e travestis/transexuais brasileiros entrevistados, e países/territórios onde foram feitas as entrevistas. 38

Tabela 2: Distribuição dos homens entrevistados segundo faixa etária e nível de escolaridade. 38

Tabela 3: Distribuição das mulheres entrevistadas segundo faixa etária e nível de escolaridade. 39

Tabela 4: Distribuição das 74 pessoas entrevistadas, por ocupação. 40

Tabela 5: Destino das mulheres ao sair do Brasil. 41

Tabela 6: Presença das mulheres no Suriname e demarcadores da dinâmica de mobilidade do mercado do sexo no Suriname. 120

Tabela 7: Os responsáveis pelas crianças na ausência da mãe. 182

Tabela 8: Ano de chegada das mulheres ao Suriname por clubes de prostituição. 199

Tabela 9: Dívida das mulheres com o clube de prostituição: relação da permanência no local, quitação e ajuda (ou não) para pagá-la. 227

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1: Região das Guianas, formada pela Guiana, o Suriname e a Guiana Francesa; o quadrado delimita a região guianense, que compreende partes da Colômbia, da Venezuela, do Brasil, a Guiana, o Suriname e a Guiana Francesa (Fonte: modificado de Google Maps). 20

Figura 2: Saint Laurent du Maroni: local onde atracam canoas que fazem a travessia do rio Marowijne entre essa cidade e Albina (fronteira da Guiana Francesa com o Suriname) (2011). 50

Figura 3: Red Light District, em Amsterdam, e suas diversas janelas/vitrines destinadas à prostituição (2013). 71

Figura 4: Distribuição da população surinamesa pela composição étnica. 108

Figura 5: Paramaribo: à esquerda, Café e Restaurante Petisco; à direita, Padaria Petisco (2011). 122

Figura 6: Anúncios de produtos e serviços escritos em português afixados em comércios no Klein Belém, Paramaribo (2011). 123

Figura 7: Atacado Supermercado, em Paramaribo (2011). 124

Figura 8: Supermercado Transamérica, em Paramaribo (2011). 125

Figura 9: Açougue (*Slagerij*) Asruf, em Paramaribo (2011). 126

Figura 10: Hotel Cactus, em Paramaribo (2011). 128

Figura 11: Hotel Pérola, em Paramaribo (2011). 128

Figura 12: Clube Diamond, em Paramaribo (2011). 134

Figura 13: O garimpo Beoyo, explorado por *Noirs Marrons* no Suriname (2011). 136

Figura 14: Localização das terras dos *Noirs Marrons* no Suriname e principais áreas de garimpo do país (mapa elaborado por Richard Price e informações da tese de Rafael Oliveira para localização das principais áreas de garimpo concentradas nas terras de *Ndjuka* e *Saramaka*). 138

Figura 15: Garimpeiros *Noirs Marrons* manuseando o bico de jato d'água no garimpo Beoyo, Suriname (2011). 142

Figura 16: Lago artificial Brokopondo, Suriname (2012). 145

Figura 17: Porto de Afobaka, Suriname (2012). 145

Figura 18: Canoas com mercadorias no porto de Afobaka, Suriname (2012). 145

Figura 19: Mercadorias sendo organizadas para o transporte em moto 4x4 (o meio de transporte de pessoas e mercadorias utilizado nas áreas de garimpo) no porto de Stokampo, Suriname (2012). 146

Figura 20: As mercadorias organizadas na moto 4x4, Suriname (2012). 147

Figura 21: Banheiro improvisado na corrutela da Cláudia, garimpo do Macu, Suriname (2012). 149

Figura 22: Entrada do Filão do Macu, Suriname (2012). 151

Figura 23: Poço construído para a entrada e a saída de homens, e retirada de material (terra e pedra) no Filão do Macu, Suriname (2012). 152

Figura 24: Antena Parabólica instalada para captação de sinal de canais de TV brasileiros no garimpo Filão do Macu, Suriname (2012). 153

Figura 25: Barracos do Filão do Macu, Suriname (2012). 153

Figura 26: *Noir Marron Saramaka* e sua espingarda de caçar passarinhos, Suriname (2012). 159

Figura 27: Festa comemorativa do fim da escravidão no Suriname, no Parque das Palmeiras, em Paramaribo (2011). 164

Figura 28: Festa comemorativa do fim da escravidão na Guiana, no Parque Nacional, em Georgetown (2012). 165

Figura 29: Motivação da viagem das mulheres brasileiras entrevistadas que migraram para o Suriname via clubes de prostituição desse país. 172

Figura 30: Relação da mulher que migrou para o Suriname através de um clube de prostituição com a intermediadora do clube para a viagem. 185

Figura 31: Principais regras a serem seguidas dentro do clube. 209

Figura 32: Percentual de mulheres que receberam e de mulheres que não receberam ajuda para quitar a dívida com o clube. 227

Figura 33: Cantina de um chinês na corrutela do Macu, no garimpo do Macu, Suriname (2012). 340

Figura 34: Bares no interior de cabarés na corrutela do Macu, no garimpo do Macu, Suriname (2012). 342

Figura 35: Cabarés na corrutela do Macu, no garimpo do Macu, Suriname (2012). 342

Figura 36: Cabaré na corrutela da Cláudia, no garimpo do Alipossam, Suriname (2012).342

Figura 37: A maneira como os gramas de ouro são transportados nas corrutelas (2012). 357

Figura 38: A balança para pesar ouro (2012). 358

Figura 39: Cartaz e placa anunciando a 2ª Festa dos Motoqueiros no garimpo do Macu (Suriname), com bingo de quatro motos 4x4 (2012). 360

Figura 40: Cartazes anunciando torneios (de bilhar, de dominó, de futebol feminino e masculino) e a Festa da Cerveja no Balde (2012). 360

Figura 41: Cartazes anunciando festas em comemoração a aniversários (2012). 360

Figura 42: Escova de dente de plástico, utilizada na fabricação de pequenas bolas a serem inseridas sob a pele do pênis (2012). 380

Figura 43: Cartazes anunciando festas no hotel Pérola (Paramaribo). 388

Figura 44: Anúncios de festas no Hotel e Bar do Bigode (Paramaribo). 390

Figura 45: Anúncios de atrações e festas do Rockies International Hotel & Brazilian Sports Bar (Georgetown). 391

Figura 46: Cartaz com anúncio de roupas direcionadas às brasileiras evangélicas (2011). 440

INTRODUÇÃO

Esta tese tem como ponto de partida a mobilidade de brasileiras/os que, saindo através da Região Norte do Brasil, transitam nas fronteiras administrativas limítrofes das Guianas, região geopolítica que engloba a Guiana, o Suriname e a Guiana Francesa (departamento ultramarino francês), com foco na sua mobilidade para o Suriname e a circulação das mulheres na prostituição. Esses três territórios fronteiriços, de encontro de múltiplas etnias e nacionalidades, diferem dos demais países da América do Sul por sua maior proximidade cultural com o Caribe, apesar de fazerem parte da região guianense[1] (Figura 1). Coberta pela densa floresta Amazônica, as Guianas estão separadas da Bacia Amazônica pelo Planalto das Guianas; estão inseridas na Pan-Amazônia[2], na qual, segundo Luis Aragón, "a maioria de migrantes são originários dos próprios países amazônicos, a migração ilegal é frequente, e a migração transfronteiriça ocorre ao longo da fronteira do Brasil, mas também nas fronteiras dos demais países"[3]. O autor também afirma que os fluxos migratórios, na região pan-amazônica, estão relacionados ao prolongamento de mobilidades internas, à migração de garimpeiros e a rotas de tráfico de ilícitos.

[1] A região guianense (ou Planalto das Guianas) engloba parte da Colômbia, da Venezuela, do Brasil, da Guiana, do Suriname e da Guiana Francesa. No Brasil ela é delimitada pelos rios Amazonas e Orinoco, ou seja, abrange apenas áreas dos estados do Amazonas, Roraima, Pará, Amapá (que ficam no Região Norte); destes, Roraima faz fronteira com a Guiana, Pará faz fronteira com a Guiana e o Suriname, e Amapá faz fronteira com o Suriname e a Guiana Francesa. A Venezuela (com a qual fazem fronteira Roraima e Amazonas), embora faça parte da região guianense, não ocupa lugar de destaque nesta tese, uma vez que não entrou no itinerário da pesquisa empírica, contudo vale ressaltar que mesmo que não tenha ocupado lugar proeminente nas análises, o trabalho de campo apontou que alguns dos garimpeiros que circulam na região das Guianas podem transitar em regiões de extração mineral daquele país. Alguns circulam em garimpos da Venezuela e da Guiana, tendo o rio como caminho principal; outros, saem da Venezuela e seguem para o Suriname ou a Guiana Francesa em busca de ouro.

[2] A Pan-Amazônia, ou Amazônia Internacional, compreende, além da Guiana Francesa, oito países que apresentam floresta amazônica em seu território: Bolívia, Peru, Equador, Colômbia, Venezuela, Guiana, Suriname e Brasil.

[3] ARAGÓN, Luis E. Apresentação. In: ARAGÓN, Luis E. (Org.). *Migração internacional na Pan-Amazônia*. Belém: Naea/UFPA, 2009. p.5-6 (p.5).

Figura 1: Região das Guianas, formada pela Guiana, o Suriname e a Guiana Francesa; o quadrado delimita a região guianense, que compreende partes da Colômbia, da Venezuela, do Brasil, a Guiana, o Suriname e a Guiana Francesa (Fonte: modificado de Google Maps)[4].

A violência, o tráfico de drogas[5] e o combate ao tráfico de pessoas[6] nos municípios de fronteira do Brasil são questões que têm norteado debates e a política governamental brasileira de segurança pública para áreas de fronteiras nacionais[7], e esta última é "pensada, sobretudo,

[4] GOOGLE MAPS. [sem título]. Disponível em: https://www.google.com.br/maps/@4.0030885,-60.0662641,6z?hl=fr. Acesso: 15 de maio de 2016.

[5] ALVAREZ, Marcos César; SALLA, Fernando. Estado-Nação, fronteiras, margens: redesenhando os espaços fronteiriços no Brasil contemporâneo. *Civitas*, v.13, n.1, p.9-26, 2013 (p.16).

[6] PISCITELLI, Adriana. Economias sexuais, amor e tráfico de pessoas: novas questões conceituais. *Cadernos Pagu* [online], n.47, e16475, p.1-31, 2016. No decorrer do texto, as expressões "tráfico de pessoas", "tráfico de seres humanos" (TSH) e "tráfico de mulheres" se referem ao tráfico internacional de seres humanos.

[7] Segundo pesquisa do Ministério da Justiça do Brasil, publicada em 2016, "os principais problemas do Arco Norte na área de segurança pública são a violência doméstica, em particular a violência contra a mulher e contra a criança e o adolescente; os conflitos interpessoais, com especial importância para as brigas de bar e o fenômeno das 'galeras'; os crimes contra a propriedade como o furto e roubo a transeunte, de veículos e a residência; as disputas de terras, os crimes ambientais, os problemas relacionados à mineração e, por fim, todas as questões que envolvem as populações indígenas, o segmento mais vulnerável em relação à uma série dos problemas acima apontados. Estas mesmas questões, que relacionam precariedade das condições de vida e segurança pública, se cristalizam na infraestrutura urbana das cidades do Arco Norte" (BRASIL. Ministério da Justiça. *Segurança pública nas fronteiras: sumário executivo: estratégia nacional de segurança pública nas fronteiras*. Brasília: Ministério da Justiça e Cidadania- Secretaria Nacional de Segurança Pública, 2016, p.40).

como uma questão cujo centro são os chamados 'ilícitos transfronteiriços'"[8]. Dos 588 municípios distribuídos ao longo das faixas de fronteira do Brasil, 71 estão localizados na área denominada Arco Norte[9], que abrange municípios dos estados do Acre, Amazonas, Roraima, Pará e Amapá. Essas faixas de fronteira estão distribuídas ao longo dos limites territoriais com a Bolívia, o Peru, a Colômbia, a Venezuela, a Guiana, o Suriname e a Guiana Francesa[10].

Uma expressiva migração de brasileiros para áreas próximas ao limite internacional dos estados do norte do Brasil ocorreu a partir da mobilidade interna impulsionada pela estratégia governamental de ocupação da Amazônia, iniciada na década de 1960, que ganhou folego na de 1970 com a criação do Plano de Integração Nacional (PIN), durante o governo ditatorial do general Emílio Garrastazu Médici. O PIN objetivava implementar obras de infraestrutura econômica e social nas regiões Norte e Nordeste do país, o que propiciou mudanças econômicas, demográficas e de urbanização, e consolidou a abertura do Estado para o capital nacional e o internacional. Outro elemento de influência nessa migração foi a extração mineral, que atraiu garimpeiros vindos de áreas de saturação de extração de ouro no Brasil. Além disso, os fluxos de brasileiros para os países vizinhos se intensificaram com a fiscalização e o fechamento de garimpos da Região Norte do Brasil na década de 1990[11]. Marjo de Theije, em artigo publicado em 2007, diz que o número de migrantes brasileiros na Guiana, no Suriname e na Guiana Francesa, naquela época (2007), era impreciso, sendo possível "existir até 100.000" nos três territórios[12].

---

[8] Segundo Daniel Hirata (Segurança pública e fronteiras: apontamentos a partir do "Arco Norte". *Ciência e Cultura*, v.67, n.2, p.30-34, 2015 [p.30]), a categoria "ilícitos transfronteiriços [...] associa a insegurança nas fronteiras a certos circuitos mercantis, sobretudo o tráfico de drogas ilícitas, o tráfico de pessoas e o contrabando de produtos informais, assim como as suas conexões reais ou imaginárias com os grandes centros urbanos brasileiros". Nesta tese, todos os grifos constantes das citações fazem parte do texto original.

[9] Dos demais municípios fronteiriços, 418 estão localizados no Arco Sul (que abrange cidades dos estados do Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul) e 99 no Arco Central (cidades pertencentes aos estados de Rondônia, Mato Grosso e Mato Grosso do Sul).

[10] SALLA, Fernando; ALVAREZ, Marcos César; BALLESTEROS, Paula R. Violencia y fronteras en Brasil. In: CARRIÓN, Fernando; ESPÍN, Johanna. (Coords.). *Relaciones fronterizas: encuentros y conflictos.* Quito: Crearimagen, 2011. p.187-201.

[11] RODRIGUES, Francilene dos Santos. *"Garimpando" a sociedade roraimense*: *uma análise da conjuntura sócio-política*. 133p. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido) - Universidade Federal do Pará, Belém, 1996; AROUCK, Ronaldo de Camargo. *Brasileiros na Guiana Francesa: fronteiras e construção de alteridades*. Belém: UFPA/Naea, 2002; THEIJE, Marjo de. Insegurança próspera: as vidas dos migrantes brasileiros no Suriname. *Anthropológicas*, v.18, n.1, p.71-93, 2007; ALVAREZ, Marcos César; SALLA, Fernando. *Violência e fronteiras no Brasil: tensões e conflitos nas margens do Estado-nação*. In: ENCONTRO ANUAL DA ANPOCS, 34. Caxambu, 25 a 29 de outubro de 2010. 31p. Disponível em: http://www.anpocs.com/index.php/papers-34-encontro/st-8/st37-1. Acesso: 10 de janeiro de 2016; OLIVEIRA, Rafael da Silva. *Mobilidades transgressoras, geografias ignoradas: itinerários e emaranhamentos envolvendo territorialidades de garimpeiros no Suriname*. 400p. Tese (Doutorado em Geografia Humana) - Universidade de São Paulo, São Paulo, 2013.

[12] THEIJE, op. cit., p.73.

As migrações internacionais são dinâmicas, redefinem fronteiras nacionais e, em se tratando de mobilidades transfronteiriças, "geram muitas tensões e questionam os limites aparentemente fixos dos Estados nacionais. As imagens cristalizadas e delimitadas dos mapas das nações não correspondem à dinâmica da vida nos espaços fronteiriços"[13]. Assim, tratar da dinâmica da mobilidade e as formas de circulação de brasileiras/os no Suriname pressupõe lidar com espaços, mediações e conexões diversificadas. As regiões de fronteira do Suriname constituem um espaço social complexo, no qual as experiências de mobilidade circulatória são intensas, ambíguas, conflituosas e hierárquicas, propiciando inúmeras interações.

O conceito de transmigrante, como definiu Alain Tarrius[14], traz a ideia de que na migração há uma mobilidade fluida e organizada em etapas urbanas[15] — concepção que se aproxima da realidade migratória de muitas/os brasileiras/os nas Guianas, e exemplos disso são os casos de mulheres brasileiras que transitam em clubes de prostituição no Suriname e na Guiana, com possibilidade de passagem pela Europa ou outros países da América do Sul; ou de mulheres brasileiras que circulam na prostituição entre cabarés[16] de garimpos do Suriname e da Guiana Francesa, cujas idas e vindas aos cabarés e à cidade (Paramaribo), e o período que ficam em ambos, ocorrem de acordo com a demanda de serviços sexuais, que por sua vez tem a ver com a maior ou menor produção de ouro. A mobilidade de homens e mulheres brasileiros tem como itinerário diversos espaços urbanos e rurais, e retornos ao Brasil, ou seja, há um vaivém entre o país de partida e os territórios de acolhida, o que difere da ideia de migração para se instalar nestes últimos por meio da inserção ou integração social.

Nas Guianas o garimpo em pequena escala[17] se impõe como elemento dinamizador dessa mobilidade, alimentando e remodelando o fluxo de milhares de pessoas com capacidade de deslocamento constante tanto no sentido territorial quanto laboral, inserindo novos elementos nos espaços de circulação. A noção de "território circulatório" transnacional, de Alain Tarrius, valoriza os processos de troca e construção de territórios, e contribui como elemento analítico dos mesmos[18], e por isso é importante como referência para entender a

[13] ALBUQUERQUE, José Lindomar Coelho. *Imigração em territórios fronteiriços*. In: CONGRESSO PORTUGUÊS DE SOCIOLOGIA, 6: Mundos sociais: saberes e práticas, Lisboa, 26 a 28 de junho de 2008. 13p. (p.5). Disponível em: http://www.scielo.br/pdf/ccrh/v23n60/v23n60a09.pdf. Acesso: 12 de julho de 2016.
[14] TARRIUS, Alain. *Migrants internationaux et nouveaux réseaux criminels*. Canet: Éditions Trabucaire, 2010.
[15] Idem. Territoires circulatoires et étapes urbaines des transmigrant(e)s. *Regards croisés sur l'économie*, n.8, v.2, p.63-70, 2010 (p.63-64).
[16] Cabaré é o nome utilizado pelos brasileiros, no garimpo, para designar o local onde há um bar e trabalhadoras do sexo, ou seja, uma casa de prostituição.
[17] Uma oposição à exploração mineral industrial, gerenciada por grandes empresas nacionais ou multinacionais.
[18] TARRIUS, Alain. Au-delà des États-nations: des sociétés de migrants. *Revue européenne des migrations internationales*, v.17, n.2, p.37-61, 2001.

mobilidade de brasileiras/os nas Guianas. Nelas há um vaivém entre o garimpo e a capital, seja ela Georgetown ou Paramaribo, o que, em geral, não se aplica a Caiena, pois a mobilidade dos que estão nos garimpos irregulares da Guiana Francesa se dá principalmente em direção à capital surinamesa, para a venda do ouro adquirido nas trilhas de garimpagem. O ritmo de mobilidade constante também pode ser percebido na dinâmica social, seja nas relações pessoais ou de trabalho. A flexibilidade no mercado de trabalho para migrantes, embora com poucas opções, é dinâmica, sobretudo para as mulheres. Essa migração "circular", independentemente do percurso, afasta-se das definições tradicionais de migração:

> Que ce soient des parcours de migration circulaire avec retour au point de départ ou des mobilité alternante, à caractère répétitif et cyclique, entre un pays et l'autre, reliant une ville à l'autre, un village à une métropole, souvent sous le mode du « va-et-vient » entre deux ou plusieurs lieux et échappant par là même aux définitions traditionnelles de la migration qui semble pouvoir constituer un fil conducteur de l'approche des migrations par la circulation[19].

A circulação de pessoas, mercadorias e informações em diferentes espaços cria uma mobilidade complexa, o que não é diferente no caso das/os brasileiras/os nas Guianas, e a noção de "território circulatório" a descreve melhor do que a de migração de um ponto a outro. O seu grande fluxo migratório para a região estabelece espaços circulatórios, o que favorece uma migração temporária para o trabalho informal, principalmente em direção a áreas de garimpo — uma sucessão de migração de curta duração intercalada com idas e vindas ao país de destino e ao de origem, e pelos fluxos financeiros para o Brasil, que atraem não apenas garimpeiros, mas comerciantes e uma série de serviços que se desenvolvem em torno da exploração do ouro. As relações entre os diversos serviços oferecidos passam pela cidade de origem ou por redes de relações de amplitude local de alguns estados da Amazônia brasileira[20].

Existem, atualmente, centenas de pequenos negócios criados e administrados por brasileiras/os que vivem nas Guianas, e seu funcionamento depende de relações com o Brasil, seja no recrutamento de pessoal, seja na compra de produtos e mercadorias. Os donos de máquinas de extração de ouro, por exemplo, dependem de uma equipe de trabalho, normalmente formada por brasileiros, e há pequenos negócios abastecidos com produtos

[19] CORTES, Geneviève; FARET, Laurent. La circulation migratoire dans "l'ordre des mobilités". In: CORTES Geneviève; FARET Laurent. (Orgs.). *Les circulations transnationales: lire les turbulences migratoires contemporaines*. Paris: Armand Colin, 2009. p.7-19 (p.12) (Collection U. Sciences humaines et sociales).

[20] Nove estados do Brasil, que estão na Bacia Amazônica e apresentam vegetação do tipo amazônica, fazem parte do que se chama, atualmente, Amazônia Legal: Acre, Amapá, Amazônia, Pará, Roraima e Tocantins em sua totalidade (todos da Região Norte), parte do Mato Grosso (Região Centro-Oeste) e do Maranhão (Região Nordeste).

oriundos do Brasil, como roupas e acessórios (que são vendidos em lojas de Georgetown e Paramaribo, ou por sacoleiras que circulam na cidade e no garimpo), de modo que idas e vindas ao Brasil são necessárias.

As inúmeras atividades laborais em torno da presença brasileira nas Guianas vão além das de garimpeiro e prostituta, mas a imagem desses dois ecoa como referência daquela na região. No entanto, é necessário extrapolar a dualidade garimpeiro e prostituta, uma vez que outras atividades são postas em prática nos circuitos de mobilidade das pessoas, pois em meio a essas duas atividades não há limites para a adaptação e a reinvenção para se alcançar um "objetivo"[21] definido, mesmo sem a certeza de sua concretização, afinal as pessoas circulam de uma fronteira a outra, de uma atividade a outra, desorientando as ferramentas legais de controle de fronteira existentes.

O trabalho do sexo é exercido na Guiana, no Suriname e na Guiana Francesa principalmente por mulheres migrantes majoritariamente originárias do Brasil, seja nas capitais Georgetown e Paramaribo, seja nas regiões de garimpo dos três territórios, mas muitas trabalhadoras do sexo que estão neles são da República Dominicana, da Venezuela, da Bolívia, além das próprias guianesas e surinamesas. Os três territórios se caracterizam por uma mobilidade constante em função da circulação dessas mulheres tanto nas áreas urbanas (sobretudo Georgetown e Paramaribo) como em áreas de garimpo.

Assim, a partir de uma pesquisa etnográfica multissituada, esta tese tem como objetivo compreender a dinâmica da circulação migratória de brasileiras/os no Suriname e a relação dessa mobilidade com a Guiana e a Guiana Francesa, analisando as lógicas, os circuitos e as dinâmicas de mobilidade de mulheres na prostituição, uma vez que esta é exercida principalmente por mulheres migrantes, a maioria delas oriunda do Brasil. O destino de muitas delas são clubes de prostituição, hotéis ou bares em Georgetown, Paramaribo e Caiena, e cabarés no garimpo, e frequentemente elas são associadas a vítimas do tráfico internacional de pessoas, sobretudo na Região Norte do Brasil. Trata-se de explorar espaços e contextos marcados pela circulação migratória, de mobilidade demarcada por interesses articulados com movimentos de idas e vindas, de curta e de longa duração, dentro dos territórios estudados e em direção ao Brasil. São espaços de mobilidade construídos por brasileiras/os em interação com a sociedade de acolhida, conforme o surgimento de polos de atração que vão se estruturando e

[21] Como as pessoas entrevistadas costumavam introduzir a narrativa da decisão de deslocamento, sempre vinculado a sonhos, que se traduzem na compra da casa própria, em montar um negócio próprio, "mudar de vida", dar um futuro melhor para os familiares que ficaram no Brasil.

moldando o trajeto masculino, o qual afeta diretamente as lógicas e os circuitos de mobilidade feminina.

Buscou-se compreender o lugar social desses migrantes no Suriname e a sua percepção a respeito desse lugar — em outras palavras, percebê-los, primeiro, como parte integrante da dinâmica social surinamesa, e, a partir daí, as representações construídas em torno deles; e verificar a maneira como vivenciam e reagem a essas representações, se constroem uma nova ideia de si, do seu lugar e do país de acolhida. Compreender isso, por sua vez, permite compreender o processo de mobilidade de brasileiras ligado ao mercado do sexo no Suriname e a sua circulação nos territórios fronteiriços, constantemente expostas a práticas de estigmatização e controle social. Esse espaço construído e reconstruído pelos "circulantes" brasileiros (no sentido amplo, não só das mulheres para a prostituição) se traduz em um campo de disputas e de poder, de intercâmbios econômicos e sexuais que não fica nos Estados Unidos nem na Europa, destinos prediletos de migrantes; um espaço de mobilidade no eixo Sul-Sul.

Como a maior parte da pesquisa de campo foi feita no Suriname, aqui é abordada, principalmente, a experiência de mobilidade de mulheres brasileiras para esse país, mas também são abordadas situações vivenciadas por brasileiras na Guiana, na Guiana Francesa e na Holanda. Buscou-se a interlocução com os relatos e as interpretações de brasileiras que vivenciaram a migração para a prostituição no Suriname levando em consideração, também, os relatos de outras/os brasileiras/os que, embora não tenham migrado da mesma forma, vivenciaram esses espaços circulatórios da prostituição. Por isso é necessário, além de situar quem são os circulantes, saber a sua procedência; que tipo de motivação e expectativa estava presente em sua decisão de migrar; como se dá sua mobilidade; quais as redes utilizadas no circuito dessa mobilidade; como interpretam o mercado do sexo; se esse tipo de mobilidade é um projeto migratório; e se é uma estratégia de mobilidade econômica e social.

Para responder a essas questões é importante analisar como operam os intercâmbios sexuais e econômicos no Suriname, bem como os circuitos de mobilidade, e outras questões se colocam aqui:

- Qual a intensidade de circulação migratória das/dos brasileiras/os entre a cidade e o garimpo e entre o Suriname e o Brasil?

- Como os espaços circulatórios se estruturam nos planos social e espacial?

- Como se constroem os circuitos de mobilidade durante o percurso da migração?

- Como as estruturas estatais têm se relacionado com o mercado do sexo?

- Quais as lógicas de mobilidade das mulheres para chegar a clubes e cabarés nas Guianas?

- Quais as estratégias da circulação feminina?

- Quais as dinâmicas sexuais e econômicas?

A análise privilegia casos em que as mulheres migraram conhecendo a real atividade a ser exercida no exterior, pois eles configuram a situação da maioria das entrevistadas em campo, mas também aborda casos de mulheres cuja migração se deu em condições contrárias, principalmente na Holanda, onde foi possível pontuar algumas questões levantadas por brasileiras/os entrevistadas/os no Suriname. Aqui não se analisa o "saber fazer" a prostituição nem se busca mapear perfis, rotas ou fluxos de possíveis "vítimas" do tráfico de mulheres para fins de prostituição. Embora o objetivo não seja centrar a discussão na dicotomia *vitimização* e *organização criminosa*, mas analisar o "saber circular", a análise da dinâmica da mobilidade das mulheres através da prostituição está articulada a questões criminais, bem como a mecanismos de controle estatal e moral. Interessa compreender como é estruturada a mobilidade feminina no Suriname e os diversos circuitos, lógicas e estratégias de entrada, de circulação e de fluxo fronteiriços nesse país, e o trânsito dessas mulheres no mercado do sexo na Guiana e na Guiana Francesa. Problematiza-se a vivência das interlocutoras desta pesquisa nesse território circulatório (Guianas) e o discurso construído em torno da migração feminina brasileira no Suriname. Nesse contexto, é fundamental analisar as lógicas de mobilidade ligadas à prostituição a partir da experiência das pessoas que vivenciaram o universo do mercado do sexo ou que estiveram inseridas no circuito desse espaço circulatório. Essa abordagem possibilitará conhecer melhor esse campo migratório Sul-Sul a partir do norte do Brasil, pouco abordado pelas pesquisas acadêmicas no país.

O estudo privilegia o espaço de circulação e as relações estabelecidas entre os diversos atores envolvidos durante o processo de mobilidade, evidenciando a capacidade de ação dessas pessoas. Não se pode perder de vista que existem conflitos nessas relações, de modo que é preciso pensar as tensões e os conflitos que surgem entre as estruturas administrativas do Estado e o circuito de trocas sexuais e econômicas no Suriname.

Nesse país existem outras formas de migração de brasileiras/os, relacionadas ao comércio, a serviços domésticos, à estética[22] e ao garimpo, entre outras atividades, as quais alimentam parte do fluxo migratório das profissionais do sexo e de mulheres que atuam na prostituição não em uma perspectiva laboral, mas para sanar uma necessidade econômica imediata, tanto em garimpos como nas áreas urbanas. Dessa forma, torna-se plausível a hipótese de que o percurso de mobilidade no Suriname emerge conforme papéis de gênero, geração e

[22] Serviços principalmente de manicure, pedicure e cabelereira/o (corte, pintura, alongamento, escova, etc.).

prioridades econômicas; outra hipótese é a de que a mobilidade de mulheres para o Suriname, via prostituição, em geral é uma estratégia migratória tendo esta como trampolim para outras possibilidades de trabalho, em vez de representar uma escolha por essa atividade, de modo que a atuação na prostituição é vista como temporária e transitória, mas que pode se repetir.

Situar a dinâmica da mobilidade de mulheres que sabiam, antes de embarcar, que iriam trabalhar no mercado do sexo (mas não conheciam as condições de trabalho) é refletir sobre o que envolve a sua decisão de sair do país, essa tentativa de alcançar um "objetivo", bem como sobre o tipo de trabalho desempenhado por elas nesse processo de circulação espacial e laboral; e é, também, observar como o Estado se relaciona com os locais usuais de prostituição.

As condições que se apresentaram para a realização da pesquisa permitiram pensar e analisar interações, tensões e conflitos que surgiram ao longo da estada em campo e que estão presentes no processo de deslocamento das pessoas. É nesta parte introdutória e na Parte I da tese que o terreno de pesquisa é apresentado: a "rua", traduzida pelas pessoas entrevistadas como o espaço urbano, e o "mato", como as áreas de garimpo[23], dois espaços que contribuem para a dinâmica de mobilidade constante de brasileiras/os nas Guianas, que apresenta muitos circuitos e redes pessoais que elas/es utilizam para o acesso às áreas de garimpo, estas em geral irregulares, mas nas quais não se instalam por muito tempo: circulam seguindo o fluxo de trabalho no setor de serviços, da lavra de ouro ou na prostituição. Por se tratar de um estudo sobretudo qualitativo, o campo de pesquisa é apresentado a partir de entrevistas semiestruturadas com instituições e com 74 interlocutores (44 mulheres, 27 homens e três travestis/transexuais[24]) e da abordagem etnográfica multissituada em diferentes momentos e lugares na Guiana, no Suriname, na Guiana Francesa e na Holanda. A entrada e a circulação nos espaços pesquisados, e os cenários principais vivenciados pelas/os interlocutoras/es servem de fio condutor para compreender a estrutura, a organização e as lógicas da sua circulação nas Guianas.

[23] No Suriname, quando os brasileiros dizem que vão para o "mato", estão se referindo ao garimpo; no garimpo, quando dizem que vão para a "rua", estão se referindo à cidade. Nesta tese, essas designações sempre aparecerão entre aspas quando significarem garimpo e cidade, mesmo na citação de falas de interlocutores.

[24] As nominações travesti e transexual serão utilizadas levando-se em consideração que « Comme les invertis, ceux qui sont désignés comme transsexuels sont des hommes féminisés dans leurs manières; comme les travestis, les transsexuels adoptent les codes sociaux et vestimentaires de l'autre genre. Cependant les transsexuels ne s'identifient ni comme des hommes invertis ni comme des hommes travestis mais comme des femmes (ou inversement, mais le cas est plus rare). Ils savent qu'ils ont un corps d'homme ou de femme mais ils ont la conviction qu'ils/elles sont en réalité « des hommes enfermés dans un corps de femme », ou le contraire […], et qui souffrent de ne pouvoir réaliser leur identification de genre et leur imaginaire corporel » MACÉ, Éric. Ce que les normes de genre font aux corps / Ce que les corps trans font aux normes de genre. *Sociologie*, v.1, n.4, p.497-515, 2010, p.501.

Além da Introdução, a tese é apresentada em três partes, nas quais os capítulos estão distribuídos: a primeira parte trata da mundialização dos fluxos migratórios e das transformações ocorridas na migração internacional na sociedade contemporânea. Demonstra que a circulação de pessoas, mercadorias e informações em diferentes espaços cria uma mobilidade complexa e dinâmica. Aborda a mobilidade de pessoas e, principalmente, os regimes discursivos e legais sobre o mercado do sexo e sobre o tráfico de pessoas; pontua o deslocamento de brasileiras na Guiana Francesa e na Holanda a partir da narrativa das/dos interlocutoras/es e analisa a narrativa da chegada de garimpeiros brasileiros ao Suriname. Também apresenta os locais por onde "andei" para a coleta de dados, as inquietações, os imprevistos, as barreiras e a insegurança que surgiram durante a pesquisa de campo, parte deles corriqueiros no percurso de uma pesquisa acadêmica, sobretudo em se tratando de deslocamento em espaços transfronteiriços — contudo, algumas situações só ocorreram em razão de determinados valores e representações associados ao feminino e ao masculino, bem como à nacionalidade da/do migrante nas Guianas.

A Parte II aborda a situação das mulheres que sabiam, antes de migrar, que iriam trabalhar na prostituição, mas não conheciam as condições de trabalho, para analisar o mercado do sexo no Suriname, na Guiana e na Guiana Francesa. Nesta parte, as principais interlocutoras são quinze[25] mulheres que partiram do Brasil com destino a clubes de prostituição. A abordagem inicia-se com a análise do mercado do sexo no Suriname e a motivação para o deslocamento das mulheres. Também são analisados a estrutura e o funcionamento dos clubes de prostituição, e a forma como as mulheres se situam e interagem neles, e como compreendem a sua engrenagem de funcionamento. O processo de mobilidade das mulheres brasileiras na Guiana Francesa tem outros contornos e circuitos, comparativamente ao Suriname e à Guiana. Através do campo de pesquisa analisado, verifica-se que nesse processo migratório as estratégias de permanência no país de acolhida ultrapassam os contextos formais da burocracia e das normas jurídicas. Procedimentos legais e extralegais colocados em prática nas fronteiras beneficiam donos/as de clubes de prostituição do Suriname e da Guiana, que podem manter legalmente no país trabalhadoras do sexo sem registro de trabalho, sem direitos previdenciários e sem documentação de permanência, mas com certa liberdade administrativa de ir e vir, como turistas, mesmo que o exercício da prostituição seja ilegal. A dinâmica presente nos modos de funcionamento dos clubes está imbricada em um sistema de trocas, de redes sociais e relações

[25] Foram entrevistadas quinze mulheres que migraram via clube de prostituição: uma na Guiana, quatorze no Suriname, e, destas quatorze, uma afirmou que desconhecia a atividade a ser exercida.

de poder, e as trajetórias das mulheres permitem observar por onde caminham as práticas, as mediações e os mediadores da mobilidade delas.

Na Parte III são analisadas a circulação de homens e mulheres em áreas de garimpo; a presença de travestis/transexuais nos espaços urbanos (na prestação de serviços ligados à estética em salões de beleza); e as estratégias das mulheres para sair da condição de *menina de clube* e ocupar outros espaços de intercâmbios sexuais e econômicos — o cabaré, o hotel e o bar — na condição de *ploc*, ou ocupar espaços ligados ao serviço doméstico nos acampamentos das áreas de mineração. A saída do clube é uma transição entre *menina de clube* e *ploc*, categorias fundamentais para compreender o mercado do sexo no Suriname, as relações de poder que se estabelecem nesse processo de mobilidade e as estratégias utilizadas nesta última. Além dessas categorias, são apresentadas outras duas, em oposição à imagem da prostituta que surge em meio aos intercâmbios sexuais econômicos, e que também são importantes para compreender a circulação das mulheres no Suriname: *fixo* — um parceiro que "ajuda" a mulher, que não é visto por ela como cliente, mas como alguém com quem pode contar (costuma pagar o aluguel, as despesas com alimentação e vestuário, etc., ou parte das despesas); e *marido* — em geral, o homem com o qual a mulher mora junto, e, em alguns casos, com quem é casada oficialmente. Tais categorias surgem entre fronteiras econômicas, morais, sexuais, simbólicas e afetivas, e são permeadas por diversos estigmas sociais. Esta parte da tese mostra que na Guiana, no Suriname e na Guiana Francesa as/os brasileiras/os se utilizam de diversos itinerários e redes pessoais para o acesso às áreas de garimpo, mas não se instalam nelas por muito tempo: circulam entre um território e outro, seguindo o fluxo de trabalho da prostituição, do setor de serviços domésticos, do comércio ou da lavra de ouro.

Cenários e contextos da pesquisa: a entrada no campo

Meu interesse pela migração de brasileiros para o Suriname começou em uma viagem de férias a esse país, em 2007[26]. Além de um período de lazer, foi um período de estranhamento e de descoberta do mundo muçulmano surinamês e da diversidade étnica e cultural do país, pois eu acompanhava John Araujo, que na ocasião realizava sua pesquisa de campo de mestrado, no qual abordou o islamismo nesse território[27]. Com o objetivo de ajudá-lo, sempre que surgiam oportunidades eu circulava pelos espaços religiosos muçulmanos, sobretudo javaneses, tirando fotos das cerimônias nas quais apenas a presença feminina era permitida.

A sociedade surinamesa é bastante complexa e muito distante do imaginário brasileiro, e foi justamente o estranhamento desse primeiro contato que me impulsionou a buscar compreender a sua construção, marcada pela migração e pela diversidade étnica. Na época, o pouco que sabia sobre o Suriname vinha de informações veiculadas pelos meios de comunicação brasileiros: o contrabando de armas, o tráfico de drogas, a migração ilegal, a exploração de garimpos, a prostituição de mulheres brasileiras e o tráfico de mulheres brasileiras para lá — geralmente informações negativas, muitas vezes relacionadas a crimes e violação de direitos humanos, não muito diferentes das que publica a imprensa internacional[28].

Em Paramaribo, inicialmente ficamos em um hotel, no centro, cujo preço (cobrado em euros ou em dólares, o que é comum ali) era alto para nós, mesmo com o desconto ofertado pelo proprietário[29]. Procurando uma alternativa de hospedagem, pegamos um táxi, e seu motorista, um surinamês casado com uma brasileira (vendedora em uma loja de roupas), nos falou de dona Milena, também brasileira, que alugava quartos para brasileiros que trabalhavam

[26] Apesar da proximidade geográfica com o Brasil, o Suriname não costuma atrair turistas brasileiros que viajam pela América do Sul. No Suriname, dificilmente encontraremos um brasileiro que não esteja trabalhando ou em busca de trabalho, principalmente no garimpo.

[27] ARAUJO, John da Silva. *O "Oriente" no "Ocidente": observando o islã no Suriname.* 170p. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) - Universidade Federal do Pará, Belém, 2009.

[28] Como observou Richard Price (*Les premiers temps: la conception de l'histoire des marrons saamaka*. La Roque d'Anthéron: Vents d'ailleurs, 2013, p.8), "Les rapports sur la situation au Suriname dans la presse internationale parlent régulièrement d'une 'narcocratie', où des trafiquants, de connivence avec l'armée, traversent la forêt en avion pour échanger armes et drogue avec des groupes de guérilla colombiens, puis transbordent la drogue en Europe".

[29] Apaixonado pelo Brasil, ele falava português muito bem, algo comum no Suriname, pois poucos brasileiros falam o holandês. Apenas os brasileiros mais antigos no país ou mulheres que casaram com surinameses, que conviveram ou convivem com famílias surinamesas aprenderam a se comunicar através do *Sranantongo* (língua crioula popularmente chamada de *taki-taki*, inclusive pelos brasileiros), contudo, mesmo entre estes, poucos o conhecem bem.

no garimpo em visita temporária à cidade (para fazer compras ou passear)[30], e em sua casa alugamos um quarto.

Dona Milena morava no pavimento superior[31] de uma casa grande, de madeira, nas proximidades do mercado Combe Slijtej[32] e do Klein Belém[33] — este, carinhosamente chamado de Belenzinho pelos brasileiros, é o bairro de maior concentração deles em Paramaribo. Com ela moravam o filho de 20 anos (trabalhador da construção civil) e uma garotinha de 4, da qual ela cuidava enquanto a mãe estava no garimpo. Sua casa tinha sala, cinco quartos (dois de uso da família e os demais para alugar), um banheiro e cozinha, onde as pessoas podiam preparar sua própria comida, mas, na maioria das vezes, utilizada por ela, que servia refeições no local; além da sala e da cozinha, o outro espaço coletivo era uma varanda grande, na qual as pessoas costumavam se sentar para conversar e fugir do calor que fazia dentro da casa. Na sala, uma televisão estava o tempo todo ligada, sintonizada na Rede Globo, e, no horário do Jornal Nacional (que começa às 20h30m) e das telenovelas[34], tinha sempre público assíduo, fosse morador, fossem os amigos que frequentavam a casa.

Dona Milena migrou para trabalhar como prostituta em um clube de Paramaribo na década de 1980, aos 25 anos, e nele conheceu seu ex-marido, um surinamês que a ajudou a pagar sua dívida com o clube. Mulher alegre e frequentadora assídua de cultos da Igreja Evangélica Deus é Amor, estava sempre com roupas comportadas, que cobriam todo o corpo e não o marcavam. Um dia, umas duas semanas depois que eu estava hospedada em sua casa, ela me falou que iria se "arrumar" porque tinha um encontro com alguém, e complementou: "Agora eu tenho um fixo; ele é casado, mas é muito bom pra mim: paga minha conta de luz todo mês e ainda me ajuda quando preciso".

Fiquei um pouco surpresa com a sua confidência, e com naturalidade ela continuou explicando que no Suriname "não dá pra ficar sem homem", pois as despesas são altas, e começou a falar sobre a migração de brasileiras para prostituição em clubes de Paramaribo; dos

[30] Ela alugava quartos sobretudo para garimpeiros que iam a Paramaribo uma ou duas vezes por mês (às vezes nem iam), passavam alguns dias e retornavam para o garimpo, mas deixavam ali parte de seus objetos pessoais e o aluguel pago (moravam/circulavam no garimpo, e o pagamento do aluguel era garantia de chegar à cidade e ter onde ficar).

[31] No térreo morava uma família surinamesa de origem hindustana.

[32] No qual é possível verificar a presença constante de brasileiros, muitos comprando grande quantidade de coisas para levar para as áreas de garimpo do Suriname ou da Guiana Francesa.

[33] Uma referência à capital paraense, Belém, de onde parte avião do Brasil para Paramaribo, e de onde são provenientes muitas mulheres brasileiras que estão no Suriname. Lugar de parada obrigatória para os brasileiros de passagem por Paramaribo e referência em todo o país para encontrá-los; ali circulam as informações sobre os garimpos.

[34] Também os programas do tipo "policial", que mostram os delitos acontecidos diariamente e a ação da polícia, eram muito apreciados.

casamentos bem-sucedidos e dos que foram breves entre brasileiras e surinameses; das mulheres que trabalhavam no garimpo (cozinheiras, sacoleiras, etc.) e das dificuldades de se conseguir um bom salário na capital surinamesa — sempre dando a entender que não atuava mais no mercado do sexo, que tinha alguém "fixo", em alusão bem-humorada à telenovela Paraíso Tropical[35], que a Rede Globo transmitia na época, no Brasil, em que um dos temas abordados era a prostituição no Rio de Janeiro. Uma das personagens, a prostituta Bebel, que trabalhava no calçadão de Copacabana, dizia que tinha conseguido um amante "fixo"[36], que usava "cueca maneira" (um jargão que caiu no gosto popular e era motivo de brincadeiras), querendo dizer com isso que estava bem, tinha um cliente rico que não pagava apenas pela relação sexual, mas a levava para jantar e lhe dava presentes, o que significava que não precisava ir com frequência trabalhar no calçadão. No Suriname a novela era seguida pelos brasileiros que possuíam antena parabólica, e se transformou em momento de descontração na sala da casa de dona Milena, que era parada obrigatória para aqueles que acompanhavam o desenrolar da trama.

No final do dia, dona Milena saiu com algumas amigas brasileiras que vieram do garimpo, que também haviam atuado na prostituição, primeiro em clubes e depois em cabarés. Chamou-me a atenção a mudança no seu visual: nada das roupas sérias de evangélica de antes; agora usava calça jeans de lycra, blusa justa e decotada, maquiagem, tinha o cabelo solto e as unhas pintadas, uma transformação completa, em um jogo performático que a distanciava da "imagem de evangélica" — e todas se vestiam no mesmo estilo[37]. Até esse momento meus olhos estavam voltados para o universo cultural e religioso surinamês. Claro que eu conhecia histórias sobre a prostituição de brasileiras naquele país através da imprensa (geralmente associada ao tráfico de mulheres), mas não imaginava que iria me deparar com o tema, e comecei a ficar mais atenta às histórias relacionadas à migração das brasileiras. Outra coisa que instigou minha curiosidade na sua casa foi a expressão "piseiro de brasileiro": nas vésperas dos finais de semana, sempre a escutava, e quando perguntava do que se tratava, a resposta que

[35] Escrita por Gilberto Braga e Ricardo Linhares, e dirigida por Denis Carvalho, Paraíso Tropical foi exibida no período de 5 de março a 28 de setembro de 2007, às 21h — considerado o "horário nobre" na televisão brasileira.
[36] O mau caráter Olavo, que de cliente casual passou a cliente fixo (amante). Diferente da novela, em que a personagem continuava atuando na prostituição, mesmo que com menos frequência, e que o cliente continuava cliente, as brasileiras no Suriname empregavam o termo "fixo" para se referir a relações amorosas que não eram consideradas como prostituição, mas uma relação afetiva que comportava a "ajuda" do parceiro, como veremos na terceira parte da tese.
[37] Ao retornar ao Brasil, percebi que não se tratava de um figurino ligado à prostituição (como pensei em Paramaribo), pois jovens da periferia se vestiam da mesma forma, no verão. São roupas que lembram as que as mulheres usam nos bailes funk, no Rio de Janeiro, ou nas festas de aparelhagem, em Belém. Em qualquer lugar de Paramaribo, as brasileiras, quando se diziam "arrumadas", vestiam-se dessa forma.

obtinha é que eram festas direcionadas ao público brasileiro: "diversão pra noite inteira, música, dança, bebida e mulher" — e aconteciam no garimpo ou em Paramaribo.

Durante essa estada em Paramaribo, conversei com vários brasileiros que circulavam nessa cidade, e muitos costumavam dizer "Eu ando pelo Suriname", referindo-se às idas e vindas entre o Brasil e o Suriname — isso porque se esqueciam de mencionar a Guiana Francesa, pois nesta eles circulavam (e os brasileiros circulam até hoje) pelas áreas de garimpo clandestinas, onde a noção de território limita-se ao espaço de garimpagem. Mas, de modo geral, falei com pessoas que estavam em situação administrativa irregular ou viviam com documentos de turista (embora morassem no país havia anos), e que iam à casa de dona Milena, principalmente com mulheres do Pará que migraram para trabalhar como prostitutas em clubes de Paramaribo e que, naquele momento, estavam trabalhando em garimpos localizados na Amazônia surinamesa como sacoleiras ou cozinheiras.

Voltei ao Brasil com várias interrogações sobre a forma de migração de brasileiras e o universo do mercado do sexo no Suriname. Naquele momento pensei em escrever um artigo sobre prostituição no país, o que acabou não acontecendo, mas a questão da prostituição não foi esquecida e comecei a ler sobre as trabalhadoras do sexo brasileiras no exterior e, principalmente, no Suriname[38].

No projeto de pesquisa do doutorado a intenção era abordar o tráfico internacional de seres humanos, projeto que, de certa maneira, acabou tomando outro formato em razão da realidade encontrada no Suriname durante a realização da pesquisa de campo em 2011 e 2012, pois nela o que apareciam eram a migração relacionada à prostituição de mulheres (não necessariamente TSH) oriundas principalmente da região amazônica e o fato de que a mobilidade dessas mulheres ia além da travessia da fronteira geográfica: elas circulavam constantemente nos espaços físicos e simbólicos, de uma ocupação laboral a outra, contornando um emaranhado de relações sociais e papéis de gênero. Isso me levou a descentralizar do TSH o foco da pesquisa, para compreender os processos e dinâmicas de mobilidade de mulheres no mercado do sexo.

A migração internacional demarca a formação histórica do Suriname, e compreender a circulação de brasileiras/os por esse país requereu uma pesquisa de campo também em

[38] Um tema novo para mim, pois as pesquisas que havia realizado na pós-graduação estavam relacionadas com a polícia: na especialização pesquisei sobre a formação da Polícia Militar no Pará, e no mestrado, o controle externo das polícias Militar e Civil. Ver, respectivamente, ARAUJO, Osvaldina dos Santos. *O educador e a formação do policial militar no CFAP*. 122p. Monografia (Especialização em Gestão de Sistemas Educacionais) - Universidade Federal do Pará, Belém, 2002; e ARAUJO, Osvaldina dos Santos. *O controle da atividade policial: um olhar sobre a Ouvidoria do Sistema de Segurança Pública do Estado do Pará.* 179p. Dissertação (Mestrado em Sociologia) - Universidade de São Paulo, São Paulo, 2008.

movimento, da mesma maneira que as/os brasileiras/os circulam geograficamente em seu território: em constante movimento entre o urbano e o interior, entre o Suriname, a Guiana e a Guiana Francesa, observando os circuitos que levam a relações próximas ou distantes com os seus diferentes grupos étnicos e culturais.

Procedimento metodológico

Como método de coleta de dados foram realizadas entrevistas semiestruturadas e abordagem etnográfica multissituada, que, segundo George Marcus, é um método que se preocupa com o movimento de ideias, pessoas e mercadorias que se estendem por vários locais[39], o que ajudou a compreender a mobilidade de brasileiras nos diferentes espaços e tempos. A etnografia consistindo, em Paramaribo, em observação em espaços nos quais a presença de brasileiros era expressiva em 2011 e 2012: nos clubes Diamond e Manilla, os principais em funcionamento na época e nos quais ainda hoje a maioria das trabalhadoras do sexo é de origem brasileira[40]; no Klein Belém e nas ruas da região que o circundam[41]; em igrejas (templos) evangélicas pentecostais voltadas a brasileiros como Assembleia de Deus, Deus é Amor e Assembleia de Deus Ministério de Madureira (observação a partir da presença em cultos); nos hotéis Cactus, Confort e Pérola (em momentos de entrevista em loja ou restaurante em seu interior), os três mais centrais e nos quais se hospedam muitos brasileiros; nos restaurantes Petisco e Recanto Nordestino, que, em razão do cardápio (churrasco e culinária brasileira, respectivamente), são conhecidos como restaurantes de brasileiros, e bastante

[39] MARCUS, George. Ethnography in/of the world system: the emergence of multi-sited ethnography. *Annual Review of Anthropology*, v.24, p.95-117, 1995.

[40] Nos dois clubes estive uma única vez, em 2011, quando já havia terminado parte das entrevistas para a pesquisa. Surpreendi-me com a narrativa das mulheres entrevistadas, que diziam ser locais que qualquer mulher, mesmo que não atuasse na prostituição, poderia frequentar, desde que acompanhada por um homem. Minha intenção, naquele momento, era simplesmente observar se era possível detectar com facilidade se as mulheres se encontravam ali em cárcere privado, e se de fato era possível ter fácil acesso a elas (como informaram as interlocutoras). Pude verificar que eram clubes de fácil acesso para homens e mulheres, e incomodou-me saber que apareciam no imaginário das pessoas e na imprensa, em Belém, como inacessíveis, de condições precárias, que mantinham brasileiras contra sua vontade. Se eram de fácil acesso, por que as denúncias de cárcere privado, tráfico de pessoas e violência física não chegavam aos órgãos representativos do governo brasileiro no Suriname, possibilitando a investigação pela polícia surinamesa? O que impedia a intervenção policial e jurídica nos locais, caso essas situações ocorressem? Se qualquer pessoa podia ter acesso aos clubes, por que não havia pedido de socorro de casos envolvendo ameaça ou crime?

[41] Nessa região a observação direta foi realizada de maneira sistemática, principalmente na Tourtonnelaan (avenida), na Anamoestraat (rua que é continuação daquela avenida) e na Princessestraat (rua próxima às duas primeiras), referências principais para a localização da presença brasileira em Paramaribo, e foi possível ver de perto o cotidiano dos brasileiros que por elas circulam, bem como estabelecer conversas com parte dos interlocutores. As designações "laan" e "straat" significam avenida e rua, respectivamente.

frequentados por estes; nos supermercados Combe Slijtej, Gopie e Transamérica; no açougue Asruf (com muitos clientes brasileiros); e em aglomerados de pequenos quitinetes construídos com o propósito de alugá-los a brasileiros (e que estes alugam). Além disso, foi realizada pesquisa de campo em dois garimpos localizados no interior da floresta surinamesa: em 2011, no Beoyo, explorado por *Noirs Marrons*; em 2012, no Macu, explorado por brasileiros.

Os dados foram coletados através de entrevistas gravadas com brasileiros (mulheres, travestis/transexuais[42] e homens[43]) que vivenciaram a migração para o Suriname, em momentos em particular (com muitas das mulheres) e em momentos nos quais outras pessoas estavam presentes (alguns de descontração), em locais públicos e privados; e através de observações e conversas realizadas em locais públicos frequentados por brasileiros (igrejas e restaurantes), em encontros festivos privados (aniversário e refeições realizadas na casa de algum brasileiro[44]), e em eventos e festas na Praça da Independência, no centro de Paramaribo, concernentes a datas do calendário nacional surinamês: a abolição da escravidão (*Keti Koti*), em 1º de julho; o fim do Ramadã (*Id Ul Fitr*), em 2012 comemorado em 19 de agosto[45]; o Dia dos Povos Indígenas, em 9 de agosto; e, nessa mesma data, festas referentes à migração javanesa[46].

As observações e conversas foram anotadas no caderno de campo, e também foram feitas fotografias — além disso, muitas lembranças, ao aflorar, permitiram reconstruir momentos e a releitura de outros. Na análise dos dados foram utilizadas técnicas qualitativas e quantitativas.

---

[42] A opção por evidenciar as entrevistadas travestis/transexuais deve-se ao fato de que elas também aparecem como trabalhadoras do sexo no Brasil e no exterior. Além disso, e principalmente, porque as três que foram entrevistadas têm histórias ligadas ao mercado do sexo ou a salões de beleza: uma delas trabalhou em um clube no qual havia só mulheres, na Guiana; uma foi trabalhadora do sexo no Brasil, em Belém, e posteriormente foi trabalhar em São Paulo tendo como contrapartida apenas o recebimento de produtos e medicamentos para a mudança do corpo (para dar-lhe aparência feminina); a terceira sempre trabalhou em salão de beleza. Com percursos diferentes, ao migrar suas trajetórias passam a ser semelhantes, no sentido de que viveram experiências discriminatórias e circulavam (na época da entrevista) com medo na Guiana e no Suriname, onde imperam as mulheres no mercado do sexo e há muito preconceito contra travestis/transexuais que se aventuram nessa área.

[43] Decidi considerar as entrevistas e conversas com os homens porque a migração feminina para as Guianas foi marcada pela presença ou pelo aumento do fluxo circulatório deles ali, seja pela oferta de trabalho nos serviços domésticos nos locais em que eles eram maioria absoluta, seja pela migração de mulheres para acompanhar o marido; pelo fato de eles serem os que mais procuram os serviços sexuais ofertados pelas brasileiras nos cabarés; e pela necessidade de compreender a mobilidade em geral dos brasileiros nas Guianas.

[44] Uma dessas vezes foi um churrasco, a maneira mais alegre de um brasileiro receber as pessoas no Suriname.

[45] A cerimônia do fim do mês do Ramadã segue o calendário mulçumano, e, como este é um calendário lunar, com meses de 29 a trinta dias, não há uma data fixa para a sua comemoração.

[46] Apesar de não constar no calendário nacional, é um dia festivo para os descendentes de javaneses, e no centro de Paramaribo são realizadas atividades culturais concernentes a esse grupo étnico (apresentação de danças regionais de origem javanesa, por exemplo).

Com as entrevistas, o objetivo era conhecer a história de vida dos interlocutores, considerando-se que a história de vida é uma "narrativa linear e individual dos acontecimentos que ele [o interlocutor] considera significativos", e que nela "se delineiam as relações com os membros de seu grupo, de sua profissão, de sua camada social, de sua sociedade global, que cabe ao pesquisador desvendar"[47] — e tal abordagem permitiu reconstruir as trajetórias migratória e ocupacional das pessoas, e, sobretudo, usar como fio condutor das análises as suas próprias interpretações a respeito de suas vivências num universo repleto de contradições e incertezas. A utilização de diversas testemunhas permite que a análise ultrapasse sua singularidade, transformando-se em uma reflexão com componentes sociais coletivos, como pontua Daniel Bertaux:

> En multipliant les récits de vie de personnes se trouvant ou s'étant trouvées dans une situation sociale similaire, ou participant au même monde social, et en centrant leurs témoignages sur ces segments-là, on cherche à bénéficier des connaissances qu'elles ont acquises de par leur *expérience directe* sur ce monde ou cette situation, sans pour autant s'empêtrer dans leur singularité intrinsèque[48].

O roteiro de questões utilizado nas entrevistas foi o mesmo para todos os entrevistados, e, à medida que eles contavam sua história migratória, questões mais difíceis de abordar surgiam, como a passagem pelo clube, no caso de algumas mulheres. Estas, em sua maioria, falavam abertamente que haviam trabalhado num clube ou cabaré; as que não passaram por um deles, faziam questão de deixar isso claro e diziam que eram casadas — aliás, "casada" foi a palavra mais usada tanto pelas mulheres que queriam afirmar que não atuavam mais na prostituição como pelas que queriam afirmar que nunca fizeram parte dela.

As pessoas entrevistadas são brasileiras e exerciam as seguintes atividades: de cabeleireiro/a, manicure, cozinheira, sacoleira, proprietária de cantina[49], dono/a de máquina de extração de ouro, dona de casa, garimpeiro, mecânico, profissional do sexo, dona de lanchonete, proprietária de clube, proprietária de loja, proprietário/a de cabaré, gerente de cabaré, vendedora, promotora de eventos, garçonete, pastor e empresário, educador social e coordenador de associação, pedreiro, motoqueiro e motorista. As atividades citadas foram informadas pelos interlocutores, que no momento da entrevista a apontaram como a sua

[47] QUEIROZ, Maria Isaura Pereira de. *Variações sobre a técnica de gravador no registro da informação viva*. São Paulo: Ceru/FFLCH, 1991, p.6.
[48] BERTAUX, Daniel. *L'enquête et ses méthodes : le récit de vie*. 3.éd. Paris: Armand Colin, 2013, p.36.
[49] Pequeno comércio que vende de tudo um pouco (alimentos, roupas, sapatos, peças de moto e de máquinas utilizadas na extração do ouro, nos garimpos); em alguns locais, também funciona como cabaré.

ocupação — e veremos que, em geral, não é a mesma que exerciam desde que chegaram ao país, sobretudo as mulheres, uma vez que circulam entre uma atividade e outra conforme as circunstâncias e o local.

Depois das entrevistas realizadas, ficou difícil determinar um número de pessoas ou um grupo em particular a ser considerado, pois isso resultaria na perda de informações que complementavam as coletadas junto aos indivíduos considerados chave para a pesquisa (mulheres que migraram para o Suriname para se prostituir e com uma dívida com um clube). Assim, a opção foi trabalhar com todas, porque, de alguma maneira, tinham relação com a migração em função do garimpo ou da prostituição; e, dada a circulação constante dos interlocutores (e da própria relação do tema) com outros territórios, foi considerada também a coleta de dados (que incluiu entrevistas) realizada na Guiana Francesa (2011), na Guiana (2012) e na Holanda (2013).

As conversas aconteceram com inúmeras pessoas, a ponto de ser difícil dar um número exato sem cometer erros. Elas foram informais, formais, descontraídas, tensas, e constituem parte fundamental do mosaico desta pesquisa. Nas entrevistas semiestruturadas gravadas[50], primeiramente, na gravação, foi registrada a autorização oral para a sua realização e para a utilização das informações na tese — apenas duas brasileiras se negaram a registrar a entrevista (uma na Guiana, uma no Suriname), mas contaram suas experiências migratórias.

No total foram entrevistadas 74 pessoas que não faziam parte de instituições: 44 mulheres, 27 homens e três travestis/transexuais. A tabela 1, além do número de entrevistados, apresenta o local em que as entrevistas foram realizadas — a maioria delas em solo surinamês, contudo parte das pessoas entrevistadas no Suriname também circulava pela Guiana Francesa, e vice-versa. Quanto ao percentual, 60% das entrevistas foram realizadas com mulheres; 36%, com homens; e 4%, com travestis/transexuais[51].

[50] As entrevistas registradas no gravador tiveram duração entre vinte minutos e duas horas.

[51] Embora destacada a orientação sexual de três interlocutoras não será identificada a situação das demais pessoas que foram inseridas como homem ou mulher pois não houve possibilidade de tratar desta questão com as mesmas.

Tabela 1: Total de mulheres, homens e travestis/transexuais brasileiros entrevistados, e países/territórios onde foram feitas as entrevistas.

Locais pesquisados	**Entrevistas gravadas**			**Total**
	Mulheres	Homens	Travestis	
Suriname	31	24	1	56
Guiana	9	1	2	12
Guiana Francesa	3	1	-	4
Holanda	1	1	-	2
TOTAL	**44**	**27**	**3**	**74**

O grau de escolaridade das/os entrevistadas/os, é baixo. Entre os homens, dezessete frequentaram a escola, o menor período de frequência foi um ano e o maior, oito; dos dezessete, alguns afirmavam que não conseguiam ler muito bem, e normalmente apenas assinavam o nome; três não foram alfabetizados (Tabela 2). As mulheres apresentam grau de escolaridade ligeiramente superior, e três delas chegaram a entrar na universidade, mas apenas uma concluiu o curso; a maioria frequentou a escola entre 1 e 10 anos (37) (Tabela 3). Das três travestis/transexuais entrevistadas (que não constam em tabela), duas, ambas com 25 anos na época da pesquisa de campo, concluíram o ensino médio; uma (23 anos) estudou apenas até a 3ª série.

Tabela 2: Distribuição dos homens entrevistados segundo faixa etária e nível de escolaridade.

Faixa etária	**Escolaridade**					**Total**
	Não alfabetizado	1ª à 4ª série	5ª à 8ª série	Ensino Médio incompleto	Ensino Médio completo	
18 a 23 anos	-	-	1	2	-	3
24 a 29 anos	-	1	1	-	2	4
30 a 35 anos	-	-	2	-	1	3
36 a 41 anos	1	2	2	-	-	5
42 a 47 anos	-	1	2	1	1	5
48 a 53 anos	-	3	1	-	-	4
54 a 58 anos	2	-	-	-	-	2
Acima de 59 anos	-	1	-	-	-	1
Total	**3**	**8**	**9**	**3**	**4**	**27**

Tabela 3: Distribuição das mulheres entrevistadas segundo faixa etária e nível de escolaridade.

Faixa etária	Escolaridade						Total
	1ª à 4ª série	5ª à 8ª série	Ensino Médio incompleto	Ensino Médio completo	Ensino Superior incompleto	Ensino Superior completo	
> de 18 anos	-	-	1	-	-	-	1
18 a 23 anos	-	-	-	-	-	-	-
24 a 29 anos	-	4	3	2	1	-	10
30 a 35 anos	1	8	2	-	1	-	12
36 a 41 anos	-	7	1	-	-	-	8
42 a 47 anos	1	1	1	1	-	-	4
48 a 53 anos	3	4	-	1	-	1	9
Total	**5**	**24**	**8**	**4**	**2**	**1**	**44**

A Tabela 4 mostra a atividade das/dos entrevistadas/os. Dezessete dos homens eram garimpeiros; os demais (10) exerciam outra atividade, e, destes, sete, em caso de necessidade, voltavam a trabalhar diretamente na lavra do ouro, ou seja, as atividades como ourives, motoqueiro, marreteiro, dono de máquina, taxista, proprietário de cabaré eram as principais apenas no momento da pesquisa — em relação aos três restantes, um trabalhava como educador social (entrevistado na Guiana Francesa), um era pastor e empresário (entrevistado na Holanda), e o outro, cabeleireiro (entrevistado no Suriname). Das mulheres, dezoito exerciam atividades domésticas; as demais exerciam atividades ligadas a empreendedorismo, ao comércio e ao trabalho do sexo. Algumas pessoas exerciam mais de uma atividade quando foram entrevistadas.

Tabela 4: Distribuição das 74 pessoas entrevistadas, por ocupação.

Ocupação no momento da entrevista	Total*
Garimpeiro	17
Cozinheira	12
Proprietária/o de cabaré (5 M / 1 H)	6
Manicure e pedicure	4
Sacoleira	3
Empregada doméstica	3
Dona de casa	3
Motoqueiro	3
Ourives	3
Marreteira/o (2 M / 1 H)	3
Cabeleireira/o	2
Vendedora de loja	2
Proprietária de restaurante/lanchonete	2
Trabalhadora do sexo	2
Proprietária/o de máquina	2
Proprietária de clube	1
Proprietária de cantina	1
Proprietária de loja	1
Gerente de cabaré	1
Promotora de eventos	1
Enfermeira	1
Garçonete	1
Educador social	1
Pastor	1
Empresário	1
Mecânico	1
Taxista	1
Total	**79**

* O total das atividades exercidas é maior que o número de pessoas entrevistadas porque algumas, no momento da entrevista, exerciam mais de uma.

Das 44 mulheres entrevistadas, quinze migraram através de um clube de prostituição: quatorze para clubes no Suriname, uma para um clube da Guiana; 24 buscaram, inicialmente, trabalho em áreas relacionadas principalmente a serviços domésticos; e cinco migraram para trabalhar em cabaré no garimpo como trabalhadora do sexo ou gerente (Tabela 5).

Tabela 5: Destino das mulheres ao sair do Brasil.

Locais pesquisados	Destino das mulheres ao sair do Brasil			Total
	Prostituição em clube	Prostituição fora do clube	Outras atividades	
Suriname	14	4	13	31
Guiana	1	1	7	9
Guiana Francesa	-	-	3	3
Holanda	-	-	1	1
TOTAL	**15**	**5**	**24**	**44**

Todas/os as/os entrevistadas/os foram informadas/os que a pesquisa estava sendo realizada para uma tese do doutorado, mas, muitas vezes, pensaram que eu era geóloga[52] ou estudante de Direito (talvez pelo fato de que, no Brasil, é habitual chamar de doutor uma pessoa com formação em Direito, e ao ouvir a palavra doutorado faziam a associação). Quando ficava claro que ainda não haviam entendido o objetivo da entrevista, novamente era explicado que era um trabalho para a universidade, e muitas vezes isso serviu de incentivo para que a concedessem.

De modo geral, as entrevistas foram gravadas com fundo musical de forró, brega paraense, tecnobrega, sertanejo, brega romântico (estilo Reginaldo Rossi) ou de algum programa de TV da Rede Globo. Em relação à televisão, não havia um programa em especial sendo transmitido (algumas vezes, era um desenho animado), a questão era simplesmente deixá-la ligada[53]. No início da entrevista, perguntava às/aos entrevistadas/os se podiam desligar, e elas/eles apenas baixavam o volume, e percebi que era inútil tal solicitação: a televisão fazia parte da paisagem e da vida, algo impregnado ao cotidiano dessas pessoas, como se através dela estivessem no Brasil.

Algumas vezes, interlocutores disseram que se eu quisesse ganhar dinheiro, o Suriname era o lugar; teve um que insistiu para que lhe dissesse quanto a universidade pagava para realizar a pesquisa: queria fazer uma comparação com o quanto ganha uma mulher no Suriname, seja no mercado do sexo, seja como cozinheira de garimpo ou dona de restaurante. Segundo ele, não

[52] Há relatos de que geólogos circulam nas áreas de garimpo para realizar análise de solo — segundo os interlocutores, com o objetivo de descobrir áreas com potencial aurífero.

[53] Quando eu chegava em um local no qual havia antena parabólica, a televisão estava ligada, muitas vezes sem ninguém assistindo, fosse em Paramaribo, fosse no garimpo. A maior parte das entrevistas gravadas tem, ao fundo, o som da televisão, ou músicas, e isso, por vezes, dificultou o trabalho de transcrição, pois o volume estava muito alto e os interlocutores não se davam conta disso. Pedir para baixar o volume ou desligar (o que não faziam, apenas baixavam o som) era quase sempre necessário, mas em locais como restaurantes e bares, onde sempre tinha um cliente interessado na TV, isso não era possível (programas de televisão brasileiros são um atrativo a mais nos estabelecimentos comerciais frequentados por brasileiros).

importava quanto a universidade pagava (não chegou a saber que não havia financiamento para a pesquisa), no Suriname era possível ganhar muito mais, uma vez que ali tinha todo tipo de meio de ganhar dinheiro, idealizando-o como o país das oportunidades; independentemente da formação ou do grau de escolaridade, mulher tinha oportunidade de trabalho — o mais importante era querer trabalhar e ter "cabeça" (ser esperta e responsável para guardar dinheiro, para retornar ao Brasil). Nesse contexto, as narrativas reforçavam a ideia, que muitos repetiam, de que no Suriname, diferente do Brasil, as mulheres têm chances de conseguir um trabalho remunerado e ascender socialmente, mesmo com baixa escolarização:

> O campo [de trabalho], pra mulher, aqui é mais estreito, tem mais é pra homem. Mulher, aqui, uma grande parte delas vem pra cá pra se prostituir, né. Mas não é todas, porque aqui não tem só isso, aqui não tem só prostituição. […] Tem muito emprego na cidade, mas ninguém quer trabalhar aqui na cidade; elas preferem se prostituir porque acham que ganha mais. […] Eu não conheço nenhuma mulher que veio pra cá, pra trabalhar, que não conseguiu emprego. […] mas tem gente que não quer trabalhar, não fazem questão. Vai passando, elas vão vivendo do que elas acham bom, né, aí arruma um marido... Às vezes dá certo de arrumar um marido. [...] Brasil não é bom, né, para brasileiro. Aí, a gente não tem emprego, o grau de escolaridade baixo, e eu com o filho pequeno. E eu não tinha oportunidade... sem casa pra morar, sem nada. O que eu construí no Brasil foi com dinheiro daqui do Suriname, porque se eu não tivesse vindo pra cá, não tinha nada também [...]. Brasil é o lugar que a gente é brasileiro, mas é um lugar que, pra apoio pro cidadão, emprego, uma vida decente... o brasileiro de baixa renda não tem. Não tem. Todos os que vieram pro Suriname, que mora aqui, que gosta aqui do Suriname, todos pensam do mesmo jeito, porque muitos conseguiram a vida foi aqui. Vieram do Brasil, sofrido — como eu e como várias que eu conheço —, aí chegaram pra cá e a vida melhorou. Aí, não quer... vai fazer o que pra lá? Eu vou lá porque minha mãe e meus filhos moram lá, mas eu preferia morar aqui. (Giovana[54], 38 anos, dona de loja de roupas, quatro filhos, entrevistada em 2011 no Suriname)

Os entrevistados não serão identificados, e isso sempre foi deixado claro na hora em que foram abordados, antes mesmo de dizerem o nome; aqui, terão sigilo sobre o nome, o apelido e outras informações pessoais[55], e para facilitar o acompanhamento das histórias contadas e das narrativas de cada um/uma serão utilizados nomes fictícios — embora muitos já usem nomes fictícios no Suriname: alguns homens têm um apelido, pelo qual são chamados por todos (alguns eram conhecidos apenas pelos apelidos); e as mulheres que atuam no mercado do sexo

[54] Giovana será apesentada posteriormente.
[55] Muitos interlocutores encontravam-se em situação administrativa irregular. Além disso, as profissionais do sexo afirmaram, de modo geral, que suas famílias no Brasil não tinham conhecimento da real atividade que elas exerciam.

costumam adotar outro nome, como explicou Marcelo[56] (37 anos, garimpeiro, um filho, entrevistado em 2012 no Suriname): "No garimpo você não vê nome de Maria, você não vê nome de Joana; você só vê Cherry, só nome de artista. Não é o nome real, não fala o nome real. Nunca diz". Alguns nomes de "guerra" foram assumidos pelas mulheres quando ainda estavam no clube, e, ao saírem dele, tenham ou não continuado na prostituição, o mantiveram, uma vez que era o nome pelo qual as pessoas de suas relações pessoais as conheciam.

No entanto, as instituições contatadas durante a pesquisa, ou com as quais houve conversa ou entrevista, serão nominadas: Embaixada do Brasil em Paramaribo, Georgetown e Haia (Holanda), a Adidância da Polícia Federal brasileira no Suriname e o Oficialato de Ligação da Polícia Federal Brasileira na Guiana. Em relação às instituições não governamentais, suas lideranças autorizaram a publicização do nome destas e/ou a de seu próprio nome: Fundação para o Desenvolvimento Brasileiro no Suriname (Fundação Brasur), no Suriname; Associação Développement, Accompagnement, Animation, Coopération (DAAC Guyane), e Skat Park, da Guiana Francesa; Fundação Tenda e Casa Brasil Holanda, da Holanda[57].

Das quatorze mulheres que migraram através de um clube do Suriname, a maioria concordou em conceder entrevista a partir da indicação de uma amiga que sabia de sua passagem por um clube em Paramaribo (algumas foram contatadas diretamente, outras, a amiga fez o contato); as demais foram abordadas diretamente, em locais de circulação regular de brasileiros (quando alguma concordava, eram marcados dia, hora e local para a entrevista). Alguns homens entrevistados também foram abordados desta última forma.

As entrevistas com as mulheres que migraram via clube de prostituição foram realizadas na casa das entrevistadas ou na de uma amiga delas, em horários diversos (algumas à noite), e elas já sabiam qual o tema que seria enfocado. No início das entrevistas, a maioria dizia algo do tipo "A minha vida é um livro aberto, não tenho nada a esconder" — referindo-se a um amigo, ao companheiro, à companheira ou aos filhos presentes, mas eu insistia para que a entrevista fosse realizada em um cômodo mais tranquilo, onde ela ficaria mais à vontade para falar de questões pessoais e haveria o distanciamento do barulho da música ou da televisão. Assim, a maior parte das entrevistas com as mulheres foi realizada privadamente, no quarto ou

[56] Marcelo, 37 anos, garimpeiro, 3ª série, é natural de Belém. Em 1987, quando tinha 12 anos, a mãe, que migrara anos antes para o Suriname através de um clube de prostituição, o levou para viver com ela (acabara de se casar com um ex-cliente). Marcelo, que chegou a frequentar a escola surinamesa, voltou ao Brasil três anos depois, para morar com o pai. Em 1994, aos 19 anos e já pai de um menino, retornou ao Suriname, mas desta vez entrou ilegalmente: embarcou em um pequeno barco no porto de Belém, e a viagem até Paramaribo durou sete dias. Desde então trabalhou como garimpeiro no Suriname e na Guiana Francesa, ou em setores ligados à construção civil e ao comércio em Paramaribo, e nunca mais voltou ao Brasil. Marcelo tinha permanência no Suriname renovável a cada dois anos.

[57] Quanto à idade das/dos entrevistada/os, a idade informada aqui é a da época da entrevista.

na sala da casa, sem a presença de outras pessoas. Isso possibilitou entrevistas mais descontraídas, e, muitas vezes, com momentos de silêncio e emoção. Cada emoção expressada tinha peso e natureza diferentes: as que falavam dos filhos que deixaram no Brasil, pensavam no sentimento de abandono, ou, em alguns casos, entristeciam-se porque eram adolescentes e estavam envolvidos com drogas ou crimes; a que não teve a possibilidade de aprender a ler e a escrever na infância, lamentava não ser alfabetizada. Em seu testemunho, não demonstraram se arrepender da decisão de migrar, mas lamentavam o que deixaram, sobretudo os filhos e a mãe — e sempre expressavam isso com muita dor e, por vezes, lágrimas.

No início do trabalho de campo, esses momentos me deixavam sem saber o que fazer e, ao mesmo tempo, angustiada quando voltava com o gravador repleto não apenas de dados para a tese, mas também de emoção, sofrimento, alegria, saudade, desejos, esperanças. Eu sempre me perguntava como reagir, que método utilizar nesses momentos em que as palavras perdiam força sufocadas pelas lágrimas. Nunca encontrei resposta, mas percebi que o gesto de oferecer um lencinho e escutar atentamente era suficiente; poder contar para alguém sua história, como forma de desabafo ou mesmo como denúncia, lhes bastava. Algumas vezes, ao final da entrevista, a formalidade foi quebrada, e em vez de um aperto de mão em agradecimento à disponibilidade e à confiança em me contar sua história, dei um forte abraço.

Primeiros contatos: aeroporto de Belém

A pesquisa de campo foi desenvolvida em várias etapas. Na primeira, realizada em junho de 2011, os esforços foram concentrados em Paramaribo, a maior área urbana do Suriname, com população de 250 mil pessoas (a população total do país é estimada em 480 mil). Os primeiros contatos foram feitos ainda no Aeroporto Internacional Val-de-Cans - Júlio Cezar Ribeiro, em Belém, com passageiros do voo para Paramaribo. Nesse aeroporto, antes de entrar na sala de embarque já dava para identificar quem tomaria o avião rumo à capital surinamesa: homens e mulheres que se aglomeravam na frente do portão de embarque em silêncio, com bilhete e passaporte à vista, e observavam atenta e discretamente uns aos outros — nada do habitual grupo de pessoas com uma revista ou um livro na mão, e a impressão era a de que procuravam rostos conhecidos. No momento de entrar na sala, o grupo tranquilamente

ficou em fila, e os que vinham atrás olhavam o que faziam os da frente — e a cena insinuava que a maioria fazia sua primeira viagem de avião e sua primeira viagem ao Suriname.

Na sala de espera, uma jovem, Paula, parecia habituada aos procedimentos: em meio ao silêncio da sala, ela simplesmente mexia no celular enquanto esperava o tempo passar. Aproximei-me e iniciei uma conversa sobre o atraso do voo, e ela perguntou se era a primeira vez que eu ia ao Suriname; ao saber que não, quis saber o motivo da viagem, e foi uma chance para falar da pesquisa, sem destacar muito a questão da prostituição, mas evocando a migração de mulheres. Durante a conversa Paula me falou que conhecia uma mulher que trabalhara em clube; perguntei se me apresentaria a essa mulher e ela concordou: ficou de fazer o contato e intermediar. Deu seu telefone e a conversa continuou: ela viera ao Brasil fazer uma cirurgia, e, depois de uns trinta minutos de conversa, contou que também estivera em clube. Falei do meu interesse em escutar sua história, e ela respondeu que não, mas apresentaria pessoas.

Assim, sem muito critério e sem pretensão, foram feitas tentativas de contato com pessoas que pareciam disponíveis na sala de espera do aeroporto. Ali, Paula foi o único contato significativo para a pesquisa, pois as demais tentativas de conversar não foram frutíferas, as pessoas pareciam atentas e apreensivas com a viagem; algumas apenas escutavam (ou observavam) o que eu dizia, e no máximo faziam um sim ou um não com a cabeça, ou murmuravam um "hum-hum" difícil de identificar se era um sim ou um não, mas parecendo uma demonstração de desconforto e desconfiança.

O embarque parecia um velório, todo mundo calado, as pessoas segurando seus pertences de mão sem fazer barulho. Visivelmente, quase todos eram brasileiros, em sua maioria, homens. Durante o voo, um rapaz de aproximadamente 23 anos, que estava sentado ao meu lado, contou que viajava pela primeira vez de avião e que também era a primeira vez que ia ao Suriname; lá trabalharia num garimpo junto com um tio, que o aguardava. Ele me pediu para preencher a sua folha de entrada de estrangeiro no país, e dava para perceber que a aeromoça era bastante solicitada pelos passageiros para o seu preenchimento (alguns tinham uma cópia já preenchida, que lhes servia de exemplo). Era visível que aquele papel, escrito em holandês e em inglês, era um tormento para a maioria daquelas pessoas; também era visível que, muitos, mal sabiam assinar o próprio nome.

Quando o avião já sobrevoava Paramaribo, a aeromoça anunciou, em holandês e inglês, que haveria uma pequena parada em Caiena, antes, por causa do mal tempo, mas todos permaneceriam a bordo. Quando o avião pousou nessa cidade, formou-se uma fila enorme no corredor do avião, de passageiros que se preparavam para descer, pois não tinham compreendido nada do que ela anunciara. Alguns minutos depois, em meio ao burburinho de

vozes que questionavam por que a porta do avião não abriu, uma voz masculina (um surinamês), falando lentamente um português simples, mas compreensível, explicou que o avião estava em solo da Guiana Francesa e que todos deveriam aguardar sentados — não demorou e o erro virou motivo de riso. Se fosse um caso de emergência, todos estariam em perigo, pois poucos ali entenderam de imediato o que estava acontecendo[58].

Depois do desembarque em Paramaribo, o desafio era identificar potenciais contatos para a pesquisa. O local em que me instalei nessa cidade ficava justo onde a Tourtonnelaan se transforma em Anamoestraat, nas proximidades do Klein Belém, área que consegue dispersar o cheiro de masala, que perfuma parte da culinária surinamesa: nela o aroma vem de temperos e comida brasileiros, que exalam pelas ruas, como o do churrasco e o de pratos nordestinos.

Essa primeira etapa em campo foi marcada por um período de calma para os brasileiros no Suriname, pois grande número deles havia sido regulamentado pouco antes, e as pessoas circulavam mais pelas ruas do Klein Belém: o vaivém de pessoas ia até tarde da noite, o que dava a impressão de estar no Brasil[59].

Depois de uma semana em Paramaribo, liguei para Paula, e ela ficou de retornar a ligação; duas semanas depois, telefonei novamente, e ela ainda não conseguira falar com as pessoas, pois estavam no garimpo, mas uma amiga sua aceitara ser entrevistada. Marcamos e fomos juntas na casa da amiga, e a primeira entrevista foi feita. Paula aguardou o final e disse que outra amiga sua daria entrevista, e já estava esperando — mas, antes de ir, outra brasileira, que morava na parte de cima da casa, foi entrevistada. Depois pegamos um táxi e fomos ao encontro da terceira entrevistada, uma brasileira que vivia com uma mulher, sua companheira, e um brasileiro, os três trabalhando com serviços ligados a estética e beleza na própria residência. O tempo entre um contato e outro era muito dinâmico e rápido, pois as pessoas chegavam a Paramaribo ou iam para o garimpo (no Suriname mesmo ou na Guiana Francesa)

[58] A Surinam Airways, por muito tempo única responsável pelos voos entre o Brasil e o Suriname, até o primeiro semestre de 2011 só fazia a comunicação em holandês e inglês (duas línguas, como é usual), mas esse voo tem, como maioria dos passageiros, brasileiros que só conhecem o português. No segundo semestre desse ano ocorreram alterações significativas na empresa, pois foram contratadas funcionárias que também falam português, seguindo um pouco a tendência de muitos comércios em Paramaribo, que têm uma vendedora para atender brasileiros, que são clientes assíduos e de recursos, e sempre pagam em dinheiro. Agora, durante o *check-in* e o voo há uma pessoa que fala português, o que possibilita a comunicação com os passageiros de origem brasileira, e a língua também foi incluída na transmissão das informações durante o voo. Em agosto de 2015 a Gol, companhia aérea brasileira, começou a fazer voos de Belém para o Suriname, e adota o mesmo procedimento da Surinam Airways com relação à adoção da língua portuguesa nos informes do voo.

[59] No Suriname não é comum as pessoas circularem a pé durante a noite pelas ruas, o comércio fecha cedo, por volta de 17h (apenas as lojas de chineses costumam ficar aberta durante parte da noite, principalmente aquelas nas proximidades do Klein Belém), e o transporte coletivo, que já é insuficiente, vai reduzindo aos poucos logo que anoitece.

rapidamente, seguindo o ritmo de vida dos brasileiros nesse território, constantemente em circulação.

Ao terminar a entrevista houve oportunidade de realizar uma outra (a quarta), com uma mulher que estava ali fazendo o cabelo. Na mesma semana retornei a essa casa para entrevistar duas brasileiras; ambas trabalhavam no garimpo, uma como cozinheira, uma na prostituição, mas esta última desistiu porque estava cansada: não dormira na noite anterior porque acompanhara o namorado em visitas a cassinos da cidade (para jogar) — e contava para as amigas como tinha sido a noite e sobre o presente que ele lhe dera: uma quantia em dólares[60].

Nessa primeira etapa em Paramaribo, as histórias de vida registradas permitiram compreender a circulação dos brasileiros pelo Suriname, mas já aí deu para perceber a necessidade de retornar ao campo para aprofundar as questões levantadas e seguir pistas que emergiram desses contatos. Também nessa primeira etapa houve oportunidade de visitar um garimpo explorado por *Noirs Marrons* (visita abordada na Parte I).

Na época procurei a Embaixada do Brasil em Paramaribo, que foi muito receptiva e deu várias informações, as quais conduziram ao encontro de brasileiros que colaboravam com ela e com o escritório da Adidância da Polícia Federal brasileira instalada no Suriname. Também estive no Centro Cultural Brasil-Suriname, onde acompanhei uma reunião entre o Consulado do Brasil e o Conselho de Representantes de Brasileiros no Exterior (CRBE)[61], o que facilitou a intermediação para, posteriormente, pesquisar em áreas de garimpos.

Cruzando o rio: entre o Suriname e a Guiana Francesa

Com o objetivo de realizar pesquisa de campo na Guiana Francesa, fui até Albina[62], para cruzar a fronteira, pois ela se localiza na margem surinamesa do rio Marowijne, em frente à cidade francesa de Saint Laurent du Maroni. O trajeto de Paramaribo até lá foi feito de táxi[63], pois não havia transporte público que fizesse o percurso — este era feito por qualquer pessoa,

[60] Reencontrei essa mulher em outro contexto, em 2012: estava grávida e era cozinheira no garimpo em que trabalhava seu companheiro, e, diferente de quando a conheci, já não atuava na prostituição.
[61] Composto, na época, por um garimpeiro, um pastor da Assembleia de Deus, um proprietário de hotel em Paramaribo, um dono de comércio em área de garimpo e um dono de máquina de extração de ouro.
[62] Pertencente ao distrito de Marowijne, Albina é cidade estratégica na passagem de brasileiros a caminho de algumas áreas de garimpo. É composta principalmente por populações indígenas e *Noirs Marrons Ndjuka*.
[63] Um taxista que eu já conhecia em Paramaribo: um jovem surinamês de origem javanesa, casado com uma brasileira que foi ainda criança para o Suriname. Ele, como boa parte dos surinameses que trabalham na região do Klein Belém, falava português.

fosse taxista ou alguém que trabalhasse de maneira informal no transporte de cargas e passageiros[64]. A viagem, que durou aproximadamente quatro horas, foi bastante cansativa, porque apenas uma parte da estrada era asfaltada[65] e, no resto, de chão batido, havia muita poeira, pois máquinas preparavam o solo para ser asfaltado.

No caminho havia uma barreira policial surinamesa, e fomos parados. O policial perguntou, em português, se eu falava *taki-taki*; diante da resposta negativa, iniciou uma conversa nessa língua com o taxista, que passou a traduzir. Tentei responder diretamente às suas questões em inglês, mas nem sempre ele entendia, ou eu não sabia lhe explicar direito, e o taxista traduzia. Enfim: pelas regras da imigração do Suriname era preciso ter passado pelo seu serviço de imigração para solicitar um carimbo no passaporte[66], o qual permitiria ficar mais dois meses no país. Como eu já estava em território surinamês havia quase três meses, o policial avisou que eu estava em situação ilegal e não poderia seguir viagem, e me pediu para descer do carro e acompanhá-lo ao escritório, do outro lado da pista. Lá, seu superior olhou o passaporte e lhe disse para "olhar melhor o passaporte da próxima vez, pois ela tem um visa da França e está voltando para casa" — segundo a tradução que o taxista fez, sorrindo.

Chegamos a Albina no final da manhã. Nessa cidade a circulação fronteiriça é intensa, feita em canoas conduzidas pelos *Noirs Marrons* através do Marowijne (eles são responsáveis pela maior parte do transporte fluvial realizado no país, pois conhecem melhor que ninguém os rios no meio da floresta, sobretudo nas áreas de difícil acesso). Os seus moradores também atravessam constantemente para Saint Laurent du Maroni; esta, na verdade, é como se fosse extensão do Suriname, e o rio estreito, uma "pequena rua" a ser cruzada em uns cinco minutos. Mas, para os não moradores, antes de atravessá-lo é necessário passar pela aduana surinamesa, que fica um pouco afastada do local onde atracam as canoas, de muita movimentação. Desci da van na margem do rio, em meio à grande confusão de condutores e passageiros[67], e fui para a aduana, na frente da qual peguei, depois, a canoa para atravessá-lo.

---

[64] No Suriname, nesse tipo de transporte o preço é quase tabelado, mas é necessário negociar com antecedência; depois de acertados o valor, a data e a hora, o motorista passa no local para pegar o passageiro, e, dependendo do que foi combinado, outras pessoas, desconhecidas, vão na mesma lotação (*covoiturage*).

[65] Segundo Maria Stela de Campos França (*Apanjaht: a expressão da sociedade plural no Suriname*. 228p. Tese [Doutorado em Antropologia Social] - Universidade de Brasília, Brasília, 2004), Albina, durante a guerra civil ocorrida na década de 1980 no Suriname, teve parte de suas estradas, que a ligava a Paramaribo, destruídas por bombas, para dificultar o pouso de aeronaves nas suas proximidades.

[66] É um procedimento obrigatório, mas não muito explícito, pois a informação que fica à disposição é de que os brasileiros podem permanecer no Suriname como turistas por três meses, e em nenhum momento é mencionado que a partir de um mês é preciso solicitar um carimbo no passaporte para ficar mais dois meses. Na primeira viagem ao Suriname, em 2007, cuja estadia foi de 35 dias, meu passaporte não foi carimbado e a saída do país ocorreu normalmente, sem questionamentos pela ausência do procedimento.

[67] Onde atracam as canoas há disputa entre os canoeiros pelos passageiros que atravessarão o rio e entre motoristas de vans pelos passageiros que seguirão viagem por elas, e eles tentam insistentemente convencer as pessoas a

Apesar de a fronteira parecer invisível, em razão do vaivém de canoas e de a vida cotidiana de muitos ali estar atrelada aos dois lados do rio, avisei ao canoeiro que eu precisava oficializar minha entrada na Guiana Francesa, e ele me levou para a aduana. Nela, olharam atentamente o meu passaporte, o carimbo de visto da França metropolitana e a Carta de Séjour, carimbaram a data de entrada naquele e me liberaram para entrar. Saí dali com a perspectiva de encontrar um táxi ou um ônibus para ir até a rodoviária, pois meu destino final era Caiena[68] — no entanto, não havia por perto estabelecimento ou alguém que pudesse indicar a direção do local onde pegar a van para essa cidade, pois a movimentação de canoas e carros, que na margem francesa do Marowijne é idêntica à da surinamesa (Figura 2), ficava um pouco antes da aduana, numa parte sem controle administrativo.

segui-los. É meio confuso para quem não está acostumado, pois eles gritam para ganhar a atenção e influenciar a escolha das pessoas, ao mesmo tempo que começam a tirar-lhes das mãos as bagagens sem que elas saibam exatamente o que está ocorrendo; quando percebem, suas coisas já estão dentro da canoa ou da van e praticamente são obrigadas a acompanhá-los. Parece uma desordem total, ninguém ouve ninguém, mas há todo um código de negociação que só eles entendem. O certo é que assim que as pessoas estão sentadas os gritos cessam e o perdedor sai em busca de outro passageiro. Senti todo esse furor ao retornar da Guiana Francesa: ao descer da van na margem do rio, fui cercada por três homens, que falavam em voz alta que era para pegar a sua canoa, mas não se falavam entre si. Fiquei um pouco assustada, pois um deles pegou a minha mochila e, antes que eu pudesse dizer não, eu já estava dentro da canoa. Enfim, não escolhi que canoa pegar, apenas segui o homem que estava com minha mochila, tentando recuperá-la, enquanto os outros dois, atrás, indicavam-me a sua.

[68] Não foi realizada pesquisa em Saint Laurent du Maroni porque não foi possível contatar pessoas dessa cidade que pudessem passar informações ou ajudar a consegui-las, o que colocava a necessidade de um local seguro para ficar e de tempo para localizar mulheres brasileiras profissionais do sexo. Além disso, havia a ideia de que em Caiena o campo daria as respostas em relação à Guiana Francesa. Mas a prostituição de migrante é uma realidade ali: "Aujourd'hui, la prostitution à St Laurent semble être une prostitution de rue traditionnelle dans une bourgade peu animée. Les femmes sont originaires du Surinam, du Guyana et de République Dominicaine, et dans une moindre mesure du Brésil" (GUILLEMAUT, Françoise; SAMSON, Martine Schutz. *Travail du sexe et mobilité en Guyane, des défis pour la lutte contre le VIH/sida*. Antilles-Guyane: Ministère du Travail, de l'Emploi et de la Santé/Direction Générale de la Santé – DGS/RI 2, Bureau des infections par le VIH, les IST et les hépatites, 2011, p.26).

Figura 2: Saint Laurent du Maroni: local onde atracam canoas que fazem a travessia do rio Marowijne entre essa cidade e Albina (fronteira da Guiana Francesa com o Suriname) (2011)[69].

Encontrei-me no meio de quase nada, e então percebi um carro velho, sem portas, aproximando-se; dele desceu um homem de aproximadamente 60 anos[70], que informou o caminho e disse estar indo na mesma direção, que poderia me deixar perto do meu destino, e eu aceitei. Era aproximadamente meio-dia, momento do dia que na região amazônica é bastante quente e que, na Guiana Francesa, quase nada funciona (mesmo repartições públicas), o que me fez esperar três horas para iniciar o percurso em direção a Caiena. Até chegar a essa cidade, e já próximo a ela, houve eficiente fiscalização da Gendarmerie: por eu ser brasileira e precisar de visto para entrar na Guiana Francesa[71], nas duas vezes em que paramos para fiscalização (uma itinerante e uma em um posto fixo), meus documentos foram alvo de observação mais atenta.

Nos dias em que fiquei em Caiena pude visitar locais de maior concentração de brasileiros, como os bairros Matinha e Cabassou, e a praia Montjoly, aos quais fui graças à ajuda de três brasileiros, que me levaram de carro[72]. O contato com dois deles foi possível porque no Suriname conheci um brasileiro morador de Caiena, e ele passou o telefone deles (os

[69] Com exceção de algumas imagens retiradas do Facebook (o que é indicado em nota de rodapé), todas as fotografias aqui apresentadas são de minha autoria, e em parênteses está o ano em que cada uma foi feita.
[70] Um haitiano que havia migrado décadas atrás para a Guiana Francesa.
[71] Os brasileiros podem entrar na França metropolitana apenas com o passaporte, ou seja, não precisam de visto, e ficar por um período de três meses como turistas, e o mesmo acontece com os franceses no Brasil; porém, esse acordo bilateral não se aplica à Guiana Francesa, e isso eu sabia, pois entrei em contato com a Embaixada da França no Brasil, onde informaram que, como eu tinha a Carta de Séjour da França metropolitana, não teria problemas para entrar na Guiana Francesa.
[72] O transporte público em Caiena é realizado por ônibus, mas os horários fixados são bem espaçosos, o que fazia com que perdêssemos muito tempo esperando-os, e táxis custam caro.

dois, coordenadores de associações: DAAC Guyane e Skat Park); a terceira pessoa, uma mulher, conheci por acaso em uma loja.

Nessa cidade foram feitas entrevistas em locais inusitados, pois eu ficaria pouco tempo e as pessoas tinham pouca disponibilidade: em depósito de loja; dentro de carro quando o entrevistado se dirigia ao trabalho; na praça central, em meio ao burburinho das pessoas que nela transitavam; e, a mais curiosa, em uma casa abandonada, ocupada por brasileiros, à noite (por volta de 20h).

Essa casa não parecia estar ocupada, pois durante a noite as lâmpadas não eram acesas — a eletricidade só era utilizada para manter eletrodomésticos ligados, caso da geladeira. Segundo os moradores, estava abandonada e foi ocupada por brasileiros; como não havia um responsável para assumir a conta de energia elétrica, esta foi cortada, mas eles a religaram, e, para não chamar a atenção, à noite utilizavam velas e lanternas — isso perto do centro de Caiena. Fui levada até a casa pela brasileira que conheci em uma loja. A casa ficava no alto de um pequeno morro, e havia mato em torno dela, o que ajudava a parecer abandonada — mas não era possível visualizar muita coisa do terreno na escuridão, e, na verdade, nem vi direito o rosto das pessoas com as quais conversei: ao chegar lá, a mulher que seria entrevistada veio ao nosso encontro com uma lanterna, para facilitar nossa entrada.

Naquele momento moravam ali uma criança, duas mulheres e vinte garimpeiros[73]. Estes, segundo a interlocutora, estavam no país legalmente, eram funcionários de uma empresa de mineração de ouro e trabalhavam perto de Caiena. Provavelmente, seu endereço "oficial" era o de alguém que conheciam, mas moravam ali, em condições precárias, um retrato da moradia de migrantes brasileiros na cidade, onde vivem muitas famílias com trabalho regular e Carta de Séjour. Segundo a DAAC Guyane, a Guiana Francesa estava com dificuldades para suprir o seu déficit habitacional, que não atingia apenas os estrangeiros.

O tempo passado no departamento francês mostrou que o processo migratório de brasileiros e brasileiras nesse território tem outros contornos e circuitos, comparativamente ao Suriname e à Guiana. Em Caiena os garimpeiros brasileiros sem Carta de Séjour não eram facilmente identificados nas ruas, e as trabalhadoras do sexo brasileiras não migravam através de clubes de prostituição: havia as que já trabalhavam na prostituição no Brasil e as que iam

[73] Que não aceitaram falar; alguns, inclusive, entraram no quarto para não ser vistos, pois, segundo eles, falar de garimpo em Caiena não é seguro, e temiam perder o emprego.

para trabalhar em serviços domésticos e passavam a atuar ocasionalmente na prostituição de rua ou em bares[74].

Os homens e mulheres que trabalhavam em áreas de garimpo clandestinas não se instalavam nos locais, mas circulavam entre esse território, o Suriname[75] e o Brasil, seguindo o fluxo de trabalho. Isso significa que não dá para defini-los como migrantes na Guiana Francesa ou no Suriname, pois circulam entre esses espaços como se não houvesse fronteira.

Em Caiena também estive na Embaixada brasileira, mas, diferente da do Suriname e a da Guiana (esta, contatada em 2012), não foi possível falar com nenhuma pessoa. Eu queria marcar uma entrevista com alguém, e a única resposta que obtive, através da secretária, foi que o vice-cônsul estava em viagem ao Brasil e que todas as informações relacionadas à instituição e aos brasileiros presentes no departamento francês estavam no *site* da instituição. Mas, enquanto esperava sua resposta, conversei com brasileiros que estavam ali por motivos específicos: a maioria precisava renovar o passaporte e possuía Carta de Séjour, e tinha casos de solicitação de autorização de retorno ao Brasil (ABR), um documento que assegura a passagem da fronteira sem passaporte[76].

Para voltar ao Suriname, novamente passei por Saint Laurent du Maroni. Na aduana o *gendarme* ficou algum tempo verificando o meu visto e a Carta de Séjour, depois dirigiu-se a um colega. Os dois conversaram alguns minutos, então o segundo veio até onde eu estava, pediu que esperasse e saiu do local de carro, com meus documentos. Aproximadamente meia hora depois, voltou, mostrou-me cópias de vários papéis e informou que eu estava em condição ilegal na Guiana Francesa.

Após ter circulado e passado por diversas fiscalizações, mais uma vez me descobri administrativamente ilegal. Naquele momento não entendi o motivo, uma vez que tinha em

[74] Em Caiena havia grande fluxo de brasileiras para trabalhar nos serviços domésticos em residências de franceses, algo quase inexistente no Suriname e na Guiana; ao contrário, nestes últimos são os nacionais que trabalham para os brasileiros, pois cobram mais barato por esse tipo de serviço.

[75] O ouro retirado na Guiana Francesa por garimpeiros clandestinos, por exemplo, de modo geral é vendido informalmente no Suriname, onde compram alimentos e material de trabalho para retornar ao garimpo.

[76] São casos de pessoas que não têm os documentos exigidos para solicitar o passaporte, por terem sidos roubados, por terem perdido, por terem entrado ilegalmente na Guiana francesa. Este era o caso de seu Valdir, 60 anos, originário de Macapá (capital do estado do Amapá), que trabalhava havia vinte anos na Guiana Francesa sem Carta de Séjour: atravessou a fronteira ilegalmente e pouco tempo depois decidiu buscar a família, mas durante a travessia clandestina pelo rio Oiapoque a canoa virou e a mulher e o filho morreram afogados. Ele voltou sozinho para a Guiana Francesa e não retornou ao Brasil. Trabalhara todo esse tempo na agricultura e com jardinagem, nunca ficara desempregado, mas as pessoas que o contratavam não forneciam os papéis necessários para a solicitação de uma Carta de Séjour de trabalho. Naquele momento queria retornar ao Brasil porque já não acreditava que conseguiria um trabalho registrado e se regularizar, e não aceitava a possibilidade de ser deportado. Referindo-se à deportação constante de brasileiros, disse que "gostaria de entrar em meu país de cabeça erguida, e não como um criminoso". Uma mulher sugeriu que ele circulasse na frente da Gendarmerie ou de um *gendarme*, pois eles providenciariam seu retorno ao Brasil, e o melhor, ele não gastaria nada. Ele se ofendeu e repetiu que não era um criminoso, e que estava cansado de viver escondido.

mãos o passaporte e a Carta de Séjour francesa. Pensava estar em uma situação confortável, mas era o primeiro ano de séjour na França, e, segundo o *gendarme*, era preciso um Séjour específico para uma estada na Guiana Francesa. Expliquei o que disseram na Embaixada francesa quando a consultei, e ele mostrou um papel, que não tive condições de ler porque estava muito nervosa[77]; então, explicou que a Carta de Séjour permitiria entrar em território guianês apenas a partir do segundo ano, e continuou: "Você tem um Séjour da França metropolitana e isso não lhe dá o direito de sair para passear na Guiana ou na Martinica; você está ilegal e isso implica em recolher a sua Carta de Séjour".

Muito nervosa, falei que estava ali para realizar pesquisa para uma tese, e que entrei legalmente, com autorização da aduana francesa. Sua resposta foi que a pessoa que permitiu minha entrada não observou direito a Carta de Séjour. Depois de meia hora de conversa, ele disse que compreendia a situação e, como eu não havia agido de má fé e o funcionário da aduana cometera um erro ao me deixar cruzar a fronteira, não recolheria o documento, mas também não carimbaria a saída da Guiana Francesa no passaporte. Aconselhou-me a explicar a situação ao funcionário da aduana surinamesa em Albina e solicitar a ele que carimbasse e autorizasse minha entrada em território surinamês, e assim tudo estaria resolvido. Ao chegar à aduana surinamesa, fiquei mais um tempo me explicando; por fim, com muita reclamação e indecisão, o funcionário cumpriu todos os procedimentos para que eu pudesse entrar no Suriname legalmente, o que fiz imediatamente, antes que me encontrasse em situação irregular novamente. Estas situações são típicas de controle de fronteiras e demonstram que a dinâmica de mobilidade nesses territórios fronteiriços é complexa, portanto são espaços sociais de interação, tensão e poder.

Percorrendo a Guiana: a circulação de brasileiras/os nas Guianas

A Guiana está localizada no norte da América do Sul. Limita-se, ao norte, com o Oceano Atlântico, ao sul e sudoeste com o Brasil, a oeste com a Venezuela e a leste com o Suriname. Colônia da Holanda e, depois, do Reino Unido, conquistou a independência em 26 de maio de 1966; tornou-se República em 23 de fevereiro de 1970. Sua população, estimada em 746.955

[77] Afinal, não se tratava apenas da travessia da fronteira Guiana Francesa-Suriname, mas do possível impedimento de retornar à França metropolitana.

habitantes, concentra-se, em sua maioria, na faixa litorânea. Culturalmente faz parte do Caribe anglofônico, e é o único país da América do Sul que tem o inglês como língua oficial.

A primeira tentativa de fazer pesquisa na Guiana foi em junho de 2011, mas acabou não dando certo[78]. Em julho de 2012 finalmente fui a Georgetown, sua capital, num voo que saiu de Belém. Da mesma forma que em 2011, os contatos foram iniciados na sala de espera do aeroporto: percebi uma mulher, de uns 55 anos, muito atenta à movimentação e que segurava firme a única bagagem de mão, uma pequena bolsa na qual mal cabia seu passaporte. Aproximei-me e ela, dona Amarilda, disse que estava nervosa, pois nunca viajara de avião nem saíra de sua pequena cidade do interior do Maranhão — ia visitar o marido, que estava no Suriname trabalhando no garimpo[79] havia quatro meses. Os filhos, adolescentes, ficaram sob responsabilidade da avó, e ela não pretendia migrar, apenas ficar um tempo com o marido e retornar, pois ele não podia vir ao seu encontro no Brasil[80].

O voo fez escala em Paramaribo, onde a maioria dos passageiros desceu; apenas doze seguiram viagem, entre os quais um casal de brasileiros com uma criança, que tinham imigrado havia um ano e meio para a Guiana, para o trabalho pastoral na Assembleia de Deus — a igreja que passava por dificuldades financeiras, pois ali tinha poucos membros assíduos, e seu público-alvo, os brasileiros, em sua maioria circulavam pelos garimpos e não se fixavam na capital. Quando foi para Georgetown, a mulher estava grávida de oito meses; quando nos

[78] Meu intuito era ir a Georgetown e, depois, a Paramaribo. Fui a Boa Vista, capital do estado de Roraima (que faz fronteira com a Guiana), mas a empresa brasileira que fazia o trajeto Boa Vista-Georgetown, devido ao assassinato do seu proprietário, passava por dificuldades administrativas e cancelara os voos que operava. Pensei, então, em pegar um pequeno avião em Lethem, cidadezinha guianesa distante 115 km (em 2009, o Governo Lula inaugurou uma ponte sobre o rio Itacutu, na cidade de Bonfim, em Roraima, ligando-a a Lethem, como parte do projeto Arco Norte, do qual um dos objetivos é facilitar a integração da Região Norte do Brasil com o Caribe; até então a travessia era realizada por balsa, e a sua construção facilitou a ida de brasileiros para a Guiana, principalmente para garimpos e para comprar produtos originais e ou falsificados, de origem incerta, que revendem no Brasil). Lethem fica no meio da floresta e não tem qualquer infraestrutura, e fui até lá de carro, onde, na "agência de viagens" (uma pequena casa), um senhor informou que não era necessário fazer reserva para o voo com destino a Georgetown, apenas chegar algumas horas mais cedo para comprar a passagem; no entanto, era melhor pagar antecipadamente, pois com o cancelamento dos voos de Boa Vista, a procura havia aumentado. Dada a organização improvisada, decidi conhecer a pista de onde partia o avião. Justo na hora, um pequeno avião pousava sobre a pista malconservada e com alguns buracos à vista. Observei atentamente o pouso e as pessoas que, em seguida, desciam e caminhavam em direção à rua com suas bagagens já em mãos. A cena não convencia a pegar um avião ali: a aeronave não aparentava passar por manutenção séria e a pista mais parecia um terreno abandonado — esse tipo de avião é semelhante aos que, no Suriname, fazem voos para os garimpos situados em áreas mais distantes de Paramaribo, como, por exemplo, Benzdorp, pequena vila surinamesa situada no distrito de Sipaliwini, de onde se parte para vários garimpos do próprio Suriname e da Guiana Francesa, (bem como a pista de pouso é semelhante às pistas existentes próximo aos garimpos). O mais sensato e seguro era pegar um voo direto de Belém, pela Surinam Airways, e ir a Paramaribo.

[79] O marido trabalhava em uma empresa de exploração de ouro, que funcionava de maneira regular, mas não tinha contrato de trabalho nem autorização para trabalhar.

[80] Por coincidência, no retorno ao Brasil, vindo do Suriname, nos reencontramos, ela já mais tranquila e com a certeza de que não moraria neste último país: segundo ela, a vida no garimpo é muito dura, as pessoas trabalham muito e não há estrutura. Contou que o que mais a impressionou foi ver crianças no local, e mulheres muito jovens trabalhando na prostituição, o que a fez pensar nas filhas no Brasil.

conhecemos, ela trabalhava em um restaurante e ajudava o marido, pastor, no culto. Foi o meu primeiro contato com brasileiros que estavam nesse país.

No aeroporto pegamos o mesmo táxi, e no caminho paramos para trocar dólares pela moeda local (dólar guianês-GYD), para pagar o taxista, pois naquele não havia como trocá-los. Ao chegar à pequena casa de câmbio fiquei indecisa entre descer do táxi ou não: três homens grandes, fortes, portando armas de fogo (de cano largo e comprido, lembrando armas do Exército), estavam nas proximidades do local. Como o casal desceu do carro, e inclusive levou a criança, imaginei que estava tudo dentro da "normalidade". Desci, realizei a troca e me deram uma quantidade tão grande de notas que fiquei pensando de imediato em como administrar tão pouco dinheiro, mas inúmeros zeros[81].

A caminho do hotel, em outros estabelecimentos havia homens com o mesmo tipo de arma. Por que esse aparato de guerra? Quem são esses homens? Protegem o que ou quem? Essas interrogações foram respondidas pouco depois: eram seguranças privados de lojas, casas de câmbio, casas de compra de ouro. Contudo, salvo a grande arma em punho, não traziam identificação visível (uniforme, por exemplo) que os distinguisse das demais pessoas que circulavam pelos estabelecimentos.

No hotel estavam hospedados vários brasileiros. Alguns tinham chegado do Brasil para resolver negócios; outros, dormiriam ali uma noite e seguiriam para o garimpo, caso de duas moças de Boa Vista que pela primeira vez viajavam para a Guiana: não conheciam nada, mas souberam que era um bom lugar para vender roupas, por isso compraram certa quantidade para revender no garimpo. Não tinham nenhum contato naquele ao qual iriam, mas se informaram sobre como chegar até lá e iam arriscar.

Uma mulher que retornava do Brasil, onde fora fazer um tratamento de saúde[82], disse-me que muitas mulheres que estavam no hotel eram prostitutas, e que ele servia como espaço de encontros. Não demorou e passou uma jovem, de aproximadamente 22 anos, e a mulher, sem se preocupar com o tom de voz, comentou: "Está vendo essa daí? É prostituta. Os pais nem sabem o que ela faz aqui. Faz vergonha essas brasileiras que vêm pra cá". A moça não ouviu, ou fingiu que não ouviu, e foi para o quarto. Depois, estabeleci contato com ela e ficamos de conversar, mas quando a procurei ela já tinha partido. A circulação dos brasileiros em

[81] No primeiro momento na Guiana era preciso que os interlocutores brasileiros fizessem o cálculo em reais para que eu entendesse, pois a todo momento diziam ter comprado ou ganhado quinze mil, cem mil, etc., quantias que me espetavam como alfinetes, e de imediato eu tinha que fazer o cálculo para ter certeza que compreendera o valor. Depois de convertidos esses valores para reais ou euros, dava para perceber que significavam muito pouco.

[82] Muitas pessoas que estão na Guiana e no Suriname, quando precisam de tratamento de saúde, buscam no Brasil, no setor privado.

Georgetown era rápida, e passei a não deixar para depois: fazia a abordagem com os possíveis interlocutores e, se concordassem em dar entrevista, eu já a fazia; por vezes, esperei algumas horas até que se liberassem do trabalho ou de seus afazeres. Cheguei a abordar algumas pessoas em restaurantes de brasileiros enquanto assistiam TV.

No hotel a circulação era intensa, mas não parecia residência fixa de trabalhadoras do sexo. Outra pessoa ali também afirmou que era um local de encontros; no entanto, pessoas que trabalhavam em outros hotéis confirmaram que eles são apenas locais de passagem. Pelas informações obtidas, as brasileiras não moram nos hotéis, apenas se hospedam neles com algum namorado ou cliente durante a estada em Georgetown[83].

Um ponto importante nessa viagem é que ela permitiu compreender os limites geográficos e burocráticos estabelecidos pelos interlocutores brasileiros de Paramaribo: estes diziam ir a Georgetown (ou "George") para carimbar a entrada na Guiana no passaporte, para demonstrar que saíram do território surinamês — imediatamente voltavam e ganhavam novo carimbo de entrada no Suriname, o que lhes permitia circular por ele como turistas, uma prática comum que se iniciou com os clubes. No entanto, a principal porta de entrada de brasileiros para a Guiana é a partir de Roraima, ou até mesmo da Venezuela, não o Suriname. Dizer que iam a Georgetown, na verdade, era dizer que iam a Corriverton; diziam que iriam a Georgetown para fazer diferenciação entre a Guiana e a Guiana Francesa, que os brasileiros que estão no Suriname chamam de França — por isso, a cada momento que citavam Georgetown ou França era preciso refazer a pergunta para compreender a qual território se referiam[84].

Novos horizontes: desconstruindo o já conhecido

Em julho de 2012, depois de uma semana em Georgetown, novamente fui ao Suriname. Dessa vez, além de Paramaribo realizei trabalho de campo em áreas do garimpo do Macu, explorado por brasileiros, situadas na região de Afobaka, no distrito de Brokopondo (distante 120 km de Paramaribo).

[83] Mesmo porque, nessa cidade há vários hotéis pequenos, com pouca estrutura e preços menores, destinados aos brasileiros, o que significa uma cozinha com culinária brasileira, uma televisão com transmissão da programação da Rede Globo e uma recepcionista ou proprietária brasileira.

[84] Em 2011, em Paramaribo, a pergunta sempre era refeita aos interlocutores, mas a resposta não ficava clara, parecia sem nexo. Em Georgetown deu para entender o que realmente queriam dizer.

Essa segunda vez em campo foi marcada pela morte de dois *gendarmes* da Guiana Francesa por um grupo de assaltantes brasileiros liderado por um rapaz chamado Manoelzinho, durante uma operação da Gendarmerie para destruir um garimpo clandestino; e pela sensação de insegurança de muitos brasileiros, em situação administrativa regular ou não, que temiam maior fiscalização do governo em hotéis e residências na busca de possíveis criminosos. Eles estavam tão desconfiados a ponto de cogitar que as casas em que a polícia havia feito averiguação foram escolhidas porque possuíam antena parabólica, sinal visual de que tem brasileiro no local. Também o número de rondas da polícia era maior que o normal, e isso os deixava, além de desconfiados, cautelosos: escondiam-se e evitavam falar sobre sua presença em território surinamês[85].

No Suriname os diversos serviços de cuidado e beleza da mulher são oferecidos em larga escala por brasileiras/os. Em 2011, uma das primeiras entrevistadas, depois de alguns minutos de conversa, falou desse mercado lucrativo e uma frase interessante: "Eu conheço uma mulher que se cuida pelas unhas do pé". Quando questionei como, explicou que uma mulher que se cuida e quer ser respeitada está sempre com as unhas dos pés feitas — eu imediatamente olhei para os meus e vi que precisava tomar uma providência. Durante o campo, fui percebendo a necessidade de compreender melhor o universo dos inúmeros salões de beleza (instalados tanto na cidade como no garimpo).

A questão era como ter acesso a esses espaços — e veio a ideia de fazer as unhas. Mas era preciso pensar em uma maneira de utilizar esse serviço com segurança, e a melhor forma era utilizar o meu próprio material. Desse modo, comecei a percorrer salões de beleza para saber onde poderia amolar meu alicate de unha, e consegui o endereço de um senhor que confeccionava joias e, paralelamente, amolava os alicates das manicures da cidade. Enquanto ia aos salões procurando essa informação, deu para observar os espaços e estabelecer contatos.

[85] Percebi, ainda no aeroporto de Belém, em 2012, que as pessoas estavam mais atentas e desconfiadas na sala de embarque. Talvez a presença de uma equipe de reportagem brasileira que embarcaria no mesmo voo explicasse tanto burburinho, e não era para menos: ainda no *check-in* um repórter abordou várias mulheres na fila, com um microfone discreto preso à camisa, enquanto o cinegrafista gravava de longe (mais parecia câmera escondida). Uma senhora, que estava na minha frente, disse que provavelmente o repórter estava indo ao Suriname fazer alguma matéria sobre o assassinato de *gendarmes* franceses pelo grupo do Manoelzinho ocorrido dias antes. Como sua abordagem na fila era direcionada às mulheres, ela poderia estar errada. Segundo a mulher, tratava-se de uma equipe do programa Profissão Repórter, da Rede Globo. Já em Paramaribo, um mês depois, em conversa com um brasileiro, ele me contou que no mês anterior, quando estava no Diamond, uma equipe de reportagem brasileira estivera na porta desse clube com a câmera ligada, insistindo para entrar, e a confusão foi armada: o proprietário chamou os seguranças e não permitiu a entrada, alegando que ali era o local de trabalho das mulheres e que se eles quisessem entrar teriam que deixar a câmera do lado de fora. Depois de alguns minutos a equipe desistiu e foi embora, sem realizar a reportagem pretendida. Esse brasileiro se mostrou contra a atitude da equipe, entendia que a reportagem poderia prejudicar as mulheres que estavam trabalhando no clube sem que a família tivesse conhecimento de sua atividade.

De posse do alicate amolado e demais utensílios, entrei em alguns salões à procura de uma manicure; porém, devido à tensão entre os migrantes brasileiros, muitas das profissionais que trabalhavam neles haviam aproveitado o pouco movimento para visitar a família no Brasil. Nos dias em que tentei fazer as unhas, poucos clientes estavam nos salões, o que facilitou o contato com travestis/transexuais e gays brasileiros que trabalhavam em alguns deles. Enfim, as unhas não foram feitas, mas as tentativas serviram como ponte para o contato com alguns dos interlocutores e para descobrir em que trabalha a maioria das travestis/transexuais brasileiras que estavam no Suriname[86].

A Holanda: um caso em particular

O último momento em campo aconteceu em maio de 2013, em Amsterdam (onde fiquei uma semana), e foi, de certa maneira, por acaso e despretensioso, aliando a curiosidade à busca de respostas não encontradas no Suriname, principalmente sobre a rota do tráfico internacional de mulheres via aeroporto internacional de Paramaribo, citada por pesquisas realizadas no Brasil[87]. Naquele momento me distanciei das relações nas fronteiras das Guianas, da circulação entre a "rua" e o "mato", do mercado do sexo gerenciado por aventureiros ou por pequenos empresários locais e internacionais, bem como da constante mobilidade de mulheres oriundas do Brasil de passagem pela prostituição ou profissionais transnacionais. Fui para a Holanda para visualizar um mercado do sexo mais "industrial", cuja fiscalização por parte do Estado, aliada ao rígido controle de fronteira, impulsiona mulheres a fugirem ou a se sujeitarem à prostituição forçada, como veremos na primeira parte da tese.

Na Holanda há certa apreensão, entre os brasileiros, em falar sobre prostituição. Os passos para chegar a uma pessoa que possa conceder uma entrevista são demorados, pois é preciso ter sua autorização por escrito, sob pena de processo, o que serve de motivo para as pessoas se recusarem a falar, pois um papel assinado pode representar comprometimento.

[86] O mesmo acontece na Guiana e na Guiana Francesa (em Caiena é possível encontrá-las também durante a noite, na rua, em busca de clientes para relações sexuais pagas).

[87] Refiro-me a LEAL, Maria Lúcia; LEAL, Maria de Fátima P. (Orgs.). *Pesquisa sobre tráfico de mulheres, crianças e adolescentes para fins de exploração sexual comercial - PESTRAF: relatório nacional - Brasil*. Brasília: Cecria, 2002; e SODIREITOS; GAATW-REDLAC. *Pesquisa tri-nacional sobre tráfico de mulheres do Brasil e da República Dominicana para o Suriname: uma intervenção em rede*. Coordenação de Marcel Hazeu. Belém: Sodireitos, 2008.

Assim, sem muita expectativa, uma vez que não conhecia o país e não tinha ideia de como estabelecer contato com brasileiros, mandei um e-mail para a Embaixada do Brasil na Holanda falando da pesquisa e perguntando por pessoas ou instituições que pudessem me ajudar nesse país — e uma funcionária enviou a URL de um *site* onde havia o contato de várias associações de brasileiros e de pessoas que atuavam em colaboração com a Embaixada. Enviei um e-mail comum a todos e obtive quatro respostas: do presidente de uma associação, que estava no Caribe em férias com a família; de um dos fundadores da Fundação Tenda, Marcos Viana, que concedeu entrevista, na qual falou dos diversos casos de brasileiras em situação "complicada" ou vítimas de tráfico internacional de pessoas que a associação já acompanhara em Amsterdam; da Casa Brasil Holanda (ao chegar a Amsterdam, houve uma conversa com sua responsável, por telefone e, depois do retorno a Toulouse, outra, via Skype); e de Sarah, que fazia parte de uma igreja evangélica brasileira, que conhecia uma jovem, a Aline[88], que estava inserida no programa de proteção holandesa a mulheres vítimas de violência, a ACM. Interessei-me por sua história e Sarah ficou de perguntar a ela se concordaria em se encontrar comigo e se daria a autorização. Depois de algumas mensagens trocadas e da garantia de sigilo sobre sua identidade, Sarah nos colocou em contato. A entrevista, de aproximadamente duas horas, foi feita no prédio onde Aline estava sendo abrigada pelo serviço de proteção holandês. Tanto a entrevista com ela como a realizada com Marcos Viana foram longas e minuciosas, e ajudaram a compreender a forma de coerção sofrida pelas migrantes brasileiras sem visto de trabalho nesse território geograficamente distante do espaço circulatório das Guianas.

[88] Aline será apresentada posteriormente.

PARTE I:

MUNDIALIZAÇÃO DOS FLUXOS MIGRATÓRIOS: DISCURSOS, DISPOSITIVOS NORMATIVOS E PROSTITUIÇÃO

CAPÍTULO 1

MIGRAÇÃO CONTEMPORÂNEA: DESLOCAMENTOS E FORMAS DE MOBILIDADE

Na atualidade a migração internacional se tornou um fenômeno de alcance mundial. Socialmente e geograficamente diversificada, também são diversificados a sua motivação, as trajetórias e os seus efeitos, e sua importância está "muito mais em suas especificidades, em suas diferentes intensidades e espacialidades e em seus impactos diferenciados (particularmente no nível local) do que no volume de imigrantes envolvidos em deslocamentos populacionais"[89].

Em suas análises sobre questões migratórias da primeira década do século XXI, Catherine Wenden mostra que, nesse período, as migrações internacionais se globalizaram, e o número de pessoas em movimento vinha aumentando: em 2009 eram 214 milhões, tendo triplicado o número de migrantes internacionais nos últimos 40 anos. A autora salienta que a tendência desse fenômeno é permanecer em crescimento, já que os fatores estruturais que contribuem para a mobilidade de pessoas não apontam para mudanças no curto prazo: crises políticas e ambientais, mudanças climáticas, as mídias e formas de comunicação (internet, telefone celular, etc.), defasagens entre níveis de desenvolvimento humano, facilitação de emissão de passaporte, falta de perspectivas em um número crescente de países em desenvolvimento, redução do custo dos transportes, e mesmo a percepção de que é possível a mudança de vida através da migração internacional. No que se refere ao fluxo de pessoas, Wenden diz que os destinos mais procurados eram a União Europeia, os Estados Unidos, países do Golfo e a Rússia. Apesar de os fluxos Sul-Norte serem os principais nos debates relacionados a esse fenômeno, os fluxos em direção ao Sul do planeta (Sul-Sul e Norte-Sul) têm sido significativos, de modo que surgem novos polos de partida e acolhimento de migrantes, e polos de trânsito. Wenden chama a atenção para a recente diversificação das migrações (o aumento da mobilidade das mulheres, deslocamentos ambientais, fluxos de refugiados, menores desacompanhados, aposentados em busca de países com clima menos rigoroso, migrações Norte-Norte em razão de crises econômicas, etc.), fruto da regionalização dos fluxos de pessoas e do surgimento de situações novas e transversais nesse processo[90]. Esses deslocamentos e

[89] PATARRA, Neide Lopes; BAENINGER, Rosana. Mobilidade espacial da população no Mercosul, metrópoles e fronteira. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, v.21, n.60, p.83-181, 2006 (p.84).
[90] WENDEN, Catherine Wihtol de. *La question migratoire au XXIe siècle: migrants, réfugiés et relations internationales*. Paris: Presses de Sciences Po, 2010, p.25.

formas de mobilidade produzem efeitos que afetam os países de origem, de destino e até mesmo os de passagem envolvidos, nos planos espacial, demográfico, cultural, político e socioeconômico[91].

Esse cenário de novas situações migratórias também é modificado pelas redes transnacionais migratórias, que desorganizou a ordem internacional dos Estados-nações, pois o Estado deixou de ser o ator principal nas relações estabelecidas no processo migratório internacional, uma vez que não consegue controlar integralmente as migrações[92]. Angelina Peralva e Vera Telles assinalam que, com a globalização do trabalho e do comércio, ficou mais difícil "exercer um controle sobre quem circula e o quê, e sobre as condições legais ou ilegais em que essas circulações se efetuam"[93].

O perfil social dos migrantes também passou por transformações no espaço e no tempo, ficando para traz o sedentarismo, que deu lugar a diversas formas de circulação migratória, sendo a mobilidade a sua essência. Nesse quadro o deslocamento humano passou a ser mais diverso e complexo[94]. Assim, a questão da migração internacional não pode, mais, ser abordada unicamente pelo prisma dos Estados-nações ou de fronteiras nacionais.

Nesse contexto, a mundialização dos fluxos migratórios tem passado por inúmeras transformações no que diz respeito ao papel da migração internacional[95]. Desde o início dos anos 2000 o termo mobilidade tem se colocado como substituto de análise para as novas formas de migração, pois surgiu um novo paradigma de mobilidade migratória que sugere mudanças na maneira de pensar aquela, apontando para três níveis principais: do ponto de vista político, houve diversificação do modo de entrada no país de acolhida e do modo de se controlar o fluxo migratório (abrindo espaço para a circulação e a migração temporária); a gestão da migração é orientada para atender as demandas comerciais e de desenvolvimento econômico no nível regional; a fluidez da circulação de pessoas ganhou ritmo mais passageiro, mas pode se repetir[96].

---

[91] TELLES, Vera da Silva. *A cidade nas fronteiras do legal e ilegal*. Belo Horizonte: Argvmentvm, 2010; CASTIGLIONI, Aurélia H. Migração: abordagens teóricas. In: ARAGÓN, Luis E. (Org.). *Migração internacional na Pan-Amazônia*. Belém: Naea/UFPA, 2009. p.39-57.

[92] WENDEN, op. cit.

[93] PERALVA, Angelina; TELLES, Vera da Silva. Apresentação. In: PERALVA, Angelina; TELLES, Vera da Silva (Orgs.). *Ilegalismos na globalização: migrações, trabalho, mercados.* Rio de Janeiro: Ed. UFRJ, 2015. p.9-25 (p.10).

[94] WENDEN, op. cit.

[95] PICHÉ, Victor. Les fondements des théories migratoires contemporaines. In: PICHÉ, Victor (Org.). *Les théories de la migration.* Paris: Ined Éditions, 2013. p.19-60.

[96] PELLERIN, Hélène. De la migration à la mobilité: changement de paradigme dans la gestion migratoire. Le cas du Canada. *Revue européenne des migrations internationales*, v.27, n.2, p.57-75, 2011.

A literatura sobre o transnacionalismo já colocou em evidência uma série de fenômenos sociais que se estabelecem em um terceiro espaço de mobilidade, que não é o da sociedade de origem nem o da sociedade de acolhida[97]. Em um contexto de mobilidade "nômade" dos transmigrantes que não estão "nem lá nem cá", mas em circulação, as novas abordagens se aproximam do conceito de transnacionalismo da forma como o concebeu Alain Tarrius[98], que se apoia na análise das interações estabelecidas durante a mobilidade das pessoas — mobilidade que tem, como caraterística, inúmeras etapas a serem cumpridas, rompendo completamente com as lógicas migratórias de partida de um país para a instalação em outro.

Outro conceito de Tarrius, "territórios circulatórios", cunhado na década de 1990 a partir suas pesquisas sobre as novas formas de migrações transnacionais na Europa e tendo por base a ideia de socialização de espaços que dão suporte a práticas de mobilidade[99], introduz uma dupla ruptura: na concepção de território e na de circulação, porque sugere que o sedentarismo não é essencial para a manifestação do território e porque rompe com concepções de circulação, de fluxo, para investir no sentido social do movimento espacial:

> La mobilité spatiale exprime donc plus qu'un mode commun d'usage des espaces: des hiérarchies sociales, des reconnaissances, qui donnent force et pouvoir, qui dissimulent aussi aux yeux des sociétés de sédentaires des violences et des exploitations non moins radicales. Les personnes en situation d'errance, *quelles que soient leurs origines et leurs fortunes*, paient un tribut élevé pour acquérir un peu de protection des circulants, maîtres de leurs mobilités, des nouveaux nomades: passages de frontières à risques, clandestinités diverses, tâches pénibles sans limites autres que l'épuisement de certaines formes de travail "au noir"[100].

Ao se debruçar sobre as análises de intensa mobilidade de pessoas e mercadorias, Tarrius utiliza a noção de "território circulatório" como enquadramento metodológico para entender o movimento que se desenvolve em etapas e temporalmente, o que possibilita analisar as relações entre espaço e tempo, em um contexto em que o migrante precisa "saber circular" para se inserir e se movimentar. O autor enfatiza que as experiências de circulação de migrantes

[97] PORTES, Alejandro. La mondialisation par le bas: l'émergence des communautés transnationales. *Actes de la recherche en sciences sociales* - Délits d'immigration, v.129, n.1, p.15-25, 1999.
[98] TARRIUS, Alain. *Migrants internationaux et nouveaux réseaux criminels*. Canet: Éditions Trabucaire, 2010.
[99] Idem. Au-delà des États-nations: des sociétés de migrants. *Revue européenne des migrations internationales*, v.17, n.2, p.37-61, 2001.
[100] Ibidem, p.46.

internacionais são múltiplas, e o conhecimento adquirido em seu itinerário é transmitido aos parentes e pessoas próximas que seguem o mesmo caminho[101].

Chantal Bordes-Benayon pontua que a discussão da problemática da questão migratória deve dar conta da dinâmica global propiciada pelas forças contrárias existentes no processo de mobilidade transnacional: "*Ici,* un lieu d'arrivée parfois instable, *là-bas* un pays d'origine devenant lointain e fantasmé, *ailleurs* un lieu d'installation des proches, membres de la famille ou du groupe, qui représente l'horizon d'une migration toujours possible"[102].

No contexto da migração contemporânea, principalmente a ligada ao contrabando de migrantes e à passagem clandestina da fronteira, David Kyle e Rachel Goldstein, que fizeram estudos comparativos da "indústria migratória" do Equador para os Estados Unidos e do Equador para a Espanha, propõem pensar a migração como um negócio/uma indústria, o que permitiria analisar outro aspecto ligado à migração irregular e ao contrabando de migrante: o papel dos intermediários no processo[103]. Kyle define como "mercadores da migração"[104] aquele(s) que se beneficia(m) da migração de outra pessoa, por meios legais ou ilegais, sejam indivíduos, organizações ou outros meios acionados para a concretização da travessia da fronteira. Numa análise que parte da noção de indústria migratória,

> Implode potencialmente os limites entre negócios legal e ilegal, mostrando que as migrações são moldadas por um jogo complexo de relações, tecido entre as motivações econômicas de indivíduos e grupos, as estruturas jurídicas definidas pelos Estados e a racionalidade — regida por parâmetros culturais — dos próprios migrantes[105].

Com o aumento do fenômeno migratório no mundo, e da indústria que se estruturou em torno dele, é necessário, segundo Kyle e Goldstein, repensar as políticas de migração e avaliar suas implicações nos direitos humanos, considerando-se que essa indústria não tem recebido a devida atenção por parte dos formuladores de políticas públicas porque é vista dentro do

---

[101] Idem. Territoires circulatoires et étapes urbaines des transmigrant(e)s. *Regards croisés sur l'économie* - Economie politique des migrations, v.2, n.8, p.63-70, 2010 (p.63-64).
[102] BORDES-BENAYON, Chantal. Culture et rituels en mouvement. In: BABY-COLLIN, Virginie et al. (Dirs.). *Migrants des Suds.* Montpellier: Éditions IRD et PUM, 2009. p.387-392 (p.387).
[103] KYLE, David; GOLDSTEIN, Rachel. Indústrias migratórias: uma comparação entre os casos Equador-Estados Unidos e Equador-Espanha. In: PERALVA, Angelina; TELLES, Vera da Silva. (Orgs.). *Ilegalismos na globalização: migrações, trabalho, mercados.* Rio de Janeiro: Ed. UFRJ, 2015. p.96-117.
[104] KYLE, David. *Transnational peasants: migrations, networks, and ethnicity in Andean Ecuador*. Baltimore: Johns Hopkins University Press, 2000.
[105] KYLE e GOLDSTEIN, Indústrias migratórias: uma comparação entre os casos Equador-Estados Unidos e Equador-Espanha, op. cit., p.97.

contexto da criminalidade ou da informalidade, e "Essa omissão alimenta, [...] as verdadeiras bases da indústria migratória por meio de uma marginalização e uma criminalização crescentes de atividades econômicas que são consistentes com a globalização" [106].

No que se refere à mobilidade feminina, na década de 1990 Laura Oso e Christine Catarino já chamavam a atenção para o fato de que é um fenômeno migratório invisível e pouco estudado[107] — e as pesquisas continuam tendo como referência os homens, mesmo com a crescente mobilidade delas, e, o mais importante, a pouca literatura existente a respeito dessa temática tem tido pouco impacto sobre as decisões políticas e nas informações passadas pela mídia[108]. Françoise Guillemaut, em artigo escrito em 2004, salientou outro aspecto da discussão sobre a mobilidade de mulheres: pautar-se, frequentemente, nas temáticas do tráfico de pessoas e de exploração sexual[109]. Vários autores têm problematizado sobre a relação de políticas e ações governamentais antitráfico de pessoas e seus efeitos no policiamento das fronteiras, controle migratório de trabalhadoras/es do sexo e criminalização destas/es[110].

A abordagem apenas por esse viés nega a mobilização internacional de mulheres em busca de trabalho — este, muitas vezes, ligado ao mercado do sexo. Segundo Lilian Mathieu a produção do conhecimento sobre a prostituição que tem sido construído mostra que determinadas maneiras dominantes de tratar o problema apresentam situações desconectadas da realidade[111].

---

[106] Ibidem, p.114.

[107] OSO, Laura; CATARINO, Christine. Femmes chefs de ménage et migration. In: BISILLIAT, Jeanne. (Dir.). *Femmes du Sud, chefs de famille*. Paris: Éditions Karthala, 1996. p.61-97.

[108] MOROKVASIC, Mirjana. Les oiseaux de passage sont aussi des femmes. In: PICHÉ, Victor (Org.). *Les théories de la migration.* Paris: Ined Éditions, 2013. p.249-268.

[109] GUILLEMAUT, Françoise. Trafics et migrations de femmes, une hypocrisie au service des pays riches. *Hommes et migrations* - Femmes contre les violences, n.1248, p.75-87, 2004.

[110] AGUSTÍN, Laura Maria. La industria del sexo, los migrantes y la familia europea. *Cadernos Pagu*, n.25, p.107-128, 2005; KEMPADOO, Kamala. Mudando o debate sobre o tráfico de mulheres. *Cadernos Pagu*, n.25, p.55-78, 2005; AUSSERER, Caroline. *Controle em nome da proteção: análise crítica dos discursos sobre tráfico internacional de pessoas.* 170p. Dissertação (Mestrado em Relações Internacionais) - Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2007; CASTILHO, Ela Wiecko V. de. A criminalização do tráfico de mulheres: proteção das mulheres ou reforço da violência de gênero?. *Cadernos Pagu* - Dossiê Gênero no Tráfico de Pessoas, n.31, p.101-123, 2008; PISCITELLI, Adriana. Entre as "máfias" e a "ajuda": a construção de conhecimento sobre tráfico de pessoas. *Cadernos Pagu* - Dossiê Gênero no Tráfico de Pessoas, n.31, p.29-63, 2008; SILVA, Ana Paula da; BLANCHETTE, Thaddeus Gregory. Mulheres vulneráveis e meninas más. In: MINISTÉRIO DA JUSTIÇA. Secretaria Nacional de Justiça. *I Prêmio Libertas: enfrentamento ao tráfico de pessoas*. Brasília: Secretaria Nacional de Justiça-Ministério da Justiça, 2010. p.147-188 (Série pesquisas e estudos); DIAS, Guilherme Mansur; SPRANDEL, Marcia Anita. Reflexões sobre políticas para migrações e tráfico de pessoas no Brasil. *Revista Interdisciplinar da Mobilidade Humana*, v.19, n.37, p.59-77, 2011; PISCITELLI, Adriana. *Trânsitos: brasileiras nos mercados transnacionais do sexo.* Rio de Janeiro: Ed. UERJ, 2013; DIAS, Guilherme Mansur. *Migração e crime: desconstrução das políticas de segurança e tráfico de pessoas.* 318p. Tese (Doutorado em Antropologia Social) - Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2014.

[111] MATHIEU, Lilian. *La condition prostituée.* Paris: Les Éditions Textuel, 2007.

Mirjana Morokvasic aponta que as mulheres representam, entre os trabalhadores migrantes, os mais explorados e vulneráveis; e são descritas de maneira estereotipada e como dependentes passivas[112]. Como a literatura a respeito tem impacto significativo sobre decisões políticas e nas informações apresentadas pela mídia, a autora entende que a forma como a migração feminina é abordada pode reforçar as desigualdades de sexo.

As pesquisas sobre migração feminina por trabalho apontam, há bastante tempo, que ela está centrada em três setores principais: trabalho doméstico, cuidado de pessoas e trabalho do sexo[113]. Segundo Maruja Assis, geralmente as mulheres não se beneficiam de proteção social e trabalhista, uma realidade que se agrava porque não conseguem trocar de empregador com facilidade ou conseguir trabalhos que não sejam na esfera doméstica[114].

1.1 Comércio do sexo: sistemas jurídicos da prostituição

A mundialização e a industrialização do comércio do sexo são uma realidade em expansão. A pornografia, a prostituição e o turismo sexual, por exemplo, são causa do deslocamento de pessoas, e os seus lucros são grandes, agregando características essenciais da economia capitalista[115]; mobilizam o consumo direto e indireto de bens e serviços em vários setores, desde bares e bordéis até agências de turismo, companhias aéreas, clubes, hotéis, restaurantes, salões de massagem, salões de beleza, sex shoppings, e mesmo a esfera governamental (na forma de arrecadação de impostos).

A diversidade na prostituição mostra que esta não é uma categoria hegemônica, que existe uma série de situações que a diferenciam. Tratá-la como categoria hegemônica contribui para esconder sua heterogeneidade, pois nela estão "des étudiantes qui arrondissent leurs fins

[112] MOROKVASIC, op. cit.
[113] ASIS, Maruja M.B. Le "marché" des migrations féminines en Asie. In: ALTERNATIVES SUD. *Genèse et enjeux des migrations internationales.* Paris: Centre Tricontinental et Éditions Syllepse, 2004. p.39-44; VERSCHUUR**,** Christine. Entre rêves et droits, au-delà des frontières… Migrantes et nouvelle division internationale du travail et des soins. In: VERSCHUUR**,** Christine; REYSOO, Fenneke. (Dirs.). *Genre, nouvelle division internationale du travail et migrations*. Paris: L'Harmattan, 2005. p.13-18 (Cahiers genre et développement, 5); PISCITELLI, Adriana. Sexo tropical em um país europeu: migração de brasileiras para a Itália no marco do "turismo sexual" internacional. *Estudos Feministas*, v.15, n.3, p.717-744, 2007.
[114] ASIS, op. cit.
[115] POULIN, Richard. *La mondialisation des industries du sexe: prostitution, pornographie, traite des femmes et des enfants*. Paris: Éditions Imago, 2011, p.23.

de mois, des étrangères dans un projet de migration ou qui se constituent un pécule avant de rentrer au pays, des call-girls, des femmes tenues par la maffia russe ou chinoise... "[116].

Não é de agora que a temática da prostituição gera, em todo o mundo, uma série de debates na esfera política e na mídia[117], os quais envolvem, além desta última, feministas, governos, instituições nacionais e internacionais, e têm resultado em diversas ações públicas. O tema é vasto e complexo, e evoca questões morais, fiscais, sanitárias e jurídicas, que variam de acordo com a cultura e o Estado. A prostituição de rua é a de maior visibilidade dessa atividade, a sua grande "marca", mas, como toda transação econômica, toma contornos e rumos conforme o mercado em que está inserida, e é grande a diversidade de seus campos de atuação: prostituição de estudantes, prostituição em bares, em clubes, em discotecas, via internet...

Na representação da prostituição estão presentes questões morais e sanitárias; além disso, ela simboliza tanto a vítima como a venda de si mesmo[118]. Quando exercida por mulheres de origem estrangeira, suscita outro tema, o tráfico de mulheres com fins de prostituição, uma vez que as "representações sociais e jurídicas"[119] são associadas mais a elas que aos homens.

Os discursos jurídicos sobre a prostituição foram construídos ao longo do tempo, a partir da mobilização de grupos a favor da sua regulamentação e da mobilização de grupos contrários a ela, e hoje existem três correntes distintas. Em meio a contradições e limitações, cada país segue uma delas: proibição, abolição e regulamentação da prostituição.

O sistema proibicionista criminaliza a prostituição; seu exercício e sua exploração estão sujeitos à punição. É o sistema utilizado por países como Albânia, Estados Unidos[120] e México[121]. O sistema abolicionista condena qualquer forma de regulamentação da prostituição, seja fiscal, policial ou sanitária. O/A proxeneta é punido por explorá-la, mas ela não é proibida em si mesma. A França[122], a República Tcheca[123] e o Brasil são exemplos de países que adotam

[116] GUIENNE, Véronique. La prostitution: une catégorie sociale construite. In: DANET, Jean; GUIENNE, Véronique. (Dirs.). *Action publique et prostitution.* Rennes: Presses Universitaires de Rennes, 2006. p.19-33 (p.32).
[117] MOUJOUD, Nasima; TEIXEIRA, Maria. Migration e trafic de femmes. In: HANDMAN, Marie Elisabeth; MOSSUZ-LAVAU, Janine. (Dirs.). *La prostitution à Paris*. Paris: Éditions La Martinière, 2005. p.377-395 (p.377).
[118] GUIENNE, op. cit.
[119] MOUJOUD e TEIXEIRA, op. cit., p.377.
[120] Com exceção de dez condados de Nevada (FONDATION SCELLES. *Rapport mondial sur l'exploitation sexuelle: la prostitution au coeur du crime organisé*. Paris: Economica, 2012).
[121] Embora adote o regime proibicionista, possui algumas zonas onde a prostituição é regulamentada (FONDATION SCELLES, op. cit.).
[122] A França, antes de 1946, adotava o sistema regulamentarista, e, com a criação da lei Marthe Richard, de abril do mesmo ano, passou a tomar medidas como o fechamento de casas de prostituição e a criação de leis que dessem suporte ao novo sistema (GIL, Françoise. *Prostitution: fantasmes et réalités.* Issy-les-Moulineaux: ESF Éditeur, 2012).
[123] Contudo, tolera casas de prostituição e *sex centers* (FONDATION SCELLES, op. cit.).

esse sistema, mas cada um tem suas particularidades no que tange ao conjunto normativo que regula a questão. Nos países em que vigora o sistema jurídico regulador, a prostituição é regulamentada: há delimitação de zonas para o seu exercício, existe controle sanitário e registro das pessoas que nela atuam, etc.[124], o que, na teoria, significa o seu reconhecimento como trabalho do sexo e que quem se prostitui possui direitos e deveres trabalhistas, seguridade social e impostos a pagar como em qualquer outra profissão. As empresas envolvidas nela (casas de prostituição, por exemplo) seguem normas que a regulam e estão sujeitas às regras fiscais do país; com isso, o Estado arrecada impostos através dos diversos serviços que giram em torno dela, o que não significa que não existem falhas, incoerências, sonegação de impostos, corrupção e profissionais do sexo que atuam de maneira irregular ou sem que seus direitos trabalhistas sejam respeitados. O que o movimento regulador busca é o controle social da prostituição. A Alemanha, a Holanda e a Suíça são exemplos de países que o adotam.

A Holanda é um dos países mais citados por pesquisas e pela mídia como exemplo de Estado que adota a regulamentação da prostituição. Lá, a Red Light District[125], em Amsterdam, destinada à prostituição, tem visibilidade marcante, principalmente em razão das vitrines de exposição das trabalhadoras do sexo, que ficam em cabines de vidro, como manequins expostos em lojas (Figura 3). Também é um dos países mais procurados para o turismo sexual[126] e por turistas atirados pela curiosidade: no Red Light District é possível verificar grupos formados por senhoras, jovens, casais, etc., que circulam pelo local apenas para conhecer esse formato de mercado do sexo, e que, não raro, tentam fotografar as mulheres nas vitrines (mesmo que um adesivo colado no vidro indique que é proibido fazer imagens), as quais, por vezes, escondem-se ou fazem gestos de reprovação.

[124] FONDATION SCELLES, op. cit.
[125] Conhecida pelos locais como *Rossebuurt* (bairro cor-de-rosa ou vermelho), localiza-se no centro de Amsterdam, na região de Wallen (começa próximo à Amsterdam Centraal Station e termina na Damstraat).
[126] POULIN, op. cit.

Figura 3: Red Light District, em Amsterdam, e suas diversas janelas/vitrines destinadas à prostituição (2013).

O sistema jurídico de regulamentação possui uma variante, que está centrada na busca por menor estigmatização das trabalhadoras do sexo, no modelo da "descriminalização" da prostituição, a ideia seria de que os serviços sexuais não teriam uma legislação trabalhista especial, mas seriam regularizados da mesma maneira que as demais atividades laborais.

Fala-se, nos últimos tempos, em um quarto sistema, influenciado pelas posições de países nórdicos: o sistema jurídico penalizador, que se assenta na ideia de que não se proíbe ou se aceita a prostituição em si, mas a lei criminaliza determinadas ações que contribuiria com o exercício da prostituição, como a de abordar clientes para oferecer serviços sexuais, a publicidade, viver especificamente da atividade, o recrutamento e a exploração de pessoas para prostituição[127] — é a visibilidade da prostituição que está em jogo. Os clientes de países como Suécia, Noruega Islândia e Coreia do Sul são reprimidos[128], de modo que ele passa a ser o alvo principal das ações governamentais (com multas, prisões, etc.).

Atualmente, como resultado de posições políticas assumidas por feministas, intelectuais e instituições governamentais e não governamentais, as quais resultaram em manifestações, debates, mudanças nos aparatos normativos e ações públicas, há uma polarização no entendimento sobre a prostituição: de um lado o movimento abolicionista, de outro, o regulador.

Impulsionado por feministas, os movimentos abolicionistas da prostituição surgiram em meados do século XIX, entre membros da pequena burguesia protestante inglesa[129], os

[127] Ibidem.
[128] GIL, op. cit.
[129] MATHIEU, Lilian. *La fin du tapin. Sociologie de la croisade pour l'abolition de la prostitution*. Paris: Éditions Nouvelles François Bourin, 2013.

primeiros a contribuir com a discussão sobre as "escravas brancas"[130]; naquele momento, a feminista inglesa Josephine Butler, fundadora da Federação Abolicionista Internacional, foi uma das primeiras e grandes referências na luta contra a regulação da prostituição — discussão que ressurgiu no final dos anos 1970 como "escravidão sexual feminina"[131]. Esse movimento reivindica a eliminação de toda forma de prostituição, consentida ou forçada; é contra qualquer manifestação pública desta, contra qualquer regulação policial ou sanitária referente a ela e defende que sua exploração deve ser penalizada[132].

Atualmente, a organização não governamental Coalizão contra o Tráfico de Mulheres (Coalition Against Trafficking in Women-CATW) é a grande referência internacional do movimento abolicionista, atuando em todo o mundo com pesquisas e proposições contra as indústrias do sexo. Do movimento regulamentista, a referência é a organização internacional Aliança Global contra o Tráfico de Mulheres (Global Alliance Against Trafficking Women-GAATW), que defende a liberdade do indivíduo para decidir qual atividade ele pretende desempenhar, bem como defende mudanças legais que combatam o tráfico de pessoas e demais violações de direitos humanos relacionadas à migração.

1.1.1 O deslocamento do discurso de tráfico de "escravas brancas" para o discurso de tráfico de seres humanos

Qualificado por muitos como escravidão moderna, o tráfico de pessoas é tema de conferências, tratados e convenções em todo o mundo, e o tráfico de mulheres, "em geral ligado a idéias sobre mulheres no comércio do sexo", já se configura como "um problema internacional desde meados do século dezenove"[133]. No início do século XX surgiram os primeiros acordos internacionais para coibir o tráfico de pessoas, impulsionados pela discussão sobre o tráfico de "escravas brancas" para prostituição[134], discussão que teve início depois de

[130] CHAUMONT, Jean Michel. *Le mythe de la traite des blanches. Enquête sur la fabrication d'un fléau*. Paris: La Découverte, 2009.
[131] KEMPADOO, op. cit.
[132] FONDATION SCELLES, op. cit.
[133] KEMPADOO, op. cit., p.57.
[134] DE VRIES, Petras. 'White slaves' in a Colonial Nation: the Dutch Campaign against the Traffic in Women in the Early Twentieth Century. *Social & Legal Studies*, v.14, n.1, p.39-60, 2005; DOEZEMA, Jo. Loose women or lost women? The re-emergence of the myth of 'white slavery' in contemporary discourses of 'trafficking in women'. *Gender Issues*, v.18, n.1, p.23-50, 2000.

1880, em razão de denúncias de militantes que apontavam a existência daquele, que chegou a ser visto como pior que o tráfico de negros[135]. Tal discurso deu caráter moral ao combate à escravidão das mulheres, legitimando a luta contra a regulamentação da prostituição[136].

Uma das primeiras referências públicas do tráfico de "escravas brancas" foi divulgada em 1881, na Inglaterra: jovens inglesas com menos de 21 anos recrutadas para a prostituição na Bélgica[137] — o que despertou a indignação da população daquele país. Uma campanha contra esse "tráfico" ganhou espaço em diversos países em 1885, com o discurso de que a regulamentação de casas de prostituição contribuía para o tráfico internacional de mulheres para prostituição.

Em 1904, em Paris, foi criado o primeiro instrumento normativo internacional que tratava do tráfico de mulheres: o Tratado Internacional para Eliminação do Tráfico de Escravas Brancas[138]. A pressão do movimento de combate a tal tráfico ganhou espaço nas discussões das autoridades, e em 1910, também em Paris, foi adotada a Convenção Internacional para Repressão do Tráfico de Escravas Brancas[139], da Sociedade das Nações (SDN), quando ele deixou de ser considerado rumor para ser reconhecido como problema. Os debates e as pressões do movimento contra o tráfico recrudesceram no período da Primeira Guerra Mundial (1914-1918), mas, quando esta acabou, o movimento retomou sua pauta de discussão[140], e entre 1924 e 1927 um comitê de especialistas foi montado para supervisionar uma pesquisa internacional sobre o tráfico de mulheres e crianças, sob a responsabilidade da SDN. O relatório do comitê sobre a pesquisa — realizada em 28 países, entre eles o Brasil (considerado na época, sobretudo o Rio de Janeiro, destino de prostitutas estrangeiras) — demonstrou a existência do tráfico de mulheres estrangeiras e apontou que a causa do problema era a regulamentação da prostituição em vários países da Europa desde o início do século XIX, e induziu, em 1949, já sob a chancela da Organização das Nações Unidas (ONU), a uma nova redação daquela convenção, agora

[135] Uma comparação equivocada, pois não se trata de medir qual escravidão merece o título de pior ou "menos pior", ambas ocorreram em épocas e contextos diferentes; contudo, tanto a de negros pelos colonizadores como o dito tráfico "de escravas brancas" configuram graves violações de direitos humanos.
[136] CHAUMONT, op. cit. Ver, também, MATHIEU, *La fin du tapin. Sociologie de la croisade pour l'abolition de la prostitution*, op. cit.
[137] Uma grande campanha na imprensa, liderada por Josephine Butler, denunciava que 34 inglesas haviam sido recrutadas para trabalhar em bordéis de Bruxelas entre 1878 e 1880, e nove eram menores de idade. Tais dados, mesmo negados pelas autoridades, revelavam a existência de corrupção policial na entrada de menores para trabalhar em bordéis (CHAUMONT, op. cit.).
[138] RICHARD, Jérôme. L'émergence d'une politique criminelle européenne autour de la prostitution: un outil bruyant pour la résonance d'un ordre publique continental. In: DANET, Jean; GUIENNE, Véronique. (Dirs.). *Action publique et prostitution.* Rennes: Presses Universitaires de Rennes, 2006. p.65-77.
[139] Essa convenção criminalizava o recrutamento, para prostituição, de mulheres adultas coagidas e mulheres menores de 20 anos (RICHARD, op. cit.).
[140] O movimento migratório, após a guerra, foi bastante intenso (CHAUMONT, op. cit.).

intitulada Convenção das Nações Unidas sobre a Supressão do Tráfico de Pessoas e a Exploração da Prostituição de Outrem. Desde então, o problema é definido como tráfico de seres humanos[141].

Na década de 2000, Jean-Michel Chaumont analisou os arquivos daquele comitê e demonstrou que ele realizou inúmeras manobras para fabricar a existência de uma catástrofe relacionada ao tráfico de mulheres e crianças para prostituição, e que houve manipulação dos dados: foram ocultadas informações dos casos de mulheres adultas que migraram para prostituição "livre" e acentuada a gravidade dos casos das mulheres que poderiam ser consideradas vítimas de tráfico[142].

O movimento dos novos abolicionistas, que contribuiu para a construção do discurso do tráfico de "escravas brancas", apresentava a figura da jovem branca inocente raptada e obrigada a se prostituir no estrangeiro, transformando-se em "escrava sexual". Atualmente, o discurso sobre o tráfico de "escravas brancas" aparece como "fantasma"[143] ou "mito"[144] em alguns estudos, mas ainda é o discurso dominante: eliminou-se a expressão "escrava branca", mas a imagem da jovem inocente transformada em "escrava sexual" prevalece quando se tratam de estrangeiras atuando no mercado do sexo.

Os fundadores do movimento abolicionista do século XIX lutavam pelo fim da regulamentação da prostituição; os seus adeptos do século XXI lutam pela abolição da prostituição[145]. Segundo Jérôme Richard, estudos realizados em 2002 e 2004 na Áustria, na Espanha, na França e na Itália apontaram que em torno da questão do tráfico de pessoas existe tanto mito como realidade[146] — o que exige atenção redobrada ao se abordar essa questão.

[141] CHAUMONT, op. cit.
[142] Ibidem.
[143] MATHIEU, *La fin du tapin. Sociologie de la croisade pour l'abolition de la prostitution*, op. cit.
[144] CHAUMONT, op. cit.
[145] MATHIEU, *La fin du tapin. Sociologie de la croisade pour l'abolition de la prostitution*, op. cit.
[146] RICHARD, op. cit.

1.1.2 Definições normativas: tráfico internacional de seres humanos

A discussão atual sobre migração internacional evoca dois conceitos jurídicos: o tráfico de pessoas e o tráfico de migrantes, ou contrabando (*smuggling*) de migrantes[147]. Tais conceitos são de referência internacional e fruto da Convenção das Nações Unidas contra o Crime Organizado Transnacional[148], que entrou em vigor em 2003, cujo intuito é promover a cooperação entre os países no combate à criminalidade internacional. Em seu artigo 37, a convenção estabelece que poderá ser completada por intermédio de protocolos adicionais, e já foram elaborados três: o Protocolo Adicional à Convenção das Nações Unidas contra o Crime Organizado Transnacional Relativo à Prevenção, Repressão e Punição do Tráfico de Pessoas, em Especial Mulheres e Crianças[149], conhecido como Protocolo de Palermo, que trata especificamente do tráfico de pessoas; o protocolo que trata do contrabando de migrantes (Protocolo Adicional à Convenção das Nações Unidas contra o Crime Organizado e Transnacional, Relativo ao Combate ao Tráfico de Migrantes por Via Terrestre, Marítima e Aérea); e o Protocolo Adicional à Convenção das Nações Unidas contra a Fabricação Ilegal de Armas de Fogo, Inclusive Peças, Acessórios e Munições[150]. Nesta tese são abordados os dois primeiros[151].

A mais abrangente convenção internacional sobre o tráfico pessoas é o Protocolo de Palermo. Formulado em 2000 pela ONU, entrou em vigor internacionalmente em 2003. Assinado e ratificado por diversos países membros dessa organização, é um dos instrumentos jurídicos de referência mundial, e traz, em seu artigo 3, a definição de tráfico de pessoas:

> A expressão "tráfico de pessoas" significa o recrutamento, o transporte, a transferência, o alojamento ou o acolhimento de pessoas, recorrendo à ameaça ou uso da força ou a outras formas de coação, ao rapto, à fraude, ao engano,

[147] Aqui será utilizada, com mais frequência, a expressão "contrabando de migrantes" para fazer referência ao "tráfico de migrantes" — esta última, a expressão utilizada no protocolo adicional da ONU relativo a esse tráfico (Protocolo adicional à convenção das Nações Unidas contra o crime organizado e transnacional, relativo ao combate ao tráfico de migrantes por via terrestre, marítima e aérea. Nova York, 15 de novembro de 2000).
[148] ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. *Convenção das Nações Unidas contra o crime organizado transnacional*. Nova York, 15 de novembro de 2000.
[149] Idem. *Protocolo adicional à convenção das Nações Unidas contra o crime organizado transnacional relativo à prevenção, repressão e punição do tráfico de pessoas, em especial mulheres e crianças*. Nova York, 15 de novembro de 2000.
[150] Idem. *Protocolo adicional à convenção das Nações Unidas contra o crime organizado e transnacional, contra a fabricação e o tráfico ilícito de armas de fogo, suas peças e componentes e munições*. Nova York, 15 de novembro de 2000.
[151] Não é intenção, aqui, esgotar o tema, mas apontar algumas diferenças entre os dois conceitos (tráfico de pessoas e tráfico de migrantes), pois embora se tratem de migrações internacionais, juridicamente são ilícitos diferentes que por vezes são tratados dentro da mesma lógica.

> ao abuso de autoridade ou à situação de vulnerabilidade ou à entrega ou aceitação de pagamentos ou benefícios para obter o consentimento de uma pessoa que tenha autoridade sobre outra para fins de exploração. [...][152].

O Protocolo de Palermo preconiza que nos casos que envolvem crianças e adolescentes (menores de 18 anos), o consentimento é irrelevante para ser considerado como tráfico de pessoas, ou seja, sendo menor de idade não importa se houve consentimento ou não[153]; e define "exploração", que está ligada não apenas à prostituição, mas é constantemente evocada no debate sobre os mercados do sexo: "A exploração incluirá, no mínimo, a exploração da prostituição de outrem ou outras formas de exploração sexual, o trabalho ou serviços forçados, escravatura ou práticas similares à escravatura, a servidão ou a remoção de órgãos" (artigo 3).

Os termos empregados para definir o tráfico de pessoas causam algumas dificuldades de interpretação, em razão das definições contraditórias dadas a esse crime[154], o que, segundo Wendy Chapkis, revela a fragilidade de sua conceituação[155]; e Adriana Piscitelli e Marcia Vasconcelos afirmam que "as ambiguidades presentes em vários dos seus termos possibilitam interpretações divergentes"[156]. Além disso, as respostas legislativas para combatê-lo variam de acordo com cada país, seja por razões políticas, seja por razões econômicas, sociais ou culturais[157] — e não se pode desconsiderar que "muitos países nomeiam a prostituição exercida por estrangeiras como 'tráfico', independentemente das condições reais do trabalho, da vontade das mulheres envolvidas, ou se a prostituição é permitida às cidadãs"[158].

Políticas de controle de fronteira e disputas de interesse em torno da questão do tráfico de pessoas têm dado o tom dos discursos normativos a respeito deste último. Assim, é necessária atenção redobrada, pois é preciso compreender inicialmente o conceito jurídico que baliza esse crime, uma vez que o Protocolo de Palermo, embora tenha sido assinado e ratificado

---

[152] ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. *Protocolo adicional à convenção das Nações Unidas contra o crime organizado transnacional relativo à prevenção, repressão e punição do tráfico de pessoas, em especial mulheres e crianças*, op. cit., artigo 3.

[153] Conforme as letras "c" e "d" do artigo 3: "c) O recrutamento, o transporte, a transferência, o alojamento ou o acolhimento de uma criança para fins de exploração serão considerados 'tráfico de pessoas', mesmo que não envolvam nenhum dos meios referidos da alínea 'a' do presente Artigo; d) O termo 'criança' significa qualquer pessoa com idade inferior a dezoito anos".

[154] Ver SILVA e BLANCHETTE, op. cit.

[155] CHAPKIS, Wendy. Trafficking, migration and the law: protecting innocents, punishing immigrants. *Gender and Society*, v.16, n.6, p.923-937, 2003.

[156] PISCITELLI, Adriana; VASCONCELOS, Marcia. Apresentação. *Cadernos Pagu* - Dossiê Gênero no Tráfico de Pessoas, n.31, p.9-28, 2008 (p.14).

[157] FILIPE, Anabela Ferreira. *Tráfico de seres humanos: análise de uma escravatura contemporânea.* 240p. Dissertação (Mestrado em Comportamentos Desviantes e Ciências Criminais) - Universidade de Lisboa, Lisboa, 2008.

[158] GRUPO DAVIDA. Prostitutas, "traficadas" e pânicos morais: uma análise da produção de fatos em pesquisas sobre o "tráfico de seres humanos". *Cadernos Pagu*, n.25, p.153-184, 2005 (p.171).

por vários países e sirva de referência no combate a ele, não dá conta da diversidade de compreensão e de enquadramento jurídico de cada país, os quais legislam sobre o tráfico de pessoas de acordo com seus dispositivos normativos — ou seja, as convenções criadas até então servem como conteúdo de referência sobre o tráfico de pessoas, e muitos países as têm tomado como base para a formulação e a reformulação de seu ordenamento jurídico referente a esse crime. Nesse contexto, o tráfico de pessoas como delito de natureza transnacional é de difícil criminalização, devido à sua complexidade, sobretudo porque de uma fronteira para outra o ilegal pode se tornar legal, e vice-versa, dependendo da legislação de cada país.

1.1.3 Mobilidade internacional: contrabando/tráfico de migrante (*smuggling*)

A mobilidade de milhares de pessoas, sobretudo das regiões Norte e Nordeste do Brasil, em direção à Guiana Francesa, irregularmente, em busca de trabalho, é expressiva desde meados da década de 1960[159], e elas saem principalmente dos estados do Pará, Amapá e Maranhão. Os primeiros grandes fluxos migratórios iniciaram-se impulsionados pela construção do Centre Spatial Guyanais (CSG), uma base de lançamento de satélites em Kourou, segundo município mais populoso desse departamento francês. Com contratos de trabalho de seis meses, a maioria dos homens brasileiros que trabalhavam no empreendimento estava regularizada e geralmente ia para lá sem a família, mas ao longo do tempo a obra acabou atraindo trabalhadores irregulares[160]. Nas décadas de 1970 e 1980, o ciclo migratório se manteve em razão da exploração do ouro, e se dava sobretudo pela fronteira do Amapá. No final da década de 1980 e início da de 1990, a extração mineral no Amapá intensificou-se, bem como a repressão do governo brasileiro aos garimpos, e os garimpeiros do país entraram na rota migratória em direção à Guiana Francesa e ao Suriname[161], a partir desse estado — em relação

[159] PINTO, Manoel de Jesus de Souza. Por uma "sociologia da clandestinidade" no estudo da presença de brasileiros na Guiana Francesa. In: ARAGÓN, Luis E. (Org.). *Migração internacional na Pan-Amazônia*. Belém: Naea/UFPA, 2009. p.237-253.
[160] AROUCK, Ronaldo de Camargo. *Brasileiros na Guiana Francesa: fronteiras e construção de alteridades*. Belém: UFPA/Naea, 2002.
[161] OLIVEIRA, Rafael da Silva. *Mobilidades transgressoras, geografias ignoradas: itinerários e emaranhamentos envolvendo territorialidades de garimpeiros no Suriname*. 400p. Tese (Doutorado em Geografia Humana) - Universidade de São Paulo, São Paulo, 2013

à Guiana Francesa, o caminho que tem início na cidade de Oiapoque, tornou-se a rota oficial de entrada de brasileiros clandestinos que vão por via terrestre[162].

Embora não seja possível apresentar o número real de brasileiros presentes na Guiana Francesa, sobretudo pela invisibilidade dos irregulares, pelos dados da associação DAAC Guyane (sediada em Caiena) o número de garimpeiros indocumentados, em 2011, poderia chegar a dez mil; de acordo com o Consulado do Brasil na Guiana Francesa, naquele ano havia 6.752 imigrantes brasileiros legalizados[163]. No final da década de 1990 se intensificaram a fiscalização, a repressão e a deportação de migrantes brasileiros irregulares[164], o que influenciou e influencia diretamente na circulação constante deles nos garimpos ilegais desse território, pois se deslocam conforme a fiscalização. Além disso, o rigor desta última fortalece os serviços oferecidos por contrabandistas ou traficantes de migrantes, que ganham financeiramente pela travessia e pela chegada deles não só à Guiana Francesa, mas também ao Suriname.

O protocolo relativo ao tráfico de migrantes conceitua o tráfico de migrantes na letra "a" do artigo 3:

> a) A expressão "tráfico de migrantes" significa a promoção, com objetivo de obter, direta ou indiretamente, um benefício financeiro ou outro benefício material, da entrada ilegal de uma pessoa num Estado Parte do qual essa pessoa não seja nacional ou residente permanente[165].

Assim, o contrabando de migrantes se refere à entrada ilegal em um país através de pagamento ou benefício material a quem providencia a travessia da fronteira, quando normalmente se encerra o contato entre o migrante e a pessoa que o ajudou a entrar ilegalmente (conhecidos como coiotes, atravessadores, traficantes), e ocorre no âmbito internacional. Nesse caso, a vítima é o Estado, e os transgressores (o atravessador e o migrante) estão sujeitos à legislação do país de destino. Dependendo dos meios utilizados para atravessar a fronteira

[162] PINTO, Manoel de Jesus de Souza. *O fetiche do emprego: um estudo sobre relações de trabalho de brasileiros na Guiana Francesa*. 273p. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Sustentável dos Trópicos Úmidos) - Universidade Federal do Pará, Belém, 2007.
[163] MARTINS, Carmentilla das Chagas. A migração internacional nos quadros da cooperação transfronteiriça franco-brasileira. In: ENCONTRO ANUAL DA ANPOCS, 36. *Anais...* Águas de Lindoia, 21 a 25 de outubro de 2012. São Paulo: Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais, 2012. p.1-30.
[164] Ibidem.
[165] ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS, *Protocolo adicional à convenção das Nações Unidas contra o crime organizado e transnacional, relativo ao combate ao tráfico de migrantes por via terrestre, marítima e aérea*, op. cit.

(falsificação de documentos, etc.), os envolvidos podem responder por outros crimes[166]. De modo geral, o contrabando de migrante se configura como uma espécie de "prestação de serviço", a qual é finalizada no destino combinado e cujo pagamento é, na maior parte das vezes, antecipado. Segundo o protocolo da ONU que trata do contrabando de migrante, esta é uma transação ilícita.

Como dito, o estado do Amapá é a rota oficial de entrada de brasileiros clandestinos que vão por via terrestre para a Guiana Francesa: a cidade fronteiriça de Oiapoque é lugar de espera e travessia; nela os migrantes chegam e se demoram apenas o tempo necessário para conseguir um atravessador que providencie a viagem. Em se tratando de migração clandestina, as pessoas entrevistadas nesta pesquisa diziam que fizeram varação[167] — mas nem sempre o objetivo dos migrantes é permanecer na Guiana Francesa, o destino pode ser o Suriname, um percurso antigo e retoricamente masculino para esse país, geralmente narrado pelos homens a caminho do garimpo como uma "grande aventura", e com menos frequência e menos glamour pelas mulheres[168] — e as que se aventuram pela varação geralmente são do Maranhão.

Emily[169], 25 anos, dona de casa, mãe de dois filhos (nascidos no Suriname), 2º ano do ensino médio[170], nasceu no interior do Maranhão. Em 2005, aos 18 anos, ela e a irmã foram enviadas ao Suriname pela mãe — que já morara nesse país —, para encontrar uma tia que estava trabalhando lá. Como a irmã, na época com 17 anos, não podia sair do Brasil sem a documentação que permite a menores de 18 anos viajar desacompanhados dos pais, elas foram

---

166 RODRIGUES, Francilene dos Santos. *"Garimpando" a sociedade roraimense*: *uma análise da conjuntura sócio-política*. 133p. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido) - Universidade Federal do Pará, Belém, 1996; ILLES, Paulo; TIMÓTEO, Gabrielle Louise Soares; PEREIRA, Elaine da Silva. Tráfico de pessoas para fins de exploração do trabalho na cidade de São Paulo. *Cadernos Pagu* - Dossiê Gênero no Tráfico de Pessoas, v.31, p.199-217, 2008.

167 Termo utilizado pelos brasileiros, que significa que a pessoa atravessou a fronteira sem utilizar percurso ou meio de transporte convencionais. Também utilizam "varação" (a ação de atravessar o percurso) e "varador" (lugar ou caminho que se atravessa).

168 São poucas as mulheres que utilizam a varação para entrar no Suriname, em geral o destino é à Guiana Francesa.

169 Entrevistada em 2012 no Suriname; tinha permanência no país renovável a cada dois anos.

170 O sistema educacional regular do Brasil é regulamentado pelo Governo Federal através do Ministério da Educação. Em 2006, foi sancionada a Lei nº 11.274, que regulamenta o ensino fundamental, alterando a sua duração mínima, que era de oito, para nove anos, com matricula obrigatória aos 6 anos de idade. No texto será utilizada a nomenclatura de quando durava oito anos, uma vez que era o regime adotado na época de escolarização dos entrevistados. A atual estrutura está dividida em dois níveis: educação básica (educação infantil, ensino fundamental – antigo 1º grau, que ia da 1ª à 8ª série, iniciando-se aos 7 anos de idade) e ensino médio (antigo 2º grau, com 1º, 2º e 3º ano), e educação superior (graduação e pós-graduação). Ambas são oferecidas gratuitamente pelo Estado brasileiro para todos os cidadãos, mas a rede privada também está presente e tem crescido bastante em todo o país. Em se tratando dos ensinos fundamental e médio, pesquisas apontam que em geral a rede privada o oferece com nível de qualidade melhor que o da rede pública. A educação infantil (primeira etapa da educação básica) atende crianças de 3 a 5 anos, em creche e na pré-escola. O ensino fundamental, obrigatório para as crianças entre 6 e 14 anos, está dividido em duas fases: ensino fundamental I (1º ao 5º ano) e ensino fundamental II (6º ao 9º ano). Depois vem o ensino médio, que, embora gratuito, não é obrigatório. Os alunos que não conseguiram concluir o ensino fundamental na idade adequada podem frequentar a educação de jovens e adultos, normalmente no período noturno, e a idade mínima para ingresso é 15 anos.

de barco, saindo de Macapá — também sem autorização legal —, até Oiapoque. Nessa cidade se hospedaram em uma pensão enquanto aguardavam o momento mais propício para seguir viagem por terra varando pelas florestas da Guiana Francesa, para chegar ao Suriname. Além da falta de passaporte, em determinado momento da viagem ficaram sem os outros documentos e sem a bagagem, em consequência da fiscalização da Gendarmerie, e concluíram a viagem apenas com as roupas que usavam:

> – Eu vim direto pra cá, só que eu vim clandestina a primeira vez. [...] vim mais minha irmã; eu tinha 18 anos e minha irmã tinha 17 [...]. Eu desci no Oiapoque, aí a mãe deu um pouco de dinheiro; ela inteirou a passagem da gente, que era 800 [...]. No dia que era pra nós ir viajar tinha polícia, voltei. Esse dinheiro que a gente tinha dado já se foi, era cento e sessenta euros, por causa dos quartos. Aí fiquemos na sexta, no sábado, e aí, no domingo, peguei uma canoa, aquelas sessenta pessoas.
> – Lá do Oiapoque?
> – Do Oiapoque até o varador. Chegou no varador, aí tinha um francês lá, que ia ser mandado [...]. Aí, peguemo, andemo até umas seis horas. Começou a escurecer, peguemo o charque [carne salgada], daquele jeito que tira do pacote, acendemo o fogo, e comemos charque com farinha. Aí foi ver se tinha polícia, e não tinha. Esperamo anoitecer, andemo. Quando dizia "lá vem carro", você se jogava pro mato. [...] nós se jogava no mato, no escuro, sem lanterna, sem isqueiro, sem nada, toda vez. [...]. Aí nós peguemo um carro — era onze pessoas num Fiat — e aí: "Quem vai pra Saint-Laurent?", "Quem vai pra Caiena?", "Quem vai pra floresta?". [...] Quando o cara via a lanterna da polícia, que é bem forte, daquela grandona, ele: "Desce!, desce! Desce todo mundo!". A minha irmã caiu nas corredeiras, e nós fomo pro outro lado. Na hora que nós corremo pro outro lado, nós fomo bater dentro da casa de um francês. Um francês lá, com um facão deste tamanho! — ainda bem que tinha um lá que tava com a gente e falava bem francês. [...]. Tiremo um cochilo, peguemo o carro de novo...[...] Aí, que nós estava vindo pra cá, pro Suriname, o pneu furou; desce todo mundo, vai trocar o pneu. Aí, ele foi querer passar na frente de um carro; nisso que ele foi passar na frente do carro nós demos em cima da polícia. Ele falou: "Eu vou desacelerar um pouco o carro, pra só dar tempo de vocês pular". Aí, quando nós pulemo, eu fui pra dentro do mato. Depois eles foram embora, levaram o carro com a roupa, com todo documento da gente, com tudo, fiquemo só com a roupa do corpo, e eu ainda fiquei sem sandália. Aí eu gritei, chamei, chamei a minha irmã, aí minha irmã apareceu e perguntou: "levaram tudo?". Aí nós fiquemo na estrada chorando. Eu dizia assim: "Eu vou me entregar pra polícia. Eu quero minhas coisas".

Emily e a irmã ficaram seis meses no Suriname trabalhando em garimpo, e retornaram ao Brasil. "Aí, passei seis meses [no Brasil] e fui de novo [para o Suriname]. Quando eu fui [ao Brasil], eu já tirei meus documentos, tirei passaporte, bonitinho, aí já vim legal. É ruim demais a pessoa andar clandestina." Dessa vez ela conheceu o marido, um surinamês, e nunca mais voltou ao Brasil.

Em sua narrativa vê-se a dificuldade para chegar ao seu destino: recorreu ao serviço de atravessadores, numa situação de contrabando de migrante, para chegar ao Suriname, percorrendo um caminho normalmente seguido pelos homens e que nem sempre termina como planejado (e, muitas vezes, com aumento do valor estabelecido inicialmente pelos atravessadores):

> – Entraram no carro vocês duas e mais dois homens?
> – Não, tinha onze pessoas. Todo mundo desceu do carro. Perdemo tudo. Aí, como nós ia se entregar, esse pessoal aqui de Belém disse: "Se vocês se entregar nós vamos com vocês, não vamos deixar vocês duas, não". Aí, nisso eu comecei a chorar mais a minha irmã. [...] Aí nós dormimo no mato. [...] Isso já era umas dez, onze horas, quando teve esse acontecimento. Só tava com a roupa do corpo, não tinha mais comida, nada. [...] No outro dia, amanheceu, comecemo a andar, passou um brasileiro com um carro, Sandro, aí ele pegou e botou nós. Ele disse: "Ah, eu conheço pra cá, eu conheço Kourou. [...]. Eu conheço aqui; eu ando pro meio do mato". Ele disse assim: "Quem foi, com quem vocês vieram?". "Foi Fulano de Tal." Aí ele voltou: "Rapaz, eu não encontrei o homem, não; não posso fazer nada por vocês". Eu comecei a chorar, e disse: "Ô, moço, pelo amor de Deus, moço, leva nós pra Suriname, que minha tia tá lá, esperando a gente chegar. Lá, ela vai pagar". E ele: "Tá bom". [...] Nesse tempo que nós viemo, tava passando América[171]. Aí, minha mãe viu o sofrimento da Deborah Secco na novela, imaginava nós na vida real, o que eu tava passando. No que a Deborah Secco tava passando na novela, eu tava passando na vida real. Aí, quando ela assistia a novela é que ela ficava mais doida [...]. Fiquemo na casa desse Sandro, no Kourou.
> – E o resto do povo?
> – O resto do povo eu não sei pra onde foi. E os dois homens que tavam com a gente não largou a gente, não, ficou nós quatro. Aí, segunda-feira eu liguei pra mãe, eu disse: "Mãe, nós perdemo tudo, estamos só com a roupa do corpo. Estamos na casa de um homem brasileiro, mas nós estamos bem, a senhora não se preocupa, não". [...] Nesse tempo que nós viemos, um brasileiro tinha matado um francês, aí tava pior. [...] Na terça-feira era pra nós viajar, e não deu: choveu muito, o cara não veio. Ele mandou a *navette* passar pra pegar a gente lá, a *navette* não veio. Aí, na quinta ele disse: "Rapaz, quer saber de uma coisa? Eu vou dar um jeito de levar essa menina". [...] Nós estava em Kouru na segunda, terça, quarta, quinta; aí, na quinta-feira nós saímos de lá pra chegar aqui; quinta-feira nós chegamos aqui no Suriname. [...] Sei que foi muito triste. [...] Pois é, é triste. Aí, passou seis meses e eu fui de novo [voltou ao Brasil]. Nós queria ir de avião, mas como é que viajava [...]? Tivemos que voltar [varando], mas esse aí foi uma maravilha. Aí eu disse: "Eu não venho mais clandestino". Tirei meus documentos, que eu tinha perdido na Guiana Francesa; tirei meus documentos tudinho, tirei meu passaporte, tirei meu título eleitoral, CPF [Cadastro de Pessoa Física], aí eu vim. [...] Agora, sempre com documentos. Deus me livre! [...] Que nem o sofrimento que a Deborah Secco passou, eu passei foi na vida real. Ela era só filmagem, pra ganhar dinheiro, e

[171] Novela que estava sendo exibida no Brasil na época em que ela foi para o Suriname. Escrita por Glória Peres e exibida pela Rede Globo em 2005 (entre março e novembro), América narra o percurso de uma jovem carioca, representada pela atriz Deborah Secco, que migra para os Estados Unidos: na tentativa de atravessar ilegalmente a fronteira entre o México e os Estados Unidos, é presa pela polícia americana, mas consegue fugir e entrar nesse último país.

> eu... Desde que eu tô em casa eu converso mais a minha irmã, sabe? Eu lembro o que nós passemo. Eu não desejo nem pro meu pior inimigo isso que eu passei.

A varação narrada por Emily tem seu início em catraias[172] nas cidades-gêmeas de Oiapoque (no Brasil) e Saint Georges (Guiana Francesa). Atualmente é usada com menos frequência, mas ainda acontece por parte daqueles que querem migrar para o Suriname ou para o departamento francês.

A França exige, dos brasileiros, visto para entrar na Guiana Francesa (como já colocado na Introdução), e a sua fiscalização dificulta, mas não impede, a imigração irregular. Em 2011, durante a pesquisa de campo, brasileiros que viviam ali costumavam contar histórias de pessoas que já haviam sido deportadas mais de dez vezes e que retornavam rapidamente; diziam que eram deportadas pela manhã e, no fim do dia, já estavam de volta. Essa afirmação, que a princípio parece exagerada, não carece de sentido, pois há relatos de que havia pessoas que já eram conhecidas das autoridades responsáveis pela deportação, que chegavam a brincar com os *gendarmes* com um "até mais tarde" ao serem deixadas em território brasileiro. Claro que nem todas conseguiam voltar com rapidez, mas retornavam logo que possível, mesmo porque quem não deixou família deixou um trabalho ou um negócio para trás.

Manoel Pinto pesquisou as relações de trabalho de migrantes brasileiros na Guiana Francesa, examinando sua inserção e os problemas enfrentados no departamento francês. Sobre a questão da deportação, seus interlocutores enfatizavam que, após a deportação, o retorno é uma necessidade, não uma escolha. Segundo o autor, dados do Consulado do Brasil na Guiana Francesa, em 2006, mostram que cerca de oitenta brasileiros passavam por mês no Centro de Detenção Administrativa de Rochambeau, da Polícia Aduaneira Francesa (PAF), e posteriormente eram conduzidos até a fronteira com o Brasil, e expulsos. Contudo, a maioria deles retornava em menos de uma semana[173].

Como a fronteira entre a Guiana Francesa e o Brasil é delimitada pelo rio Oiapoque, estando na cidade de mesmo nome é relativamente fácil voltar para o território francês — isso sem contar com os barcos brasileiros que entram nele legalmente, com mercadorias: as pessoas pegam esses barcos e quando eles se aproximam da margem da praia Montjoly, por exemplo, pulam e terminam o percurso a nado (como relataram moradores dessa praia). Mas muitos

[172] Pequenos barcos utilizados em travessias curtas.
[173] PINTO, Manoel de Jesus de Souza. *O fetiche do emprego: um estudo sobre relações de trabalho de brasileiros na Guiana Francesa*, op. cit.

desses migrantes se utilizam de atravessadores (sobretudo de pequenas embarcações pelo rio Oiapoque), dentro de uma situação de contrabando de migrante, para chegar à Guiana Francesa[174].

José Gomes[175], 43 anos, educador social (e um dos coordenadores da DAAC Guyane), quatro filhos (nascidos na Guiana Francesa), 1º ano do ensino médio, nasceu no estado de Minas Gerais e cresceu no estado do Rio Grande do Norte. Aos 22 anos se mudou para Macapá (capital do Amapá). Seu grande sonho era migrar para os Estados Unidos, mas não tinha o dinheiro necessário para a viagem: na época custava dois mil dólares e ele só tinha trezentos e sessenta. Em Macapá ouviu falar da Guiana Francesa como um lugar bom para ganhar dinheiro, e pensou que lá conseguiria completar o valor que faltava para viajar para os Estados Unidos. Em 1990, após seis meses em Macapá, partiu em um pequeno barco para Caiena, em uma viagem que deveria durar três dias, mas durou dezesseis, devido ao mal tempo e a problemas com a embarcação. Em Caiena não conseguiu emprego de imediato, apenas pequenos serviços que lhe garantiam alimentação; quis voltar para o Brasil, mas não tinha o dinheiro para a passagem de avião (seu dinheiro estava depositado em um banco brasileiro e ele não sabia como recuperá-lo estando no exterior). Seis meses depois conseguiu trabalho registrado, o que lhe possibilitou o visto de trabalho, e, após ver uma reportagem na Rede Globo sobre brasileiros vivendo clandestinamente nos Estados Unidos, avaliou que se era para viajar e viver lá clandestinamente, melhor seria ficar onde estava, pois pelo menos era mais perto do Brasil:

[174] Caso de Marina, 29 anos, empregada doméstica e manicure, três filhos, 8ª série, nascida em Santarém (Pará), entrevistada em 2011 na Guiana Francesa: foi casada durante sete anos com o pai dos seus filhos, mas ele a maltratava. Da última vez que brigaram ele a agrediu fisicamente, e ela o denunciou na delegacia. Depois disso, separaram-se, ele foi embora e deixou para ela, que, trabalhava como sacoleira (vendia roupas em pequenos povoados ribeirinhos de Santarém), a responsabilidade financeira com as crianças. Depois de alguns anos, com o que ganhava não dava para pagar as despesas, aceitou o convite de uma prima, que vivia regularmente na Guiana Francesa, para ir trabalhar em sua casa, como babá do filho. Em 2009, aos 27 anos, Marina viajou clandestinamente, varando pelo mato, guiada por um atravessador que foi contatado no Oiapoque, com as despesas pagas pela prima. Contou que preferiu passar a fronteira a pé, pelo mato, porque havia muitos acidentes com canoa durante travessia pelo rio, por vezes com vítimas fatais. Na época deixou dois filhos (meninos) ainda pequenos, no Brasil, um aos cuidados da avó paterna e um com uma tia. Levou com ela a filha (na época com 11 anos), que atravessou a fronteira na mesma noite que ela, mas entrou de carro, com o documento de outra menina (filha de uma amiga, que vivia no departamento francês). Quando a filha começou a frequentar a escola, Marina foi trabalhar como doméstica e manicure. Com o que ganhava conseguiu comprar um terreno no Brasil e, quando foi entrevistada, estava construindo sua casa. Em Caiena morava em uma casa abandonada com a filha e vinte garimpeiros (e a mulher de um deles), que trabalhavam regularmente em uma empresa de mineração. Costumava realizar os serviços domésticos da casa, mas, segundo disse, apenas para mantê-la organizada, e quando lavava sua roupa, também lavava algumas peças (caso tivesse) dos garimpeiros, mas não tinha a obrigação de fazer isso. Foi detida uma vez pela Gendarmerie, por não ter documentação, e por ter uma filha de 11 anos na escola lhe concederam o direito de permanecer no departamento francês. Como não tinha emprego registrado, não possuía visto de trabalho, ou seja, estava irregular no país havia mais de dois anos, sempre evitando a fiscalização. Disse que quando terminasse de fazer a casa e de mobiliá-la como sonhava, retornaria: "no Brasil, com o salário que tá hoje, [...] se eu conseguir ter minha casa — que eu conseguir, não, que eu já consegui, graças a Deus —, eu posso chegar lá, arrumar um emprego e pronto, eu vou viver tranquila. [...] O difícil é ter uma casa. Muito difícil".

[175] Entrevistado em 2011 na Guiana Francesa; tinha Carta de Séjour.

> Eu vi uma reportagem sobre os Estados Unidos, na Globo; "Exatamente", eu digo, "não vale a pena ir para os Estados Unidos, porque aqui eu estou perto do Brasil". Nos Estados Unidos tinha toda aquela ideia de começar com a vida de clandestino; depois, então, eu achei que tava mais fácil [viver na Guiana Francesa]. Mesmo se eu ficasse sendo clandestino aqui, a vida era mais fácil do que nos Estados Unidos; que a hora que eu quisesse ir pra casa, eu poderia ir — lá nos Estados Unidos eu não poderia ir, né, que eu tinha que cumprir uma pena ainda de seis meses, ficar fechado em cadeia... Então não tive mais interesse de ir pra lá.

Mas a vida na Guiana Francesa também não era e não é fácil para os brasileiros clandestinos, como ele complementou: "Olha, viver sem papel na Guiana, [...] tem que ser uma pessoa que está acostumada com uma vida difícil. Eu sempre digo isso". E se mostrava surpreendido com aqueles que são deportados e sempre retornam: "Nós temos muita gente aqui na Guiana que a gente, às vezes, até discrimina: 'Por que você volta?'. Tem gente que vão expulsas três vezes por mês, já pensou?".

Como já mencionado, o contrabando de migrante e o tráfico de pessoas são diferentes, mas o migrante que cruza a fronteira por intermédio de um atravessador pode se tornar vítima do tráfico de pessoas, o que significa que "a rede de contrabando de migrantes pode ser também um meio para a execução do tráfico de seres humanos"[176], ou, ainda, uma situação de tráfico de pessoas pode ser interpretada como migração ilegal ou contrabando de migrante, ou mesmo enquadrada em outros dispositivos normativos como transgressão das leis migratórias do país de acolhida.

No debate público, no Brasil, o tráfico de pessoas é constantemente vinculado às mulheres e à prostituição, em razão da história das convenções e dos dispositivos legais brasileiros e internacionais[177]; já o tráfico de migrante é mais vinculado aos homens[178] — e ambos são frequentemente acionados para tratar de migrantes indocumentados: "A ênfase no tratamento do tráfico de pessoas e do contrabando de migrantes enquanto problemas de migração e de crime organizado passaram [...] a ganhar relevo nas próprias definições internacionais, que associam tais fenômenos a processos migratórios irregulares"[179].

[176] ILLES, TIMÓTEO e PEREIRA, op. cit., p.211.
[177] PISCITELLI e VASCONCELOS, op. cit.; CASTILHO, op. cit.
[178] PISCITELLI, Entre as "máfias" e a "ajuda": a construção de conhecimento sobre tráfico de pessoas, op. cit.; KEMPADOO, op. cit., p.59.
[179] DIAS e SPRANDEL, op. cit., p.66.

David Kyle e Zai Liang, em análise da organização social e das tendências da migração indocumentada em uma província do Equador e uma da China, para analisar as formas de contrabando de migrante, chamam a atenção para o fato de que o fenômeno migratório pode levar à concepção de que existem grandes organizações criminosas por trás, mas que pesquisas de campo tendem a não confirmar tal hipótese. Primeiro porque as ações e os agentes envolvidos no processo migratório não se utilizam unicamente de recursos criminosos, mas envolvem diversificadas estratégias; segundo, a natureza e o tamanho dos sistemas montados em torno da migração internacional precisam de um componente social importante: a confiança que é estabelecida entre migrantes e contrabandistas dentro da engrenagem do contrabando de migrantes[180].

1.2 Dados e contextos: a visibilidade do problema do tráfico de pessoas

O tráfico de pessoas é um problema mundial. O número de vítimas apresentado nos últimos anos por organizações governamentais e ONGs internacionais é alarmante. A Organização Internacional do Trabalho (OIT) estimou, em 2005, que havia no mundo cerca de 2,5 milhões de pessoas traficadas para serem submetidas ao trabalho forçado: 43% para exploração sexual comercial (dos quais 98% eram mulheres e meninas, e 2%, homens e meninos); 32% para exploração econômica (dos quais 56% eram mulheres e meninas, e 44%, homens e meninos); 25% referiam-se a combinações das formas anteriores e a razões indeterminadas[181]. Embora esses dados deem visibilidade ao problema, não é possível fazer uma estimativa coesa de todos os dados disponíveis, por se tratar de crime de natureza transnacional e pela sua complexidade.

A ambiguidade dos termos para definir o tráfico de pessoas pode levar a que casos ocorridos em contextos diferentes sejam classificados ou rotulados como semelhantes. De acordo com Kamala Kempadoo, "tentativas de provar casos de tráfico também geram distorções e imprecisões"[182].

---

[180] KYLE, David; LIANG, Zai. Migration Merchants: Hu man Smuggling from Ecuador and China. *Working Papers*, n.43, p.1-29. San Diego: The Center for Comparative Immigration Studies-University of California, 2001.
[181] CONFERÊNCIA INTERNACIONAL DO TRABALHO - 93ª REUNIÃO 2005. *Uma aliança global sobre o trabalho forçado - relatório global do seguimento da declaração da OIT sobre princípios e direitos fundamentais no trabalho*. Tradução de Edilson Alkmim Cunha. Brasília: OIT, 2005, p.16.
[182] KEMPADOO, op. cit., p.71-72.

Muitos autores chamam a atenção para o fato de que nem sempre pessoas identificadas como vítimas de tráfico pelos dispositivos legais se reconhecem nesse perfil[183], e isso dificulta a coleta de dados a partir de "relatos das pessoas traficadas"[184]. Assim, como identificar a vítima de tráfico? Como analisar as formas de exploração? Essas questões remetem à necessidade de refletir pontualmente sobre os instrumentos normativos brasileiros e internacionais que tratam do tráfico de pessoas e sobre o descompasso existente entre suas definições, e ir além, analisar a percepção das vítimas e das possíveis vítimas. Segundo Anabela Ferreira Filipe, "há uma imprecisão conceptual quanto ao *TSH*, há uma variação de números apresentados que vão do alarmista ao fleumático, há uma incapacidade de saber quais as fontes, de uniformizar procedimentos e conceitos"[185]. Abordar o tráfico de pessoas remete aos discursos construídos a respeito desde o século XIX, uma vez que estes mudaram ao longo do tempo devido ao fato de que novos conceitos e referências conduzem a novas interpretações, como aponta Kamala Kempadoo:

> Discursos sobre o tráfico mudaram ao longo dos séculos, e provavelmente continuarão a mudar em função de novas pesquisas empíricas, interesses políticos, análises feministas, anti-racistas e de justiça social, e de mudanças nas condições econômicas globais. O que foi alguma vez definido como um problema de "tráfico de escravas brancas" (isto é, mulheres na prostituição) é agora visto como um problema de migração internacional do trabalho e exploração do trabalho, que ficam além do controle ou do alcance do estado[186].

A reflexão sobre esse fenômeno precisa ir além do estabelecido pelos instrumentos normativos, é necessário ouvir as pessoas envolvidas nos processos migratórios, como já foi explicitado por diversos autores[187]. De acordo com Márcia Sprandel e Guilherme Dias, as experiências de mobilidade são fundamentais para compreender a complexidade do tema:

> Para tratar a "complexidade" que é inerente ao tráfico de seres humanos, é preciso deslocá-la de seu lugar de adjetivação para o foco das análises. Isso deve ser feito colocando no mapa e nas pesquisas a experiência individual de sujeitos concretos, que, imbuídos de um sentimento de errância, permitem-se

[183] Entre outros, SODIREITOS; GAATW-REDLAC. *Pesquisa tri-nacional sobre tráfico de mulheres do Brasil e da República Dominicana para o Suriname*: *uma intervenção em rede*. Coordenação de Marcel Hazeu. Belém: Sodireitos, 2008; PISCITELLI, Entre as "máfias" e a "ajuda": a construção de conhecimento sobre tráfico de pessoas, op. cit.
[184] ARY, Thalita Carneiro. *O tráfico de pessoas em três dimensões: evolução, globalização e a rota Brasil-Europa.* 159p. Dissertação (Mestrado em Relações Internacionais) - Universidade de Brasília, Brasília, 2009, p.99.
[185] FILIPE, op. cit., p.156.
[186] KEMPADOO, op. cit., p.77-78.
[187] Entre outros, Piscitelli (Entre as "máfias" e a "ajuda": a construção de conhecimento sobre tráfico de pessoas, op. cit.) e Mathieu (*La condition prostituée*, op. cit.).

> deslocar em busca de melhores condições de vida. Sem abrir mão das políticas protetivas, quando necessárias, acreditamos que é trazendo para o centro das pesquisas e documentos os elementos da rica experiência humana vivida por migrantes e viajantes que podemos transformar o debate sobre o tráfico de pessoas numa pauta substantiva e positiva[188].

1.2.1 O discurso do tráfico de pessoas no Brasil e os instrumentos normativos

O Protocolo de Palermo foi ratificado pelo Brasil em 2004, e influenciou a modificação do artigo 231 do Código Penal brasileiro. Antes, este contemplava apenas mulheres como vítimas do tráfico, e em 2005, com a promulgação do novo Código Penal, passou a tipificar dois crimes: o tráfico internacional de pessoas (definido no artigo 231) e o tráfico interno de pessoas (contemplado no artigo 231-A), bem como a reconhecer outros sujeitos como suas vítimas[189]. Em 2009 houve alterações no Código Penal, e o tráfico internacional passou a ser tratado com fins de prostituição ou outra forma de exploração sexual; na redação do artigo 231, tráfico internacional de pessoas passou a significar: "Promover ou facilitar a entrada, no território nacional, de alguém que nele venha a exercer a prostituição ou outra forma de exploração sexual, ou a saída de alguém que vá exercê-la no estrangeiro"[190]. Apesar da mudança nesse artigo, o tráfico de pessoas ainda era definido pelo sistema jurídico brasileiro como cumplicidade na mobilidade de pessoas para prostituição, independentemente de haver coerção ou de a migração ter sido para prostituição livre e de a pessoa não ser explorada[191].

Foi na vigência dessa redação do artigo 231 que a pesquisa de campo foi realizada (2011, 2012 e 2013), ou seja, ao tratar do tráfico de pessoas, as pessoas entrevistadas levavam em

---

[188] SPRANDEL, Marcia Anita; DIAS, Guilherme Mansur. A temática do tráfico de pessoas no contexto brasileiro. *Revista Interdisciplinar da Mobilidade Humana*, v.18, n.35, p.155-170, 2010 (p.168).

[189] BRASIL. *Lei nº 11.106, de 28 de março de 2005*. Publicada em 29.3.2005. (Altera os arts. 148, 215, 216, 226, 227, 231 e acrescenta o art. 231-A ao Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 – Código Penal e dá outras providências.) Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2005/lei/l11106.htm. Acesso: 7 de fevereiro de 2017.

[190] Mudanças ocorridas através da Lei 12.015/2009. Ver BRASIL. *Lei nº 12.015, de 7 de agosto de 2009*. Publicada em 10.8.2009. (Altera o Título VI da Parte Especial do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 - Código Penal, e o art. 1º da Lei nº 8.072, de 25 de julho de 1990, que dispõe sobre os crimes hediondos, nos termos do inciso XLIII do art. 5º da Constituição Federal e revoga a Lei nº 2.252, de 1º de julho de 1954, que trata de corrupção de menores.) Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2009/lei/l12015.htm. Acesso: 22 de dezembro de 2010.

[191] Cf. SILVA, Ana Paula da; BENTO, Andressa Raylane; BLANCHETTE, Thaddeus Gregory. Sonho de Cinderela: uma análise estrutural de um mito sobre o tráfico de pessoas. In: GUERALDI, Michelle. (Org.). *Desafios para o enfrentamento ao tráfico de pessoas.* Brasília: Ministério da Justiça-Secretaria Nacional de Justiça-Coordenação de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas, 2014. p.138-168. (Cadernos temáticos sobre tráfico de pessoas; v.5)

consideração aquela redação ou o que ouviram falar sobre o assunto, fosse através de instituições, fosse pela mídia[192]. É importante ressaltar que algumas questões eram levantadas por pesquisadores em relação à redação do artigo 231 vigente na época da pesquisa, como, por exemplo, o fato de que o uso de violência, o engano ou a fraude apresentavam-se como condição de agravamento da pena, mas não eram elementos que definiam o tráfico[193]. Além disso, o artigo não punia o exercício da prostituição nem o cliente, mas a atração de pessoas para a prostituição ou a facilitação[194] para essa atividade, conforme expressava o artigo 228: "induzir ou atrair alguém à prostituição ou a outra forma de exploração sexual, facilitá-la, impedir ou dificultar que alguém a abandone". Embora o artigo 231 contemplasse, além da prostituição, outras formas de exploração sexual, não abrangia outros tipos do delito presentes no Protocolo de Palermo, como pontua Ela Wiecko Castilho, pois não falava em "trabalhos ou serviços forçados, escravidão ou formas análogas à escravidão, servidão ou transplante de órgãos"[195]. Assim, no Brasil, a legislação de 2009 sobre o tráfico de pessoas, embora trouxesse a possibilidade de atender todos os casos, independentemente da identidade de gênero, o atrelava à prostituição e à exploração sexual.

Em 2016 ocorreram alterações no Código Penal brasileiro através dos artigos 13 e 16 da Lei 13.344: foi inserido o artigo 149-A, referente ao tipo penal de tráfico de pessoas, e revogados os artigos 231 e 231-A, ampliando a tipificação e a natureza desse crime. Segundo o artigo 149-A, que traz a nova tipificação de tráfico de pessoas, este significa:

---

[192] Assim a linguagem do tráfico de pessoas para fins de exploração sexual acionada pelas/os interlocutores levou em consideração o que era difundido com relação à redação do artigo 231, vigente no período no campo de pesquisa. Outra questão importante, sobretudo por levar em conta o apego aos programas de televisão brasileiros retransmitidos nas Guianas para aqueles que têm acesso ao sinal de antena parabólica, foi a transmissão da telenovela Salve Jorge, exibida entre outubro de 2012 e maio de 2013 (logo depois da pesquisa de campo nas Guianas), que abordou a problemática do tráfico internacional de brasileiras, o que deve ter gerado uma série de discussões entre os brasileiras/os que acompanhavam o desenrolar da novela, já que a abordagem girava em torno de organizações criminosas, falsas ofertas de emprego, mulheres em cárcere privado e vítimas de violência constante, etc. Na Holanda, brasileiros interlocutores da pesquisa falaram que além de o enredo ter se configurado em torno de um romance, as outras questões levantadas serviam de alerta para mulheres que estavam pensando em viajar para o exterior, principalmente para trabalhar no mercado do sexo.

[193] PISCITELLI, Adriana. Brasileiras na indústria transnacional do sexo. *Nuevo Mundo, Mundos Nuevos*. 12.3.2007. Disponível em: http://nuevomundo.revues.org/3744. Acesso: 30 de outubro de 2014. Ver, também, SILVA, BENTO e BLANCHETTE, op. cit.

[194] São os artigos 227, 228 e 229 que tratam das diferentes formas de lenocínio. Em se tratando da sujeição de criança e adolescente à prostituição e exploração sexual, é o artigo 244-A do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA). Ver BRASIL. *Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990*. Publicada em 16.7.1990. (Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências.) Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L8069.htm. Acesso: 12 de dezembro de 2016.

[195] CASTILHO, Ela Wiecko V. de. *A legislação penal brasileira sobre tráfico de pessoas e imigração ilegal/irregular frente aos protocolos adicionais à convenção de Palermo*. Cascais, 2006, p.8. (Texto apresentado no I Seminário Luso Brasileiro sobre Tráfico de Pessoas e Imigração Ilegal)

> Agenciar, aliciar, recrutar, transportar, transferir, comprar, alojar ou acolher pessoa, mediante grave ameaça, violência, coação, fraude ou abuso, com a finalidade de:
> I - remover-lhe órgãos, tecidos ou partes do corpo;
> II - submetê-la a trabalho em condições análogas à de escravo;
> III - submetê-la a qualquer tipo de servidão;
> IV - adoção ilegal; ou
> V - exploração sexual.

No Brasil, na esfera política o governo tem demonstrado predisposição em implementar ações[196] para detectar e coibir o tráfico de seres humanos (seminários, programas de apoio a vítimas, formação de agentes do Estado, campanhas de prevenção, criação de comitês e núcleos de enfrentamento do tráfico de pessoas, pesquisas[197], etc.), em parceria com ONGs nacionais e internacionais, e instituições públicas em diversos estados. As mudanças no Código Penal foram influenciadas pelas discussões e debates, e, particularmente, pelos resultados de duas investigações realizadas pelo Poder Legislativo: em 2011, o Senado Federal acatou um requerimento que pedia a instalação de uma Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) para investigar o tráfico de pessoas no país[198]. Concentrando-se no período de 2003 a 2011, seu relatório final foi aprovado em 2012. Com o mesmo objetivo, a Câmara dos Deputados, também em 2011, protocolou uma CPI, encerrada em 2014. As duas geraram uma série de reuniões, audiências e discussões, e seus relatórios fazem diversas recomendações de mudanças na legislação e propostas de projetos de lei no que concerne a esse crime.

No que se refere às "numerosas campanhas de sensibilização sobre o tráfico, que aparecem em todos os cantos do mundo", estas "reproduzem imagens de mulheres

---

[196] Em 2006 foi criada a Política Nacional de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas. Em 2008 entrou em vigor I Plano Nacional de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas - PNETP, encerrado em 2010. No mesmo ano foi criado o Grupo de Trabalho visando a coordenação da elaboração do II Plano Nacional de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas - PNET, ainda em vigor.

[197] O Ministério da Justiça do Brasil tem encomendado a realização de pesquisas oficiais, além de realizar pesquisas em parceria com organizações internacionais como o International Centre for Migration Policy Development (ICMPD) e o Escritório das Nações Unidas sobre Drogas e Crime (UNODC). Ver, entre outros relatórios: SILVA, Jacqueline Oliveira. (Coord.). *O tráfico de seres humanos para fins de exploração sexual no Rio Grande do Sul: informe de pesquisa*. Porto Alegre: Secretaria Nacional de Justiça-Ministério da Justiça/UNODC, 2005; BRASIL. Secretaria Nacional de Justiça. *Indícios de tráfico de pessoas no universo de deportadas e não admitidas que regressam ao Brasil via o aeroporto de Guarulhos*. Brasília: Ministério da Justiça, 2006; PROGRAMA DE ENFRENTAMENTO DO TRÁFICO DE PESSOAS. (Coord.). *Tráfico internacional de pessoas e tráfico de migrantes entre deportados(as) e não admitidos(as) que regressam ao Brasil via o aeroporto internacional de São Paulo*. Brasília: Ministério da Justiça/Organização Internacional do Trabalho, 2007; SPRANDEL, Marcia et al. *Jornadas transatlânticas: uma pesquisa exploratória sobre tráfico de seres humanos do Brasil para Itália e Portugal*. Brasília: Ministério da Justiça, 2011; BRASIL. Ministério da Justiça. Secretaria Nacional de Justiça. *Pesquisa ENAFRON: diagnóstico sobre tráfico de pessoas nas áreas de fronteira*. Brasília: Ministério da Justiça-Secretaria Nacional de Justiça, 2013.

[198] Para uma análise dessa CPI, ver DIAS, *Migração e crime: desconstrução das políticas de segurança e tráfico de pessoas*, op. cit.

encaixotadas, empacotadas, embaladas e/ou estampadas com código de barras, como uma metáfora visual do crime"[199] — e é nesse contexto que tem sido construída, no Brasil, a imagem de uma pessoa traficada: o debate sobre as trabalhadoras do sexo brasileiras no exterior tem espaço nas mídias escrita e televisiva[200] do país, que as consideram, de modo geral, vítimas do tráfico de seres humanos com fins de exploração sexual[201] e de uma grande rede de criminosos. Adriana Piscitelli aponta que folders que vêm sendo produzidos estão afinados com o Protocolo de Palermo, uma vez que apresentam imagens com ênfase no "cárcere, na privação de liberdade, evocando a ideia de algo forçado"[202]. Como mencionado, dados apresentados sobre tráfico de pessoas merecem cautela, uma vez que são baseados em fontes e contextos diferentes, e, como adverte o Grupo Davida — formado por cientistas sociais que têm como foco de estudo a prostituição a partir da visão de trabalhadoras e trabalhadores do sexo — "qualquer tentativa de apresentar estatísticas sobre o tráfico exige um cuidado especial"[203].

A Pesquisa sobre Tráfico de Mulheres, Crianças e Adolescentes para Fins de Exploração Sexual Comercial no Brasil (Pestraf), realizada entre 2001 e 2002 pela ONG Centro de Referência, Estudos e Ações sobre Crianças e Adolescentes (Cecria)[204], indicou 131 "rotas", no país, de tráfico internacional para fins sexuais, utilizadas por organizações criminosas que tinham como principais destinos Alemanha, Espanha, Estados Unidos, Holanda, Itália, Paraguai, Portugal, Suíça, Suriname e Venezuela. As vítimas, em sua maioria, eram adultas e oriundas das seguintes cidades litorâneas brasileiras: Fortaleza, Recife, Rio de Janeiro, Salvador e Vitória — e alguns casos foram registrados nos estados de Goiás, Minas Gerais, São Paulo e Pará.

A Pestraf, uma das primeiras pesquisas sobre o tráfico de pessoas realizadas no Brasil, e de grande repercussão no país e no exterior[205], tornou-se referência ao "se citar dados e casos

[199] SILVA, BENTO e BLANCHETTE, op. cit., p.140.
[200] Através de reportagens e documentários, e mesmo na telenovela Salve Jorge.
[201] PISCITELLI, Brasileiras na indústria transnacional do sexo, op. cit.
[202] Idem, *Trânsitos: brasileiras nos mercados transnacionais do sexo*, op. cit., p.101.
[203] GRUPO DAVIDA, op. cit., p.155.
[204] A Pestraf é fruto de uma parceria entre o International Institute on Laws and Human Rights of DePaul University — esta, uma universidade privada de Chicago (Estados Unidos) — e o Ministério da Justiça do Brasil. Recebeu financiamento da Agência dos Estados Unidos para o Desenvolvimento Internacional (United States Agency for International Development-Usaid), da OIT e da fundação sueca Save the Children Para os resultados da Pestraf, ver LEAL, Maria Lúcia; LEAL, Maria de Fátima P. (Orgs.). *Pesquisa sobre tráfico de mulheres, crianças e adolescentes para fins de exploração sexual comercial - PESTRAF: relatório nacional - Brasil*. Brasília: Cecria, 2002.
[205] A repercussão do resultado da Pestraf culminou na CPI da Exploração Sexual de Menores, criada por meio do Requerimento nº 02, de 2003-CN, que investigou situações de violência e a existência de redes de exploração sexual de crianças e adolescentes. A CPI foi realizada no período de junho de 2003 a junho de 2004. Para os resultados dessa CPI, ver: CONGRESSO NACIONAL. *Relatório final da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito - criada por meio do requerimento nº 02, de 2003-CN, "com a finalidade investigar as situações de*

sobre as supostas rotas de tráfico de pessoas no Brasil"[206]. No entanto, foi "alvo de diversas críticas em função de problemas metodológicos"[207], pois boa parte dos dados obtidos para a construção das "rotas" que cita privilegiou como fontes a mídia e a Polícia Federal, fontes que requerem tratamento crítico[208]. Além disso, no seu relatório o tráfico de pessoas aparece atrelado ao turismo sexual, bem como a outros "intercâmbios sexuais e econômicos, como a prostituição e os casamentos com estrangeiros, e os deslocamentos internos, no âmbito do Brasil, para trabalhar na prostituição"[209]. Segundo Ana Paula da Silva e Thaddeus Blanchette,

> As informações apresentadas pela PESTRAF não são, de maneira alguma, subsídios confiáveis através dos quais podemos tirar qualquer conclusão precisa referente ao tráfico de pessoas no Brasil. Tudo o que podemos dizer é que há evidências de que o tráfico de pessoas para fins de exploração sexual de fato está ocorrendo no Brasil, pois pelo menos alguns dos estudos de caso demonstram isto [...][210].

Os autores acrescentam que a Pestraf, realizada com base em fontes e metodologias questionáveis, reforçou mitos e tem servido para alimentar dados da ONU e de outras organizações internacionais[211], e tem influenciado debates, ações e políticas antitráfico no Brasil[212]. Assim,

> o resultado prático mais concreto da PESTRAF tem sido a sua contribuição para um sentimento de pânico moral crescente no Brasil frente ao fenômeno do tráfico. Esse pânico, por sua vez, tem resultado na promulgação de uma política nacional de combate ao tráfico no Brasil que tem produzido pouco em

violência e redes de exploração sexual de crianças e adolescentes no Brasil". Brasília, julho de 2004. 579p. Disponível em: http//www2.senado.leg.br/bdsf/item/id/84599. Acesso: 30 de maio de 2016.

[206] BLANCHETTE, Thaddeus Gregory; SILVA, Ana Paula da. As rotas da PESTRAF: empreendedorismo moral e a invenção do tráfico de pessoas no Brasil. *Ártemis*, v.18, n.1, p.12-27, 2014 (p.12).

[207] PISCITELLI, Entre as "máfias" e a "ajuda": a construção de conhecimento sobre tráfico de pessoas, op. cit., p.39.

[208] GRUPO DAVIDA, op. cit.; BLANCHETTE e SILVA, As rotas da PESTRAF: empreendedorismo moral e a invenção do tráfico de pessoas no Brasil, op. cit.

[209] PISCITELLI, *Trânsitos: brasileiras nos mercados transnacionais do sexo*, op. cit., p.97.

[210] BLANCHETTE e SILVA, As rotas da PESTRAF: empreendedorismo moral e a invenção do tráfico de pessoas no Brasil, op. cit., p.21.

[211] Entre as organizações citadas pelos autores, que se utilizam dos dados questionáveis (mas politicamente úteis para seus propósitos) da Pestraf em seus relatórios, encontram-se a UNODC e a OIT (as duas, agências multilaterais da ONU), e a Organisation Internationale pour les Migrations. Ver INTERNATIONAL ORGANIZATION FOR MIGRATION. *Data and research on human trafficking: a global survey*. Geneva: IOM, 2002; DIAS, Claudia Sérvulo da Cunha. (Coord.). *Tráfico de pessoas para fins de exploração sexual*. Brasília: OIT, 2005; UNITED NATIONS OFFICE ON DRUGS AND CRIME. *The globalization of crime: a transnational organized crime threat assessment*. Vienna: The United Nations Office on Drugs and Crime, 2010.

[212] Para uma análise crítica do relatório da Pestraf, ver BLANCHETTE, Thaddeus Gregory; SILVA, Ana Paula da. On bullshit and the trafficking of women: moral entrepreneurs and the invention of trafficking of persons in Brazil. *Dialectical Anthropology*, v.36, p.107-125, 2012; e BLANCHETTE e SILVA, As rotas da PESTRAF: empreendedorismo moral e a invenção do tráfico de pessoas no Brasil, op. cit.

> termos de "proteção das vítimas", mas muito em termos de vigilância e repressão, especialmente no que diz respeito à mobilidade internacional de brasileiras[213].

É inegável que a Pestraf contribuiu para dar visibilidade ao problema do tráfico de pessoas na agenda pública brasileira, contudo não possibilita conhecer a real dimensão do problema no país. Além disso, o discurso que vem sendo produzido no Brasil sobre o tema, norteado por confusões conceituais e dados diversos, por vezes divergentes, merece debate mais amplo. Adriana Piscitelli, Ela Castilho e Kamala Kempadoo, por exemplo, têm problematizado que o discurso judicial e políticas antitráfico de pessoas têm criminalizado o trabalho sexual e reforçado o controle de fronteiras, afetando a mobilidade de pessoas no mercado do sexo[214].

1.2.2 Armadilhas no percurso migratório

No tráfico de pessoas, o migrante pode atravessar a fronteira legal ou ilegalmente[215], e aquele pode ser interno ou transnacional, mas a relação do traficante com o traficado não acaba quando este chega ao local de destino, pois se inicia uma relação de comercialização e exploração. O migrante torna-se vítima e, de acordo com o Protocolo de Palermo, deve ser protegido de seus exploradores, não podendo ser julgado em processos criminais caso tenha infringido alguma norma ao ingressar no país de acolhida[216]. Nos casos mais "clássicos" divulgados pela mídia, por ONGs e agências governamentais, não há pagamento antecipado da travessia, mas a aquisição de uma dívida que é cobrada posteriormente, com acréscimos que a tornam, por vezes, impagável, e a sua cobrança passa a ser o motor inicial da exploração da vítima, podendo ocorrer cárcere privado, confisco de passaporte e violência.

[213] BLANCHETTE e SILVA, As rotas da PESTRAF: empreendedorismo moral e a invenção do tráfico de pessoas no Brasil, op. cit., p.24-25.
[214] Ver PISCITELLI, Entre as "máfias" e a "ajuda": a construção de conhecimento sobre tráfico de pessoas, op. cit., p.39; CASTILHO, A criminalização do tráfico de mulheres: proteção das mulheres ou reforço da violência de gênero?, op. cit.; e KEMPADOO, op. cit.
[215] O que pode induzir a erros, e a situação de tráfico de pessoas ser confundida com tráfico de migrantes. Ver RODRIGUES, Thaís de Camargo. *O tráfico internacional de pessoas para fim de exploração sexual e a questão do consentimento*. 204p. Dissertação (Mestrado em Direito Penal) - Universidade de São Paulo, São Paulo, 2012.
[216] Ibidem.

Entre os dados coletados na pesquisa de campo realizada na Holanda, em 2013, há o caso de uma brasileira cujo acompanhamento foi feito pela Fundação Tenda até o momento em que passou a ser tratado pelas autoridades desse país. O caso foi acompanhado por Marcos Viana[217], 46 anos, pastor e empresário, duas filhas, ensino médio completo, natural de Minas Gerais. Marcos migrou para a Holanda em 1997, aos 30 anos, para trabalhar; na época da pesquisa de campo atuava (e ainda atua) como liderança religiosa e social na Fundação Tenda, uma ONG que não conta com financiamento externo: realiza o trabalho através de uma equipe interdisciplinar de voluntários que fazem orientação e aconselhamento nos âmbitos jurídico, social, psicológico e pastoral, dando apoio sobretudo a brasileiros em situação difícil na Holanda — em suas palavras, "desde o passaporte que a pessoa perdeu ou até mesmo a pessoa que disse que fugiu de um cativeiro desses".

Segundo Marcos, tratava-se de uma vítima de tráfico de pessoas para exploração sexual, e ocorreu em 2008 ou 2009 (por atender várias demandas, não soube precisar o ano), em uma cidade do norte da Holanda: a mulher ficou presa em um clube durante três meses, "presa literalmente naquele processo, porque quando ela chegou e tomou conhecimento que o que ela veio fazer não foi ser recepcionista de um pequeno hotel, mas sim ser prostituta, ela rejeitou imediatamente".

A mulher não sofreu violência física, mas foi enganada e mantida em cárcere privado, e teve o passaporte retido. Vivendo em situação de vulnerabilidade, nos três meses que ficou presa no local era coagida a prostituir-se; acabou adoecendo e, ao se restabelecer, as pressões aumentaram, pois queriam receber os valores pagos com a viagem: "eles fizeram a seguinte proposta pra ela: 'Bom, faz o seguinte: você trabalha uma noite, fatura o valor que nós pagamos pela sua passagem e algumas outras despesas, isso vai dar. Uma noite que você trabalhar, você fatura isso'. E ela falou: 'Tá bom'".

Coagida, ela concordou em prostituir-se, para recuperar o passaporte, pagar o que "devia" e libertar-se, mas combinou que atenderia clientes uma única noite. Ela conseguiu o dinheiro, mas eles não cumpriram o acordo:

> E ela, muito feliz, foi apresentar as contas, e disse: "Agora me dá meu passaporte". Eles bateram nas costas dela e disseram: "Agora nós sabemos que você pode trabalhar". Aí, ela se desesperou, ficou doente de novo [...]. Quando ela começou a se restaurar, ela começou a fazer alguns servicinhos lá, limpeza: "Pelo menos isso você tem que fazer".

[217] Entrevistado em 2013 na Holanda; tinha permissão para morar no país.

Em uma manhã, pouco depois do encerramento do expediente do clube, a responsável pela organização do local pediu que ela trancasse a porta; ela fingiu que fechou e devolveu a chave, e quando as mulheres dormiram ela fugiu. Sem saber para onde ir, entrou numa estação de trem e pegou o primeiro que passou:

> Ela entrou pra dentro de uma plataforma, justamente a plataforma que dava acesso a Amsterdam, e encontrou na plataforma uma pessoa que falava português de Portugal, e que era agente da IOM [International Organization for Migration]. [...] Quando falou com ele em português — que a única coisa que ela podia fazer — e recebeu uma resposta... Ele disse: "Calma lá, miúda, calma, calma". E ele também tinha uma certa dificuldade, que é holandês que fala português, e ela: "Me ajuda. Me ajuda". Aí, ele colocou ela no trem, de dentro do trem ele me ligou: "Olha, tô numa situação aqui, me parece que é isso, isso e isso". E aí eu fui tomando as providências nesse meio tempo, que era uma viagem de mais ou menos uns quarenta minutos [...].

A mulher foi incluída no programa de proteção a vítimas de tráfico de pessoas da Holanda, pois começou a colaborar com a polícia do país. Marcos não soube informar como foi que se desenrolou processo, se ela permaneceu no país e obteve a proteção necessária, uma vez que ele não pôde acompanhar o caso:

> Outra coisa: ela denunciou também, na época, de que houve, nesse período, vários controles da polícia no local, e elas eram avisadas com antecedência de que haveria o controle. Então o envolvimento de pessoas nessa máfia que fazem parte dos órgãos que deveriam reprimir isso, é evidente. Então você já imaginou o tamanho dessa bomba, né. Por exemplo: vai haver uma blitz e você, com antecedência, sabe que tem uma blitz, você tem um informante que faz parte.

Falhas e desvios de conduta na fiscalização de locais oficiais de oferta de serviços sexuais, nesse caso, são percebidos por Marcos como a existência de uma "máfia", uma vez que houve fiscalização no local em que a mulher estava e não foram detectadas irregularidades. O caso foi configurado como tráfico de pessoas pelas autoridades holandesas. A mulher, embora em cárcere privado, não foi submetida a maus-tratos, mas foi submetida à violência psicológica e coagida a trabalhar, seja na prostituição, seja nos serviços domésticos, sob o pretexto de que teria que quitar a dívida adquirida com a viagem. Quando arrecadou o suficiente para pagar a passagem, isso não satisfez os traficantes, pois a intenção não era libertá-la, mas explorá-la. Um caso grave que, sem dúvida, viola a dignidade e os direitos humanos. Casos

semelhantes não foram relatados pelos interlocutores na Guiana, na Guiana Francesa e no Suriname, mas, na Holanda, segundo Marcos, houve outros casos em que ele foi acionado para fazer o primeiro contato com a suposta vítima de tráfico para fins de prostituição e para serviços domésticos. Os casos que descreveu envolvem fuga, resgate, o acolhimento de sua parte, mas ele não tinha informações dos procedimentos efetuados pelas autoridades; apresentou apenas informações preliminares, do atendimento inicial, porque não lhe era permitido saber como se dava o atendimento das supostas vítimas, se foi adequado ou se elas simplesmente foram deportadas após prestarem informações:

> Mais ou menos uns três ou quatro meses, apareceu uma senhora que... ela afirma que tava presa numa casa. [...] Ela fugiu da casa. E ela se negou a dizer onde era e tudo, mas eu, com o foco em ajudar, não questionei a veracidade dos fatos e propus a ela um encaminhamento pra protegê-la, que é a primeira coisa a fazer: uma denúncia na polícia. [...] E ela não queria muito se expor. Eu falei: "Não, a sua privacidade, a partir do momento que eu vou te encaminhar pra polícia, até eu mesmo vou ter dificuldade a ter acesso a você". Porque tem um procedimento aqui, conhecido como B9, que é um procedimento que protege vítimas do tráfico de pessoas de forma geral, tanto sexual como do trabalho. E ela aceitou fazer a denúncia, e depois disso eu perdi contato com ela, porque automaticamente eles isolam a pessoa.

Em sua narrativa fica evidente que, depois que a pessoa aceita fazer a denúncia, ela é isolada e seu caso segue em sigilo, não há como saber quais os procedimentos seguidos. Um dos casos que ele narrou era ligado a serviços domésticos e envolvia duas vítimas, e uma delas retornou ao Brasil — pelo que contou, pode-se pensar que ela voltou por não cooperar com as autoridades locais, porque a outra vítima conseguiu o direito de permanecer na Holanda em razão de sua colaboração —, e não dá para saber se sua estada no país foi demarcada pelo período dos procedimentos legais do caso:

> – O caso anterior foi um caso de... absurdo até, mas foi tipo escravidão: duas jovens estavam escravizadas dentro de uma casa e, além de escravizadas, maltratadas. Serviço doméstico. E uma criou coragem, fugiu depois de tomar uma pancada com um objeto — não sei se foi de ferro —, que abriu uma brecha na testa, e ela entrou num restaurante, e a pessoa do restaurante identificou como uma brasileira; eles ligaram para o consulado, o consulado me acionou e eu fui buscá-la. Essa também, depois de muita resistência, ela aceitou fazer o B9, ou seja, essa denúncia, que automaticamente também livraria a outra que ficou. Então, quando ela foi levada pra polícia, a polícia imediatamente acionou uma equipe, que foi até o local e resgatou a menina.
> – As duas estavam irregulares?
> – As duas estavam irregulares. [...] Uma conseguiu o direito de permanecer na Holanda, porque o B9 dá uma abertura pra isso, enquanto o processo de

> investigação se dá; e a outra já até retornou pro Brasil. Mas os relatos são absurdos, coisas do tipo tortura, noites inteiras de tortura psicológica, além de marcadas com ferro quente. Coisa fora do normal. Água quente jogada nas meninas. Essa, principalmente, que ficou, que era mais frágil e não reagia muito, essa foi mais vitimada. [...] Ela passou um processo aqui, de acompanhamento; ela ficou numa casa aqui, que é uma casa de endereço secreto, né, e a gente sabe que a estrutura oferece todo acompanhamento psicológico, mas são marcas na alma, que ficam.

A coação para que a mulher atue na prostituição de maneira forçada ou trabalhe em serviços domésticos — sob o pretexto de uma dívida, sob ameaça de denunciar sua situação irregular no país às autoridades, etc., e mesmo o desconhecimento da língua e de direitos — parece surtir mais efeito em territórios em que as exigências migratórias e a fiscalização são mais rígidas. Dois casos encontrados em campo mostram formas de coação para que a mulher atue na prostituição.

Ângela[218], 40 anos, vendedora, dois filhos, ensino médio completo, natural de Santarém (Pará), em 2011 fazia dezenove anos que vivia na Guiana Francesa. Quando foi, acompanhou outra brasileira, que morava em Caiena e costumava fazer a travessia: vendeu tudo o que tinha para pagar as despesas com a viagem e o atravessador. A mulher lhe prometeu que a hospedaria em sua casa até que conseguisse um emprego, mas alguns dias depois da chegada lhe propôs o trabalho como prostituta em um bar de sua propriedade. Como ela não aceitou, foi expulsa da casa pela mulher, que se mudou e disse que não a ajudaria mais. Como gastara todas as economias com a travessia da fronteira, Ângela pediu abrigo para um vizinho da casa onde se hospedara, um francês; ele a acolheu e ela passou a fazer os serviços domésticos, para pagar a estadia. Posteriormente começaram uma relação amorosa, e ela conseguiu regularizar sua situação administrativa no país. Tiveram dois filhos e, na época da pesquisa de campo (quando a filha tinha 16 anos e o filho, 19), embora dividissem o mesmo teto, estavam separados. Ângela contou que dormiam em quartos separados, que evitava chegar cedo em casa, para não falar com ele: não saíra da casa porque considerava que pertencia aos dois, que tinha direitos em relação a ela, pois investira muito na sua construção — esperava que ele saísse ou repassasse sua parte em dinheiro, o que ele se recusava a fazer. Ângela trabalhava na loja de uma francesa, ganhava o suficiente para ser independente. Com a ajuda do ex-companheiro ela conseguiu se estruturar e sair da vulnerabilidade em que a mulher a deixou quando a expulsou na perspectiva de que se submetesse à exploração sexual.

[218] Entrevistada em 2011 na Guiana Francesa (anotações de caderno de campo).

A outra tentativa de prostituição forçada ocorreu na Holanda, e o caso foi considerado pelas autoridades do país como tráfico internacional de pessoas. Aline[219], 25 anos, garçonete, sem filhos, ensino superior incompleto, é natural de Belo Horizonte (capital de Minas Gerais). Quando tinha 2 anos, ela e a irmã mais nova (de 1 ano) foram entregues pelos pais a um orfanato, onde ficaram até completarem 11 e 10 anos, respectivamente; depois, por determinação judicial, a mãe, já separada do pai, teve que acolhê-las em casa: como o casal não assinara os papéis liberando-as para adoção, a mãe foi chamada para assiná-los ou assumir a guarda das duas. Posteriormente, Aline foi morar com o pai, a avó de 69 anos, uma tia e uma prima; a irmã ficou com a mãe (e se casou ainda adolescente). Mesmo morando com o pai, quase não tinham contato: alcoólatra, ele saía do trabalho e, antes de ir para casa, ia ao bar. A casa em que moravam era de uma outra tia, que acabou vendendo, e todos tiveram que procurar onde morar — Aline e o pai foram morar sozinhos, em uma casa alugada. Quando ela estava com 14 anos, ele foi trabalhar na cidade de São Paulo, e não retornou; por não pagar o aluguel, ela teve que desocupar a casa. Morou dois meses na rua, depois foi para a casa de uma amiga mais velha, mãe de três filhos, dos quais ela cuidava quando aquela ia trabalhar. Após alguns meses nessa casa, aproximou-se de um vizinho, que tinha então 25 anos; não demorou e foram morar juntos, na casa da mãe dele. Ao completar 17 anos, por sofrer violência doméstica, Aline decidiu voltar para a casa da mãe, mas a convivência das duas não deu certo. Ao completar 18, foi embora para a cidade do Rio de Janeiro, onde trabalhou em serviços domésticos, depois como garçonete. No Rio voltou a estudar: fez o supletivo para concluir o ensino médio e um curso de inglês, pois no local em que trabalhava circulavam muitos estrangeiros. Ainda no Rio, reatou a relação com a mãe, que a visitou algumas vezes; com o pai, perdeu o contato. Em 2010 voltou para Belo Horizonte, alugou uma casa, matriculou-se num curso de Licenciatura em Letras, em uma faculdade privada — e conheceu um rapaz, com quem namorou por algum tempo. Quando o relacionamento terminou, ele, que a ameaçava de morte, colocou fogo na casa dela, que perdeu tudo o que tinha. Com dificuldade em recomeçar a vida em sua cidade natal e com medo do namorado, retornou ao Rio em 2011:

> Eu fiquei com medo, né, porque eu pensei: "Poxa, a polícia não prende ele? Eu já falei com a polícia que ele tá me ameaçando, eles não prendem ele?". E, aí, eu não tive escolha, eu juntei minhas coisas e falei: "Vou voltar pro Rio, que no Rio eu tenho muito mais amigos do que em Belo Horizonte". E voltei pro Rio, e ele ficou lá, mas a polícia não fez mais nada. E eu tive que pagar todo o prejuízo da casa, o dinheiro que eu tinha, né. Eu paguei o conserto da casa, ele não me ajudou em nada. Eu voltei pro Rio.

[219] Entrevistada em 2013 na Holanda; tinha visto de permanência com validade de um ano.

No Rio, procurando emprego, recebeu a proposta de trabalhar num restaurante em Amsterdam, de um holandês de origem turca, Zeki, a quem um conhecido com quem trabalhara como garçonete a apresentou. Zeki disse que poderia lhe conseguir um trabalho regular em seu restaurante quando retornasse à Holanda, e ela aceitou a proposta; tirou o passaporte e ficou aguardando a passagem:

> Foi recomendação, entendeu? [...] Era amigo de um dos meus conhecidos. [...] Ele falou: "Olha, eu tô voltando pra Holanda, assim que eu chegar lá eu já vou ajeitar tudo, e você pode vir". [...] Ele mandou a passagem, entendeu?, mandou tudo direitinho, mandou os contatos dele. E quando eu cheguei... Eu vim sozinha, eu peguei o voo do Rio de Janeiro pra Portugal. [...] chegou lá [Portugal], eles me perguntaram e tudo, eu falei: "Olha, eu tô indo pra Holanda". Só que eu não podia dizer pra eles que eu tava indo trabalhar, porque com visto de turista — que ele já tinha me dito que eu não ia poder trabalhar [legalmente] — eu não podia falar pro governo, pra Imigração, que eu ia vir pra trabalhar; tinha que falar que eu ia vir como turista. Quando eu chegasse lá, ele ia ajeitar pra mim os papéis, para que eu trabalhasse legalmente no restaurante. [...] Cheguei em Portugal, eu falei direitinho: "Eu tenho uns amigos, estou indo lá visitar eles". "Ah, sim. O.k." Ligaram pra ele, que era o contato, tudo certo.

As despesas da viagem foram pagas por Zeki, e ela pagaria a dívida parceladamente, quando começasse a trabalhar. Ao chegar em Amsterdam, Zeki lhe apresentou um homem, que a hospedaria enquanto ele providenciava sua regularização no país. Esse homem morava sozinho (esporadicamente recebia a visita da filha, uma criança de aproximadamente nove anos), falava alemão e muito pouco de inglês, e o diálogo entre ambos se limitava a cumprimentos e gestos, e umas poucas palavras nesse último idioma quando ela perguntava sobre sua contratação:

> Chegando na Holanda, ele tava me esperando [...]; ele veio com outro homem. [...] E ele falou: "Olha, Aline, por enquanto você vai ficando na casa desse homem, entendeu?, até eu acertar todos os papéis pra você começar a trabalhar". Eu falei: "Não tem problema, eu fico. Mas eu vou ajudando aqui com as coisas, não tem problema. Eu vou ajudando com a limpeza, o que eu puder fazer eu vou fazer" — pra manter uma base de respeito ali, né. "Não, tá bom, tá bom."

Esperando pela vaga prometida, Aline ficou quase dois meses nessa casa (tempo em que pôde circular por Amsterdam sozinha e conhecer outras pessoas); conforme o tempo passava,

começou a se preocupar com a possibilidade de se esgotar o tempo de sua permanência como turista:

> Ele me mostrou o quarto que eu ia dormir, ele me tratou superbem de início, sabe?, só que, depois, o tempo foi passando. Eu fiquei um mês, e eu perguntando do trabalho. "O teu amigo vai ajeitar, tá ajeitando os papéis." Aí, passou dois meses, e eu continuei perguntando: "Ué, o que tá acontecendo, cadê o emprego? Eu não vou começar a trabalhar?". Aí, esse homem falou: "Eu vou conversar com Zeki" — que é o nome dele — "eu vou conversar com ele, ver o que tá acontecendo". Eu tentando comunicar, né. Eu falei: "Eu tenho que falar com o moço", tal, fazendo os gestos, pra ele entrar em contato pra ver se o homem que me prometeu o emprego conversava comigo. E, aí, a gente ia conversando: "Não, tá dando tudo certo, tá quase lá, eu tô quase ajeitando os papéis, você vai poder trabalhar no restaurante". Foi nessa aí que eu comecei a desconfiar. Eu falei: "Alguma coisa tá dando errado, porque tá demorando muito. Eu vou terminar o meu tempo de permissão aqui" — que era três meses o visto de turista. E aí eu fui ficando, e já tava quase terminando o tempo do visto. Eu fiquei com medo.

E então ele começou a pressioná-la para que pagasse o que devia, e a maneira sugerida de ganhar dinheiro foi ela trabalhar em uma vitrine da Red Light District, mas ela se recusou e pediu ajuda para fugir:

> Eu podia sair, eu saía [...], me divertia, conheci pessoas lá em Raverla, sabe?, fiz até amizade lá. E voltava. Só que, quando foi chegando no final do segundo mês, o dono da casa, ele começou a me tratar de uma forma diferente. Ele já falava, assim, que eu ia ter que arrumar dinheiro, que ele queria o dinheiro. [...] Ele falou: "Eu quero dinheiro do voo que você tá me devendo". Eu falei assim: "Olha, eu vou trabalhar, eu quero te pagar, mas o Zeki não tá adiantando o trabalho pra mim, entendeu?". E ele: "Não, eu não quero saber, eu quero o dinheiro". Aí, ele ligava pro Zeki, o Zeki falou comigo: "Olha, Aline, você tem que esperar, eu vou ajeitar o negócio do serviço, entendeu?, mas você tem que esperar". [...] Só que o homem não queria esperar. Ele começou a falar comigo que eu ia ter que trabalhar lá [...] na Red Light, na Linha Vermelha, Luz Vermelha. [...] Ele: "Você trabalhar lá naquele lugar, você me dá o dinheiro". Aí eu fiquei com raiva nessa hora. Nessa hora eu já tinha conhecido outras pessoas na rua, eu falei: "Pronto, poxa, acabou". Fui pra rua nessa hora, entrei em contato com as pessoas que eu tinha conhecido.

As pessoas às quais pediu ajuda foram buscar suas coisas, e ela conseguiu fugir — mas só levou parte de seus pertences, pois o homem tentou impedi-la de sair, segurando-a, e houve luta corporal para que Aline conseguisse se desvencilhar dele, que chegou a ameaçá-la com um facão. Quando fugiu, sua maior preocupação era que seu tempo legal de turista estava acabando,

e ela precisava encontrar uma maneira para se regularizar no país. Aline não se prostituiu, mas teve que ser firme para fugir do cerceamento e do assédio:

> Eu armei tudo. Esses meus colegas que eu conheci me ajudaram nessa hora, trouxeram uma van. Eu subi, juntei as coisas o mais rápido que eu pude, pra ele não perceber; na hora que eu tava quase terminando de juntar, ele subiu, o homem, e ele veio e falou: "Cadê o dinheiro? Tu trouxeste o dinheiro pra me pagar?". Ele tava já me pressionando. Aí eu falei com ele: "Eu vou te pagar. Eu vou te pagar, mas agora eu tenho que ir. Eu não vou ficar aqui, não". Porque ele queria me forçar. Eu não vou ficar num lugar onde o cara me força a fazer esse tipo de coisa, né. "Eu vou te pagar, mas eu não vou ficar aqui, eu vou pra outro lugar, mas eu vou te mandar o dinheiro." "Não, mas eu quero o dinheiro agora, você vai ter que me pagar agora, antes de você ir." Eu falei: "Não tenho dinheiro agora". [...] Ele não queria deixar ir embora, ele... eu comecei a lutar com ele, mesmo. A gente rolou na porrada lá. Quando ele viu que não ia ter jeito de me segurar, ele pegou um facão desse tamanho, pra me atacar. E na hora que eu vi ele com o facão, eu saí correndo. Peguei as duas malas e saí correndo, desesperada; eu pensei que o homem fosse me matar. Ele era até da Indonésia esse homem, falava dutch. E o que eu conheci lá no Brasil, ele não era holandês, ele era turco.

Aline conseguiu fugir da casa, na qual já não se sentia segura, e foi para a casa de um casal, um surinamês e sua namorada, holandesa, amigos de um iraquiano que ela conhecera numa das suas saídas. Livre daquele primeiro cenário, esbarrou num outro, também incerto: como se regularizar no país, para poder trabalhar, e a solução que encontrou foi o casamento de "fachada" com o amigo iraquiano[220] — que não chegou a se concretizar:

> Eles me ajeitaram um lugar pra ficar, e eu fui pra casa de um outro rapaz, que tinha namorada [...]. Eu tava vendo o que eu podia fazer pra arrumar um trabalho, porque eu não tinha nada no Brasil, então pra mim era melhor ficar aqui na Europa. Eu não queria ficar ilegalmente, então eu tava vendo algum jeito que eu pudesse ficar legal aqui. Então, esse rapaz que eu tinha conhecido — ele era do Iraque —, ele falou comigo assim: "Aline, se você quiser eu posso te ajudar. Eu caso com você e você pega a tua permissão pra ficar aqui na Holanda". Eu já tinha conhecido ele — ele não era tão feio, eu achava ele bonito, então eu tava até me interessando por ele —, aí eu falei: "Não, pra mim tá ótimo. Será que você faria isso pra mim? Mesmo que você não quisesse uma relação e tal, só pra eu poder ter um lugar onde eu podia ficar, um lugar onde eu podia trabalhar". Aí ele: "Não, eu posso, sim" — e saiu nesse dia, e eu fiquei lá, na casa desse rapaz com a namorada dele. Sabe o que aconteceu? Esse menino saiu e não voltou mais. Eu fiquei sozinha lá, na casa desse rapaz, que era do Suriname [...]. Ele falou: "Olha, tu tá esperando o rapaz, mas ele não vai voltar mais, não; ele foi preso". Eu falei: "Pronto, o outro é criminal também, ferrou". [...] Aí, depois que me falou que ele era assaltante.

[220] A ideia dos dois era realizar um casamento "branco", ou seja, sem nenhum vínculo de cunho amoroso ou sexual, com o único objetivo de ela adquirir os papéis necessários para permanecer no país regularmente.

Enquanto estava morando com o surinamês e sua namorada, Aline assumiu, por iniciativa própria, as tarefas domésticas, acreditando que assim estaria pagando por sua hospedagem[221], mas duas semanas depois que seu quase marido de "fachada" foi preso, o casal começou a dizer que ela precisava trabalhar, e o local viável, naquele momento, era em uma vitrine na Linha Vermelha. Chegaram a pegar seu telefone, seu passaporte — e, de novo, na fuga, ela se envolveu em luta corporal. Dessa vez não houve facão, mas um revólver:

> Ajudava na limpeza, ajudava na comida; fazia comida, lavava as roupas e tudo o que eu podia pra esse pessoal me ajudar um pouco. Só que esse pessoal, eles foram falando a respeito da Luz Vermelha de novo, né, do Distrito Vermelho. Tipo assim: "Você vai ter que ir lá, pra lá". Eu falei: "Como assim, cara?, vocês tão vendo que eu tô fazendo de tudo aqui pra sair dessa situação, agora vocês vão querer também fazer isso comigo?". E eu comecei a ficar com medo. Só que teve uma hora que eu fui dormir, eles entraram no quarto e roubaram meu passaporte. Roubaram meu passaporte, roubaram meu cartão, roubaram tudo o que eu tinha. E eu falei: "Uai, cadê meu passaporte?". Eles falaram: "Olha, teu passaporte tava aqui, mas meu irmão levou. Não tá aqui mais, não; você vai ter que trabalhar lá na Linha Vermelha, no Distrito Vermelho". Eu falei: "Ah, é?" "É isso mesmo?", ele falou, "É isso mesmo". Aí, eu sentei no sofá e fiquei pensando. Sentei, fiquei pensando — enquanto eles tavam lá, né. Eu comecei a pensar. Eu falava: "Meu Deus, o que eu tenho que fazer, Pai? O que eu tenho que fazer? Porque, se eu voltar pro Brasil, eu sei que nem casa pra morar eu vou ter. Até eu conseguir levantar uma grana, eu vou ter que esperar". Aí, ele não deixava eu sair. Roubaram meu telefone, eu não podia ter contato com ninguém. Fiquei presa dentro desse apartamento. Só que teve uma hora que ele deu um vacilo, foi nesse dia. [...] aí eu falei: "Olha, cara, vamos fazer um acordo?" — ele tava no quarto e eu na sala — "Você me devolve meu passaporte e eu vou embora; deixa ir embora, me dá só meu passaporte; eu vou embora, eu volto pro Brasil". Ele falou: "O seu passaporte não tá aqui, não tá comigo". Eu falei: "Cara, por favor, me dá meu passaporte". "Não tá aqui." Eu falei: "Você não vai dar meu passaporte?". Ele falou: "Não tá aqui seu passaporte". Eu falei: "Tá legal". [...] Ele estava dentro do quarto enquanto ele estava falando. Fechei a porta, saí correndo pela escada — que eles deixaram a chave na porta —, saí correndo pela porta, desci, na hora que ele viu que eu tava descendo a escada abaixo, ele correu, ele veio pra me pegar [...]. Ele veio correndo e eu corri. Cara, nesse dia eu saí correndo, e na hora que eu vi — que eu tenho asma e não consigo correr muito —, quando eu vi que ele tava quase se aproximando de mim, não teve jeito, eu tive que parar. E na hora que eu parei, ele veio [...], mas eu comecei a lutar com ele na mão, eu lutei com ele, ele me jogou no chão, [...] a gente começou a lutar, eu lutando, brigando pra ver se ele deixava ir embora. Eu fiquei caída lá, no chão. Ele voltou correndo pra dentro do apartamento, pegou a pistola. Na hora que eu vi ele com a pistola na mão, aí eu tive que correr o mais rápido possível, né, porque ele ainda tava distante, mesmo se ele quisesse me acertar ele não ia conseguir, porque pra acertar tu tens que mirar muito bem. Quando eu saí correndo, ele viu que eu já tava sumindo da vista dele, ele voltou. E aí eu pedi ajuda na rua. Eu falei: "Moço, por favor" — pessoal que tava trabalhando,

[221] É interessante notar que as brasileiras que narraram situações em que tiveram que ficar na casa de alguém logo assumiram as tarefas domésticas, acreditando que assim estariam pagando sua hospedagem.

> pessoal do governo, que trabalha na rua — "por favor, tô precisando chamar a polícia, roubaram meu passaporte, eu preciso sair daqui, eu não sei o que tá acontecendo". Chamaram a polícia, a polícia veio, tive que contar do início até o fim, desde a história do Brasil até a hora que eu chamei a polícia. E daí pra lá, eles me trouxeram pra cá.

Em novembro de 2011, quando a polícia foi encontrá-la na rua, Aline passou a ser tratada como protegida do governo holandês, por colaborar com a Justiça. Quando foi entrevistada, morava em um em local junto com mulheres de diferentes nacionalidades, inclusive holandesas; ali também ficavam mulheres que estavam esperando a finalização de investigações, processos judiciais ou a inserção em outro programa de atendimento social (no caso das nacionais). Segundo ela disse, o local era administrado por duas instituições: uma era responsável pelos casos das vítimas de tráfico de pessoas, a outra, pelos problemas relacionados a atendimento psicossocial de mulheres em situação de violência doméstica, dependentes químicas, etc., sobretudo de nacionais e algumas originárias do Suriname:

> – É programa de proteção às mulheres que foram internacionalmente traficadas. [...] De um lado, são duas empresas que trabalham aqui, dentro desse prédio: uma empresa é pra pessoas que têm problemas com a vida aqui na Holanda. [...] Eles trazem pra cá pra elas terem uma assistência social. E a outra empresa é a que eu tô, que trabalha com mulheres.
> – Como chama?
> – ACN.

Embora fosse um local de passagem, no momento da entrevista Aline estava lá já havia um ano e seis meses, seguindo um programa de formação, sobretudo na área de artesanato, e estudando holandês, além de receber assistência psicológica e social. Chegou a trabalhar como camareira em um hotel, mas não se adaptou. Permanecia lá por ser testemunha e vítima de tráfico internacional de pessoas. Como pretendia ficar na Holanda, esforçava-se para aprender a língua, e tinha a perspectiva de inserção profissional como garçonete, uma vez que o programa incentiva nesse ponto. Ela tinha permissão para ficar no país por mais um ano, e recebia uma ajuda de custo de oitocentos e noventa euros, dos quais quatrocentos eram gastos com o aluguel do local e o restante, com plano de saúde, alimentação, etc.

Ela contou que na última casa em que estivera a polícia encontrou drogas e outros documentos, o que pode ter sido a razão maior de ela ainda permanecer no país em um programa de apoio e proteção: "A polícia teve que fazer uma revira na casa deles pra achar meus

documentos. [...] Então, quando eles entraram, eles acharam droga — era pra fazer droga, cocaína —, eles acharam outros documentos, de outras pessoas. Eu acho que eles eram assaltantes e traficantes de droga". Sobre o processo judicial, tinha poucas informações, sabia pouco do andamento do caso — e tinha muitas incertezas quanto ao seu futuro na Holanda, apesar de buscar informações e formação que lhe permitissem ficar regularmente no país após a finalização do processo:

> – Olha, o rapaz do Suriname, ele tá preso. Agora, o outro, ele tá sendo investigado, e o processo está andando. Eu tenho um advogado.
> – Ah, tá. E o que te trouxe realmente aqui, o turco?
> – Ele tá sendo investigado.
> – E o primeiro, que você ficou na primeira casa, que era amigo do turco?
> – Também.
> – Os dois estão soltos, não estão presos?
> – Soltos.
> – E o do Suriname está preso porque pegaram droga ou por causa do teu caso?
> – Sim. Não, não, é porque acharam várias outras coisas.

No local em que estava morando havia, de acordo com ela, aproximadamente trinta mulheres sendo atendidas pelos dois programas, e a maior parte era de africanas; também disse que poucas vezes encontrara mulheres da América do Sul. As mulheres estrangeiras com as quais tivera contato desde sua chegada ali eram provenientes dos seguintes países: Angola, Brasil, Bulgária, China, Hungria, Irã, Marrocos, Nigéria, Polônia e Serra Leoa, mas a maioria era da Bulgária e da Hungria, e apenas três brasileiras haviam estado brevemente no local[222].

Em análise sobre os debates realizados no âmbito da CPI sobre o Tráfico Nacional e Internacional de Pessoas instalada em 2011, no Brasil, Adriana Piscitelli aponta que entre outras questões levantadas por pesquisadores está o tratamento que as vítimas de tráfico internacional de pessoas têm recebido das autoridades: "com algumas exceções, vários países concedem o *status* de vítimas apenas àquelas pessoas que colaborarem, de maneira específica, com a

[222] As três brasileiras citadas por Aline eram trabalhadoras do sexo e tiveram problemas em seu percurso migratório. Uma delas, de Minas Gerais, de aproximadamente 22 anos, atuava em um clube onde teve pertences e dinheiro roubados pelo proprietário, por isso o denunciou à polícia. A segunda, do Espírito Santo, de aproximadamente 36 anos, antes de ir para Amsterdam vivia irregularmente na Espanha: trabalhava no mercado do sexo e morava com o companheiro, um marroquino, que acabou expulsando-a de casa; ela foi para a Holanda a convite de uma mulher, para trabalhar com cuidados de criança, mas ao chegar ao aeroporto foi levada por um desconhecido e trancada no porão de um clube, onde foi drogada e estuprada. Conseguiu fugir e foi encontrada pela polícia, na rua, e levada para atendimento, depois foi transferida para outro local, fora de Amsterdam. A outra brasileira era do Ceará, de aproximadamente 23 anos: vivia na Holanda trabalhando no mercado do sexo para um holandês, e Aline não explicou o porquê da estada dela no local, apenas que era trabalhadora do sexo "livre", que não demorou muito retornou ao Brasil e teve ajuda do governo holandês para que montasse uma pequena empresa em sua cidade natal.

polícia"[223]. A autora assinala que, nesses casos, é preciso examinar como as vítimas são tratadas no âmbito internacional[224]. Sobre o tratamento dado às vítimas brasileiras na Holanda nos casos relatados por interlocutoras/es desta pesquisa, seriam necessários estudos mais aprofundados junto às instituições de atendimento e acolhimento, o que não foi possível aqui devido ao recorte e alcance da tese, pois nos relatos sobre as vítimas que não tinham informações que interessassem à polícia ou que não colaboraram como testemunhas do caso, parece que elas foram inseridas em um dos programas do governo holandês de ajuda a estrangeiros com interesse de retornar ao seu país de origem, em um contexto de controle da migração, e não necessariamente tiveram acesso a direitos fundamentais e à proteção a ser concedidos às vítimas de tráfico de pessoas.

[223] PISCITELLI, Brasileiras na indústria transnacional do sexo, op. cit., p.107.
[224] Sobre essa questão, ver, também, PISCITELLI, Adriana; LOWENKRON, Laura. Categorias em movimento: a gestão de vítimas do tráfico de pessoas na Espanha e no Brasil. *Ciência e Cultura*, v.67, n.2, p.35-39, 2015.

CAPÍTULO 2

MIGRAÇÃO: FORMAÇÃO DA PLURALIDADE ÉTNICA E CULTURAL DA SOCIEDADE SURINAMESA

O Suriname, menor país da América do Sul[225], localiza-se entre a Guiana (a oeste), a Guiana Francesa (a leste), o Brasil (ao sul) e o Oceano Atlântico (ao norte). Foi uma colônia neerlandesa de plantação, voltada para exportação de café, açúcar e outras culturas, de grandes lucros para a metrópole. Embora representasse a menor economia da região, no século XVIII "foi não só a mais rica colônia das Guianas, como também uma das mais prósperas do Caribe"[226].

Ao longo de sua história houve uma tentativa malsucedida de colonização com caribenhos e europeus (estes últimos, portugueses de origem judia em sua maioria, que se instalaram no país em 1664[227], depois de passar pelo Brasil e por Caiena, na Guiana Francesa)[228]. Em meados do século XIX teve início uma grande migração, principalmente de pessoas de origem asiática contratadas com o intuito de substituir a mão de obra escrava, que tinha data definida para ser abolida pelo governo da metrópole: 1863[229]. Entre 1854 e 1874

[225] Com extensão de 163,821 km², o Suriname possui dez distritos administrativos, localizados pincipalmente nas proximidades da costa do país: Brokopondo, Commewijne, Coronie, Marowijne, Nickerie, Para, Paramaribo, Saramacca, Sipaliwini e Wanica.

[226] RIBEIRO, Fernando Rosa. A construção da nação (pós-)colonial: África do Sul e Suriname, 1933-1948. *Estudos Afro-Asiáticos*, v.24, n.3, p.483-512, 2002 (p.508).

[227] Segundo Maria Stela de Campos França (*Apanjaht: a expressão da sociedade plural no Suriname*. 228p. Tese [Doutorado em Antropologia Social] - Universidade de Brasília, Brasília, 2004), a partir de 1900 os judeus, que não eram muitos, passaram a migrar gradativamente para a Holanda, para estudar, e não retornaram ao país, reduzindo ainda mais o grupo.

[228] RIBEIRO, Fernando Rosa. O encontro (pós-colonial): "raça", história e território no Brasil, África do Sul e Caribe. *Universitas: Relações Internacionais*, v.2, n.2, p.83-107, 2004 (p.90); e FRANÇA, op. cit.

[229] Mais de vinte anos após a abolição da escravidão, o governo decidiu pôr em prática o plano de "assimilar" população de "cor" à sociedade a — negros e "mulatos", estes últimos, muitas vezes chamados de mestiços —, e estabeleceu, em 1876, o ensino obrigatório em língua neerlandesa para todos os habitantes, com currículo similar ao lecionado na metrópole colonial. Contudo, deixou de fora, parcial ou totalmente, os migrantes de origem asiática, que, da mesma forma que seus descendentes, não eram considerados habitantes da colônia, já que chegaram com contrato de trabalho e, ao seu término ou não renovação, deveriam retornar ao seu país de origem — o que não se concretizou, a maioria permaneceu no país (RIBEIRO, A construção da nação (pós-)colonial: África do Sul e Suriname, 1933-1948, op. cit.).

chegaram chineses[230], e a já partir de 1870, indianos. Em 1891 começaram a chegar javaneses[231]. Entre 1873 e 1917, chegaram ao Suriname 34.024 migrantes[232].

Mesmo com a abolição, os escravos foram obrigados por lei a permanecer nas fazendas de seus antigos donos como trabalhadores assalariados, e a participar de um programa forçado de aprendizagem[233]. Eles foram libertados gradualmente, e um grande número foi se instalar em Paramaribo, o que fez com que a população da capital se tornasse maior que a do interior do país — e os poucos postos de emprego não absorviam a quantidade de libertos que chegavam. Nesse contexto, surgiu, na época, uma "classe empobrecida e urbana" de *Creolen*[234].

No final do século XX, quando as plantações para exportação já não davam lucro para a metrópole, teve início um novo projeto de ocupação: com o intuito de povoar a colônia, os migrantes que resolvessem permanecer após findo o seu contrato ganhavam um lote de terra no interior, "propositalmente pequeno, para que seus ocupantes pudessem plantar para comer, mas tivessem, ainda assim, que vender sua força de trabalho nas grandes plantações coloniais"[235]; visava-se, também, que além do consumo familiar, eles produzissem um excedente para exportação[236] — de modo que a maioria dos migrantes de origem asiática decidiu permanecer no país.

No contexto da mobilidade de escravos libertos e migrantes asiáticos formaram-se várias comunidades, não apenas hindustanas ou javanesas, no interior do país, e espaços em que os negros foram se instalando nas áreas urbanas, na capital ou em pequenas cidades próximas a ela. Para Fernando Rosa Ribeiro, essa mobilidade contribuiu para formação da pluralidade étnica da sociedade surinamesa, também percebida na diversidade linguística e em sua geografia. Segundo o autor,

> quando se está em Paramaribo, basta atravessar o rio Suriname, por exemplo, para deparar com todo um distrito eminentemente rural, o Commewijne (cortado pelo rio do mesmo nome), habitado na maior parte por javaneses

[230] Entre 1853 a 1870 chegaram 2.500 chineses com contrato de trabalho assinado, mas muito desses imigrantes passaram por vários problemas, desde a não adaptação aos trabalhos nas plantações, as promessas de ganhos não concretizadas até desilusões; muitos adoeceram ou se suicidaram, e em pouco tempo a contratação de chineses pelo governo colonial foi reduzida — mas eles continuaram chegando por conta própria (FRANÇA, op. cit.)
[231] RIBEIRO, A construção da nação (pós-)colonial: África do Sul e Suriname, 1933-1948, op. cit.
[232] FRANÇA, op. cit.
[233] Segundo França (op. cit., p.66), com a abolição, aos escravos "foi dado um prazo de dez anos, chamado de 'liberdade assistida', com duas finalidades: a primeira foi a de os escravos se adaptarem à sua nova condição de libertos; a segunda foi para que houvesse a adaptação econômica do país, substituindo a mão de obra escrava pela de trabalhadores contratados".
[234] RIBEIRO, A construção da nação (pós-)colonial: África do Sul e Suriname, 1933-1948, op. cit, p.495.
[235] Ibidem, p.496.
[236] Ibidem, p.499.

> surinameses. Nieuw Nickerie, distrito e segunda cidade do país, ao lado do rio Corantijn, portanto da fronteira com a vizinha Guiana, é território indiano[237].

A marronagem também marcou profundamente a história e a formação da sociedade surinamesa, uma vez que muitos escravos que resistiram à escravidão fugiram e estabeleceram comunidades no interior da floresta[238] — eles constituem os negros atualmente conhecidos como marrons[239], ou *Noirs Marrons*[240], do país. Dessa forma, "ao lado da migração e colonização, o processo de resistência à escravidão no Suriname acrescenta um novo segmento à sociedade", formado por escravos fugidos chamados, inicialmente, de negros da floresta (*bush negroes)*[241], estabelecendo-se, assim, um segundo grupo de negros no país.

Os diversos grupos do Suriname ainda mantêm língua, religião e cultura próprias: a escolarização, tanto básica como superior, é na língua oficial do país, a holandesa, e todos aqueles que frequentam o ensino formal a aprendem. Mas a primeira língua que aprendem é a de seu grupo étnico-cultural, que é a falada em casa, e a segunda, o *Sranantongo*, a língua corrente falada nas ruas e que aprendem com os amigos[242].

No Suriname a diversidade cultural e a religiosa são bem demarcadas pela origem étnica dos grupos. De acordo com dados divulgados pelo órgão oficial de estatísticas surinamês, o Algemeen Bureau voor de Statistiek in Suriname, em 2012 o país tinha 541.638 habitantes, dos quais 148.443 hindustanos (descendentes de indianos; 27%), 117.567 *bosnegers* ou *Noirs Marrons* (22%), 84.933 crioulos (16%), 73.975 javaneses (14%), 72.340 mestiços[243] (13%),

---

237 Ibidem, p.497.

238 De acordo com Richard Price (Quilombolas e direitos humanos no Suriname. *Horizontes Antropológicos*, v.5, n.10, p.203-241, 1999 [p.205]), quando recapturados "eram 'punidos' rotineiramente com o corte dos tendões das pernas, a amputação de membros e uma série de mortes sob tortura. Na verdade, até o final do século 18, a exibição pública de torturas e as execuções de quilombolas recapturados eram comuns em Paramaribo".

239 Segundo Richard Price e Sally Price (*Les marrons.* 2.éd. La Roque d'Anthéron: Vents d'ailleurs, 2004, p.9), "Le mot français 'marron' vient de l'espagnol *cimarrón,* mot dérivé de la langue des Indiens Tainos de le bétail échappé dans les collines d'Hispaniola. Puis il a servi à qualifier les esclaves amérindiens qui fuyaient les Espagnols. À la fin des années 1530, il a commencé à s'appliquer exclusivement aux fugitifs afro-américains et s'est teinté d'une forte connotation de courage et de caractère indomptable". No Brasil, o termo correspondente aos escravos que fugiam é quilombola.

240 Também "historicamente chamados de maroons ou ainda bosnegers, 'negros do mato'" (RIBEIRO, A construção da nação (pós-)colonial: África do Sul e Suriname, 1933-1948, op. cit., p.508.

241 FRANÇA, op. cit., p.70.

242 RIBEIRO, A construção da nação (pós-)colonial: África do Sul e Suriname, 1933-1948, op. cit.; FRANÇA, op. cit.

243 Grupo sem expressividade étnica e política (não possui nenhuma data comemorativa referente a ele nem partido político para que possa eleger representantes na Assembleia Nacional), pois não é incorporado como um dos grupos do país, de modo que os mestiços são identificados de acordo com o grupo ao qual a pessoa foi criada e assumiu. Segundo França (op. cit., p.34), são "denominados *dogla ou douglas, Dogla*, *dougla*, *doghla* ou *dogula*, termos usados respectivamente na Índia, Guiana, Trinidad e Tobago e Suriname referindo-se a pessoas mestiças entre indianos e outros grupos não indianos, usualmente descendentes de africanos. Deriva do hindi significando relações entre castas e tem conotação derrogatória, de impureza".

20.344 indígenas (4%), 7.885 chineses (1%), e 16.151 (3%) declararam pertencer a outro grupo[244] (Figura 4). Essa diversidade também está presente na organização política, que conta com partidos étnicos desde a "política pós-colonial desenvolvida já antes da autonomia concedida pela metrópole em 1954, e que seria firmada com a independência oficial em 1975"[245]. No Suriname, compõem a Assembleia Nacional os representantes dos partidos políticos étnicos eleitos em seus distritos[246].

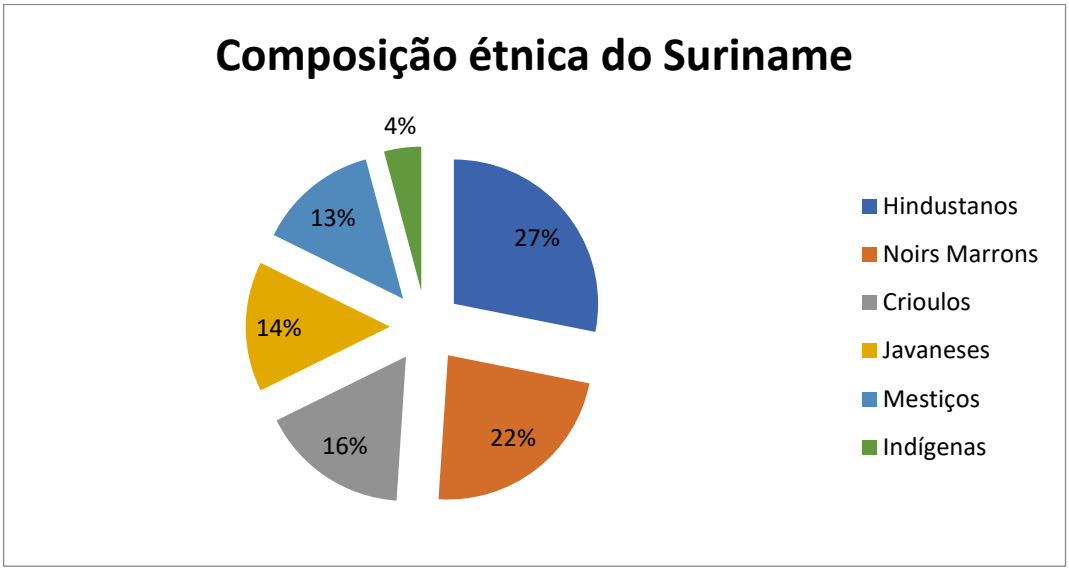

Figura 4: Distribuição da população surinamesa pela composição étnica.

Maria Stela de Campos França, que estudou a formação da sociedade Surinamesa, compreende que esta é uma "sociedade plural", de diferentes grupos étnicos-culturais, que enfatiza uma ideologia, o *apanjhat*, de igualdade entre os grupos, para que nenhum prevaleça:

> O *apanjhat* é a expressão surinamesa da *sociedade plural* definida pelos sociólogos, no sentido de que é uma ideologia que procura agregar os diferentes ao invés de construir um "nós surinamês". A ausência desse "nós" é observável na forma como o país se torna uma entidade histórica, no sentido de que, ao contrário da grande maioria dos países, não há uma narrativa sobre os surinameses, mas numerosas narrativas sobre os grupos étnico-culturais: indígena, chinês, marron, crioulo, indiano e javanês[247].

[244] ALGEMEEN BUREAU VOOR DE STATISTIEK IN SURINAME. *ABS Census Uitslag 2012*. 1p. Disponível em: http://www.statistics-suriname.org/index.php/censuskantoor/abs-census-uitslag-2012. Acesso: 8 de novembro de 2016.
[245] RIBEIRO, A construção da nação (pós-)colonial: África do Sul e Suriname, 1933-1948, op. cit., p.506.
[246] HÖFS, Carolina Carret. *Yu kan vertrouw mi: você pode confiar*. 174p. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) - Universidade de Brasília, Brasília, 2006.
[247] FRANÇA, op. cit., p.71.

John Araujo, que estudou as dinâmicas de adaptações e de mutações de igrejas evangélicas frequentadas por brasileiros no Suriname, ao falar sobre a formação da sociedade surinamesa salienta — com base nas acepções de Eric Hobsbawn de que as nações foram criadas a partir da invenção da tradição da nação, da invenção da tradição de um povo e da invenção do próprio povo — que, nesse país, a tradição nacional inventada baseia-se justamente nos diferentes grupos étnico-culturais imaginados (idealizados como homogêneos), e não sobre a ideia de uma nação com população uniforme[248]. A invenção de comunidades étnicas como formadoras da nação opõe-se ao modelo do nacionalismo anticomunitarista. Assim, não se trataria da ausência de construção de sociedade imaginada ou de carência de invenção de tradição, mas de ausência do surinamês "tipo ideal" que encarne a nação[249]. Essa composição étnica é reconhecida e reforçada pelo Estado, principalmente através de sua organização política, e fica clara em seu calendário de feriados nacionais. Tal diversidade também é visível na paisagem arquitetônica de Paramaribo, na qual se observam mesquitas mulçumanas com suntuosos minaretes, mesquita ao lado de sinagoga, grandes estátuas de divindades hindus nos templos de hindustanos não muçulmanos, e igrejas católicas e protestantes.

Segundo o Gabinete Central para a Administração de Cidadãos, no final da década de 2000 a maioria dos imigrantes que estavam no Suriname era originária da China, do Brasil, do Haiti, da Guiana, da Holanda, da Índia e da Indonésia[250]. Em se tratando de migrantes que atuam na extração de ouro, os brasileiros são referência no país. Rafael Oliveira estudou a mobilidade de garimpeiros brasileiros no Suriname para mineração de ouro em pequena escala, e demonstra que o garimpo tem sido um dos pilares da economia surinamesa e que há dependência econômica da população do país em ralação aos lucros advindos da exploração do ouro[251]. Para o autor, o Suriname possui uma economia insipiente, mantida principalmente com lucros de atividades de extração mineral:

> Com economia incipiente, baseada principalmente na exportação de bauxita e ouro, o Suriname depende em sua maioria dos lucros adquiridos através das atividades ilegais da extração aurífera e, em menor grau, da extração da madeira. Outra fonte financeira significativa é oriunda dos fundos de

[248] ARAUJO, John da Silva. *Brasyonkerki: les églises de brésiliens au Suriname.* 420p. Thèse (Doctorat Antropologie sociale et historique) - Université de Toulouse II, Toulouse, 2015.
[249] Ibidem.
[250] JUBITHANA-FERNAND, Andrea. International migration in Suriname. In: ARAGÓN, Luis E. (Org.). *Migração internacional na Pan-Amazônia*. Belém: Naea/UFPA, 2009. p.185-204.
[251] OLIVEIRA, op. cit.

> desenvolvimento, doados pela Holanda a sua ex-colônia, além das remessas enviadas por parentes que residem nos Países Baixos[252].

É neste contexto que está inserido o fluxo de brasileiras/os para o Suriname, que tem impacto considerável no espaço urbano e no cotidiano do país. Nele, multiplicaram-se os lugares nascidos especificamente para instalação de brasileiros[253].

2.1 A narrativa dos brasileiros: a chegada dos garimpeiros desestabiliza a migração feminina através dos clubes

O *boom* da busca pelo ouro na Amazônia brasileira contribuiu para a intensa mobilidade de pessoas nessa região e para o cruzamento das fronteiras ao Norte do país, propiciando expressivo fluxo migratório[254]. Milhares de brasileiros vivem no Suriname, e o seu número salta aos olhos no Klein Belém, em Paramaribo. De acordo como matéria publicada em março de 2000 pelo jornal norte-americano *The New York Times*, estimava-se, na época, que quarenta mil brasileiros vivam no Suriname[255]; já um documento de trabalho escrito por Roberto Marinucci, do Centro Scalabriniano de Estudos Migratórios (CSEM), informa que, em 2002, 25.740 brasileiros residiam naquele país, e em 2007 o número havia baixado para oito mil[256]. Em 2008 o Ministério das Relações Exteriores (MRE) do Brasil divulgou a estimativa de que

[252] OLIVEIRA, Rafael da Silva. Garimpeiros no Suriname: panorama histórico e atuais implicações. *Meridiano 47*, v.12, n.125, p.53-60, 2011 (p.53).
[253] São diversas vilas e casas destinadas aos brasileiros, o que significa mudanças na arquitetura das residências surinamesas: pequenas residências construídas no quintal ou nas laterais de residências surinamesas, em sua maioria improvisadas, sem infraestrutura.
[254] PINTO, Por uma "sociologia da clandestinidade" no estudo da presença de brasileiros na Guiana Francesa, op. cit., p.252; OLIVEIRA, *Mobilidades transgressoras, geografias ignoradas: itinerários e emaranhamentos envolvendo territorialidades de garimpeiros no Suriname*, op. cit.
[255] ROMERO, Simon. Guyana: Caught in Brazil's Net? Small Nation, New to Free Markets, Fears Loss of Its Identity. *The New York Times*, 30 mars, 2000. Disponível em: http://www.nytimes.com/2000/03/30/business/guyana-caught-brazil-s-net-small-nation-new-free-markets-fears-loss-its-identity.html. Acesso: 2 de dezembro de 2016.
[256] Segundo informa o autor, esses "dados foram repassados ao CSEM – Centro Scalabriniano de Estudos Migratórios em março de 2008 pelo Departamento de Assistência Consular do Ministério das Relações Exteriores. Trata-se de dados estatísticos produzidos pelos Relatórios Consulares referentes aos anos de 2002 a 2006 e estimativas gerais referentes ao ano de 2007. A elaboração dos dados é da Equipe CSEM" (MARINUCCI, Roberto. *Brasileiros e brasileiras no exterior: apresentação de dados recentes do Ministério das Relações Exteriores*. Março de 2008. 20p [p.1]. Disponível em: http://www.csem.org.br/2008/roberto_marinucci_brasileiros_e_brasileiras_no_exterior_segundo_dados_do_mre_junho2008.pdf. Acesso: 2 de dezembro de 2016).

haveria no Suriname no mínimo 5.822 e no máximo quarenta mil brasileiros[257] — e o mesmo documento diz que os dados apresentados pela Embaixada do Brasil estimavam em oito mil brasileiros, tendo como fonte o número de atendimento de brasileiros nos serviços prestados com a emissão de passaportes, por exemplo[258], o que significa que aqueles que nunca procuraram esse órgão não foram computados na estimativa.

Em 2011 a estimativa, não oficial, era que somavam aproximativamente vinte mil, entre os que estavam em situação administrativa regular e os que estavam irregularmente — mas, regulares e irregulares, em sua maioria estavam em condição ilegal de trabalho. Segundo José Paulo Ribeiro, os próprios garimpeiros, naquele ano, estimaram em quinze mil o seu número, a partir da contagem dos residentes em Paramaribo e do número de máquinas em funcionamento em cada garimpo conhecido: cada máquina abriga um número determinado de pessoas (entre quatro a seis), dependendo da sua capacidade, e conta ainda com a cozinheira (a maioria dos garimpeiros circula vez por outra por Paramaribo, mas passa a maior parte do tempo nas áreas de garimpo). Em 2014, essa estimativa passou para 22 mil, incluindo brasileiros na área urbana e no garimpo.

José Paulo[259], 50 anos, dono de máquina no garimpo, três filhos, 4ª série, nasceu no interior do Maranhão. Quando tinha quatro meses sua família se mudou para São Luiz (capital do Maranhão), e ele viveu ali até completar 11 anos; depois, a família se mudou para Baixada Pinheiro, no mesmo estado. Aos 19 anos, levado por "gato"[260] foi trabalhar em serviços gerais no Pará, mas acabou retornando à sua cidade natal. Fez o percurso para o Pará várias vezes, por conta própria, para trabalhar formalmente no Projeto Carajás. Em uma delas, quando trabalhava na construção da ferrovia do Carajás, que liga Maranhão e Pará, interessou-se pelo garimpo e

[257] Essas estimativas são baseadas "em informações disponíveis localmente, tais como levantamentos oficiais, estimativas feitas por organizações não-governamentais e pesquisas conduzidas pela mídia" (MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES DO BRASIL. *Brasileiros no mundo: estimativas*. Brasília, julho de 2008, p.9. Disponível em: http://www.brasileirosnomundo.itamaraty.gov.br/a-comunidade/estimativas-populacionais-das-comunidades/Brasileiros%20no%20Mundo%20-%20Estimativas.pdf/view. Acesso: 2 de dezembro de 2016.

[258] As "projeções [são] feitas pelas embaixadas e consulados do Brasil em cada país, geralmente com base em dados relativos à prestação de serviços consulares, tais como a emissão de passaportes e o registro de atos notariais". Na Guiana o número estimado pela Embaixada do Brasil era 2.307 brasileiros, e na Guiana Francesa o Consulado brasileiro estimou em vinte mil (MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES DO BRASIL, op. cit., p.9).

[259] Entrevistado em 2011 no Suriname; tinha permanência no país renovável a cada dois anos. José Paulo sempre teve interesse pelas histórias a respeito da instalação dos brasileiros no Suriname, e fala horas a fio sobre o passado e o presente, com detalhes que não podem ser ignorados. Durante o trabalho de campo, além de inúmeras conversas, foi entrevistado várias vezes, e é um dos principais interlocutores no que se refere à chegada dos brasileiros ao Suriname e a detalhes da presença deles ali.

[260] Agenciador de pessoas para trabalhar em fazendas ou empresas, normalmente para trabalhos temporários ou diários, sem vínculo trabalhista. Também realiza o transporte das pessoas até o local de trabalho.

decidiu seguir a "fofoca do ouro"[261]: foi para a região de Itaituba (também no Pará), depois, circulou por garimpos de Rondônia e Roraima, da Colômbia e da Venezuela, sempre como mergulhador. Chegou ao Suriname em 1996, com 37 anos. Neste país, como não conseguiu de imediato vaga como garimpeiro, ficou em Paramaribo trabalhando como barbeiro: alugou uma casa, onde morava e atendia seus clientes — estes, homens que vinham do garimpo. Com dezessete dias ali, pediu à esposa que se juntasse a ele. Com ela vieram dois filhos (a menina, de dois anos, ainda ficou um tempo no Brasil, com parentes). Sua casa virou espaço de passagem para garimpeiros, que além de cortar o cabelo e fazer a barba, podiam comer uma comida caseira, preparada no local, com os ingredientes que os homens traziam.

Quando se tornou conhecido começou a fazer compras a pedido de pessoas que estavam no garimpo, e as enviava por alguém de confiança — e acabou conseguindo uma vaga no garimpo: deixou a mulher na cidade e foi para o "mato", mas não ganhava o esperado. Voltou para Paramaribo e a cortar cabelo e barba, e montou uma barbearia "de verdade", com todos os equipamentos, mas ainda em sua casa. Como não tinha licença para funcionar, ela foi fechada pelas autoridades, e ele retornou à vida de garimpeiro. Conseguiu comprar uma máquina de extração de ouro, posteriormente comprou outra), e pode-se dizer que se tornou empresário do ramo da mineração de ouro em pequena escala. Era (e ainda é) diretor/presidente da Fundação Brasur, membro do CRBE (no qual ocupou a primeira gestão da Secretaria Executiva, em 2011), e escreveu, junto com Rafael da Silva Oliveira, um dicionário *Sranantongo*-Português, publicado no Brasil[262].

Os primeiros garimpeiros chegaram na década de 1990 em barcos de mercadorias que partiam principalmente de Belém; em carros, pela Guiana; e pela Guiana Francesa, a partir de canoas que pegavam na cidade do Oiapoque. Neste último caso, quando entravam no departamento francês, vinham varando pelo mato[263]. Alguns ficavam em garimpos dali, outros, continuavam até alcançar os do Suriname.

---

[261] A "fofoca do ouro" (ou "fofoca") refere-se às histórias que correm de boca em boca sobre áreas onde estão sendo encontradas grandes quantidades de ouro, para as quais as pessoas vão e se instalam para trabalhar. Outros trabalhos citam a mesma expressão, entre eles HÕFS, op. cit.; COSTA, Luciano Rodrigues. Os garimpos clandestinos de ouro em minas: tradição e mudança. *História & Perspectivas*, v.1, n.36-37, p.247-279, 2007; ARAUJO, op. cit.

[262] OLIVEIRA, Rafael da Silva; RIBEIRO, José Paulo. *Wortubuku Sranantongo para brasileiros.* Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, 2011.

[263] Os garimpeiros mais antigos, a maioria com experiência em garimpos na região amazônica brasileira, iam para as Guianas varando pela área francesa ou pela Guiana, fugindo da fiscalização, passando dias e dias andando pelo mato e atravessando rios. Na floresta, viviam precariamente e escondidos, sua alimentação principal era arroz, feijão, carne salgada, que levavam na boroca (pequena bolsa de viagem), e carne de caça capturada por eles.

Antes da sua chegada, os garimpos surinameses eram explorados pelos *Noirs Marrons* "de forma artesanal e em pequena escala"[264], com a utilização de instrumentos simples, causando menos danos ambientais[265]. Com os brasileiros, os garimpos passaram a ser explorados com máquinas e técnicas mais elaboradas[266]: eles introduziram máquinas de escavação e bombas sucção, ocasionando mais danos ao meio ambiente[267], e a quantidade de ouro retirado aumentou[268]. Consequentemente, outros brasileiros começaram a chegar.

Em meados daquela década (1990), eles circulavam pouco pelas ruas de Paramaribo; ficavam na floresta, principalmente por estar sem documentação (muitos não possuíam passaporte[269]) ou por não saber falar holandês ou *Sranantongo*: "Até 1994 o garimpo era muito clandestino, muito restrito, e o brasileiro tinha dificuldade de caminhar nas ruas de Paramaribo" (José Paulo Ribeiro, 50 anos, dono de máquina no garimpo, três filhos, entrevistado em 2011 no Suriname). Um fator que contribuiu para a sua circulação nessa cidade foi o aumento da fiscalização da Gendarmerie, na Guiana Francesa, o que tornou mais difícil e perigoso fazer o percurso do Brasil para o Suriname através do departamento francês: "antes vinha muito pelo Oiapoque, sabe?, aqui pelo São Jorge, mas hoje tá muito rigorosa a fiscalização aí, e não andam mais por aí", explicou o garimpeiro Alberto[270] (29 anos, três filhos, garimpeiro, entrevistado

[264] SODIREITOS e GAATW-REDLAC, op. cit., p.46. Ver, também, OLIVEIRA, *Mobilidades transgressoras, geografias ignoradas: itinerários e emaranhamentos envolvendo territorialidades de garimpeiros no Suriname*, op. cit.

[265] JUBITHANA-FERNAND, op. cit.

[266] OLIVEIRA, *Mobilidades transgressoras, geografias ignoradas: itinerários e emaranhamentos envolvendo territorialidades de garimpeiros no Suriname*, op. cit.

[267] JUBITHANA-FERNAND, op. cit.

[268] De acordo com informações de 2011, do Consulado brasileiro no Suriname, as atividades desenvolvidas nesse país, por migrantes brasileiros, relacionadas com a mineração do ouro, têm participação importante no seu Produto Interno Bruto (PIB). Atualmente, é o setor mais rentável da economia surinamesa.

[269] Nos últimos anos o fluxo de brasileiros para o Suriname tem diminuído, mas ainda chegam muitos sem experiência em garimpo, na expectativa de alcançar seu "objetivo" e retornar ao Brasil. Também diminuiu o número de brasileiros que entram no Suriname sem passaporte, e o meio de transporte mais comum tem sido o aéreo, o que não significa que estão regulares no país. Nicolas, 38 anos, mecânico, dois filhos, 3ª série, entrevistado em 2012 no Suriname, nasceu no Maranhão. Migrou para o Suriname em 2010, aos 36 anos, com trabalho arrumado por um amigo da cidade onde morava, que já trabalhava lá: deixando no Brasil mulher e dois filhos, pegou o avião em Belém e foi trabalhar de mecânico no garimpo com a perspectiva de retornar e montar uma oficina de carros. Na época da entrevista estava no Suriname havia dois anos, e ainda não voltara ao Brasil para visitar a família — mas lhe mandava dinheiro. Sua vida se restringia ao garimpo, sempre trabalhando como mecânico de motos, e, apesar de ter uma nova companheira (dona de um cabaré), sonhava em voltar para casa. Contou que quando tem bastante serviço, ganha entre 100 e 150 gramas de ouro por mês, mas nos períodos que não tem moto para concertar se mantém com o que ganhou anteriormente. Estava no Suriname irregularmente.

[270] Alberto, 29 anos, garimpeiro, três filhos, ensino médio completo, nasceu no Maranhão. Em 2003, aos 21 anos, decidiu seguir o caminho de muitos homens da família, o garimpo, e viajou para o Suriname junto com um primo: um tio lhes emprestou o dinheiro para a viagem e lhes arrumou trabalho no garimpo em que estava, na Guiana Francesa. Alberto chegou a Paramaribo e logo seguiu ao encontro do tio, mas demorou dezesseis dias para chegar ao garimpo em que ele trabalhava: um dia de carro e quinze dias numa canoa (para os que estão indo pela primeira vez, carro e canoa são a maneira mais barata de chegar aos garimpos, pois estão com pouco dinheiro; o retorno costuma ser de avião, pois em geral estão com ouro). Ficou nove meses ali, sem ir à cidade. Desde que migrou, trabalhou em garimpos no Suriname e, na maioria das vezes, na Guiana Francesa. Normalmente ficava

em 2011 no Suriname), e os homens começaram a utilizar com maior frequência as estradas da Guiana e os voos[271] Belém-Paramaribo. Dessa maneira, aumentou o número de brasileiros que entravam legalmente no país, como turistas, e, com o passaporte em mãos, eles passaram a circular mais nas áreas urbanas, principalmente em Paramaribo — e assim surgiram vários hotéis, restaurantes e serviços direcionados para os garimpeiros que chegavam.

A partir das pressões do governo surinamês para coibir a migração clandestina, os brasileiros começaram a estabelecer novos contatos e redes sociais para migrar, e a fazer outros caminhos, com preocupação maior com documentos. Viajar pelo aeroporto de Belém significa entrar legalmente no Suriname, o que diminui o risco de apreensão e deportação; embora não tenham visto de trabalho, como turistas eles têm a segurança de poder circular pelas ruas de Paramaribo.

Em Belém, no serviço de imigração da Polícia Federal é frequente a presença de homens e mulheres que solicitam passaporte com o intuito de viajar para o Suriname. Em alguns casos, são acompanhados por pessoas que agem como "tutores", que lhes indicam, em detalhes, como proceder durante o atendimento. Em 2010, numa conversa com uma jovem de aproximadamente 24 anos que estava na fila de atendimento dessa instituição acompanhada de uma outra mulher, ela contou que fora receber seu passaporte para viajar ao Suriname para ajudar uma prima, que teria um bebê no mês seguinte.

Por falta de registros, é difícil determinar o início da chegada das mulheres brasileiras ao Suriname. Tudo indica que é bem anterior ao grande fluxo de homens na década de 1990,

aproximadamente um ano circulando em garimpos e então retornava ao Brasil, à sua cidade no interior do Maranhão. Em um desses retornos, a namorada brasileira engravidou de gêmeas. Quando voltou novamente ao Brasil, alugou uma casa e foi viver com ela e as filhas; quase dois anos depois, tiveram um menino. Decidido a ficar no Brasil, montou uma loja de venda de motos, mas o empreendimento não durou muito tempo e ele foi trabalhar como soldador em Goiás. Como seu salário era muito baixo e o casamento já acabara, voltou para o garimpo. Alberto preferia trabalhar em garimpos da Guiana Francesa, mas quando foi entrevistado em 2011 no Suriname, estava havia algum tempo nesse país, porque o último garimpo em que trabalhara no departamento francês foi destruído pelos *gendarmes* e ele ainda não tinha condições de retornar à região. Segundo disse, sempre mandava dinheiro para os filhos. Alberto estava no país como turista.

[271] Na época da pesquisa de campo no Suriname (2011 e 2012) já era difícil encontrar brasileiros entrando ilegalmente no Suriname; geralmente eles estão entrando como turistas (partindo de Belém, de avião), mas o destino é o trabalho nas áreas de garimpo, como é o caso de Frederico, 50 anos, motoqueiro, dois filhos, 4ª série, entrevistado em 2012 no Suriname. Na década de 1990, ainda jovem, ele trabalhou como garimpeiro no Maranhão, em uma região bastante fiscalizada pelo governo brasileiro e onde o ouro era escasso. Depois, trabalhou durante quinze anos como supervisor em uma fábrica de compensados, e, ao ser demitido, como não conseguia encontrar outro emprego, retornou ao garimpo, mas no Suriname: em 2011, conseguiu emprego em um, através de um conhecido de sua cidade, e passou dez meses trabalhando como garimpeiro nesse país. Quando juntou um pouco de dinheiro, foi para o Brasil visitar a família, e quando foi entrevistado fazia um mês que tinha retornara ao Suriname, mas deixara o trabalho pesado de garimpeiro para atuar como motoqueiro. Disse que não ficava mais que três dias sem ligar para a esposa e os filhos, que ficaram no Brasil, e que sempre que podia enviava dinheiro para eles. Também disse que foi para o Suriname em busca dinheiro, mas não pretendia ficar no garimpo muito tempo: pretendia retornar ao Brasil dali a quatro ou cinco meses. Frederico estava no país como turista.

mas, com a chegada destes, a migração feminina aumentou, em razão da demanda de outros serviços, principalmente no ramo da alimentação (cozinheiras, por exemplo, passaram a ser recrutadas com mais frequência), e houve a quebra do monopólio do mercado do sexo, que até então era controlado pelos clubes de prostituição. As informações coletadas em campo mostram que na década de 1970 brasileiras já migravam para a prostituição em clubes, migração que se intensificou na década de 1980.

Segundo José Paulo Ribeiro (50 anos, dono de máquina no garimpo, três filhos, entrevistado em 2011 no Suriname), "quanto às moças dos clubes [...] são anteriores ao garimpo; mesmo no tempo da guerra [civil] elas já estavam por aí. [...] antes do ouro, já havia mulheres aqui" — afirmando com isso que não foram os garimpeiros que estruturaram a prostituição de brasileiras no país, pois a migração feminina é anterior à "corrida" pelo ouro que eles empreenderam. Isso corrobora a afirmação de Carolina Höfs de que o início dos anos de 1980 é marcado por "um grande fluxo de mulheres agenciadas para o trabalho nos clubes de prostituição de Paramaribo. Dez anos depois, foi a vez de milhares de garimpeiros atravessarem a fronteira e montarem garimpos em diferentes pontos do interior do país"[272]. Além disso, de acordo com a ONG surinamesa Stichting Maxi Linder Association[273], entre as décadas de 1960 e 1980 se instalaram no Suriname diversos clubes de prostituição com mulheres estrangeiras, com grande crescimento na década de 1990[274].

Considerando o testemunho de mulheres e homens entrevistados, bem como outras pesquisas realizadas no Suriname[275], percebem-se quatro momentos distintos nessa migração, que tomou outros rumos depois do grande fluxo de garimpeiros. O primeiro momento ocorreu antes da década de 1980 (Tabela 6), e está relacionado à ida de mulheres que exerciam a prostituição no Brasil e acompanhavam barqueiros que transportavam mercadorias para o Suriname. José Paulo Ribeiro (50 anos, dono de máquina no garimpo, três filhos, entrevistado em 2011 no Suriname) ouviu falar da história de uma mulher, uma das primeiras a chegar por "estas terras", que veio dessa forma, e nas conversas que escutou a respeito, a coisa se passou mais ou menos assim:

> Barqueiro: Ei, lá é que tem dinheiro. Nós estamos vindo de tal lugar.

[272] HÖFS, op. cit., p.65-66.
[273] Fundada em outubro de 1994 com o objetivo de defender os direitos das/dos trabalhadoras/es do sexo, com destaque para a questão da saúde pública.
[274] STICHTING MAXI LINDER ASSOCIATION. *Profile of clubs and informal sexual locations in Paramaribo and Nieuw Nickerie*. Paramaribo: SMLA, 2001.
[275] HÖFS (op. cit.), SODIREITOS e GAATW-REDLAC (op. cit.) e STICHTING MAXI LINDER ASSOCIATION (op. cit.)

> Ela: Ei, tu tens coragem de me levar?
> Barqueiro: Eu é que te pergunto: tu tens coragem de ir de barco? Nove dias de barco a vela.
> Ela: Ora, eu tenho sim.

E concluiu a narrativa: "E assim veio a primeira, e uma dá notícia pra outra" — de forma bem semelhante àquela como os garimpeiros tomam conhecimento de onde tem ouro: através de conversas informais que passam adiante.

O segundo momento se deu na década de 1980 (Tabela 6), com a intensificação da chegada de mulheres que migraram através de clubes para trabalhar no mercado do sexo, muitas sem experiência anterior (não se prostituíam no Brasil). Estas não tinham muita liberdade de ir e vir, ficavam mais no clube, moravam em quartos dentro dele ou dividiam uma casa com outras trabalhadoras do sexo nas suas proximidades. Chegavam com uma dívida e prazo de três meses para pagar, e havia repressão e controle dos clubes sobre elas. Nesse período, eram reféns, apesar de circularem através das redes estabelecidas a partir dos clubes: trabalhavam todas as noites e dormiam durante a manhã, sobrando-lhes livres as tardes; como não conheciam a cidade e a língua, usavam os táxis que ficavam nas proximidades daqueles para ir ao médico e para mandar dinheiro para o Brasil (entre outras coisas), ou circulavam em companhia dos proprietários pelos hotéis em que havia piscina (com o objetivo de ser vistas pelos hóspedes), ou seja, fora do circuito dos clubes havia pouco contato com o mundo exterior. Carolina Höfs afirma que as prostitutas,

> Ao chegarem no país, agenciadas por homens surinameses em Belém, [...] tinham seus passaportes retidos e não podiam deixar os clubes em nenhum momento. Quando o faziam era apenas por motivos de ordem prática — idas ao hospital ou escritório de imigração, por exemplo — e eram sempre acompanhadas por um segurança surinamês[276].

Nesse período, quando não conseguiam pagar a dívida recebiam ajuda de surinameses, e algumas chegaram a se casar com surinameses, como explica Ana[277] (37 anos, cabelereira e manicure, dois filhos, entrevistada em 2011 no Suriname):

> – Antigamente, porque era difícil pra vir pro Suriname. Não é como agora, que você compra sua passagem e vem embora. Antigamente tinha um, é como

[276] HÖFS, op. cit., p.98.
[277] Ana será apresentada posteriormente.

> eu falo, tinha uma regra aqui: aqui eles não aceitavam... a gente não era aceitada aqui, né, geralmente as meninas vinham mais em clube, porque só aceitavam mulheres em clube. E os garimpeiros não vinham por aqui, só os que eram legalizados aqui.
> – Os que não eram legalizados ficavam pelo garimpo?
> – Vinham pelo Oiapoque. Vinham varando, ficavam no garimpo.
> – As mulheres que ficavam aqui eram procuradas só por surinameses?
> – Não, aqui vinha muito brasileiro. Só os legais, tá entendendo?, e os clandestinos, porque quando você entrava pelo mato já estava aqui dentro. [...] Aqui dentro não tinha nenhum problema, o negócio era pra passar.
> – Naquela época, normalmente tinha que ir mesmo para o clube?
> – Era, normalmente tinha que vir pro clube. Aí, já do clube que você casava com um surinamense, aí iam e construíam uma família, como tem até hoje em dia, né. [...] Tem umas que... olha a Sandra: tá com o Beto até hoje. Tem muitas que ficaram e estão casadas até hoje com o mesmo. [...] Tiveram filho, construíram família, tem uma vida razoável aqui. Porque o canal é você ter como entrar, trabalhar, trabalhar, ganhar dinheiro. É assim. Porque é um país bom pra ganhar dinheiro [...].

Os dados coletados em campo mostram que o terceiro momento se deve à chegada dos brasileiros na década de 1990 (Tabela 6), pois muitos deles começaram a ter contato com elas, nos clubes e na cidade, o que abriu espaço para a fuga ou a saída[278] destes antes dos três meses previstos — e o garimpo, além do casamento, aparece como o cenário que modifica a relação das mulheres com os clubes: "essas livres, que andam pela cidade, que têm a liberdade de ir à loja, fazer compras, namorar, beber, ir ao garimpo, ao interior [...] essas começaram de 94 pra cá [...] quando ficou mais fácil de garimpeiro já andar, já ter liberdade de se hospedar em hotel" (José Paulo Ribeiro, 50 anos, dono de máquina no garimpo, três filhos, entrevistado em 2011 no Suriname).

Carolina Höfs[279] e SODIREITOS e GAATW-REDLAC[280] também apontam que a situação de isolamento delas foi modificada com a chegada desses brasileiros, que o contato com eles lhes trouxe a possibilidade de sair do clube e ir para o cabaré no garimpo, o que acabou por proporcionar mudanças também para as que permaneciam no clube, que "passam a ser tratadas de modo diferente. Não eram mais escravas dos cafetões surinameses"[281].

De acordo com Marjo Theije, até 1985 o número de brasileiros no Suriname era ignorado, pois em geral eles ficavam na floresta e não costumavam circular pela capital, e a consolidação da comunidade brasileira em Paramaribo, segundo a autora, ocorreu em 1997:

[278] A saída do clube é oficializada após o pagamento da dívida e da restituição do passaporte que foi confiscado pelo seu proprietário na chegada da mulher. Isso será analisado na Parte II desta tese.
[279] HÖFS, op. cit.
[280] SODIREITOS e GAATW-REDLAC, op. cit.
[281] HÖFS, op. cit., p.9.

"Foi então que supermercados começaram a vender produtos brasileiros, e os brasileiros abriram lojas vendendo equipamento para as atividades de mineração, bares onde os garimpeiros poderiam beber e comer, e hotéis onde eles poderiam ficar enquanto estivessem na cidade"[282].

Os dados de campo revelam que a migração feminina, de modo geral, nesse momento tinha como principal destino os clubes em Paramaribo ou garimpos no interior. Ainda hoje, em muitas situações o clube é local de trânsito para as que desejam trabalhar nessa cidade ou em garimpo (seja no mercado do sexo, seja como cozinheira em garimpo, seja em lojas, salão de beleza, etc.), e, por isso, muitas vezes elas aceitam o trabalho (temporário) de prostituta num deles, já que não têm recursos para as despesas da viagem.

As mulheres vão para o clube com a expectativa de ficar um curto espaço de tempo, pagar a dívida e juntar grande quantidade de dinheiro, e retornar ao Brasil. Como esse desejo é difícil de realizar, inicia-se o sonho de encontrar um homem que queira constituir família (uma forma de garantir sua libertação do clube). Em alguns casos, apenas querem alguém que as ajude no pagamento da dívida, para que possam tentar a vida fora do clube, seja na prostituição, seja em outra atividade.

A chegada dos homens brasileiros ao Suriname ampliou as chances das brasileiras que trabalhavam como prostitutas em clubes, de pagar o mais rápido possível sua dívida com os "agenciadores", ou seja, de conseguir um "patrocinador" para quitar a dívida ou alguém que lhes desse abrigo (para algumas que fugiam e para algumas que quitavam a dívida)[283]. A chegada dos homens é um divisor do trânsito de brasileiras no Suriname porque demarca uma "nova realidade" a partir da sua convivência nesse país, consolidada com a estruturação do Belenzinho. Paramaribo passou a ser o ponto de referência para a partida e de chegada de brasileiros, e para a articulação e acordos verbais de trabalho. Além disso, "A chegada dos brasileiros é princípio para uma identidade de brasileiro no Suriname, que, neste momento, criam uma experiência coletiva"[284].

O quarto momento de mobilidade de mulheres para o Suriname, que se dá a partir dos anos 2000 (Tabela 6), tem relação com a consolidação do mercado do sexo no país: aquele deixa de ser monopólio dos clubes, abre-se espaço para prostituição de bar e hotel, e para a estruturação da prostituição em cabarés no garimpo, que não pode ser explicada apenas como

[282] THEIJE, Marjo de. Insegurança próspera: as vidas dos migrantes brasileiros no Suriname. *Anthropológicas*, v.18, n.1, p.71-93, 2007 (p.73).
[283] Até então, muitas, mesmo tendo quitado a dívida, continuavam no clube (com a esperança de juntar dinheiro), pois não tinham para onde ir (outra possibilidade era regressar ao Brasil).
[284] HÖFS, op. cit., p.106.

prostituição em um bar de garimpo, uma vez que esses bares, embora não tenham a mesma infraestrutura dos clubes, possuem sua particularidade em termos de estrutura e organização; são locais que dependem da produção de ouro, e a circulação das mulheres é mais dinâmica, pois em média ficam quinze dias neles, e partem para outros, em outros garimpos, como veremos na parte três da tese.

A circulação das mulheres pelos garimpos facilitava a passagem da fronteira Suriname-Guiana Francesa, e começou o vaivém através de rios e matas (e entre a "rua" e o "mato"): seja na floresta do Suriname, seja na do departamento francês, lá estavam elas como prostitutas, cozinheiras ou vendedoras (de roupas, objetos de higiene pessoal...).

As áreas de exploração mineral e as de suporte desses espaços, as corrutelas, nas narrativas de brasileiras/os surgem como elemento modificador da migração feminina via clube de prostituição, por serem espaços possíveis de circulação para o exercício da prostituição e de outras atividades, em geral ligadas ao comércio de mercadorias, aos serviços domésticos e a cuidados. Um conjunto de atores e fatores capaz de moldar vários aspectos dos circuitos migratórios. Este último momento pode ser resumido como a consolidação do fluxo circulatório de mulheres no país, quando não apenas a prostituição é referência para migração[285].

[285] A consolidação do mercado do sexo no Suriname e os demarcadores da dinâmica de mobilidade na prostituição das mulheres brasileiras nesse país são discutidos mais detalhadamente nos demais capítulos da tese, quando poderão ser acompanhados os quatro momentos da migração das mulheres brasileiras aqui discutidos.

Tabela 6: Presença das mulheres no Suriname e demarcadores da dinâmica de mobilidade do mercado do sexo no Suriname.

Presença das mulheres no Suriname	Demarcadores da mobilidade
Primeiro momento (antes de 1980)	- Instalação dos primeiros clubes de prostituição no Suriname com mulheres estrangeiras (1960-1980); - Presença de trabalhadoras do sexo brasileiras no mercado do sexo que despontava em Paramaribo.
Segundo momento (década de 1980)	- Intensificação da repressão à prostituição de rua; - Diversos clubes de prostituição foram montados em vários pontos de Paramaribo, e a demanda por estrangeiras para prostituição aumentou (meados de 1980); - O fluxo de brasileiras para os clubes se consolidou, e elas constituem o maior número de estrangeiras na prostituição no país.
Terceiro momento (a partir de 1990)	- Crescimento da demanda por estrangeiras para prostituição; - O fluxo de brasileiros para o Suriname aumentou, assim como a demanda de serviços (restaurantes, comércio, hotéis, bares, etc.), o que abriu espaço para empregos para mulheres (sobretudo nos serviços domésticos); a comunidade brasileira do país começa a ter visibilidade; - O número de cabarés aumentou, assim como o número de mulheres que ao sair do clube não retornavam ao Brasil, mas iam para garimpos; - Aumenta a circulação de trabalhadoras do sexo entre clubes do Suriname e da Holanda.
Quarto momento (a partir da década de 2000)	- Consolidação de redes pessoais na ida de mulheres para o clube; - Com a consolidação da comunidade brasileira no Suriname, o fluxo da dinâmica e a mobilidade das mulheres não passam, mais, necessariamente, por um clube de prostituição; - Estabelecimento e consolidação de outros espaços de prostituição como bares, hotéis e, principalmente, cabarés, que passam a ter regras e organização; - Aumento do fluxo de mulheres para cabarés em garimpos clandestinos da Guiana Francesa; - Ida de mulheres diretamente para cabarés, cujas normas e regras de funcionamento são semelhantes às de clubes de Paramaribo (com dívida adquirida com as despesas de viagem, tempo definido para pagar em ouro, etc.).

De dezembro de 2007 a janeiro de 2008 o governo surinamês, através do Ministério da Justiça e da Polícia, cadastrou migrantes ilegais com o intuito de regularizar sua estada no país. Os que foram cadastrados obtiveram autorização de permanência no país por dois anos, período

suficiente para adquirir a documentação necessária para sua regularização no país[286]. A partir de 2008, a operação Clean Sweep, levada a cabo pelo governo surinamês, com fiscalização intensa realizada nas áreas urbanas e de garimpo, resultou na deportação de brasileiros e no confisco de ouro e joias encontrados com eles. Na época, muitos fugiram para a Guiana, onde o garimpo estava sendo legalizado e organizado, ou retornaram ao Brasil (espontaneamente ou deportados)[287]. Essa operação foi reduzida no início de 2010 e oficialmente finalizada no segundo semestre do mesmo ano, logo após a posse do presidente Desiré Bouterse, quando teve início o processo mais amplo de discussão para a legalização de brasileiros no país. Atualmente existe quantidade maior de brasileiros com autorização para trabalhar no Suriname, mas o número deles nenhum órgão se arrisca a afirmar, por falta de sistematização dos dados.

2.1.2 Klein Belém: Belenzinho para os mais íntimos

No início da década de 1990, em razão da mineração de ouro inicia-se a narrativa da origem da comunidade brasileira no Suriname, quando sua presença começa a ser visível — mas já havia mulheres brasileiras por lá, casadas com surinameses ou nos guetos dos clubes de prostituição. Elas viviam isoladas umas das outras, sem visibilidade enquanto identidade coletiva[288].

No Suriname, a visibilidade de brasileiros surgiu com o Klein Belém, uma área de Paramaribo que envolve a Anamoestraat, que é continuação da Tourtonnelaan[289], e a Princessestraat (que fica próxima às duas primeiras). Os brasileiros e surinameses que têm alguma relação de trabalho ou pessoal com o Klein Belém chamam ele simplesmente de Belenzinho, e nem todos os que vivem ou circulam por ele são originários da capital paraense: na pesquisa de campo a resposta mais comum para a pergunta sobre a origem dos brasileiros que estão no Suriname era o refrão "as mulheres vêm de Belém e os homens, do Maranhão".

[286] Cf. JUBITHANA-FERNAND, op. cit.
[287] OLIVEIRA, *Mobilidades transgressoras, geografias ignoradas: itinerários e emaranhamentos envolvendo territorialidades de garimpeiros no Suriname,* op. cit.; ARAUJO, op. cit.
[288] HÖFS, op. cit.
[289] A Tourtonnelaan tem esse nome até chegar à ponte de um pequeno canal, e a partir daí transforma-se na Anamoestraat, mas é comum as pessoas dizerem que é na Tourtonnelaan que vivem os brasileiros, por ignorarem ou não fazerem questão de observar que embora se trate de um espaço contínuo, esta última muda de nome após o canal.

Outra ideia que se propaga ali é a da belenense na prostituição e das maranhenses "trabalhadeiras" na cozinha.

Uma pessoa que conhece bem o Brasil, ao andar, mesmo de olhos fechados, pelas proximidades da, ou na Tourtonnelaan, e sobretudo pela Anamoestraat, ao passar em frente a cada bar, hotel, lanchonete ou residência de brasileiro terá a ligeira sensação de estar em alguma parte do Nordeste ou do Norte do Brasil (especialmente na periferia de Belém ou no interior do Maranhão). No Belenzinho as músicas[290], os programas de TV em língua portuguesa e o cheiro do tempero brasileiro conduzem para bem longe do Suriname, sobretudo porque a culinária desse país é demarcada pela origem dos seus grupos étnicos (a pimenta e a masala são sabores e cheiros fortes na culinária surinamesa).

Os vários restaurantes de propriedade de brasileiros têm como carro-chefe, entre outros, a galinha caipira, a feijoada, a dobradinha, o feijão tropeiro — todos pratos típicos da culinária brasileira. O restaurante Petisco[291] é uma das referências: também funciona como café (trabalha com pães, doces e bolos), mas a churrascaria é mais procurada, e como o churrasco é bastante apreciado por muitos surinameses, é possível encontrá-los ali, saboreando esse prato, sendo que sua presença não é muito comum nos restaurantes brasileiros que não o oferecem — e, além da churrascaria, já tinha uma "filial": uma padaria (Figura 5).

Figura 5: Paramaribo: à esquerda, Café e Restaurante Petisco; à direita, Padaria Petisco (2011).

No Belenzinho a língua portuguesa ecoa na rua, em vários estabelecimentos e em glomerados de quitinetes; nele é encontrada uma variedade de produtos do Brasil, que vão de medicamentos a roupas (trazidas de Belém, Fortaleza e São Paulo) para abastecer as diversas

[290] As músicas brasileiras são tocadas também em táxis de surinameses, e podem ser encontradas em locais que vendem CDs piratas.
[291] Esse restaurante organiza shows de cantores e bandas brasileiros quase desconhecidos, para atrair clientela.

lojas de brasileiras[292] que conseguiram juntar dinheiro para montar um comércio. Um grande número de suas casas tem antena parabólica instalada no telhado ou no jardim — as parabólicas dão visibilidade ao morador de origem brasileira nesse país[293].

Durante o dia a Anamoestraat se transforma no centro do Klein Belém, um "espaço de brasileiro": os estabelecimentos vendem produtos brasileiros (mesmo os que não são oriundos do Brasil, em geral são direcionados aos brasileiros), há lojas de compra de ouro e é ponto de encontro de garimpeiros (onde a fofoca do ouro também é difundida). Ao anoitecer continua "espaço de brasileiro": a circulação de surinameses é pequena (e em altas horas, inexistente), só os comerciantes chineses mantêm uma ou outra loja aberta, e na rua o churrasquinho no espeto de madeira predomina, mas é possível tomar um tacacá ou comer um vatapá — pratos típicos paraenses — preparado com ingredientes majoritariamente vindos do Brasil.

Nas proximidades da Anamoestraat vive a maioria dos brasileiros em Paramaribo — e esse pequeno Brasil tem crescido nos últimos anos. O ouro, o dólar, o euro, o dólar surinamês e até mesmo o real ali circulam paralelamente, e assim, embora não seja lícito, pode-se comprar um quilo de carne e pagar em ouro ou dólar, como se fossem a moeda local — sem contar os inúmeros cartazes e placas escritos em português fixados na frente de lojas ou em paredes, nos quais se oferecem serviços ou algum produto (Figura 6). Esse "mundo paralelo" escapa a qualquer controle estatal.

Figura 6: Anúncios de produtos e serviços escritos em português afixados em comércios no Klein Belém, Paramaribo (2011).

[292] As pessoas costumam contar, em tom de fofoca, que muitas das donas de loja trabalhavam, antes, em clube de prostituição.

[293] Nos arredores do Klein Belém, ao chegar a um hotel que não costuma receber brasileiros, o hóspede logo recebe a advertência "mas não temos antena parabólica", como se esta fosse um pré-requisito para aqueles se instalarem no local — e as parabólicas também dão visibilidade à presença brasileira em cidades da Guiana e da Guiana Francesa.

Nos comércios do Klein Belém dirigidos a brasileiros (caso de pequenos supermercados, em geral de propriedade de chineses), um dos mais conhecidos é o Atacado Supermercado, que fica na Anamoestraat, primeiro comércio aberto em Paramaribo com produtos voltados para a comunidade brasileira, desde produtos alimentícios (atacado ou varejo) até peças e máquinas para trabalhos no garimpo. De dia, nele há um entra e sai de brasileiros, e muitos deles se aglomeram na porta para conversar e se informar, pelos cartazes escritos em português colados nas paredes, sobre ofertas de vagas em garimpos, notícias de óbitos de conhecidos, etc. (Figura 7).

Na mesma rua, próximo ao Atacado, há um outro comércio de referência para os brasileiros, o supermercado Transamérica (Figura 8). De propriedade de dois surinameses — um de origem hindustana e um de origem chinesa —, vende principalmente produtos alimentícios e de higiene importados do Brasil, o que garante uma movimentação constante de brasileiros em busca de um produto familiar ou para abastecer a cantina ou cozinha no garimpo — neste último caso, são as/os donas/os de cabarés, de cantinas e máquinas. O Transamérica incorporou, ao seu quadro de funcionários, brasileiros/as para funções como empacotador/a, balconista, embalador/a de mercadoria e até mesmo na secretaria, e a presença surinamesa mais marcante se percebe nos caixas.

Figura 7: Atacado Supermercado, em Paramaribo (2011).

Figura 8: Supermercado Transamérica, em Paramaribo (2011).

Outra referência entre os brasileiros do Klein Belém é o açougue (*Slagerij*) Asruf (Figura 9), de propriedade de um surinamês, que tem a carne de boi e de frango entre as principais mercadorias. Apesar de existirem outros açougues que buscam atrair clientela brasileira, o Asruf é o mais recomendado e procurado por ela, mesmo porque mantém um brasileiro para fazer atendimento em língua portuguesa, o que garante que os brasileiros não terão dificuldade em fazer o pedido. É voltado de tal forma para a comunidade brasileira que em sua fachada estão impressas a bandeira do Brasil e a do Suriname, e a frase "Carne de Qualidade!"[294].

[294] Os comércios citados eram referência em 2011 e 2012 (época da pesquisa de campo) e continuam sendo em 2017.

Figura 9: Açougue (*Slagerij*) Asruf, em Paramaribo (2011).

Nas lojas que compram ouro espalhadas pelo Klein Belém, sempre guardadas por seguranças fortemente armados, é possível enviar valores para o Brasil e mesmo penhorar joias, coisas que já viraram rotina para muitos brasileiros. A relação de confiança destes com os proprietários daquelas é tanta que alguns enviam por terceiros os gramas de ouro, enrolados em pequenos papéis já com o número da conta, e é certeza que o valor chegará ao seu destino. As lojas mais respeitadas, por vezes guardam o ouro por um tempo, como se fosse um banco, e, segundo brasileiros que se utilizam desse de serviço, essa é uma maneira de fazer uma poupança, pois eles não têm conta nem no Suriname nem no Brasil, e na hora que precisarem vai estar lá:

> – Quando tu chegas do garimpo com ouro, tu vais pra tua casa primeiro ou vai trocar o ouro?
> – Não, eu vou pra casa primeiro, tomar um banho, né, que ouro a gente não anda assim, não, tem que saber qual é o melhor preço. Eu só trabalho com a Ourominas [loja que compra ouro]. [...]. Sabe como é que é: às vezes tu precisa de uma coisa, eu vou lá, eu mesmo, na Ourominas, eu sou conhecido lá... Vamos dizer que eu tenho um cordão, alguma coisa pra penhorar, já vou lá: "Mas, meu amigo, penhora, tô aperreado, me dá tanto". [...] Em outros lugares, não, por isso que eu não gosto de ficar pulando, eu só trabalho lá com eles. Lá eles guardam meu ouro, guardam meu dinheiro. Lá [...] mando pro Brasil. Lá é o meu negócio.
> – Se tu quiseres guardar 30 gramas, eles guardam pra ti? É tipo um banco?
> – Até um quilo, cinco quilos. É tipo um banco, entendeu? [...] Eles têm uma porcentagem pra guardar teu ouro.
> – Quanto é a porcentagem, mais ou menos?

> – Não é muito, não. Olha, o meu, assim, vai custódia, faz uma custódia, entendeu? Eles não tiram nada, não. Já vai descontando.
> – O que é uma custódia?
> – Vamos dizer: tu chega com um quilo de ouro, tu quer guardar, deixa lá, tu és cliente de lá [...]. Tu trabalhas com eles. [...] Guardam pra ti, Se precisar... Por exemplo, estou precisando de mil dólares: pá! [eles dão]. (Marcelo, 37 anos, garimpeiro, um filho, entrevistado em 2012 no Suriname)

Os diversos salões de beleza espalhados pelo Klein Belém chamam a atenção, e pessoas que se identificam como gays, travestis e transexuais dominam o ramo. São locais da beleza e do glamour, onde as mulheres se transformam e se reinventam para retornar ao garimpo para mais uma temporada no "mato", sejam trabalhadoras do sexo, sacoleiras, cozinheiras, donas de máquina ou de cabaré no garimpo — não importa sua ocupação, elas sempre dão uma passadinha no salão. As mulheres que estão nos clubes têm seu salão favorito.

Os hotéis mais citados por brasileiros são Bigode, Cactos (Figura 10), Cirizal, Confort, Esmeralda, Fazendinha e Pérola (Figura 11), todos localizados no Klein Belém. Juntamente com bares, são importantes na mobilidade dos brasileiros no Suriname, pois são espaços que, além do quarto, oferecem vários produtos e serviços: loja de roupas, restaurante, joalheria para venda e fabricação de joias, loja de compra de ouro — e neles circulam trabalhadoras do sexo em busca de clientes. Hotéis como o Pérola têm locais reservados para shows de bandas, o que atrai homens e mulheres das mais diversas ocupações; outros, embora sejam utilizados para encontros íntimos pagos, apenas alguns proporcionam atrações musicais.

O Cactos (Figura 10) tem uma particularidade: apesar de utilizado para encontros íntimos pagos, seu restaurante toca música evangélica. Seu proprietário, um brasileiro, é membro de uma das igrejas evangélicas brasileiras de Paramaribo, o que explica a tentativa de diferenciar seu estabelecimento dos demais, conhecidos por facilitar a prostituição — caso do Pérola (Figura 11), referência em festas e como ponto de encontro de trabalhadoras do sexo, e o local preferido das/as donas/os de cabaré em busca de mulheres para levar para o garimpo.

Figura 10: Hotel Cactus, em Paramaribo (2011).

Figura 11: Hotel Pérola, em Paramaribo (2011).

No Suriname a mineração do ouro segue um formato brasileiro: há o dono da máquina ou balsa, a cozinheira e os garimpeiros. As máquinas ou balsas, quando de propriedade de brasileiros — que, embora atuem na informalidade se organizam como se fossem pequenas cooperativas — são coordenadas pelos donos. São eles que recrutam os garimpeiros[295] e a cozinheira[296], ou outros profissionais, como, por exemplo, mecânico e motorista — e, muitas vezes, os recrutam no Belenzinho (geralmente, estes dois últimos profissionais também são chamados de garimpeiros, mesmo não atuando diretamente na lavra do ouro).

[295] Os garimpeiros não são assalariados, recebem uma porcentagem de 10% sobre a produção de ouro: ao final da exploração de determinado local, o ouro extraído é dividido entre os trabalhadores. Outros 10% são pagos aos *Noirs Marrons*, que autorizaram a exploração mineral no local.
[296] A cozinheira ganha uma quantia mensal fixa de ouro: entre 40 e 60 gramas.

O garimpo em pequena escala, tal como é organizado por garimpeiros brasileiros informais a partir de uma dinâmica de mobilidade constante, dá vida e especificidade aos locais de garimpagem de ouro, seja no Brasil, seja na Guiana, na Guiana Francesa ou no Suriname. A pesquisa de Letícia Tedesco em garimpos do Vale do Tapajós (Pará) aponta que a mobilidade daqueles que trabalham e vivem no garimpo, naquela região, está vinculada ou à fofoca do ouro ou às,

> idas e vindas periódicas para a "rua", geralmente breves e motivadas por questões tão pontuais como "ganhar nenê em um hospital", [...]. Daí a complicação para obter uma resposta única e definitiva para a pergunta "onde você mora" visto que as pessoas mais se *de-moram* do que moram, porque em sua maioria estão sempre pensando em sair definitivamente algum dia do garimpo, mesmo que nunca cheguem a fazê-lo, sendo muito mais comum intercalarem tempos no garimpo com tempos na cidade ou no campo, ou seja, "dar um tempo" em um ou outro ponto[297].

As idas e vindas entre Paramaribo (geralmente no Belenzinho) e o garimpo, alternadas conforme a situação (reabastecer o negócio, enviar dinheiro para o Brasil, telefonar para a família, descansar, cuidar de si, guardar/vender ouro, pagar uma conta, namorar, rever a família ou simplesmente dar um tempo do "mato"), contribui para construção desse espaço circulatório que atrai serviços que se adequam e se adaptam às necessidades e ao ritmo da mobilidade dos brasileiros. Uma diversidade de fluxo (de pessoas, de mercadorias, de capital, de informação) que compõe a circulação migratória.

2.1.3 "Não sei *taki-taki*": a língua portuguesa como principal ferramenta de comunicação

Em Paramaribo, os taxistas que trabalham no Klein Belém, e, no garimpo, os *Noirs Marrons* que prestam serviços ou trabalham com brasileiros, aprendem logo um pouco de português, para negociar com os brasileiros. No caso dos taxistas, muitas vezes eles são solicitados pelos brasileiros para acompanhá-los e fazer a tradução em um órgão oficial do

[297] TEDESCO, Letícia da Luz. *No trecho dos garimpos: mobilidade, gênero e modos de viver na garimpagem de ouro amazônica*. 412p. Tese (Doutorado em Antropologia Social e Antropologia Social e Cultural) - Universidade Federal do Rio Grande do Sul/Vrije Universiteit Amsterdam, Amsterdam, 2015, p.373.

governo. Existem pontos de táxi com telefonista para atender chamadas de brasileiros que não falam holandês ou *Sranantongo* (*taki-taki*). Os brasileiros costumam dizer que quando um taxista em Paramaribo não sabe falar português, é porque é "novato" — isso porque poucos brasileiros sabem a língua local, sempre necessitando de alguém que fale pelo menos um pouco de português. Alguns brasileiros, quando vão a Paramaribo, chegam a contratar um taxista que fala português para acompanhá-los um dia inteiro na cidade.

Todas as lojas que vendem produtos de interesse dos brasileiros, nas proximidades da Tourtonnelaan, têm um funcionário que sabe falar um pouco de português, sobretudo o preço dos produtos, ou um funcionário brasileiro para atender os clientes brasileiros, principalmente em lojas de roupas de propriedade de chineses ou supermercados que vendem produtos oriundos do Brasil, como o Transamérica, uma vez que os brasileiros, ao entrar em uma loja, compram em grande quantidade. Embora não seja oficial, em alguns estabelecimentos de propriedade de chineses o salário de um/a brasileira/o é maior do que o de um surinamês, em razão do domínio da língua portuguesa e porque seus principais clientes são os brasileiros, uma prática desconhecida ou tolerada pelos demais funcionários e pelas autoridades surinamesas.

Também na tradicional feira de domingo na Tourtonnelaan há pessoas que sabem dizer os preços em português. Em um dos momentos em que andei por ela, quando me identificavam como brasileira[298] imediatamente me ofereciam os produtos se utilizando da língua portuguesa. Em algumas barracas, que o dono não sabia português, uma criança fazia a intermediação. Em uma delas, propositadamente tentei negociar, em inglês[299], a compra de um abacaxi, mas um garoto, de aproximadamente 10 anos, embora compreendesse, insistia em falar português, e me pareceu que sua presença na barraca era justamente atender brasileiros. Uma vez, no início da Tourtonnelaan perguntei a um taxista, em inglês, se ele estava livre, e ele respondeu que sim, e em seguida me perguntou "Onde vai tu?". Imaginei que ele falasse português e iniciei um diálogo, e rapidamente ele disse, em *Sranantongo*, "*Ne me fustan*" ("Não estou entendendo") — e me explicou que estava trabalhando havia pouco tempo como taxista e não sabia português[300], apenas coisas básicas que lhe permitiam saber onde o cliente brasileiro ia; o preço da corrida, escrevia em um pedaço de papel.

[298] A minha identificação como brasileira, pelos surinameses, dava-se de imediato quando eu estava em espaços frequentados por brasileiros. Quando eu circulava em espaços não habituais de brasileiros, como alguns locais do centro da cidade, falavam comigo em *Sranantongo.* Um surinamês de origem javanesa me explicou que isso acontecia porque eu tinha aparência de uma *dogla* surinamesa.

[299] Em Paramaribo, mesmo um simples comerciante fala um pouco de inglês ou pelo menos conhecem os números nessa língua, de modo que gestos e a verbalização, em inglês, dos valores a pagar é o suficiente para a realização da compra de qualquer coisa, seja em um estabelecimento, seja com um vendedor de legumes na rua.

[300] O fato de não saber me comunicar na língua holandesa ou em *taki-taki* não me permitiu estabelecer diálogo maior com os surinameses que cotidianamente estão presentes na vida de muitos brasileiros.

2.2 Os perigos da floresta: o ouro que atrai o perigo

A floresta Amazônica tem seus encantos e perigos naturais. Em Toulouse, em 2013, depois que apresentei o projeto de pesquisa do doutorado[301], durante o almoço um colega disse achar perigoso o meu campo de pesquisa, e perguntou se eu não havia encontrado uma "anaconda"[302] em campo — pergunta um tanto surpreendente para mim, e simplesmente respondi "não". Mas ele insistiu com suas observações sobre a "anaconda", perguntou se eu não tive medo de encontrá-la, e novamente respondi "não". No final, ele perguntou de que região do Brasil eu era, e quando lhe disse "Região Norte", ele riu: "É por isso que você não teve medo. Você vem da Amazônia". Eu apenas sorri diante da sua conclusão, que tem pouco fundo de verdade, pois nunca vi uma "anaconda" e não é algo com que nos deparamos em qualquer lugar na região. Contudo, essa conversa me fez refletir, e concluí que esse não era o tipo de insegurança que me fez ter receio e cautela no campo de pesquisa; o que eu havia receado era o perigo representado pelos seres humanos. Ao mesmo tempo, percebi que o fato de ser brasileira e do norte me facilitou o acesso aos interlocutores.

Em campo também fiz questionamentos aos meus interlocutores na mesma direção, ou seja, os perigos da floresta (encontrar com onça, uma cobra...), e sempre respondiam que não tinham medo dos animais, mas do ataque traiçoeiro do homem para roubar o ouro a caminho de Paramaribo ou durante a finalização do trabalho nos garimpos da Guiana Francesa, que muitas vezes acabava em morte.

Os perigos naturais da floresta Amazônica, um dos cenários principais vivenciados pelos entrevistados, serviu de fio condutor para tratar não apenas da forma de exploração do ouro, mas também para compreender o poder de organização e dominação dentro das terras de garimpo pelos *Noirs Marrons* no interior do Suriname; na Guiana Francesa há dominação por gangues (de brasileiros, de *Noirs Marrons*, de brasileiros e *Noirs Marrons*) formadas na floresta, as quais instauram o terror, com poder de vida e morte sobre os garimpeiros. Fica em evidência que os territórios pesquisados são permeados por diversos poderes e relações de força que se processam no interior da sociedade, e por mecanismos de regulação local e práticas extralegais — como diz Veena Das e Deborah Poole, à "margem" do Estado[303].

[301] Em uma formação sobre gerenciamento de projeto.
[302] Cobra que, no Brasil, usualmente é chamada de sucuri; vive na água (rios e lagos), alimenta-se de aves, répteis e mamíferos, e mata por compressão muscular; pode chegar a 10 metros de comprimento.
[303] DAS, Veena; POOLE, Deborah. State and its margins: comparative ethnographies. In: DAS, Veena; POOLE, Deborah. (Eds.). *Anthropology in the margins of the State.* Santa Fé: School of American Research Press, 2004. p.3-33.

Em Paramaribo, inicialmente eu tinha medo de circular pelos locais, mas sempre me diziam que não havia problema em falar sobre prostituição com as pessoas, pois não havia dificuldade em relação a essa questão, e, com o tempo, me senti mais segura para abordar o tema e me movimentar pela cidade, e até mesmo para ir ao garimpo. Já na Guiana, com raras exceções, era comum a pessoa baixar o tom de voz e olhar ao redor antes de falar sobre o assunto. Cheguei a ouvir a frase "O que você quer saber é muito complicado, tem muita gente aí que não vai gostar de saber que você está fazendo pergunta por aí sobre esse assunto" — e quando perguntava de quem se tratava, respondiam apenas que era gente muito poderosa. Diferentemente do Suriname, algumas pessoas me disseram não ser seguro entrar em algum clube ou bar de prostituição, muito menos sair do hotel à noite. Diante de tantos alertas, eu só circulava em Georgetown durante o dia, o que limitou o alcance a pessoas-chave para a pesquisa.

No Suriname senti insegurança quando comecei o percurso para chegar aos garimpos, principalmente pelo transporte utilizado (com excesso de carga), pelas estradas (em péssimas condições) e pela presença de armas nos garimpos (inclusive, presenciei seguranças armados consumindo bebidas alcoólicas em uma das áreas de exploração de ouro do Macu). A única vez que me senti insegura em Paramaribo foi em 2011, numa noite em que estive nos clubes Manilla e Diamond. Como as matérias que eu havia lido na imprensa brasileira sobre os clubes do Suriname eram um tanto assustadoras, nesses espaços me coloquei como observadora, e nessa noite, nos clubes, não tentei contatar mulheres, apenas observava o ambiente enquanto bebia Coca-Cola[304]. Meu receio era ser abordada por seguranças, pois eu e meus acompanhantes não passávamos despercebidos nem por aqueles nem pelas mulheres, já que eu destoava do ambiente, mas em momento algum fomos abordados. No Manilla, um momento que me deixou bastante tensa aconteceu quando um dos brasileiros que me acompanhavam ficou mais alegre com a cerveja e me apresentou a um amigo[305] seu que estava no local, como jornalista que colhia informações para uma reportagem sobre o Suriname. Não tardei para dizer que queria ir embora.

Chegamos ao Manilla por volta das 22h30m, quando já estava muito lotado, com muita fumaça de tabaco no ambiente, pois o espaço é pequeno e havia um grande número de pessoas fumando; ficamos ali umas três horas. As mulheres que trabalhavam no local tinham aparência

[304] Cerveja e Coca-Cola eram as bebidas mais servidas em bares, para brasileiros.
[305] Esse homem começou a enviar cervejas (pagas) para nossa mesa anonimamente, depois veio nos cumprimentar, e a velocidade com que o garçom recolhia a garrafa vazia e colocava outra no lugar fez com que um dos brasileiros ficasse um pouco alegre.

muito jovem; algumas já estavam lá, umas três ou quatro chegaram da rua, apressadas para se maquiar e ir para o salão. Entrei acompanhada pelo irmão de uma entrevistada, que foi acompanhada de seu marido, também brasileiro, pois eu tinha a informação de que mulheres que não trabalhavam no clube podiam entrar desde que estivessem com um homem, mas a princípio fiquei preocupada com a reação dos frequentadores com a minha presença. Na portaria havia seguranças, e alguns minutos depois de entrar identifiquei dois circulando entre os clientes. Os homens eram maioria no salão, e foi possível perceber que havia surinameses e pouquíssimos brasileiros, e alguns homens que se destacavam pela pele branca, os cabelos claros e por serem altos — segundo os meus acompanhantes, eram turistas holandeses.

As mulheres que estavam ali atuavam na prostituição. Elas bebiam, algumas estavam sentadas, algumas circulavam com um cigarro ou uma bebida na mão, ou dançavam com um leve sorriso no rosto, exceto quando chegavam homens com aspecto de turistas, quando então elas ficavam mais sorridentes, aparentemente mais disponíveis. Observei que um homem negro (não consegui identificar se se tratava de um surinamês crioulo ou de um *Noir Marron*) insistia em se aproximar de uma mulher, e ela, com educação, dava um sorriso forçado e se desvencilhava dele; com um copo de bebida na mão, de vez em quando ele voltava a abordá-la, e ela se afastava. De modo geral, poucos dos presentes se aproximavam das mulheres, como se estivessem ali apenas para beber e observar o movimento. Algumas pareciam criar seu próprio "modelito" ou fantasia, algumas vestiam roupas que marcavam o corpo, ou deixavam parte dele à mostra, mas tudo muito improvisado. Havia um garçom que passava o tempo todo recolhendo garrafas e copos, numa rapidez tão grande que fiquei com a sensação de que as pessoas nem terminavam a bebida.

Fui ao banheiro, na primeira vez, acompanhada da brasileira que estava comigo, e ficamos alguns minutos por lá, tempo suficiente para respirar um pouco de ar. Como estávamos sentados perto da entrada do clube, para ir ao banheiro tivemos que atravessar o salão, e no caminho fomos observadas tanto pelas mulheres como pelos clientes, como mercadorias a ser avaliadas ou "peixes fora d'água". Não sabíamos ao certo onde ele ficava, mas antes que perguntássemos uma mulher apontou a sua direção, o que indica que já havia nos notado e nos reconhecido como visitantes. O banheiro, o mesmo que as profissionais do sexo usavam, ficava numa das extremidades de um corredor (na outra estava a escada que levava aos quartos): era pequeno, tinha apenas um vaso sanitário; fora, em frente à sua porta, ficavam a pia e um espelho grande, e ali sempre havia uma mulher fazendo ou retocando a maquiagem. Sem estabelecer qualquer diálogo, elas chegavam, faziam a maquiagem e voltavam ao salão.

Na segunda vez que fui ao banheiro encontrei, na frente dele, uma brasileira que estava se sentindo mal por causa da fumaça do cigarro. Conversamos rapidamente, ela contou que trabalhava como prostituta no garimpo e estava ali com o namorado (que desconhecia sua real atividade no garimpo), para se divertir; como havia muita fumaça, pretendia ir a outro clube, mais arejado. Horas antes, estivera em outro local, bebendo com brasileiros e assistindo a um jogo de futebol entre o Brasil e um outro país. Como o Brasil perdera, não tinha mais muita diversão por lá, por isso foi ao Manilla — o que evidencia que algumas brasileiras frequentam os clubes sem que tenham vínculo com os proprietários, usam esses espaços como local de diversão ou trabalho independentemente, mas sempre acompanhadas.

O segundo clube que visitei, o Diamond (Figura 12), é o mais conhecido e estruturado de Paramaribo. Saímos do Manilla e fomos para lá. Quando chegamos (mais ou menos duas horas da manhã) a movimentação de taxistas em frente a ele era grande, e os seguranças podiam ser imediatamente identificados, pelo uniforme e número expressivo. Na entrada um segurança recolhia o pagamento de dez SRDs[306] por pessoa, os homens eram revistados e então a passagem era liberada. Esses procedimentos não eram feitos no Manilla.

Figura 12: Clube Diamond, em Paramaribo (2011).

Sentamos em uma mesa no centro do salão, o que nos permitia observar todo o ambiente — e que todos nos observassem. Depois de uma meia hora de observação, uma mulher jovem,

[306] Surinaamse Dollar, moeda nacional surinamesa.

muito bonita[307], iniciou um *strip-tease* em cima de uma das mesas ao lado da nossa, na qual havia vários homens jovens que não pareciam ser surinameses: tinham traços de pessoas originárias de países asiáticos. Minutos depois surgiu no palco um jovem vestindo apenas uma sunga e uma máscara, que passava pelas mesas mais próximas e tirava as mulheres para uma dança breve, como se as apresentasse aos clientes; posteriormente elas passaram a fazer abordagens mais incisivas, para subir para o quarto com eles. Uma das brasileiras insistia com um cliente brasileiro, aparentemente embriagado, para subir para o quarto; os dois saíram do salão e foram em direção ao caixa, mas logo ela voltou: contou para uma colega que ele não tinha dinheiro, gastara tudo com bebida, e em seguida começou a abordar outro cliente.

No Diamond, onde ficamos por duas horas, o ar circulava melhor, o espaço era maior, mais iluminado. O número de mulheres era muito superior ao encontrado no Manilla e elas apresentavam diferenças físicas marcantes, como se cada uma representasse um estado brasileiro. Todas estavam muito bem-arrumadas e maquiadas — e ficou claro que a qualidade das roupas e dos acessórios que usavam era bem melhor do que a dos utilizados pelas mulheres do Manilla.

2.2.1 Garimpos em pequena escala no Suriname

A cada conversa com os interlocutores eles queriam saber se eu já tinha ido ao garimpo. Diante da minha resposta negativa, diziam "Você tem que ir, é lá que você vai ver como as coisas funcionam", e complementavam que era fácil chegar: dependendo do garimpo, era só pegar um carro ou um avião, depois uma canoa e, por fim, uma moto 4x4 — mas não havia nenhum perigo. Alguns até prometeram que, se eu quisesse, quando fossem me levariam[308]. Também diziam, com frequência, que "o garimpo hoje está civilizado, não é mais como antes" — "antes" refere-se ao início da migração dos garimpeiros, na década de 1990. Segundo os

[307] Em 2012, quando retornei ao Suriname, esbarrei com essa jovem em dois momentos: uma vez em um supermercado, uma vez em um salão de beleza, nas proximidades do Diamond. Tentei estabelecer uma conversa com ela, mas não tive sucesso, pois sua passagem pelos locais foi rápida e não pareceu querer falar com uma estranha.

[308] Uma das interlocutoras de 2012, Cláudia (32 anos, duas filhas, entrevistada em 2012 no Suriname), dona de cabaré/cantina e de uma máquina de extração de ouro em um garimpo na Guiana Francesa, tentou me convencer a acompanhá-la até a área em que ela trabalhava, garantiu que não havia risco de fiscalização — em uma viagem de oito horas de canoa. Como teria que passar ilegalmente pela fronteira, agradeci e recusei.

interlocutores, no garimpo tinha tudo que as pessoas precisam: telefone, casa de madeira, fogão a gás ("antes" cozinhavam em fogão a lenha) e até televisão.

Desde o campo de 2011, ficou claro que para compreender a circulação de brasileiras/os nas Guianas, especialmente no Suriname, era preciso fazer o caminho da "rua" para o "mato": de Paramaribo para o garimpo. Assim, depois de me sentir menos tensa e mais familiarizada com os códigos dos brasileiros no Suriname, decidi ir ao garimpo, para entender a sua circulação por ele. A partir daí, era preciso encontrar uma maneira segura de chegar às áreas de mineração.

O Beoyo, garimpo visitado em 2011, fica bem perto de Paramaribo e era considerado de *fácil* acesso pelos brasileiros. A visita foi possível a partir de um contato realizado por um brasileiro com um oficial da polícia surinamesa — que nos levou em seu dia de folga[309]. A viagem, de carro, foi feita em uma manhã de sábado, em agosto daquele ano, num percurso de aproximadamente duas horas. Logo no início da estrada que dava acesso ao Beoyo havia várias pequenas casas de madeira abandonadas, destruídas pelo tempo, que lembravam uma pequena vila, como as que os brasileiros chamam de corrutela (ou currutela)[310]. O garimpo, estilo baixão[311] (Figura 13), era explorado apenas pelos *Noirs Marrons* — o que só descobri no trajeto até ele.

Figura 13: O garimpo Beoyo, explorado por *Noirs Marrons* no Suriname (2011).

[309] Uma maneira de ganhar um dinheiro extra no Suriname é fazendo transporte de pessoas, um "bico" como é chamado no Brasil.

[310] Pequenos povoados com residências improvisadas, um pouco afastadas do local de mineração de ouro, onde moram principalmente comerciantes e ficam a igreja, os cabarés e os comércios. Neles, tudo é negociado em gramas de ouro, que é a moeda local.

[311] Baixão é o nome utilizado pelos garimpeiros para designar um terreno onde se explora o ouro, área que normalmente tem uma grota próxima, na qual utilizam um instrumento chamado bico de jato (ligado a uma máquina) como uma grande mangueira com a qual jogam água sobre o solo. Nos locais acessíveis, a terra é revirada por retroescavadeiras (ret) antes de os homens começarem a trabalhar com bico de jato. Na terra firme, também há garimpagem de poço e garimpagem na água.

Como já colocado, 22% da população surinamesa é composta pelos *Noirs Marrons*, nomenclatura utilizada para denominar os escravos que fugiram para a floresta durante o período de escravatura e colonização holandês, e que atualmente é solicitada para seus descendentes.

Os *Noirs Marrons* surinameses são divididos em seis grupos sociais[312] que estão espalhados pelo Suriname e pelo oeste da Guiana Francesa[313]: *Saramacás* (ou *Saramakas*), *Ndjukas* (ou *Okanisi*), *Matawai*, *Kwinti*, *Paamakas*, *Boni* (ou *Aluku*)[314] (Figura 14). Segundo Maria Stela de Campos França, são nomes de rios, exceto *Ndjukas*, que se refere ao som emitido por um pássaro. Em sua tese a autora traça o caminho tomado pelos escravos fugitivos até resultar na formação dos grupos sociais *Noirs Marrons*: "Até 1760 os escravos foragidos dirigiam-se para o sul do país e formaram os grupos *ndjuka*, *saamaka* e *matawai*. Depois de 1760, com a rota para o sul bloqueada, os outros grupos permanecem mais próximos das plantações, e formam os grupos *kwinti*, *paamaka* e *aluku* ou *boni*"[315].

[312] Os seis grupos sociais de *Noirs Marrons* surinameses vivem uma filiação matrilinear, de modo que a linhagem da mãe é predominante no que se refere a "les droits d'heritage, la succession politique et religieuse, et l'identité sociale"; os homens podem ter mais de uma esposa, contudo cada uma viverá em sua própria casa (PRICE e PRICE Sally, op. cit., p.24).

[313] Os *Noirs Marrons* que vivem na Guiana Francesa são originários do Suriname, e sua chegada a ela é decorrência de momentos históricos surinameses. Entre os acontecimentos que os impulsionaram a se afastar de seus locais de origem pode-se destacar: as guerras entre colonos e marrons (século XVIII); a guerra civil (ocorrida no período 1986-1992) e a ditadura militar (vigente no período 1980-1991); e a construção da usina hidrelétrica de Afobaka (entre 1960-1964). Ver PRICE e PRICE, op. cit.; PRICE, Richard. *Peuple Saramaka contre État du Suriname: combat pour la forêt et les droits de l'homme*. Paris: IRD, Karthala/Ciresc, 2012 (Coll. Esclavages).

[314] A respeito, ver DUPUY, Francis. Des esclaves marrons aux Bushinenge: le marronnage et ses suites dans la région des Guyanes. *Cahier d'histoire - revue d'histoire critique*, n.89, p.29-39, 2002; PRICE e PRICE, op. cit.; HÖFS, op. cit.

[315] FRANÇA, op. cit., p.86.

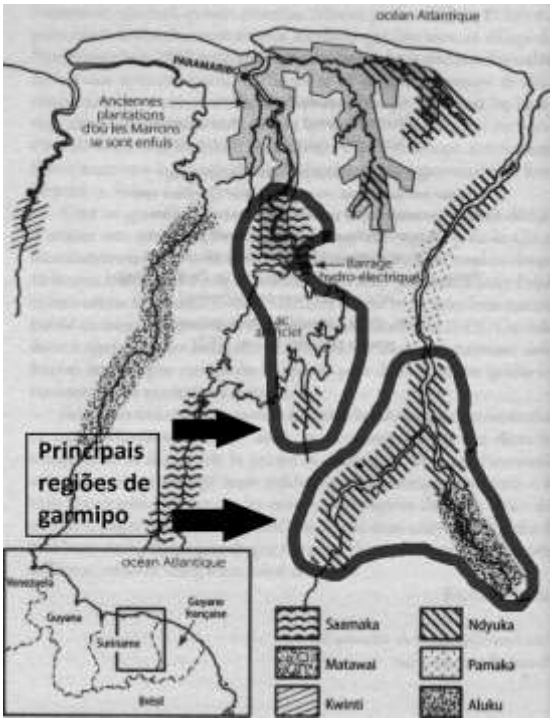

Figura 14: Localização das terras dos *Noirs Marrons*[316] no Suriname e principais áreas de garimpo[317] do país (mapa elaborado por Richard Price[318] e informações da tese de Rafael Oliveira[319] para localização das principais áreas de garimpo concentradas nas terras de *Ndjuka* e *Saramaka*).

Eles estão divididos em dois grupos linguísticos, *Ndjuka* e *Saramaka*, que possuem elementos, além das línguas africanas, das línguas holandesa, inglesa, ameríndia do caribe e *Arawaks*. A língua *Saramaka* também tem influência do português, devido à presença, no Suriname, de judeus brasileiros proprietários de terras no período colonial, e muitos dos fugitivos eram escravos dessas terras[320].

Os brasileiros que estão no Suriname costumam se referir a eles como "pretos da terra", "pretos do mato", "pretos", "marrons"[321] e "morenos", para diferenciá-los dos crioulos, estes concentrados, em sua maioria, em Paramaribo. A estes, por vezes se referem como "pretos da cidade", só em raras exceções como crioulos. Um dos interlocutores, José Paulo Ribeiro (50

[316] PRICE, Richard. *Les premiers temps: la conception de l'histoire des marrons saamaka*. La Roque d'Anthéron: Vents d'ailleurs, 2013, p.12.
[317] Cf. OLIVEIRA, *Mobilidades transgressoras, geografias ignoradas: itinerários e emaranhamentos envolvendo territorialidades de garimpeiros no Suriname*, op. cit.
[318] PRICE, *Les premiers temps: la conception de l'histoire des marrons saamaka*, op. cit.
[319] OLIVEIRA, *Mobilidades transgressoras, geografias ignoradas: itinerários e emaranhamentos envolvendo territorialidades de garimpeiros no Suriname*, op. cit.
[320] Ibidem.
[321] Mesmo os interlocutores que usavam o termo marrom, o faziam com pouca frequência, e parecia que o associavam à cor da sua pele, não à marronagem.

anos, dono de máquina no garimpo, três filhos, entrevistado em 2011 no Suriname), explicou o motivo pelo qual o brasileiro faz essa distinção, que está ligada à denominação, em *Sranantongo*: "os negros da cidade são considerados *fotonengre*, ou crioulo da cidade [...], *busnengre* [crioulo], do mato; *busi* é mato e *foto* é cidade".

No Suriname a diferenciação entre marrons e crioulos teve início, segundo Maria Stela de Campos França, na formação de comunidades de escravos fugitivos na floresta, ainda no século XVIII, uma vez que os marrons não aceitavam em seus grupos os negros fugitivos nascidos no Suriname, os crioulos; só aceitavam os que vieram da África:

> Portanto, no tempo das marronagens, marrons e crioulos eram distinguidos pelo lugar de nascimento, sendo essa distinção aplicada por parte dos marrons aos escravos nascidos no Suriname, fossem foragidos ou não. Historicamente, esse é o primeiro momento de distinção entre marrons e crioulos[322].

A autora acrescenta que, além do critério de nascimento na África, os marrons consideravam os *"os negros da cidade"* como *"crioulos"*, mesmo sendo fugitivos, porque levavam em consideração o fato de "morarem nas proximidades da cidade, [...] não terem enfrentado o ambiente rude e pouco explorado do interior, e [...] não terem construído seu *lar* na floresta"[323]. Rudolf van Lier assinala que o grupo crioulo passou por um processo de afirmação a partir de negociações com outros grupos além dos *Noirs Marrons*, caso dos descendentes de europeus e dos asiáticos que migraram para o Suriname, e destaca três pontos: primeiro, a referência a eles como crioulos se deu pelo fato de se tratarem de escravos que nasceram no Suriname; em seguida, essa classificação foi ampliada, sendo incluída, nela, qualquer pessoa que nasceu no país; por último, com a chegada dos asiáticos, passou a ser designada como crioulo qualquer pessoa de cor escura nascida no Suriname, excluindo-se os *Noirs Marrons* e os indianos, que, embora também tenham a pele escura, são incluídos como outros grupos separados — nesse sentido, crioulo volta a expressar a ideia de pessoa urbana de pele escura[324].

Fernando Rosa Ribeiro aponta que a distinção entre os grupos tem seus laços com a diferenciação política e social presente na sociedade surinamesa:

---

[322] FRANÇA, op. cit., p.88.
[323] Ibidem, p.88.
[324] VAN LIER, Rudolf A. J. (*Frontier society: a social analysis of the history of Surinam*. The Hague: Martinus Nijhoff, 1971) apud FRANÇA, op. cit.

> "Crioulo" (plural *Creolen*): nome usado historicamente no Suriname para designar os negros e mestiços habitantes da costa, e que constituem a maior parte da população negra do país. Até os anos de 1950 existia uma diferenciação importante entre os mestiços (*kleurlingen*) e os negros (*negers*), com a existência inclusive de partidos políticos separados para ambos os grupos após a Segunda Guerra Mundial. Os mestiços — especialmente os mestiços claros — eram a elite colonial[325].

Os *Noirs Marrons* têm atuação significativa nos garimpos de pequena escala no Suriname, seja diretamente na exploração mineral, seja como administradores ou controladores das áreas de garimpo, e principalmente no transporte de pessoas e mercadorias em canoas pelos rios em direção a garimpos[326].

Eles são os principais parceiros ou negociadores dos brasileiros nas áreas de garimpo, nas quais os códigos e regras sociais passam pelo acordo verbal entre os dois grupos, seguindo os preceitos daqueles, que são liderados por um chefe tradicional[327]. Essa proximidade ocorre nas áreas de exploração mineral de pequena escala praticada pelos brasileiros, nas quais os *Noirs Marrons* moram e ditam as regras — e das quais se consideram detentores. Legalmente eles não têm o direito de exploração das terras onde vivem nem de sublocação delas para extração mineral; no entanto, como explica Rafael Oliveira,

> De posse do discurso de direito conquistado pela ancestralidade da ocupação de seus antepassados que fugiram para a floresta e formaram os primeiros assentamentos quilombolas, durante o período da escravidão, os quilombolas empregam grupos de garimpeiros (em sua maioria em condição ilegal no país), estabelecem regras, fiscalizam e cobram taxas/impostos. Diante da quase inexistente presença do Estado nessas áreas, essas práticas acontecem livremente, sem controle e pagamento oficial de tributos sobre os recursos extraídos pela atividade garimpeira. Sendo assim, a atividade de mineração do ouro em pequena escala, responsável atualmente pelo maior volume produzido no país, circula livremente nos comércios das corrutelas e das demais cidades do país, sem falar na expressiva fuga de capitais ocasionada pelo contrabando e pela remessa ilegal de ouro para o Brasil, Guiana e Guiana Francesa[328].

[325] RIBEIRO, A construção da nação (pós-)colonial: África do Sul e Suriname, 1933-1948, op. cit., p.508, nota 13.
[326] PRICE e PRICE, op. cit.; OLIVEIRA, *Mobilidades transgressoras, geografias ignoradas: itinerários e emaranhamentos envolvendo territorialidades de garimpeiros no Suriname*, op. cit.
[327] De acordo com Fernando Rosa Ribeiro (A construção da nação (pós-)colonial: África do Sul e Suriname, 1933-1948, op. cit.), a política colonial sempre foi mantê-los no interior do país, em suas próprias comunidades, sob o controle dos chefes tradicionais.
[328] OLIVEIRA, Garimpeiros no Suriname: panorama histórico e atuais implicações, op. cit., p.57-58.

A estrada que leva ao garimpo do Beoyo fica no meio da floresta, e não tem nenhuma infraestrutura, mas, de tão habituadas, as pessoas já não percebem as condições difíceis de acesso a ele. A estrada de chão tinha muitos buracos e poças d'água (tinha chovido), e quando o carro passava por eles eu tinha a impressão de que seria lançada para fora dele.

O oficial da polícia surinamesa que nos levou, um crioulo alto e corpulento, tinha uma pick-up cabine dupla, com tração nas quatro rodas (devido às condições da estrada, dificilmente outro veículo poderia rodar por ela). Ao iniciar o percurso, estava à paisana; sempre muito gentil, fez um interrogatório a respeito da pesquisa e, em determinado momento, surpreendeu-nos ao dizer que não seriam encontrados brasileiros nesse garimpo. A surpresa não ficou por aí: já próximo a ele, parou o carro, trocou a camisa por uma do tipo camuflada, como as usadas pelo Exército[329], retirou uma arma do porta-luvas e a deixou sobre a perna, cobrindo-a com a camisa. Fiquei apreensiva, pois haviam dito antes de partir que era um garimpo de *fácil acesso* e *sem problemas*.

Depois que concluiu sua "organização", ligou o carro e disse que não era para falar nenhuma palavra em português durante a visita, pois era uma área de garimpo de *Noirs Marrons* que não gostavam da presença brasileira; perguntei se poderia filmar e fazer fotos, e ele não fez objeção — mas, durante a visita, o tempo todo me pressionou para fazer as coisas rapidamente, para irmos embora. Ao chegar ao garimpo ele conversou com um grupo de homens sentados na entrada e, em seguida, iniciamos a visita; pareceu-nos que ele apenas comunicou que iríamos dar uma olhada.

Quando eu tirava fotos de determinada parte da área, ele falou em *Sranantongo* com um dos *Noirs Marrons* sobre a nossa presença; explicou que não se tratavam de jornalistas, mas de pessoas da universidade, que não trariam problemas — referindo-se ao fato de que a imprensa escreve sobre a degradação ambiental, o que dificulta o trabalho deles. Percebi que falavam a respeito da câmera, e o brasileiro que estava conosco, que compreende e fala muito bem aquela língua, e traduziu o teor do diálogo, disse que não havia motivo para preocupação, que não existia possibilidade de violência caso *eles* descobrissem que éramos brasileiros, uma vez que não existia conflito entre os dois grupos. De alguma maneira, ambos mantinham boa relação no Suriname; existiam diferenças culturais, mas não conflitos interétnicos.

[329] Com a visita ao garimpo do Macu, em 2012, percebi que estar com uma camisa camuflada demonstra autoridade; muitas vezes, quem as veste são os seguranças das áreas de exploração de ouro, que, de maneira geral, são *Noirs Marrons*. Na visita ao Macu eles estavam presentes nas áreas exploradas por brasileiros, e eram visíveis nelas e em algum ponto da estrada de acesso a elas.

Encerramos a visita e voltamos a Paramaribo sem muitas informações sobre o Beoyo e as pessoas que estavam ali. No entanto, da mesma forma que os brasileiros (como veremos depois, no Macu), os garimpeiros *Noirs Marrons*, cidadãos surinameses, também se aventuram sem equipamentos de segurança de trabalho e sem direitos trabalhistas em áreas de garimpos, pois não existe regulação do governo para a exploração mineral em pequena escala — aliás, uma reivindicação do setor organizado dos garimpeiros no país, caso da Fundação Brasur.

A Figura 15 dá uma ideia sobre o esforço físico requerido para manusear os jatos d'água que esses homens utilizam. A força da água é capaz de jogá-los no chão ou contribuir para o desabamento de terra sobre eles[330], algo corriqueiro. No Beoyo, a única proteção que usavam era uma bota plástica, para não escorregar, e um boné, para proteger do sol.

Figura 15: Garimpeiros *Noirs Marrons* manuseando o bico de jato d'água no garimpo Beoyo, Suriname (2011).

2.2.2 Um rio mais longo para atravessar: terras *Noirs Marrons*

As pessoas entrevistadas em Paramaribo, que trabalhavam em garimpo, estavam sempre alegres, apesar dos relatos de dificuldades, da saudade do Brasil e das precárias condições de habitação e trabalho; falavam dele como uma aventura "gloriosa", um terreno fácil de chegar e circular. E retornar era preciso, para entrevistar pessoas no próprio local de trabalho, para

[330] Segundo um funcionário do Consulado brasileiro no Suriname, há muitas mortes de brasileiros nas áreas de garimpo, e as informações que chegam ao Consulado é de que se tratam de acidentes de trabalho, mas ele entendia que também pode ser assassinato. Vendo as condições de trabalho no garimpo Beoyo, achei pouco provável que, caso ocorra um deslizamento de terra, haja sobreviventes.

compreender de onde surge essa alegria de viver, essa força para trabalhar de doze a vinte e quatro horas por dia, de segunda a sábado, sem direitos trabalhistas assegurados. O fator motivador é o sonho de encontrar o metal precioso, e este é uma verdadeira caixa de surpresas: ao final do dia, um garimpeiro pode ter se tornado um milionário ou apenas constatar que não ganhou nem um grama de ouro. Uma vez que já havia pesquisado na área urbana, era hora de conhecer o "mato" onde havia brasileiros, para compreender esse universo migratório.

É na perspectiva de ganhar muito dinheiro para realizar sonhos e desejos que brasileiros circulam em busca do ouro, e os principais são a casa e um negócio próprios, uma educação de qualidade para os filhos (sempre vinculada a ter condições financeiras para colocá-los numa escola privada): "é daqui que eu sustento a minha família, meus filhos, eu pago a faculdade, [...] eu pago pros dois e pago escola particular pro menor. A gente não pode ficar esperando cair do céu" (Cleonice[331], 42 anos, proprietária de cabaré, três filhos, entrevistada em 2012 no Suriname).

Alex[332], natural do Maranhão, 40 anos, garimpeiro, um filho, não alfabetizado (apenas escreve o nome), trabalhou um ano em garimpos da Guiana Francesa no início da década de 1990 e retornou ao Brasil — mas tinha o sonho de construir um castelo em sua cidade natal, e por isso migrou para o Suriname em 1996, aos 26 anos. Desde então, trabalhava em garimpos como piupiuzeiro[333], motoqueiro, e, na maioria das vezes, como garimpeiro de baixão ou de moinho[334], sempre perseguindo seu grande objetivo: construir o castelo — difícil de concretizar porque precisava de muito ouro. Disse que, mesmo que não conseguisse morar em seu castelo, construiria um para que seu filho (na época, com um ano e oito meses), que ficava com a mãe[335] em Paramaribo, pudesse morar: "Ainda vou pegar muito [ouro] com a piu-piu, porque eu tenho que fazer um castelo ainda. [...] Construir um castelo, e vou construir, ô! [...] Vou fazer um castelo. [...] Muito dinheiro pra fazer um castelo, depende de muito dinheiro, muito ouro, né.

[331] Cleonice será apresentada posteriormente.
[332] Entrevistado em 2012 no Suriname; tinha permanência no país renovável a cada dois anos.
[333] Nome dado a quem trabalha na garimpagem utilizando uma máquina de detectar metal (aparelho que chamam de piu-piu) para localizar ouro no solo.
[334] O garimpo de moinho ou filão utiliza o método de moagem da pedra para extrair ouro. Segundo os garimpeiros, é principalmente utilizado em montanhas.
[335] Embora o filho pequeno de Alex vivesse com a mãe em Paramaribo, há relatos de crianças que nascem ou moram no garimpo, e quando completam cinco ou seis anos a mãe vai morar em Paramaribo ou são enviadas ao Brasil, onde ficam com algum parente, para que possam estudar. Há também casos de crianças que vivem em Paramaribo com uma pessoa contratada pelos pais, e é muito comum ser uma mulher surinamesa, pois o serviço é mais barato e consideram que vão aprender mais rápido o holandês ou até mesmo o *Sranantongo*. Em alguns garimpos, na corrutela há um espaço para as crianças serem alfabetizadas em português, mas, segundo relatos, não funciona muito bem, pois as alfabetizadoras são brasileiras com pouca escolaridade. Outra situação que ocorre é que muitas crianças nascem na corrutela e não costumam ter atendimento médico. Algumas têm problemas de saúde em decorrência de falta de higiene adequada e de saneamento básico no local.

[...] Acho bonito" — embora o seu principal objetivo seja a construção de algo grandioso, o que ele busca é a casa própria, como boa parte dos brasileiros que estão nas regiões de garimpo das Guianas.

Em 2012, devido a contatos com entrevistados, associações e igrejas, surgiu a oportunidade e uma forma segura de ir ao garimpo do Macu, explorado por brasileiros — segura no sentido de ter companhia para viajar e local para ficar. Lá foi possível pesquisar nas corrutelas do Macu e da Cláudia, na área de mineração da Maconha (garimpo da Maconha), na área de mineração Filão do Macu[336] e no porto de Stokampo.

A viagem ao garimpo do Macu foi longa, no mês de agosto. Saí do local onde estava hospedada em Paramaribo por volta de 6h40m da manhã, em uma pick-up velha e carregada de mercadorias. Além do motorista, iam o seu ajudante, uma moradora da corrutela do Macu e um pastor da Igreja Assembleia de Deus Ministério de Madureira, o qual eu acompanhava. O Macu está situado em terras de *Noirs Marrons Saramaka*, no meio da floresta. Para ter acesso a ele, é necessário atravessar o lago artificial Brokopondo[337] (Figura 16), formado com a inundação de terras desse grupo nos anos 1960, para a construção da usina hidrelétrica de Afobaka[338].

Seguimos para o porto da cidadezinha de Afobaka (Figura 17), no lago Brokopondo, de onde, diariamente, várias canoas motorizadas tomam a direção dos pequenos portos dos vilarejos de *Noirs Marrons*, dos quais saem as estradas para os garimpos. Geralmente elas carregam passageiros, combustíveis, animais, materiais para construção, equipamentos, alimentos, etc., que abastecem a residência daqueles e as áreas de garimpos (Figura 18).

[336] O garimpo do Macu engloba uma grande área, com várias corrutelas e muitos pontos de exploração de ouro.
[337] O lago é considerado um dos maiores reservatórios de água do mundo, com extensão de 1.560 km², e dele é retirada madeira para exportação (os troncos submersos). Em 2013 havia reclamação trabalhista na Vara do Trabalho de Tucuruí, estado do Pará, no Brasil, de trabalhadores brasileiros que foram contratados pela empresa Brokopondo Watra Wood International N.V. (sediada em Paramaribo) para trabalhar na retirada de madeira, que tiveram seus direitos trabalhistas desrespeitados: trabalhavam sem equipamento de proteção, 56 horas semanais, sem direito a férias, etc. (ASSOCIAÇÃO DE UNIVERSIDADES AMAZÔNICAS. *Dossiê trabalhadores brasileiros em Suriname: condições de trabalho e reivindicações trabalhistas.* Belém: AUA, 2013).
[338] Na época, os seis mil habitantes da área foram obrigados a abandonar suas casas; o lago resultou em 43 vilas, em animais e floresta submersos, numa área que corresponde à metade das terras tradicionalmente ocupadas pelos *Noirs Marrons*. Ver, de Richard Price: *Peuple Saramaka contre État du Suriname: combat pour la forêt et les droits de l'homme*, op. cit.; et *Les premiers temps: la conception de l'histoire des marrons saamaka*, op. cit.

Figura 16: Lago artificial Brokopondo, Suriname (2012).

Figura 17: Porto de Afobaka, Suriname (2012).

Figura 18: Canoas com mercadorias no porto de Afobaka, Suriname (2012).

Tudo que é transportado na canoa é embalado em sacos plásticos, para não molhar com a chuva ou a água que é jogada por outra canoa quando se cruzam no lago, e também para proteger da lama na estrada, durante o percurso de moto 4x4, que acontece num segundo momento. As pessoas embalam as coisas rapidamente, e no início não entendi o que era para fazer quando a mulher que veio conosco no carro me deu um saco grande, de plástico, desses

de pôr lixo, para embalar minha mochila. Sem muita explicação, ela falou para colocar minhas coisas dentro e entregar ao canoeiro.

Em meio a tanto sacos iguais, na metade do percurso, em uma das paradas da canoa, um dos passageiros que desceu pegou, por engano, o saco de outra pessoa, no qual se encontravam seu passaporte e objetos pessoais, e esta ficou sem a certeza de conseguir reencontrá-los, um exemplo recorrente de perda de passaporte (outros o perdem em acidentes de canoa).

Enquanto a canoa atravessava o lago, ora chovia, ora fazia sol. Além das mercadorias, éramos dez nela, e nos protegíamos como podíamos: alguns com sombrinhas, outros com roupas de manga comprida, blusão com capuz. O percurso durou aproximadamente 2h30m, e chegamos ao porto do pequeno vilarejo Stokampo, onde pegamos uma moto 4x4 para fazer o resto do percurso até a corrutela do Macu.

A viagem, desde o porto de Afobaka, necessita de organização e solidariedade entre os passageiros, principalmente entre os que carregam mercadorias, pois é constante a transferência destas, e é preciso acomodá-las de forma que caibam todas (Figura 19). Nas viagens longas, aqueles que ajudam na organização ganham, por vezes, como recompensa, a gratuidade do transporte (na canoa e na moto).

Figura 19: Mercadorias sendo organizadas para o transporte em moto 4x4 (o meio de transporte de pessoas e mercadorias utilizado nas áreas de garimpo) no porto de Stokampo, Suriname (2012).

Procurei mostrar calma e disponibilidade na organização e transferência das mercadorias da canoa para a moto (não disse, por exemplo, que a moto não oferecia segurança devido ao tanto de coisas e pessoas que ia carregar), tentando não alterar a rotina dessa ida ao

garimpo, de modo que pudesse observar como as coisas se passam e, ao mesmo tempo, não ser mais um pacote que eles precisavam carregar.

No garimpo existe desconfiança no que se refere à preservação do ouro que se ganha e às pessoas que se incomodam com a insegurança do transporte, mas se alguém chegar "brefado" (sem dinheiro) e se mostrar disposto a cooperar, nem que seja ajudando a cozinheira a carregar água, não faltarão abrigo e comida. Ao me mostrar disponível, isso facilitou o contato com os interlocutores no percurso até o garimpo, pois, como falaram depois, quem se mostra incomodado com a insegurança do transporte, com o trabalho pesado e as condições de moradia, não serve para ir ao garimpo: é uma pessoa "muito mole".

Na moto, embalados em sacos, iam nossos objetos pessoais, alimentos (carne, frango, legumes, temperos), roupas, perfumes, bíblias, acessórios (Figura 20) — além do motorista, na frente e três passageiros na parte traseira (eu, a mulher e o pastor, sentados quase em cima dos pacotes; eu, na verdade, sentada atrás do condutor, dividindo o espaço destinado a ele), num percurso que durou aproximadamente 2h30m por uma estrada quase inexistente, com buracos e "morros", e, como havia chovido, os buracos estavam cheios de água, cobrindo nossas pernas de lama[339]. Nesse ambiente o quadriciclo é o único veículo que consegue subir os "morros" e atravessar a lama; assim, não dá para questionar a insegurança desse transporte, apenas torcer para chegar em segurança — o nosso excesso de bagagens e de passageiros era uma realidade diária a que todos já haviam se habituado.

Figura 20: As mercadorias organizadas na moto 4x4, Suriname (2012).

[339] No caminho, de tanto a moto passar, há buracos que, quando chove, ficam cheios de água; devido a esses buracos, durante o percurso é um constante sobe e desce.

Desde o porto de Afobaka, os perigos principais não foram os animais da floresta amazônica, mas os meios de transporte utilizados, a sobrecarga de pessoas e mercadorias e a estrada final. Chegamos à corrutela do Macu cansados, com fome, sede, muita lama no corpo e os tênis imprestáveis — e enfim deu para entender a importância dos sacos plásticos. Mas não chegamos "rodados", como os garimpeiros se referem às pessoas que chegam sem um contato, sem o nome de uma pessoa a quem procurar no local; quem chega "rodado" leva tempo para chegar ao destino final e para conseguir "uma vaga boa"[340] — além disso, todos pensam que uma mulher desconhecida que chega sozinha em um garimpo é uma trabalhadora do sexo, uma *ploc*, o que poderia dificultar a coleta de dados[341].

Fiquei hospedada na casa do pastor da Igreja Assembleia de Deus Ministério de Madureira residente na corrutela, que ficava em frente ao templo, uma casa de madeira simples, com varanda, sala (que servia de quarto para o casal), cozinha, e um banheiro apenas para tomar banho, pois não havia vaso sanitário[342] (o mato ou um pequeno saco plástico, jogado posteriormente no mato, eram o destino para as necessidades fisiológicas). No corredor que ligava a sala e a cozinha, armei minha rede.

O único local observado em área de garimpo, identificado como banheiro, foi um pequeno espaço cercado por lona na corrutela da Cláudia, no Garimpo do Macu (Figura 21), provavelmente construído durante a realização de algum evento (um bingo, por exemplo, que reúne número grande de pessoas).

[340] Um garimpo que tenha boa produção de ouro, boa alimentação e que não requeira muito serviço braçal, como são os locais em que se usa maior número de máquinas, nos quais o esforço físico é bem menor. No caso das cozinheiras, a "vaga boa" é aquela em que a área de garimpo tem uma cozinha com fogão a gás e em que não é difícil adquirir água, e, o mais importante, em que o dono da máquina paga em dia (em ouro), pois muitas reclamaram que já haviam trabalhado em "vaga ruim" por algum tempo e nunca receberam.

[341] Foi por esse motivo que esperei até ter companhia para ir ao garimpo — além de não ter certeza de que poderia chegar a ele com segurança.

[342] Em nenhuma das casas em que entrei na corrutela do Macu havia vaso sanitário. Os únicos que os possuíam eram os cabarés, que pagam taxa de funcionamento maior que os demais estabelecimentos comerciais para o líder *Noir Marron* local.

Figura 21: Banheiro improvisado na corrutela da Cláudia, garimpo do Macu, Suriname (2012).

A casa ficava no final da corrutela, em frente à igreja e a alguns passos do cabaré mais ativo dali naquele momento[343], por isso era inevitável perceber o horário em que ele começava a funcionar e em que encerrava as atividades: a música alta iniciava no final da manhã e atravessava a noite.

Nas duas noites em que estive na corrutela assisti ao culto evangélico: sentada no fundo do templo, eu observava as pessoas chegando a pé, com lanternas de mão, depois de longa caminhada. Eram membros oficiais da igreja, mas, em sua maioria, frequentavam o templo esporadicamente, da mesma forma que a proprietária do cabaré vizinho, que de vez em quando ia assistir ao culto — naqueles aos quais assisti, esteve presente em companhia da filha. Iniciei as entrevistas no dia seguinte à minha chegada, logo cedo, quando saí para conhecer a corrutela: em cada porta em que havia uma pessoa, parava para pedir informação, conversar e, se possível, realizar uma entrevista. No garimpo não era possível marcar encontros, eu tinha pouco tempo e era preciso agir rápido, por isso as entrevistas foram realizadas com quem se mostrou disponível e sensível à pesquisa, sem que fossem marcados local e hora: elas foram feitas em cabaré, bar, barraco coletivo dos garimpeiros, cozinha, durante a viagem na moto e durante as refeições.

[343] Na mesma rua (a única da corrutela) havia dois cabarés grandes e alguns pequenos (estes funcionavam com uma ou duas profissionais do sexo, e esperavam a movimentação melhorar para se estruturar).

2.2.3 Uma área de trabalho no garimpo: o Filão do Macu

A corrutela do Macu estava pouco movimentada, não havia muita gente para encontrar. Na ocasião ocorria o deslocamento de pessoas que seguiam a fofoca do ouro para o Filão do Macu, uma nova área de exploração de ouro, a uns trinta minutos de moto da corrutela, onde, a cada dia, instalavam-se mais garimpeiros. Cleonice (42 anos, proprietária de cabaré, três filhos, entrevistada em 2012 no Suriname) falou que tinha "muitos homens lá. Os homens não vêm mais pra cá, os homens ficam pra lá"— e "pra lá" segui no início da tarde do dia seguinte ao da minha chegada, como quem segue a fofoca, depois de uma longa negociação do valor, em espécie, da moto que me transportaria, pois tudo é pago em ouro, que eu não tinha. Além disso, ninguém vai ao garimpo se não for para ganhar ouro, e minha presença não estava vinculada a ganho financeiro (ou a uma emissora de televisão). Coincidentemente, o motoqueiro era irmão da proprietária do bar onde ele se encontrava quando o procurei, e ao chegar ao local fui reconhecida por uma mulher que eu havia entrevistado em 2011 em Paramaribo, onde ela então morava — na época, trabalhava como cabelereira em sua própria casa e estava abrindo um salão de beleza em sociedade com um amigo. Quando nos encontramos no bar, ela bebia em companhia de um homem, e estava visivelmente embriagada. Contou-me que estava vendendo roupas, e, em lágrimas, desabafou que se encontrava em situação irregular, pois não fora à cidade renovar o documento que autorizava sua permanência no país. Ela se apressou em me apresentar para a dona do bar e a seu irmão; este, depois de eu muito explicar que não tinha ouro, desconfiado (sobretudo por ter escutado minha conversa com a entrevistada do ano anterior), aceitou me levar, mas disse que não me esperaria mais que meia hora para retornar. Ao chegar ao Filão do Macu (Figura 22) pude ver a dimensão de uma área de garimpo alimentada pela fofoca do ouro: havia ali um aglomerado de barracos, barulho constante de motor e intensa circulação de pessoas.

Figura 22: Entrada do Filão do Macu, Suriname (2012).

Numa área de garimpo, as principais atividades são desenvolvidas por cozinheiras e garimpeiros, duas funções inseparáveis. No Macu o trabalho começou a ser realizado com a construção de um poço, para permitir a entrada e a saída dos homens, e a retirada de terra e pedra (figura 23). Cleonice (42 anos, proprietária de cabaré, três filhos, entrevistada em 2012 no Suriname) havia explicado que "Moinho é um poço que a pessoa fura; os homens trabalham de 30 a 40 metros, até 60 metros dentro, os brasileiros. E vão emadeirando; poço, sabe? Então, tem mais de quinze poços lá [no Filão do Macu]". Geralmente esses poços funcionam vinte e quatro horas, uma vez que os homens não dependem de luz natural para trabalhar: "Os homens pegam o serviço seis da manhã e vão largar amanhã seis da manhã. Aí, os que largaram seis da manhã estão dormindo agora, vão acordar onze horas, meio-dia, pra comer. Aí, vão beber cachaça" (Cleonice, 42 anos, proprietária de cabaré, três filhos, entrevistada em 2012 no Suriname). As pedras retiradas do poço são quebradas com uma marreta e trituradas em um moinho, até se aproximarem da consistência da areia (como se fosse uma argila), e só depois, na lavagem, começa o processo de extração do ouro. Na quebra das pedras, as mãos e o rosto são as partes do corpo mais vulneráveis, e todo o trabalho é realizado sem equipamentos de segurança.

Figura 23: Poço construído para a entrada e a saída de homens, e retirada de material (terra e pedra) no Filão do Macu, Suriname (2012).

O motoqueiro que estava comigo havia se afastado um pouco e eu conversava com um garimpeiro dono de máquina que coordenava um grupo empenhado na mineração de um dos vários poços instalados na área; quando ele retornou, avisou que o pastor da corrutela do Macu estava ali — e pediu para eu não comentar com ele que cobrara pelo transporte, porque se ele soubesse ia lhe "encher o saco". Em seguida chegou o pastor, e reclamou porque eu não havia dito que iria até o local, pois teria providenciado o transporte; combinamos que eu ficaria até o final do dia e ele garantiria que um membro da igreja me levasse de volta.

Fiquei mais tranquila para prosseguir a pesquisa no local. O homem com quem eu conversava me levou até a cozinha, onde estavam os outros trabalhadores, que conversavam e assistiam a um programa de televisão de uma emissora brasileira, pois as antenas parabólicas permitiam isso (Figura 24) — uma pausa obrigatória, uma vez que uma das máquinas estava com problemas e eles aguardavam a chegada de uma peça para o seu conserto. Na cozinha, insistiram para que eu entrasse no poço e fizesse fotos lá dentro; garantiram que era seguro e que me ajudariam, mas agradeci e disse que não tinha tanta coragem assim, e eles riram. Ter sido apresentada aos garimpeiros pelo dono da máquina e responsável pelo "serviço" facilitou enormemente minha circulação pelo local.

Figura 24: Antena Parabólica instalada para captação de sinal de canais de TV brasileiros no garimpo Filão do Macu, Suriname (2012).

Na área de trabalho, cada barraco tem uma função na organização geral. Em meio a eles, os garimpeiros me apresentaram os principais: os pequenos barracos que cobriam o poço e os equipamentos, o barraco em que a cozinheira preparava e servia as refeições, os barracos que serviam de dormitório[344], nos quais estavam estendidas diversas redes, e, por último, o barraco da cozinheira (o único fechado com madeira ou lona preta), que os garimpeiros chamam de "fuscão" — pode-se dizer que é seu espaço privado[345]. A Figura 25 mostra alguns desses barracos.

Figura 25: Barracos do Filão do Macu, Suriname (2012).

Depois de circular pela área e entrevistar cozinheiras e garimpeiros, fui ao pequeno cabaré (um salão aberto, sem paredes), e lá estava o pastor que viajara comigo fazendo a

[344] Geralmente grande, sem paredes, coberto de lona, comporta várias redes, para os garimpeiros que trabalham para o mesmo "dono do serviço" (o dono da máquina ou negociador do local onde foi instalado o poço); o "dono" é o responsável pelo pagamento dos garimpeiros e da cozinheira, o pagamento do percentual do *Noir Marron* responsável pela terra onde está a área explorada e organizador da partilha do ouro retirado no local.

[345] "A cozinheira tem o seu fuscão, que é por obrigação ter o lugar da cozinheira, e tem o barraco dos garimpeiros. [...] O fuscão é da cozinheira. Tudo coberto com plástico, aqueles plásticos preto: esse é o fuscão. Todo garimpo tem um fuscão, que é o da cozinheira. Ou, então, deve ter uns dois fuscão, que é da cozinheira, e o [do] dono do barraco com a esposa. [...] Dos trabalhadores, é um barracão" (Quirina, 42 anos, vendedora de loja chinesa de roupa, dois filhos, entrevistada em 2011 no Suriname).

instalação do microfone e da caixa de som para a realização de um culto evangélico no local. Nesse momento tocava música evangélica, uma maneira de anunciar que a igreja, na figura do pastor, estava presente. *Eu navegarei*, um dos hinos tocados, bem conhecido no Brasil por várias igrejas evangélicas, chamou a atenção de todos na área.

A realização do culto parecia um evento social para os garimpeiros. Fiquei sabendo que aquele dia não era diferente: evangélicos ou não, eles marcam presença quando os cultos são realizados no garimpo; alguns são membros oficiais de uma igreja evangélica, mas a maioria é de frequentadores. Para a igreja, qualquer que ela seja, o evento ganha maior simbologia, por ser realizado em um espaço do "pecado", o cabaré. Aliás, na corrutela de Benzdorp, a narrativa sobre a instalação, nela, da primeira igreja evangélica brasileira, está associada ao fechamento de um cabaré para a instalação de um templo da Assembleia de Deus, resultado de uma promessa da proprietária daquele. Marjo de Theije, que tem estudado a presença de migrantes brasileiros no Suriname e a religião, conta que escutou diversas versões sobre a história do cabaré que em 2000 virou igreja naquela corrutela:

> Aconteceu no ano 2000. Expulsos da região por um grupo de surinamenses, os brasileiros foram perseguidos até a pista de aterrissagem à beira do rio, onde ficavam as canoas, e entraram em desespero. O que eles poderiam fazer para voltar e recuperar seus pertences? Um deles era a Dona Maria, a quem muitos consideram a fundadora de Benzdorp porque em 1998 foi a primeira a abrir um bar e bordel na região. Dona Maria começou a rezar e prometeu entregar o bordel para ser uma casa de Deus, se os brasileiros pudessem retornar à área de mineração. Assim foi. A polícia veio restaurar a lei e a ordem e os garimpeiros voltaram para seus locais de trabalho e o cabaré mais antigo de Benzdorp se tornou uma igreja da Assembléia de Deus[346].

Essa narrativa é reproduzida por pastores quando falam das igrejas evangélicas brasileiras no Suriname, e faz parte de temáticas de pregação em alguns momentos dos cultos, como marco de sua entrada naquela região de garimpo e resultado do poder de Deus. Para Theije, o surgimento de povoados (como Benzdorp) em torno de um bordel não é novidade, contudo um bordel em pleno funcionamento virar igreja é "notável e parece sintetizar dois elementos importantes da vida do garimpeiro: prostituição e crença religiosa"[347].

[346] THEIJE, Marjo de. Ouro e Deus: sobre a relação entre prosperidade, moralidade e religião nos campos de ouro do Suriname. *Religião & Sociedade*, v.28, n.1, p.69-83, jul. 2008 (p.69).
[347] Ibidem, p.70.

2.3 O cabaré dá espaço ao sagrado

O dia da visita ao Filão do Macu foi atípico no único cabaré em funcionamento no local; foram suspensos a venda de bebidas e os serviços sexuais (além da música habitual), para a realização de um culto da Assembleia de Deus Ministério de Madureira. Durante os preparativos do evento religioso entrevistei uma das trabalhadoras do sexo que estavam ali, que concordou com a entrevista com a condição de não ser identificada: perguntou se eu não tinha câmera escondida, porque sua família não sabia que ela atuava na prostituição e, por vezes, as emissoras de televisão brasileiras entrevistam pessoas no Suriname e dizem que não vão identificá-las, mas mostram uma tatuagem, por exemplo, e a família e os amigos acabam sabendo de quem se trata. Depois de explicar que não era esse o meu objetivo, iniciamos a entrevista, dentro do quarto.

Enquanto conversávamos ouvimos um barulho semelhante ao disparo de uma arma de fogo; a mulher disse que era o barulho das máquinas e continuamos a conversar. Mas uma outra mulher, que também trabalhava ali, apareceu na porta, nervosa e meio que sem forças para ficar em pé (estava amparada pela cozinheira do local), e explicou que passou mal por causa dos tiros dados por um segurança *Noir Marron* na frente do cabaré; que não era nada, ele já tinha ido embora e tudo estava resolvido.

Nesse dia, como já havia acontecido outras vezes, o cabaré foi fechado para a realização de um culto; enquanto o pastor fazia as instalações da caixa de som (e tocava música evangélica), veio um dos seguranças da área, que queria beber. Contrariado, ele começou a atirar para o alto, ameaçando atirar nas pessoas se o culto fosse realizado, pois queria outro tipo de música e uma cerveja. Outro segurança, também armado, o persuadiu a sair do local e as coisas se acalmaram.

Quando novamente retomei a entrevista, o proprietário do cabaré (um brasileiro companheiro de uma *Noir Marron*) nos interrompeu bruscamente: “O que ela está fazendo aqui? Ei, psiu!, você trabalha com quem?”. Eu me assustei e tentei explicar sobre a pesquisa para a tese, que ele pareceu não entender; falei que eu poderia mostrar o meu passaporte — e ele saiu repentinamente, para ver o que acontecia lá fora, pois dava para ouvir pessoas conversando em tom de discussão. Eu só consegui ouvir a voz irritada de um *Noir Marron,* que falava alto, em *Sranantongo*, com outra pessoa, e o proprietário do cabaré perguntando: “O que ele quer? Ei, Blou, o que esse cara quer?” — depois fiquei sabendo que a discussão aconteceu

porque o homem que dera os tiros voltou, ainda irritado com a realização do culto no cabaré: não queria que o fechassem porque queria beber.

A entrevista continuou, mas eu já estava com medo e comecei a apressar, para terminar logo. Alguns minutos depois fomos outra vez interrompidas pelo proprietário, que voltou a perguntar para quem eu trabalhava; novamente tentei lhe explicar, e comecei a abrir a mochila para pegar o passaporte e a carteira de estudante, mas ele não se interessou pelos papéis. (Na hora, fiquei na dúvida se era porque achava que não significavam nada, pois já conhecia minha nacionalidade, ou porque não sabia ler o suficiente para checar as informações, uma vez que o perfil dos migrantes de áreas de garimpo mostra baixa escolaridade: muitos deles não sabem ler, o máximo que conseguem é escrever o nome, que treinaram para assinar na carteira de identidade e não ter que registrar apenas a digital.) Nossa conversa se transformou, de certa maneira, em um desabafo (dele); sua apreensão relacionava-se ao que a imprensa brasileira costuma publicar: exploração sexual e tráfico de mulheres no Suriname:

> – Ei, deixa eu explicar uma coisa pra você. Essa entrevista vai passar de onde pra onde?
> – Para a universidade. Eu sou estudante.
> – Essas coisas, você não pode fazer isso, porque você pode me complicar a qualquer momento.

Minha preocupação, naquela hora, não era permanecer no local, mas preservar as entrevistas já registradas no gravador, que ficou ligado durante todo o nosso diálogo, já que não houve tempo de desligá-lo. Sem pensar muito, tentei protegê-lo colocando-o embaixo da minha mochila, que estava ao meu lado sobre a cama, longe de seus olhos — se ele resolvesse pegar a máquina fotográfica, O.k., mas eu não perderia o gravador, já que retornaria a Paramaribo no outro dia pela manhã e não haveria tempo de refazer as entrevistas.

Argumentei que no garimpo, embora todos sejam chamados de garimpeiros, existem várias profissões, que são solicitadas em momentos diferentes, como motoqueiro e cozinheira; que eu queria mostrar a presença feminina nesses espaços, e que é público e notório que em garimpo sempre tem cabaré. Nesse momento ele perguntou de que região do Brasil eu era, e ao saber que era do Pará, justamente uma das regiões de procedência da migração feminina para o Suriname, pareceu ficar mais tranquilo, e permitiu que eu continuasse no local. Acabou por explicar que sua maior preocupação era ser localizado depois, porque o seu trabalho era “tipo um tráfico de humano”:

> – Porque, assim, se você achar que não vai me prejudicar, você pode continuar.
> – Eu não estou nem perguntando o nome das pessoas que eu estou entrevistando; as meninas, aqui, eu não perguntei o nome de nenhuma.
> – Não, é pra depois. Porque a senhora sabe, isso aqui [que] a gente trabalha, é tipo um tráfico de humano que a gente faz aqui, tá entendendo? Tá entendendo? Porque a senhora vem fazer um negócio de universidade e depois a senhora vem me complicar, aí fica chato.
> – Eu nem perguntei o seu nome também.
> – Mas, sim, você está dentro do meu ambiente de trabalho, e isso pode causar, na frente, no futuro, problemas pra mim. Eu sou brasileiro, tenho que viajar, e aí, de repente, você chegou com uma filmadora, não sei se estava filmando, tirando foto, aí pode acontecer de uma foto minha chegar... "Esse é o dono de um ambiente onde as meninas, seis, oito, dez mulheres, olha o ambiente como elas vivem." [...] Eu não quero esse problema.
> – Se você quiser olhar as fotos que eu tirei, nenhuma eu tirei daqui; eu encostei aqui porque pra mim foi novidade ver um culto em um cabaré.
> – Não, isso sempre acontece aqui. Mas o negócio deles, de briga, é por causa disso.

A partir daí a conversa foi mais calma, e eu lhe contei que estava hospedada na casa do pastor, do qual ele disse ser amigo. Explicou-me que sua reação tinha a ver com o que ele sabia através da imprensa, as consequências do crime de tráfico de pessoas: "mas o medo da gente é que é maior. [...] A Record [emissora de televisão do Brasil] sempre mostra isso aí, como é que é a confusão, a taca [condenação], os dias de cadeia". O diálogo foi interrompido pela mulher que eu estava entrevistando, que acrescentou: "Na verdade, a televisão, ela não mostra o lado positivo, ela só mostra o lado negativo" — ao que ele reafirmou sua opinião de como a imprensa trata a questão: "Ela só mostra o lado negativo, esse que é o meu medo. 'Elas são submissas [obrigadas] a fazer isso.' Não, não é bem assim".

Fomos interrompidos pela mulher que havia passado mal pouco antes, e os dois saíram para conversar — mas ele ficou por perto, como se quisesse ouvir o que eu perguntava para a entrevistada. Rapidamente encerrei a entrevista, peguei a moto que já me aguardava e retornei à corrutela do Macu.

Quando fui embora, já era noite. Minha pretensão inicial era continuar no cabaré, para acompanhar o culto, porque o pastor era o mesmo que eu acompanhei até o garimpo e cuja igreja (Ministério de Madureira) intermediou a minha viagem, mas depois de dois incidentes consecutivos me senti insegura no local. Chegando à corrutela, participei do culto realizado pelo pastor que me hospedava.

No final do culto na corrutela, o pastor que realizou o culto no cabaré, no Filão do Macu, chegou à igreja, e lhe deram o microfone para que fizesse a oração final. Antes de fazê-la,

contou dos tiros e que, ao iniciar o culto, por volta das 19h, o segurança retornou ao local e novamente atirou para o alto, e as pessoas que estavam sentadas, assistindo ao culto, correram ou se jogaram no chão; e que ele (pastor) não se deixou intimidar e começou a orar, e os tiros cessaram. Depois, conseguiram acalmar o homem e levá-lo embora, e ele pôde realizar o culto em paz.

2.3.1 A máquina fotográfica e a espingarda de caçar passarinho

Fotografar os espaços me aproximou de alguns interlocutores, por curiosidade ou medo do meu real objetivo com as imagens. Quando estava fotografando a rua da corrutela, uma mulher, dona de um dos grandes cabarés do local, que estava sentada me observando, chamou-me e pediu informação sobre a qualidade das fotos da minha máquina fotográfica, pois tinha interesse em comprar uma, mas não sabia qual modelo comprar. Estabelecemos um diálogo sobre os tipos de máquinas fotográficas que conhecíamos e ali mesmo ela me permitiu registrar uma entrevista[348]; e, depois de finalizá-la, fiquei conversando com ela e seu marido, que me serviu uma Coca-Cola gel. Enquanto a bebia, um *Noir Marron* apareceu e chamou o proprietário, e os dois conversaram alguns minutos em *Sranantongo*. Não entendi o que falavam, mas pela reação daquele e pelos olhares que lançava em nossa direção, como se analisasse uma mercadoria, deduzi que estava perguntando se eu iria trabalhar no cabaré — minutos antes, aparecera outro *Noir Marron*, mais jovem, que ainda nos observava do pequeno comércio (cantina) ao lado, de propriedade de um chinês; de lá ele jogava beijos, falava coisas que não escutei (por causa da música alta) e sorria, querendo chamar a atenção.

No Suriname, onde ser brasileira significa possível trabalhadora do sexo, estar sentada conversando com o casal proprietário de um cabaré pode representar "novata" no local — e naquele momento eu reunia os dois itens para ser classificada como trabalhadora do sexo (a nacionalidade e o local), o que dava a liberdade, ao recém-chegado, de se aproximar e propor a compra do serviço.

[348] No final da entrevista, pediu que a fotografasse junto com seu companheiro. Não foi possível lhes dar uma cópia da foto, mas ficaram superfelizes ao se verem em uma máquina digital, pois até então, segundo eles, faziam fotos no celular, que não tinha todos os recursos para uma foto de qualidade para revelação.

O proprietário parecia lhe assegurar que eu não era prostituta, mas ele se aproximou, falou "bom dia" em português — a mim e à proprietária — e percebi que estava com uma arma de fogo. Sem pensar, perguntei-lhe se deixava tirar uma foto; ele deu um largo sorriso e respondeu que sim, mas queria um beijo em troca. Assustei-me com sua proposição e me dirigi para a porta de entrada do bar, distanciando-me, e disse categoricamente que não. Imediatamente o proprietário do cabaré o chamou e novamente conversaram em *Sranantongo*; depois vieram em minha direção e o *Noir Marron* disse que não era para eu ter medo, e que poderia tirar a foto.

Eu disse que não queria mais tirá-la, e ele se ofendeu; falou que tinha uma companheira brasileira e que não ficava com mulher através de violência. Repetiu, várias vezes, "Madame, pego na marra, não", em português. Insisti em que eu não faria a foto, pois também havia pedido autorização e não negociaria por isso. Ele se irritou e me mandou tirá-la, que ele não cobraria nada. Tirei duas para evitar complicações, pois assim como fiquei com medo de sua proposta, ele, por sua vez, se sentiu ofendido por perceber que me senti ameaçada. Minha ideia era tirar fotos da espingarda, mas ele insistiu em sair nelas, e, para resolver o impasse, tirei como ele pediu (Figura 26).

Figura 26: *Noir Marron Saramaka* e sua espingarda de caçar passarinhos, Suriname (2012).

Em seguida mostrei as fotos a ele, que novamente deu um largo sorriso: "Ficou bonita", ele disse — e começou a contar que a arma era "inofensiva", servia para caçar passarinhos (para comer), e, todo orgulhoso, também disse que tinha uma arma de fogo em casa, que era de fato perigosa (mas não soube dizer que tipo de arma). Depois dessa breve conversa, passou a me tratar de outra maneira, o que significa que a nacionalidade brasileira como indicador de que a mulher é uma possível trabalhadora do sexo pode mudar. Mas isso não acontece de forma

automática, e sim de forma individualizada; necessita de um teste para a reformulação dessa concepção.

2.3.2 A violência como solução de conflitos: os *Noirs Marrons* fazem "barulho" e os brasileiros são "doidos"

Os brasileiros costumam dizer que os *Noirs Marrons* não matam, apenas fazem barulho ou atacam em grupo e batem muito no adversário, pois têm medo dos espíritos de seus ancestrais. Richard Price, ao descrever a forma como os *Noirs Marrons Saramaka* traduzem os acontecimentos cotidianos, afirma que, para eles, as ações do presente podem ter consequências em seu futuro ou no futuro de seus descendentes:

> D'après eux, les actions humaines sont à l'origine de tous les maux; de ce fait, leur conception de l'histoire fonctionne à double sens. Non seulement chaque malheur, maladie ou mort découle de telle ou telle mauvaise action accomplie dans le passé, mais encore, chaque délit ou méfait qu'il soit dirigé contre une personne ou une divinité, aura un jour ou l'autre des conséquences néfastes. Si un homme est tué, son esprit entretiendra une volonté de vengeance éternelle à l'encontre de la famille du meurtrier (et les divinités offensées, qu'elles soient serpents ou autres, se vengeront de la même façon). L'offense initiale n'est pas forcément un meurtre, elle peut tout aussi bien n'être qu'un menu larcin ou une atteinte à l'honneur[349].

Um motoqueiro com quem eu conversava depois do incidente envolvendo o *Noir Marron* no Filão do Macu disse que "esses pretos só fazem barulho", ou seja, sempre ameaçam e atiram para amedrontar as pessoas, mas nunca para atingir alguém. Na opinião de um garimpeiro que estava junto conosco na hora da conversa, "Eles têm medo de brasileiro porque eles dizem que somos doidos". Diferente dos *Noirs Marrons*, "brasileiro não ameaça, e, se preciso, mata" — e o imaginário de que este é capaz de agir com violência é reforçado por muitos brasileiros como uma maneira de se defender; sempre contam uma história de violência (sobretudo quando há morte) envolvendo um brasileiro, como um recado para aqueles evitarem briga com brasileiros — uma espécie de "guerra de nervos".

[349] PRICE, *Les premiers temps: la conception de l'histoire des marrons saamaka*, op. cit., p.17-18.

Percebi o reforço desse imaginário de brasileiro "bravo" ou "doido" quando voltava do garimpo do Macu para Paramaribo. No Suriname o entendimento geral é que brasileiro a caminho do "mato" não tem ouro e está com pouco dinheiro, e que brasileiro a caminho da "rua" está cheio de ouro — e as pessoas preferem receber pelos serviços em ouro. O que significa que eu, por ser brasileira, ao retornar do garimpo carregava ouro, e, por ser mulher, ouro ganho com "facilidade", na prostituição.

Como eu não possuía o metal precioso, fiquei em situação complicada na hora de pegar a canoa para o porto de Afobaka: falei ao canoeiro *Noir Marron* que eu não tinha ouro e perguntei se poderia efetuar o pagamento em SRDs. Ele perguntou se alguém me esperava do outro lado com um carro e eu disse que não; ele concordou com o pagamento em dinheiro, fez um cálculo rápido e deu duzentos SRDs. Os outros passageiros, mesmo as mulheres *Noirs Marrons*, pagaram em ouro: dois gramas, pesados na hora em sua balança de bolso.

Quando chegamos a Afobaka, o pastor com o qual fui ao garimpo e que retornava comigo desceu primeiro e acertou com um dos motoristas que estavam à espera de passageiros a nossa viagem a Paramaribo, e voltou para me avisar justo no momento em que eu, já com minha mochila e o dinheiro na mão, ia pagar o canoeiro e este se recusava a receber em espécie: queria o pagamento em ouro. Disse-lhe que não tinha, e ele aumentou o tom de voz, recusando-se a receber o dinheiro. Saí da canoa e fiquei na beira do rio, com a mão estendida, e ele gritava em *Sranantongo* enquanto continuava a descarregar a canoa; dizia coisas que eu não entendia, e não pegava o dinheiro. Ninguém interveio, e eu pedi a um garimpeiro que ainda estava na canoa (e que eu escutara conversar em *Sranantongo* antes da travessia) para lhe dizer que eu não tinha ouro; de cabeça baixa e em voz baixa, respondeu que não sabia o dialeto. O canoeiro continuava a gritar, e escutei algumas vezes a expressão "*ma pampa*" ("filha da puta", em *Sranantongo*).

Em momento algum ele demonstrou intenção de me agredir fisicamente, mas depois de tanto insistir para que ele recebesse, entrei no carro. O motorista entendia um pouco de português e de inglês; misturando os dois idiomas, expliquei-lhe o que estava ocorrendo e perguntei se poderia tentar entregar o dinheiro ao canoeiro, e ele concordou — mas aquele continuou se recusando a receber. Segundo o motorista, caso eu não pagasse, não poderíamos sair do local; respondi que eu não sairia do carro, pois me sentia insegura. Ele voltou a conversar com o canoeiro, que propôs que eu pagasse trezentos SRDs. Para encerrar o assunto, paguei e seguimos viagem.

No carro, no qual também viajavam um surinamês (crioulo, como o motorista) e duas crianças (seus filhos), o pastor, indignado, evocava o modo violento como alguns brasileiros

"famosos" na região haviam resolvido coisas desse tipo, como a morte de um canoeiro *Noir Marron Ndjuka*, em Albina[350], e os dois *gendarmes* mortos na Guiana Francesa pelo grupo do Manoelzinho (a que já me referi aqui). E repetiu várias vezes: "É por isso que brasileiro resolve logo, como o Manoelzinho" — apesar de preso no Brasil, Manoelzinho virou referência do contexto de violência na área de garimpo. Quanto aos crioulos, só observavam, calados. Nesse discurso percebe-se que violência e masculinidade aparecem como elementos constitutivos da imagem dos brasileiros no Suriname, reforçando estereótipos como sujeito brigão, violento e beberrão.

Mas, durante a viagem, tentando entender o que ocorrera, conversei com o motorista e o outro surinamês, e o primeiro começou a explicar sobre os diversos grupos de *Noirs Marrons* no Suriname, falando deles como detentores de "uma regra complicada, por causa de sua cultura". O que seria complicado e cultural que gerava tantos gritos e nenhum entendimento? Depois de muitas perguntas, consegui entender: quando se trata de estrangeiros (que em sua maioria são brasileiros), a regra é pagar a ida em dinheiro e a volta em ouro. Podem até aceitar o pagamento em dinheiro, desde que a viagem seja prosseguida no carro do sócio do canoeiro (que, por vezes, é alguém da família), que já está à espera, e como eu não peguei o carro do primo do canoeiro que me transportou, quebrei a regra — que, pelo visto, apenas as pessoas que trabalham com transporte conhecem com clareza, por isso ninguém interfere. O problema é que os brasileiros com os quais dialoguei na beira do rio não a conheciam. O desconhecimento de algumas das regras *Noirs Marrons*, que não são verbalizadas, gera uma série de discussões, que podem acabar em violência física — muitos dos interlocutores no Suriname diziam que eles não respeitam o combinado e, por vezes, pedem mais ouro, uma vez que refazem o cálculo a partir de regras não verbalizadas se se sentem prejudicados, e cobram em voz alta, que é a sua maneira de dialogar.

Armas, tiros, álcool, tristeza, insegurança, solidão, bom humor, solidariedade, esperança e sonhos foram as temáticas e os sentimentos que, pouco a pouco, descortinaram o cenário das

[350] Em dezembro de 2009, um canoeiro *Noir Marron* foi morto por um brasileiro depois de discutirem pelo pagamento do serviço de transporte de canoa realizado por aquele. Segundo as informações colhidas em campo, o canoeiro recebeu o valor combinado, mas depois decidiu cobrar mais. Discutiram e o brasileiro o matou com uma faca. Depois da sua morte, um grupo de *Noirs Marrons* atacou um alojamento de brasileiros em Albina, ferindo vários deles, e queimou e saqueou algumas lojas de propriedade de chineses (que vendiam mercadorias a brasileiros). Esse episódio teve grande repercussão e mobilizou autoridades do Brasil, do Suriname e da Guiana Francesa para o socorro às vítimas e na apuração do caso. Num primeiro momento, as autoridades surinamesas e brasileiras (através da Embaixada do Brasil) tiveram a preocupação de verificar se o episódio era isolado ou se havia a possibilidade de ocorrerem outros conflitos, de proporções maiores, entre brasileiros e *Noirs Marrons*, e ambos os países chegaram à conclusão de que foi um caso isolado, que não havia conflitos ou tensões entre os dois grupos.

corrutelas e áreas de trabalho no garimpo. E, muitas vezes, perguntei-me o que eu estava fazendo ali. Mas, apesar dos momentos de insegurança, fui muito bem acolhida[351] e, em diversas ocasiões, protegida

2.3.3 Marcador social: a nacionalidade das mulheres

Na Guiana e no Suriname a abolição da escravidão faz parte do calendário nacional, é costume comemorá-la com uma grande festa, na qual são vendidos comidas típicas e artesanato, e há shows[352] gratuitos. Nos dois países a população crioula costuma frequentar essas festas com trajes e adornos típicos africanos, e as mulheres capricham no visual; as famílias chegam juntas, sempre sorridentes e receptivas. No Suriname a abolição da escravidão (o *Keti Koti*) significa correntes quebradas[353]. Em 2011 presenciei esse momento em Paramaribo, quando circulei entre as centenas de pessoas que estavam na festa — ao anoitecer, o número de participantes se multiplicou —, nos arredores do Parque das Palmeiras (*Palmentuin)*. Perguntei a algumas mulheres se podia fotografá-las e elas imediatamente concordaram (Figura 27).

[351] Não gastei com alimentação e hospedagem, e onde eu chegava perguntavam se eu havia almoçado ou jantado. Na corrutela do Macu minhas refeições foram oferecidas por uma família, membro da Ministério de Madureira, que avisou, desde o primeiro dia, que elas seriam feitas em sua casa: na verdade, não apenas eu, também o pastor que viajou comigo, o pastor da igreja presente na corrutela e sua esposa, e mais dois membros da igreja, e, por vezes, quem aparecia na hora — momentos que me ajudaram a estabelecer contato com várias pessoas. Uma mulher, dona de um dos restaurantes da corrutela, insistindo para que eu recebesse uma garrafa de água mineral, disse: "Toma essa garrafa de água, para não dizer que não te ajudei em nada, e, à noite, vem jantar conosco".
[352] Diversos cantores, grupos musicais e de dança, locais ou de países vizinhos, se apresentam na festa.
[353] Uma data comemorativa de significado especial para os crioulos, que fazem questão de participar da festa. Os *Noirs Marrons* não se sentem contemplados com a abolição de 1863, pois já viviam no interior da floresta após a fuga das fazendas.

Figura 27: Festa comemorativa do fim da escravidão no Suriname, no Parque das Palmeiras, em Paramaribo (2011).

Em 2012 estive na festa comemorativa da abolição da escravidão que aconteceu no Parque Nacional (National Park), em Georgetown. Também lá as pessoas desfilavam, posavam para fotos para quem quisesse tirá-las — a impressão é que tirar fotos fazia parte do ritual. Diferente do Suriname, na Guiana a festa parecia mais estruturada, os trajes eram mais luxuosos, aparentando maior poder aquisitivo de algumas pessoas (Figura 28). Até o presidente e a primeira dama compareceram, além de outras autoridades locais. Como no Suriname, pedi autorização para algumas mulheres, para fazer fotos, e elas também permitiam prontamente. Contudo, algumas me perguntaram de que país eu era, e quando respondi "Brasil" o contato amistoso foi desfeito: uma interrompeu a conversa e perguntou se eu morava em Georgetown — com a minha negativa, ela então concordou: "Então pode tirar a foto". Outra, depois que tirei a foto, quis saber a minha origem, e ao saber desfez o lindo sorriso que havia feito no primeiro contato, interrompeu a conversa, desconfiada, e se retirou. Houve um grupo de mulheres em que a situação foi ainda mais embaraçosa: enquanto faziam a pose, uma delas perguntou se eu era brasileira, e diante da minha resposta afirmativa ficou muito irritada, disse

que não era para eu tirar. Conversou com as demais em seu dialeto e me olharam com ar de reprovação e desconfiança, como se eu tivesse cometido um erro grave, e se afastaram, deixando-me intrigada com a sua reação. Assim como os homens, que veem as brasileiras como trabalhadoras do sexo mesmo não estando em locais e situações que apontem para isso, as mulheres têm esse imaginário. Algumas brasileiras contaram que em lojas de roupas na Guiana chegavam a ser impedidas de usar o provador (se quisessem comprar a roupa não havia problemas, mas não podiam prová-la).

Figura 28: Festa comemorativa do fim da escravidão na Guiana, no Parque Nacional, em Georgetown (2012).

Carolina Höfs, em sua pesquisa sobre a experiência de migrantes brasileiros em Paramaribo, analisou o processo de etnicização da nacionalidade brasileira no Suriname. Os comerciantes foram os principais interlocutores, uma vez que o comércio nessa cidade era o seu foco. São eles que assumem a posição de lideranças, e "são identificados como parte de uma elite imigrante por terem maiores investimentos na cidade e por estarem a mais tempo no país"[354]. Seus interlocutores afirmam que existem quatro "classes" de migrantes brasileiros

[354] HÖFS, op. cit., p.54

nesse país: “os comerciantes”, “os crentes”[355] “os peões”[356] e “as *plocs*”[357]. Contudo, no cotidiano essas categorias não são estáticas, uma vez que muitos indivíduos podem ser identificados como pertencentes a mais de uma delas e o “o garimpo e a prostituição impregnam a experiência coletiva dos migrantes”. Nesse contexto, as mulheres são marcadas pela prostituição e os homens são marcados pela imagem de peão, de tal modo que essas duas atividades atingem mesmo as categorias laborais que não estão diretamente nelas envolvidas, e acabam por afetar a construção da identidade dos brasileiros no Suriname. Segundo a autora,

> A associação entre a prostituta e a identidade brasileira faz com que o estigma atinja a todas as imigrantes e as torna potencialmente desacreditadas. Rotineiramente, elas recebem propostas de relações sexuais, são acenadas com gestos obscenos e passam por situações desconfortáveis em locais públicos — como, por exemplo, em bares, festas ou supermercados. Uma interlocutora falou sobre as formas de discriminação que sofre no dia-a-dia e as associa ao fato de que, entre as brasileiras, o trabalho sexual predomina sobre outras atividades profissionais e faz com que o estigma atribuído às prostitutas seja estendido a todas indiscriminadamente[358].

Os dados coletados na pesquisa de campo desta tese corroboram a análise de Carolina Höfs de que no Suriname as brasileiras são estigmatizadas, sobretudo por mulheres, porque são associadas à prostituição — e isso acontece também na Guiana e na Guiana Francesa. Segundo algumas interlocutoras, as mulheres nacionais as veem como putas e “ladras de maridos”, gerando desconfiança e tensão, que dificultam interações sociais — e, como mulher brasileira, durante a pesquisa de campo pude verificar a assertividade dessas informações. O que está em evidência nesse cenário não é a mulher comportar-se ou vestir-se como uma prostituta, ser ou não ser prostituta, mas a identidade brasileira. As relações são construídas por categorias de gênero, sexualidade e nacionalidade.

[355] Frequentadores assíduos de igrejas evangélicas brasileiras no Suriname.
[356] Os garimpeiros que atuam diretamente na lavra do ouro.
[357] Segundo Carolina Höfs (op. cit., p.67), “*ploc* é como os imigrantes brasileiros chamam tanto a prostituta como o intercurso sexual”. A categoria *ploc* é abordada na Parte III desta tese enquanto uma segunda possibilidade de prostituição no Suriname: a exercida fora do clube e sem a dívida adquirida ao sair do Brasil.
[358] HÖFS, op. cit., p.79.

PARTE II:

O TRABALHO NOS CLUBES DE PROSTITUIÇÃO: UMA EXPERIENCIA

CAPÍTULO 3

O MERCADO DO SEXO NO SURINAME: O HABITUAL E A TOLERÂNCIA

No Suriname o mercado do sexo tem endereços e pontos bem definidos, e, de acordo com uma pesquisa realizada pela Maxi Linder, existem três tipos de trabalhadoras/es do sexo no país: trabalhadoras/es de rua; trabalhadoras de clube (estrangeiras); e as *call girls*, que atuam em casa[359]. Os serviços sexuais podem ser oferecidos em bares, hotéis, salões de massagens, residências, cabarés, clubes e, menos frequente, há a prostituição de rua, pois esta não é tolerada e a fiscalização sobre ela é rígida. Embora seja fortemente combatida, em algumas ruas de Paramaribo é possível encontrar mulheres surinamesas e de outras nacionalidades (principalmente guianenses) à espera de clientes[360], de maneira discreta. Mas mulheres surinamesas que trabalham na prostituição são pouco visíveis, estão em espaços não identificados como de prostituição, de modo que para "sustentar um mercado mais aberto e explícito de prostituição, mulheres de fora da comunidade surinamesa são quase uma 'necessidade' para o mercado do sexo"[361]. Quanto às brasileiras, existe uma rede de relações estruturada que as acolhe em determinados espaços, e elas têm certo "status de luxo e desejo", isso não só no Suriname, mas também na Guiana e na Guiana Francesa. Contudo, no Suriname qualquer forma de prostituição é ilegal, o que prevalece é uma tentativa "mal-acabada" de seguir o formato empreendido na Holanda[362], mas não há qualquer regulamentação a respeito, apesar dos espaços visivelmente destinados a ela como os clubes, de modo que vigora de maneira informal com alguns elementos do formato regulador, sem amparo jurídico, mas tolerada pelos sucessivos governos.

O desenvolvimento do sexo comercial no Suriname está relacionado com questões socioeconômicas. Da década de 1960 até a de 1980, período em que a economia do país passou por relativo crescimento, foram instalados os primeiros clubes de prostituição com mulheres

[359] As chamadas zonas cinzentas, pela sua invisibilidade (STICHTING MAXI LINDER ASSOCIATION, *Profile of clubs and informal sexual locations in Paramaribo and Nieuw Nickerie*. Paramaribo: SMLA, 2001, p.24; 25; 29).
[360] As quais são alvo de ações policiais, sejam para inibir a prostituição, sejam para lhes extorquir dinheiro.
[361] HAZEU, Marcel Theodoor. *Migração internacional de mulheres na periferia de Belém. Identidades, famílias transnacionais e redes migratórias em uma cidade na Amazônia*. 178p. Dissertação (Mestrado em Planejamento do Desenvolvimento) - Universidade Federal do Pará, Belém, 2011, p.88.
[362] Na Holanda, desde outubro de 2000 a prostituição não é mais uma infração; é regulamentada por lei, para maiores de idade.

estrangeiras. A partir de meados da década de 1980 e durante a de 1990, a economia passou por uma crise, mas isso não afetou o mercado do sexo, que, ao contrário, teve grande crescimento no período — e o governo optou por não interferir nele, numa atitude de *laissez-faire*[363]. A lei surinamesa que trata do sexo comercial (utilização da rua e exibicionismo) é do período colonial, e pune apenas mulheres (com multa e/ou detenção); homens e travestis/transexuais não são mencionados nela[364].

Os clubes de prostituição surinameses funcionam como se fossem aceitos pela sociedade e amparados por lei, e mesmo autoridades representativas do governo brasileiro sediadas naquele país afirmaram, quando foram entrevistadas para a pesquisa, que a prostituição ali só é ilegal quando se trata de menor de idade ou realizada na rua, mas legal nos demais espaços a ela destinados.

Em geral, os clubes concentram trabalhadoras do sexo de uma mesma nacionalidade. O Diamond e o Manilla são os dois maiores de Paramaribo[365], e neles as mulheres, em sua maioria, são brasileiras. Também nas festas de bares e hotéis destinados ao público brasileiro, mesmo que as brasileiras não tenham negócios com organizadores e proprietários, são sempre convidadas e bem-vindas, pois atraem clientela, e não só de brasileiros — e nos cabarés das áreas de garimpo, elas são maioria. Os valores das relações sexuais não são novidade para aqueles que interagem com elas, sejam pagos em dinheiro, sejam pagos em ouro. As diferenças entre cada espaço do mercado do sexo também não são de conhecimento apenas de quem os frequenta: é como se houvesse a sua incorporação no cotidiano, realçando uma relação capitalista entre as pessoas.

As brasileiras que atuam na prostituição no Suriname costumam dizer que nesse país "é normal a prostituição", "é um trabalho como outro qualquer", "aqui não tem problema ser prostituta", justamente por ignorarem que existe tolerância do Estado, não amparo jurídico. Acham que a prostituição faz parte do cotidiano e é aceita pela sociedade, como se não suscitasse conflitos, estigmas e contradições:

> Aqui, a prostituição... para eles, uma mulher de programa, aqui ela é normal. Aqui, todo homem, por exemplo, quando ele se aproxima de uma mulher para ficar com ela, ele já quer dar dinheiro para ela. Aqui, programa aqui é normal; aqui ninguém liga para essas coisas, não. [...] Mulher de programa é uma pessoa normal. (Giovana, 38 anos, dona de loja de roupas, quatro filhos, entrevistada em 2011 no Suriname)

[363] STICHTING MAXI LINDER ASSOCIATION, op. cit.
[364] Ibidem.
[365] O Diamond é o maior clube de Paramaribo; segundo os interlocutores, havia mais de cem mulheres trabalhando ali na época da pesquisa de campo.

Carolina Höfs afirma que para manter clubes e bordéis de prostituição em funcionamento, a polícia mantém acordos informais com os seus proprietários, e

> Periodicamente, inspeções policiais são realizadas [neles] com o objetivo de garantir a estadia regularizada das mulheres e a observância do seu bem estar físico, assim como, para garantir que não haja menores de idade presentes no local. No entanto, muitas adolescentes têm seus documentos de identidade ou certidões de nascimento falsificadas[366].

Tais acordos são evidenciados nas narrativas das interlocutoras desta pesquisa que atuaram ou atuam no mercado do sexo no Suriname, que mostram a estrutura montada nos clubes para que se mantenham dentro da "norma" informal vigente, para garantir um mínimo de regras de funcionamento, mesmo não tendo regulamentação legal que dê respaldo e segurança para as trabalhadoras do sexo que neles atuam — e por isso elas acreditam que ali a prostituição é lícita. No Suriname, a mobilidade das mulheres através da prostituição está arraigada na narrativa dos brasileiros, principalmente na das mulheres, que falam da prostituição abertamente, sem censura, sem medo, sem questionar até que ponto e como essa atividade, tão corriqueira no país, é regulada pelo Estado. Na narrativa delas fica evidente que não sabem que tudo o que ocorre relacionado à prostituição é apenas tolerado, e que, dependendo do seu papel nesse mercado, podem ser implicadas legalmente.

Como se percebe ao longo desta segunda parte da tese, que trata do mercado do sexo no Suriname e dos contrapontos com os mercados do sexo na Guiana e na Guiana Francesa[367], o acordo informal que possibilita a prostituição naquele país faz com que a fiscalização se limite à verificação do passaporte (se o carimbo, que autoriza a estadia no país por três meses, está atualizado), à verificação da realização de exames para detectar doenças sexualmente transmissíveis (que são realizados mensal ou quinzenalmente), à verificação da existência ou não de menores nos clubes e se há violência contra as migrantes que estão neles.

As narrativas de mulheres que migraram através de clubes de prostituição mostram a dinâmica de mobilidade das mulheres, desde o aceite da viagem para um clube de prostituição no Suriname até o formato de sua estadia nos clubes, e apontam para uma engrenagem cujo

[366] HÖFS, Carolina Carret. *Yu kan vertrouw mi: você pode confiar*. 174p. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) - Universidade de Brasília, Brasília, 2006, p.67.

[367] Embora o mercado do sexo na Guiana, no Suriname e na Guiana Francesa apresente pontos em comum, nesta segunda parte da tese serão abordados mais detidamente o funcionamento e a organização dos clubes a partir das informações coletadas no Suriname, por se tratar do principal campo desta pesquisa e, consequentemente, os dados coletados sobre os clubes de prostituição nesse país são mais completos.

funcionamento dá a entender que tudo é lícito e regulado, mas que na verdade funciona à margem das normativas vigentes.

3.1 Sair do Brasil: motivação da viagem

Das quatorze mulheres entrevistadas que migraram do Brasil para o Suriname através de um clube de prostituição, oito (57%) afirmaram que a principal motivação para a viagem foi o fato de encontrar-se desempregada e ser a única responsável financeiramente pelos filhos; cinco (36%) apontaram a violência doméstica, ameaças pelo marido ou ex-marido e uma relação difícil com ele como o motivo, ou seja, foi uma forma de afastar-se dele; e uma (7%), que já atuava na prostituição no Brasil, foi em busca do mercado do sexo mais lucrativo (Figura 29).

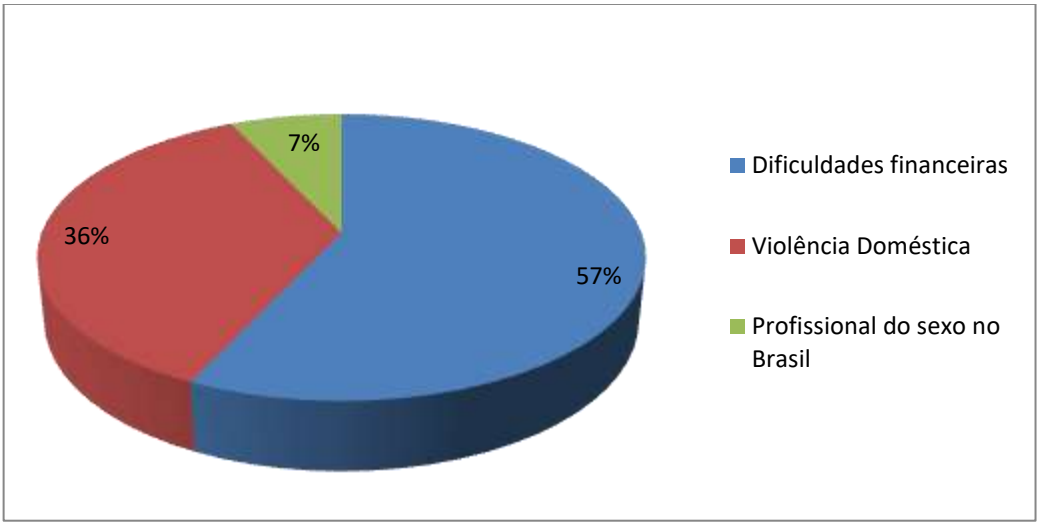

Figura 29: Motivação da viagem das mulheres brasileiras entrevistadas que migraram para o Suriname via clubes de prostituição desse país.

Um momento de fragilidade emocional aliado à dificuldade financeira, sobretudo por estar desempregada, muitas vezes serve como fator motivador da decisão de viajar para atuar na prostituição em um clube no exterior, o que ocorreu com 57% das interlocutoras que passaram por clube de prostituição, entre elas Catarina[368], 34 anos, manicure, 8ª série. Nascida

[368] Entrevistada em 2011 no Suriname; tinha permanência no país renovável a cada dois anos.

no interior do Pará, Catarina mudou-se para Belém quando tinha 10 anos, e antes de migrar trabalhava como babá, emprego do qual foi demitida porque sua patroa queria que passasse a dormir no trabalho e ela não aceitou. Estava desempregada quando sua mãe faleceu, e entrou em depressão. Sem suporte familiar e financeiro, em 2004, aos 27 anos, viajou para o Suriname a convite de uma amiga, para trabalhar no Diamond. Permaneceu nele por nove meses, e não teve ajuda para pagar a dívida da viagem. Quando saiu, chegou a ir, por alguns dias, para um cabaré no garimpo, mas decidiu deixar a prostituição para viver com um ex-cliente, um surinamês de origem hindustana, com o qual teve dois filhos (um casal). Foi morar com esse homem não para ter suporte financeiro, mas porque queria formar uma família: na prostituição ganhava em uma noite o que ele ganhava no mês. Foi criticada pelas amigas pela decisão de envolver-se com um homem que não tinha nada, por sair do clube para viver com alguém que não lhe daria uma casa no Brasil, um carro, melhores condições de vida. Chegaram a se separar uma vez, por pouco mais de dois meses, mas reataram a relação. No período em que ficou separada, durante o dia ela trabalhava em um salão de beleza e à noite, na prostituição em hotéis de Paramaribo.

Apesar de a dificuldade financeira e o desemprego constituírem a principal motivação para as mulheres terem viajado para se prostituir, algumas delas disseram não estar desempregadas na época, mas queriam realizar um sonho que o salário que ganhavam não permitiria alcançar, e por isso aceitaram a oferta do clube de pagar sua passagem e receber posteriormente. A casa própria é um dos principais objetivos dessas mulheres, e as que já a compraram e continuam no Suriname diziam estar trabalhando para montar um negócio (em geral, a ideia era montar um comércio).

Nos casos de separação do marido quando ainda estavam no Brasil, esta trouxe mudança não apenas no estado civil, mas também nas finanças, pois elas passaram a ter a guarda, mesmo que informal, dos filhos e a maior responsabilidade financeira sobre eles. Os problemas financeiros após a separação, a dificuldade em conseguir que o ex-marido ajudasse no sustento dos filhos ou mesmo a recusa dele em pagar a pensão das crianças apareceram na fala de algumas interlocutoras.

Tália[369], 42 anos, proprietária de cabaré, 1º ano do ensino médio, é natural de Belém; viajou para o Suriname em 2007, aos 37 anos, para o clube Aventura, numa época em que passava por dificuldades financeiras: mãe de dois filhos (um casal), após a separação não conseguiu manter o padrão de vida de quando estava casada:

[369] Entrevistada em 2012 no Suriname; estava no país irregularmente.

> Foi uma separação difícil. Eu tinha tudo e depois não tinha mais nada. Então, eu queria dar um padrão de vida pros meus filhos, o mesmo padrão de vida que eu tinha quando eu era casada. Aí foi ficando difícil, tive que morar de aluguel. Aí eu pensei: "Eu vou no Suriname, trabalho, compro uma casa e nunca mais eu venho no Suriname". Isso eu pensei, mas a realidade não é nada disso que acontece.

Duas irmãs dela já haviam migrado para o Suriname, e uma trabalhava em uma loja de roupas cuja proprietária, uma brasileira, era mulher do dono do Aventura, e esta intermediou a viagem de Tália — que deixou os filhos com a mãe — e a de uma amiga sua para prostituição nesse clube. Com três meses ali, ainda faltava pagar quase 60% da dívida, e então um cliente, um holandês, a ajudou a quitá-la; ela saiu do clube e foi morar com ele, e passou a auxiliá-lo em sua loja de venda de madeira. Por problemas com a empresa, após um ano e dois meses de convivência ele voltou para a Holanda, mas, mesmo à distância, continuaram juntos, e ele a ajudava financeiramente (pouco). Tália ficou no Suriname por falta de dinheiro para montar, no Brasil, um negócio que lhe permitisse manter a família, e como não queria voltar para o clube, começou a trabalhar em um restaurante, no qual entrava de manhã e ficava até as dezesseis/dezoito horas; três vezes por semana saía dali e ia fazer faxina na casa de uma amiga (a mulher do dono do Aventura); e toda noite era balconista em um bar. Além disso, às vezes, no final de semana, dançava (carimbó, axé) em cassinos junto com outra mulher. Em determinado momento decidiu terminar a relação com o holandês e ir para o cabaré no garimpo, para ganhar mais e poder voltar ao Brasil. Foi para um garimpo na Guiana Francesa, onde era a única trabalhadora do sexo; ali ganhou dinheiro rápido e um mês depois viajou para o Brasil achando que nunca mais voltaria para o Suriname. No Brasil surgiu a vontade de voltar, ganhar um pouco mais — e voltou, dessa vez por conta própria, para trabalhar de cozinheira num garimpo, onde conheceu seu companheiro, com o qual montou um cabaré.

Yasmim[370], 34 anos, cozinheira de restaurante, 4ª série, é natural de Belém. Chegou ao Suriname no início de 2003, aos 26 anos, para trabalhar no clube Manilla, deixando duas filhas no Brasil, com o pai delas. Na época em que viajou, sua mãe falecera havia pouco tempo e logo depois ela se separou do marido, que então se recusava a ajudar financeiramente com as crianças: "Meu ex-marido começou com ruindade com negócio de dinheiro, não queria mais

[370] Entrevistada em 2011 no Suriname; tem permanência no país por ter sido casada com surinamês.

dar a pensão das meninas. Eu mandava receita, ele dizia que eu tinha que dar o meu jeito. [...] Na época a mais velha tava com mais ou menos uns 8, e a mais nova com mais ou menos 6".

Em Belém, através de uma amiga, Yasmim conheceu uma mulher que já havia ido para clubes na Holanda e no Suriname, e esta a convidou para ir para um clube em Paramaribo. Ela aceitou a proposta e ficou no clube por três meses, apesar de ter pago a dívida em um mês; saiu quando se envolveu com um cliente, um surinamês de origem javanesa: disse a ele que não queria mais ficar ali, ele pagou sua saída (entrega do passaporte) e foram morar juntos, um casamento que durou quatro anos.

Relações conjugais tensas, com brigas e agressões mútuas, também influenciaram mulheres a tomar a decisão de sair do Brasil — pensavam em se afastar e refazer a vida longe do marido, romper o círculo de separação e retorno, que sempre acabava em brigas, o que se caracteriza como fuga do Brasil para se proteger do marido ou para se livrar da dependência afetiva. Percebe-se a necessidade de ficar longe do marido/companheiro ou do ex-marido/companheiro de modo que não seja encontrada.

Ana[371], 37 anos, cabeleireira e manicure, 8ª série, é natural de Belém. Quando migrou tinha 23 anos, dois filhos (um casal), estava separada do marido e morava com a mãe, mas a relação com ele não havia terminado; apesar das agressões mútuas constantes, viviam fazendo as pazes, por isso ela resolveu ir embora:

> – Por que tu escolheste o Suriname?
> – Bem, escolher... não foi bem escolher. Na época eu tava com problema com o meu ex-marido no Brasil, e eu tive que praticamente vir forçada. Assim, não porque me forçaram, mas pessoalmente, sabe? Eu tinha que me livrar desse amor platônico que eu tinha lá, que ele não me deixava, eu não deixava ele, aí ia acabar fazendo uma besteira um com o outro, aí eu resolvi.

Em 1997, em Belém, uma amiga sua foi abordada por uma desconhecida, que a convidou para ir para o clube Manilla, e esse convite resultou em que sete mulheres (incluindo Ana), sete amigas, decidissem seguir o mesmo caminho. Ana, que viajou deixando a filha com sua mãe e o menino com os avós paternos, passou dezesseis dias no clube: teve sua dívida paga por um cliente, um surinamês de origem javanesa, com o qual foi morar. Depois de quase três anos juntos, separaram-se porque ele se viciou em drogas.

[371] Entrevistada em 2011 no Suriname; tinha permanência no país renovável a cada dois anos.

A motivação de Ana é semelhante à de Marta[372], 33 anos, sacoleira, dois filhos (um casal, o menino nascido antes de ela migrar), 7ª série, natural de Belém. Separada, a relação com o ex-marido era tensa, cheia de brigas, por vezes com violência física (por parte de ambos). Como ele insistia em que ficassem juntos, ela achou que só indo para longe conseguiria pôr um ponto final na relação:

> Eu me separei do meu marido e não queria mais voltar com ele, que é o pai do meu filho, [...] eu queria tá bem longe, uma cidade bem longe. [...] Só que eu tava querendo mesmo vir, porque eu tava querendo me separar dele, porque eu não aguentava mais a vida que eu levava com ele. [...] A gente discutia demais, porque ele bebia demais. [...] Eu queria mesmo vir pra bem longe do meu marido, não queria mais voltar pra ele, tinha decidido que eu não aguentava mais com aquela vida: vai e volta, vai e volta com ele, porque ele impregnava demais pra voltar [...]. Foi aí que eu falei com a menina, que eu queria vir pra cá. Ela me mandou pra cá.

A amiga fazia viagens para clube no Suriname e já comprara uma boa casa em Belém, e lhe falou da prostituição no clube como uma saída para a situação em que se encontrava: "Aí foi que uma colega minha me indicou: 'Ah, tu vai pro Suriname, é bom lá', não sei o quê [...]. Mas me falou pra onde eu vinha e o que eu vinha fazer, que eu vinha pra um clube. Ela me falou tudo o que eu ia fazer. Ela me falou" — e a apresentou à mulher que intermediou a viagem. Marta pediu demissão do trabalho (era garçonete em uma lanchonete havia sete anos) e, no final de 2001, aos 25 anos, deixou o filho com a avó paterna e foi para o clube Condor, onde trabalhou durante um ano. Quando saiu, atuou como trabalhadora do sexo em hotéis e no garimpo, e é uma das poucas brasileiras no Suriname a ter trabalhado em cabaré de propriedade de uma *Noir Marron*.

As entrevistadas afirmaram que em seu casamento, em momentos de briga, um agredia o outro, e como a força do homem é maior, consequentemente elas sofriam as violências mais graves. Com algumas, o sentimento de posse do marido fazia com que ele não aceitasse a possibilidade da separação, havendo situações de dominação incorporada como violência simbólica[373], e, no caso de Marta, também violência física:

> – Mas ele chegava a te agredir?
> – Algumas vezes ele me agrediu. [...] Na primeira vez ele me deu [bateu] numa festa; eu dei também nele, com uma garrafada que cortou isso aqui dele. Nós voltamos depois disso. Na segunda vez ele me bateu de novo, aí eu fui pra

[372] Entrevistada em 2011 no Suriname; tinha permanência no país renovável a cada dois anos.
[373] BOURDIEU, Pierre. *La domination masculine*. Saint-Amand-Montrond: Éditions du Seuil, 1998.

> polícia, fui pra Justiça, aquele negócio das mulheres [Delegacia da Mulher], negócio de agressão; aí eu fui pra Justiça com ele. De lá, ele pegou e me indenizou, a juíza falou que ele tinha que me indenizar um salário mínimo. Que era pra mim escolher: acima de um salário ou encerrar o caso por ali mesmo, ou então ele dava, durante um ano, cesta básica de caridade. Aí, eu peguei e disse: "Não, eu quero que ele me indenize um salário". Ele me indenizou e nunca mais ele me bateu.
> – E vocês se separaram?
> – Não, voltamos. Por causa de nosso filho. A gente voltou, aí, depois que a gente voltou, nós tínhamos aquelas brigas… só aquelas discussões, mas nunca mais ele me agrediu, só discussão.

As interlocutoras que relataram ter sofrido algum tipo de violência doméstica por parte do companheiro migraram nas décadas de 1990 e 2000, quando já existiam delegacias especializadas no atendimento à mulher no Brasil, onde, nos últimos anos, os esforços em superar esse tipo de violência têm resultado em algumas mudanças normativas: em agosto de 2006 foi sancionada a Lei nº 11.340, conhecida como Lei Maria da Penha[374]; em março de 2015, a Lei nº 13.104, que trata do feminicídio, com a qual esse crime passou a ser considerado hediondo. Segundo Wania Pasinoto, no Brasil, a implementação da Lei Maria da Penha,

> impulsionou o reconhecimento da violência doméstica e familiar contra as mulheres como problema público, promoveu significativos deslocamentos na forma de a sociedade ver e pensar sobre a violência doméstica e familiar como resultante da desigualdade de gênero e como violação de direitos humanos. Esses deslocamentos possibilitaram o reconhecimento de outras formas de violência baseada no gênero e que afetam a vida de todas as mulheres e meninas, em todas as etapas de suas vidas, em experiências particularizadas de raça, etnia, orientação sexual, identidade de gênero, religião, classe social, procedência regional ou nacionalidade, entre outros grupos sociais a que pertençam[375].

[374] Nome em homenagem à farmacêutica bioquímica Maria da Penha Maia Fernandes, que sofreu violência doméstica durante 23 anos de casamento. Em 1983, ela foi vítima de duas tentativas de assassinato pelo marido, o professor colombiano Marco Antonio Heredia Viveros: na primeira, ele atirou nela com uma arma de fogo, e a deixou tetraplégica; na segunda, tentou eletrocutá-la e afogá-la. Após esta última tentativa ela o denunciou, mas ele só foi punido 19 anos depois, tempo em que se arrastou o processo, ficando preso em regime fechado apenas dois anos. Revoltada, Maria da Penha, junto com o Centro pela Justiça e o Direito Internacional, e o Comitê Latino-Americano de Defesa dos Direitos da Mulher (Cladem), formalizou uma denúncia à Comissão Interamericana de Direitos Humanos da Organização dos Estados Americanos (OEA), que condenou o Brasil por não dispor de mecanismos suficientes e eficazes para impedir a prática de violência doméstica contra a mulher.

[375] PASINATO, Wânia. Dez anos de lei maria da penha. O que queremos comemorar? *SUR - Revista Internacional de Direitos Humanos*, v.13, n.24, p.155-163, 2016 (p.161).

Mas a autora sinaliza que foram discretos os avanços relacionados a comportamentos impregnados em determinados segmentos da sociedade, e que as "instituições que devem aplicar a lei e proteger os direitos das mulheres permanecem resistentes às mudanças culturais e institucionais necessárias para que a lei seja aplicada de forma integral e eficaz"[376].

A análise dos dados sobre homicídios de mulheres no Brasil, a partir dos registros do Sistema de Informações de Mortalidade do SUS (Sistema Único de Saúde), mostra que entre 1980 e 2013, 106.093 mulheres foram vítimas de homicídio; o número, em 1980, era 1.353 mulheres, o de 2013, 4.762[377]. Ao destacar os dados antes e depois da Lei Maria da Penha, Julio Waiselfisz aponta que

> No período anterior à Lei [Maria da Penha] o crescimento do número de homicídios de mulheres foi de 7,6% ao ano; quando ponderado segundo a população feminina, o crescimento das taxas no mesmo período foi de 2,5% ao ano. [...] Já no período 2006/2013, com a vigência da Lei, o crescimento do número desses homicídios cai para 2,6% ao ano e o crescimento das taxas cai para 1,7% ao ano[378].

As cinco mulheres que decidiram migrar para fugir de uma relação violenta e/ou conturbada disseram que não tiveram escolha: precisaram fugir para se libertar do companheiro ou ex-companheiro. Lara[379], 52 anos, proprietária de cantina e cabaré[380], três filhos (nascidos antes de migrar), 4ª série, é natural de Belém. Foi para o Suriname em 1982, para o clube Seven-to-Seven (que as mulheres costumavam chamar de Sete-Sete): tinha 26 anos e queria fugir do marido. Se não tivesse migrado, poderia ter se transformado em mais um número na estatística de vítimas de violência doméstica que resultou em morte no Brasil:

> Eu conheci o pai da Vânia e do Marlon, eu vivi com ele acho que foi uns quatro anos. Ele era muito mau pra mim. Muito ciúme, me batia, entendeu? Aí, todo tempo ele dizia que se eu deixasse ele, ele ia me matar. Minha mãe chorava, porque via, né, ele fazia maldade comigo. Eu também avançava nele, ele batia em mim. Ele me deu, até, duas facadas, quase eu morro. Aí, ele roubou o Marlon de mim, ele tinha um ano. E ele fazia chantagem: se eu não voltasse com ele, ele não me entregava mais os meus filhos. [...] Pra mim era bandido, né, que queria todo tempo estar me batendo, com ciúme. Era horrível o ciúme dele. Aí, ele fazia chantagem comigo, aí eu voltei com ele. Mas só

[376] Ibidem, p.157.
[377] WAISELFISZ, Julio Jacobo. *Mapa da violência 2015: homicídio de mulheres no Brasil.* Brasília, 2015, p.11. Disponível em: http://www.mapadaviolencia.org.br/mapa2015_mulheres.php. Acesso: 20 de março de 2016.
[378] Ibidem, p.11.
[379] Entrevistada em 2011 no Suriname; tem permanência no país por ter sido casada com surinamês.
[380] Lara era dona de um cabaré e de uma cantina (esta, em sociedade com o marido), estabelecimentos que funcionavam em locais diferentes (na verdade, grande parte das vendas da cantina era feita pelo marido, que enchia de mercadorias uma moto 4x4 e saía vendendo).

> que, quando eu voltei com ele, eu não gostava mais dele, entendeu? Aí vinha aquele ódio, assim, pra me vingar dele, mas no mesmo momento eu escutava aquela voz: "Não faz isso, olha os teus filhos". Só que tinha uma irmã dele, ela viajava aqui pra Suriname, ela vinha pra clube, e aí, a mãe dele — que era a mãe do pai dos meus filhos, da Vânia e do Marlon —, falou: "Eu sei que meu filho, ele não vale nada", falou dessa maneira comigo, "Só tem uma chance pra você: de eu escrever pra Paulina e você ir pra Suriname".

Quem intermediou sua viagem foi a cunhada, que já trabalhava em clube no Suriname. Lara é uma das entrevistadas que morava havia mais tempo nesse país: migrou em 1982, quando ele estava em guerra civil, tinha toque de recolher e o contato das profissionais do sexo brasileiras com homens brasileiros era quase inexistente, pois estes não costumavam frequentar os clubes e circulavam discretamente por Paramaribo. Quando foi, deixou com a mãe o filho mais velho, Germano, que teve com o primeiro namorado, e os dois menores (Vânia e Marlon), filhos do marido, ficaram com a mãe deste. Lara ficou três meses no clube, e metade de sua dívida, de "mais ou menos" oitocentos dólares, foi paga por um cliente, um *dogla* (mãe chinesa, pai *Noir Marron*), que a tirou do clube para morar com ele na casa de sua família (queria casar oficialmente com ela, que naquele momento não aceitou). Depois de dois anos — período em que Lara ficou irregular no Suriname — casaram formalmente, e apesar de a família dele sempre tê-la tratado bem, depois do casamento foram morar sozinhos e ela buscou os filhos no Brasil. A relação do casal durou ainda pouco mais de dois anos, tempo em que ela não trabalhou fora de casa.

Marília[381], 33 anos, cozinheira, três filhas, 8ª série, é natural de Belém. Em 2004, aos 25 anos, deixou com sua mãe as duas filhas que já tinha e migrou através do Seven-to-Seven, para fugir do ex-marido, que a perseguia e a ameaçava de morte:

> Ele era muito agressivo, por isso que eu deixei ele. Eu me separei dele [...], é por isso que eu vim, mais. É por isso também que meus pais brigaram muito pra mim vim [sem saber que iria prostituir-se], porque eles queriam que eu saísse de lá, por causa dele. [...] Ele era horrível, ele ameaçava, ele batia, tudo que não prestava ele fazia.

Ela foi levada junto com a prima por uma tia, sem saber que ia para um clube de prostituição: saiu do Brasil com a convicção de que iria trabalhar em uma sorveteria (a tia nunca contara que se prostituía num clube em Paramaribo), mas ao chegar ao Suriname a tia as levou

[381] Entrevistada em 2012 no Suriname; tinha permanência no país renovável a cada dois anos.

para o Seven-to-Seven e as convenceu a ficar ali, para ganhar dinheiro e retornar ao Brasil[382]. Foi a única entrevistada que afirmou ter sido enganada, e decidiu ficar no clube ao descobrir que teria que se prostituir, por acreditar que se conseguisse dinheiro mudaria sua situação no Brasil, mas não ficou nele muito tempo: um mês e meio depois de chegar, fugiu para o garimpo com a ajuda de uma brasileira, dona de um cabaré.

Yasmim (34 anos, cozinheira de restaurante, duas filhas, entrevistada em 2011 no Suriname), embora tenha afirmado que o motivo principal de sua decisão de migrar foi a dificuldade financeira, também não escondeu que sofria violência doméstica. Admitiu que as agressões sofridas, o medo do ex-marido, contribuíram para a decisão de viajar:

> Na minha gravidez, teve uma vez que ele sentou em cima da minha barriga, me esganando — eu já estava com seis meses de grávida. Ele sentou em cima da minha barriga, eu tive que fingir que tava desmaiada pra ele poder largar. Ele me deixava sozinha em casa, teve uma vez que ele me deixou dormir no chão. Ele me maltratou muito, muito, muito, muito, muito. Aí, com isso mais, eu também resolvi vir pra cá.

Mesmo havendo violência doméstica, a dependência financeira do companheiro ainda mantém mulheres atadas a uma união destrutiva. Quirina[383], 42 anos, vendedora de loja, dois filhos, 7ª série, é natural de Belém. Foi para o clube Manilla em 1997, aos 28 anos, a convite de uma amiga que queria migrar. Na época, as duas eram donas de casa e dependiam do companheiro, mas, para Quirina, o que realmente pesou na decisão foi a falta de expectativas de futuro com ele, que a agredia constantemente, e, como ela não trabalhava, não via possibilidade de separação. Quando viajou deixou o filho com sua mãe e a filha com uma amiga[384] (sua mãe buscou a neta tempos depois), e ficou no clube por dois meses; com a ajuda de um cliente, um surinamês de origem javanesa, em um mês pagou a dívida: ele passou a frequentar o clube quase que diariamente, e lhe pediu que saísse dali, prometendo que a ajudaria. Ela saiu, mas não quis morar com ele de imediato, pois ainda não queria um relacionamento sério. Só depois de seis meses foram morar juntos, e sua relação durou cinco

[382] Quando chegaram ao clube, a tia lhes explicou que era prostituta ali, que não havia sorveteria; que mentiu porque sabia que a mãe de Marília não permitiria a viagem se soubesse a verdade, mas achava que esta estava com problemas demais no Brasil, que seriam resolvidos com o dinheiro da prostituição, que era apenas por três meses, etc. Também falou que havia a dívida com o clube, que ela (tia) teria que pagar se Marília e a prima não o fizessem.
[383] Entrevistada em 2011 no Suriname; tinha permanência no país renovável a cada dois anos.
[384] Quirina foi uma das mulheres que se emocionaram muito ao falar dos filhos, principalmente quando questionada se nunca pensara em levá-los para o Suriname, pois quando migrou sua intenção era retornar e dar-lhes uma vida melhor, mas nunca voltou ao Brasil (na época da entrevista, migrara já havia quatorze anos).

anos. Pretendiam se casar, mas esbarravam na burocracia, e na última vez que tentaram formalizar o casamento, a funcionária que sempre os atendia falou com ele, em *Sranantongo*, que ele deveria procurar outra mulher para casar, uma que fosse da terra, de origem javanesa, em vez de casar com uma brasileira — conversa que Quirina entendeu, então pediu para ir embora, desistira de oficializar a união[385].

3.1.1 Os filhos: a importância do suporte familiar

Para as mulheres que têm filhos, a decisão de migrar através do clube também implica em decidir com quem deixá-los. Normalmente elas recorrem às avós das crianças, com as quais eles permanecem até seu retorno ou até adquirir independência financeira, quando já têm mais de 18 anos. Em campo foram encontradas mães que estavam no Suriname havia mais de dezesseis anos cujos filhos permaneciam com quem os abrigou desde o dia de sua viagem — uma responsabilidade para quem aceita cuidar das crianças e dos adolescentes daquelas que partem na expectativa de lhes dar uma vida melhor.

A maioria dos filhos das mulheres entrevistadas ficou, no Brasil, sob a responsabilidade, principalmente, de uma mulher, mas há casos de ex-maridos (os pais) que ficaram com eles, único momento em que a figura masculina aparece na acolhida das crianças depois da separação do casal. As avós maternas figuram como as grandes acolhedoras (nove), seguidas pelos ex-maridos (três) e pelas avós paternas (duas); e uma das mulheres deixou uma das crianças com uma amiga. Doze das mulheres que viajaram para o Suriname através de clubes tinham filhos quando foram, e no momento da pesquisa treze eram mães, num total de 32 filhos (Tabela 7).

[385] Segundo Quirina, essa funcionária era conhecida por criar dificuldades nas solicitações de casamento envolvendo brasileiras e homens surinameses, e agia assim porque fora casada e o marido a deixara por uma brasileira.

Tabela 7: Os responsáveis pelas crianças na ausência da mãe.

Responsável	Número de mães*	Número de crianças
Avó materna	9	15
Ex-marido	3	8
Avó paterna	2	4
Amiga	1	1
Não tinha filhos quando migrou	2**	-

* Treze das mulheres entrevistadas que viajaram para clubes de prostituição do Suriname tinham filhos no momento da pesquisa, mas o número de mães citadas nesta tabela difere porque a maioria das que tinham mais de um filho não deixou todos na mesma casa; assim, uma mãe pode ter deixado um dos filhos na casa da avó materna e outro na casa de uma amiga.
** Uma delas, no momento da pesquisa tinha dois filhos, que nasceram no Suriname e estão com ela e o marido. A outra permanece sem filhos e continua atuando no mercado do sexo.

No geral, as mulheres que tinham mais de uma criança optaram por separá-las, sobretudo dividindo-as entre as avós materna e paterna. Das 28 crianças que ficaram no Brasil quando a mãe foi para o Suriname, dezenove ficaram com as avós. Ao falar do momento em que deixaram os filhos com outra pessoa para poder viajar, as emoções afloravam, uma mistura de impotência, medo, coragem, responsabilidade e desejo de um futuro melhor — desejo que muitas mulheres, mesmo passados alguns anos, não conseguiram realizar:

> O dia que eu vim eu chorei demais, abracei demais meus filhos. Agora ainda me dá vontade até de chorar. Eu abracei a Vânia, o Marlon. A minha mãe nem sabia que eu ia [para o Suriname], nada, ninguém. O Sandro eu deixei com a minha mãe, [...]. Depois, eu aqui, com dois meses que eu cheguei aqui em Suriname, eu mandei avisar pra minha mãe. Só que a minha mãe não sabia onde eu tava, eu não falei o que eu vim fazer, mas a família do pai dos meus filhos sabia. (Lara, 52 anos, proprietária de cantina e cabaré, três filhos, entrevistada em 2011 no Suriname)

As três mulheres que recorreram ao ex-marido, mesmo sabendo que corriam o risco de perder a guarda dos filhos, o fizeram porque não puderam deixá-los com as avós. Yasmim (34 anos, cozinheira de restaurante, duas filhas, entrevistada em 2011 no Suriname) foi uma delas:

> – Quando eu vim pra cá elas ficaram com o pai.
> – Tu já estavas separada dele?
> – Já, já tava separada. Nessa época elas estavam comigo, só que quando eu decidi vir, eu não falei pra ele pra onde eu vinha, que era pra cá. Eu falei que eu ia trabalhar, mas eu não disse que eu vinha pro Suriname. Eu disse: "Então, você vai ficar com as minhas filhas, só que eu não tô te dando, eu tô deixando por uns tempos com você". Aí eu vim.

Deixar os filhos com o pai nem sempre é sinônimo de tranquilidade, mesmo quando elas participam financeiramente do sustento daqueles (e todas afirmaram que enviavam dinheiro para as despesas dos filhos que ficaram):

> De quinze em quinze dias eu mandava dinheiro pra elas. Só que quando eu mandava dinheiro, eu sempre ligava pra saber se caiu o dinheiro e quanto tinha dado. Aí, uma vez eu cheguei a falar com a minha filha, e disse assim: "Filha, cadê seu pai?". Ela disse: "Mãe, toda vez que a senhora manda dinheiro o papai fica no bar, bebendo com seu dinheiro". [...] Mandei pagar plano de saúde pra essa minha filha menor, só que ele nunca levou ela no médico; o plano que eu pagava, que era Unimed, ele nunca levou ela. Aí, a minha filha disse pra mim que ele só fazia gastar o dinheiro que eu mandava pra elas. Ele saía com a mulher e os dois bebiam. Muitas vezes, eu ligava pro Brasil — já cheguei a ligar pro Brasil umas nove horas, nove e meia da noite, até dez horas —, a minha filha disse pra mim: "Mãe, eu tô com fome". "E o dinheiro que eu mandei?" "Ah, o papai tá bebendo." (Yasmim, 34 anos, cozinheira de restaurante, duas filhas, entrevistada em 2011 no Suriname)

Uma das mulheres só voltou para buscar um dos filhos depois que ele havia completado 19 anos, e o levou para trabalhar no garimpo; a que estava no Suriname havia dezesseis anos na época da pesquisa de campo, os filhos permaneciam com o pai; uma, apesar de ter deixado os filhos com a avó paterna, encontrou dificuldades para recuperá-los, pois o pai interveio e quis impedir a sua saída da casa da avó, obrigando-a a recorrer à Justiça para reaver a guarda deles; uma retornou um ano depois para buscar as filhas e teve problemas com o ex-marido, para recuperá-las:

> Com um ano eu resolvi e fui lá no Brasil, pra buscar elas. Ele disse que ia me dar, aí não me deu. Na segunda vez, eu fui de novo no Brasil, aí foi que ele me deu ela[s], aí eu trouxe. Aí, pegou e falou que ele ia me dar ela[s], mas com seis meses era pra mim voltar, senão ele ia mandar a polícia atrás de mim. Mas eu sabia [o] que as minhas filhas estavam passando, a madrasta maltratava. A mais velha, a madrasta bateu nela de cano. Ela chamava minha filha de vagabunda, dizia que ia ser puta, ia ser isso, falava muitas coisas pra ela; ela batia na menor. Então elas passaram por muita dificuldade, e quando eu consegui pegar elas, aí eu não voltei mais, não deixei mais elas irem. Aí ele disse que ia botar a polícia atrás de mim. Eu digo: "Então bote". Elas passaram cinco anos aqui comigo. Quando foi agora, em dezembro, elas foram porque ele tá com câncer, aí deixei elas irem. Mas, assim, minha vida lá no Brasil não foi muito boa, então eu não tenho vontade de morar mais no Brasil. (Yasmim, 34 anos, cozinheira de restaurante, duas filhas, entrevistada em 2011 no Suriname)

3.1.2 Relações pessoais: proximidade com a intermediária com o clube

Treze das entrevistadas (93%) que tiveram como destino da viagem um clube de prostituição no Suriname partiram do Aeroporto Internacional de Belém, e uma partiu de Boa Vista, capital de Roraima. Em sua maioria, elas foram por intermédio de uma amiga ou de uma mulher da família — assim, a mediação entre elas e o clube foi realizada por mulheres com alto grau de proximidade, e quanto mais próxima a intermediadora, mais fácil foi o convencimento e a aceitação da proposta.

As expectativas eram, sempre, ficar um curto espaço de tempo, ganhar dinheiro e voltar para o Brasil, comprar uma casa e dar uma vida melhor para os filhos. "Passar uns três meses e depois voltar; pegar dinheiro e voltar", explicou Quirina (42 anos, vendedora de loja chinesa de roupa, dois filhos, entrevistada em 2011 no Suriname) — um tempo que está atrelado aos três meses que o clube dá para as mulheres pagarem a dívida, pois elas acreditam que, em razão da possibilidade de pagá-la parceladamente, conseguirão guardar o bastante para retornar e recomeçar a vida.

A amiga como intermediária apareceu na fala de cinco (36%) entrevistadas que migraram para clube de prostituição no Suriname. Como disse Juliana[386], 30 anos, trabalhadora do sexo, sem filhos, 7ª série, "na verdade eu conhecia uma amiga minha que veio e ela fazia *strip* também, ela era menina de *pole dance"* (dança do ferro e *strip-tease*, ou *strip*, como elas diziam)[387].

Juliana nasceu no Nordeste[388] brasileiro, mas vivia em Boa Vista desde os 19 anos. Morou com os pais, comerciantes, na fronteira com a Venezuela por algum tempo, mas foi em Boa Vista que se iniciou como trabalhadora do sexo — contou que nessa cidade há vários clubes de prostituição. Em 2006 decidiu seguir uma amiga que trabalhava em clube do Suriname, o Aventura, com *pole dance*. Juliana, nesse clube, fazia *strip-tease*, e disse que poucas vezes precisou recorrer à prostituição (no sentido de fazer sexo pago com qualquer um), pois quem trabalha nisso ganha muito bem e normalmente tem um cliente fixo, que a "banca", ou seja, financia sua estada no clube, e seu trabalho ali se restringe à dança. Ela ficou no Aventura três meses, mas quitou sua dívida, de pouco mais de trezentos dólares, em três dias, sem a ajuda de

[386] Entrevistada em 2012 no Suriname; tinha permanência no país renovável a cada dois anos.
[387] A clássica dança ao redor de uma barra vertical.
[388] Antes de gravar a entrevista Juliana pediu que seu estado natal não fosse informado. Aliás, foi uma das condições impostas para concedê-la: argumentou que dificilmente as pessoas de seu estado migram para o Suriname, e sua divulgação a identificaria de imediato, sobretudo por familiares que desconhecem sua experiência na prostituição.

cliente. Saiu dali para trabalhar como sacoleira e como profissional do sexo em cabarés, e quando teve malária passou um tempo em Paramaribo, para tratar-se, período em que voltou a trabalhar no Aventura — mas ficou nele apenas o tempo suficiente para recuperar-se, depois voltou a circular em cabarés. Foi a única entrevistada que não teve o passaporte retido pelo clube, além do valor de sua dívida ser bem inferior ao das demais entrevistadas.

Das quatorze mulheres que passaram por clube no Suriname, uma foi contatada diretamente por uma desconhecida; duas citaram uma desconhecida como intermediária do clube, contudo foi uma amiga que as encorajou a viajar e as apresentou a essa mulher, e a amiga já estivera em um clube; seis (43%) tiveram como intermediária uma mulher com algum tipo de relação familiar: irmã (três), tia (duas), cunhada (uma) (Figura 30).

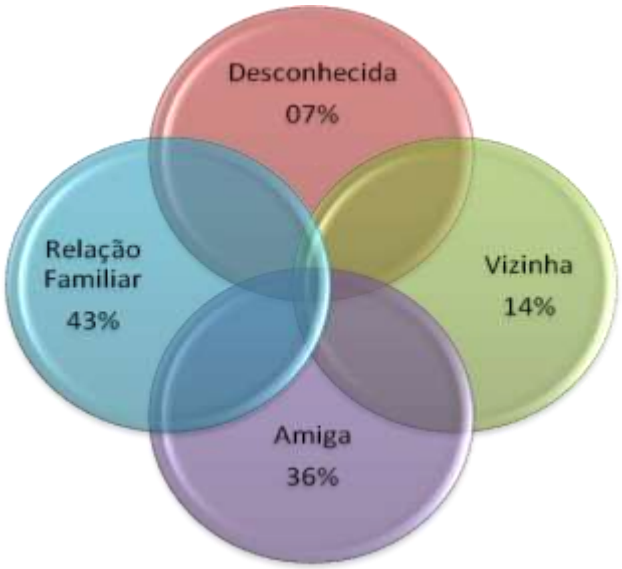

Figura 30: Relação da mulher que migrou para o Suriname através de um clube de prostituição com a intermediadora do clube para a viagem.

Há dois relatos de que nove mulheres, amigas e residentes do mesmo bairro em Belém, viajaram no mesmo voo para o mesmo clube, o Manilla (das quais duas foram entrevistadas nesta pesquisa): “Conhecia todas elas. [...] A gente morava praticamente uma pertinho da outra, éramos todas amigas. Todas ainda estão aqui. As que estão aqui, a gente sempre tem contato uma com a outra” (Ana, 37 anos, cabeleireira e manicure, dois filhos, entrevistada em 2011 no Suriname).

Dessas nove, nenhuma atuava na prostituição no Brasil, em sua maioria eram donas de casa com problemas financeiros e/ou com o companheiro (violência doméstica). Uma delas foi abordada por uma desconhecida, decidiu viajar, contou para uma amiga... e assim uma foi

contando para a outra e a encorajando a ir também. Ao chegar ao Suriname, um taxista que falava português estava no aeroporto à espera do grupo. A desconhecida, protagonista da viagem das nove, tinha contato com a brasileira que era casada com o proprietário do clube, com a qual intermediou a viagem. Ela ganhou financeiramente com a partida de cada mulher, e provavelmente o seu pagamento foi incluído na dívida delas, já que o clube não perde nada.

Em muitos casos, a mulher que migrou com dívida para prostituição em clubes torna-se peça-chave na mobilidade e adaptação de outras mulheres que migram na mesma situação. Brasileiras que trabalharam em clubes e tornaram-se gerentes ou esposas do proprietário, na Guiana ou no Suriname, são as principais articuladoras de viagens de mulheres para prostituição, e nem sempre precisam procurá-las, pois são conhecidas no ramo, de modo que muitas chegam até elas por celular, Facebook, conhecidos, ou chegam até elas porque ouviram falar delas em algum lugar e foram atrás. Assim, elas nem sempre têm que participar ativamente do processo de mobilidade internacional de mulheres para prostituição.

Entre as nove amigas mencionadas que partiram juntas para o Suriname, a que foi abordada pela desconhecida é a Cláudia[389], 32 anos, dona de cabaré/cantina[390] e de máquina no garimpo, duas filhas (uma nascida antes de migrar e outra na Guiana Francesa), 5ª série, natural do Maranhão mas que desde criança residia em Belém. Ela engravidou do namorado aos 14 anos, e ele nunca a ajudou financeiramente depois que a criança nasceu, quem a ajudava era a mãe dela, com quem morava. Em 1997, com 17 anos, deixou a filha com sua mãe e migrou para o Suriname, para trabalhar no Manilla: no Brasil a desconhecida[391] a abordou na porta da escola, e ela viajou com as oito amigas, estas, maiores de idade[392]. Todas sabiam que estavam indo para um clube de prostituição — do qual Cláudia fugiu um mês depois de chegar e foi para um cabaré no garimpo, sem terminar de pagar sua dívida de pouco mais de dois mil dólares[393]. Posteriormente ela trabalhou como cozinheira em garimpos na Guiana Francesa e no Suriname. Circulando entre os garimpos da Guiana Francesa, que são ilegais, foi deportada quatro vezes pelos *gendarmes*, mas sempre retornou varando. Na última vez foi deportada para Belém, de onde só poderia voltar ao Suriname de avião; como não conseguiu dinheiro para a passagem, recorreu ao Seven-to-Seven, que pagou sua passagem. Ficou nele um mês, saiu com a ajuda de

[389] Entrevistada em 2012 no Suriname; tinha permanência no país renovável a cada dois anos.
[390] Aqui a sobreposição das palavras "cabaré" e "cantina" deve-se ao fato de se ficava na Guiana Francesa, onde, diferentemente do Suriname, a prostituição e o comércio de mercadorias (perfumes, roupas, sapatos, gêneros alimentícios, óleo diesel) podem ser vendidos no mesmo espaço.
[391] Segundo Cláudia, a mulher que a recrutou (que na época da entrevista morrera havia alguns anos) morava na Cidade Nova, bairro do município de Ananindeua, região metropolitana de Belém, e constantemente circulava por uma rua do bairro onde as nove moravam nesta última cidade.
[392] Cláudia era a única menor, e contou que a desconhecida falsificou seus documentos.
[393] A dívida de Cláudia é uma das mais altas em razão da aquisição de documentos falsos.

um cliente: um engenheiro surinamês de origem javanesa, com cidadania holandesa, e residência na Holanda, que estava trabalhando no Suriname, pagou sua dívida. Apesar de ela sair do clube, não foram morar juntos, mas ele pagava as suas despesas em Paramaribo e a visitava diariamente. A relação durou seis anos, acabou porque ele voltou para a Holanda. Em 2004, Cláudia fez duas viagens para a Holanda num único mês, como "mula", levando drogas no estômago: a primeira vez que foi, depositou na conta do namorado (brasileiro) os quatro mil e quinhentos euros que ganhou, e ele fugiu com o dinheiro; quinze dias depois, como sua filha mais velha estava internada e era preciso pagar o tratamento, foi novamente, mas agora tomou a precaução de guardar consigo os cinco mil euros que ganhou.

As duas entrevistadas que tiveram contato com uma mulher desconhecida, uma delas através de uma amiga, disseram que as intermediadoras do clube não faziam a viagem para o Suriname, só recrutavam mulheres em bairros diferentes daqueles onde estas moravam. Além de Cláudia, isso aconteceu com Marta (33 anos, sacoleira, dois filhos, entrevistada em 2011 no Suriname), que foi se encontrar com a mulher na casa de uma amiga que já viajava para o Suriname (mas o caso de Marta é uma exceção, a mulher morava no mesmo bairro que ela). Nesses casos, as aliciadoras recebiam dinheiro para recrutar mulheres em Belém e região metropolitana dessa cidade com o intuito de enviá-las para clubes de prostituição daquele país:

> – Tu conheceste essa moça que te indicou pra vir pra cá ou você já conhecia ela?
> – Não, conheci nessa época. Eu conhecia uma colega minha, e a minha colega conhecia ela. Ela que mandava pra cá.
> – Ah, tá, essa moça então não vinha pra cá, ela...
> – Só mandava.
> – Ela era lá do bairro?
> – Na época era, agora ela sumiu. Nunca mais vi ela, muitos anos. Não tenho mais contato com ela.

Também no caso de Nair, a mulher que a recrutou não viajava para o Suriname — sua vizinha lhe fez a proposta e providenciou a viagem:

> Foi uma mulher que morava lá perto de casa. A vida muito difícil no Brasil, sabe?, ainda mais pra quem não estuda — eu só tinha até a 5ª série —, a vida muito difícil, jovem, não pensava, e aí eu peguei... e ela disse que tinha essa viagem pra cá, que fazia isso, fazia aquilo, ganhava muito dinheiro. Aí eu vim com aquela influência, e acabei que vim e até hoje eu tô aqui [risos].

Nair[394], 39 anos, dona de casa, quatro filhos, 5ª série, é natural de Belém. Teve o primeiro filho aos 14 anos, de um homem com quem vivia; separou-se aos 17 e, em razão de dificuldades financeiras, deixando o filho com sua mãe e foi para uma casa de prostituição de Nova Iguaçu (município da região metropolitana do Rio de Janeiro), para uma casa, de propriedade de uma paraense, onde ficou três meses — segundo ela, foi quando se iniciou na prostituição. Retornou a Belém e reatou com o ex-companheiro, e teve o segundo filho. Em 1995, quando tinha 23 anos, a vizinha a convidou para ir para o Diamond, e ela aceitou (deixou os filhos com o ex-marido). Posteriormente viajou três vezes para a Holanda, para clubes em Amsterdam, e chegou a ficar noiva de um holandês, que conheceu no clube em que ficou nessa cidade. Sua circulação em clubes foi de um ano e meio, e na última delas, também no Diamond, um cliente (um garimpeiro brasileiro) a ajudou a pagar o restante de sua dívida. Depois que saiu dali, casou-se com ele (na época da pesquisa de campo, já estavam juntos havia quatorze anos), e trabalhou como babá, mas depois de um acidente de carro passou a se dedicar apenas à família. Após o casamento nunca mais viajou para o Brasil — além dos dois meninos nascidos em solo brasileiro, Nair teve um casal (desse homem): o menino nasceu na Guiana Francesa (em Saint-Laurent du Maroni) e a menina, mais nova, no Suriname. Os filhos que teve no Brasil já são maiores, e um deles ela levou para o Suriname, para trabalhar no garimpo.

Como mencionado, o fato de conhecer a pessoa que intermedia a viagem ou alguém que a conhece facilita a aceitação da proposta de prostituição, principalmente quando se trata de alguém que já esteve no Suriname e tem uma vida próspera, roupas, joias, que compra presentes para a família, e, mais ainda, se conseguiu construir uma casa com dinheiro ganho na prostituição no clube. Essas mulheres não costumam economizar nos gastos quando visitam a família no Brasil, e sempre buscam demonstrar para familiares e vizinhos o quanto estão bem financeiramente:

> Ela falou que era só para eu vir, fazer… ganhar dinheiro; ficar no clube e ganhar dinheiro, e pronto, depois construir alguma coisa lá no Brasil, como ela tinha feito. Ela já tinha vindo a primeira vez [...] e construiu uma casa; ela tinha uma casa muito bonita. Mas eu nunca mais fui na casa dela, não sei mais. (Marta, 33 anos, sacoleira, dois filhos, entrevistada em 2011 no Suriname)

Essa proximidade entre a mulher que viaja e a que providencia a viagem, ou entre esta e uma amiga daquela, permite que uma dê suporte à outra na partida para um país estrangeiro:

[394] Entrevistada em 2011 no Suriname; tinha permanência no país renovável a cada dois anos.

> – O pessoal do Manilla que te mandou buscar?
> – Sim, que mandou minha passagem.
> – Vieste sozinha ou com mais alguém?
> – Eu vim com essa minha amiga.
> – Era amiga de infância?
> – Não, era de lá do meu bairro mesmo.
> – Era uma pessoa que tu conhecias ou era amiga, amiga?
> – Amiga.
> – Ela também foi lá pro Manilla?
> – Sim.
> – Mas ela já tinha vindo antes?
> – Já. Ela tinha vindo pra cá pro Suriname, já tinha ido pra Holanda. Ela já conhecia. Ela já tinha vindo, acho, umas três vezes, quatro vezes pra cá pro Suriname, e já tinha ido outras vezes pra Holanda. (Yasmim, 34 anos, cozinheira de restaurante, duas filhas, entrevistada em 2011 no Suriname)

Além disso, as interlocutoras mostraram que, na decisão final de embarcar para o Suriname, a relação pessoal com a intermediadora, sobretudo aquelas (treze) que foram informadas sobre a atividade que iriam exercer, ajudou a suplantar medos e dúvidas:

> – E quando tu foste para o clube, foi com uma amiga, mas ela era amiga ou conhecida?
> – Ela era minha vizinha. Ela não era amiga, amiga, mas a gente se conhecia, tinha uma boa relação, saíamos juntas e tudo. E ela já morava aqui no Suriname já há cinco anos, sete anos [...]. Ela nunca tinha falado daqui. [...], e foi nessa época que ela: "Vamos pro Suriname, vamos passar seis meses, se tu não gostares, tu voltas". Eu falei: "É, não custa nada, bora". "Mas eu estou sem dinheiro, não tenho nada, não." O clube manda a passagem. No caso, quando você não tem ele manda, depois você chega e paga. Eu resisti um pouco, com medo, porque a gente tem muita expectativa de fora, né, na televisão escuta "ah, fica presa se não pagar", "não pode sair, não". Não é nada disso. Quer dizer, comigo não foi. (Catarina, 34 anos, manicure, dois filhos, entrevistada em 2011 no Suriname)

> Eu tinha uma colega, através dela eu conheci outra, aí ela perguntou se eu queria vir pro Suriname. Aí eu disse que não, porque eu nunca tinha vindo pra um lugar tão longe. Aí ela disse que eu viria com ela, que não era pra mim ter medo. A minha outra amiga contou a minha situação pra ela, né, aí ela pegou e disse pra mim que aqui eu ia ganhar muito dinheiro. Então ela disse que tinha que falar com uma pessoa, que era pra mim vim através de negócio de clube. Aí eu disse pra ela que, já que era assim... porque eu tava vendo minhas filhas passando necessidade. Aí foi aí que eu vim. Ela ajeitou tudinho, aí eu vim; com quinze dias que eu tinha conversado com ela, eu vim com ela. (Yasmim, 34 anos, cozinheira de restaurante, duas filhas, entrevistada em 2011 no Suriname)

Vê-se a rapidez entre o contato inicial para a viagem e o embarque — no caso de Yasmim, praticamente o tempo de fazer o passaporte e providenciar com quem deixar as crianças. É tudo muito rápido, não há tempo para desistir da viagem rumo ao desconhecido, e elas partem apenas com a promessa de que ganharão dinheiro depressa e poderão mudar a realidade que vivem, a de seus filhos e, quem sabe?, a de outros familiares.

Três entrevistadas foram intermediadas pela irmã, que estava em algum clube no Suriname. Yeda[395], 29 anos, vendedora de loja de máquinas e automotores, dois filhos, 8ª série, é natural de Belém. Trabalhava, no Brasil, mas tinha dificuldades financeiras e sonhos que seu salário não lhe permitia realizar. Sua irmã, que estava num clube no Suriname havia um ano, ia voltar para o Brasil, pois já alcançara seu "objetivo" (uma casa e dinheiro para montar um negócio), e lhe perguntou se não queria ir trabalhar num clube em Paramaribo; se quisesse, ela intermediaria a viagem com o proprietário — e Yeda quis: viajou em junho de 2002, com 20 anos (ainda não tinha filhos), uma semana antes do retorno definitivo da irmã. Foi para o Condor, onde pagou sua dívida em dois dias com a ajuda de um cliente, um espanhol que estava de passagem por Paramaribo — mas permaneceu no clube por um ano, pois acabou se viciando em cocaína, gastava tudo o que ganhava e não conseguia juntar dinheiro para "ajeitar" a vida no Brasil. Saiu dele por pressão da irmã, que chegou a ir a Paramaribo na tentativa de afastá-la das drogas, mas só saiu depois que conheceu um cliente, um garimpeiro brasileiro, com o qual foi morar (quando saiu ainda foi dependente de cocaína por uns três meses). Em 2005 os dois retornaram ao Brasil, para recomeçar a vida, e tiveram um filho (ela descobriu que estava grávida assim que chegou). Yeda começou a trabalhar como manicure, para sustentar o filho, mas recebia pouco e endividou-se, e a vida conjugal já não estava bem. Em 2006, deixou o filho de seis meses com a mãe e voltou para o Suriname, dessa vez para o Manilla. Quem pagou sua passagem, e a de uma colega sua que viajava para esse país pela primeira vez, foi uma amiga com quem trabalhara no Condor — passagem que ambas pagaram sem juros:

> – Encontrei uma amiga minha [...], eu fui lá na casa dela e falei que a minha situação não tava boa com o meu marido, aí ela falou: "Não quer voltar? Eu te ajudo, eu pago tua passagem". Eu falei: "Eu aceito". Foi quando eu voltei pra cá de novo. Eu deixei meu filho com a minha mãe, entendeu?, e a convite dessa minha amiga eu vim de novo pra cá.
> – E como é que foi essa conversa? Você procurou ela, já conhecia ela?
> – A gente se conheceu aqui no Condor. [...] Eu fui lá na casa dela visitar ela, fui levar meu filho, que ela não tinha conhecido ainda [...]. Ela falou pra mim: "Como é que tá tua vida?". Eu falei: "Ah, minha vida não tá nada bem. Meu marido, não tenho vivido mais bem como antes. Se eu pudesse eu queria até

[395] Entrevistada em 2011 no Suriname; tinha permanência no país renovável a cada dois anos.

> voltar, mas eu tô sem dinheiro e tô de dívida" — porque depois que eu tive o menino, eu fui virar manicure pra poder sustentar o menino. Ela falou: "Ah, se tu quiseres eu te levo. Chega lá, você paga a minha passagem trabalhando". [...] Eu tirei meu passaporte e ficou marcado. Aí a gente viemo embora pra cá.
> – Ela que pagou tua passagem?
> – Ela que pagou minha passagem. Minha e de mais uma outra colega minha. Foi pro Manilla. Só que a compensação foi, assim, que a gente pagou a passagem pra ela mesmo, do Brasil, não teve desconto [aumento] em cima. Se a gente tivesse vindo pelo clube, a gente tinha que pagar duas passagens, entendeu? Mas ela, não, ela ajudou nós. Assim, ela disse: "Eu vou ajudar vocês; vocês vão comigo e vocês pagam a passagem pra mim. Chega lá vocês só pagam o quarto pra vocês trabalharem no clube; a gente mora no clube e vocês pagam o quarto lá".
> – A outra já tinha vindo antes?
> – Não, primeira vez, nunca tinha vindo. Aí foi pro Manilla. Foi bom porque pagamos pra ela a passagem.

Depois de dois meses no Manilla, Yeda foi embora para o cabaré no garimpo; não demorou muito, foi morar com um ex-cliente do clube, na casa da família dele, e teve outro filho.

Em geral, na primeira viagem de uma mulher para a prostituição em um clube no Suriname, ela vai acompanhada por outra (s) nas mesmas condições que ela; por vezes são mulheres que não se conhecem mas decidiram arriscar a sorte do mesmo jeito, por vezes são amigas que decidiram seguir o mesmo caminho:

> – Veio mais alguém com a senhora?
> – Sim, vieram umas três mulheres ainda.
> – Mas a senhora conhecia elas?
> – Não, nem era minha conhecida. Quando nós viemos a primeira vez aqui, ninguém falava com ninguém, entendeu?
> – Aí, chegou no aeroporto e tinha alguém te esperando?
> – Já, já. Era o advogado mesmo, que era o Dankfo nesse tempo.
> – Que era advogado do clube?
> – Que era do clube. Ele que resolvia tudo. (Lara, 52 anos, proprietária de cantina e cabaré, três filhos, entrevistada em 2011 no Suriname)

> – Quando tu vieste, veio outras meninas contigo?
> – Veio mais uma menina.
> – Tu conhecias ela?
> – Conhecia. Do mesmo... não do mesmo bairro, mas conhecia ela, assim, de festa, de, às vezes, andar junto em praça, essas coisas. Então eu falei que eu vinha, ela se interessou e veio junto comigo. [...] Hoje ela também tá aqui, ainda continua no Suriname, também trabalha agora em área de garimpo. (Tália, 42 anos, proprietária de cabaré, dois filhos, entrevistada em 2012 no Suriname)

3.1.3 Solicitação do passaporte e a compra da passagem: agregação de custo

Algumas mulheres que viajaram para o Suriname não tinham, na época da viagem, a certidão de nascimento, sendo necessário solicitar a sua segunda via para depois fazer os demais documentos, e só então puderam dar entrada no requerimento do passaporte, o que significa várias taxas a serem pagas, onerando o valor devido ao clube (após a chegada ao Suriname, os valores agregados à dívida inicial estão relacionados sobretudo à moradia e às multas por descumprimento das regras estabelecidas por ele):

> Eles daqui me ajudaram, eles mandaram dinheiro. Eles mandam tudo. Eles que tiraram meu passaporte, os meus documentos, tudo, porque na época nem documento eu tinha, e eles mandaram [dinheiro para tirar os documentos]. Eu disse que não tinha nada, eles pagaram e mandaram o dinheiro pra mim. Aí eu tirei tudo: eu tirei minha identidade, CPF, meu título [de eleitor], tudo, tudo. (Quirina, 42 anos, vendedora de loja chinesa de roupa, dois filhos, entrevistada em 2012 no Suriname)

Sempre existe outra pessoa direta ou indiretamente envolvida com a organização da viagem, seja para intermediar, retirar passaporte, seja para o translado, para tradução, etc., alguém com algum contato dentro do clube, geralmente uma mulher que está ou esteve nele; e, na chegada, há um taxista surinamês no aeroporto, que apenas conhece o destino (clube) das passageiras:

> – Alguém foi contigo tirar passaporte?
> – Foi, minha amiga, a menina que ia me trazer. [...] Porque a que mandou buscar nós, tava aqui [no Suriname].
> – Ela trabalhava no Manilla?
> – Era. Era a gerente.
> – Aí ela espera no aeroporto ou ela viaja junto?
> – Não, a que tava aqui, ficou aqui; a que foi lá, ela só foi deixar nós no aeroporto. E eles pegaram a gente lá no aeroporto [de Paramaribo]. Viemos sozinhas.
> – Quantas, mais ou menos?
> – Na época era cinco. No aeroporto ela embarcou nós, e aqui eles mandaram táxi.
> – E como é que sabiam que eram vocês?
> – É porque, quando vêm muitas, fica tudo junto. [...] Aí, eles perguntam: "Você vai pra tal canto?". Aí a gente: "Sim". (Quirina, 42 anos, vendedora de loja chinesa de roupa, dois filhos, entrevistada em 2011 no Suriname)

A passagem de avião é comprada pelo clube na Surinam Airways, em nome da passageira, que a retira no escritório daquela, em Belém, apresentando um documento pessoal — ou seja, não enviam valores em espécie para a mulher que aceita viajar. O seu acesso a dinheiro se dá por meio da pessoa que está intermediando a viagem, e normalmente ele é disponibilizado para o pagamento das taxas destinadas à retirada de documentos (incluindo o passaporte) e, às vezes, para a compra de roupas e para o táxi que a leva ao aeroporto no dia da viagem. No caso das roupas, elas nem percebem que irão pagar por isso, mas são gastos previstos inclusos em sua dívida. Costumavam dizer "arranjaram roupas pra mim": "Aí, nesses dias eu tava dormindo na casa dessa minha amiga, e essa outra [a intermediária] chegou, essa amiga dela, né, e ela me viu, aí ela disse: 'É, ela é bonita, a única coisa que tá faltando nela é um banho de loja'. Aí, ela me arrumou umas roupas e vim pra cá, pro Suriname" (Yasmim, 34 anos, cozinheira de restaurante, duas filhas, entrevistada em 2011 no Suriname).

Ao comando do proprietário do clube a mulher passa no escritório da empresa aérea, no aeroporto, com antecedência, para retirar a passagem:

> – Quando manda essa passagem, ele não manda dinheiro?
> – Não, ele manda: ele vai na agência, dá o número do documento da pessoa, do meu número de passaporte, e a passagem vai pro Brasil. [...] A pessoa pega lá no aeroporto.
> – Pega na empresa?
> – É, na Surinam Airways, no aeroporto. Mostra o passaporte e pega, e se, Deus o livre, na hora a pessoa desiste, depois de um mês ele pode recuperar a passagem — é por isso que ele nunca manda o dinheiro. Ninguém manda o dinheiro, porque perde se, Deus o livre, a pessoa falar que não quer mais vir em cima da hora...
> – Mas a pessoa vai lá na agência?
> – Aí, dá [a passagem] e fala: "Você vai viajar tal dia e tal hora". A passagem vem em aberto, e às vezes vai já pro dia que a pessoa quer.
> – Alguém acompanha?
> – Não.
> – A pessoa faz tudo sozinha?
> – Sozinha, mas tem muita mulher que faz isso aqui, trabalha para o dono do clube aqui. Vai pro Brasil pra arrumar mulher pra ele. (Yeda, 29 anos, vendedora de loja de máquinas e automotores, dois filhos, entrevistada em 2011 no Suriname)

A desistência da mulher que decidiu ir para o Suriname é uma das maiores preocupações dos proprietários dos clubes, por isso o intervalo de tempo entre o contato e a viagem é muito curto, depende apenas do prazo estipulado pela Polícia Federal para a entrega do passaporte. A

decisão de embarcar e os preparativos da viagem também são rápidos, e elas levam consigo, além da mala, desejos, sonhos, desconfiança, medo, e sabem que têm que "prestar atenção":

> Medo a gente sempre tem, que não é legal. Tu tá sabendo que tu tá vindo pra um clube pra trabalhar com muitos homens, se prostituir, e tu não sabes o que tu vai encontrar. Pode encontrar homens bons, homens maus, aí tu sempre ficas com aquele pé atrás. [...] Então você tinha que olhar, prestar atenção qual era o clube que você vinha e tudo. (Ana, 37 anos, cabeleireira e manicure, dois filhos, entrevistada em 2011 no Suriname)

A passagem de avião de retorno ao Brasil e o passaporte são retidos assim que chegam ao clube, em geral com a justificativa de que é uma segurança contra furtos, perda e fuga — atitude nunca questionada pelas mulheres entrevistadas, pois entendiam que faz parte das regras do clube e do suposto "contrato" que diziam ter firmado com o dono dele. O passaporte lhes era devolvido quando faziam uma viagem para o Brasil (no caso das mais antigas) ou quando saíam do clube definitivamente:

> – Mas quando tu chegaste, teu passaporte ficou com ele?
> – Com ele. Ele dizia que era por causa… uma segurança, pra gente não perder. E, estando com ele, de três em três meses ele levava o nosso passaporte pra não ficarmos ilegal no país. (Marta, 33 anos, sacoleira, dois filhos, entrevistada em 2011 no Suriname)

> – [...] você chega, você faz o que você tem que fazer, você paga a sua passagem, daí você tá livre se você quiser sair. Mesmo você não pagando a sua passagem, ainda você tá livre. Aliás, livre entre aspas, porque seu passaporte fica com o dono do clube. Não pode, assim, pegar o passaporte pra sair do país, no caso. [...]
> – Quando tu pagaste, imediatamente já deram teu passaporte ou ficaram ainda?
> – Não, eles devolvem.
> – Imediatamente? Pagou em duas semanas, já te deu logo?
> – Ele dá quando você vai pra Imigração [surinamesa]. Mas depois ele recolhe de novo. Ele diz: "No dia que você for pro Brasil, você me fala que eu te devolvo o teu passaporte".
> – Mas já tinha pagado.
> – Sim.
> – Mesmo assim eles ainda seguraram?
> – Não fica com a gente porque eles dizem que é perigoso ficar com a pessoa, e fica com eles, pro controle deles. [...] o passaporte fica com ele, com o dono do clube, não fica com a gente. Até porque eles têm um certo controle, né; você tá no clube, o passaporte fica lá com ele, na tua ficha que tá lá, e [ele] fala: "No dia que você quiser ir pro Brasil você é livre, você me fala", [e] eles vão marcar a nossa passagem no aeroporto, pra ter certeza que você foi embora. Eles mesmo ligam. Você quer ir pro Brasil, você mesma chega lá e fala: "Olha, semana que vem, tal dia quero ir pro Brasil". "Tá bom, posso

> marcar sua passagem?" Ele marca a nossa passagem e chama a pessoa pra te levar. Tudo é responsabilidade dele, ele mesmo marca. (Catarina, 34 anos, manicure, dois filhos, entrevistada em 2011 no Suriname)
>
> – Ele só entrega o passaporte quando você vai sair do clube. Ele nunca entrega na sua mão o passaporte, porque ele diz que tem medo da pessoa fugir e não pagar ele. Aí o passaporte sempre fica com ele. (Yasmim, 34 anos, cozinheira de restaurante, duas filhas, entrevistada em 2011 no Suriname)
>
> – Mas o documento, eles ficam?
> – Fica com o passaporte. Quando paga tudo, aí eles te devolvem. E quem fugiu fica sem documento. (Quirina, 42 anos, vendedora de loja chinesa de roupa, dois filhos, entrevistada em 2011 no Suriname)

Na época da pesquisa de campo nas Guianas, 2011-2012, a retenção de passaporte ainda era uma realidade no Suriname. Esse dado se contrapõe com o que consta na Pesquisa Tri-Nacional sobre Tráfico de Mulheres do Brasil e da República Dominicana para o Suriname: Uma Intervenção em Rede[396], realizada de novembro de 2006 a novembro de 2007 sob coordenação da Sociedade de Defesa dos Direitos Sexuais na Amazônia (Sodireitos) e pela Aliança Global Contra o Tráfico de Mulheres-Rede Latino-Americana e Caribenha da Aliança Global contra o Tráfico de Mulheres (GAATW-REDLAC). Citando um trabalho de Laura van der Wal (*De ruimte voor vrouwenhandel in de Surinaamese samenleving = O espaço para tráfico de mulheres na sociedade surinamesa*), de 2007, o relatório da pesquisa afirma que havia mudanças no comportamento dos donos de clubes em relação à retenção do passaporte, que já não o retinham; em vez dele, seguravam o cartão de vacinação e a passagem de retorno, uma vez que já havia, no Suriname, maior atenção com as mulheres que atuavam no mercado do sexo, mesmo que o sistema jurídico-social não fosse sensível à sua situação. Segundo Laura van der Wal,

> Com o aumento de atenção pela situação das mulheres, os donos dos clubes mudaram de estratégia e, em vez de reter o passaporte, eles ficam com o cartão de vacinação e a passagem, o que limita da mesma forma sua mobilidade. Quando elas conseguem fugir, sua situação continua difícil. Sem documentos, são consideradas migrantes ilegais e o sistema jurídico e social do país ainda monstra pouca sensibilidade (interesse) na situação delas. Sem dinheiro, elas não têm para onde ir. Sua possibilidade de sair da situação de exploração e confinamento é pequena[397].

[396] SODIREITOS; GAATW-REDLAC. *Pesquisa tri-nacional sobre tráfico de mulheres do Brasil e da República Dominicana para o Suriname*: *uma intervenção em rede*. Coordenação de Marcel Hazeu. Belém: Sodireitos, 2008.
[397] Apud SODIREITOS e GAATW-REDLAC, op. cit., p.51.

A tendência de não retenção do passaporte foi percebida na pesquisa de campo apenas na Guiana, onde a sua retenção e a cobrança da chave eram coisas observadas pela polícia nos locais de prostituição. Tanto no Suriname quanto na Guiana, as/os interlocutoras/res da pesquisa afirmavam que quando elas estavam sem o passaporte ou se já havia expirado o período de turista, eram tratadas como imigrantes irregulares e deportadas.

Das quatorze mulheres entrevistadas no Suriname que passaram por clube de prostituição, apenas Juliana (30 anos, trabalhadora do sexo, sem filhos, entrevistada em 2012 no Suriname) disse que não teve seu passaporte retido pelo clube, em uma afirmação contundente: "Não!, meu passaporte sempre esteve comigo. Eles nunca prenderam meu passaporte, nunca me prenderam, nada" — mas todo o tratamento que ela recebeu do clube foi uma exceção.

3.2 A pauta da reunião: a dívida e o prazo para pagar

De acordo com as mulheres entrevistadas, quando elas chegavam ao clube havia uma reunião com o proprietário na qual lhes eram explicadas as regras da casa. A língua não era problema, pois, caso ele não soubesse português, havia uma gerente brasileira ou um intérprete para ajudar na transmissão das regras:

> A hora que você chega, você vai logo pro escritório falar com o dono do clube, e ele passa logo a regra de tudo: "Olha, aqui é assim, assim". Você é livre pra ir e voltar, mas à noite você tem que estar no horário no clube. Você pode sair o dia todo, passar o dia todo na rua se você quiser, mas você tem que estar aqui no clube oito horas da noite, você tem que entrar, e nove você tem que estar embaixo, no salão. Se você descer nove e meia ou nove e quinze, você já vai pagar multa. (Catarina, 34 anos, manicure, dois filhos, entrevistada em 2011 no Suriname)

É na primeira reunião feita com as mulheres que elas tomam conhecimento do valor da dívida inicial: "Cheguei aqui, ela explicou. Mas quando eu cheguei era outro sistema, entendeu? Ela não disse [no Brasil] o total, quanto nós ia pagar, e quando eu cheguei era muito dinheiro pra pagar, nunca mais terminava de pagar a passagem" (Cláudia, 32 anos, dona de cabaré/cantina e de máquina no garimpo, duas filhas, entrevistada em 2012 no Suriname). No

momento do convencimento para que as mulheres aceitem a proposta de viagem, não costumam informá-las de quanto será a dívida, dizem apenas que embora elas não tenham dinheiro para tirar passaporte e comprar a passagem de avião, o clube vai arcar com os custos e terão bastante tempo para pagar, de modo que viajam sem saber quanto devem:

> – Ela disse pra ti o quê?
> – "Tu vai pra um clube. Lá, tu paga a tua passagem." Não disse que era muito e nem era pouco. Lá, quando chegasse lá, você ia conversar com o dono. No segundo dia ele foi falar com a gente.
> – Mas ele falava português?
> – Não!
> – E como é que vocês conversavam com ele?
> – Tradutor.
> – Tradutora? Era uma mulher?
> – Homem. Eles eram filipinos, lá do Manilla. (Cláudia, 32 anos, dona de cabaré/cantina e de máquina no garimpo, duas filhas, entrevistada em 2012 no Suriname)

As entrevistadas chamavam de "período de contrato" os três meses que uma mulher tem para pagar a dívida, embora não exista nenhum contrato oficial de prestação de serviços, apenas corresponde ao período legal de permanência no Suriname como turista:

> – [...] Nos três meses, que era o contrato.
> – Ah, então tu tinhas um contrato de três meses?
> – Tinha.
> – Então nesses três meses tu não podias voltar?
> – Não, antes de três meses não podia voltar. Quer dizer, você poderia voltar se você pagasse o que você tinha emprestado.
> – Não pode pagar depois?
> – Não, é três meses que você tem, porque é o [tempo do] visto. (Quirina, 42 anos, vendedora de loja chinesa de roupa, dois filhos, entrevistada em 2011 no Suriname)

Como regra, no período de três meses a dívida inicial pode ser paga em parcelas, cobradas semanalmente. Os valores correspondem a gastos efetuados pelo clube, com acréscimos, para que a mulher chegue a Paramaribo, sobretudo a passagem de avião, o táxi e as taxas para a emissão de documentos pessoais, principalmente o passaporte. O valor da dívida inicial das interlocutoras ficava entre setecentos e dois mil e quinhentos dólares, alto para essas mulheres:

> – E a passagem, ele cobra o mesmo valor quando tu chegas?
> – Não, ele cobra mais alto. Eu paguei, na época, setecentos e cinquenta dólar americano. (Quirina, 42 anos, vendedora de loja chinesa de roupa, dois filhos, entrevistada em 2011 no Suriname)

> – E aí, quando tu chegas lá, já está devendo desde o táxi?
> – Tudo. Comida, tudo. Qualquer comida que eles pagam na estrada pra ti comprar, ela tá incluída no táxi, na passagem, né, porque eles cobram duas passagens; tudo eles cobram dois preços pra ti, nunca cobram só um: táxi, a comida que você come, a taxa de embarque e a passagem. É tudo. Fica devendo. (Yeda, 29 anos, vendedora de loja de máquinas e automotores, dois filhos, entrevistada em 2011 no Suriname)

3.2.1 Dívidas, horários, moradia e multas: regras da engrenagem que faz o clube ganhar dinheiro

As quatorze mulheres entrevistadas que migraram para clube no Suriname viajaram para esse país, pela primeira vez, entre 1982 e 2007, e seu destino foram os clubes Manilla (cinco mulheres), Seven-to-Seven (três), Aventura (duas), Condor (duas) e Diamond (duas) (Tabela 8) — e só Yeda (29 anos, vendedora de loja de máquinas e automotores, dois filhos, entrevistada em 2011 no Suriname) retornou ao Brasil pensando em ficar definitivamente, mas voltou para o Suriname ao encontrar-se em uma situação financeira difícil. O Seven-to-Seven, o Aventura e o Condor já estavam fechados na época da pesquisa de campo. No caso do Condor, o antigo proprietário o passou para o filho administrar, e este, não tendo sucesso em sua gestão, fechou-o e colocou o prédio à venda — contudo, não dá para saber se os outros dois realmente fecharam ou se mudaram de nome, endereço ou país (muitos proprietários tinham origem holandesa e retornaram ao seu país)[398].

[398] Trabalho publicado pela Maxi Linder em 2008 (*Indept interviews with sex workers from the Dominican Republica and Brazil in Paramaribo and Nieuw Nickerie*), citado por SODIREITOS e GAATW-REDLAC (op. cit., p.50), afirma que o número de clubes registrados na polícia havia diminuído, mas que visitas a locais de prostituição mostraram que, na verdade, eles apenas mudaram de endereço, por isso não apareciam nos registros oficiais; também diz que os clubes de prostituição que constavam nos registros do Ministério da Justiça e da Polícia estavam registrados como hotéis ou discotecas.

Tabela 8: Ano de chegada das mulheres ao Suriname por clubes de prostituição.

Clube de prostituição	Ano de chegada ao clube										
	1982	1997	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	%
Manilla	-	3	1	-	-	1	-	-	-	-	35,7
Seven-to-Seven	1	-	-	-	-	-	1	1	-	-	21,4
Aventura	-	-	-	-	-	-	-	-	1	1	14,3
Condor	-	-	-	1	1	-	-	-	-	-	14,3
Diamond	-	1	-	-	-	-	1	-	-	-	14,3
Total	**1**	**4**	**1**	**1**	**1**	**1**	**2**	**1**	**1**	**1**	**100**

Duas mulheres entrevistadas viajaram duas vezes para o Suriname através de clube de prostituição. Na primeira vez, Cláudia (32 anos, dona de cabaré/cantina e de máquina no garimpo, duas filhas, entrevistada em 2012 no Suriname) foi para o Manilla, de onde fugiu para o garimpo; quando foi deportada pela Guiana Francesa para Belém, estava sem dinheiro e voltou com a passagem paga pelo Seven-to-Seven. Yeda (29 anos, vendedora de loja de máquinas e automotores, dois filhos, entrevistada em 2011 no Suriname) pagou a dívida com o Condor, tempos depois voltou para o Brasil, mas ao encontrar-se novamente em dificuldades financeiras retornou, dessa vez para o Manilla, livre da dívida inicial (uma amiga que ainda trabalhava em clube lhe emprestou o dinheiro da passagem de avião). Outra que voltou ao clube, mas sem ter saído do Suriname, foi Juliana (30 anos, trabalhadora do sexo, sem filhos, entrevistada em 2012 no Suriname): foi pela primeira vez para o Aventura, depois foi para o garimpo, posteriormente retornou ao mesmo clube (quando ficou em Paramaribo, para tratar-se de malária), dessa vez livre da dívida.

Ana (37 anos, cabeleireira e manicure, dois filhos, entrevistada em 2011 no Suriname) também retornou ao clube (Manilla), mas na época trabalhava como cozinheira em outro local: ela alugou o restaurante de um hotel de propriedade do dono do Manilla por seis meses, e nesse tempo morou no alojamento do clube (pagando por isso) junto com as mulheres que trabalhavam como prostitutas. Como conhecia o proprietário, seu trabalho não se limitava ao restaurante: “Eu fui me dando, eu conversava com as meninas que chegava do Brasil e tudo, ia pra Imigração. Ajudava ele, né”. Quando deixou o restaurante voltou a se prostituir no garimpo, até que um cliente a chamou para morar com ele, relação que durou quatro anos; depois ela fez um curso online de cabeleireira e começou a trabalhar nessa área.

Percebe-se que por ter mais experiência e desenvoltura para se comunicar, e maior proximidade com o dono do clube, certas mulheres acabam contribuindo para a sua organização e com a socialização das “novatas”, envolvendo-se na teia de relações que estruturam a

prostituição sem qualquer direito assegurado, em um país em que a prostituição, apesar de ilegal, tem sido tolerada com arranjos informais de funcionamento de clubes.

3.2.2 Na hora de começar: as "novatas" na prostituição

No clube, a profissional do sexo vira "vitrine", e adotar a nova vida na prostituição requer mais atenção com o visual — que as entrevistadas chamavam de "banho de loja" —, o que significa um custo considerável para as mulheres no clube, pois apresentar-se bem vestida e maquiada depende exclusivamente do seu dinheiro, e para quem acaba de chegar é necessário investimento: "[no clube] tinha muitas mulheres bonitas. Eu já fui mais me ajeitando, porque eu cheguei aqui bem brega, né, porque toda mulher que vem, chega, né, às vezes não tem nem roupa. Só que, depois, você vai conhecendo, aí você vai ter condições e você vai dando banho de loja, né" (Lara, 52 anos, proprietária de cantina e cabaré, três filhos, entrevistada em 2011 no Suriname).

Apenas três mulheres afirmaram ter experiência na prostituição antes da migração. Em geral as entrevistadas diziam que as que não estavam habituadas ficavam retraídas, não recebiam os clientes no quarto e demonstravam vergonha nos primeiros dias, o que significava que seriam observadas de perto pelo proprietário do clube, pois se não trabalhassem retardariam o pagamento da dívida:

> A maioria já fazia. [...] Mas algumas, não. Algumas vinham, nunca... [tinham se prostituído], segundo elas falavam, né, mas algumas, a gente via mesmo que elas não faziam, porque tinha muita vergonha, e até se entrosar com aquilo tudo, era difícil, ficava... não trabalhava, então tinha que fazer *strip* pra pagar o tíquete [a passagem de avião] — era obrigatório. Meninas que nunca trabalharam [na prostituição], que chegavam e ficavam com vergonha, num canto ali, ficavam travadas mesmo, percebia que elas não faziam aquilo antes. Então eles tinham... "Ah, você não trabalhou, e aí você tem uma conta comigo, uma dívida." Então, cada *strip* era cinquenta dólares. [...] você ia fazer *strip* e aquele dinheiro ia direto pro seu tíquete. Então, se você fizesse todo sábado, ou todo dia, um *strip*, você ia pagar, só que ele [dono do clube] só permitia um sábado — ou na sexta ou no sábado. Já era mais uma ajuda pra menina pagar o tíquete. (Catarina, 34 anos, manicure, dois filhos, entrevistada em 2011, no Suriname)

Observa-se a manobra do proprietário do clube: ao perceber que a "novata" não consegue ter relações sexuais com os clientes porque não se sente preparada para ir para o quarto, ou seja, que ela corre o risco de não ganhar nada, ele solicita que faça *strip-tease* uma vez por semana, para garantir pelo menos o valor do quarto onde ela mora e a alimentação. Contudo, paga menos do que vale um *strip-tease* no local (as entrevistadas afirmavam que pagam 50% a menos). De alguma maneira, ele sempre tem lucro:

> – Assim, [se] tinha menina que queria, "Ah, deixa eu fazer todo dia", ele dizia: "Não, eu já tô te dando uma chance pra ir diminuindo a tua conta, teu tíquete; tô te dando uma oportunidade pra ti fazer *strip"*. Então elas iam. Eu nunca precisei fazer *strip* pra pagar tíquete, eu já fazia mesmo, porque eu queria fazer pra ter mais um dinheiro, porque era cem dólar nessa época. Era cem dólar, e o nosso *strip*, quando a gente fazia mesmo, quando o cliente pagava, era cem dólar; quando o dono mandava fazer pra pagar o tíquete era cinquenta dólar, era bem menos. E quando a gente mesmo fazia, que o cliente pagava no salão, "Olha, eu quero que você faça *strip* pra mim", "Ah, [é] cem dólar", aí era outra coisa. [...] Quando a menina tá pagando o tíquete, ela faz o *strip* por cinquenta dólar, pra ajudar no tíquete, e o dinheiro vai direto pro tíquete. Mas quando tá livre, não tá pagando nada, era cem.
> – Mas o dinheiro é teu?
> – O dinheiro é meu mesmo, fica pra mim mesma. A não ser quando você esteja pagando habitação, aí ele fala: "Vai pra habitação". Quando tem uma conta muito grande com ele, quer logo descontar. Mas o dinheiro do *strip* é da menina quando ela não tá pagando. Mas quando ela tá pagando o tíquete, o dinheiro do *strip* é tudo pro tíquete. Não pode fazer *strip* quando tá pagando o tíquete, só se for que ele fale: "Olhe, vai fazer o *strip* pra pagar o tíquete*"*. (Catarina, 34 anos, manicure, dois filhos, entrevistada em 2011, no Suriname)

As que tiveram sua iniciação na prostituição em clubes do Suriname contaram que foi complicado, mas sempre amenizavam dizendo que o primeiro cliente havia sido compreensivo e pagou mesmo não tendo relação sexual:

> – O meu primeiro trabalho, que foi, assim, o outro homem que conheceu o meu corpo, foi até um médico, um senhor surinamense, só que ele era branco, né. Aí, quando eu cheguei, me explicaram tudinho; a Paulina: "Olha, Lara, é assim, assim e assim".
> – A tua cunhada?
> – Era. "A única coisa que eu posso te ajudar, porque eu sei, eu conheço meu irmão." Aí eu peguei, eu cheguei, quando chegou à noite pra, né, descer pra ir pro salão, eu toda acanhada, né, só mulher bonita, altona, toda chique... Eu cheguei do Brasil recatada, né, aí eu olhei, eu não tinha conhecimento dessas coisas, aí eu fiquei por ali, pelo canto; ela [cunhada] vinha: "Não, Lara, tu tem que sentar ali, perto do bar". "Tá bom." Foi [assim] que eu conheci. Nesse tempo ninguém falava nem espanhol aqui no Suriname, ninguém entendia. Era como, assim, você ia fazer o seu trabalho, aí perguntava... nesse tempo

> falava até assim: "Quanto é o *tiki-tiki?"*. [...] Só que ela já tinha me dado toda a aula, né: "Quando ele perguntar, tu não vai saber falar mesmo, aí tu escreve o preço". Nesse tempo era cinquenta e cinco florins[399] [...], e cinco era da chave. Quando eu cheguei no quarto com esse médico, eu não tirei minha roupa, que eu fiquei com vergonha; eu comecei a chorar. Chorei, chorei, chorei, chorei, que ele deve ter pensado "Ah, essa mulher tá doida", né, porque eu não tinha costume mesmo. Eu fiquei com vergonha de tirar minha roupa. Aí ele perguntou pra mim o que tava acontecendo, aí eu falei pra ele que eu nunca tinha feito isso na minha vida, que era a primeira vez, e eu não tinha costume. Aí, ele olhou pra mim e disse assim: "De fato, você não é acostumada". Só que ele falava um pouquinho espanhol, sabe? Aí ele disse: "O.k., meu amor, *non* problema", falou desse jeito pra mim. Mesmo assim ele me pagou. Aí, ele falou desse jeito pra mim, nunca me esqueço: "Tu sabes quando uma senhorita é acostumada a *tiki-tiki*" — ele falou desse jeito — "um *hombre* sabe. Mas tu és uma *muchacha* que tu não é. Por que tu aqui?". Aí eu tive que explicar o motivo e tal, o que aconteceu na minha vida. Aí, ele até sacudiu assim a cabeça [em negativa]. Aí, ficamos como amigo, ele desceu, não aconteceu nada. A primeira vez do meu acontecimento do meu trabalho, de estar no clube. (Lara, 52 anos, proprietária de cantina e cabaré, três filhos, entrevistada em 2011, no Suriname)

Quando chegam ao clube as mulheres logo aprendem a linguagem e os códigos para se comunicar com os clientes, que se resumem, inicialmente, em anotar o valor da relação sexual em um papel, para facilitar a negociação e identificar quando o cliente disser "*Madame, you tiki-tiki?"* (em *Sranantongo*, *tiki-tiki* significa relação sexual paga).

Muitas recorrem ao álcool para conseguir atender os primeiros clientes. Como elas diziam, "para poder se soltar ou ficar mais à vontade", perder a inibição — uma orientação dada pelas mais antigas para as tímidas, para que consigam trabalhar. Mas, muitas vezes, a bebida deixa de ser uma ajuda para se soltar e torna-se uma dependência:

> Só que, com o tempo, você vai tendo experiência, vai acostumando. Aí foi quando eu conheci outro médico, foi moreno, ele era veterinário, aí já comecei a beber. "Olha, Lara, pra ti ter mais coragem, bebe." Aí foi que eu comecei a beber um pouquinho. Aí, quer dizer, aquela vergonha vai... eu fui me acostumando. Eu comecei a trabalhar, comecei a mandar dinheiro pra minha mãe. Aí foi que eu mandei falar [que estava se prostituindo] pra minha mãe. A minha mãe agradeceu, porque eu não tava mais vivendo com aquele homem [o ex-marido violento]. (Lara, 52 anos, proprietária de cantina e cabaré, três filhos, entrevistada em 2011, no Suriname)

[399] Moeda holandesa utilizada no país até dezembro de 2003, substituída em janeiro de 2004 pelo SRD.

Também acontece de uma droga ilícita[400] ser utilizada pela mulher para que ela consiga atender mais clientes que o de costume, mas, segundo as interlocutoras, no clube o consumo de drogas é proibido pelo dono, e as que são flagradas consumindo, pagam multa:

> – E a droga, vocês usavam?
> – Não, droga não. Tinha muitas que usavam drogas, era porque eram viciadas mesmo, mas droga, lá, não.
> – Mas lá era permitido usar droga?
> – Não, não. Tinha muitas que se trancavam dentro do quarto e fumavam, mas a gente mesmo, não; era mais pra beber, beber mesmo. Era mais bebida, ele não aceitava droga lá dentro. (Marília, 33 anos, cozinheira, três filhos, entrevistada em 2012 no Suriname)

> – No clube que tu estavas era permitido drogas?
> – Não, patrão nunca [permitiu]...
> – Mas rolava por fora, as meninas usavam?
> – Não, eu nunca soube disso. [...] Não, no meu tempo eu nunca vi, mas agora tem muitas meninas que usam, muitas meninas. (Yasmim, 34 anos, cozinheira de restaurante, duas filhas, entrevistada em 2011 no Suriname)

Yeda (29 anos, vendedora de loja de máquinas e automotores, dois filhos, entrevistada no Suriname em 2011) contou que quando chegou ao clube começou a consumir cocaína para conseguir trabalhar e acabou dependente. Começou a usar três meses depois que chegou e depois que saiu (ficou um ano) ainda usou por mais "uns três meses":

> – Porque é uma vida que eu acho que tem mulher que gosta, mas tem certas mulheres que não gosta. Eu trabalhava a noite todinha: os homens vinham perto de mim, eu não gostava, eu não suportava, eu chorava. Aí, apareceu uma amiga... não, uma inimiga, que ofereceu. Então, na época eu tava muito carente, muito desorientada, aí foi que eu me envolvi, né.
> – Ela te ofereceu, e o que ela te falava?
> – Ela falava que era melhor, que eu ia me sentir mais leve, ia me sentir mais ágil, pra mim poder trabalhar. Mas foi que eu me envolvi e viciei. [...] A gente se vicia, né. Aí o pai dele [de seu filho, o brasileiro com quem se envolveu] me tirou e eu parei, acho que ainda fiquei uns três meses [usando depois que saiu do clube], depois eu larguei de mão.

O proprietário do clube sabe que muitas mulheres não têm experiência na prostituição e busca facilitar sua iniciação escolhendo o cliente (por vezes, um amigo seu) e/ou modificando o local de atendimento, como se isso descaracterizasse a relação sexual paga por ser com um

[400] Maconha, cocaína, crack, ecstasy, por exemplo, são drogas consideradas ilícitas no Suriname, e portá-las para uso pessoal é considerado crime.

cara “legal” ou em um espaço que não serve habitualmente para encontros com clientes. Na fala das mulheres apareceu o proprietário “compreensivo” e “legal” com as inexperientes, e o cliente “legal”, que as tratou bem, como se esperassem um cliente grosseiro ou violento, como foi o caso de Marília (33 anos, cozinheira, três filhos, entrevistada em 2012 no Suriname), que teve sua iniciação depois de alguns dias no clube e de vários encontros com um cliente:

> – Ah, o primeiro dia foi horrível. [...] Fiquei toda envergonhada, porque nunca tinha feito. Eu fiquei com vergonha, mas eu tinha que fazer aquilo, né. [...] A gente não tinha noção de nada, não sabia, não entendia a língua nem nada que eles falavam pra nós. Ficava lá, toda acanhada, envergonhada. No primeiro dia que eu cheguei lá, tinha um rapaz que era muito amigo dele [dono do clube], foi que esse rapaz... Até que ele [dono do clube] foi legal, ele tratava muito bem, começou a cuidar de mim, aí já não ficava muito no pé da gente, assim, [não obrigava] “Ah, tu tem que ficar com esse”. Quando ele chegava, já deixava ficar lá, do lado dele. [...] A gente começou a beber, tomar cerveja. Ele [dono do clube] tava com a gente também, pagando, e depois ele pegou, falou... Só que nem foi bem dentro do clube, foi nos outros apartamentos que ele tinha lá — que ele mandou ir pra lá, sabe?, porque a gente estava com vergonha de entrar, que tinha que passar pela porta e todo mundo via —, ele disse: “Não, não, pois vocês vão por aqui”. Aí, ele colocou a gente em outros apartamentos que tinha lá, pra ninguém ficar olhando, e pra gente não ficar com vergonha. Depois se acostuma: aí, fica todo dia, todo dia, acostuma.

3.2.3 O domicílio das mulheres: os quartos para morar e/ou trabalhar

A alimentação dentro do clube, na década de 1980, não aparecia nas contas apresentadas pelos proprietários às mulheres, ou seja, não ficava explícito se cobravam por ela ou não. Posteriormente, passou a fazer parte das despesas pessoais delas, que começaram a receber orientação para fazer compras e cozinhar conjuntamente, e cada uma passou a se preocupar com a compra da alimentação, fosse a compra feita de forma coletiva ou individual, e elas podiam realizar as refeições no alojamento ou fora dele, conforme preferissem. Lara (52 anos, proprietária de cantina e cabaré, três filhos, entrevistada em 2011 no Suriname), que foi para o clube em 1982, disse que, provavelmente, antes havia a cobrança:

> [Antes] Eu creio que já era tirado, incluído em tudo, né, porque a gente não pagava a comida, era o patrão que dava. [...] tinha um salão e os apartamentos, onde você trabalhava à noite, mas de dia a gente tinha nossa casa separada. [...] Tinha a cozinha, entendeu? Depois [é] que o patrão começou a falar: “Vocês vão ter essa casa aqui, aí vocês todas podem fazer a coleta, cada uma

> dá tanto, aí vocês vão no mercado e vocês mesmo fazem as compras de vocês". Assim que começou não era, né, depois ele mudou o sistema.

Já as mulheres que estiveram em clubes a partir da década de 1990 não tinham dúvida sobre quem pagava suas refeições, como Catarina (34 anos, manicure, dois filhos, entrevistada em 2011 no Suriname), que foi em 2004: "A comida era por nossa conta, tudo, e caso você consumisse alguma coisa no salão, de comida que você pedia, ia pra sua habitação. Habitação quer dizer na sua conta". Durante a pesquisa de campo, o usual era que cada uma se responsabilizasse por cozinhar sua comida, fosse a um restaurante ou pedisse para entregá-la no alojamento.

Há clubes que têm um local para a hospedagem das mulheres e um destinado ao atendimento de clientes (bar, salão, palco e quartos), ou seja, separam espaço de trabalho e espaço de moradia, e há clubes em que os clientes são recebidos nos quartos em que elas moram:

> – E eram quantas em cada quarto, para morar?
> – Num quarto, deixa eu ver: eram quatro mulheres. [Quarto] Grande. Quatro mulheres por quarto. Só que, aí, tinha as suítes, que era pro trabalho [...] que ficava no clube mesmo, e a casa da morada da mulher era separada.
> – Mas era no mesmo terreno?
> – Era no mesmo terreno. (Lara, 52 anos, proprietária de cantina e cabaré, três filhos, entrevistada em 2011 no Suriname)

Os que têm utilizado apenas o quarto de moradia como ponto de encontro com os clientes, fazem isso na tentativa de descaracterizar-se como clube de prostituição, alegando que são as mulheres que os levam para os quartos, não sendo de sua responsabilidade se há intercâmbio entre sexo e dinheiro, e, assim, só elas são criminalizadas. Essa estratégia mostra a tendência de camuflar os espaços visíveis destinados à prostituição no Suriname — mas tanto num tipo como no outro, o valor cobrado pela chave, embutido no valor da relação sexual, comprova que o clube lucra com a prostituição das mulheres e que presta serviços sexuais[401].

[401] Esse tipo de manobra para descaracterizar o estabelecimento como casa de prostituição também apareceu em narrativas de representantes de instituições brasileiras no Suriname e em outras pesquisas. A Maxi Linder, por exemplo, em sua publicação *Indept interviews with sex workers from the Dominican Republica and Brazil in Paramaribo and Nieuw Nickerie*, de 2008, afirma que os donos de clubes estavam diminuindo o número de mulheres que moravam neles, dando a entender que, ali, elas trabalhavam de forma independente (cf. SODIREITOS e GAATW-REDLAC, op. cit., p.50).

Nos clubes em que há a separação entre casa e trabalho, pode haver acordo entre as mulheres para que recebam clientes no quarto, no caso de todos os de trabalho estarem ocupados:

> O quarto que a gente morava não era o quarto que a gente trabalhava. [...] Tinha o quarto que ficava embaixo, que era pras mulheres trabalhar, [...] e o quarto pra gente morar é separado. [...]. Aí, muitas vezes, quando o quarto estava tudo cheio, se a gente quisesse trabalhar no nosso quarto, a gente podia, mas a gente avisava as outras companheiras que a gente ia trabalhar no quarto. (Yasmim, 34 anos, cozinheira de restaurante, dois filhos, entrevistada em 2011 no Suriname)

Morar sozinha em um dos quartos do clube é um privilégio, pois é mais caro, por isso a maioria das mulheres opta por dividir com uma ou mais colegas; o mais comum é duas por quarto: "Divide, cada uma pagava trinta [...]. Algumas meninas queriam dividir porque fica menos, mas quando tem menina que não dividia, não achava ruim pagar, e pagava sessenta. Mas eu sempre gostei de dividir, porque era bem mais em conta dividir com outra menina" (Catarina, 34 anos, manicure, dois filhos, entrevistada em 2011 no Suriname).

Os valores cobrados pelos quartos dependem do clube, da sua infraestrutura e do número de mulheres em cada quarto. Nos clubes menores, como o Manilla, em 1997 o valor do quarto coletivo era cinco SRDs por semana. No Diamond, em 2004, os valores da moradia coletiva eram bem maiores: "É um quarto normal, cama, tudo. Todo sábado tinha que pagar. Pagava sessenta SRD. [...] sessenta eram os mais simples, mas tinha, também, suíte de cento e cinquenta dólar, cem dólar. Naquela época só morava em suíte as meninas que não queriam ficar em quarto com outras porque tinha muito cliente e recebia mais" (Catarina, 34 anos, manicure, dois filhos, entrevistada em 2011 no Suriname). Mas nem todas as mulheres que moram no clube atuam na prostituição. As cozinheiras, por exemplo, costumam restringir suas atividades à cozinha: "Dividiu o quarto eu, a Yumila — essa moça que me trouxe —, e logo depois ela trouxe mais outra senhora — ela veio pra cozinhar no clube, né. Aí, era eu, a Yumila e a Zenaide. [...] Ela dividiu o quarto com a gente, mas ela não fazia programa" (Yasmim, 34 anos, cozinheira de restaurante, dois filhos, entrevistada em 2011, no Suriname). Algumas mulheres estiveram em clube de prostituição contratadas como cozinheiras, mas com a obrigação de morar no seu alojamento e com uma dívida para pagar, contraída porque a despesa de sua viagem foi paga por ele.

3.2.4 A chave do quarto: o percentual garantido do clube na relação sexual

No clube, em seu horário de trabalho, inicialmente o papel de cada mulher é fazer companhia aos homens e incentivá-los a consumir bebidas, ou dançar, ou fazer *strip-tease*. Se há possibilidade, também é o momento de escolher bem o cliente — se não há, tem que ir para o quarto com quem aparece. O valor de uma relação sexual com o tempo de meia hora é pago em SRDs, e varia na fala das mulheres entrevistadas, de cem a duzentos SRDs, havendo margem para negociação, mas não pode ser inferior ao estabelecido como mínimo pelo clube, uma espécie de tabela. Após a definição do preço com o cliente, este efetua o pagamento ao funcionário que está na cabine, juntamente com o valor da chave, ou seja, o pagamento pelo uso do quarto, como no caso do Diamond: "Era cem, você podia baixar só pra oitenta, não menos do que isso; [os clientes] pagavam na portaria, pra justificar pro rapaz, que fica numa cabine, pra ter certeza, pra que outra menina não cobrasse menos do que as outras. Tinha que seguir uma regra: ou oitenta ou cem" (Catarina, 34 anos, manicure, dois filhos, entrevistada em 2011 no Suriname).

Algumas mulheres disseram ter dificuldade em negociar, sobretudo por causa da língua, e que sempre cobravam o mínimo. Os valores negociados correspondem aos citados trinta minutos no quarto do clube, tempo que as trabalhadoras do sexo devem cumprir à risca, caso contrário há um pagamento extra, a ser efetuado pelo cliente:

> – O segurança, [...] batia [na porta], o máximo era três vezes. Quando não saía na terceira vez, ele avisava: "Olha, no quarto tal" — porque sempre marcava o quarto que a gente ia entrar e a pessoa, e a hora, né. Aí, dizia assim: "A pessoa tá em tal quarto e ainda não saiu". Aí ele botava e aumentava mais o dinheiro. Aumentava dez.
> – E se o cliente estivesse te segurando lá, tinha que pagar?
> – Ele tinha que pagar. Então, quando a gente entrava já tinha que fazer rápido, entendeu? Se o cliente, naquele horário, se ele se satisfez, tudo bem, senão ia ter que pagar de novo. (Yasmim, 34 anos, cozinheira de restaurante, duas filhas, entrevistada em 2011 no Suriname)

O quarto para os encontros com os clientes pertence ao clube, logo, ele cobra pela sua utilização. Como explicitado, o valor é pago junto com o valor da relação sexual, ou seja, a cada relação sexual paga, a mulher retira do que ganhou o percentual do clube, a "chave":

> – Quando a senhora fala que cinco [florins] era a chave, era o quê? Era do dono?

> – Porque cinquenta eram da mulher e cinco que era do quarto: cinquenta e cinco, né; esses cinco já eram do patrão. (Lara, 52 anos, proprietária de cantina e cabaré, três filhos, entrevistada em 2011 no Suriname)

> – Pagava o quarto que morava e mais o outro, pra trabalhar.
> – Sim.
> – E pra trabalhar era quanto?
> – Nesse tempo você tirava como [se fosse] agora treze SRD, cada vez que você entrava [...], eles faziam o papel com o nosso nome, horário que a gente entrava, aí eles davam já a camisinha. Nisso eles já anotavam lá. [...] Todo dia, no final da noite, ele ficava com um papelzinho e dava outro pra gente. Aí, já no final a gente ia prestar conta, quantas vezes a gente entrou no quarto, e ele descontava das vezes que nós entramos. (Yasmim, 34 anos, cozinheira de restaurante, duas filhas, entrevistada em 2011 no Suriname)

As manobras do clube para controlar e lucrar com as mulheres nem sempre surtem o efeito desejado. Por exemplo, do dinheiro ganho com o cliente, elas diziam esconder cada centavo que fugisse às normas e ao controle daquele, não entregando para quitar a dívida ou a moradia: "eu, quando eu cheguei, pra pagar o meu tíquete ficava tudo com ele. Aí, quando o cara dava mais dinheiro pra você, aí tu já escondias. [...] Se o homem pagasse a mais pra você, se você quisesse dar tudo pro patrão, você daria, mas, senão, tu ficavas com um troquinho pra você" (Lara, 52 anos, proprietária de cantina e cabaré, três filhos, entrevistada em 2011 no Suriname). Como se vê, as mulheres têm suas estratégias para ganhar dinheiro dos clientes após passar pelo controle do caixa do clube, garantindo para si valores que não entram na contabilidade deste.

CAPÍTULO 4

AS REGRAS DO CLUBE: AS MULTAS DÃO LUCRO E INCIDEM SOBRE TUDO

Ir para o clube significa aceitar as suas condições de trabalho e as suas regras. Estas últimas são utilizadas para o controle das relações sociais nas moradias e no clube, e supervisionadas de perto pelo gerente ou proprietário (a Figura 31 apresenta as principais regras dos clubes), e, ao descumpri-las, as mulheres são punidas com multas de valores variados.

Figura 31: Principais regras a serem seguidas dentro do clube.

As multas são acrescidas à dívida inicial e ao aluguel do quarto (ou seja, da habitação), a ser pago no sábado; durante a pesquisa de campo, se este fosse pago com atraso, de modo geral a multa era dez SRDs, podendo ser menos ou mais, dependendo de cada clube, mas o valor não mudou muito ao longo do tempo: “Esteja lá. Se você não quiser descer pra trabalhar, você paga uma multa também. [No Manilla, em 1997] Era dez SRDs” (Quirina, 42 anos, vendedora de loja, dois filhos, entrevistada em 2011 no Suriname). Chama a atenção o valor da multa para o descumprimento da regra referente à realização quinzenal ou mensal dos exames médicos ginecológicos para as mulheres: cem dólares americanos — isso devido ao fato de que há fiscalização quanto a esse quesito pelo governo (que também fiscaliza a regularização da mulher no país e se há menores no clube).

As mulheres que migram para o clube têm regime de trabalho rígido acordado verbalmente, com diversas regras a serem cumpridas, composto de deveres e sem a possibilidade de folga ou licença para tratamento de saúde. Nada é de graça, há uma multa definida para cada regra não cumprida: "Pra eles, eles querem que você trabalhe" (Quirina, 42 anos, vendedora de loja, dois filhos, entrevistada em 2011 no Suriname). O clube está o tempo todo atuando para reter dinheiro das mulheres. Cada movimento delas é monitorado, para o bom funcionamento de sua engrenagem — que visa ganhar dinheiro, seja dos clientes, seja das mulheres: "De toda maneira eles [donos dos clubes] faziam de tudo pra comer dinheiro da gente. E também [ao] pegar estampa [carimbo] no passaporte [eles cobravam]. Tudo eles faziam pra arrancar dinheiro da gente" (Yasmim, 34 anos, cozinheira de restaurante, dois filhos, entrevistada em 2011 no Suriname).

Na fala das entrevistadas emergem as dificuldades em cumprir à risca todas as regras, dificuldades que contribuem para a fuga de muitas delas antes que terminem de pagar a dívida, pois consideram a carga horária pesada e o lucro pequeno, que não lhes permite pagá-la e juntar dinheiro com a rapidez esperada. Elas afirmavam que esse regime de organização tem contribuído para a redução da migração de mulheres através dos clubes e para a sua curta permanência neles; o que as mantém ali é a falta de conhecimento de como continuar no Suriname.

Giovana (38 anos, dona de loja de roupas, quatro filhos, entrevistada em 2011 no Suriname) nasceu no interior do Pará, mas cresceu em Belém; cursou até a 8ª série. Em 2000, aos 27 anos, deixou os quatro filhos (quatro meninos) com o ex-marido e foi com a irmã para o clube Manilla, onde ficou dois meses — até que um cliente a ajudou a quitar a dívida. Depois trabalhou como cozinheira em um restaurante em Paramaribo e como sacoleira no garimpo, onde conheceu o marido, com quem conseguiu comprar uma máquina para extração de ouro. Durante a pesquisa de campo revezava-se entre as visitas a ele no garimpo e sua loja de roupas em Paramaribo, uma típica loja de "roupas de brasileiros"[402] — roupas com melhor qualidade que as vendidas no comércio surinamês. Segundo Giovana, as mulheres que viajam para um clube, assim que tomam conhecimento das redes que facilitam a sua sobrevivência no país procuram uma maneira de sair, seja pagando a dívida, seja fugindo:

[402] A cada dois meses ela visitava os filhos no Brasil (os quatro já maiores de 18 anos), onde comprava mercadorias para a loja: trabalhava com roupas de marca (principalmente PitBull e Rhero) e também vendia roupas para mulheres evangélicas (roupas mais discretas).

> – Elas não querem [ficar no clube]. As que estão lá [é] porque ainda não conhecem a cidade; depois que elas conhecem vão embora, fogem, abandonam.
> – Ah, então tem caso de mulheres que fogem?
> – Tem, com certeza. Elas vão ficar fazendo o quê, lá?

4.1 Horário de trabalho: cumpre ou paga multa

O horário de trabalho nos clubes de prostituição do Suriname é controlado rigidamente, e para garantir o seu cumprimento a regra é sempre a mesma: durante o dia não há impedimento para sair das moradias, mas à noite a fiscalização é implacável. Segundo as mulheres entrevistadas, do início do atendimento até o fechamento do clube é obrigatório estar lá, pronta para trabalhar. Caso descumpra essa regra, a mulher paga multa:

> – Mas vocês trabalham a noite toda, vocês têm um horário?
> – Tem horário. Das nove até às quatro da noite, né? (Quirina, 42 anos, vendedora de loja, dois filhos, entrevistada em 2011 no Suriname)

> – Nunca teve situação de o dono agredir?
> – Não, não.
> – De impedir de sair?
> – Não. Agora, é aquela coisa: se você quer sair à noite, você tem que pagar pra você sair.
> – E no dia?
> – No dia você pode sair normalmente, mas no horário que é pra você trabalhar você tem que estar lá naquele horário. Se você não está naquele horário, você paga multa.
> – E você, quando vai sair, tem que sair de táxi ou pode sair de ônibus?
> – Não tem problema como você sai — de táxi, de ônibus ou algum cliente lhe buscar —, mas só que naquele horário você tem que estar no clube. (Yasmim, 34 anos, cozinheira de restaurante, duas filhas, entrevistada em 2011 no Suriname)

Também a multa pelo atraso é somada à dívida já existente, aumentando o valor desta e postergando o seu pagamento. As entrevistadas afirmaram que nunca foram impedidas de sair do clube, tinham liberdade de ir e vir mesmo não estando de posse do passaporte. Mas sua liberdade de circulação limitava-se ao dia: no momento da abertura do clube tinham que estar lá, prontas para iniciar as atividades:

> – Quanto que era a multa?

> – A multa era cinquenta SRD, de atraso. É quase que um dia de uma habitação.
> – Cinquenta SRDs por hora de atraso? Ou por dia?
> – Não, por dia, cada dia que você chegasse atrasada. O horário era todas as meninas às nove horas no salão, mais cinco minutos de tolerância, no máximo. Exemplo: até nove horas e cinco minutos você podia descer. (Catarina, 34 anos, manicure, dois filhos, entrevistada em 2011 no Suriname)

> Passei um ano no clube dele [o dono do Condor] e nunca tive problema, nunca vi mulher tendo problemas no clube dele. [...] Nós passávamos o dia fora, podia sair à hora que quisesse, mas à noite tinha que estar lá. (Marta, 33 anos, sacoleira, dois filhos, entrevistada em 2011 no Suriname)

Assim, à noite a liberdade era limitada por dinheiro, ou seja, elas tinham que estar no clube do momento em que abria (geralmente nove da noite) ao momento em que fechava (geralmente quatro da manhã); caso não estivessem, pagavam multa.

A única possibilidade de uma mulher passar a noite fora do clube acontece quando um cliente solicita a sua companhia fora dele, normalmente para ficar a noite toda — "dormir fora com cliente", como elas costumavam dizer. Nesse caso, o preço era cem dólares americanos mais a multa pela ausência da mulher, pagos pelo cliente no caixa do clube. A parte que cabe à mulher é paga quando ela retorna:

> – Uma saída eram cem dólares.
> – Cem dólares pra ir na rua ou pra dormir fora?
> – Pra dormir fora.
> – E ele [dono do clube] deixava?
> – Deixava. [...] Ele só deixava com homem que ele já conhecia, que não tinha problema; não deixava com qualquer um que fosse lá, por causa da nossa segurança. Mas ele deixava. Lá, o homem pagava antes de sair.
> – Mas o dinheiro era de vocês ou dele?
> – Nosso. Depois ele devolvia. (Marta, 33 anos, sacoleira, dois filhos, entrevistada em 2011 no Suriname)

> – Você tinha que vir. Só [podia ausentar-se do clube] se você fosse sair com um homem. [...] E só podia sair depois de certas horas, [...], você não podia sair logo cedo.
> – Tinha que deixar já o dinheiro?
> – A multa e a saída, com o dono. Quando fosse no outro dia, o dono te dava a saída. (Yeda, 29 anos, vendedora de loja de máquinas e automotores, dois filhos, Suriname 2011)

4.1.1 Desce para o salão ou paga multa: o período das regras femininas

No que se refere aos dias em que estavam menstruadas, as interlocutoras diziam que os proprietários dos clubes não faziam nenhuma exigência para que mantivessem relações sexuais nesse período, que não as obrigavam a trabalhar, só tinham que cumprir o horário de trabalho: descer para o salão e fazer companhia para os clientes, induzi-los a beber, quando o lucro é apenas do estabelecimento. Se não descessem, pagavam multa de dez SRDs. Ou seja, eram, sim, obrigadas a trabalhar, e sem lucro algum para elas[403]:

> – E como é que faziam quando estavam menstruadas?
> – Não, nisso eles não criam problema. Se você tá menstruada eles deixam, tu só faz descer.
> – Tem que descer?
> – Tem que descer. [...] Se tiver menstruada tem que descer. (Quirina, 42 anos, vendedora de loja, dois filhos, entrevistada em 2011 no Suriname)

> Tem vez, assim, se você tá menstruada, você não pode trabalhar, mas você tem que descer, pra fazer pelo menos o cliente pagar um suco, um refrigerante pra você. Porque se você tá menstruada e você fica no seu quarto, você paga multa. (Yasmim, 34 anos, cozinheira de restaurante, duas filhas, entrevistada em 2011 no Suriname)

Considerando que o fluxo menstrual oscila entre três e sete dias, e que estando menstruada a profissional do sexo geralmente não tem relações sexuais, isso significa que ela não recebe nada nesse período, mas no sábado precisa pagar parte da dívida e o aluguel do quarto em que mora — este, se não é pago, tem o seu valor acrescido de multa e deve ser pago junto com o aluguel da semana seguinte.

Nos dias de suas regras, mesmo sendo punidas com multa caso não comparecessem ao salão no horário marcado, as entrevistadas não percebiam que eram pressionadas a ganhar dinheiro para o clube de alguma maneira, pois tinham que circular no salão. Apesar de "não trabalhar" davam lucro para o clube ao fazer companhia para os clientes e incitá-los a consumir e a pagar-lhes alguma bebida do bar, e com o pagamento de sua moradia.

[403] De acordo com SODIREITOS e GAATW-REDLAC (op. cit., p.50), a pesquisa publicada pela Maxi Linder em 2008 (*Indept interviews with sex workers from the Dominican Republica and Brazil in Paramaribo and Nieuw Nickerie*) aponta que quando estavam menstruadas ou doentes as trabalhadoras do sexo dos clubes surinameses tinham que pagar as despesas de moradia semanalmente, mesmo que não trabalhassem.

4.1.2 O exame ginecológico obrigatório: a multa mais pesada

Todas as mulheres entrevistadas que passaram pelo clube de prostituição mencionaram a exigência do exame ginecológico a ser realizado periodicamente. Essa é uma regra fiscalizada de perto pelos donos de clube e pelas autoridades surinamesas[404], que visitam os clubes e exigem que a carteira de saúde esteja atualizada, com o registro da data do comparecimento da mulher ao médico e a informação de que ela não tem nenhuma doença sexualmente transmissível[405]:

> – E a carteirinha de saúde, é o clube ou o governo que exige?
> – É o clube. É o clube que exige: de mês em mês tem que estar fazendo exame. (Quirina, 42 anos, vendedora de loja, dois filhos, entrevistada em 2011 no Suriname)

No Suriname, o controle de saúde é realizado pela National STI Clinic, um serviço privado. Logo, os exames realizados pelas trabalhadoras do sexo são pagos. Nas entrevistas as interlocutoras não mencionaram pagamento para a clínica, mas provavelmente eles eram cobrados junto com a dívida — mas mencionaram duas situações em que os clubes providenciavam o retorno da mulher ao seu país de origem: em caso de gravidez ou se fosse detectada alguma doença sexualmente transmissível. Chegaram a mencionar que em casos como estes, ou eles mandavam embora ou elas fugiam antes que organizassem a sua saída do país[406]:

> – E se tiver com algum problema de saúde?
> – Vai embora. De volta, manda embora.
> – E se engravidar?

[404] O que não significa que seja uma fiscalização adequada e eficiente, pela precariedade como os exames são feitos.

[405] Citando o trabalho da Maxi Linder, de 2008 (*Indept interviews with sex workers from the Dominican Republica and Brazil in Paramaribo and Nieuw Nickerie*), SODIREITOS e GAATW-REDLAC (op. cit., p.49) afirmam que as mulheres que estão nos clubes "são obrigadas a pagarem e realizarem exames de saúde no serviço dermatológico, na chegada e depois quinzenalmente, para o qual é entregue um cartão de controle. Só para as trabalhadoras sexuais estrangeiras este serviço é pago" — e os resultados podem chegar também nas mãos dos donos de clube. Na pesquisa de campo as mulheres entrevistadas falavam que os exames eram feitos quinzenalmente ou mensalmente.

[406] Uma das entrevistadas disse que uma amiga, quando soube que estava grávida de um cliente assíduo, conversou com ele e decidiram morar juntos, na casa da mãe dele. Depois que teve o bebê, ela voltou a trabalhar por algum tempo no mesmo clube; passava o dia com a filha e à noite ia trabalhar, mas, mesmo não morando nele, tinha que pagar pelo quarto. Esse arranjo familiar não durou muito tempo: por pressão da família do companheiro, ela acabou dando a guarda da criança para ele e voltou a morar e trabalhar no clube.

> – Aí, isso já é descuido da menina. Manda de volta ou, então, ela sai do clube, vai fugir. (Quirina, 42 anos, vendedora de loja, dois filhos, entrevistada em 2011 no Suriname)

Durante a pesquisa de campo, na entrada do Diamond havia um pequeno aviso em português colado na parede, escrito a mão num papel A4, que dizia para as mulheres não se esquecerem de fazer o exame ginecológico. Contudo, não havia menção à necessidade de os homens realizarem exame médico. A mesma negligência estende-se aos órgãos do governo responsáveis pela fiscalização dos clubes, ou seja, a fiscalização da prevenção a doenças sexualmente transmissíveis é restrita às mulheres que atuam na prostituição no clube.

A multa por não realizar exame ginecológico é uma das mais pesadas:

> – De quinze em quinze dias tinha que ir pra clínica, pra fazer esses exames, que eles dizem... Como é que eles falam? É preventivo, né, uma espécie de preventivo. Então, de quinze em quinze dias, numa quinta-feira, tinha que ir. [...]. E se o nosso nome não estivesse lá, pagava multa: "Ah, você não foi pra clínica, vai pagar multa". [...] Cem dólares americanos pra quem não fosse pra clínica. E você era obrigada. Só se você estivesse menstruada mesmo, você ficava dispensada.
> – Mas depois tinha que fazer?
> – Tinha que remarcar. Você ia lá: "Olha, não posso fazer, eu tô menstruada."
> – Quanto que custava a clínica?
> – A clínica é de graça, daqui; só que a gente tinha que ir de táxi, a gente pagava o táxi. E era obrigatório toda menina ir pra clínica. (Catarina, 34 anos, manicure, dois filhos, entrevistada em 2011 no Suriname)

Há relatos de que embora os exames ginecológicos sejam realizados periodicamente, o atendimento é precário, sem condições sanitárias que deem segurança às mulheres; que há risco de contaminação através do aparelho utilizado para a coleta de material para o laboratório; e que os exames nunca acusam nenhum problema de saúde[407]:

> – E era só exame de rotina mesmo, mas nunca dava nada. Eu sei porque algumas meninas estavam mesmo doentes, mas aquele exame nunca dava nada, e quando elas iam pro Brasil, ia constar que tinha alguma coisa errada. Agora, eu não sei por quê, tinha que ir pra fazer aquele controle. Era só pra dizer que tinha um controle, mas na realidade nunca teve controle nenhum nesses exames, porque... É até meio arriscado, a gente não gostava, [...] porque eles usavam uma coisa, não sei, um bico de pato de alumínio, então aquilo era

[407] O único problema de saúde mencionado pelas interlocutoras, que era detectado nos exames, era o de HIV. É possível que embora lhes dissessem que fariam exames ginecológicos para prevenção de doenças, na verdade a consulta e os exames se restringissem à verificação de doenças sexualmente transmissíveis e de gestação.

> inserido nas meninas, colocado, e só passado depois no foguinho, e de novo na outra menina. Não é esterilizado nada. A gente ficava com muito medo quando a gente ia, mas tinha que ir. [...] Botava na pessoa, fazia lá o exame, colhia o que tinha que recolher, o material, depois tirava, tinha o negocinho do fogo lá — a esterilização deles é assim —, aí botava aquilo lá no fogo, esperava esfriar, aí a outra menina vem, o mesmo sistema... Até hoje é assim.
> – E tinha as pessoas que estavam doentes?
> – Tinha.
> – E o exame não detectava?
> – Não, não detectava nada. Nunca detectou. No Brasil detectava que tinha menina com corrimento, com infecção urinária. Tinha menina com útero inflamado, tinha menina com ferida no útero, essas coisas. [...]. Ó, essa minha amiga que foi, que é essa moça que me trouxe, ela foi pro Brasil doente, doente mesmo. Ela tava com um problema muito sério no útero dela, e o exame nunca detectou. Nunca, nunca, nunca detectou nada. (Catarina, 34 anos, manicure, dois filhos, entrevistada em 2011 no Suriname)

Em relação às doenças sexualmente transmissíveis, as mulheres que estão no clube têm muito mais possibilidade de se proteger do que as que trabalham fora dele, pois, quando é efetuado o pagamento no caixa, ela recebe um preservativo. Isso não garante que ele seja utilizado, mas as chances de que isso aconteça são maiores, e como existe fiscalização do governo surinamês no que se refere à realização de exames ginecológicos das mulheres que trabalham nos clubes, o interesse destes em cobrar o uso do preservativo é real.

Embora as mulheres afirmassem que havia orientação para o uso de preservativo com os clientes, contavam que sempre tinha aqueles que insistiam para não utilizar, por isso em alguns momentos elas precisavam chamar o segurança do clube — o que não quer dizer que ele sempre fosse utilizado, sobretudo nos momentos em que a mulher estava embriagada:

> – E no clube, você não tem esse problema do cara não querer usar camisinha?
> – Não, quando o homem não quer usar camisinha a gente não ficava, porque o dono do clube sempre aconselhou a gente: “Nunca ficar com ninguém sem camisinha”.
> – E quando o cara se recusar lá?
> – Se recusava, a gente saía do quarto, ou até chamava o dono, e ele devolvia a metade do dinheiro, porque ele [cliente] empatou a gente. (Yasmim, 34 anos, cozinheira de restaurante, duas filhas, entrevistada em 2011 no Suriname)

Cláudia (32 anos, dona de cabaré/cantina e de máquina no garimpo, duas filhas, entrevistada em 2012 no Suriname) denunciou que mesmo no clube o risco de contrair o vírus

HIV[408] é alto, por causa de determinados clientes que, sabendo que o têm, vão ao clube com a intenção de contaminar as mulheres:

> – Você acha mais seguro trabalhar no clube ou no cabaré?
> – Hoje em dia nenhum dos dois, porque a aids aqui está feia.
> – Como assim?
> – Porque às vezes… Minha colega mesmo... saiu do clube, o homem ia drogar ela, pra ficar com ela sem camisinha, e ele tava com HIV. Se as amigas dela não avisa ela, ela tinha pegado o vírus.

Estar no clube não significa que a mulher não seja vítima de violência por parte do cliente — há relatos de que homens que os frequentam buscam ter relações sexuais "mais selvagens". Yasmim (34 anos, cozinheira de restaurante, duas filhas, entrevistada em 2011 no Suriname) disse que muitas mulheres apanhavam, e ela mesma uma vez precisou da intervenção do segurança do clube para se livrar de um deles (mas muitas deixavam as coisas quietas):

> – Tinha um aparelhozinho, no pé da cama, que se algo acontecesse com a gente, a gente podia apertar aquilo, que o segurança vinha ver o que era.
> – Tinha uma campainha, pra segurança.
> – Sim, aí uma luzinha vermelha acendia lá no balcão, aí ele mandava o segurança ir ver. Ele batia na porta até abrir; se ele [cliente] não abrisse, arrombava.
> – Já aconteceu alguma vez de ter que arrombar a porta?
> – Não, só uma vez que um brasileiro... isso já era umas quatro horas da manhã, todo mundo já tava indo dormir, eu já tinha subido, já tava no meu quarto, estava trocando de roupa, aí o rapaz do bar disse assim: "Tu não queres trabalhar de novo?". Eu disse: "Tudo bem". Aí eu desci, era um brasileiro; aí, pagou uma bebida pra mim e nós fomos pro quarto. Quando chegou no quarto, ele queria bater no meu rosto, puxar meu cabelo, essas coisas, entendeu? Aí, eu peguei, joguei as camisinhas pra debaixo da cama e disse: "Bebê, deixa eu pegar outra". E ele: "Mas tinha mais aí". Eu digo: "Então, caiu, não sei cadê". Então ele disse assim: "Então vai e não demora". Aí eu abri a porta e gritei, disse: "Adrian, vem aqui!". Quando o segurança veio, ele disse: "O que é?". Eu peguei e falei: "Esse homem tá querendo me bater e ele tá me xingando de tudo quanto é nome". Aí, ele queria me segurar dentro do quarto, o segurança mandou eu sair de dentro do quarto e mandou ele vestir a roupa dele. Ele disse que queria o dinheiro dele de volta. Aí [o segurança] perguntou: "Ele penetrou em você?". Eu disse: "Sim". Aí ele só deu a metade do dinheiro pra ele, e eu fiquei com a metade. E essa foi a única vez.
> – Mas com as outras meninas acontecia de apanhar?
> – Muitas. Muitas. Elas apanhavam no quarto, algumas. Aí, muitas vezes tinha aqueles que se apaixonavam pela mulher, pela menina, então eles não

[408] Em 2014 foi estimado em 3.800 o número de adultos e crianças vivendo com HIV/aids no Suriname (CENTRAL INTELLIGENCE AGENCY. Center for the Study of Intelligence. *The world factbook. Country comparison to the world.* Disponível em: https://www.cia.gov/library/publications/the-world-factbook/fields/2156.html#ns. Acesso: 15 de março de 2016).

> aceitavam elas irem pro quarto com outros; aí, às vezes ele ia pro quarto, mas só pra bater nela. Aconteceu muitas vezes isso.
> – Mas as vezes que batia era porque ela tinha uma relação com ele?
> – Sim. Alguns clientes também.
> – Mas batiam porque ficavam com raiva ou porque queriam...
> – Não, porque eles queriam uma coisa mais selvagem, e as mulheres lá não aceitavam. Então é aquela coisa, sabe?, "Eu tô te pagando, tu tem que fazer o que eu quero".
> – Isso é mais de brasileiro ou de surinameses?
> – Alguns surinamenses, hindustano principalmente; hindustano e preto, eles são muito violentos. [...] Porque geralmente brasileiro não ia... Nesse tempo brasileiro não ia muito em clube, nesses clubes, sabe? Mas preto e alguns hindustano, eles são muito violentos.

4.2 Sábado tem prestação de contas: o pagamento da habitação

Parte dos lucros do clube vem da dívida adquirida pelas mulheres, de modo que para garantir o pagamento das suas parcelas, todo sábado são feitos o controle e o recebimento pelo clube, uma rotina que elas chamavam de "pagamento da habitação" porque coincidia com o dia do pagamento do aluguel dos quartos, que engloba o pagamento do local em que as mulheres moram (que pertence ao clube), o consumo de bebidas e alimentos no bar, e a dívida da viagem:

> Pagava a habitação — que a gente chama de habitação, né —, [...]. Habitação é a conta. Porque, no sábado, ele falava: "Tem que pagar a habitação". Então, o que você consumisse no bar à noite, uma bebida... Se eu chegasse, "Olha, eu quero uma refeição" ou "um suco", "bota na minha habitação", então já vinha aquela conta com a semana na habitação. (Catarina, 34 anos, manicure, dois filhos, entrevistada em 2011 no Suriname)

O clube tem uma ficha (ou caderno, como elas costumavam chamar) de cada mulher, onde constam sua dívida inicial e as adquiridas após a chegada, bem como os valores já pagos ao longo de sua estadia ali. A ficha também serve de controle do desempenho de cada uma, pois nela é anotado o número de relações sexuais que elas têm — um instrumento ao qual o clube recorre sempre que lhe é conveniente para cobrar das mulheres mais empenho e lucro, e que parece funcionar muito bem:

> – Ah, vocês tinham reuniões?
> – Tinha reunião de como tratar o cliente, de como agir, de como isso, como aquilo. Tinha reunião.
> – Aí tinha uma pessoa que explicava como que era?

> – A filha do dono. Ela pegava pesado: "Ah, porque... O que tá acontecendo com vocês?". Ela ia olhar o caderno da menina, se as meninas tinham trabalhado na semana, tudo. "Por que fulana trabalhou tantas vezes e tu não trabalhou nada? O que tá acontecendo?" Diziam que as meninas tinham que ser mais... Porque estava abrindo outros clubes, e elas achavam que os homens estavam indo pros outros clubes e não estavam mais frequentando lá por culpa das meninas, porque talvez as meninas estivessem tratando os clientes mal, ou alguma coisa. E ela falava: "Se vocês não se esforçarem pra trazer cliente pra cá, pra trabalhar, pra fazer isso, vai aumentar habitação, vai aumentar tíquete*"*. (Catarina, 34 anos, manicure, dois filhos, entrevistada em 2011 no Suriname)

Os donos de clube utilizavam as informações das reuniões de avaliação e quitação da parcela da dívida para pressionar as mulheres que haviam dado pouco lucro: a cada reunião eram chamadas à atenção se não estavam trabalhando como o esperado e orientadas sobre como se comportar com os clientes. Normalmente as reuniões eram realizadas pelo proprietário ou por um membro de sua família, como era o caso de um dos clubes, em que a filha era a responsável por elas.

Para garantir que as mulheres realizassem o pagamento, alguns clubes, como o Aventura, por exemplo, ficavam com o dinheiro que os clientes haviam pago durante a semana, no caixa, pela relação sexual. No final da semana eram feitos os cálculos para retirar os valores da parcela da dívida, do consumo e do aluguel, e, caso sobrasse dinheiro, era entregue à mulher, de modo que o recolhimento semanal da habitação era garantido e servia de controle do resultado do trabalho dela, o que a impulsionava a buscar mais clientes, para ganhar o suficiente para pagar o que devia e ficar com algum dinheiro. Ao reter o dinheiro obtido pela mulher para garantir o pagamento da dívida dela, o lucro do clube é seguro, um mecanismo de controle de sua permanência ali:

> É assim: ele cobrou, na época, mil dólar pra mim, a passagem, mil dólares; eu tinha que pagar mil dólares pra ele. Então, lá a pessoa ganha o dinheiro durante a semana, fica na mão deles, tudo o que faz fica na mão deles, aí é descontado a tua passagem, vai sendo descontada. Ele soma o quanto tu recebeu durante a semana, vai descontar da tua passagem, descontar a tua... que chama de habitação, que é onde tu moras, entendeu?, e o que sobra tu fica, entendeu? E assim tu vais pagando. (Tália, 42 anos, proprietária de cabaré, dois filhos, entrevistada em 2012 no Suriname)

De acordo com as interlocutoras, eles iam fazendo o abatimento da dívida corretamente, sem descontos indevidos e sem deixar de computar valores pagos pelos clientes e que pertenciam a elas. Sobre essa questão, costumavam ser enfáticas: "Não, não, quando você paga

você tem o controle, você tá vendo: 'Olha, do seu tíquete você pagou tanto, falta isso'. Eles vão te mostrando. É tudo certo" (Catarina, 34 anos, manicure, dois filhos, entrevistada em 2011 no Suriname). Muitas confiavam tanto na contabilidade do clube que, acreditando no argumento de que era mais seguro guardar o dinheiro ali do que no quarto onde moravam (onde poderia ser roubado), deixavam-no com o dono, solicitando apenas o necessário. Assim, havia clubes que mantinham sob custódia o rendimento das mulheres:

> E eles guardam também, no caso que a menina queira guardar o dinheiro. Não deixam na habitação, que eles falam que é perigoso, alguém pode entrar. Se quiser guardar com o dono, ele guarda, ele guardava na época. Eu não sei agora esse novo, mas na minha época ele guardava. Ele dizia: "É melhor você deixar comigo, que é mais seguro". E a gente confiava, porque nunca teve problema de dizer que ele ficou com dinheiro de alguma menina. Nunca aconteceu. (Catarina, 34 anos, manicure, dois filhos, entrevistada em 2011 no Suriname)

4.2.1 Foi dada a largada: a corrida para pagar a dívida

O tempo que as mulheres levam para pagar a dívida é variado: algumas disseram ter pago em uma ou duas semanas; outras, quando estava acabando o prazo de três meses. E acontece, muitas vezes, de um cliente pagar o que falta para que a mulher possa sair do clube, mesmo que não seja para morar com ele. Algumas a quitam rapidamente, mas não é a regra, uma vez que a rapidez está relacionada, na maioria dos casos, ao fato de a mulher ter encontrado um homem que decide pagar a sua dívida, mesmo não havendo promessa, por parte dela, de ir conviver maritalmente com ele:

> – Pagaste logo a dívida?
> – Paguei com uma semana que eu cheguei, antes de eu me viciar [em cocaína]. Em duas noites.
> – Em duas noites tu conseguiste pagar teu tíquete?
> – Consegui pagar em duas noites. [...] Foi porque eu peguei duas saídas. Peguei saída, dormi com um homem fora do local. [...] A primeira noite eu entrei, trabalhei com um homem e ele me deu cem dólares. Isso foi lá dentro. Depois ele falou: "Eu gostei de ti, eu venho te pegar no final do clube". Aí, no final do clube eu fui, saí com ele, dormi com ele, e ele me deu, na época, se não me engano, trezentos e cinquenta euros.
> – Ele era surinamês?
> – Ele era espanhol, muito legal.
> – Na segunda noite ele pegou e falou: "Olha, venho te buscar na metade da noite, você fica preparada". Eu falei: "Tá bom". Aí, eu tinha trabalhado [...], e ele veio me pegar de novo. Aí ele perguntou: "Falta muito você pagar?". Eu

> falei: “Eu não sei”. Aí ele falou: “Vai perguntar pro seu patrão antes da gente sair”. Eu fui, perguntei, trouxe pra ele, mostrei o papelzinho que ele tinha me dado, né, eu fui e dei ele pro o cara. Aí, na outra noite ele me deu o dinheiro que faltava, e eu fui e paguei. Isso completou duas noites, só. Dois dias e com a mesma pessoa.
> – Nunca mais tiveste contato com ele?
> – Não, porque ele só tava de passagem.
> – Aí, depois tu continuaste trabalhando.
> – Continuei trabalhando. (Yeda, 29 anos, vendedora de loja de máquinas e automotores, dois filhos, entrevistada em 2011 no Suriname)

Dependendo da proximidade e do papel exercido no clube pela intermediária da viagem, aquele pode cobrar apenas o que realmente foi gasto com a passagem de avião. Em campo, nessa situação o único caso encontrado foi o de Juliana (30 anos, trabalhadora do sexo, sem filhos, entrevistada em 2012 no Suriname), que viajou em 2006 com uma amiga que já fazia *strip-tease* no Suriname. Como já foi dito, antes de ir para esse país ela morava em Boa Vista (de onde embarcou) e lá trabalhava em clubes de prostituição. Mesmo tendo sua viagem paga pelo clube, o valor que lhe foi cobrado está muito distante dos cobrados para as mulheres que vão de Belém (a partir de setecentos dólares): “quando eu cheguei, como eu não comprava comida, paguei menos de quatrocentos dólares, paguei trezentos e mais um pouquinho. Não me cobrou imposto, não me cobrou nada, não”. Juliana teve tratamento diferenciado: além da dívida inferior, sua atividade no clube era muito mais relacionada ao *strip-tease* do que à prostituição, o que facilitou o pagamento da dívida:

> – Quanto tempo tu ficaste no clube?
> – Eu fiquei três meses só.
> – Conseguiu pagar em três meses ou antes?
> – Vixe!, em três dias que eu cheguei.
> – Mas alguém pagou pra ti?
> – Não, eu que paguei, porque eu fazia *strip*. Eu ganhava muito bem. No caso, poucas vezes eu tinha que deitar com cara, eu fazia mais *strip*.

Das mulheres que dependiam do trabalho do sexo para conseguir dinheiro, o menor tempo de pagamento da dívida sem ajuda de cliente assíduo foi o de Catarina (34 anos, manicure, dois filhos, entrevistada em 2011 no Suriname), que em duas semanas conseguiu quitá-la:

> – Eu paguei minha dívida com duas semanas. [...] Era uma dívida de oitocentos dólares americanos. Nessa época o dólar estava bem alto, bem alto; o dólar estava quase três, quatro [reais], não lembro muito bem.

> – Então teu marido não pagou a tua dívida?
> – Não, não, eu conheci o meu marido só depois de seis meses que eu estava lá; só depois de seis meses que eu conheci ele. Eu cheguei no clube e paguei com duas semanas.

Há casos como o de Núbia, que, ao contrário do proprietário do clube, considerou que já havia pago o que devia e decidiu sair, em um momento em que ele estava na Holanda e a gerente respondia pelo estabelecimento:

> – Levaste quanto tempo para pagar esse dinheiro?
> – Mas eles aumentando todo mês, né, aí eu saí de lá...
> – Saíste então faltando ainda?
> – Eu saí de lá com ele dizendo que eu tava devendo quinhentos e pouco. Aí eu falei na cara dele: "Eu não vou pagar isso, não te devo mais nada. Já te paguei duas vezes na tua mão".
> – E virou as costas, saiu e ele não criou problema?
> – Saí. Ele tava pra Holanda. Aí, tinha a gerente dele, né, que o nome dela até é Ariádina, uma cafetina, nojenta.
> – Brasileira?
> – É. E agora ela vive aqui, né. Ela vive, mas não tá indo no clube; ela tá casada, tem os filhos dela, eu quero que ela viva feliz pra lá. Ela ligou pra ele — ela era o braço direito, né — e disse que eu tava indo embora. Aí ela disse: "Ele quer falar contigo". Eu falei com ele: "Sim, Maurício, eu tô aqui na Fazendinha [um hotel], se você quiser fazer alguma coisa comigo, eu tô aqui te esperando. Não precisa esquentar a cabeça, não, que eu não vou fugir, não". "E tu não vai pagar?" "Eu não te devo nada. Eu já te paguei o que eu tinha que pagar." E saí, fui embora.

Núbia[409], 38 anos, cozinheira no garimpo, 7ª série, é natural de Belém. Casou-se aos 16 anos e teve dois filhos com o marido. Em 2002, já separada, deixou os filhos com a mãe e foi para a Espanha, por intermédio de uma vizinha, trabalhar como prostituta e com uma dívida para pagar a um clube desse país. Viciou-se em cocaína, que começou a consumir junto com o namorado, um espanhol que conheceu lá, que era usuário. No início de 2005 retornou ao Brasil, e como não conseguia emprego e estava em dificuldades financeiras, no final daquele ano partiu para o Suriname com uma prima, ambas levadas por uma tia que trabalhava no Seven-to-Seven. Ficou cinco meses nesse clube, mas pagou sua dívida de dois mil e quinhentos dólares no primeiro mês, com a ajuda de um cliente. Quando saiu do Seven-to-Seven ficou um tempo em um apartamento pago por um ex-cliente, um surinamês de origem hindustana; posteriormente, foram morar juntos na casa da família dele, e seu relacionamento durou três anos. Após a

[409] Entrevistada em 2011 no Suriname; tinha permanência no país renovável a cada dois anos.

separação, foi para o garimpo trabalhar em cabaré e lá conheceu um garimpeiro brasileiro, com quem viveu algum tempo trabalhando em garimpo, ele na lavra de ouro, ela de cozinheira, ocupação que adotou desde então. Na época da pesquisa de campo Núbia já era avó.

Muitas mulheres não conseguem ganhar o suficiente para pagar a dívida logo no primeiro mês, e não é raro uma delas recorrer a um cliente assíduo, que a ajuda a quitá-la; posteriormente, passam a morar juntos ou ele aluga um local onde a instala, e ela começa uma relação de exclusividade com ele. Tália (42 anos, proprietária de cabaré, dois filhos, entrevistada em 2012 no Suriname), por exemplo, teve dificuldades em finalizar o pagamento de sua dívida de mil dólares, pois não se habituou à prostituição e seu ganho não era suficiente. O prazo de três meses para pagá-la havia se esgotado e ela ainda devia pouco mais de 60%, então conheceu um cliente, um holandês, que a ajudou a quitá-la e a sair do clube:

> – Você ficou quanto tempo no Aventura?
> – Três meses certinho, uma pessoa pagou a minha passagem, pra mim sair de lá. Eu acho que eu não paguei 40%, não. Porque, sabe quando tu não tens costume de uma coisa? Então pra mim era difícil ter que ganhar dinheiro daquela forma.
> – Você disse que ficou três meses, mas em quantos meses você conseguiu pagar?
> – Então, foi assim: quando eu tava fazendo três meses, exatamente três meses que eu tava lá, eu não tinha terminado de pagar, e a pessoa foi lá e deu o restante, que acho que era uns seiscentos e poucos dólar que tava falando. Aí foi que a pessoa fez e acabou, encerrou a conta. Foi assim. Aí, pagou a semana da habitação que eu tava devendo e eu saí do clube. [...]
> – Mas tu o conheceste lá no clube ou fora?
> – Dentro do clube.
> – Já tinham planejado?
> – Sim. Mais dele do que minha, né, eu fui mais porque eu não queria ficar ali dentro, sabe? É um lugar que não é pra ninguém.

Tália foi morar com ele, que um ano e dois meses depois retornou à Holanda — uma história comum no Suriname:

> Ele me botou numa aula de inglês, eu aprendi a falar em inglês [...]. Aí, fui trabalhar com ele, que ele trabalhava com madeireira, loja de madeira. Só que teve um problema com ele nessa venda dele, e ele teve que voltar pra lá [Holanda], e eu fiquei. [...]. Mas, pra nós brasileiros, a gente quer estar sempre juntinho, e com o tempo eu achei melhor não, não dava mais. [...] Aí, um dia eu decidi não atender mais o telefone e dizer que eu ia pro Brasil, mas só que não fui pro Brasil.

Outra situação que ocorre, relacionada à dívida, é a fuga de mulheres que acham que não conseguirão pagá-la nos três meses estabelecidos — e algumas mulheres não viam com bons olhos aquelas que fugiam sem pagá-la:

> – Na época eles tratavam bem?
> – Tratam bem, tratam bem, não tratam mal não.
> – Alguém fugia?
> – Fugia.
> – Mas se eles tratavam bem, por que fugia?
> – Porque elas não queriam trabalhar, não pagaram, só queriam estar na rua, e fugia. (Quirina, 42 anos, vendedora de loja chinesa de roupa, dois filhos, entrevistada em 2011 no Suriname)

São inúmeras as histórias de fuga do clube, que acontecia mesmo na época da realização da pesquisa de campo (2011 e 2012), algumas delas contadas por interlocutoras que conheceram alguém que fugiu de um deles ou por interlocutoras que fugiram, caso de Cláudia (32 anos, dona de cabaré/cantina e de máquina no garimpo, duas filhas, entrevistada em 2012 no Suriname). Em 1997, aos 17 anos, ela foi para o Manilla, e um mês depois fugiu para um cabaré no garimpo deixando para trás a dívida de pouco mais de dois mil dólares:

> Eu fugi de lá sem nada, só com a roupa do corpo. Fui pros garimpos. Ela [a mulher que a ajudou fugir] era conhecida da minha mãe. Eu estava em cima, no alto, lá no pátio do Manilla, quando eu vi aquela mulher passando. Eu reconheci ela. Aí, eu chamei e ela olhou: "Tu és filha da Marinete?". Aí eu disse: "Sim. Me ajuda, me tira daqui". "Eu vou te ajudar. Hoje à noite, que horas fecha?" Digo: "Fecha três horas". E ela disse: "Então, hoje, às três horas, eu tô bem aqui no canto; eu vou te ajudar pra tu sair daí". Nesse dia fechou cinco horas da manhã, mas Deus me ajudou e eu fugi de lá. Cinco horas da manhã, ninguém viu: eu saí, voltei, amarrei uns lençóis, desci até embaixo pelo pátio. [...]. Ela estava me esperando.

Cláudia não pagou pela ajuda na hora da fuga, mas a mulher que a ajudou recebeu dinheiro da dona de um cabaré, para onde a levou: "Ela também estava ganhando. Em cada mulher que arruma, as mulheres ganham uns cem dólares, uns cento e cinquenta, por aí. [...] Era para uma amiga dela: só me depositar, passar eu pra menina". Cláudia não voltou para quitar a dívida, e algum tempo depois pediu a ajuda da polícia para recuperar o passaporte, que lhe foi entregue porque a retenção de documentos, embora seja uma prática cotidiana dos clubes, é ilegal.

A outra que fugiu, Marília (33 anos, cozinheira, três filhos, entrevistada em 2012 no Suriname) — que a tia levou para o Suriname em 2004 sem que ela soubesse que estava indo para um clube —, ficou quase três meses no Seven-to-Seven e não conseguiu pagar a dívida:

> – Vixi!, naquela época foram mil dólares. Eu fugi porque ali tava demais, [...] a gente só ganhava dinheiro pra comer. Era só pra comida, porque ficava no tíquete da gente, né. [...] Não dava certo lá, não, era muito ruim, demais.
> – Mas por que tu dizes que é ruim?
> – É ruim, assim, [...] dez horas [da noite] tinha que estar lá, aí ficava lá até três horas, quatro horas [da manhã], dependia se tivesse muita gente. Aí, a gente ficava o dia todinho só dentro daquele quarto, e tinha que comprar comida, a gente num tinha o dinheiro, tudo que a gente fazia tinha que entregar na mão dele.
> – Ele ficava com todo o dinheiro?
> – Todo o dinheiro. E se a gente não tivesse no horário, já eram cem dólares que a gente tinha que pagar de multa; não era bom lá, não. [...] Às vezes, quando a gente queria comer, que tinha que pedir dinheiro pra ele e ele liberava o dinheiro pra gente comprar nossa comida... [...]. A gente tinha um namorado, que aí ele dava dinheiro para nós, aí já era, era nosso mesmo, já não tinha nada a ver, não era de lá; entrava pra lá já sabia tudo, já tinha que pagar para ele.

Marília fugiu para um cabaré pensando em ganhar dinheiro e pagar a dívida — e a oportunidade de fuga surgiu quando ela e uma amiga encontraram

> uma senhora, que ela trabalhava no garimpo, né, e aí ela disse: "Eu levo vocês". Aí, a mulher ficou esperando a gente, nesse táxi que a gente entrou, e a gente fomo direto para o garimpo com ela, no Mamãe Any. A gente conheceu ela lá no [hotel] Pérola: a gente foi passear e encontramos ela lá. [...] A gente estava toda endividada, tinha que pagar a passagem, né, aí a gente foi pra lá. [...] Aí, pegou eu e outra amiga minha, e disse: "É, vambora, fugir daqui porque senão a gente não vai pagar nosso tíquete." Aí foi que a gente fomo para o garimpo [...] e passamos acho que uns quinze dias no garimpo e voltamos, e aí pagamos a passagem pra ele. [...] Ele liberou, deu o passaporte. [...] Ele só ficou com raiva quando a gente fugiu, mas depois que ele viu que a gente pagou, [...] não criou mais [problema], não. Ele ainda queria que a gente fosse pra lá de novo, mas a gente não quis mais ir. [...] Pagamos e aí voltamos pra lá com ela [para o cabaré].

Voltar para pagar a dívida é uma maneira de resolver o problema com o clube e, sobretudo, recuperar o passaporte. Como colocado, durante o campo ainda era comum a fuga de mulheres para atuar na prostituição no garimpo, mas os clubes haviam criado uma nova regra para as que fugiam e retornavam para quitar a dívida e recuperar o passaporte: acrescentavam

mil dólares à dívida inicial, ou seja, como não conseguiam impedir, estabeleceram a multa para desencorajar quem cogitava fugir antes de quitá-la.

Cláudia, em 1997, e Marília, em 2004, fugiram ajudadas por alguém cujo objetivo era levá-las, com o seu conhecimento e consentimento prévios, ao garimpo, onde continuariam a trabalhar no mercado do sexo. Um negócio visto como inofensivo e comum no Suriname: acompanhar alguém até o cabaré de um amigo ou intermediar a ida para um clube. Situações que fazem parte do cotidiano, como se não existisse crime no recrutamento e na facilitação à prostituição, ou seja, não reconhecem a ilegalidade do processo (no sentido de não concordarem que haja ilegalidade), uma vez que não há o uso da força — afinal, como disseram muitas/os das/os interlocutoras/es, "a mulher que vem pra cá sabe pra onde está indo e o que ela vai fazer".

A fuga do clube normalmente tem como destino o cabaré no garimpo, com a ajuda de alguém que ganhará de alguma maneira, seja por intermediar a fuga, seja por ser proprietária/o de cabaré. Embora a fuga seja uma estratégia de escapar do clube e da dívida, de modo geral elas preferem sair dele amigavelmente, depois de quitá-la com seus próprios recursos ou com a ajuda de um cliente.

4.2.2 O tempo e a dívida: tem cliente que "ajuda"

Os três meses de prazo para o pagamento da dívida foi respeitado por treze das mulheres entrevistadas que estiveram em clube (Tabela 9; Figura 32). Depois de pagá-la, cinco permaneceram nele por mais de três meses, e destas, nenhuma recebeu ajuda para pagar a dívida. Das oito mulheres que ficaram entre quinze dias e três meses, sete receberam ajuda para quitá-la.

Tabela 9: Dívida das mulheres com o clube de prostituição: relação da permanência no local, quitação e ajuda (ou não) para pagá-la.

Tempo	Pagamento*	Ajuda para pagar		Estada no clube
		Sim	Não	
2 e 3 dias	3	2	1	-
15 dias	3	1	2	1
1 mês	3	4	-	1
2 meses	2	1	-	2
3 meses	3	2	1	5
5 meses	-	-	-	1
9 meses	-	-	-	1
12 meses	-	-	-	2
17 meses	-	-	-	1

* Nesta tabela foram registradas apenas as vezes em que as mulheres chegaram ao clube com dívida e a quitaram. Assim, uma das entrevistadas, que viajou duas vezes com dívida com o clube, mas na primeira vez fugiu sem pagá-la, aparece aqui apenas na segunda vez, quando a quitou antes de sair. Outras duas retornaram ao clube sem a dívida inicial (pagavam apenas alojamento e possíveis multas), por isso nessa segunda vez também não aparecem na tabela.

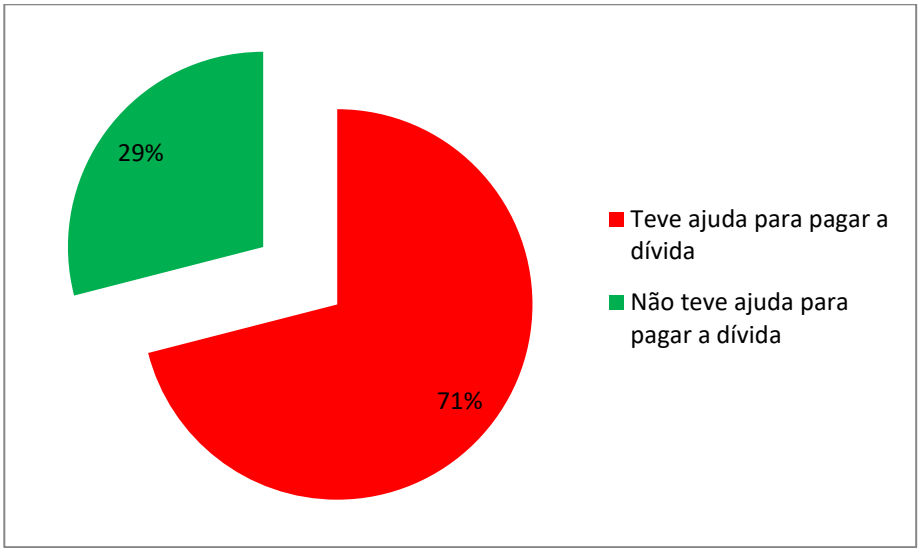

Figura 32: Percentual de mulheres que receberam e de mulheres que não receberam ajuda para quitar a dívida com o clube.

Dez mulheres (71%) tiveram ajuda de um homem para pagar a dívida, e quatro conseguiram ganhar o suficiente para quitá-la sozinhas. Isso demonstra que embora seja uma dívida que, como visto, elas pagam no prazo estabelecido pelo clube, não é fácil quitá-la, e sem o dinheiro que os clientes lhes dão à parte e que escondem, ou sem clientes que as ajudem, as mulheres que passam pelo clube têm dificuldade para terminar de pagá-la. Destas dez mulheres, oito foram morar junto com o homem que as ajudou a pagar a dívida — na casa da família dele

ou num local que ele alugou para ela, onde a visitava diariamente — e a relação amorosa continuou por um tempo, casados ou não (na época da pesquisa de campo, só uma continuava com o ex-cliente); as outras duas não chegaram a manter uma relação fora do clube com o homem que as ajudou.

Lara (52 anos, proprietária de cantina e cabaré, três filhos, entrevistada em 2011 no Suriname) teve parte da dívida paga por um cliente, que a pediu em casamento. Ela não aceitou de imediato, optou por um período de convivência, para ver se dava certo:

> Eu não passei nem três meses no clube. Eu conheci esse homem, que foi o marido. [...] Aí ele me tirou. Ele me conheceu como, digamos, foi como hoje, ele me viu, aí ele gostou de mim, aí nós tivemos a nossa relação [sexual], e ele pagou. Só que ele continuou frequentando, e eu ficava, mais, só com ele. Aí foi que ele gostou de mim e falou pra mim se eu queria ser esposa dele. Aí, eu fiquei... assim, não gostava dele tanto, era uma pessoa legal comigo, mas não gostava, mas eu fiquei, assim... "Mas essa vida aqui não é pra mim." Porque todo dia você tem que estar conhecendo homem que tu não gosta, é ruim. Pra quem é acostumada, não estranha, mas eu não era acostumada, aí eu topei, né. Aí, "Tudo bem. Eu não vou logo sair do clube e vou me casar com você, não. Eu vou sair, a gente vai passar... ter uma experiência, convivência, né, pra gente se conhecer melhor." Aí, eu passei dois anos morando na casa da mãe dele. Ele me tirou do clube, acertou o que eu tinha que pagar lá, com o meu patrão.
> – Ele que pagou a sua dívida?
> – Sim, a metade só.
> – E quanto que era, mais ou menos?
> – Nesse tempo... era quase oitocentos dólar. Naquele tempo eles cobravam caro.

São inúmeras as histórias de mulheres que saíram do clube porque um cliente pagou sua dívida. Entre as entrevistadas, a maioria das que encontraram esse tipo de cliente saiu do clube e foi morar com ele, ou foi instalada por ele em algum hotel ou casa e continuou mantendo uma relação amorosa. De modo geral elas continuam na mesma cidade, mas há situações em que assumem o risco de partir para mais longe com o novo companheiro:

> – Conheceste alguém que daqui foi pra outro país?
> – Sim. Foi pra Espanha, pra Holanda.
> – Saiu do clube?
> – Saiu do clube com pessoas mesmo... com homens que tiram. Vai, gosta da menina, "Ah, eu quero uma vida com você, tudo, mas eu não moro aqui, eu moro na Holanda". E estão até hoje. (Catarina, 34 anos, manicure, dois filhos, entrevistada em 2011 no Suriname)

Quirina (42 anos, vendedora de loja chinesa de roupa, dois filhos, entrevistada no Suriname em 2011), que teve parte da dívida paga por um cliente após um mês no clube, decidiu ficar mais um mês por lá, e só então aceitou o convite para morar em um quarto pago por ele. Depois de quase cinco meses namorando, concordou em morar junto, e a relação durou seis anos. Ao sair do clube ela não foi para o garimpo, mas tinha suas despesas pagas pelo ex-cliente, que chamava de "amigo" (posteriormente ela trabalhou em Paramaribo em uma lavanderia que montou em sociedade com uma amiga que também saiu do clube Manilla, depois foi cozinheira em garimpo):

> Me ajudaram a pagar [a dívida]. Tinha um pedaço pago, [...], aí ele pagou metade, só o outro pedacinho. [...] Fiquei dois meses [no clube]. Terminou de pagar, aí eu pude sair, se quisesse. O meu patrão me chamou: "Se você quiser, pode ir". Eu falei: "Eu não quero". Fiquei. Depois eu saí de lá, [...] fui morar na casa de uma amiga, aluguei um quarto pra mim, morava sozinha. [...]. A minha amiga alugava quartos na casa dela — o marido dela [é] surinamense —, aí eu fui morar lá. [...] Meu amigo pagava [o quarto].

Para muitas mulheres a alternativa da ajuda para pagar a dívida está atrelada aos arranjos para a construção de uma relação amorosa fora das paredes do clube. Dívida paga, usualmente o ex-cliente passa a ser financeiramente responsável pela mulher e ela assume as tarefas domésticas:

> – Foi ele que te ajudou a pagar sua dívida?
> – No clube, foi, ele que me ajudou a pagar. [...] Eu tinha acabado de chegar.
> – Porque leva muito tempo pra pagar setecentos dólares?
> – Hum-hum. Tanto que as outras amigas minhas também casaram. (Ana, 37 anos, cabeleireira e manicure, dois filhos, entrevistada em 2011 no Suriname)

De certo modo, quando elas têm a dívida paga por outros, continuam devendo: o que ocorre é a transferência da dívida, que não é mais monetária, mas de acolhimento e sobrevivência. Em uma análise foucaultiana sobre poderes[410], as relações descritas estão permeadas de pequenos poderes com diversas ramificações — mulheres e homens constroem estratégias na produção e adaptação de comportamentos como forma de resistência, o que permite visualizar parte do funcionamento da dinâmica de mobilidade das mulheres.

[410] FOUCAULT, Michel. *Microfísica do poder*. Organização e tradução de Roberto Machado. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1979.

Yeda (29 anos, vendedora de loja de máquinas e automotores, dois filhos, entrevistada em 2011 no Suriname), quando viajou para o Suriname pela primeira vez, teve ajuda de um cliente para pagar a dívida com o Condor; na segunda vez foi para o Manilla sem a dívida da viagem (uma amiga emprestou o dinheiro da passagem de avião), e saiu dele com a expectativa de estreitar sua relação com um cliente, que o frequentava pouco e com quem se envolvera fora do clube. Saiu, mas foi para o garimpo, porque o rapaz "tinha medo de se envolver", não tinha certeza se queria algo mais sério. Como ela tinha um filho para sustentar e devia para a amiga que lhe emprestara o dinheiro da viagem, enquanto aguardava sua decisão trabalhou como prostituta em cabaré.

A decisão de morar junto com um ex-cliente nem sempre é rápida, pode passar por momentos de conquista por parte de ambos e aceitação por parte do homem, a qual tem relação com a certeza dele de que ela não retornará à prostituição. Algumas interlocutoras narraram esse momento como significando um acordo entre ambos, de constituir uma família, acordo em geral marcado por uma viagem dela ao Brasil, como se fosse um rito de passagem: normalmente a mulher viaja ao Brasil, passa um tempo com a família e, na volta ao Suriname, é apresentada à família do ex-cliente, que passa à condição de companheiro/marido:

> Acho que só fui em três garimpos, não andei muito em garimpo, não. [...] Aí, teve um tempo que eu voltei, aí eu falei pra ele que eu não queria, que eu não me acostumava nessa vida, que eu acho que eu ia voltar pro meu país, ou eu queria fazer alguma coisa pra mim aqui, mas menos trabalhar com prostituição — eu falei pra ele que eu nunca me acostumei. Aí ele falou: "Tá bom, se você fala pra mim que você não quer mais ser isso, você não quer mais fazer isso, a gente pode viver junto. Eu te levo pra minha casa, eu te apresento pra minha família, mas em primeiro lugar você largue isso, que a minha família nunca vai aceitar, e nem eu". Aí eu fui e falei pra ele: "Não" — que eu já tinha até trazido um ouro do garimpo —, "Tô indo pro Brasil, vou passar um tempo com meu filho e volto", falei pra ele. "Volto e vou direto pra sua casa, eu não vou mais me prostituir", eu falei pra ele. Aí fui. (Yeda, 29 anos, vendedora de loja de máquinas e automotores, dois filhos, entrevistada em 2011, no Suriname, 2011)

O trabalho doméstico como tarefa feminina impera nas relações das mulheres que após a saída do clube foram morar com um ex-cliente, reduzindo seu papel em termos econômicos. Nessas relações, o homem tem a função de provedor e a mulher, além da exclusividade sexual, cuida das tarefas domésticas, mesmo que tenha uma atividade profissional fora de casa. Esse tipo de relação se insere no modelo "tradicional de conjugalidade" explicitado por Lia Machado, pois tem como base a "troca entre a 'sexualidade virtuosa da mulher' e 'seus afazeres

domésticos' (cuidados com os filhos e a casa), de um lado, e a situação de 'provedor' do companheiro. Mesmo, sendo cúmplices e pactuantes deste contrato conjugal tradicional, as representações de um e outro se diferenciam"[411].

4.2.3 Três meses no clube: final da dívida e novos valores na habitação

O término do pagamento da dívida dá à mulher a liberdade de sair do clube, mas, como visto, ela pode prolongar sua estadia nele. As que decidem ir embora deparam-se, por vezes, com a surpresa de ter que pagar para recuperar o passaporte, ou seja, pagar a "saída":

> – Eu tinha conhecido um javanês, e eu tava me envolvendo com ele. Aí, eu disse pra ele que eu não queria mais ficar no clube. Então ele pagou a minha saída e eu saí, e nós fomos morar junto.
> – Mas tu pagaste porque ele te ajudou ou tu pagaste sozinha?
> – Não, eu paguei só.
> – Pagaste só, mas tu disseste que ele pagou teu tíquete.
> – Não, ele pagou minha saída. Porque o tíquete é um e a saída é outra. Você paga sua passagem, e, pra você sair do clube, você tem que pagar também. Nesse tempo foram trezentos e cinquenta dólares. Porque ele diz que ele gasta com negócio de médico. Porque todo mês ele levava as mulheres pra fazer exame, né, pra ver se a mulher tinha algum tipo de doença, essas coisas [...]. (Yasmim 34 anos, cozinheira de restaurante, duas filhas, entrevistada em 2011 no Suriname)

> – [...] Quando tu sai de lá, porque quando tu paga o teu tíquete tu tem que pagar uma multa pra ele, pra poder entregar o passaporte.
> – Ah!, e tu pagas?
> – Paga a passagem.
> – Zerou a dívida com ele...
> – Positivo. Aí, tu vai ficar só pagando o quarto, o resto do dinheiro é teu. Depois, se você quiser sair, ficar aqui em Paramaribo sem estar no clube dele, você paga uma multa pra ele entregar seu passaporte. Na época eram trezentos dólares. (Yeda, 29 anos, vendedora de loja de máquinas e automotores, dois filhos, entrevistada em 2011, no Suriname)

Uma realidade percebida por poucas, pois nem sempre era dito abertamente que elas pagavam para ter o documento de volta:

[411] MACHADO, Lia Zanotta. Famílias e individualismo: tendências contemporâneas no Brasil. *Interface - Comunicação, Saúde, Educação*, v.4, n.8, p.11-26, 2001 (p.21).

> – Pagou também para recuperar teu passaporte?
> – Não, passaporte eles entregam mesmo, assim que tu acaba de pagar a passagem eles devolvem pra ti. Devolvem. [...]. (Tália, 42 anos, dois filhos, proprietária de cabaré, dois filhos, entrevistada em 2012 no Suriname)

> – Passaporte ficava com quem?
> – Ficava com o patrão nesse tempo. Quando você pagava tudo, ele devolvia a você.
> – Mas ele não cobrava nenhuma taxa extra pra devolver?
> – Não, não, não. (Lara, 52 anos, proprietária de cantina e cabaré, três filhos, entrevistada em 2011 no Suriname)

Algumas interlocutoras afirmaram que muitas mulheres se recusam a pagar a multa para a liberação do passaporte, e, tendo quitado a dívida principal (a da passagem), fogem, deixando para trás o documento:

> – Então, para tu pegares o passaporte tens que pagar para retirar?
> – Pagar. Mas tem muita menina que fugia pra não pagar essa dívida, entendeu? Tinha menina que fazia como... Todo dia o dono do clube não tá no clube, então ela podia dizer que estava levando a roupa dela pra casa de uma amiga dela, e ia levando, ia levando, quando um belo de um dia ela só ia e não voltava mais.
> – Ia sem documento?
> – Sem documento. A única coisa que fazia, quando... Se tu quisesse ir pro Brasil, ia na Embaixada [do Brasil], pegava uma autorização e ia sem documento. E lá no Brasil dizia que foi roubada, que dono de clube ficou, pra tirar novo passaporte.
> – E voltava.
> – E voltava, porque não pagava mais trezentos dólares pra ele. Porque trezentos dólares é um roubo, né, quando tu não tens. (Yeda, 29 anos, vendedora de loja de máquinas e automotores, dois filhos, entrevistada em 2011 no Suriname)

No caso das mulheres que ficam mais de três meses no clube, as regras e contas a pagar mudam de nome. A principal conta refere-se à regularização no país, tornando as que decidem permanecer no clube reféns de novos pagamentos da passagem de avião de retorno ao Brasil, referentes à metade da dívida inicial e, não, ao valor real da passagem:

> – E de três em três meses tem que pagar o tíquete. Ainda tem isso.
> – Como assim?
> – De três em três meses. Você chega, você pagou o seu tíquete, e, porque você tem só três meses pra ficar aqui [tempo do visto de turista], eles dizem que você tem que ir na Imigração. É outro *tícket* que paga, a metade. Por exemplo, eu paguei oitocentos dólar pra vir, depois que eu tô com três meses aqui, pra renovar a minha passagem eu paguei mais quatrocentos [...]. De três em três

> meses você paga o tíquete pro dono do clube só pra ele levar seu passaporte em George [Georgetown], pra dizer que você saiu do Suriname.
> – Ah!, entendi, então tu pagas esses quatrocentos pra ele levar seu passaporte na Guiana, para dar um carimbo.
> – Pra dar um carimbo. [...] Quer dizer, não é só o tíquete que você paga quando você vem. Você pagou aquele e tá livre, né, e se você fica no clube: "Ah, vence seu tíquete tal dia, cadê o dinheiro do tíquete?".
> – Aí, quanto custa o tíquete a cada três meses?
> – A metade da passagem. A passagem, agora, parece que eles cobram mil dólar. (Catarina, 34 anos, manicure, dois filhos, entrevistada em 2011, no Suriname)

A cobrança de meia dívida para providenciar a permanência no país como turista contribui para a tomada de decisão de deixar o clube por aquelas mulheres que decidiram ficar nele mais tempo, e talvez justifique a decisão da maioria de não permanecer ali após os três meses:

> – Tanto é que quando eu fiz nove meses lá [no clube], a gente tinha que pagar outra, mais essa quantia, e eu disse: "Não, eu já quero sair mesmo, eu não vou pagar, eu prefiro marcar [a passagem] e ir pro Brasil". Foi quando eu marquei e fui. Assim: eu paguei a minha passagem pra vir, [três meses depois, pagou novamente,] depois, quando eu fiz seis meses, passei ele [o passaporte pela fronteira] de novo, mais uma metade, né, então, quando eu fiz nove já ia pagar de novo, foi quando eu disse: "Não, eu não vou ficar mesmo". Aí foi que eu saí. Mas eu teria que pagar se eu ficasse, completasse os nove meses, logo eu ia ter que pagar. É, tem que pagar. Tem menina que fica um ano direto, mas ele não deixa ficar mais de um ano. [...].
> – Ah, tá, esse esquema de ir pra Georgetown é só até um ano.
> – Até um ano. Daí eles vão conversar isso. Se a menina for sair, passar uma semana e voltar, vai começar tudo de novo: paga o tíquete que veio, depois de três meses paga de novo, depois paga, ela vai continuar tudo de novo. (Catarina, 34 anos, manicure, dois filhos, entrevistada em 2011 no Suriname)

Como a mulher que vai para o clube de prostituição no Suriname não tem vínculo trabalhista formal com ele e, consequentemente, não tem visto de trabalho, fica como turista durante três meses, e a regularização da sua permanência passa por um percurso simples: atravessar a fronteira e retornar, tudo em menos de 24 horas. Como essa prática costuma ser utilizada também por quem está na Guiana, há uma estrutura básica nas cidades fronteiriças dos dois países para hospedagem e alimentação desses turistas de algumas horas, que têm o mesmo objetivo: um carimbo que comprove que saiu do país para recomeçar nova estadia como turista. Como colocado na introdução, embora muitas/os interlocutoras/res se referissem a Georgetown como o local para carimbar o passaporte, na verdade estavam se referindo à Guiana, não à sua

capital, pois elas iam a cidades que fazem fronteira com o Suriname. Yasmim (34 anos, cozinheira de restaurante, duas filhas, entrevistada em 2011 no Suriname) chegou a ir a "Georgetown" (Corriverton, na Guiana):

> – A estampa de passaporte é o quê?
> – É pra você pegar aquele carimbo e você não fica ilegal no país.
> – E eles carimbam onde?
> – Em Georgetown.
> – Mas tu ias lá em Georgetown? [...].
> – Dessa vez eu fui em Georgetown com ele, eu e outras meninas. Fomos em Georgetown, ele mostrou o nosso passaporte pra polícia, colocou na bolsa — nós vimos só mesmo a estampa, depois que eu saí do clube que eu peguei meu passaporte, né — e voltamos pra Paramaribo, e ele com o passaporte. Aí, a gente tem que dormir um dia lá, tem que dormir uma noite, então a gente volta.
> – Quem paga essa noite?
> – Essa noite é tudo por conta dele.
> – Mas depois cobra?
> – Depois vai pra nossa conta. Então sempre sai o dobro as coisas. Se ele paga cem dólar, ele bota pra gente cento e cinquenta, duzentos e cinquenta dólares. Às vezes cobra até a comida. Aí, nisso, a gente pensa que tudo é ele que tá fazendo, né, "Ah, porque ele é um ótimo patrão", mas depois você vai botar na ponta do lápis, saiu tudo do seu bolso. (Yasmim, 34 anos, cozinheira de restaurante, duas filhas, entrevistada em 2011 no Suriname)

A estratégia de regularizar a permanência no país provisoriamente, como turista, ultrapassou os muros dos clubes de prostituição: muitos brasileiros, independentemente da identidade de gênero, tanto no Suriname como na Guiana, estão há muito tempo fazendo a travessia entre esses dois países para permanecer por mais três meses naquele em que residem. Vez por outra cruzam a fronteira do Brasil, mas costumam demorar mais para cruzá-la, às vezes meses ou anos:

> – Tu já tens permanência?
> – Tô tirando.
> – E como faz pra ficar em dia?
> – Vai em Georgetown.
> – Mas tu vais pessoalmente?
> – Vou pessoalmente. [...] Eu tenho até conhecidos meus que, no começo do mês, ficaram presos quando foram pra atualização de carimbo, essas coisas. E agora a polícia daqui tá exigindo a passagem.
> – Ah, é?
> – É, passagem que a gente atravessa. Porque a gente vai daqui até Nickerie, chega Nickerie eu pego uma balsa e atravessa pra Georgetown.
> – Mas vocês chegam em Georgetown, a capital, que é tão longe, ou vocês atravessam pro outro lado de Nickerie?
> – A gente atravessa pro outro lado de Nickerie, é o porto aqui da Guiana. [...] A gente pega no porto da Guiana e chega lá. Aliás, vai e volta, só quando chega na Imigração daqui eles querem a passagem daqui pra lá, porque eles

fazem a passagem com o nosso nome, os dados, tudinho, passaporte, tudo, e quando chegam aqui eles querem a passagem. [...] Tanto de ida como de volta. [...] O mesmo tíquete que é comprado aqui, volta, a validade dele é de cinco dias. Então, o nosso prazo de estadia lá é mais curto que aqui, que é pra quinze dias.
– Ah, eles não deixam ficar os três meses igual aqui, não?
– Pode, só que, aí, no caso, é assim: se ficar três meses perde a validade do tíquete, tem que comprar outro, de lá pra cá.
– Ah, entendi.
– Então é justamente assim. O pessoal veio... os brasileiros que moram aqui já vão com isso, só para carimbar o passaporte e volta. [...] Até, essa passagem, quando eu fui pra lá, quando eu estava trabalhando pra lá, eles estavam exigindo pelo menos passar dois ou três dias na cidade. Porque a gente vai de manhã e volta de tarde, então é um carimbo não é nem de vinte e quatro horas de saída e entrada. [...] Estão exigindo pelo menos passar um ou dois dias.
– Pessoal que está na Guiana vem pra Nickerie, depois volta.
– Mesma história. É uma viagem sofrida, são oito horas de carro, quatro horas, dependendo do motorista. É chão. Chão, não, não é bem chão, mas tem lugar que não tá construído. (Benjamin[412], 23 anos, cabeleireiro, sem filhos, entrevistado em 2012 no Suriname)

O passaporte a gente tem... Como é? Tem marca [...], você manda carimbar o passaporte, passa três meses... Assim vai ficando. (Alberto, 29 anos, três filhos, garimpeiro, entrevistado em 2011 no Suriname)

– A minha cunhada, eu tirei a permanência dela sendo babá da minha filha; eu tirei logo quando ela chegou. O do meu irmão eu não tirei porque o sobrenome dele tá errado, o sobrenome dele tá junto com o nome dele. Aí, ele não ficou ilegal, de três em três meses, mandava… ele ia lá na Guiana inglesa, de três em três meses, depois ia na Imigração [surinamesa]. Ele não ficou ilegal nesse tempo todinho. Agora eles foram lá pro Brasil, pra ajeitar o passaporte dele. Ele foi lá na Polícia Federal e eles não cobraram nada, tiraram outro passaporte, porque foi erro deles.
– Agora, me diz uma coisa: tu vais lá na Guiana, ele carimba, aí tu voltas outro dia. Aí tu vai onde?
– Vai na Imigração [surinamesa]. Eles te dão o carimbo de dois meses. Por dois meses você não fica ilegal no país.
– E quando acabam esses dois meses, faz o quê?
– Pois é, tem que voltar de novo pra lá, ou então vai pro Brasil. [...] É, regulando não tem problema. Aí ele [o irmão] foi lá porque ele tá cansado de estar gastando dinheiro com isso, né, aí foi que eles foram lá, pra ajeitar o passaporte deles. Até paguei os cento e cinquenta dólares no banco — nós

[412] Benjamin, 23 anos, cabeleireiro, ensino médio completo, sem filhos, é natural de Belém. Migrou para o Suriname em 2007, aos 18 anos. Sua viagem foi intermediada e paga por duas irmãs suas (uma delas, casada com um surinamês), que já residiam nesse país havia seis anos. Inicialmente, vendia, em garimpos, roupas brasileiras, e também atuava como cabeleireiro (no Brasil havia feito um curso técnico de cabeleireiro). Na época da entrevista trabalhava em Paramaribo, mas também já trabalhara em salão na Guiana e no Caribe (no qual ficou três meses). Apesar de o serviço de cabeleireiro ser caro tanto no Caribe quanto na Guiana e no Suriname, a demanda era maior neste último, por isso ele resolveu se estabelecer ali. Sua clientela era composta sobretudo de mulheres brasileiras, que eram assíduas, mas também de algumas colombianas e dominicanas — e um público que estava crescendo era o de surinamesas de origem javanesa (segundo alguns interlocutores, no Suriname as trabalhadoras do sexo de outros países das Américas Central e do Sul buscam copiar o estilo das brasileiras, e, por isso, além de comprarem roupas e acessórios em lojas de produtos originários do Brasil, havia demanda por esse tipo de serviço e por profissionais brasileiros, mesmo sendo caro). Benjamim tinha permanência no Suriname renovável a cada dois anos.

> paga os cento e cinquenta dólares pra tirar a permanência —, eu já até paguei no banco os cento e cinquenta dólares americanos. Ajeitei ele todinho, só falta ele trazer os papéis. (Marta, 33 anos, sacoleira, dois filhos, entrevistada em 2011 no Suriname)

As mulheres que estão no mercado do sexo fora do clube também utilizam essa estratégia para se manter regulares, contudo a sua frequência de viagens ao Brasil é bem maior que a dos homens, pois costumam voltar para fazer compras para suas lojas, e/ou visitar os filhos e familiares, e os homens, muitas vezes, quando chegam ao garimpo perdem, aos poucos, o contato com filhos, esposas e familiares, a tal ponto de perderem contato definitivamente.

A prática de atravessar a fronteira e logo voltar é utilizada pelas mulheres que estão sem autorização de trabalho no Suriname e na Guiana, sejam as que atuam em clube ou não, o que não é ilegal, mas algumas situações podem ter consequências jurídicas, como o caso das que não atravessam a fronteira, só o seu passaporte: apesar de não ser a realidade de todas, dependendo do clube havia a possibilidade de apenas o passaporte cruzar a fronteira — mas a mulher pagava por essa "comodidade", e, como é uma viagem bastante cansativa, muitas decidiam pagar:

> – Chega lá, ele carimba e volta.
> – É. Às vezes a menina vai junto. Hoje em dia eu não sei como eles fazem, mas, na minha época, se a gente não quisesse ir eles cobravam um pouquinho a mais pra eles poder levar.
> – Aí eles levavam?
> – É. Mas tinha menina que às vezes tava cansada da noite, "Ah, tem que viajar amanhã pra George", "Não, vou te dar mais cinquenta dólar, vou te dar mais cem dólar pra ti levar o passaporte, e não é preciso eu ir" — e eles iam: "Tá bom, então me dá". Se não desse: "Não, tu vai ter que ir então".
> – Mas só vai na fronteira?
> – É. Eu nunca cheguei a ir, as meninas que iam, que não tinham dinheiro pra pagar pra levar.
> – Aí tu pagavas quanto, pra tu não ires?
> – Mais cem dólar americano. (Catarina, 34 anos, manicure, dois filhos, entrevistada em 2011, no Suriname)

> – Eu fui só uma vez com o patrão. As outras vezes a gente só levava o passaporte mesmo.
> – Mas aí tu pagavas?
> – Ele pagava e depois descontava da gente.
> – Pagava, tu lembras quanto?
> – Eu não me lembro quanto porque ele nunca falava quanto, sempre ele alteava [cobrava valor maior] mais.
> – Ele voltava com o passaporte e te entregava?
> – Não, o passaporte não ficava com a gente.
> – Nunca?

> – Não. (Yasmim, 34 anos, cozinheira de restaurante, duas filhas, entrevistada em 2011, no Suriname)
>
> – A gente pagava duzentos dólares pra mandar o passaporte — agora não sei se era duzentos dólares, né.
> – Mas esses duzentos dólares é quem ia junto com o passaporte ou o passaporte ia sozinho?
> – Passaporte ia só. Passaporte nunca fica na tua mão.
> – Quando ia pra Georgetown, tu ias?
> – Não.
> – Só o passaporte?
> – Só o passaporte. E, pra te falar, a gente nem via. Ele mesmo fazia, porque o passaporte sempre fica na mão do dono do clube. (Yeda, 29 anos, vendedora de loja de máquinas e automotores, dois filhos, entrevistada em 2011 no Suriname)

Como afirmou Catarina (34 anos, manicure, dois filhos, entrevistada em 2011 no Suriname), esse método de regularizar a situação migratória se transformou em um "negócio" lucrativo: "Na realidade a gente descobre que esse negócio de Georgetown, ele [dono do clube] já tem um esquema dele, todos eles já têm, aquilo é mais para eles pegarem o dinheiro das meninas do clube. Aquilo ali de ir carimbar, tudo, ele já tem um esquema todo. É tudo uma máfia". A prática de passar apenas o passaporte pela fronteira criou a figura do falsificador de carimbos na Guiana e no Suriname. Neste, a prática é normalmente realizada por taxistas, que dizem ter acesso ao posto de fronteira, mas na verdade falsificam tais carimbos.

A passagem de uma fronteira a outra, para iniciar outro período regular como turista, também ocorria com o retorno ao Brasil, mas, como era mais cara, deixou de ser utilizada: "quando você chegava, aí ele que levava todos os passaportes. Digamos assim: se você passasse três meses, eram três meses, aí você ia embora, voltava pro Brasil; e se você quisesse voltar, você voltaria" (Lara, 52 anos, proprietária de cantina e cabaré, três filhos, entrevistada em 2011 no Suriname).

Pesquisas realizadas por Laura Oso Casas em 2000 e 2001 com mulheres da Colômbia e do Equador que migraram para a Espanha, mostram que a entrada neste país se dava como turistas (por três meses). Posteriormente, elas prolongavam sua estadia de maneira irregular trabalhando no mercado do sexo ou em serviços domésticos, apoiando-se em diversas estratégias para aceder ao país e nele permanecer[413].

[413] OSO CASAS, Laura. *Estrategias migratorias de las mujeres ecuatorianas y colombianas en situación irregular: servicio doméstico y prostitución en Galicia, Madrid y Pamplona*. 2003. Disponível em: http://www.mmo.gr/pdf/library/Spain/laura_oso_en%20espanol.pdf. Acesso: 7 de setembro de 2016.

Pauline Carnet pesquisou as condições de passagem clandestina de migrantes africanos pelas Ilhas Canárias, arquipélago da Espanha, em direção ao sul desse país, e aponta que as estratégias de passagem da fronteira, nesse caso, incluíam várias etapas, e uma delas era a permanência no Centro de Internamento para Estrangeiros (CIE) das Canárias, espaço de detenção que atua como organismo de controle de estrangeiros irregulares, onde ficavam internados por até quarenta dias (na época de sua pesquisa, cujo campo foi feito, na sua maior parte, em 2006 e 2007), em uma espécie de triagem que determinaria seu retorno ao país de origem ou sua liberação[414]. Mas mesmo os que não eram expulsos permaneciam clandestinos na Espanha, ou seja, não eram legalizados. De modo que a polícia que os fazia "entrar" no país e as organizações governamentais e humanitárias exerciam o papel de acolhida nesse processo de entrada, espera, expulsão ou permanência irregular. Assim, "Ao revés da construção de uma fortaleza, as forças policiais favorecem a circulação dos migrantes tanto no nível internacional quanto nacional. Os controles, por certo, existem, mas eles operam sob lógicas diferentes daquelas afirmadas pelos Estados"[415].

Na mesma via de controle de fronteira distante das lógicas estabelecidas pelo Estado, propiciando as mais diversas estratégias de entrada e permanência nos territórios, encontram-se as/os brasileiras/os que cruzam uma fronteira para manter-se em condições de circulação limitada no país de destino através do uso do direito de permanecer por um período determinado como turista, mas continuam, ainda assim, sem outros direitos que o de circular pelo país. A mobilidade das/os brasileiros nas fronteiras da região das Guianas, sobretudo da Guiana e do Suriname, em busca de trabalho ou regularização, esta última mesmo que temporária, produz diversificadas relações políticas, jurídicas, econômicas, culturais e simbólicas entre nações, pessoas e gêneros, dinamizando uma logística de acolhimento, fiscalização, negociação e flexibilização de normas que ultrapassa as fronteiras políticas ou administrativas. As lógicas e estratégias individuais para migração e circulação são diversas, e nesse percurso o acionamento da fronteira também mobiliza as redes sociais.

No processo migratório as estratégias de permanência no país de acolhida ultrapassam os contextos formais da burocracia e das normas jurídicas, de modo que, cotidianamente, novas formas de sociabilidade são incorporadas, criadas e redefinidas. O conceito de fronteira remete à ideia de limite da soberania de um Estado em determinado espaço. A fronteira, ao mesmo

[414] CARNET, Pauline. Da ambivalência do Estado espanhol diante das condições de passagem e instalação dos migrantes africanos "clandestinos". In: PERALVA, Angelina; TELLES, Vera da Silva. (Orgs.). *Ilegalismos na globalização: migrações, trabalho, mercados*. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ, 2015. p.75-95 (p.91).
[415] Ibidem, p.91.

tempo que separa nações por limites geográficos e identitários, também é resultado deles. Para Pierre Bourdieu não existem critérios que possam fundamentar classificações em regiões "naturais" que estão separadas por fronteiras "naturais": a fronteira é resultado de "um estado anterior da relação de forças no campo das lutas pela delimitação legítima. A fronteira, esse produto de um acto jurídico de delimitação, produz a diferença cultural do mesmo modo que é produto desta"[416]. O autor chama a atenção, ainda, para a relação que se estabelece entre "província" e "centro", com distribuição desigual de poder e espaço estigmatizado: "E, de fato, se a região não existisse como espaço estigmatizado, como 'província' definida pela distância econômica e social (e não geográfica) em relação ao 'centro', quer dizer, pela privação do capital (material e simbólico) que a capital concentra, não teria que reivindicar a existência"[417].

Na Guiana a burocracia está cada vez mais lenta para a regularização de estrangeiros. Alguns interlocutores, principalmente mulheres, disseram que para elas a situação está ainda mais difícil, a ponto de haver critérios extras-oficiais para não se liberar os pedidos de regularização para brasileiras com menos de 36 anos — uma estratégia para dificultar a entrada regular, no país, de trabalhadoras do sexo. No Suriname, outra possibilidade de regularizar a situação, da década de 1980 e até o início de 2000, era através do casamento com surinamês, porém isso não interessava aos proprietários de clubes — e não se tornou uma prática para as mulheres que desejavam permanecer no país. Nos casos das mulheres entrevistadas que saíram do clube para morar com um surinamês, elas foram morar em locais alugados por ele ou na casa da família dele, ficaram um tempo em situação migratória irregular e só para os casais que decidiram constituir família o casamento em cartório foi realizado. Aliás, para as que saíram do clube e foram morar com surinamês, o mais usual era não casar oficialmente: além de acreditarem que seria mais fácil sair de uma relação não oficial — muitas que foram morar junto o fizeram pela ajuda financeira que recebiam do companheiro —, o governo surinamês vem facilitando, nos últimos anos, a regularização dos brasileiros, principalmente para quem está no país há bastante tempo, e o casamento como meio de regularização perdeu "oficialmente" o valor: de vez em quando o governo realiza ações para a regularização dos estrangeiros mais antigos, dando visto de permanência por dois anos, renovável a cada período de vencimento do documento. De acordo com José Paulo (50 anos, dono de máquina no garimpo, três filhos, entrevistado em 2011 no Suriname), quando "o governo criou uma portaria que pediu, então, que os brasileiros comparecessem com qualquer tipo de documento, e seria

[416] BOURDIEU, Pierre. *O poder simbólico*. 6.ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2003, p.115.
[417] Ibidem, p.126.

facilitada sua permanência provisória, de dois anos. Mais de sete mil se inscreveram". No entanto, apesar do elevado número de inscritos, aproximadamente 58% não voltaram para pegar o documento:

> Até, um dia desses, saiu até uma materiazinha de utilidade pública: mais de quatro mil não foram buscar. [...] Não foram buscar isso. Quando diz isso, não é só brasileiro, é estrangeiro. Mas quantos estrangeiros trabalham nas atividades irregulares? A maior parte é brasileiro. Os chineses já vêm previamente regularizados; os haitianos, que têm uma colônia agrícola aqui, já vêm tudo [regularizado]. (José Paulo, 50 anos, dono de máquina no garimpo, três filhos, entrevistado em 2011 no Suriname)

Outros nem dão entrada na documentação porque o passaporte está vencido; porque perderam os documentos pessoais — "Porque tem muitas pessoas que, quando vão viajar, aí acontece acidente na canoa, essas coisas, aí o documento vai embora" (Quirina, 42 anos, vendedora de loja chinesa de roupa, dois filhos, entrevistada em 2011 no Suriname) —; porque foram deportados (e têm medo de se apresentar às autoridades); porque seus documentos foram queimados pelos *gendarmes* em uma fiscalização em garimpos clandestinos na Guiana Francesa; porque perdem o prazo[418] definido pelo governo surinamês para a solicitação da regularização; ou simplesmente pelo medo de serem presos e deportados por estarem lá há vinte anos, ou apenas um, e nunca terem se apresentado a uma autoridade migratória.

Um dos que perderam o prazo e estava tentando se regularizar é Vinícius[419], 45 anos, garimpeiro, sem filhos, 4ª série, nascido no interior do Maranhão. Vinícius, que perdeu a mãe ainda criança, desde cedo ajudava o pai na agricultura familiar, mas sempre quis sair da roça. Aos 24 anos foi trabalhar em garimpo na região do Tapajós (Pará), sobretudo em Itaituba. Em 2003 migrou clandestinamente para a Guiana Francesa, seguindo uma fofoca do ouro, e lá ficou três anos. Em 2006, cansado de fugir dos *gendarmes* "com a máquina nas costas", percebeu que passava mais tempo se escondendo do que trabalhando, e decidiu ir para o Suriname, onde se estabeleceu, sempre trabalhando em garimpos. Contou que já ganhou muito dinheiro como garimpeiro, mas não soube administrar: gastou tudo e não comprou nada no Brasil. Desde que migrou, falava com os irmãos, que ficaram no Brasil, por telefone, mas passou muito tempo

[418] Como Ana (37 anos, cabelereira e manicure, dois filhos, entrevistada em 2011 no Suriname) explicou: "Eles fizeram papel agora, eles fizeram uma chamada de papel, agora, que tem que ter um comprovante, e nem todo mundo tirou esse comprovante; aí, só pode tirar o papel quem tivesse comprovante, e muitos estavam no garimpo trabalhando. Tem muitos que nem sabem. Aí, quando vem pra cá, às vezes tá até com intenção de fazer o papel e tudo, tá com um dinheirinho, [...] a Imigração [polícia] passa, aí vai levando".

[419] Entrevistado em 2011 no Suriname.

sem visitar a família, o que era motivo de tristeza e arrependimento: "o arrependimento maior que eu tenho é que nesse período que eu vim, eu não dei notícia, sabe? Passei uns tempos sem dar notícia, quinze anos sem dar notícia pro meu pai lá no Pará. Nesse período meu pai morreu, e quando eu dei a notícia, que eu fui, ele já tinha falecido, tava com oito anos de falecido".

Quando foi entrevistado (2011), sempre que podia depositava dinheiro na conta de um irmão (que o guardava para Vinícius), para que pudesse retornar ao Brasil com dinheiro suficiente para recomeçar a vida. Como a data da volta ao Brasil é sempre uma incógnita, pensava em aproveitar uma nova oportunidade para se regularizar:

> Trabalho em garimpo. Eu vim aqui na cidade, me deram a oportunidade pra eu fazer papel, e nesses dias que eu tô aqui, eu tô esperando o passaporte, pra mim legalizar e voltar pro garimpo de novo. Ele deu essa oportunidade, né, de legalizar. [...] Eu não tirei porque eu tava pro "mato", trabalhando no garimpo, aí me passou por alto. Aí, eu me interti no garimpo, quando eu vim já tinha encerrado a tiração de permanência. Agora eu vou encaminhar também.

A vida de garimpeiro é incerta: assim como se pode encontrar muito ouro do dia para a noite, podem se passar meses sem ganhar nada ou ganhando apenas o suficiente para pequenas despesas. Alguns garimpeiros entrevistados tinham planos de retornar ao Brasil havia anos, por isso pensavam ser desnecessário se regularizar. A questão é que parte deles não tinha o dinheiro necessário para a viagem, e, na espera de conseguir o dinheiro, eles ficavam irregulares, apenas com a perspectiva de, a qualquer momento, ir embora:

> – Eu tô com sete mês que não vou na cidade.
> – Sua mulher que vai?
> – Não. Minha mulher foi... durante esses sete meses, minha mulher só foi uma vez, tá entendendo? Ela também não tem papel, igual eu.
> – Mas ela pode tentar tirar, né?
> – Ela pode, eu que não. [...] Nós não quer ir porque nós queremos ir de vez [para o Brasil], tá entendendo? Nós não queremos ir na cidade mais, nós queremos ir de vez [para o Brasil]. (Gustavo[420], 28 anos, dono de cabaré e garimpeiro, um filho, entrevistado em 2012 no Suriname)

O desconhecimento, a insegurança e a desconfiança dificultam a ida de muitos brasileiros às instituições migratórias responsáveis pela regularização no Suriname, e se estendem a alguns serviços do Consulado e da Embaixada brasileiros no país. Isso, somado ao

[420] Gustavo será apresentado posteriormente.

descontentamento com essas instituições, contribui para o distanciamento da busca pela regularização:

> – Brasileiro, aqui dentro desse país, é maltratado em tudo, por todos. O brasileiro, aqui, sempre vai tirar um passaporte na Embaixada brasileira — eu não vou falar só do país dos outros, não, eu vou falar da minha própria raça brasileira —, um brasileiro que vai tirar um passaporte, ele tem que sair do hotel duas horas da manhã.
> – Porque dá muita gente?
> – É. Às vezes nem dá muita gente. Aí, tem que sair duas horas da manhã, quando chega lá na Embaixada brasileira, ele fica na beira da estrada até oito horas do dia, com chuva, sem chuva, tanto faz ter dez pessoas, como ter vinte, como tá sozinho lá na beira da estrada. Quando é oito horas da manhã é que vai abrir. Às vezes recebe senha, às vezes não pegam, aí vai pro outro dia de novo.
> – Quantas senhas tem por dia?
> – Eu não sei nem o total da senha. É porque o atendimento... é muita gente dentro da Embaixada, acho que só pra ganhar o dinheiro dos governos, trabalhar pouco, porque só são quatro pessoas que atendem. Só são quatro funcionários que atendem pra fazer registro, pra fazer passaporte, fazer transferência, fazer um atestado de boa conduta, fazer vários trabalhos. Só são quatro funcionários: aqui começa a maltratação da Embaixada brasileira. Ainda tem escrito — tem em holandês e tem em português — "Aquele que maltratar, falar alguma palavra que prejudica uma pessoa da Embaixada, ele pode ser julgado, condenado no Código Penal, não sei de quê, não sei de quê". Agora, brasileiro pode vir pro Suriname, pra quando terminar... Pra fazer um documento brasileiro na Embaixada do brasileiro, ele pode passar a noite todinha lá na rua, deitado, que nem: vai mãe gestante, vai mãe com criança, quem não tem quem cuide. Aí, tem que ficar das três da manhã até oito horas da manhã. Quando são oito horas que eles vão abrir lá, pra ir pra uma areazinha lá debaixo, da banda de uma casa lá, pra ir pra uma área, nem é pra entrar na sala. Depois que está lá que eles vão dar as senhas. Às vezes não tem senha pra todo mundo, às vezes a pessoa caminha dois, três dias nessa peleja. É meio mundo de obrigação. Estou te falando: brasileiro vem pra cá porque, infelizmente, muitos quer dar uma coisa melhor pro filho, quer ajeitar o colégio pro filho, e aí não tem condição de viver dentro do Brasil. Mas o piseiro aqui, pra brasileiro, é grande. (Luísa[421], 52 anos, trabalhadora do sexo, seis filhos, entrevistada em 2011 no Suriname)

> No Suriname, os brasileiros mais frequentemente deportados são aqueles que trabalham na Guiana Francesa e vão para Paramaribo (para vender ouro, para descansar ou a caminho do Brasil) sem conhecer os códigos de circulação para não ser notados pela fiscalização:
> – Tu já conseguiste tirar tua permanência?
> – Não, não, eu tô ilegal. Eu tô ilegal, meu marido também tá ilegal.
> – Então vocês estão em situação que fica ruim ir pra cidade.
> – Sim, mas é isso que eu quero fazer: eu quero vender aqui, chegar na cidade, organizar meus documentos e ir pro Brasil. Se for necessário, nem organizar. Assim, se puder ir, nem que leve um vermelho, mas eu quero ir assim mesmo. Quando eu voltar, aí eu volto e já vou ajeitando. [...] A polícia tá prendendo, até mesmo quando você vem, a polícia tá parando muito na estrada. Quando

[421] Luísa será apresentada posteriormente.

> sai daqui, também a polícia para. A gente tá ilegal [risos] [...]. Só tu ter cuidado quando tu estiveres na cidade, porque na cidade a gente sabe onde andar. Geralmente, as pessoas que são pegas são pessoas que vêm da França [Guiana Francesa], porque elas não têm muito conhecimento dentro da cidade, aí qualquer lugar pegam elas, porque só andam em lugar errado. A gente, não, já sabe por onde vai andar [risos]. (Tália, 42 anos, proprietária de cabaré, dois filhos, entrevistada em 2012 no Suriname)

Os brasileiros deportados costumam retornar rápido e de maneira irregular, e, por medo de lhes negarem o passaporte, não costumam tirá-lo, ficando anos sem documentação, o que impede a sua regularização. Este é o caso de Regina[422] (53 anos, gerente de cabaré e promotora eventos, sem filhos, entrevistada em 2012 no Suriname): a partir de um acordo firmado entre o Brasil e o Suriname, o brasileiro que comprove residência pode pleitear a sua permanência pelo período de dois anos, renovável a cada dois anos, mas ela, após sua última deportação da Guiana Francesa, que em 2012 fazia nove anos, continuava sem passaporte, o que também a impedia de se regularizar:

> – Ah, a senhora já foi expulsa da França [Guiana Francesa]?
> – Já. Eu já fui por causa de documento. Já vim pelo Suriname e me botaram de volta, problema de passaporte no aeroporto, entendeu?
> – A senhora foi viajar, chegou lá, não tinha.
> – Não, eu vim até o Suriname. Quando chegou no aeroporto, foram olhar no meu passaporte, problema — mas isso foi há muitos anos atrás —, aí me botaram de volta pro Brasil. Aí, fui tirar outro pra mim, vim de volta [risos], e já fui entrando pra garimpo: a polícia pega nós e botaram no avião de volta pro Brasil. Já aconteceu. [...] Manda pro Brasil mesmo: Macapá, Belém. [...] Aí, você tem amigo, manda dinheiro pra gente vir embora de novo. [...]. Quando eu peguei a minha última expulsão... não sei porquê, eles ficaram com meu passaporte lá em Macapá. [...] Aí, desse tempo pra cá eu tô sem passaporte. Eu vim clandestina [...] tem a base de uns nove anos, por aí: nove a dez anos. [...] Eu tenho medo da polícia vir, assim, pra mexer com documento, sabe? Eles já vieram uma vez, mas não mexeram com a gente. E uma vez eles vieram e deram até um papel pra gente tirar os documentos. Mas só que esse papel não resultou de nada lá na cidade. Não tirei nada.

Outra travessia de fronteira bem comum, mas que teve seu fluxo reduzido, dava-se entre Suriname e Holanda. Essa manobra era usual entre as mulheres que atuavam em clubes nos dois países: ficavam três meses em um clube da Holanda, três em um clube do Suriname, e assim por diante — e normalmente em clubes do mesmo proprietário ou de contatos do proprietário daquele em que estavam. Na fala das interlocutoras surgiram países como

[422] Regina será apresentada posteriormente.

Alemanha, Espanha, Holanda e Portugal como destino de mulheres que já estão em clubes e, por intermédio do proprietário, atravessam a fronteira. Assim, reiniciam o tempo de três meses como turistas e adquirem uma nova dívida, decorrente do pagamento da passagem de avião para chegar ao destino (Europa):

> – Eu já vi meninas sair pra ir pra cidades aqui pertinho, aqui mesmo, mas, pra longe, não. Eu já vi meninas sair do clube, ir pro Brasil e, de lá, ir pra Espanha, pra Alemanha.
> – O mesmo esquema?
> – Mesmo esquema. Ela sai daqui, o clube que ajeita, vai escalando, né, manda passagem, tudo — depois você vai acertar com o clube. Só que, pra vir pra cá é só uma passagem, mas do Brasil pra Espanha, desce em tal lugar, depois vai, pega outro avião.
> – Pra Holanda não?
> – Pra Holanda geralmente as meninas vêm pra cá, né. Assim, que eu conheço, vêm pra cá pro Suriname, e daqui compra a passagem e já vai pra Holanda. Na Holanda... há pessoas da Holanda que manda passagem pra cá.
> – Pras meninas irem daqui para a Holanda?
> – Sim, mas eu não conheço. Eu já ouvi falar "Fulana tá no voo, que mandaram a passagem dela", mas eu nunca cheguei a conhecer. Mas têm, têm, eles mandam. Quando eles querem, eles mandam, ajeitam tudo, depois você paga. (Catarina, 34 anos, manicure, dois filhos, entrevistada em 2011 no Suriname)

Ir para outro país faz parte dos planos de algumas delas, caso de Eduarda[423] (40 anos, dois filhos,), que, apesar de ser proprietária de clube na Guiana, ao ser entrevistada, em 2012, disse ter planos de ir, em breve, para a Espanha ou para o México. Já vinha fazendo contato, entre outras, com amigas que haviam estado na Venezuela e foram para o México, e amigas que haviam estado na Guiana e foram para a Espanha: "Tem várias meninas que trabalham comigo que tá fora. [...] Essas que eu conheço, elas já foram da Venezuela, né, elas já estavam na Venezuela e de lá pintou o convite".

Como os clientes estão sempre em busca de "novidade", o clube necessita renovar seu quadro de mulheres constantemente, por isso há um vaivém delas:

> Quando você é novata — como eles falam —, um mês, dois meses e, depois, pronto. O tempo para você fazer [dinheiro] é quando você chega, porque eles nunca te viram, mas depois que você já está lá três, quatro meses, nem te querem mais, é por sorte quando você consegue. Toda semana chega [mulher], todo tempo. (Catarina, 34 anos, manicure, dois filhos, entrevistada em 2011 no Suriname)

[423] Eduarda será apresentada posteriormente.

> – [...] É três meses que eles te dão, aí você tem que ir embora, e depois pode voltar, se quiser.
> – Mas aí eles pagam de novo tua passagem, tu ficas devendo de novo?
> – Paga. Ele paga a passagem.
> – Mas tu fizeste isso, de ter que voltar?
> – Não. Eu fiquei logo, foi direto.
> – Mas, normalmente, ficam direto?
> – Não, tem gente que vai e volta.
> – Então, fica o tempo todo devendo?
> – Tipo assim: se você paga, vai, se você não quiser mais vir devendo, você compra sua passagem e vem. [...] Eu paguei ele o que eu tava devendo, em um mês eu paguei. Quer dizer, eu poderia sair, não tava mais devendo nada, só que eu quis ficar. (Quirina, 42 anos, vendedora de loja chinesa de roupa, dois filhos, entrevistada em 2011, no Suriname)

Os prazos estabelecidos pelo clube, além de coincidirem com os prazos legais de permanência no país, são uma maneira de fazer a troca ou o revezamento das mulheres. Dessa forma, três meses é o prazo estipulado para o pagamento total da dívida inicial e o tempo ideal de permanência delas. Se a mulher preferir ficar, há um prazo máximo para sua permanência: doze meses. A partir daí ela é obrigada a retornar ao Brasil[424], e só depois de algum tempo o clube a aceita de volta:

> – No clube tem direito a ficar um ano. Se tu não quiser mandar teu passaporte pra carimbar.
> – Como assim?
> – Chega, tu carimba pra três meses; depois de três meses, tu vai na Imigração e carimba; depois de três meses você fica... depois de seis meses [no Suriname] você tem que mandar seu passaporte ou pra Georgetown ou ir pro Brasil pegar uma estampa de entrada e saída, entendeu? Depois entra de novo, e tem direito a seis meses de novo.
> – Mas, isso, quem paga?
> – Tudo é nós. (Yeda, 29 anos, vendedora de loja de máquinas e automotores, dois filhos, entrevistada em 2011 no Suriname)

> – [...] Quando chega um ano, já falou: "Já fez um ano, vai". Até um ano ele segura, mais de um ano, não.
> – Depois que fez um ano, mesmo ela querendo ficar...
> – É, mesmo ela querendo, não. "Você quer? Você vai, nem que tu vás, passe dois dias no Brasil e depois volta, mas tu tens que ir." (Catarina, 34 anos, manicure, dois filhos, entrevistada em 2011 no Suriname)

[424] Como em seu passaporte já existe um ano de carimbos de saída para a Guiana (ou Holanda), a mulher que está no clube tem que ir para outro país que não estes, e voltar ao Brasil é mais fácil. Quando ela volta para o Suriname, recomeça o esquema de carimbar a saída para a Guiana.

Assim, em geral, depois de um ano elas voltam ao Brasil, e há aquelas que não têm intenção de retornar ao Suriname, mas quando acaba o dinheiro e não conseguem trabalho, retornam, na maioria das vezes levando uma mulher da família ou uma amiga. A pesquisa apontou que nesses casos em que não há ganho financeiro para a mulher que leva outra para o clube — o que é uma maneira de manter o recrutamento de "novatas" sem recorrer a um/a proxeneta —, o que ela ganha é o direito de trabalhar nele novamente. Além disso, como na primeira vez que ela foi, o clube paga as suas despesas de viagem e recebe depois. Dessa forma, o retorno à prostituição gera nova dívida para aquelas que não têm dinheiro para voltar ao Suriname:

> – E quando as meninas vinham, elas traziam alguém com elas?
> – Sempre trazia. Que era, tipo assim, fulana vai passar tanto tempo, passava. Ia e depois vinha mais outras.
> – Mas ela tinha obrigação de trazer alguém com ela ou não?
> – Não, não era obrigação. Mas, aí, às vezes, o patrão: "Você conhece alguma menina que queira vir?". "Sim, eu conheço." Aí, às vezes já ligava: "Fulana, tu quer vir?". "Quero." Aí vinha. Quando, às vezes, ela não ia, aí o patrão mandava a passagem e ela já vinha, entendeu? (Lara, 52 anos, proprietária de cantina e cabaré, três filhos, entrevistada em 2011 no Suriname)

Pode acontecer de o retorno da mulher ao clube estar condicionado a que ela traga outra mulher para prostituição: se mostrar-se resistente em trazer outra, eles costumam dizer que o movimento no clube está fraco e é para esperar mais um pouco para viajar, mas se ela disser que tem alguém para levar, a negociação do retorno é imediata. Por vezes resulta apenas no direito de voltar ao clube (com nova dívida), mas pode envolver valores financeiros:

> As meninas que vão, para retornar para o clube ela tem que trazer alguém, e eles diminuem [...] um pouquinho no tíquete dela. E ele fala: "Você vai, e se você quiser voltar para o meu clube, você tem que trazer outra menina." Se não trouxer, ele te deixa ali, esperando... [...] Eles dão, tipo, duzentos dólares de desconto. Ele te deixa voltar, mas ele te deixa ali, e está vendo que a pessoa quer muito voltar, mas ele te deixa ali, de molho: "Não dá ainda, está com problema. Não". Mas quando tu fala que tem uma menina, ele fala: "Então eu vou resolver aqui e amanhã eu te ligo." Ele te fala: "Olha, tu vai e tu traz uma menina" — porque quando a pessoa traz, é mais pra ele, que ganha, né, vai ganhar outra passagem. E ele diz: "Não, tu vai, e eu vou te dar um mês de habitação grátis", por exemplo, que um mês não é nada para ele ali. [...] Às vezes, tem menina que ele paga o tíquete da menina para vim, pra ela trazer duas ou três, porque, na realidade, a passagem agora é duzentos dólares, e você paga o dobro, você paga oitocentos [...]. Ele paga uma passagem da menina que está no Brasil. Ele diz: "Olha, eu pago tua passagem, mas tu tem

> que trazer tantas meninas contigo" — três, ou duas, pra ele já é lucro. (Catarina, 34 anos, manicure, dois filhos, entrevistada em 2011 no Suriname)

A maioria das mulheres entrevistadas que migrou para o Suriname através de clube de prostituição ajudou outra mulher (da família ou amiga) a ir trabalhar num clube nesse país, ou intermediou a sua ida, ou a indicou para trabalhar num deles, normalmente no mesmo em que estava. Há mulheres que já viajam ao Brasil com a pretensão de retorno, guardam o dinheiro da volta e, por vezes, emprestam para uma amiga que vai junto. A prática de uma mulher levar outra para o clube, na tentativa de ajudá-la num momento de dificuldade, é antiga. Quem está nele, ou esteve, ao saber que uma conhecida está com problemas, intermedia a viagem[425]. Marta (33 anos, sacoleira, dois filhos, entrevistada em 2011 no Suriname) organizou a ida da irmã para o mesmo clube em que ela estava:

> – Veio alguma parente tua para Suriname?
> – Pra trabalhar aqui, numa loja, como já vieram minhas duas sobrinhas, elas moram comigo aí na frente. Elas moravam comigo aqui em casa, agora alugou uma casa aí na frente; moram minhas duas sobrinhas e a mãe delas, que está morando pro garimpo. Agora, a mãe delas fui eu que trouxe pro clube, logo quando eu vim: depois de um ano que eu passei aqui, eu fui pro Brasil e trouxe ela, a minha irmã. Eu trouxe ela pro Condor, pra onde eu tava.
> – Tu tiveste desconto quando ela veio contigo?
> – Não, não tive nada.
> – Tua irmã ficou quanto tempo no clube?
> – Acho que uns cinco, seis meses; pouco tempo, não passou um ano. Depois já viemos juntas pra cá, nós duas, e nós começamos a ir pros garimpos juntas, eu e minha irmã. Ela construiu a casa dela e eu construí a casa da minha mãe — foi na época que nós juntamos o dinheiro juntas, nós depositávamos juntas, pra levantar as duas casas, dela e a da minha mãe. Aí, pronto. Ela vive direto comigo, quando ela tá aqui, ela fica em casa. Agora que ela alugou essa casa da frente, já trouxe as duas filhas dela. Uma está trabalhando no [supermercado] Transamérica, a outra tá trabalhando no chinês [loja] ali.
> – Elas têm que idade?
> – Uma de 19 e outra de 16.
> – E ela tá no garimpo trabalhando de...?
> – Com o marido dela. Na época que eu conheci o Martins ela conheceu o marido dela. Até hoje ela está com o marido dela. Moreno. Ela vive com ele acho que uns seis anos, sete. Uns seis anos.

[425] Embora parte da transação da ida para o clube, em muitos casos, seja intermediada por quem já esteve nele, isso não significa que as envolvidas (as que intermediam com o clube e as que vão para lá) não saibam que pela legislação brasileira podem ser implicadas juridicamente. Por isso, tudo é feito com rapidez e sigilo.

Alguns proprietários de clube são casados com brasileiras que antes atuavam no clube como prostituta, e elas costumam ajudá-los no gerenciamento do negócio, e quando viajam ao Brasil trazem mais mulheres para o clube:

> O dono [do Diamond] que tinha antes era muito rígido [...]. Ele é holandês, tem uma mulher brasileira, que tem dois filhos com ele. A mulher dele era do clube: ela veio pro clube, ele se envolveu com ela e ficou com ela, casou com ela. [...] Não tem, assim, uma pessoa, lá... em alguns lugares eu acho que tem, mas, para o Suriname, são as próprias meninas, às vezes são as próprias mulheres de donos de clube que vão para o Brasil e trazem meninas para cá. Exemplo: a esposa do dono do Manilla é uma brasileira; ela ia para o Brasil, pegava as meninas e trazia. Ela mesma arrumava [...]. Todos os clubes têm. (Catarina, 34 anos, manicure, dois filhos, entrevistada em 2011 no Suriname)

As redes sociais também têm sido usadas para contato entre mulheres que estão dentro e mulheres que estão fora dos clubes. Estas últimas são atraídas por essa maneira de ganhar dinheiro e fazem contato com as primeiras. É bem comum que utilizem o Facebook para se comunicar, e sempre tem uma que está curiosa para saber se no Suriname dá para ganhar dinheiro mesmo, quer saber como faz para ir. Na conversa, às vezes uma se oferece para ir, ou uma se oferece para fazer a intermediação com o clube; algumas, que já estão no mercado do sexo, ficam sabendo que a amiga no "Face" é gerente ou dona de um, e negocia a ida. O celular também é muito utilizado: uma trabalhadora do sexo vai passando o contato da gerente de um clube para outras. Todos os trâmites de envio de passagem, o dinheiro para o passaporte, a dívida, permanecem os mesmos, a exceção é a intermediação feita através das redes sociais ou do celular:

> A gente ficou conversando, conversando com ela em coisa de internet, tudo. Aí, ela disse: "Ah, eu quero ir praí" — e ela foi. Por telefone. Na realidade, eu passei pra ela o número pra ela ligar pro dono, e ela ligou, disse que queria vir e ele mandou a passagem dela. Mas, depois, ela foi embora. Ficou dois anos e foi embora. (Catarina, 34 anos, manicure, dois filhos, entrevistada em 2011 no Suriname)

Na Guiana, clubes de prostituição de propriedade de brasileiras também utilizam as redes sociais para contatar mulheres e organizar a viagem. Eduarda (40 anos, dois filhos, entrevistada em 2012 na Guiana), proprietária de clube em Georgetown, explicou como funciona o "boca a boca" na internet:

> Eu não tenho contato para trazer as meninas, o meu contato é isso aqui: internet. Uma fez mil reais hoje, numa noite. "Cara, nessa semana eu fiz quatro mil reais." "Ô, tá bom aí?" "Tá." "Quero ir praí, como é que eu faço pra ir?" "Só tu pegar um avião. Vem pra Boa Vista, [de] Boa Vista tu pega um avião, tu vem pra Lethem." E vai passando o contato, e uma vai puxando a outra, porque se tu… Vamos supor, tu tá aqui nesse hotel, tu é maltratada: tu volta aqui?

O recrutamento, concretizado por diversas redes, sobretudo por meio de relações familiares ou de amizade, distancia-se das campanhas do governo brasileiro para o combate à exploração sexual, uma vez que são baseadas em um discurso alarmista (que é tanto do governo como dos meios de comunicação) e em "pânicos morais"[426], que entendem o tráfico internacional de pessoas e a exploração sexual tendo como pano de fundo uma grande rede criminosa no recrutamento de mulheres, dificultando que elas percebam a diferença entre a situação que se trata de tráfico internacional de pessoas para fins de exploração sexual, a situação que se trata de livre trabalho do sexo ou, ainda, de desrespeito a direitos trabalhistas das profissionais do mercado do sexo, pois a pessoa que intermedia a migração em geral é próxima ou é apresentada por alguém próximo, transmite muita segurança, a dívida é tratada como se fosse um empréstimo qualquer e a estadia no clube, um contrato de trabalho — como muitas costumavam designá-la —, com um "patrão" visto, muitas vezes, como alguém que as "protege" e "ajuda".

4.2.4 O "patrão": a relação com o dono do clube

A maioria das entrevistadas afirmou ter tido boa relação com o dono do clube. Elas nunca foram agredidas ou presenciaram outras mulheres sendo agredidas por ele. Teve, inclusive, as que disseram que uns faziam até empréstimo para "ajudar" as mulheres. Algumas, por um tempo, tiveram uma relação amorosa com ele, caso de Yasmim (34 anos, cozinheira de restaurante, duas filhas, entrevistada em 2011 no Suriname): "O dono do clube se agradou de mim, ainda fiquei com ele, assim, aquela coisa, curtindo, né". Outras, como já citado, tinham com ele proximidade suficiente a ponto de lhes serem confiadas tarefas para ajudar as

[426] GRUPO DAVIDA. Prostitutas, "traficadas" e pânicos morais: uma análise da produção de fatos em pesquisas sobre o "tráfico de seres humanos". *Cadernos Pagu*, n.25, p.153-184, 2005.

"novatas", como, por exemplo, acompanhá-las à Imigração surinamesa e orientá-las sobre como se comportar com o cliente, ou até mesmo ajudar no gerenciamento do clube.

Nas questões feitas a elas a respeito de ameaças ou violências que tivessem sofrido por parte do proprietário do clube, as respostas foram unânimes: excetuando o caso de Juliana (30 anos, trabalhadora do sexo, sem filhos, entrevistada em 2012 no Suriname), que não teve o passaporte retido, disseram que apenas este ficava com o clube, que nunca foram vítimas de, ou presenciaram algum tipo de situação que se configurasse como violência física: "Ele também nunca prendeu a gente" (Marta, 33 anos, sacoleira, dois filhos, entrevistada em 2011 no Suriname). Mas algumas contaram ter presenciado discussão entre mulheres e o dono do clube, chegando à ameaça de expulsão ou de cobrança imediata de dívida, porque ela estava negociando o seu afastamento do clube ou troca de clube antes de quitar a dívida:

> – Chegaste a ver situação de eles ameaçarem alguém?
> – Cheguei.
> – Mas ameaçar por quê?
> – Porque não pagou a dívida, e que queria ir embora, porque queria ir embora pra outro clube. Exemplo: apareceu cliente que queria levar a menina pra sair: "Vamos passar o mês comigo em tal lugar." O dono não gostava, reclamava: "Não, você veio pro meu clube, você vai ter que trabalhar no meu clube. Você é livre pra sair de dia, mas à noite eu quero você aqui." Tinha essa exigência.
> – Mas chegava a ter ameaça, agressão, nessa situação?
> – Não, nunca vi, só bate boca mesmo. E já vi menina ser expulsa, né. Eu nunca vi, na minha época que eu estava lá, ele agredir, mas eu vi menina sendo expulsa: "Você não quer aceitar, então tá aqui o passaporte, as coisas; você sai do clube agora."
> – Mas ela já tinha pagado a dívida.
> – Já tinha pagado a dívida. (Catarina, 34 anos, manicure, dois filhos, entrevistada em 2011, no Suriname)

Em geral, as interlocutoras entendiam como legítimas as regras impostas pelo clube, já que as mulheres tomam ciência de todas elas assim que chegam, e, para algumas, cumpri-las significa respeitar o "patrão" — esta é a opinião de Giovana (38 anos, dona de loja de roupas, quatro filhos, entrevistada em 2011 no Suriname), que expôs sua concordância com a necessidade de cumprir as regras:

> – Então, se [as mulheres] fogem é porque elas estão presas de alguma forma.
> – Não. Com certeza que lá tem que respeitar o dono do clube, né.
> – Quando tu falas respeitar, é mais ou menos o quê?
> – É tem que respeitar. Como se você tivesse na casa da outra pessoa, você tem que respeitar o dono da casa. Então, no clube, elas têm que pagar o quarto que elas dormem, entendeu?, pagar comida, e tem uma hora pra elas trabalhar. Lá

> eles chamam de trabalho, tem aquela hora: se ela desce de dez horas da noite até as quatro horas da manhã, elas têm que estar lá todo dia naquela mesma hora, que elas estão ali sabendo que estão lá dentro e têm que ficar, entendeu?

A grande corrente que prende as mulheres aos clubes no Suriname são as dívidas. Isso porque para elas é uma questão de honra quitá-las, sobretudo em razão de muitas entenderem que se trata de um contrato que precisam cumprir. Embora as entrevistadas dissessem que não havia nenhum tipo de violência em função da dívida, poucas transgrediam a regra e fugiam sem pagar: em geral ficavam o tempo necessário para pagá-la e, assim, sair livre de problemas com o clube.

CAPÍTULO 5

NACIONALIDADE: AS BRASILEIRAS DOMINAM O MERCADO DO SEXO

Os interlocutores sempre evocavam um passado em que havia muitas brasileiras atuando na prostituição em clubes no Suriname. Sempre lembravam que existiam muitos "mafiosos" que atuavam no tráfico de armas e de drogas, e eram frequentadores especiais dos clubes, uma clientela que sempre gastava muito com bebida e mulher. As referências a eles remetiam à sua "generosidade", pois, quando chegavam, pagavam inclusive a dívida de mulheres com o clube. As narrativas falam de uma época em que uma prostituta ganhava muito dinheiro e em pouco tempo podia retornar ao Brasil com a possibilidade de comprar uma casa, montar um negócio próprio e deixar para trás a vida na prostituição:

> – [...] Tem uma que ela tem dezesseis anos que mora no clube, uma brasileira. Ela diz que já foi bom, hoje não é mais. Hoje em dia o Diamond [...] tá tudo parado ultimamente. Os traficantes daqui, que chegavam, fechavam tudo, um, dois, três dias, então era muito dinheiro; aí eles perguntavam quem estava devendo, se não tava, [e] pagavam. Eles ajudavam as meninas; hoje em dia, não, os traficantes daqui estão tudo preso.
> – Mas eles estão todos presos, mesmo?
> – Estão. Muitos estão presos no Brasil, e presos aqui. (Benjamin, 23 anos, cabeleireiro, sem filhos, entrevistado em 2012 no Suriname)

Juliana (30 anos, trabalhadora do sexo, sem filhos, entrevistada em 2012 no Suriname) afirmou ter vivenciado esses momentos no clube Aventura — momentos em que os "mafiosos" esbanjavam dinheiro ao pagar bebidas e sexo, além da dívida de mulheres. Todos recebiam alguma coisa, fossem prostitutas, clientes ou donos de clubes:

> – O Suriname foi um país de muito mafioso. Então, os mafiosos chegavam em clube, eles fecham a porta do clube; os homens que tivessem [dentro] não saía, e os que estavam lá fora não entravam. Se tivesse cinquenta homens eles bancavam cachaça pros cinquenta homens que estavam ali dentro, e das mulheres todas. Eles tinham propina pra isso, no caso.
> – Isso não é lenda, não?
> – Lenda? [riso leve] Isso é realidade.
> – Tu chegaste a ver?
> – Sim, cheguei a ver. Teve clube que eu trabalhei, chegou três mafiosos e fechar a porta, e ter 31... não sei se eram 35 ou 36 homens, e todos que

> chamavam as mulheres pra fazer *strip* ou pra ir pro quarto, os mafiosos que pagavam. Era anotado, e as meninas depois iam lá e eles davam o dinheiro na mão das meninas; eles davam na mão do clube, na verdade.

No Suriname, a maneira de atuar dos clubes de prostituição vem passando por uma série de adequações e mudanças, que afetam a configuração do mercado do sexo no país nos últimos anos. Muitos clubes trocaram de nome, de dono, de endereço ou fecharam; alguns mudaram a organização do alojamento das mulheres e o local de atendimento aos clientes; outros vêm mudando o país de recrutamento de mulheres para prostituição.

Em pesquisa que realizou em 1999, a Maxi Linder fez entrevistas formais com donos e gerentes de clubes surinameses[427], e conversou com trabalhadoras/es do sexo, nas ruas. Foram visitados os 35 bordéis registrados no Ministério da Justiça e Polícia, e cinco que haviam sido indicados por trabalhadoras do sexo. Do total, obteve dados de 22 (55%), dos quais apenas dezenove estavam registrados e cooperaram com a pesquisa. Destes 22 clubes, dezessete eram de Paramaribo[428] e cinco, de Nieuw Nickerie. Dos bordéis visitados, 95% (21) estavam registrados como discoteca e um, como hotel. A maioria dos clubes tinha mulheres estrangeiras originárias, em primeiro lugar, da República Dominicana (Santo Domingo), em seguida vinham clubes com mulheres do Brasil e, em terceiro lugar, com mulheres da Guiana; só em dois deles também havia mulheres da Colômbia e da Venezuela. No que se refere a contrato de trabalho, três clubes o faziam, e eram redigidos na língua nativa das trabalhadoras do sexo.

No período de janeiro a dezembro de 2004, o serviço dermatológico do Suriname registrou 491 trabalhadoras do sexo em oito clubes[429] de Paramaribo registrados oficialmente, das quais 308 eram brasileiras, 180 da República Dominicana, duas da Guiana e uma do Suriname. Apenas no Relax, que contava, na época, com trinta brasileiras, estas não aparecem como maioria, e sim as dominicanas: 166 mulheres (quase a totalidade de todos os clubes). Em Paramaribo existiam, em 2004, 35 clubes registrado com trabalhadoras do sexo; em 2005, havia cinco deles apenas na sua área central[430].

[427] A pesquisa foi feita só em Paramaribo e Nieuw Nickerie, e os dados coletados foram principalmente informados pelos donos e gerentes de clubes — por isso, como a própria Maxi Linder diz, mostra só um lado da história (ver STICHTING MAXI LINDER ASSOCIATION, *Profile of clubs and informal sexual locations in Paramaribo and Nieuw Nickerie*, op. cit.). Contudo, traz questões importantes da situação dos clubes de prostituição no Suriname em 1999, provavelmente, algumas delas ainda válidas.
[428] Entre eles, Condor, Diamond, Manilla e Mundial, citados por interlocutores desta pesquisa.
[429] Nos oito aparecem brasileiras: Aventura (29 brasileiras), Bulldog (27), Condor (48), Diamond (125), Manilla (29), Mundial (9), Relax (30) e Stonebar (11) (cf. SODIREITOS e GAATW-REDLAC, op. cit.).
[430] HÖFS, op. cit.

Em trabalho publicado em 2008, a Maxi Linder diz que o número de clubes registrados oficialmente, muitas vezes como hotéis em vez de prestadores de serviços sexuais, estava diminuindo, o que também afeta o número de mulheres que passavam pela National STI Clinic[431]; além disso, os clubes, na época, estavam deixando de fazer exames no serviço dermatológico para fazê-los em clínicas particulares. Exemplo disso é que o número de 491 trabalhadoras do sexo registradas em 2004 diminuiu para 369 em 2005, para 198 em 2006, e para 185 em 2007.

Quirina (42 anos, vendedora de loja chinesa de roupa, dois filhos, entrevistada em 2011 no Suriname), que esteve no Manilla em 1997, afirmou que havia 22 mulheres atuando na prostituição no período que ficou ali. Era uma época de grande fluxo de mulheres nesse clube, contudo o número é bem menor que no Diamond. Catarina (34 anos, manicure, dois filhos, entrevistada em 2011 no Suriname), que atuou neste último em 2004, lembrou que naquele ano a maioria das brasileiras no local era oriunda principalmente de Belém e de cidades do Maranhão. O proprietário do clube até aceitava mulheres de outras nacionalidades, como colombianas e dominicanas, mas nunca surinamesas, embora estas atuassem na prostituição arriscando-se nas ruas, o que ainda ocorria durante a pesquisa de campo. Catarina estimava que havia em torno de duzentas mulheres na sua época; destas, apenas quatro eram da República Dominicana e uma, da Colômbia:

> Na minha época era muito. Porque as habitações são [...] cento e poucas habitações, e na minha época as meninas quase todas moravam juntas. Então, eu acho que eram umas duzentas meninas. Muito pouca habitação morava só uma pessoa. São 120 habitações, eu acho que tem 120, fora as suítes embaixo. São três suítes. Na minha época todas estavam ocupadas. Muito poucas só com uma menina, a maioria com duas meninas. Então, acho que na minha época eram umas duzentas [mulheres].

Em 2011, a grande propaganda do Diamond era que tinha cem mulheres (das quais a maioria era brasileira). “Eu acho que no Diamond tem muita. Eu já ouvi falar que são mais de cem” (Quirina, 42 anos, vendedora de loja chinesa de roupa, dois filhos, entrevistada em 2011 no Suriname). O Seven-to-Seven, enquanto esteve em funcionamento, usava a estratégia de

[431] Único local que disponibilizava algum tipo de dado sobre o número de trabalhadoras do sexo no Suriname, mesmo que seus dados sejam limitados, pois registrava apenas as que realizam o exame médico exigido pelos clubes (ver STICHTING MAXI LINDER ASSOCIATION. *Indept interviews with sex workers from the Dominican Republica and Brazil in Paramaribo and Nieuw Nickerie*. Paramaribo: SMLA, 2008).

reunir todas as suas mulheres e fazê-las circular pelos grandes hotéis e cassinos de Paramaribo, ao mesmo tempo exibindo-as e divulgando o seu nome (do clube):

> O nosso patrão nesse tempo, ele pegava todas as mulheres e levava pro [hotel e cassino] Torarica, entendeu? É, tipo assim, você desfilar de biquíni, [...] O patrão pegava só a gente, eu acho que ele era sócio, né, e levava as mulheres pra tomar banho na piscina, almoçar. Aí, quer dizer, se tinha lá turista, visse as mulheres, aí talvez iam lá [falar] com ele — eu penso assim, né, meu modo —, aí ele falava onde as mulheres estavam. Aí, quando era de noite, olha, dava muita gente, [...] aí, quando era a noite, era casa lotada, [...] a gente ia pro Torarica, ia pro Krasnapolsky [hotel]. (Lara, 52 anos, proprietária de cantina e cabaré, três filhos, entrevistada em 2011 no Suriname)

Em 2005, Núbia (38 anos, cozinheira no garimpo, dois filhos, entrevistada em 2011 no Suriname) trabalhou no Seven-to-Seven, cujas mulheres (aproximadamente vinte) eram todas brasileiras, mas este era bem mais modesto que o Manilla e o Diamond, e, como a maioria dos clubes, pouco frequentado por brasileiros, que em Paramaribo costumam buscar os serviços sexuais em bares e hotéis:

> – E nesse clube em que tu estavas, eram quantas meninas, mais ou menos?
> – Eu acho que eram menos de vinte. Lá era pouca mulher; lá era tranquilo, tá entendendo?
> – Mas era perto do centro ou era afastado?
> – É afastado.
> – Ia mais quem, lá?
> – Brasileiros, hindustano, javanês... Preto é difícil ir lá.
> – Mas vai muito brasileiro?
> – Brasileiro? Difícil, era mais da terra. Muito difícil, não vou mentir, muito difícil ir um brasileiro lá.

Tália (42 anos, proprietária de cabaré, dois filhos, entrevistada em 2012 no Suriname) trabalhou em 2007 no Aventura, onde havia em torno de quatorze mulheres: “Ele tinha duas casas na época. Moravam seis meninas [na casa em que Tália estava]. Na outra era mais ou menos umas seis, ou até mais; acho que era até mais, porque lá a casa era maior: eram umas oito.”

Em 2012 o Diamond demonstrava que já não tinha como prioridade as brasileiras, e as mulheres de outras nacionalidades vinham sobretudo da Colômbia, da República Dominicana e da Venezuela. Os então proprietários, dois surinameses, estavam reduzindo o número de mulheres, principalmente de brasileiras — mas, mesmo com a redução, continuava sendo o

maior e mais caro clube da cidade; nos demais, mesmo em anos anteriores, de grande movimentação, havia um número pequeno de mulheres em comparação a ele. De acordo com um interlocutor, na época (2012) o Diamond contava com aproximadamente cinquenta brasileiras, pois muitas estavam saindo do clube e não chegavam mais mulheres como antes — contudo, continuava conhecido por ter mais de cem brasileiras.

Essas informações suscitam uma série de questionamentos: os clubes estão realmente substituindo as mulheres do Brasil por mulheres da Colômbia, da República Dominicana e da Venezuela? Se estão, por quê? Por ter muitas brasileiras atuando na prostituição fora dos clubes e elas já não são exclusividade deles? Aumentaram as informações sobre a forma de funcionamento do mercado do sexo no Suriname e menos brasileiras estão aceitando fazer esse tipo de migração para prostituição? Reduziu a demanda?

Com a circulação constante das mulheres no mercado do sexo no Suriname entre a "rua" e o "mato", e as redes pessoais estabelecidas no percurso da mobilidade de cada uma delas, seja local, regional ou internacional, fica difícil dizer que o Diamond, maior e mais estruturado clube de prostituição do Suriname, esteja em declínio ou que realmente vem reduzindo o número de brasileiras, pois o número de mulheres nos clubes também sofre impactos das economias local e externa, já que aquelas circulam entre clubes de países diferentes, costumam ir onde o dinheiro está. Se está lucrativo no Suriname, elas ficam ali, se está melhor na Guiana, é para lá que vão, e vice-versa: elas se movimentam conforme o mercado — da mesma forma que ocorre com aquelas que vão para a Holanda, a Espanha e a Venezuela, por exemplo, seguindo a mesma lógica de regulação migratória e lucros maiores. Outro fator que pode interferir no número de mulheres brasileiras nos clubes em determinado momento, no caso das que não têm mais a dívida inicial para pagar, são as datas festivas, que elas costumam passar com a família, como o Natal e o Círio de Nazaré[432], as preferidas das mulheres originárias de Belém para viajar ao Brasil. Além disso, há proprietários de clubes que têm dois estabelecimentos: um com brasileiras, um com dominicanas.

Até o final da pesquisa de campo nas Guianas, em 2012, havia entre nove e dez clubes em funcionamento em Paramaribo, que as pessoas mencionavam, mas elas nem sempre

[432] Instituído em 1793, o Círio de Nossa Senhora de Nazaré, em Belém, é a maior procissão católica do Brasil (também ocorre em outros municípios paraenses). Realizado no segundo domingo de outubro, congrega, nessa cidade, aproximadamente dois milhões de pessoas a cada ano, que percorrem cerca de 5 km, iniciando em frente à Catedral da Sé, no bairro Cidade Velha, para chegar à Praça Santuário de Nazaré, em frente à Basílica de Nazaré, no bairro Nazaré. Mas quinze dias antes já começam as festividades (a chamada quadra nazarena), que envolvem manifestações religiosas e culturais. Nesse período também são feitos encontros de amigos e familiares, e, no dia da procissão, um tradicional almoço familiar, onde são servidas comidas típicas do Pará como a maniçoba e o pato no tucupi. Considerado desde 2013 Patrimônio Cultural da Humanidade pela Unesco, em 2016 foi celebrado pela 224ª vez.

lembravam dos nomes, apenas o Diamond e o Manilla eram bem conhecidos, e, devido à presença mais evidente de brasileiras, eram considerados como clubes de brasileiras:

> Os dois clubes que têm aqui [são o Diamond e o Manilla]. O resto fechou tudo, porque ninguém quer ir pra lá, elas querem ficar aqui na cidade. Elas ficam no hotel por conta própria, vão pro garimpo fazer programa, faz aqui na "rua", faz programa no [hotel] Pérola, que tem festa, muito brasileiro que dá dinheiro pra elas. E elas conseguem dinheiro bom, e elas estão felizes, com certeza. Hoje chegou uma do garimpo, rindo, morta de feliz, trouxe dinheiro. Está pro salão arrumando a unha, o cabelo, já comprou roupa. Assim, elas querem luxar, a vida que elas não têm lá [Brasil]. (Giovana, 38 anos, dona de loja, quatro filhos, entrevistada em 2011 no Suriname)

Existem outros clubes, mais afastados, cujas mulheres são majoritariamente brasileiras, mas nos últimos anos eles vêm fechando, como aconteceu com o Aventura e o Condor, que eram considerados de brasileiras. Outros mudaram de nome ou até mesmo de endereço; para alguns interlocutores, o fechamento se deve à redução de mulheres brasileiras que migram através de clubes — assim acredita Benjamin (23 anos, cabeleireiro, sem filhos entrevistado em 2012 no Suriname):

> – Os donos de clubes estão tendo dificuldades pra trazer meninas?
> – Não, também não tem mais meninas que querem vir. [...] Olha, o clube Condor já fechou — acho que já tem uns dois anos que fechou o Condor —, o Aventura fechou também. [...] O clube que eu sei que ainda funciona é... Aqui, são três clubes que funcionam aí: é o Diamond, o Manilla e o La Passion.

De muitos clubes os interlocutores da pesquisa nunca ouviram falar, pois tinham fechado muito tempo antes, apareciam apenas na fala das pessoas que estavam no Suriname havia muito tempo, caso dos clubes Aquário, Lighton e Mundial, só citados por Lara (52 anos, proprietária de cantina e cabaré, três filhos, entrevistada em 2011 no Suriname)[433]:

> – E naquele tempo [1982] tinha o Diamond?
> – Tinha! Olha, existia o Diamond, o Lighton, o Aquário e o Condor, que eu sei, e o Mundial, que ficava em frente do [hotel e cassino] Torarica. Hoje em dia não é mais, é um restaurante, se não me engano.
> – Tinha mais esse, Seven-to-Seven.
> – Era. O Sete-Sete era onde eu ficava, na rua Deikfel. [...]
> – Não ficava no centro?

[433] Os clubes Moine e La Vida também apareceram na fala de interlocutores.

> – Não, é longe, tem que ir de táxi ou de carro. [...] É... mais dinheiro, essas pessoas que estão... o homem casado que não quer que a mulher saiba, entendeu?, aí eles vão pra lá. [...] Muito, muito longe. Só que hoje em dia eu soube que não tem mais, acabou. Hoje em dia é um hotel mesmo, não sei se de coreano, eu não sei, mas não é mais um clube, é um hotel normal. Eu acho que vão pessoas... assim, é um hotel, mas já vai acompanhado, não é mais um clube, mas vão pessoas com... acho que mulher casada, homem casado.
> – Mas iam mais pessoas, assim, importantes?
> – Isso. Deus o livre!, ia muita, muitas pessoas importantes — que eu conheci muitas pessoas importantes.

Outros clubes, mais distantes, que ainda estão em funcionamento, ficam ou na periferia de Paramaribo ou no interior do país, e não têm muita infraestrutura: são os que têm mulheres surinamesas e, principalmente, dominicanas. Em 2012, além dos clubes com predominância de brasileiras, muitos trabalhavam com quase 100% de dominicanas. No La Passion, um dos mais antigos de Paramaribo, elas eram maioria, bem como a maioria dos clientes era *Noir Marron*.

5.1 Interfaces: o mercado do sexo na Guiana

Nas fronteiras do Brasil com a Venezuela e com a Guiana, nos últimos anos tem se consolidado uma tendência migratória que pode ser analisada como um continuum "das migrações internas, principalmente em Roraima"[434].

Desde a década de 1960 a mobilidade na fronteira Brasil-Guiana, envolvendo migrantes dos dois países, é notada[435], e algumas pesquisas indicam que era intensa, incluindo a de mulheres[436]. Roraima, desde a década de 1970, possui história de imigração incentivada por projetos de assentamento e agricultura. Na década de 1980 e início da de 1990, estruturou-se outro fator de atração imigratória com as atividades econômicas relacionadas à mineração de ouro, e essa mobilidade expandiu-se para áreas de grande exploração mineral da Venezuela e da Guiana. A fronteira Brasil-Venezuela (respectivamente, entre os municípios de Pacaraima,

[434] RODRIGUES, Francilene dos Santos. Configuração migratória no lugar Guayana: uma análise da migração na tríplice fronteira Brasil-Venezuela-Guiana. In: ARAGÓN, Luis E. (Org.). *Migração internacional na Pan-Amazônia*. Belém: Naea/UFPA, 2009. p.223-236 (p.225).
[435] PEREIRA, Mariana Cunha. Processo migratório na fronteira Brasil-Guiana. *Estudos Avançados*, v.20, n.57, p.209-219, 2006.
[436] Ver AROUCK, Ronaldo de Camargo. *Brasileiros na Guiana Francesa: fronteiras e construção de alteridades*. Belém: UFPA/Naea, 2002; SIMONIAN, Ligia. T. Lopes; FERREIRA, Rubens da Silva. Trabalho e vida em terra estrangeira: o caso dos imigrantes brasileiros na Guiana Francesa. *História Revista*, v.10, n.2, p.227-352, 2005.

em Roraima, e Santa Helena do Uairén[437], capital de Gran Sabana) tem histórico de grande fluxo migratório de garimpeiros para a mineração de ouro[438].

Muitos garimpeiros que estão na Venezuela, na Guiana, no Suriname e na Guiana Francesa conheceram, antes, a mineração de ouro na região Amazônica do Brasil, caso de Mário[439], 46 anos, dois filhos, 8ª série, nascido no interior do Maranhão, que vem de uma família numerosa: dezoito irmãos, fruto de três casamentos do pai[440]. Virou garimpeiro em 1982, quando tinha 19 anos: sonhava ser jogador de futebol no time do quartel de Teresina (capital do Piauí)[441], e, ao não ser aceito para o serviço militar, decidiu ir embora de sua pequena cidade natal, seguir os passos de um dos irmãos, que trabalhava em garimpo. Não demorou muito, seguiu para regiões de garimpo no Pará (Redenção e Itaituba), depois no Mato Grosso (Alta Floresta) e, por último, em Roraima, onde ficou de 1987 a 1989.

No início de 1990 o governo brasileiro tomou diversas medidas relacionadas à exploração mineral com o intuito de industrializar o setor. Proibiu e fechou diversos garimpos, inclusive em Roraima, onde a exploração se dava principalmente em terras indígenas e parque nacionais, em pequena escala: além da irregularidade da exploração nessas áreas, havia pressão sobre o governo, por parte de grandes mineradoras, para que impedisse qualquer mineração clandestina[442]. Tudo isso teve impacto direto no fluxo da migração internacional de brasileiros na região Amazônica, e muitos garimpeiros que trabalhavam em Roraima decidiram partir para áreas de garimpo da Venezuela, da Guiana, da Guiana Francesa e do Suriname. Mário, como tantos outros, passou um período em Boa Vista, onde tentou se estabilizar como eletricista, mas em 1991 resolveu migrar para a Venezuela. Em sua avaliação, na época o governo não deu a devida atenção aos garimpeiros, apenas proibiu e coibiu a atividade sem lhes propiciar outro espaço de trabalho:

[437] Segundo Francilene dos Santos Rodrigues (Migração transfronteiriça na Venezuela. *Estudos Avançados*, v.20, n.57, p.197-206, 2006), na primeira metade da década de 2000 a economia de Santa Elena baseava-se no comércio, que era intenso. Essa cidade abastecia áreas de mineração, além de ter estrutura de diversão como boates, restaurantes, uma casa noturna (cuja ação principal era a apresentação de *strip-tease*, em geral feito por brasileiras).
[438] Ver, de Francilene dos Santos Rodrigues: Migração transfronteiriça na Venezuela, op. cit.; e *"Garimpando" a sociedade roraimense: uma análise da conjuntura sócio-política*. 133p. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido) - Universidade Federal do Pará, Belém, 2006.
[439] Entrevistado em 2012 na Guiana.
[440] Mário perdeu a mãe aos dois anos de idade, teve duas madrastas, com as quais sempre se deu bem. Saiu de casa em 1982, e sempre ajudou a financeiramente a família, mesmo depois da morte do pai, aos 57 anos.
[441] Mário morava no Maranhão, estado vizinho ao do Piauí. Queria jogar no time do quartel: "Porque nessa época eu jogava bem. Nesse tempo o time de Teresina, que era o Tiradentes, ganhou [do] Vasco, ganhou do Flamengo, ganhava de todo mundo. Aí, era o time do quartel, e eu queria entrar no quartel pra jogar nessa equipe".
[442] RODRIGUES, Configuração migratória no lugar Guayana: uma análise da migração na tríplice fronteira Brasil-Venezuela-Guiana, op. cit.

> Trabalhei esse tempo todinho aqui em Roraima: 87, 88, 89. Quando deu 90, o Collor ganhou a política e aí fechou o garimpo. Fechou de uma maneira, que ele baixou o ouro... que nós fazia um frete de avião por 100 gramas, 120, e ele baixou o preço do ouro de um jeito que com um quilo tu não davas pra fazer um voo. E, aí, não tinha como tu levares comida, nada. Aí, teve que o pessoal saía obrigado, porque não tinha como trabalhar. Teve gente que adoeceu, gente até morreu, sem poder sair, porque os aviões não podia mais pegar pessoal. [...] Então, o governo do Brasil não deu oportunidade pra nós trabalhar, ele não pegou uma área e disse assim: "Você não pode trabalhar nessa área, mas vou liberar essa [outra] área", que é como o Chávez fez lá na Venezuela: ele trancou várias áreas, mas ele deu uma área pro pessoal trabalhar. Ele tirou o pessoal da área, ele deu o trabalho na outra. Ele pagou, deu contrato, indenizou as pessoas, entendeu? — e o governo brasileiro não viu nós. Então, o que nós fizemos? Saímos pra Colômbia, Peru, Venezuela, Guiana, Suriname, Guiana Francesa.

Na década de 2000 a Venezuela também fechou diversas áreas de mineração, contribuindo para um fluxo migratório de retorno de brasileiros[443]. É a esse período que Mário se referiu como menos traumático que no Brasil, pois outras áreas foram destinadas aos garimpeiros venezuelanos regulares. Mário trabalhou na Venezuela por dezesseis anos, e chegou a circular pela Guiana entre 2008 e 2009[444], sempre retornando à Venezuela, de onde saiu definitivamente no final deste último ano. Foi para a Guiana, por conta de novas mudanças ocorridas na Venezuela relacionadas à extração de minério (entrada de grandes empresas de mineração, construção de hidrelétricas em áreas de mineração). Em 2010, a empresa de mineração em que trabalhava na Guiana o mandou para o Suriname, onde também atuava, por quase um mês, depois o chamou de volta àquele país. Pai de dois filhos (no momento da entrevista, um estava com 12 anos e um com 14), resultado de suas andanças por garimpos com duas venezuelanas, não tinham contato com eles; foram relações rápidas e as mães assumiram as crianças, e ambas se casaram. O percurso migratório de Mário retrata bem o garimpeiro brasileiro que circula em áreas de garimpo na região Amazônica, em constante movimento, seguindo as fofocas do ouro.

A facilidade de mobilidade por via terrestre facilita o fluxo migratório, sobretudo o ligado à mineração do ouro, de brasileiros em direção à Guiana e à Venezuela[445], partindo de Roraima. Para Mário, a mobilidade de brasileiros para a Guiana não se dá apenas através da

[443] Ibidem.
[444] Entre 2000 e 2006 houve intensificação e ampliação da exploração mineral na Guiana, período em que os registros de licença de operação subiram de 300 para 1.500, e que também foi marcado pelo aumento da migração de brasileiros para esse país. Ver CORBIN, Hisakhana Pahoona. *Brazilian migration to Guyana as a livelihood strategy: a case study approach*. 177p. Dissertação (Mestrado em Planejamento do Desenvolvimento) - Universidade Federal do Pará, Belém, 2007.
[445] RODRIGUES, Migração transfronteiriça na Venezuela, op. cit.

fronteira de Roraima, também se dá através da fronteira da Venezuela, uma vez que eles circulam em busca de garimpos que estejam produzindo — o que justificaria a falta de dados que apontem o número exato de brasileiro em território guianês. Seu relato dá a entender que a circulação nas fronteiras é mais intensa do que se possa imaginar:

> – Nós temos de dez a onze mil brasileiros. Mas só que esses brasileiros, aqui, eles estão assim: de repente tem só seis mil, e no outro mês nós temos onze, que eles entram e sai. Tanto sai pela fronteira como sai sem fronteira, sai por aqui. E nós temos muito brasileiro, mas muito mesmo, na fronteira da Venezuela, São Martins, porque eles entram por lá e saem, e não precisam de permissão do governo daqui, não precisa de visa; eles entram pela Venezuela e sai porque não tem polícia. Então, a maioria entra por lá
> – Entra por lá, que tu fala, é por Boa Vista?
> – Boa Vista, e aí vai: Santa Elena, 88 [grande região de garimpo venezuelana], Tumeremo. De Itumerem [Tumeremo], em vez de seguir, não, larga, volta um pouquinho e entra pra San Martin, aí entra pra cá, pra Guiana.
> – San Martin é na Venezuela?
> – San Martin é na beira do rio. É na Venezuela, mas na beira do rio, do outro lado já é Guiana, que é o rio Cuyuní. [...] Aí, pega lancha, atravessou pro outro lado, já é Guiana.
> – E eles vêm mais pra Guiana ou mais pra Venezuela?
> – Lá é dividido, tem muito garimpo do lado da Venezuela e da Guiana, mas eles estão trabalhando mais do lado da Guiana. Lá tem muito brasileiro, porque a extensão é muito grande. De lá até chegar aqui em Bartica é extensão muito grande, de uns dois dias de viagem, mais ou menos. De lancha, né, dois dias de viagem. Às vezes passa cinco dias pra descer de lá pra cá quando o rio tá seco.

Embora a década de 1990 tenha sido caracterizada pela migração masculina na tríplice fronteira Brasil-Venezuela-Guiana, como já mencionado, impulsionada pelo fracasso dos projetos implantados na década de 1970 de colonização e assentamentos, e pelo fechamento de garimpos em Roraima, inicialmente as mulheres também estavam presentes, em reagrupamentos familiares ou trabalhando em serviços domésticos indiretamente ligados à mineração. Nos anos 2000 se intensificou o fluxo de mulheres que migravam sozinhas para atividades laborais em empreendimentos de brasileiros: no comércio, em restaurantes e em áreas ligadas a salões de beleza[446].

A prostituição também foi um dos setores de atração para a mobilidade de mulheres sozinhas. Embora a atividade garimpeira absorva o trabalho do sexo, parte das mulheres atraídas por ela nem sempre vai para áreas de mineração para abastecer o mercado do sexo

[446] RODRIGUES, Configuração migratória no lugar Guayana: uma análise da migração na tríplice fronteira Brasil-Venezuela-Guiana, op. cit.

voltado para aqueles que nelas atuam: pode migrar para Georgetown, por exemplo para abastecer clubes de prostituição frequentados principalmente por nacionais.

Eduarda[447], 40 anos, proprietária de clube, dois filhos (um casal) e dois netos, 2ª série, nasceu no Pará, mas quando migrou para a Guiana morava em Boa Vista havia dez anos. Nessa cidade foi trabalhadora do sexo de rua e de boate até conseguir ter sua própria casa noturna, na qual havia quartos para atendimento de clientes — explicou que isso é comum nas boates noturnas de Boa Vista, apesar de ser ilegal o funcionamento de casas de prostituição no Brasil:

> – Eu já tive clube em Boa Vista. No meu clube, em Boa Vista, eu já cheguei a ter sessenta mulheres.
> – Mas era um clube como o que tu tens hoje? No Brasil, se você tem quartos, aí você sabe que você tem problemas!
> – Todo clube no Boa Vista tem quartos. Todos! [...] Não tem esse clube ou aquele que não têm quarto! Não tem isso. O meu, lá, tinha quartos.
> – Mas elas não moravam no quarto?
> – Não, não, lá é… lá era assim: o que eu tinha lá era uma casa muito chique, com uma piscina, com bar ao redor da piscina, certo? Tinha dois quartos de programa na casa: o cliente chegava, pagava o quarto e ia com a menina. Então, eu sempre trabalhei no Brasil assim.

O negócio ia bem, mas ela foi diagnosticada com câncer de útero e foi para Belém se tratar, deixando-o sob a gerência da ex-companheira. Ficou em Belém um ano e oito meses (fez uma cirurgia e quimioterapia), e quando retornou a Boa Vista descobriu que a boate fechara porque fora mal administrada. Então foi convidada por duas amigas para ir para a Guiana, para um clube de prostituição. Sem dinheiro ou trabalho, aceitou. Migrou para esse país em 2004, aos 32 anos, deixando os filhos morando sozinhos no Brasil — na época, o filho estava com 14 anos e a filha com 16[448]:

> Eu tinha o meu clube lá, eu era bem de vida. Foi quando eu descobri que eu tava com câncer, pedi pra ela [ex-companheira] ficar cuidando do clube pra mim enquanto eu ia me cuidar. Passei um ano e oito meses em Belém me tratando. [...]. Tirei tudo! Tirei colo do útero, ovário, tirei tudo! [...] Quando eu voltei, não tinha mais nada! Ela tinha acabado com tudo. Aí, foi quando eu vim pra cá. [...]. Vim de *navette*. [...] Eu não conhecia ninguém. [...] Fiz a quimioterapia, não tinha dinheiro pra manter os filhos lá, tava passando por uma situação muito difícil. Elas me convidaram pra vim, eu tava com 25 dias de operada. Não podia trabalhar, não podia fazer nada. E eu vim com elas, bem ciente do que eu ia fazer. Elas estavam me levando para dentro de uma boate, mas eu não era garota de programa.

[447] Eduarda tinha permissão de trabalho na Guiana.
[448] Anteriormente, trabalhara quatro anos na Venezuela, como administradora de hotel, mas mantinha residência em Boa Vista. Nesse período, os filhos ficaram com uma amiga.

Elas chegaram em Georgetown de carona e irregularmente, pois não tinham dinheiro suficiente para a viagem nem passaporte para passar pela fiscalização. Correram todos os riscos que uma travessia de fronteira pode trazer a clandestinos, e, em se tratando de mulheres, sujeitas também à violência sexual: entre uma carona e outra, foram estupradas:

> – Quando você veio, essas amigas te ajudaram a pagar a sua vinda ou você deu um jeito de arranjar?
> – Nós viemos de carona.
> – Sem documento, sem dinheiro…
> – Sem nada! Fui estuprada no meio do caminho por guianense. Tanto eu quanto elas.
> – Mas era o motorista?
> – Porque nós estávamos vindo num caminhão. Tava o motorista e mais quatro homens. Nós vínhamos pegando carona, nós íamos atravessando a barreira… Nessa época não tinha tanta polícia na estrada como tem, só tinha duas, e nós conseguimos passar: o caminhão passava adiante e nós passávamos pelo mato, vinha no clandestino. Não é como agora. Agora, se eu não me engano, tem umas cinco cavalas, cinco paradas na polícia, e nessa época não tinha, nessa época era só uma ou duas. [...] Quem arrumou essa carona pra gente foi um rapaz lá na fronteira, certo? Então, ele já sabia tudo como é que era, tudo como tinha que atravessar, só que, antes de chegar na cidade, antes de chegar na última barreira, depois que passou, foi quando ele abusou da gente, e deixou a gente no meio de uma estrada. Outro carro foi que terminou de dar a carona.
> – Mesmo com essa violência, vocês ainda tiveram coragem de continuar a viagem?
> – Lógico! Como é que vai ficar parada no meio do mato? Ali não tem nada, um breu feio que só. [...] Na época eu fiquei muito assustada, porque eu não era acostumada a ver aquele tanto de negros, como se via. Agora, não, agora pra mim já é normal, agora tudo aqui é normal pra mim. E, nessa época, não, nessa época, tudo o que eu via... Quando eu comecei a entrar na cidade, aquele cemitério cheio d'água, aquela cidade feia, com aquele monte de lixo, aquele monte de vaca andando no meio da rua — pra mim, aquilo tudo era assustador! Eu parava pra pensar: "Cara, eu vim com um objetivo. Falaram que aqui é bom, então vai ser bom pra mim".

Mas essa não foi a única vez que Eduarda sofreu violência sexual: foi estuprada aos 7 anos, pelo padrasto, e aos 20, por dois homens:

> – Fui estuprada com 7 anos pelo meu padrasto. [...] E eu tenho medo da minha neta, que é onde eu tive um pau de briga com a minha filha muito feio, que eu nunca deixei ela jogada: ou eu deixava com a minha mãe ou eu tava perto, pra onde eu ia, eu carregava. [...] Fui estuprada com 20 anos por dois homens, que foi uma traficante que pagou, porque eu briguei com a filha dela. E fui estuprada quando eu vim pra cá.

Para fugir do assédio do padrasto, aos 13 anos ela saiu da casa da mãe e foi morar com um homem, mas começou a sofrer violência doméstica:

> – O meu primeiro marido, que eu saí de casa, que é o pai dos meus filhos, eu tinha 13 anos, ele tinha 42 anos, e eu apanhava dele de manhã, de tarde e de noite. A última surra que eu peguei do meu marido, eu jurei que nunca mais apanharia dele. Eu botei uma panela de água no fogo, botei dois quilos de açúcar dentro e joguei no colo dele. Pra ele não me bater mais. Ele me batia direto.
> – E ele parou?
> – Um tempo, depois voltou de novo. Aí eu fiquei viúva: ele brigando, lá, com o pessoal, mataram ele. Aí, dei um tempo, só pra criar os meus filhos, que eu prometi que eu não queria padrasto pras minhas filhas, não. Quando eu vim arrumar marido foi agora, já estavam grandes, sabem dizer não. Tinha medo que acontecesse com elas o que aconteceu comigo: me abusar.

Ao chegar ao clube de prostituição na Guiana — pouco tempo depois de seu tratamento contra o câncer —, o proprietário se negou a aceitá-la: alegou que era feia e estava com a aparência de uma pessoa doente; que não a queria lá porque não traria lucro. As amigas intervieram e disseram que, caso não a aceitasse, também não ficariam. Como eram muito bonitas, ele aceitou a proposta de Eduarda, de fazer a limpeza do clube, lavar e cozinhar para as mulheres que moravam nele, até estar em condições de atender clientes. Ela recebia mil dólares guianês por mês. Depois de algum tempo ela começou também a trabalhar na prostituição no local. No total, ficou ali dois meses. Quando saiu, seguiu o rumo de muitas mulheres, o garimpo, onde foi trabalhar como cozinheira de uma draga, atividade que exerceu por dois anos — e voltou para Georgetown, onde montou um restaurante. Um ano depois conheceu um garimpeiro e foram para o garimpo em que ele trabalhava, onde novamente assumiu a função de cozinheira (na draga em que ele trabalhava). Essa relação durou seis anos, e, após a separação, ela decidiu trabalhar no mercado do sexo: primeiro montou um clube em Bartica, depois, em Georgetown (em 2012, seu principal negócio). Em 2011 chegou a ser detida por favorecimento à prostituição, e, no momento da entrevista, aguardava o julgamento em liberdade:

> Tem dois anos e pouco que eu me separei dele [companheiro], e abri uma boate, né, uma casa noturna e trabalho. [...] Pra mim tá dando certo. Não tá, assim, dando aquelas mil maravilhas, porque eu tive um problema com a Justiça: favorecimento à prostituição. Fui presa, tô sob fiança, tô respondendo processo aqui [...] e toco a minha vida, não posso abaixar a cabeça porque [...] eu tenho grande responsabilidade na minha vida, que é a minha mãe, meus filhos, que eu ajudo. [...] Antes de eu vir pra cá, isso, pra mim, não era crime, porque eu fazia isso no Brasil. E toda casa… eu já fui garota de programa em

> Boa Vista, cansei de ir pro quarto na época da Aminéia [dona da boate] — eu era garota de programa e trabalhava com a Aminéia —, cansei de ir pro quarto, três, quatro, cinco vezes, pagava a chave, nunca ouvi falar que era crime ou que era proibido! Então, aquilo… Eu digo: eu fazia programa, então, eu tava fazendo aquilo que eu me acostumei a fazer dentro dos puteiros que eu trabalhava. Eu agia da maneira que agiam comigo, e eu nunca vi polícia, nunca vi essa… esse fuá todo! Igual, eu cheguei pro [delegado de polícia]: "Me explica, por que esse fuá todo? Por causa de um quarto, uma saída?". Ele disse: "É, minha amiga, por causa de um quarto, uma saída, tu fudeu a tua vida pro resto da vida, que isso é favorecimento à prostituição. Você tá ganhando em cima da garota. Tudo que é ganhado em cima da garota é crime."

Durante uma viagem de Eduarda ao Brasil, seu clube foi alvo de uma blitz policial, em razão da denúncia de uma mulher, no Brasil, que afirmava que a filha fora traficada para um clube de prostituição na Guiana. Segundo Eduarda, a moça que procuravam tinha ido para Georgetown trabalhar no clube de um guianense, depois foi para o seu, e quando a família descobriu, fez a denúncia:

> Me lembro, essa batida não era pra mim, como ele falou. Estavam à procura de uma menina que trouxe uma mulher pra cá, e era uma enrolada de outro local. Só que essa menina trabalhava nesse clube, brigou lá no clube e pediu pra trabalhar comigo. Tava com três dias que ela tava na minha casa. Eles estavam à procura dessa garota, e bateram na minha casa atrás dela. Quando chegaram lá, "Cadê a...?". [...] "Ela tá trabalhando em tal clube." Chegaram na minha casa, invadiram, atrás dela. Aí, chega lá, tem cinco mulheres sem passaporte, com o passaporte atrasado. Pô!, prato cheio, né. É um prato cheio! [...] Eu fui presa.

As mulheres encontradas em seu clube, as "vítimas" de seu negócio, não receberam nenhum tipo de acolhimento, foram deportadas por estarem com o visto de turista expirado. Elas não fizeram denúncia contra Eduarda, não reivindicaram a condição de vítimas, mas em seu depoimento contaram que os clientes pagavam a "chave". Como era ele que pagava, não viam problema algum — e foi por causa desse procedimento que ela foi denunciada por favorecimento à prostituição. O clube não foi fechado, mas a partir daí ela eliminou a estrutura de quartos e a cobrança da chave, e deixou de alojar as trabalhadoras do sexo. Estas passaram a utilizar hotéis para as relações sexuais, o clube de Eduarda servindo apenas como ponto de encontro.

Na Guiana, da mesma forma que no Suriname, a nacionalidade das mulheres também é referência para se procurar um clube ou bar: o Red Dragon, o Baroombar, o Olímpia, o Leblon — os dois últimos, de propriedade de brasileira/o, com trabalhadoras do sexo brasileiras. Nos

últimos anos, os clubes de propriedade de guianenses perderam muito, por causa da existência de clubes em que as trabalhadoras do sexo são todas brasileiras: como aqueles são mais rígidos e têm maior controle sobre as mulheres, que chegam com uma dívida para pagar, as brasileiras preferem ir para clubes de brasileiras/os, nos quais podem chegar por conta própria (sem a dívida), ganham nas bebidas que fazem os clientes consumir, está inclusa no alojamento a alimentação com sabor brasileiro... O Baroombar, por exemplo, de propriedade de um guianense, em 2012 tinha mais mulheres da Jamaica, da Colômbia e da Venezuela:

> – E aqui tem bares, também, de mulheres colombianas e panamenses, venezuelanas e dominicanas [...]. Elas são tudo junto. Chama Baroombar. E, aí, nós temos o Olímpia, Leblon. Também são de mulheres que trabalham assim [prostituição].
> – São de brasileiras, o Olímpia e o Leblon?
> – Brasileiras. Elas trabalham embaixo e têm os apartamentos em cima. Moram em cima. (Mário, 46 anos, garimpeiro, dois filhos, entrevistado em 2012 na Guiana)

Na Guiana, segundo interlocutores, existem, em clubes, profissionais do sexo de origem brasileira que já exerciam a atividade no Brasil, nas regiões Norte ou Nordeste, que chegam através do contato com amigas que constantemente viajam para o Suriname e outros países da América Central e do Caribe, e mesmo para a Europa, ou que vêm desta última; e também existem as que foram contatadas por desconhecidos, responsáveis por enviar mulheres para clubes de prostituição guianenses, principalmente de Georgetown. Segundo Portela, delegado do Oficialato de Ligação da Polícia Federal Brasileira na Guiana, entrevistado em 2012, "Tem muita menina que vem do Suriname para trabalhar aqui [...]. Espanha, algumas. Eu já encontrei uma penca aqui, que foi deportada da Espanha — que a repressão na Espanha, em relação à brasileira, é bem dura também. Sabe-se que tem muita brasileira trabalhando lá."

Para Natasha[449] (23 anos, manicure, sem filhos, entrevistada na Guiana em 2012), os valores dos serviços sexuais na Guiana são um atrativo a mais para se atuar no mercado do sexo nesse país, independentemente de a mulher ter exercido a atividade antes ou não. O depoimento de quem já esteve no país pesa muito na decisão de viajar:

> Às vezes, uma, que já faz programa, tem uma amiga que já faz programa no Brasil, elas entram em contato com ela. Aí, diz que é bom. Às vezes ela não tem dinheiro, aí o clube manda dinheiro, e quando chega aqui ela paga trabalhando no clube, uns mil reais — depende da cidade onde ela tá. [...]

[449] A travesti/transexual Natasha será apresentada posteriormente.

> Muitas delas já vêm porque no Brasil é ruim de ganhar dinheiro — ninguém paga esse tanto: quinhentos pra dormir. Raramente o homem paga menos de duzentos, [...], de quinhentos. E aqui é mais fácil, né. É mais fácil e elas já vêm. Algumas vêm já *ploc*, outras, não, fazem a primeira vez aqui.

A mobilidade das trabalhadoras do sexo entre o Suriname e a Guiana se dá, mais comumente, através do contato entre mulheres que atuam em um dos dois países, conforme as amigas dizem se estão faturando ou no caso de haver um grande evento (shows com bandas, por exemplo):

> – E as meninas no Suriname, costumam procurar o teu clube ou elas vêm independente, ficam por aí?
> – As meninas do Suriname, elas vêm mais independente, porque a passagem é muito barata. É barata: nove mil [refere-se ao dólar guianense-GYD]. Nove mil: noventa reais!
> – Então, elas vêm e voltam?
> – Elas vêm e voltam. Um táxi, daqui lá pra ponte, lá pra coisa [fronteira], não sai duzentos reais. Um táxi, táxi pra você ir no ar condicionado, curtindo. Elas ficam lá e fica aqui, fica lá e fica aqui. Elas passam uma semana na minha casa, voltam, vai pro garimpo, sai do garimpo, vem pra cá — assim elas são livres pra ir e vir, certo? [...] Amanhã tá chegando uma menina do Suriname pra mim, Nanda. Ela me ligou hoje: "Eduarda, tô indo praí, tem problema?". Eu digo: "Não. Então chega amanhã?". Ela: "Até a hora do almoço eu tô aí." Eu: "Tá bom!". Hoje chegou uma do Brasil. Ela me ligou: "Eduarda, tô chegando aí. Tem cama pra mim?". Digo: "Tem". "Tô chegando aí." Digo: "Tá bom!". [...]. Ela trabalha comigo há um ano, ela vai e volta. (Eduarda, 40 anos, proprietária de clube, dois filhos, entrevistada em 2012 na Guiana)

Muitas mulheres que chegam à Guiana para trabalhar no mercado do sexo partem de Roraima, mas muitas não nasceram nesse estado. Em Georgetown, os brasileiros costumavam dizer que as brasileiras (em geral) que estão nesse país nasceram, em sua maioria, em Belém, Manaus e no Maranhão, mas antes de sair do Brasil moravam em Boa Vista havia algum tempo, e que algumas moravam em Manaus — de modo que o contato e as articulações para a mobilidade via prostituição, para a Guiana, se dariam, principalmente, nos estados de Roraima e do Amazonas:

> Manaus, Belém, Fortaleza, existem muitos lugares, muitos lugares, porque a maioria se foca em Boa Vista. Elas vão pra Boa Vista, pras casas noturnas em Boa Vista. [...] Elas vêm pra Boa Vista com a promessa de ganhar dinheiro em Boa Vista, aí sempre encontra uma que já veio para Georgetown — tem uns garimpeiros que vão daqui, chega nas boates [de Boa Vista], aí comentam: "Lá [Guiana] é bom, por que tu não vai?". Tô cansada de menina me ligar lá do Brasil, foi garimpeiro que deu meu telefone pra elas: "Quero ir praí, como

> é que eu faço?". "Pode chegar lá na fronteira. Quando chegar lá na fronteira, tu compra uma passagem — é 25 mil a passagem —, entra dentro de um avião. Meu número tu tens, me liga que eu mando o taxista te buscar." É assim que eu faço. Elas batem aqui. (Eduarda de 40 anos, proprietária de clube, dois filhos, entrevistada em 2012 na Guiana)
>
> [Mulher] Vinda de Belém costuma ir mais para o Suriname. Aqui tem muita menina que é de Belém, mas mora em Boa Vista, ou que é de Belém e mora em Manaus. [...] Tem menina de Itaituba, Santarém; tem de Altamira, Tucuruí; meninas que trabalhou no Mato Grosso, [...] algumas já trabalharam em Fortaleza. (Portela, delegado do Oficialato de Ligação da Polícia Federal Brasileira na Guiana, entrevistado em 2012)

Em razão da proximidade geográfica de Boa Vista com a Guiana, muitas mulheres que já atuam na prostituição naquela cidade fazem um tour pelo mercado do sexo deste país, quer dizer, passam pequenas temporadas, de modo que as trabalhadoras do sexo que trabalham em Boa Vista já conhecem as redes que facilitam a passagem da fronteira e encontrar um local de trabalho.

Apesar de os interlocutores entrevistados na Guiana terem afirmado que nesse país as brasileiras trabalhadoras do sexo são, em sua maioria, de Belém e Manaus, eles também apontaram que a mobilidade delas ultrapassa essas duas referências, porque, embora oriundas dessas capitais ou de outros locais, Boa Vista faz parte do seu itinerário. Talvez, dizer que é de Belém ou de Manaus faça parte do marketing profissional ou seja uma forma de eliminar as pistas que possam identificá-las. No Suriname alguns interlocutores diziam que muitas brasileiras dali eram de Belém, mas tinha as que mentiam, diziam ser de lá porque isso funciona como propaganda: "São mais paraenses [...]. Tem umas que não, às vezes é do interior de lá... [...], diz que é de Belém, mentira! " (Marcelo, 37 anos, garimpeiro, um filho, entrevistado em 2012 no Suriname).

Carolina Höfs aponta que o recorte "ideológico quanto ao gênero" difundido no Suriname, de que as mulheres são de Belém e os homens, do interior do Maranhão, "esconde [...] uma associação ao universo masculino do garimpo como algo que apenas a masculinidade do maranhense conseguiria enfrentar"[450] — já Paramaribo seria algo da "esfera do feminino", espaço de acolhimento das pessoas que vieram de uma cidade do porte de Belém. "Essa associação fica clara quando das conversas surgem as figuras das prostitutas brasileiras que estão hoje no Suriname, mais conhecidas como *plocs*. Aquelas que vão para o mato trabalhar

[450] HÖFS, Carolina Carret. O barco vai se levando: retrato de uma imigrante brasileira em Paramaribo, Suriname. *Revista Interdisciplinar da Mobilidade Humana*, v.15, n.29, p.47-70, 2007 (p.49).

nos bordéis das *currutelas* são identificadas como vindas do interior do Maranhão", mesmo que muitos afirmem "que, antes da ida para o mato, essas mesmas mulheres trabalhavam nos clubes da cidade", onde "são primeiramente identificadas como vindas de Belém do Pará"[451].

Assim como no Suriname, na Guiana algumas pessoas conhecidas como sendo de Belém, na verdade são de cidades do interior do Pará, mas dizem que são da capital paraense, o que contribui para reforçar a concepção de que as brasileiras que estão nesses dois países são todas de Belém. Durante a pesquisa na Guiana, não foi encontrada nenhuma mulher dessa cidade, mas, nas narrativas, sempre estavam presentes as "mulheres de Belém":

> – Muitas que vêm se prostituir, vêm mais [de] Belém e Manaus.
> – Vêm de barco?
> – Não, elas vêm de avião, não vêm de barco. Elas não viajam nessas coisas, nem de van, minha filha: elas vêm é de avião.
> – Quem paga essas despesas?
> – Ela. É, ganham dinheiro lá, pagam a despesa pra vir pra cá. Elas chegam pra cá geralmente com uma indicação de alguém, de outra colega que foi, aí já fala pra ela: "Tem a boate assim, assim e assim. Chega lá, tu procura o cara, que me conhece". É assim.
> – E de Boa Vista, não tem muitas, não?
> – Tem de Boa Vista, mas a maioria, pelo que eu conheço, é Belém e Manaus. Tem de Boa Vista também, mas mais é de Belém... Jovens. São bonitas, meninas bonitas mesmo. (Ester[452], 48 anos, proprietária de restaurante, quatro filhos, entrevistada em 2012 na Guiana)

> – E para fazer *ploc*, vem mais as meninas de Boa Vista?
> – Mais Boa Vista. Belém também. [...] Parauapeba[s]. De cidadezinhas perto de Parauapeba[s] vem muito. (Natasha, 23 anos, manicure, sem filhos, entrevistada em 2012 na Guiana)

A narrativa mais frequente com relação às mulheres é a de que as provenientes do Maranhão vão trabalhar como cozinheiras no garimpo, e as provenientes de Belém vão para clube. Percebe-se a construção do imaginário de que as trabalhadoras do sexo nas Guianas são originárias de Belém, embora as maranhenses também aparecem no ramo da prostituição.

[451] Ibidem, p.49.

[452] Ester, 48 anos, proprietária de restaurante, ensino médio completo, quatro filhos (dois deles são filhos de parentes, dos quais ela tem a guarda), nasceu no Maranhão. Era criança quando a família foi para Tucuruí (Pará); depois foi para Porto Velho (Rondônia), onde, na época da pesquisa de campo, sua família ainda residia. Seu marido foi o primeiro a ir para Georgetown, para trabalhar na churrascaria de um brasileiro. No final de 2002, um ano e meio depois, ela, então com 32 anos, foi se juntar a ele, deixando os dois filhos do casal com a mãe dela. Voltaram ao Brasil após oito meses na Guiana, e, com o dinheiro ganho nesse país, montaram um restaurante em Porto Velho — que fecharam um ano e meio depois. Em 2005 retornaram a Georgetown, abriram um restaurante, e levaram os filhos. Desde então trabalham juntos nessa cidade. Ester tinha permissão de trabalho.

Na Guiana as/os interlocutoras/es afirmavam que muitas mulheres que estão ali são originárias do interior do Maranhão, e que elas normalmente não atuam no mercado do sexo: "*ploc*, não tem muita maranhense, tem pouca, porque as maranhenses são muito trabalhadeiras. [...] Vão mais pra cozinhar, no garimpo é difícil ter maranhense [...]. Maranhense é difícil fazer *ploc*, mais pra trabalhar" (Natasha, 23 anos, manicure, sem filhos, entrevistada em 2012 na Guiana). Eles mostravam desconsiderar a atividade no mercado do sexo como trabalho, de modo que aquelas que não estão inseridas no serviço doméstico são vistas como quem não quer trabalhar, transparecendo estigma e preconceito. Costumavam dizer que, em geral, as trabalhadoras do sexo eram de Belém, Manaus e Boa Vista — e as mulheres do Maranhão, embora estivessem em número expressivo na Guiana durante a pesquisa de campo em 2012, por serem "trabalhadeiras", não era comum que atuassem na prostituição. A mesma fala se repetia no Suriname:

> Tem muita mulher bonita também, que anda no garimpo [no Suriname] aí, paraense. Tem um monte de mulher, a maioria é paraense, que vive nos cabarés aí. Mulher maranhense já é mais trabalhadeira, ela já trabalha mais na cozinha de garimpo. No cabaré, não. Você não vê. Você não vê. **(**Marcelo, 37 anos, garimpeiro, um filho, entrevistado em 2012 no Suriname).

> Pode sair procurando aqui [garimpo do Macu/Suriname], pra ver: só é paraense. Tanto pode ser casada como solteira, quase tudo é paraense. É difícil você ver uma maranhense, uma goiana, de outro estado. Mulher, é só do Pará. (Regina, 53 anos, gerente de cabaré e promotora de eventos, sem filhos, entrevistada em 2012 no Suriname)

As maranhenses aparecem mais para cozinhar em razão das redes familiares masculinas, que facilitam a sua migração para serviços domésticos sem que tenham que passar inicialmente pelo mercado do sexo. Isso não significa que, tanto na Guiana como no Suriname, elas não atuem nesse mercado, pois muitas têm a prostituição como renda extra ou provisória: atuam na área ocasionalmente, quando estão sem dinheiro ou trabalho de cozinheira — e muitas, antes de sair do Brasil, imigraram para Boa Vista, onde residiam suas famílias.

Na Guiana o mercado do sexo é bastante movimentado e a prostituição em si também é ilegal, o que não impede que existam estruturas que fazem movimentar o setor — tais estruturas, bastante visíveis na Guiana e no Suriname, envolvem marketing, pessoas, Estado, comércio, etc. Mas na Guiana é menos propagada a ideia de que a prostituição em bares e clubes é aceita pela sociedade e pelo Estado, apesar de muito bem estruturada e de mobilizar mulheres com pouca ou muita experiência no mercado do sexo. Independente da experiência, elas têm mais

cautela com a questão legal, principalmente porque a deportação é mais frequente. Aliás, uma das primeiras providências do governo, quando é feita uma intervenção em um local destinados à prostituição, é verificar se a mulher está regular no país:

> – A prostituição na Guiana é permitida, é legal?
> – Não, não é. A própria atividade de prostituição, dentro da lei, ela não é permitida. No Brasil não é crime a mulher se prostituir, o que é crime é quando alguém começa a obter lucro a partir dessa atividade. Aqui, não: em tese, pela lei, não seria permitido nenhuma mulher exercer a prostituição, embora se saiba que é o tipo da lei que aqui não funciona, né. (Portela, delegado do Oficialato de Ligação da Polícia Federal Brasileira na Guiana, entrevistado em 2012)

> – Existem espaços para prostituição aqui na cidade?
> – Bastante. [Para] Mulher. Não tem pra, assim, pra travesti. É difícil, é sempre escondido. Mais é pra mulher. Essa é ao vivo e a cores, entendeu? Porque elas ficam em cabarés. [...]
> – Mas não é proibido?
> – É nada. Aqui é o país, é um país... a lei não existe aqui. A lei da Justiça não existe, o que existe é a lei, sei lá, não sei nem como falar isso, eles mesmos querem fazer a própria lei. Qualquer um faz a sua própria lei, entendeu? (Palloma[453], 25 anos, manicure, sem filhos, entrevistada em 2012 na Guiana)

No Suriname os clubes de prostituição têm menos preocupação em esconder sua existência; na Guiana eles se esforçam por camuflar o fato de que suas atividades giram em torno da prostituição, principalmente porque é mais comum averiguações policiais nos locais. Mas, tanto no Suriname quanto na Guiana, apesar da facilidade com que são encontrados locais destinados a ela, eles são registrados e conhecidos como bares e hotéis:

> – E o clube Olímpia, também é como esse Rockies [hotel e bar] que você falou?
> – Não, é um pouco diferente. Aí já é um bar.
> – Um bar?
> – É, um bar de mulher. Aí já é um estilo de trabalho. [...]. (Mário, 46 anos, garimpeiro, dois filhos, entrevistado em 2012 na Guiana)

> – Quando tu vieste, tu não chegaste a morar lá no Olímpia?
> – Morei.
> – Aí tu pagavas quanto de aluguel?
> – Tem uma percentagem do bar que você paga, seis mil por semana. [...] Dá sessenta reais isso. [...] Todas as meninas pagam.
> – Mas a alimentação, paga também?
> – É merenda, café, merenda e almoço.
> – O dono que paga?

[453] A travesti/transexual Palloma será apresentada posteriormente.

> – O dono que paga
> – Paga só esse sessenta por semana e mais nada?
> – Mais nada.
> – Para usar o quarto quando tu vais fazer programa?
> – Paga o quarto, só é quatro mil, cinco mil o quarto. O homem paga lá o quarto. Paga o quarto, aí paga a mulher logo, adiantado. Ela fica lá dentro e tem uma campainha, caso aconteça alguma coisa, toca a campainha. Tem que prevenir, né. (Natasha, 23 anos, manicure, sem filhos, entrevistada em 2012 na Guiana)

Embora muitos interlocutores, por vezes, chamassem os clubes de prostituição na Guiana de bares ou boates, neste texto eles são nominados de clubes de prostituição, para padronizar com os locais que ofertam serviço semelhante no Suriname, principalmente os de propriedade de guianenses: nestes, em geral as mulheres também chegam com uma dívida, têm o passaporte retido, moram em locais definidos por eles, têm horários para cumprir, não podem chegar atrasadas ou embriagadas para trabalhar, são proibidas de retornar à moradia enquanto tiver clientes no salão, precisam incentivá-los a consumir no bar — ou seja, seguem inúmeras regras estabelecidas pelos proprietários, as quais, se descumpridas, resultam em multas que variam conforme a gravidade da regra.

A experiência em casas de prostituição em Boa Vista proporciona o conhecimento de como se adequar à legislação local e não ter problemas com a Justiça, de modo que os clubes de propriedade de brasileiras/os evitam determinadas práticas que podem se configurar como situação de tráfico de pessoas para fins de exploração sexual, caso da retenção de documentos:

> – Os clubes de brasileiras costumam reter passaporte?
> – Aqui? Deus que me livre! Pra ir pra cadeia?
> – Então, nenhuma brasileira que tem clube retém o documento?
> – Não! Nenhuma! Se der uma batida hoje, num clube, todas as meninas estão com os passaportes na sua bolsinha. Que é o maior crime que tem. Aqui não tem nenhuma brasileira louca pra fazer isso, porque aqui cada uma tá orientada, já. Aqui, tem três clubes de brasileiros aqui na cidade, hoje. [...] Um dia desses, a gente tava no centro, a gente ia andando, menina não ia com a bolsa, ela: "Bota o meu passaporte na tua bolsa?". Eu: "Tá doida! Teu documento, tu anda com ele, minha amiga". Ela: "Mas, por quê?". Digo: "Minha amiga, tô contigo e de repente chega um policial, tu tá comigo e eu tô com o teu passaporte na minha bolsa, eu sendo dona do clube, vai dizer o quê? Que eu tô segurando o teu passaporte. Não, seus documentos, compra uma bolsinha pra você, enfie dentro da sua causa. O que é teu, contigo, o que é meu, é meu; o que é teu, é teu." Igual mulher chegar pra mim e dizer: "Eduarda, eu tô precisando de mil reais pra mandar pra minha mãe." Eu não arrumo, não, eu não arrumo, não. Sabe por quê? Porque é uma prova depois. (Eduarda, 40 anos, proprietária de clube, dois filhos, entrevistada em 2012 na Guiana)

A dívida adquirida com a aquisição do passaporte e da passagem também é evitada por clubes de propriedade de brasileiras/os — outra maneira, segundo interlocutores, de evitar a caracterização de crime de tráfico de pessoas:

> – Agora ela vem por conta própria.
> – Ah, tá! Mas, antes…
> – Antigamente eu financiava tudo: ela me ligava, eu comprava a passagem e mandava o táxi deixar ela lá. Antigamente eu bancava tudo! O custo de ela chegar aqui, tudo, e ela chegava e me reembolsava. Vamos supor: ela gastou trezentos reais, ela me pagava esses trezentos reais, entendeu?
> – Mas você chegava a fazer contato, você fazia contato ou elas que te procuravam?
> – Não, a maioria me procurava, porque eu já tive boate no Brasil. (Eduarda, 40 anos, proprietária de clube, dois filhos, entrevistada em 2012 na Guiana)

Outras práticas comuns, que começam a ser modificadas, também em clubes de propriedade de brasileiras/os, são o local de moradia das mulheres e a cobrança da chave. Alguns clubes substituíram o pagamento da chave pelo pagamento da entrada no estabelecimento, e a moradia passa a ser fora do clube, normalmente uma casa alugada, em que o valor do aluguel e o da alimentação são divididos entre as moradoras — mudam o local, mas elas continuam morando em locais administrados pelos clubes. Essa nova configuração é uma maneira de afastar indícios de que o estabelecimento oferece serviços sexuais, e coloca a mulher na posição de criminosa, imputando a ela toda a responsabilidade jurídica e moral que recai sobre quem oferece serviços sexuais onde a prática da prostituição é ilícita.

Na Guiana, o tempo de trabalho é o mesmo que no Suriname, depende do período de turista no país. Segundo disse Eduarda (40 anos, proprietária de clube, dois filhos, entrevistada em 2012 na Guiana), não importa se são quinze ou noventa dias, a prostituição na Guiana tem sido lucrativa:

> – Mas elas têm permissão pra trabalhar aqui?
> – Documento? Não. Como turista, três meses. Tem época que dão um mês, só, no passaporte; um mês, quinze dias. A data de elas ficarem aqui é até o carimbo vencer
> – Carimbo vence, ela volta?
> – Aí, ela volta lá… Volta de novo.
> – É uma despesa alta, né.
> – Pra elas não se torna, não, uma mulher dessas tira trinta mil reais no mês!
> – Mas será que todas realmente tiram?
> – Olha, vamos supor que todas… eu tiro pela minha casa… vamos supor que todas não tirem trinta mil reais. Mas os seus dez, os seus oito mil reais por mês, tira!

> – E onde é que está todo esse dinheiro?
> – Roupa, sapato e perfume, bom celular. Muitas delas pensam, guardam. [...] tem mulher que chega na minha casa com uma boroquinha desse tamaninho, quando vai sair, [sai] com quatro, cinco malas, tem que ser dois carros pra carregar. Pra mim, essa é a burra! Essa, pra mim, é burra! Eu sempre oriento elas: "Guarda. O dia de amanhã não pertence a você." Mas eu te garanto que menos de oito mil reais uma mulher não tira dentro de uma boate aqui. Tem mulher que faz mil reais, mil e quinhentos reais numa noite! Tem meninas que sobe no palco pra fazer *strip-tease* que ganha setenta mil.
> – O salário mínimo do guianense é tão pouco, como que esse dinheiro…
> – Garimpo, máfia, sabe? Tenho cliente que gasta dez mil reais, quinze mil reais numa noite lá no meu bar.

Ser dona do negócio não significa estar livre de conflitos e tensões no clube. Eduarda explicou que a proprietária precisa se impor, para ser respeitada; que existe preconceito com quem trabalha na prostituição — mas, apesar de dona de um estabelecimento que vende serviços sexuais, não admitia desrespeito ou ser vista como criminosa:

> Eu sou vista aqui como uma criminosa, mas ninguém sabe da minha vida, ninguém sabe o que eu passo, e eu ainda tenho que dar uma de nariz empinado; que eu dou, eu não deixo qualquer um me pisar, não! É necessário! [...] Eu me imponho, eu não carrego desaforo pra casa. [...] O dono [do hotel] outro dia tava no meu clube — um dos homens que mais têm dinheiro aqui —, eu fui atender a mesa dele, ele pá! na minha bunda. Eu pá! na mão dele. Eu cheguei: "Ei, respeito é bom e cabe em qualquer lugar". Ele: "Ah, mas…" "Eu sou a dona do puteiro. Aqui eu sou a dona, então me respeite. Se você quer ser respeitado, me respeite. Se eu chegar no seu hotel ou no seu escritório e bater na tua bunda, tu vai gostar?" "Não." "Então, aqui dentro eu sou a dona, e eu quero respeito. Me respeite, porque eu nunca lhe dei essa liberdade." "Tu é muito boçal. Tu é muito tal." "Sou. Pra você eu sou."

Por ser mais barata (e perto) a viagem do Brasil para a Guiana, em geral as brasileiras chegam aos clubes desse país, principalmente os de propriedade de brasileiras/os, por conta própria, e moram fora deles. Elas podem chegar como cozinheiras, sacoleiras, e assumem o trabalho do sexo ou se revezam entre uma atividade e outra. As donas de clube ou cabaré aceitam aquelas que os frequentam só no final de semana ou esporadicamente. Com isso, no clube, não necessariamente elas moram com as trabalhadoras do sexo do cotidiano daquele.

O fato de alguns clubes aceitarem a presença de trabalhadoras do sexo com as quais não têm vínculo, várias delas sem compromisso com as regras de moradia e de horário, faz com que a rotatividade delas seja mais intensa, facilitando diversos arranjos no setor, como a prestação de serviços sexuais por profissionais experientes ou iniciantes, sazonais ou ocasionais. Muitas

aparecem esporadicamente em busca de clientes (apenas quando desejam ou precisam), e sua contrapartida, como no cabaré no garimpo — que veremos na parte três —, é incentivá-los a pagar bebidas alcoólicas, de preferência as mais caras, quando elas também ganham porcentagem da bebida vendida, o que incentiva a presença das mulheres "acompanhantes", que não prestam serviços sexuais mas fazem companhia a clientes no salão:

> – Então o negócio tá caindo, na Guiana?
> – Ela ganha dinheiro... É. Porque tá fraco, as meninas ganham um dinheirinho e vão embora, aí não voltam, aí fica fraquinho, e elas [proprietárias de clube] ficam pegando algumas [mulheres] que tá sem trabalho, pra ir pra lá. Tem vez que umas estão lá, mas não faz [sexo]. Estão aqui na rua, né? Elas convidam pra ir pra lá, pra dar movimento, mas não faz nada, entendeu? [...] Pras pessoas irem pra lá, pra tomarem, pra dar despesa, mas, na verdade, às vezes não faz nada. Porque elas ganham uma taxazinha se tu compras uma bebida pra elas. [...] Se comprar a bebida, ela tá ganhando. [...] Não precisam fazer [sexo]. Então, às vez, algumas pessoas que não conseguiram trabalho, daí ela convida: "Não, vai pra lá. Tu tá sem [dinheiro] pra comprar comida, pagar hotel? Vai pra lá". Aí, a pessoa leva as amigas, faz pagar a bebida e tal, ela dá uma... [...]. Não sei se são 5% que ela dá, no valor daquele que ela consumir lá, entendeu? Aí, a pessoa vem e tem o dinheiro pra ir almoçar no outro dia, comer. (Mário, 46 anos, garimpeiro, dois filhos, entrevistado em 2012 na Guiana)

Todos os clubes de prostituição têm lucro com a venda de bebidas, mas esse formato mais agressivo, de incentivar os homens a pagarem o máximo de bebida possível, é mais característico dos clubes na Guiana e dos cabarés nos garimpos: "O meu lucro é na bebida, não é nas meninas; o meu lucro é no consumo, não é nas meninas. Então, por isso eu tenho que estar lá dentro, por isso, eu tenho que tá lá" (Eduarda, 40 anos, proprietária de clube, dois filhos, entrevistada em 2012 na Guiana).

A circulação das mulheres nos clubes de brasileiras/os é mais rotativa: elas chegam, ficam pouco tempo, voltam para o Brasil — e podem nunca retornar à Guiana. Como os cabarés nos garimpos, os clubes buscam mulheres que já atuam na prostituição, pois é preciso estar acostumada com a noite, ter experiência, para que o empreendimento dê certo, uma vez que há uma troca de interesses comerciais entre o clube e a mulher, no uso do espaço e na venda de bebidas:

> – Eu tenho mulher que trabalha comigo, que ela tem 46 anos; eu tenho mulher que já foi pra Espanha, já foi pro México, já foi pra Itália; todas essas meninas que trabalham comigo, tudo veio de outro clube, tudo veio de outra casa, nenhuma iniciou a vida agora. [...] Pelo meu [clube], é a primeira coisa que eu pego de uma mulher, quando ela chega à minha boate: "Você já trabalhou com isso?", "Você já fez programa?" — porque, pra mim, não é lucro ter uma

> mulher que nunca fez um programa, pra mim não é lucro ter uma mulher que nunca trabalhou com isso, porque se torna estressante! O bom de ter a menina que já trabalhou com isso, que já é acostumada, é que ela tem uma ganância: quando ela vê o cliente entrando, ela já ataca! Ela não se inibe, ela não fica com vergonha; ela vai pra cima e é com gosto. A mulher que já é acostumada, ela faz três, quatro, cinco programas numa noite. E a inibida, não, a que nunca fez, não: ela fica no canto, quieta, chora! Essa não é bom, entendeu?
> – Hum-hum
> – Então, pra mim, não é vantagem ter uma mulher assim na minha casa. Vantagem, pra mim, é as que já estão acostumadas e as mulheres bem maduras. Não gosto de trabalhar com menina nova, não gosto de menina nova, com negócio de 20 anos, 22, não gosto. Gosto de trabalhar com mulher acima de 30, madura, que sabe o que quer e crie menos problema. A mulher, com os seus 30 anos, tem os seus pés no chão, ela sabe o que quer e sabe se virar — que ela, com certeza, tem dois, três filhos esperando em casa, e ela tem uma responsabilidade. A menina nova, ela não tem responsabilidade, ela não tem compromisso. Pra mim, uma menina nova tinha que estar no Brasil, estudando; a velha, ela já passou do tempo — igual a mim: tenho que correr atrás e se virar. (Eduarda, 40 anos, proprietária de clube, dois filhos, entrevistada em 2012 na Guiana)

A mobilidade das brasileiras entre um clube e outro também regula o número de mulheres neles presentes: no caso do Olímpia, "tem vez que tem vinte, tem vez que tem quinze, tem vez que tem trinta, tem vez que tem sete, oito" (Natasha, 23 anos, manicure, sem filhos, entrevistada em 2012 na Guiana). Elas circulam conforme a movimentação de clientes no clube, e, durante a pesquisa de campo, essa circulação se dava mais em clubes de propriedade de brasileiras/os:

> – Tem clube de guianenses?
> – Aqui? Tem. O Baroombar, a Red Dragon…
> – Mas não têm brasileiras?
> – Não. Tô te falando, que é a raiva de todo mundo aqui, de mim, porque quando eu vim pra capital, que eu abri o meu clube, não ficou brasileira pra ninguém, só pra mim. Aí eles começam a me denunciar, começa a armar pra cima de mim, toda hora ligando, toda hora fazendo denúncia, denúncia, denúncia… Porque o único clube que tem mulher bonita e brasileira é o meu! É o único!
> – Os outros não têm brasileira também? O Olímpia, por exemplo…
> – O Olímpia tem, mas entra lá e vê a quantidade de mulher, a qualidade de mulher.
> – Hoje, no teu clube, tem quantas mesmo?
> – Hoje eu tô com quinze meninas.
> – Olímpia, hoje, tem mais ou menos isso também?
> – Eu acho que não.
> – Me falaram entre dez e quinze.
> – Tem não! Ainda ontem, tinha uma menina de lá, tava bebendo lá no clube, pedindo pra ir pra lá, que lá não tava ganhando dinheiro… e todas que estão lá anda no meu clube, todas que estão lá, quando fecha o deles, vão pro meu,

> entendeu? Todas, não barro nenhuma. Todas vão, só não aceito pra morar, porque eu tenho um dilema comigo: eu não tiro nada que é dos outros. Digo pra elas… Já aconteceu de eu pegar menina de outro clube, mas eu falo pra elas: "Você quer trabalhar comigo? Quando tu fores embora pro Brasil, quando tu voltar, aí tu me procura. Mas, primeiro, tu vai pro Brasil." Porque eu não quero problema com dono de clube nenhum. Eu falo: "Você vai, quando tu voltar, tu volta pra minha casa." (Eduarda, 40 anos, proprietária de clube, dois filhos, entrevistada em 2012 na Guiana)

As narrativas dos interlocutores descrevem o surgimento de um "mito fundador", marco de mais liberdade para as mulheres que atuavam em clubes de nacionais. Na Guiana e no Suriname, eles afirmavam que, antes, as mulheres viviam em situação de liberdade limitada ou em cárcere privado, ou, ainda, que sofriam violência e eram vítimas de tráfico de mulheres para exploração sexual. No Suriname, apontavam que a chegada dos garimpeiros na década de 1990 propiciou mais liberdade para elas. Na Guiana, o surgimento de clubes de propriedade de brasileiras/os foi o fator preponderante para a sua maior liberdade. Alguns disseram que a/o proxeneta quase não tem mais lucro, uma vez que as mulheres têm chegado por conta própria, sem a necessidade de aliciamento massivo. Mas pode ser que os empresários do mercado do sexo estejam modificando sua forma de recrutamento e se utilizando de regras e organização mais "suaves", para evitar flagrantes que comprometam o funcionamento do estabelecimento.

Na Guiana o mercado do sexo se mostra mais rotativo em razão da mobilidade das mulheres entre clubes, bares ou cabarés, ou mesmo as idas para hotéis, o que as torna vulneráveis à violência, pois nos clubes ou bares que têm quartos para atender os clientes há a campainha (escondida ao lado da cama), que a mulher pode acionar se se sentir em perigo. Se ela pega um cliente que a leva para outros locais (hotéis, por exemplo), no caminho ou ao chegar ao destino pode sofrer algum tipo de violência:

> – Mas, e essa história de que meninas são violentadas? Quem normalmente faz isso?
> – Os que têm dinheiro da cidade [...] Negro. Negros. Tem gente muita rica aqui na Guiana, que sai com as meninas.
> – Mas o programa não é dentro do clube?
> – Elas ficam dentro do clube, mas, às vezes, elas pegam saída pra dormir fora. É mais cara. Cinquenta mil — quinhentos reais no Brasil, quinhentos e pouco. Levam pro hotel, aí tranca elas. [...] Droga demais. Eles usam drogas. Drogados, loucos. (Natasha, 23 anos, manicure, sem filhos, entrevistada em 2012 na Guiana)

Embora a saída seja perigosa, é quase sempre negociada, possibilitando a identificação do cliente posteriormente — mas os locais que não possuem a estrutura de quartos colocam muito mais trabalhadoras do sexo em situação de vulnerabilidade, de modo que a tentativa dos clubes, de camuflar o que realmente acontece neles, as joga ainda mais para a clandestinidade e para a sua própria sorte.

Para alguns interlocutores, o número de mulheres que trabalham no mercado do sexo na Guiana é expressivo, mas não há muitas profissionais qualificadas, o que indica que o número delas na prostituição ocasional e "artesanal" é maior do que se possa imaginar:

> – A concorrência aqui é muito grande. Muitas poucas, muitas poucas [qualificadas]. Pra mim, a mulher, pra trabalhar na noite, ela tem que ter classe, ela tem que ter postura, ela tem que saber entrar e sair de um local, e isso, aqui você não vê. Você vê puta: shortinho curto, rasgada — odeeeio isso! Mulher, pra estar na minha casa, ela tem que ter classe! [...] o meu ambiente não é aquele ambiente de puteiro, não!, é estilo uma danceteria: tem um palco de show lá atrás, tem dois seguranças que ficam… que as meninas vão fazer show, [tem seguranças] pra cliente não tá pegando, certo? Tem uma área reservada lá em cima, para elas dançarem particular, certo? Assim: a mulher, pra mim, quanto mais ela tiver arrumada, melhor. Odeio mulher que anda de shortinho, pelada, acho muito cafona, acho brega. Então, pra mim, aqui tem concorrência? Tem!, mas não tem qualidade. Pouca qualidade. Eu tenho 40 anos, eu sou uma das mulheres mais procuradas aqui. Todos os homens que entram no meu clube, bota pra querer sair comigo. Eu não saio! Aqui eu não faço! Se eu tiver de fazer programa um dia, é fora daqui. (Eduarda, 40 anos, proprietária de clube, dois filhos, entrevistada em 2012 na Guiana)

> – Essas meninas [de clube, na Guiana] não sabem trabalhar bem [...]. Suriname tem muita competência, tem muita mulher. Tem um bar, lá, que chama Diamond, tu vê cem mulheres dentro de um bar. Não é normal. Claro, tu nunca chega lá pra ter menos de quarenta mulheres.
> – E aqui no Olímpia, não tem tudo isso?
> – Não, isso aí é dez mulheres.
> – E no outro? Também é isso?
> – É essa faixa, é pouquinho: dez, quinze mulheres; tem vez que só tem três. É pouco. Aqui é pouco. Elas eram mais, mas agora a maioria estão casadas.
> – Tem as meninas do Suriname que vêm pra cá. É porque lá tá fraco?
> – É, porque lá tem muita competência. Aí, aquelas que já são mais de idade, às vezes vêm pra cá, porque tem muita mulher nova lá, muita mulher nova. Mulher, lá, tem até de 19 anos; 19, 20, 22. A maioria lá é 22 e 23. Aqui, a maioria já é mais de idade. A menina daqui já é de 26 pra frente. (Mário, 46 anos, garimpeiro, dois filhos, entrevistado em 2012 na Guiana)

Eduarda (40 anos, proprietária de clube, dois filhos, entrevistada em 2012 na Guiana) mostrou, durante a entrevista, diversas fotos das mulheres que trabalham com ela, enfatizando que prefere mulheres mais experientes na prostituição, e que tenham iniciativa e elegância — e

que naquele momento só tinha uma que era mais jovem (na casa dos 20 anos). Esta, no Brasil, segundo Eduarda, estava "presa", com outras duas (que já haviam trabalhado em seu clube, na Guiana), em uma boate em Salvador. Ela pagou a dívida das três e elas foram para a Guiana:

> Deixa eu mostrar … [...] A gente dançando lá. Foi no dia do meu aniversário essas fotos. [...] Fechei o clube, só entrava com convite. [...] Essa é a Daphne, você pode ver o jeito de se arrumar. [...] Aqui são as meninas, você pode ver, tudo bem arrumada. [...] Essa aqui é bem coroa. Essa aqui, se eu não me engano, ela tem 45 anos, tá? Essa é outra menina de lá. Isso aqui é lá, dentro do bar. Então dá pra tu ver que não são meninas novinhas, [...]. Só tem uma jovem, que você vê que é essa daqui: ela tem 20 anos. Ela veio de Salvador pra cá. Duas amigas dela, que já trabalharam comigo, veio pra cá. Estavam presas na boate em Salvador, me ligaram pedindo, querendo sair da boate, que elas estavam presas! Que não tinha como pagar o dono da boate, que eles estavam mantendo as coisas delas presas. "Eduarda, pelo amor de Deus, tira a gente daqui, que aqui não dá ninguém, não dá cliente, e nós estamos presas aqui." Aí, eu mandei dinheiro pra elas. Eu mandei porque foi um caso, assim, totalmente diferente: foram meninas que trabalharam comigo aqui, tavam na minha casa, que me ajudaram, eu não ia deixar elas presas dentro de um clube. Aí eu falei pra elas: "Me consegue uma conta que eu possa depositar o dinheiro". Aí, elas me deram a conta do dono da boate, aí eu depositei o dinheiro pra ele e ele liberou elas. Aí elas vieram embora. Quando elas estavam no aeroporto pra vim embora, essa daqui [a jovem de 20 anos] fugiu com a roupa do corpo pra vim com elas: ela vendeu o cordão de ouro dela, o anel dela, pra comprar a passagem dela. Aí, veio com a roupa do corpo, tá? Então, isso eu não acho correto, isso era o que a polícia deveria estar atrás, de pessoas assim, pessoas que mantêm menina em cárcere privado. Que, pô, uma menina dessa rala pra comprar um sapato, rala pra… vai largar dentro de um puteiro? Quantos homens uma menina dessa não aguenta pra comprar um sapato? Pra comprar uma roupa boa? E elas gostam de luxar, elas gostam!

Para as/os interlocutoras/es, a questão geracional aparece como divisor entre o Suriname e a Guiana: o primeiro aparece como receptor de trabalhadoras do sexo mais jovens, com possibilidade de ter menores de idade; a segunda, das mais "maduras" e experientes, que não comporta menores de idade. A dúvida que fica é se realmente o mercado do sexo na Guiana absorve as mulheres mais velhas, e se isso se dá porque as mais jovens atraem a fiscalização ou, de fato, tem sido dificultada a entrada de mulheres com menos de 30 anos no país; ou, ainda, se é porque há muitas nacionais menores de idade que oferecem serviços sexuais e isso saturou a demanda por mulheres estrangeiras na casa dos 20 anos ou menores. A narrativa de algumas/uns interlocutoras/es apontou para presença de menores de idade da Guiana oferecendo serviços sexuais mais baratos, tanto em Georgetown como em regiões de garimpo:

> Tem meninas que se prostituem aqui mesmo, daqui mesmo da terra, que elas são de menor, de 13, 14 anos. E não tem a lei como tem no Brasil, entendeu?
> – Mas, e as brasileiras?
> – Ah, as brasileiras que se prostituem aqui são maior. E eles exigem, até porque, né, são brasileiras. Mas, se não for, são filhas delas, na terra deles. Não estão nem aí. (Palloma, 25 anos, manicure, sem filhos, entrevistada em 2012 na Guiana)

> Tivemos operação no passado, a outra foi agora em junho [2012], em Bartica, como parte do esforço regional da Interpol, [...] tivemos operações Spartacus, então nós juntamos o interesse da Interpol Brasil, em saber o que se passa com as mulheres brasileiras aqui, com alguns alvos específicos que a gente já tinha lá em Bartica, que é uma cidade muito importante que tem aqui, envolvida com mineração. [...] Uma casa noturna, foram presas acho que treze brasileiras, algumas guianenses menores de idade também, o dono da casa também foi detido. [...] É outra região bastante problemática também, bastante problemática, muita brasileira. Muita brasileira vai pra lá, porque elas são pagas em ouro. A meia-hora que a menina ganha duzentos reais aqui, ela ganha 6 gramas de ouro no garimpo, e 6 gramas de ouro dá quase seiscentos reais. Meia-hora. (Portela, delegado do Oficialato de Ligação da Polícia Federal Brasileira na Guiana, entrevistado em 2012)

Em clubes, bares, hotéis e cabarés da Guiana encontra-se, também, a prostituição esporádica de universitárias brasileiras, de curta temporada. Segundo informações colhidas em campo, embora não fosse de conhecimento da família, muitas delas já exerciam a prostituição no Brasil. Tratam-se, principalmente, de estudantes de universidades privadas de Manaus e Boa Vista: elas chegam como sacoleiras, com mercadorias para vender no garimpo, sobretudo roupas e acessórios femininos, e se revezam entre o comércio informal e a prostituição:

> Eu tenho meninas aqui [Georgetown] que estudam, que faz faculdade. Eu tenho menina que veio pra cá pra terminar de pagar a faculdade dela, que faz Direito. Essas têm cabeça: ganha, vai lá, estuda, não volta mais. Mas tem daquelas que só é pra roupa, pro sapato. (Eduarda, 40 anos, proprietária de clube, dois filhos, entrevistada em 2012 na Guiana)

As universitárias costumam estudar um semestre, trancar a matrícula e ficar o próximo semestre trabalhando como prostitutas na Guiana, e assim vão se revezando enquanto é possível trancar a matrícula: seis meses no Brasil, seis meses na Guiana. A prostituição universitária de brasileiras não é prerrogativa da Guiana, como mostram Ana Paula Silva e Thaddeus Blanchette em sua pesquisa com jovens que se prostituem em Copacabana, no Rio de Janeiro: “temos

encontrado um número significante de mulheres da classe média baixa que trabalha na venda do sexo para pagar cursos universitários ou para se sustentar durante estágios"[454].

A existência da prostituição de universitárias coloca em dúvida o discurso que afirma que na Guiana as trabalhadoras do sexo são mais velhas: ao que parece, há um mercado com trabalhadoras do sexo profissionais mais maduras e experientes que circulam no mercado transnacional do sexo, e não apenas na Guiana, e a presença de uma prostituição "sazonal" e pontual para complementação de renda.

Os dados coletados em campo mostram que há mulheres que migram com a perspectiva de vender roupas ou trabalhar como cozinheiras, e que passam a atuar no mercado do sexo, "as iniciantes"[455]; contudo, destas, nem todas assumem o trabalho do sexo como única atividade, em geral revezam com outras, ligadas ao serviço doméstico no garimpo. Para as interlocutoras, mesmo as que não migraram com intenção de atuar na prostituição, acabam fazendo isso porque cedem à pressão masculina de dinheiro em troca de sexo, como aponta Yonara[456] (53 anos, proprietária de restaurante, uma filha, entrevistada em 2012 na Guiana):

> – A maioria delas que vem é, assim, elas saem de lá, chega aqui, elas vêm pra trabalhar. Aí, muito homem, né, aí oferece. E lá no Brasil você não vê uma mulher fazer programa pra ganhar quinhentos reais numa noite com um homem, né, e aqui, não, aqui os brasileiros botam cem mil, bota cinquenta mil,

[454] BLANCHETTE, Thaddeus; SILVA, Ana Paula da. O mito de Maria, uma traficada exemplar: confrontando leituras mitológicas do tráfico com as experiências de migrantes brasileiros, trabalhadores do sexo. *Revista Interdisciplinar da Mobilidade Humana*, v.19, n.37, p.79-105, 2011 (p.86).

[455] Informações confirmadas pelas instituições entrevistadas (Polícia Federal, Embaixada do Brasil, etc.)

[456] Yonara, 53 anos, 5ª série, nasceu no interior de Roraima. Morava em Boa Vista quando foi para a Guiana, em 2004, aos 45 anos, para trabalhar como cozinheira em um restaurante em Georgetown. Quando migrou, o salário que ganhava como doméstica (cinquenta reais por semana), em Boa Vista, não era suficiente para suprir suas necessidades e as de um neto de 11 anos, que ela criava (A filha de Yonara, na adolescência, teve um menino, e quando casou não o levou; ele continuou morando com Yonara, que o sustentava.). Na época ela escutava as pessoas falarem que a Guiana era um bom lugar para ganhar dinheiro e, seguindo a indicação de uma conhecida, decidiu arriscar, e foi com emprego arrumado num restaurante. O genro emprestou o dinheiro para tirar o passaporte e pagar a passagem até Georgetown. Nessa cidade, quinze dias depois de começar a trabalhar no restaurante, este fechou. Um brasileiro, cliente do local, dono de máquina no garimpo, a levou para cozinhar na área que explorava, e começaram a viver juntos. Quando teve malária, Yonara retornou ao Brasil, para tratamento médico em Manaus. Retornou à Guiana e, já em 2005, os dois montaram um restaurante em Georgetown (que ainda estava em funcionamento na época da pesquisa de campo). Apesar de servir apenas comida brasileira, os funcionários eram todos guianenses, pois o salário pago a eles é menor do que os salários pagos a brasileiros (dos oitos funcionários que trabalhavam em seu restaurante, apenas o DJ responsável pela animação do ambiente e a mulher que fazia a limpeza e outros pequenos serviços — cobranças, por exemplo — eram brasileiros. Na época o salário de uma cozinheira brasileira não era menor que dois mil reais por mês, e Yonara pagava cento e cinquenta reais por semana para uma cozinheira guianense — o que, segundo ela, era considerado um bom salário no país. Mas o tempero brasileiro ficava por sua conta: "Elas ainda não sabem bem, quem cozinha mesmo sou eu: eu tempero a comida e deixo para elas colocarem no fogo. Aí, de vez em quando eu tô olhando a comida, porque elas não sabem. O tempero deles é diferente do nosso, tem um tal de um curry que eles usam, né, fazem frango com açúcar, essas coisas." Em 2012, apesar de viajar a cada três meses para Boa Vista, para fazer tratamento na rede privada de saúde, ela não pretendia voltar ao Brasil, pois na Guiana conseguia dinheiro para ajudar o neto, que estava cursando Geografia na Universidade Federal de Roraima. Ela tinha permissão de trabalho no país.

> trinta mil, quarenta mil, e elas acham que se prostituir é melhor do que trabalhar. [...] As que não vão pro garimpo, ficam se prostituindo.
> – Mas elas vão para clube?
> – Vão pra clube, vem pra cá pro hotel, vão pra esses outros hotéis. Porque tem muito hotel aqui, a senhora já foi? Tem aquele Rockies, que é o ponto delas se encontrarem pra fazer programa.

5.2 Circulação transfronteiriça: a prostituição na Guiana Francesa

Na década de 1990, com a intensificação da migração de brasileiros para a Guiana Francesa, principalmente para áreas de garimpo e cidades como Kourou e Caiena, além dos garimpeiros, que ficavam em garimpos clandestinos na floresta, muitos homens iam para trabalhar na construção civil; as mulheres buscavam ocupação nas áreas de cuidado e serviços, mas o trabalho do sexo também atraiu brasileiras. De acordo com Françoise Guillemaut e Martine Samson, a prostituição na Guiana Francesa é praticada por mulheres e transgêneros migrantes de regiões do Caribe (a República Dominicana aparece com um número expressivo) e de países como Brasil, Guiana e Suriname, em sua maioria em situação irregular[457].

Na Guiana Francesa, da mesma forma que na França metropolitana, a prostituição em si não é crime, mas o agenciamento de mulheres (proxenetismo) e o funcionamento de bordéis foram proibidos em 1946. Em abril de 2016 foi aprovada, na França, a lei que criminaliza os clientes[458] de trabalhadoras/res do sexo.

Na Guiana Francesa há prostituição ligada ao garimpo — no interior e na fronteira com o Suriname e o Brasil —, na qual atuam, majoritariamente, brasileiras, e há prostituição na rua e/ou em bares e boates noturnas, principalmente nas cidades do litoral (Caiena, Kourou e Saint Laurent du Maroni), mas é escondida[459].

O contraste da realidade do mercado do sexo na Guiana e no Suriname com relação ao departamento francês é grande, sobretudo pela ausência da estrutura dos clubes de prostituição, aflorando um mercado mais tradicional, sutil, menos ramificado, que aponta para a presença de

[457] GUILLEMAUT, Françoise; SAMSON, Martine Schutz. *Travail du sexe et mobilité en Guyane, des défis pour la lutte contre le VIH/sida.* Antilles-Guyane: Ministère du Travail, de l'Emploi et de la Santé/Direction Générale de la Santé - DGS/RI 2, Bureau des infections par le VIH, les IST et les hépatites, 2011.
[458] Seguindo outros países como a Suécia, que em 1999 decidiu não proibir a prostituição, mas a compra dos serviços sexuais, criminalizando, assim, o cliente — o que também já ocorria na Finlândia (2004), na Noruega e na Islândia (ambas em 2009). Ver RODRIGUES, Thaís de Camargo. *O tráfico internacional de pessoas para fim de exploração sexual e a questão do consentimento.* 204p. Dissertação (Mestrado em Direito Penal) - Universidade de São Paulo, São Paulo, 2012.
[459] GUILLEMAUT e SAMSON, op. cit., p.95.

trabalhadoras do sexo em locais públicos que não passam despercebidas, e também para a prostituição ocasional, para complemento de renda, praticada por estrangeiras e nacionais:

> Aqui [Guiana Francesa] nós temos os clubes, entendeu, mas o clube é um clube de dança. [...] Você tá perto: ali tem dois, três clubes, que você vai dançar, mas, lá, menina não sai com ninguém sem dinheiro — sem programa, entendeu? [...] Você vai encontrar elas aí nas boates, vai encontrar elas à vontade. [...] Você vai chegar num café, num tal de um café, que estão sentadas uma, duas sentadas, tranquilas. Você fica olhando, assim, dá pra ver a idade dela [...]. E o comportamento, a maneira de se vestir da brasileira, né. Não é como no Suriname, não. Suriname é diferente, a gente vê que é diferente: as meninas que trabalham são fechadas. Não vou te falar que não há aqui também, entendeu? Mas que a maioria, hoje, [...] é o que a gente chama, aqui, que é a prostituição da sociedade. Porque, aqui, hoje, também nós temos pessoas que nasceram e se criaram aqui. Digamos: pessoas mesmo que a gente fala, crioulo, que a gente chama — que já foi descoberto, que passou isso até na TV, tem um bom tempo que passou sobre isso —, são pessoas que trabalham aqui e faz isso. As mulheres fazem isso porque o que elas ganham é pouco pra ela pagar o apartamento, o carro delas. E elas fazem isso, não tem condição financeira, então elas fazem programa, só o telefone e amizade. Chamam de amizade aqui, chama [de] meu amigo. Meu amigo, vou sair com um amigo. Então, existe isso, quer dizer, as que estão em mais dificuldade, no Oiapoque, nesses lugares aí, muitas das vezes chegam aqui através disso. E, gente, eu mesmo digo, é uma rede, já teve uma redezinha bem organizada com isso. Essa aí, com certeza, eu acho, acho não, já foram derrubadas. (José Gomes, 43 anos, educador social e coordenador da DAAC Guyane, quatro filhos, entrevistado em 2011 na Guiana Francesa)

Os espaços em que as trabalhadoras do sexo estão presentes não são visíveis, destinados à prostituição como os clubes na Guiana e no Suriname, mas são espaços usuais de encontros com elas, alimentados por migrantes, e as brasileiras têm papel fundamental neles — como muitos costumam chamar em Caiena, "as meninas de Belém", referência à capital paraense, de onde partem muitas delas.

Em Caiena, durante a noite a prostituição de rua de mulheres ou travestis/transexuais é facilmente verificada — um contraste com Georgetown e Paramaribo, onde a prostituição de rua é quase inexistente por ser seriamente combatida. Em Caiena há uma figura, o "facilitador" da prostituição informal, que alguns chamam de "gaiatão", que dá suporte a muitas brasileiras que chegam para se prostituir: em troca de favores sexuais para si mesmo, oferece hospedagem e faz propaganda delas, em festas que promove ou em festas para as quais as leva — uma forma de mostrá-las e ser visto com elas. Aparentemente, os "facilitadores" não visam lucro financeiro com a presença das mulheres em sua casa, mas prestígio entre os amigos e sexo em troca de moradia:

> São pessoas que têm... são gaiatão, chamam de gaiatão, um cara solteiro e cinquentão; 50 anos. Quer dizer, que tem a vida boa, que tem seu apartamento com três, quatro quartos, e que ele começa a ser conhecido pelas meninas, entendeu? Porque essas meninas precisam de uma morada — é assim que eles dizem —, aí eles apoiam, as meninas moram lá. Logicamente, tem uma que [ele] se dá mais com ela, tem relações com ele; aí, pra ele é tudo amiga dele. Aí, os amigos dele vêm, encontra elas, levam pros outros cantos. Quer dizer, ele é um ponto de apoio que, muitas vezes, não é nem uma rede, porque é o seguinte: eles não ganham dinheiro com isso, eles ganham amizade com brasileira bonita, brasileiras bonitas [frase foi dita como se fosse o francês falando com orgulho]. Então, uma brasileira traz outra, dão a informação, entendeu? Digamos: eles vão pra Belém, conhecem uma e já traz com ele, dão um jeito. (José Gomes, 43 anos, educador social e coordenador da DAAC Guyane, quatro filhos, entrevistado em 2011 na Guiana Francesa)

Na parte 3 será analisada a prostituição em cabarés existentes nas áreas de exploração de ouro ilegais da Guiana Francesa em correlação com os garimpos do Suriname, uma vez que é realizada por brasileiras que circulam pelos dois territórios, sendo que o Suriname se apresenta como espaço de lazer, trabalho e residência, e a Guiana Francesa, como espaço de trabalho informal e temporário, caracterizado pela frequente circulação na mata, com pouco ou nenhum contato com as áreas urbanas, mas também tendo como principais clientes homens brasileiros.

5.3 Holanda: intercâmbio entre clubes de trabalhadoras do sexo e regularização na fronteira

A partir de meados dos anos de 1990 cresceu a internacionalização da prostituição na Europa, cuja marca é a diversificação e multiplicação de mulheres estrangeiras, assim como a intensificação da circulação de trabalhadoras do sexo em diversos países após a abertura de fronteira entre os Estados-membros da União Europeia, oriundas da África subsaariana, da Europa Central, do Leste da Europa e da América Latina[460].

Marcel Hazeu, em sua pesquisa sobre a migração de mulheres da periferia de Belém para alguns países da Europa e para o Suriname, aponta que elas partiam sozinhas com o intuito de encontrar soluções para seus problemas e desafios: “acostumadas em não ter acesso a seus

[460] TARRIUS, Alain. *Migrants internationaux et nouveaux réseaux criminels*. Canet: Éditions Trabucaire, 2010.

direitos e viver na periferia da sociedade adaptaram-se facilmente às condições encontradas no exterior, sem questionar muito e seguindo os caminhos que imaginavam possíveis e que se apresentaram"[461].

Após o relatório da Pestraf[462], em 2002, que apontou uma "rota" de tráfico de pessoas partindo do Aeroporto Internacional de Belém para o Suriname tendo como destino final a Holanda[463], e, posteriormente, em 2008, a Pesquisa Tri-Nacional sobre Tráfico de Mulheres do Brasil e da República Dominicana para o Suriname: Uma Intervenção em Rede[464], intensificaram-se as matérias em jornais e os documentários que citam o Suriname e a Holanda como destino de mulheres oriundas de Belém para atividades ligadas ao mercado do sexo e, sobretudo, vítimas do tráfico de pessoas.

A "rota" de tráfico internacional de mulheres via aeroporto internacional de Paramaribo, citada pelas duas pesquisas, segundo as informações colhidas com entidades em Amsterdam, levava mulheres aliciadas na rua 8 de março, no distrito de Icoaraci (município de Belém), para o Suriname, e de lá para a Holanda, mas se trata de coisa do passado: foi desmobilizada pelas autoridades holandesas em 2006 e, além disso, pessoas que faziam parte do grupo responsável por ela já haviam falecido, o que também contribuiu para o seu desmantelamento. Algumas profissionais do sexo entrevistadas corroboraram essa informação.

Luana[465], 31 anos, uma filha, 8ª série, vendedora na loja, nasceu em Belém. Com 17 anos foi para o Rio de Janeiro morar com uma prima, e trabalhou em vários lugares como frentista e garçonete. Lá conheceu um turista holandês, com o qual namorou. Quando ele voltou para a Holanda, ela voltou para Belém. Dois meses depois ele foi a Belém, conhecer sua família. Em 1999 foram para a Holanda — na época ela tinha 19 anos e ele, 40. O relacionamento não deu certo, e quatro meses depois ela retornou a Belém. Em 2000 decidiu ir para o Suriname: como tinha umas amigas que moravam lá, resolveu arriscar. Ficou na casa de uma delas, e, para se sustentar, levava roupas e revendia produtos de O Boticário, no garimpo (na época, tinha que enviar dinheiro para mãe). Algum tempo depois de chegar, começou a namorar um surinamês de origem hindustana, mas passavam pouco tempo juntos: ele ficava três meses no Suriname, três na Holanda — mas, segundo disse, ele "supria suas necessidades" (lhe mandava

[461] HAZEU, op. cit., p.88.
[462] LEAL, Maria Lúcia; LEAL, Maria de Fátima P. (Orgs.). *Pesquisa sobre tráfico de mulheres, crianças e adolescentes para fins de exploração sexual comercial - PESTRAF: relatório nacional - Brasil*. Brasília: Cecria, 2002.
[463] Partindo de Belém, os demais destinos citados pela Pestraf foram Alemanha, Espanha e Venezuela (LEAL e LEAL, op. cit.)
[464] SODIREITOS e GAATW-REDLAC, op. cit.
[465] Entrevistada em 2011 no Suriname; tinha permanência no país renovável a cada dois anos.

dinheiro)[466]. A relação não durou porque Luana conheceu um francês que estava morando no Suriname, com o qual se casou. Ficaram casados por quase dez anos, e tiveram uma filha. Chegaram a ter uma lanchonete, na qual ela trabalhava. No momento da pesquisa de campo estavam separados havia oito meses, ela trabalhava na loja de uma brasileira em Paramaribo, namorava um garimpeiro brasileiro e fazia cinco anos que não viajava ao Brasil. Luana foi uma das entrevistadas que afirmaram que a "rota" era coisa do passado:

> Antigamente — pelo tempo que eu moro aqui, já escutei muita coisa — [...] algumas meninas falavam, mulheres que moram aqui já há muito tempo, sabe?, [...] que, antes, muitas meninas daqui iam pra Holanda, por causa de contato de clube, isso e aquilo outro. Então, aqui é um país de prostituição. Eu acho que agora já tá mudando mais, mas antes era taxado como o país da prostituição e de droga, né, que aqui tem muito tráfico de drogas e de arma: Suriname.

É possível que essa "rota" tenha sido desmobilizada, mas, segundo outros interlocutores entrevistados no Suriname, as brasileiras continuam seguindo viagem para a Holanda partindo desse país, agora com passagem pelo Brasil, num caminho inverso e mais longo — e afirmavam não se tratar de tráfico de pessoas. Nesse caso, elas partem com uma dívida bem maior do que a da viagem para o Suriname, uma vez que as despesas são em euros, pagas no destino final. Também disseram que o velho percurso Suriname-Holanda-Suriname, de mulheres que atuam no mercado do sexo, vez por outra é utilizado.

Segundo Marcos Viana (46 anos, duas filhas, pastor e empresário, entrevistado na Holanda em 2013), na Holanda, na região de fronteira com a Alemanha, a circulação de brasileiros oriundos de Belém é bastante expressiva: "Tem uma região aqui na Holanda, que a maioria das pessoas [do Brasil que moram lá] vem da região de Belém, que é a segunda comunidade brasileira; maior comunidade brasileira que tem na Holanda é lá."

Das mulheres entrevistadas, apenas Nair (39 anos, dona de casa, quatro filhos, entrevistada em 2011 no Suriname) já trabalhara em clube na Holanda, mas a maioria delas disse que ouviu falar de alguém ou teve uma amiga que foi. Nair viajou pela primeira vez ao Suriname em 1995 (tinha 23 anos): vinha de uma experiência no mercado do sexo no Rio de Janeiro (na época, com 17 anos) quando recebeu a proposta de uma vizinha, em Belém, para ir para o clube Diamond. Depois de pagar a dívida da viagem, o proprietário sugeriu que ela

[466] Mas ela continuava trabalhando: "Eu ficava numa casa, morava junto com essa minha amiga, ele me ajudava nas despesas, tudo. E eu levava minhas coisas pra vender no garimpo também".

passasse uma temporada num clube na Holanda, e ela aceitou, mas embarcou no Brasil (Belém). Passou o período de três meses de turista, retornou ao Brasil e, tempos depois, foi para o Suriname novamente. Desse país, foi mais duas vezes para a Holanda, pelo clube: ficava três meses, voltava para o Paramaribo, aguardava três meses e viajava novamente (sempre como turista):

> – No Rio de Janeiro, Nova Iguaçu, eu passei três meses só. Na Holanda eu ia, vinha, passava três meses.
> – Aí, pra Holanda tu ias do Brasil ou do Suriname?
> – Não, uma vez eu fui direto do Brasil pra Amsterdam. Eu fui direto pra Fortaleza, Fortaleza-Amsterdam — fez uma conexão, né. E depois eu vim pra cá. Não, mas eu sempre vinha pra cá e ia pra Holanda, só uma vez eu fui direto do Brasil.
> – Ah, entendi. Então tu fostes várias vezes pra Holanda?
> – Fui acho que umas três vezes [baixou a voz].
> – Mas tu ias lá pra trabalhar?
> – Não, eu ia porque eu era solteira e eu ganhava meu dinheiro, você tá entendendo? Assim, eu era solteira, eu não queria saber de nada, não tinha marido, não tinha nada, e aí eu ia pra lá, pra isso [trabalho do sexo]. [...] Eu passava três meses, aí eu vinha pro Brasil, aí eu passava três meses, aí eu passava mais três meses. Não passava muito tempo lá porque não podia, também, passar. [...] Só podia ficar muito tempo só se casasse, né. Eu tava noiva, aí não deu certo e eu não casei; depois que passou um tempo, eu vim pra cá. [...] foi no tempo que eu conheci o meu esposo aqui, aí ele pegou, disse que queria morar comigo. A gente começamo a se gostar e ele disse que queria morar comigo, aí eu vim pra cá. Ele mandou me buscar e eu vim pra cá, morar com ele.
> – Toda vez tu conseguias pagar a dívida ou alguém te ajudava a pagar? Esse valor que eles cobravam?
> – Não, eu conseguia, sim. Naquele tempo era muito bom, sabe, assim?

Essa é uma prática comum entre os clubes, uma espécie de "intercâmbio" para renovar o quadro de trabalhadoras do sexo e, ao mesmo tempo, burlar as regras trabalhistas relacionadas aos migrantes (a Holanda, por exemplo, exige o registro da trabalhadora do sexo e o pagamento de todos os encargos trabalhistas e de seguridade social). A respeito do "tráfico de mulheres" Brasil-Suriname-Holanda para prostituição, ou "intercâmbio" de mulheres entre os clubes, Nair — que disse ser frequente a ida e vinda de brasileiras entre os clubes do Suriname e da Holanda — explicou:

> Mandava mulher pra lá, mandava mulher pra cá. É como o pessoal fala, é tráfico de mulher, né, mas eu te digo uma coisa: todo mundo que vem de lá, olha, todo mundo que vem de lá... Teve essa confusão aí, que falaram que o

> Henk [Kunath][467] era assado, era cozido — brasileira mesmo se levantou e falou isso, ele foi até preso no Brasil, passou muito tempo preso no Brasil —, mas eu te digo, eu te digo do fundo do meu coração: aquele homem nunca me fez mal nenhum, tu tá entendendo? Disseram que ele fazia isso, fazia aquilo. Não, ao contrário, ele ajudava brasileira. Era tráfico de mulheres? Era, sim, mas todo mundo vinha de lá sabendo, você tá entendendo?

O "intercâmbio" ("Mandava mulher pra lá, mandava mulher pra cá") de mulheres entre clubes dos dois países, visto pela legislação brasileira como situação de tráfico internacional de pessoas, ficou conhecido como uma das "rotas" desse crime, bastante noticiada pelos meios de comunicação do Brasil, e foi então que muitos brasileiros que estavam no Suriname tomaram conhecimento do termo "tráfico de pessoas" e da existência de possíveis vítimas em solo surinamês. Nair falou da existência de tráfico de pessoas no clube Diamond, mas discordava do que foi noticiado a respeito, pois entendia que o que conhecera e vivenciara não se enquadrava nessa situação, e mais de uma vez defendeu Henk Kunath, proprietário do Diamond na época em que ela trabalhava nele:

> – Mas por que tu achas que era tráfico?
> – Não, o pessoal dizia que era tráfico de mulher porque traziam pra cá, pra se prostituir. Compravam. Compravam, não, porque vinham de lá [do Brasil]. Eles mandavam passagem, mas quando chegava aqui, a gente pagava passagem maior, mais caro, mas não é como eu vejo aí, na televisão, falarem: "Ah, mandou buscar um monte de mulher, levou enganada, chegou lá as mulher tinham que fazer isso e isso e isso, e todo dinheiro era do patrão". Mentira, nunca foi assim. Porque eu tenho casa no Brasil dessa vida que eu levava, entende? Então, ele [Henk Kunath] nunca foi [traficante de pessoas]. Agora, assim, mulher que brigava — eu nunca briguei —, mulher que brigava, se atracava, ele multava mesmo, ele mandava passar multa em muitas coisas. Mas muitas coisas ele tinha razão, tu tá entendendo? Eu te digo que ele só fez foi ajudar, porque nenhuma vinha enganada, né, nenhuma vinha enganada pra cá, era tudo de maior. E quem vinha de menor, elas mesmas tiravam, acho, que o passaporte de maior pra vir pra cá, né? Aí, chegava aqui, acho que não gostava, não sei, aí começava a falar dele, sabe? Mas ele nunca foi... e tenho muitas colegas que pode falar bem dele também, sabe? Eu nunca tive nada contra ele.

Ela saiu do Diamond quando decidiu aceitar a proposta de um de seus clientes, de morar com ele, mas deixou em aberto com o clube a possibilidade de retornar, caso sua relação não desse certo — e ao contar isso, novamente evidenciou sua confiança em Kunath:

[467] Holandês, ex-proprietário do clube Diamond, casado com uma brasileira, Henk Kunath foi preso no Brasil sob acusação de tráfico de brasileiras para o Suriname e a Holanda. Algum tempo depois da sua prisão, vendeu o clube.

> Até, vou te dizer uma coisa: no dia que eu fui embora, que eu não precisei mais do clube dele, eu fui lá com ele — quando meu marido disse que ia mandar minha passagem pra morar com ele —, eu falei: "Henk, o dia que eu quiser voltar, eu posso voltar? Eu nunca tive problema contigo". Ele falou: "Pode, a hora que você quiser voltar". Porque eu não sabia se ia dar certo com esse meu marido, eu não sabia se um dia eu ia precisar voltar. Ele falou: "Pode". E, graças a Deus, até hoje eu nunca precisei de voltar, né, e agora sou da igreja, sabe, sou serva de Deus, e nunca mais vou precisar.

O Diamond mudou de dono, mas o proprietário da época da pesquisa de campo também era visto como benfeitor por algumas interlocutoras: além de oferecer emprego fazia empréstimos para as mulheres comprarem algum bem no Brasil — uma estratégia para mantê-las no clube por mais tempo, uma vez que ao quitar a dívida da viagem o proprietário não tem, mais, argumentos para mantê-las ali, e os empréstimos são moeda de troca e aprisionamento em uma nova dívida. Mas era inevitável que muitas interlocutoras lembrassem do proprietário anterior do Diamond, devido à sua prisão, no Brasil, por tráfico de mulheres, que para elas não tinha fundamento:

> – Hoje em dia, hoje em dia tá mais moderno, os clubes daqui até empresta dinheiro pra você ir e voltar pro Brasil [...]. É, agora tá assim. O Diamond mesmo — porque são outros donos, trocou de dono, não é mais o que era —, ele [o proprietário] empresta dinheiro, compra casa pras meninas no Brasil. Aí, quando elas terminam, elas vêm por livre e espontânea vontade, e pagam pra ele.
> – Mas ele é javanês ou surinamês?
> – Não, ele é hindustani.
> – É hindustani. Antes, era um brasileiro?
> – Não, antes ele era... chinês misturado com javanês, uma coisa assim. Ele era uma mistura. Foi preso no Brasil
> – Ah, tá. Mas ele foi preso porque ele cometeu algum crime?
> – Não, ele foi preso, justamente, por tráfico de mulheres, na época. Porque há uns sete anos atrás, aqui no Suriname era uma coisa de tráfico de mulher, mas não era tráfico, as mulheres vinham pra cá porque queriam, tanto que tem mulher aí... eu só tenho dezesseis, mas tem mulher que mora aí há 45 anos, sabe?, que tem loja, são donas de firmas grandes aqui. [...]. (Ana, 37 anos, cabelereira e manicure, dois filhos, entrevistada em 2011 no Suriname)

Tudo indica que o fluxo constante de mulheres que atuavam no mercado do sexo no Suriname para o mercado do sexo na Holanda também funcionava como uma maneira de regularizar a situação delas no Suriname, já que a cada três meses era necessária a renovação do visto (os dados coletados em campo indicam que ocorria o mesmo com as mulheres que

estavam em clubes na Holanda: ficavam o período de três meses como turistas e depois viajavam para o Suriname, para conseguir o carimbo de saída do país, e posteriormente retornavam, até conseguir ficar definitivamente — através do casamento, por exemplo). As escolhidas para viajar para a Holanda eram sempre as "mais bonitas" e próximas dos proprietários dos clubes. Algumas entrevistadas foram convidadas, mas tiveram medo de viajar e, além disso, tinham planos de retornar ao Brasil quando completasse o período de três meses estipulado pelo clube (o período do suposto "contrato"):

> – Conheceste alguma menina que foi para a Holanda?
> – Se eu conheci? Tem umas amigas minhas que foram, mas eu não vi mais elas. Elas estão morando pra lá.
> – Mas na época do clube que tu estavas, as meninas iam pra lá?
> – Iam. Tinha uns que tinha um clube pra lá.
> – Ah, eles tinham um clube pra lá e outro aqui?
> – Em Holanda, sim. [...] Ele levava, assim, mais quem queria ir, né.
> – Mas como é que eles sabiam que queriam ir?
> – Ele conversava com as meninas.
> – Mas ele quem escolhia?
> – Era, e eram amigas deles. Eram mais quem era amiga deles, aí ele levava. (Marília, 33 anos, cozinheira, três filhos, entrevistada em 2012 no Suriname)

Os dados coletados em campo também indicam que eram o proprietário do Diamond (Henk Kunath) e o do Seven-to-Seven que se utilizavam do recurso de enviar mulheres para a Holanda com mais frequência:

> – Eu vim primeiro pro Suriname, depois eu fui pra Holanda. Fui pra Holanda, depois eu fui pro Brasil, depois eu vim de novo. [...] Só uma vez que eu fui direto do Brasil pra Holanda, as outras vezes eu vinha pra cá. Ia pra Holanda, voltava pra cá e voltava pro Brasil.
> – Ficava esperando aquele tempo?
> – Era. O tempo da visa é três meses. [...] Hoje é mais difícil, porque... por muitas coisas que aconteceram, né, acabaram, e, também, pra entrar na Holanda, eu já escutei dizer que vive mais as brasileiras que são casadas, que têm papel. Antes, não, antes era mais fácil, não era tão difícil como é agora. Mas eu tinha vontade de morar era lá [risos]. Eita!, mas é lindo, lindo! [...] Pensa um país lindo. Eu tinha muita vontade, eu sempre falo que eu tinha muita vontade de morar lá, muita vontade. Só que não deu certo o meu noivado, nós tivemos um problema; esse meu noivo aí não deu certo. Eu era bem mais nova, tinha 23 anos, também. Aí não deu certo, aí eu peguei e vim pra cá. (Nair, 39 anos, dona de casa, quatro filhos, entrevistada em 2011 no Suriname)

As mulheres entrevistadas que migraram para o Suriname via clube de prostituição, de maneira geral afirmavam que a ida de mulheres para o exterior, a partir desse país, ocorrera havia muito tempo: “era no tempo que tinha viagem pra Holanda, que agora eles não tão mais nem mandando, acho, pra Holanda: tem muitas que vão pra Espanha, vão pra Holanda; acho que vão direto do Brasil. Eu acho, né, porque aqui eu não escuto falar mais” (Nair, 39 anos, dona de casa, quatro filhos, entrevistada em 2011 no Suriname). Algumas disseram ter conhecido mulheres que voltaram para o Brasil e, posteriormente, foram para países da Europa (Alemanha, Espanha, Itália, Portugal), trabalhar em clube; algumas já saíam com a passagem em mãos. As despesas da viagem (mais valores acrescidos) eram pagas pelo clube e, depois, a mulher o reembolsava, ou seja, chegando ao país de destino iam direto para um clube, com o qual tinham uma dívida e prazo para pagar, como acontece no Suriname:

> – Conhecestes alguma mulher que foi para a Holanda?
> – Tenho, eu conheci várias amigas que foram e voltaram. Tem muitas meninas que vêm para cá e vai para o exterior, também.
> – Mas para que país, por exemplo?
> – Holanda, Espanha, Itália, Portugal.
> – Mas vão por aqui?
> – Não, sempre vão pro Brasil, e vai a Fortaleza [de onde embarcariam para a Europa].
> – Mas já vai com contato?
> – É, vai com contato. Às vezes já vai até com a passagem, tudinho. [...] Mas sempre vai para o Brasil, fica melhor a passagem. (Yeda, 29 anos, vendedora de loja de máquinas e automotores, dois filhos, entrevistada em 2011 no Suriname)

CAPÍTULO 6

CONHECIMENTO E O CONSENTIMENTO: UMA ESTRATÉGIA MIGRATÓRIA

Para os interlocutores desta pesquisa, cujo campo se refere principalmente ao Suriname — no qual a prostituição não é permitida oficialmente, mas tolerada com arranjos informais, o que dá a impressão de que é liberada —, o engano aparece como um dos elementos fundamentais para diferenciar casos de tráfico de pessoas e casos de prostituição "livre". A maioria das/os entrevistadas/os afirmou que a situação migratória para um clube no Suriname não se configura como tráfico de seres humanos; o argumento principal era o de que não houve engano, as mulheres sabiam que iam para o mercado do sexo:

> – Não, eu vim sabendo.
> – Tu achas que não foi tráfico porque tu sabias?
> – Foi, porque tem muita menina que vem e não sabe nem o que vai fazer. Eu sabia o que eu vim fazer, eu não vim iludida; eu vim porque eu quis e porque eu sabia, também. Eu nunca fui enganada aqui nesse país. (Yeda, 29 anos, vendedora de loja de máquinas e automotores, dois filhos, entrevistada em 2011 no Suriname)

> – Eu acho que é mentira.
> – Por que tu achas que é mentira?
> – Porque, tipo assim, o tráfico a pessoa vem enganada. Não, [para o clube] ela vem porque quer, ninguém tá enganando ninguém. [...] O pessoal tá vindo por livre e espontânea vontade, sabe o que vem fazer. Agora, se tiver enganando...
> – Mas tem caso que vem enganada que tu conheces?
> – Não. Todo mundo sabe. (Quirina, 42 anos, vendedora de loja chinesa de roupa, dois filhos, entrevistada em 2011 no Suriname)

> Não sei. Olha, eu acho que não, porque... a maioria das meninas que vêm, elas vêm sabendo; elas vêm sabendo, elas sabem o que elas vão fazer, elas não vêm inocentes. Acho que a inocência se torna tráfico, entendeu? Se elas estivessem vindo sem saber o que elas iam fazer, aí eu acho que ali era um tráfico, mas se tu tá sabendo o que tu vai fazer... E, na verdade, muitas já vêm fazendo isso no Brasil. (Tália, 42 anos, proprietária de cabaré, dois filhos, entrevistada em 2012 no Suriname)

> – Na tua situação, tu achas que foi tráfico?
> – Acho que não.
> – Por quê?

> – Porque eu já tava sabendo o que eu vinha fazer.
> – Se tu não soubesses, aí seria tráfico.
> – Aí sim. (Yasmim, 34 anos, cozinheira de restaurante, dois filhos, entrevistada em 2011 no Suriname)

> Eu acho que todas as mulheres, quando vêm pra cá, já sabem. Eu acho, né, porque, também, muitos anos que eu não ando pelos clubes, não sei como está a situação de clube. Eu andei um ano, já estou... acho que sete anos que não vou num clube, oito anos, por aí. Aí, eu não sei a situação, mas eu acho que não tem, porque todas as mulheres que vêm pra cá, elas sabem — como eu sabia, não me esconderam nada. (Marta, 33 anos, sacoleira, dois filhos, entrevistada em 2011 no Suriname)

Praticamente todas as pessoas entrevistadas no Suriname tinham o mesmo entendimento: o fato de haver, por parte da/do migrante, conhecimento da atividade que exercerá no país de destino elimina a condição de vítima e, ao mesmo tempo, a/o coloca na condição de sujeito da ação. Em sua maioria, as entrevistadas que migraram através de clube colocaram sua migração como tomada de decisão pessoal, cujo objetivo era fugir de problemas financeiros ou de companheiros violentos, mas não se sentiam enganadas, porque conheciam a atividade que exerceriam no Suriname:

> Foi uma colega amiga minha que me indicou. "Ah, tu vai pro Suriname, é bom lá", não sei o quê, mas me falou pra onde eu vinha e o que eu vinha fazer. Que eu vinha para um clube. (Marta, 33 anos, sacoleira, dois filhos, entrevistada em 2011 no Suriname)

> Quando eu saí do Brasil, eu vim pra cá; não vim pra cá com objetivo de arrumar família, eu vim pra cá como outras brasileiras vêm pra cá: eu vim pro clube. Morava no clube aqui. Vim com uma amiga, não conhecia nem sabia o que era o Suriname, nem nunca tinha ouvido falar, não tinha nem ideia, mas eu sabia pra onde eu viria, e vim. Não era aquilo que eu queria pra mim, mas eu fui. E eu fiquei só nove meses dentro do clube. (Catarina, 34 anos, manicure, dois filhos, entrevistada em 2011 no Suriname)

Algumas pessoas afirmaram que, se de fato houve situação de tráfico no Suriname, isso foi no passado. A ideia de que esse país foi lugar de tráfico de brasileiras também surgiu na narrativa de quem morava na Guiana. Por sinal, quando relatavam casos de violação de direitos humanos, os interlocutores citavam o Suriname como o país em que aqueles eram mais graves.

Ester (48 anos, proprietária de restaurante, quatro filhos, entrevistada em 2012 na Guiana) disse ter observado, no passado, em seu restaurante, grupos de brasileiras na companhia de pessoas que as aliciavam, no Brasil, para ir ao Suriname, e que "agora parou":

> – Tem mais [tráfico] pro Suriname. Agora parou até, mas antes, oito anos atrás, tinham muito; elas chegavam com turmas de mulheres pra levar pro Suriname.
> – Vinha por aqui?
> – Por aqui. Vem por aqui, chega aqui e pega a *navette*, aí vai pro Suriname.

Giovana (38 anos, dona de loja de roupas, quatro filhos, entrevistada em 2011 no Suriname), ao falar sobre a questão, foi enfática em dizer que não existe, e que, se existiu, fazia parte do passado. Ela culpou a imprensa brasileira pelas informações que publica sobre tráfico de pessoas para fins de exploração sexual no Suriname. Na pergunta referente à retenção de passaporte, encerrou o assunto dizendo que "tráfico de mulher não existe mais", e parecia incomodada com a imagem que associa à prostituição e ao tráfico de pessoas a mulher brasileira no Suriname:

> – Eu acho que tráfico de mulher não existe mais. Ninguém vem pra cá enganado. O Suriname é um lugar que, você vê no aeroporto já, de Belém, o tráfego grande lá, de brasileiro trafegando ali, passeando no aeroporto. Acho que isso não existe, acho que isso é o jornal; ele chega, e ataca e fala. Isso não existe. Elas vêm pra cá ciente do que elas vão fazer. Elas querem vir pra cá. Muitas delas estão namorando lá no Brasil, têm filho de um, filho de outro, a vida de pobre, sofrida — ela vem pra cá como uma oportunidade. Eu acredito que o dinheiro que elas levam aqui, elas não acham ruim, não. Se achasse ruim saía, né. Sai não! Acham bom beber, brincar, dançar, dormir em hotel com ar condicionado, se vestir bem, porque é o que elas fazem aqui: usar perfume caro, se vestir bem, pintar o cabelo, uma bolsa cara, um sapato caro. Elas luxam muito aqui. Isso [tráfico de pessoas] é ilusão, é mentira; é pura mentira isto.
> – Algumas que dão depoimento, inclusive...
> – É mentira. E tem muitas delas que usam muitas drogas: vêm pra cá, não conseguem nada e ficam justificando. Eu conheço muita brasileira aqui, isso é tudo mentira, não existe. Isso não existe, que vem para cá enganada.
> – Tu achas que já existiu algum dia?
> – Talvez no passado, antes. Que no Brasil existiu muito tráfico de mulher, existiu pro lado do Brasil, né, isso é verídico, mas, aqui no Suriname, pode ter tido muito antes, mas hoje em dia...
> – Muito antes que tu dizes, assim...
> – É, há muito tempo atrás, logo...
> – Vinte anos, trinta anos?
> – É, por aí. Mas eu acredito que, agora, de um certo tempo pra cá, quem vem pra cá vem sabendo o que vai fazer, com certeza. Tá sabendo que vem pro Suriname, pro lugar que elas vão; elas sabem, elas que escolheram. Escolheram o lugar de ir, aí vão porque elas querem ir. Tem colega minha que compra aqui comigo, aqui na loja, brasileira, faz programa.

Mesmo consentindo, e acreditando que não se encontrariam em situação de exploração uma vez que embarcavam através de um contato de confiança, em geral as interlocutoras se mostraram atentas à possibilidade de violência. Ana (37 anos, cabeleireira e manicure, dois filhos, entrevistada em 2011 no Suriname) afirmou que durante os seus dezesseis anos no Suriname não encontrou nenhuma mulher vítima de maus tratos ou tráfico de pessoas, mas, como Giovana (que não tinha certeza se no Suriname já houvera tráfico de pessoas), ela relativizou que isso era uma realidade que fazia parte do passado:

> Um grupo, aí eu vim junto. Mas eu vim por livre e espontânea vontade, eu sabia o que eu vinha fazer aqui. Só que a gente, quando é inteligente, a gente usa a inteligência. Eu não vim pra ficar muito tempo no clube, tratei logo de sair, porque clube não é uma boa opção pra quem vem. Agora, na época que nós viemos pra cá, ele não era uma boa opção, porque tinha dono de clube que maltratava, e tinha muitos que não.

Quando diz "tratei logo de sair", refere-se à estratégia de muitas mulheres que não tinham intenção de permanecer no exercício da prostituição como atividade laboral e passaram a ter uma relação mais frequente com um dos clientes, chegando, algumas vezes, a casamento oficial, distante do mercado do sexo. Não se trata da busca pelo "príncipe", mas de uma forma de se afastar do clube e, para muitas, sobretudo de se livrar da dívida.

O consentimento é o ponto central para que as trabalhadoras do sexo originárias de países pobres, que atuam no mercado do sexo em países do Primeiro Mundo, diferenciem a sua migração de uma situação de tráfico de pessoas. "No universo dessas pessoas, que muitas vezes desconhecem os detalhes técnicos e até a existência do Protocolo [de Palermo], o tráfico é claramente visualizado: envolve máfias e coerção, entendida como violência implementada para obrigar a realizar trabalhos"[468] — algo não muito distante do imaginário das/os entrevistadas/os no Suriname e na Guiana, mesmo o seu destino não sendo para uma região do Primeiro Mundo e o casamento não tendo relação com a regularização no país, sendo só um passaporte para sair do clube.

No entendimento das/os entrevistadas/os, o ponto central, quando se fala em tráfico de pessoas, é se houve cárcere privado, engano e violência física. Em se tratando de questões como exploração, condições de trabalho e proteção social, por exemplo, que envolvem direitos e cidadania, estas sequer eram citadas pela maioria das mulheres que estiveram em um clube de

[468] PISCITELLI, Adriana. Sujeição ou subversão: migrantes brasileiras na indústria do sexo na Espanha. *História e Perspectivas*, n.35, p.13-55, 2006 (p.18).

prostituição, que apenas enfatizavam as dificuldades em se adaptar ao tipo de trabalho, de quitar a dívida no prazo estabelecido e cumprir a jornada de trabalho. E algumas interlocutoras levantaram um ponto importante: o acionamento da posição de vítima do tráfico de pessoas quando alguém busca a ajuda de determinadas instituições, uma vez que se não se reconhecer como vítima desse crime para as autoridades, fica complicado receber apoio:

> – Tráfico de mulheres? Eu acho que sim, tem. Olha, pra te ser franca, eu não venho pra cá pra clube, mas pra ti ser franca, há muitas mulheres que dizem que foram enganadas no Brasil, mas há muitas meninas que eu conheço, que ficam aqui em clube — e não vêm pela primeira e nem segunda vez pra cá, entendeu? —, elas falam que quando elas vêm pra cá, elas não vêm enganadas, elas sabem muito bem o que elas vão fazer; aí, chega aqui e não se adapta. Eu não sei te dizer se não adaptar, não sei, mas depois começam a falar que foram enganadas, que isso e que aquilo, que vieram pra cá pra fazer outra coisa, mas quando chegou aqui era pra se prostituir. Eu acho que a maioria é mentira, entendeu? A maioria é mentira, porque quando você tá em Belém... Porque eu conheço gente que manda pra cá — mandava, na época eu conhecia, não sei se ainda manda —, e a mulher falava descaradamente: "Olha, você tá indo pra lá pra fazer isso, isso e isso".
> – Ela já chegou a te chamar, te oferecer?
> – Sim, mas eu não vim, porque eu tinha meu dinheiro, preferi vir por minha conta própria. Então, normalmente falam: "Olha, você tá indo pra lá, a passagem é tanto, você fica tanto tempo", entendeu? Você já vem sabendo o que você vai fazer.
> – Essa pessoa que te convidou, por exemplo, era alguém que, digamos, tu tinhas confiança ou era alguém que passava na rua?
> – Não, era uma colega de uma colega minha.
> – Mas ela mesma não vinha, mas ela mandava?
> – Não, ela mesma não vinha. Mandava outras meninas. (Luana, 31 anos, vendedora de loja, uma filha, entrevistada em 2011 no Suriname)

> – Olha, esse negócio de tráfico existe e não existe, porque ninguém vai dizer assim: "Ah, Fulano, tu vai pro lugar...". Que tu não é ingênuo, tu sabes pra onde tu tá vindo, mas, aí, quando elas se dão mal, elas chegam lá no Brasil e falam: "Ah, porque eles fazem tráfico de mulher. Lá eu era maltratada". Mas não é, não tem nada disso. [...] Eu vivo aqui há dezesseis anos [...] As mulheres que estão aqui, rápido elas conseguem colocar uma loja, sabe?, ganha bem. Agora, tem. Você só se prostitui se você quiser; se você não quiser, você arruma um trabalho e fica trabalhando. Porque aqui tem várias maneiras de você trabalhar, aqui é um país de oportunidade. Aqui, se você faz um pastel, você vende; aqui, se você começa a fazer uns bolos, pudins, umas... qualquer coisa você vende, você já monta uma firma. Uma cozinheira, aqui, ganha mil dólar. (Ana, 37 anos, cabelereira e manicure, dois filhos, entrevistada em 2011 no Suriname)

> – Agora, como aconteceu lá [Espanha], foi o quê? Eu tava com um mês lá, a Polícia Federal estava investigando no Brasil — olha o tempo —, aí chegaram lá. Fugiu umas meninas do clube, mais antigas que estava lá — acho que não conseguiram pagar o *ticket* e fugiram, né —, aí, elas pegaram, fugiram, e depois de um tempo apareceu a Polícia Federal [refere-se a autoridades

> espanholas] lá; aí, eles viram o passaporte dessas mulheres e o meu, e, aí, as que não tava carimbado o passaporte foram... eles levaram.
> – Levaram?
> – Levaram pra Polícia Federal. E eu fiquei. Ele falou: "Eu quero o seu depoimento". [...] Então elas voltaram. Eles queriam investigação.
> – Que elas dissessem...
> – Das pessoas que levaram nós, tá entendendo?, dos donos do clube que a gente sabia — eles queriam essas coisas. Só que eles tinham que ser punidos.
> – Ah, tá.
> – Mas eles não maltratavam a gente, não. É como eles falavam... Tenho um amigo, o Pedro, ele é espanhol, ele é da Polícia Federal, ele explicou pra mim: "Olha, é porque, quando chega aqui, vocês não... Aqui na Espanha pode ter clube, não é proibido essas coisas, mas o dono do clube tem que ajeitar o papel de vocês. Logo quando chega, tem que procurar ali, ajeitar, pra ficar tudo legalizado; aí não tem problema". Aí, essas mulheres fugiram de lá porque elas queriam dizer... Foram mentir, elas foram mentir mesmo, porque quem trouxe elas foi a mesma pessoa que me levou, e eu disse que queria ir, de livre e espontânea vontade. (Núbia, 38 anos, cozinheira no garimpo, dois filhos entrevistada em 2011 no Suriname)

O acionamento da condição de vítima de tráfico de pessoas, por mulheres que estiveram no Suriname e, segundo uma das interlocutoras, na Espanha, também tinha como objetivo algum tipo de ajuda, fosse para se livrar da dívida, fosse para retornar ao Brasil.

Na análise de Kamala Kempadoo, mesmo com todo o referencial antitráfico adotado pela ONU, que contempla a previsão de proteção dos direitos humanos das vítimas de tráfico de pessoas, ainda não se tem garantido o respeito pleno dos direitos humanos de pessoas nessa situação. A autora destaca que, embora existam políticas e leis que contemplam ações direcionadas para pessoas identificadas como vítimas de tráfico, "a menos que se tornem informantes da polícia e entreguem seus 'traficantes', que bem podem ser seus amigos, amantes, irmãos, irmãs, ou seus empregadores, elas são tratadas como imigrantes ilegais, criminosas ou ameaças à segurança nacional"[469].

[469] KEMPADOO, Kamala. Mudando o debate sobre o tráfico de mulheres. *Cadernos Pagu*, n.25, p.55-78, 2005 (p.67).

6.1 Categorias presentes: apropriação da linguagem sobre tráfico de pessoas

O discurso sobre tráfico de pessoas chega aos locais rotulados como receptores ou de passagem de vítimas e possíveis vítimas de origem brasileira conforme a instituição propagadora do problema o apresenta. A pesquisa realizada por José Miguel Nieto Olivar nas cidades de São Gabriel da Cachoeira (situada na tríplice fronteira Brasil-Venezuela-Colômbia) e Tabatinga (situada na tríplice fronteira Brasil-Peru-Colômbia), no estado do Amazonas, por exemplo, demonstra que entre 2010 e 2013 não aparecia, no discurso das pessoas ou nas ações das instituições, a categoria "tráfico de pessoas", nem mesmo nos discursos e ações de instituições públicas[470]. O discurso sobre tráfico de pessoas ganhou forma e lugares nessas cidades a partir de 2014, com a Campanha da Fraternidade, da Igreja Católica, materializada em "diversas ações públicas de 'sensibilização' para a prevenção ao tráfico de pessoas", bem como pela "articulação contingente [da Campanha da Fraternidade] com a expansão e multidimensionalidade das políticas federais antitráfico e seu encontro com as políticas de segurança, defesa e integração das fronteiras (e da Amazônia) "[471]. De modo que, nessas fronteiras, o discurso e as políticas sobre tráfico de pessoas ganham ressonâncias, espaços e estruturas com o tema de exploração sexual e políticas de fronteiras.

Algumas das mulheres entrevistadas no Suriname e na Guiana apontaram que já haviam tido algum tipo de informação sobre o crime de tráfico de pessoas. Luana (31 anos, vendedora de loja, uma filha, entrevistada em 2011 no Suriname) concordava com o que já ouvira: mesmo quando a mulher vai para o clube tendo conhecimento da atividade a ser exercida, isso é tráfico de pessoas: "Eu acho que a partir do momento que tu sai do teu país pra ir fazer um... pra te prostituir, eu acho, ouvi, que isso é tráfico de mulheres, entendeu?".

Eduarda (40 anos, proprietária de clube, dois filhos, entrevistada em 2012 na Guiana), disse que tomou conhecimento do que seria tráfico de pessoas através da Polícia Federal, pois até então via o mercado do sexo na Guiana dentro da legalidade. Assim que conheceu o conceito, percebeu que todos os clubes daquele país faziam tráfico de mulheres, mas afirmou que as brasileiras procuram estabelecimentos que não violam os seus direitos; e denunciou que mulheres originárias da Colômbia, da Venezuela e da República Dominicana são submetidas a

[470] OLIVAR, José Miguel Nieto. Performatividades governamentais de fronteira: a produção do Estado e da fronteira por meio de políticas de tráfico de pessoas na Amazônia brasileira. *Revista Ambivalências,* v.3, n.5, p.149-182, 2015.
[471] Ibidem, p.170.

uma série de situações que as colocam em condições diferentes das condições das brasileiras, como o cárcere privado, que seria uma prática do clube Baroombar, de Georgetown:

> – Tu acha que tem tráfico de mulheres aqui na Guiana?
> – Muito, muito! [...] Quando eu sentei com o [delegado da Polícia Federal], que foi me orientar [...] [ele me disse] que a partir do momento que você financia uma passagem pra uma mulher dessas, você [isso] se torna um tráfico. Pra mim não é! Pra mim, isso não era, entendeu? Quando ele começou a me explicar como e o que eram as coisas, que a partir do momento que eu financio a passagem dela já se torna tráfico... Se ela vem por conta própria dela, o problema é dela; se ela bate na minha porta e tá pedindo pra trabalhar, não se torna! Então, aqui tem muito, aqui tem demais.
> – Então, no teu clube não tinha e nos outros clubes têm?
> – Todos têm! Vou falar a realidade: todos têm! Todos aqui têm!
> – Mas chega a ficar em cárcere privado?
> – Não, não chega. Não chega porque cada uma tá ali porque quer. Cada uma… qual é a mulher que não sabe dar um grito hoje? Qual é a mulher que não sabe pedir socorro pra um cliente? Qual? Hoje? Ainda, tem uma sede da Polícia Federal aqui, que qualquer coisinha que uma mulher dessas abrir a boca ou falar mal de uma dona de boate, não fode a vida dela? Então, não! Dizer que existe o cárcere privado e a exploração, não existe, isso aí não existe. Tem um clube aqui que existe isso, que lá não anda uma brasileira, não trabalha, que se chama Baroombar, [n]esse existe!
> – São de que origem as meninas?
> – Venezuela, colombiana, dominicana. Todos os passaportes são presos na mão do dono do clube, todos!

Yeda (29 anos, vendedora de loja de máquinas e automotores, dois filhos, entrevistada em 2011 no Suriname) enfatizou que o engano é preponderante na compreensão da situação de mulheres em clubes do Suriname como tráfico de mulheres; falou do deslocamento para prostituição e a idade como fatores importantes para se identificar o crime: "É um tráfico porque tu estás vindo para se prostituir pra um outro país, né. Mas, da feita que tu sabes, tu sendo de maior de idade, tu sabes o que tu estás fazendo, não se torna mais, entendeu?". Também apontou que a Polícia Federal fala em situação de tráfico de pessoas no Suriname e, por isso, os donos dos clubes não podem entrar em território brasileiro, pelo risco de serem presos:

> Mas só que, lá, na Polícia Federal no Brasil, eles falam como tráfico de mulheres — a gente escuta muito —, só que o dono daqui, do clube, ele, toda vez que manda uma passagem para uma mulher no Brasil, tem no nome de quem está mandando, na coisa [agência] de viagem; lá tá o nome de quem tá mandando a passagem pra ti, então aquela pessoa que todo... Manda aquela passagem, ele não pode pisar no Brasil porque o nome dele está lá, na Federal.

Catarina (34 anos, manicure, dois filhos, entrevistada em 2011 no Suriname) foi uma das entrevistadas que disseram enfaticamente que a situação das mulheres nos clubes de prostituição no Suriname se tratava de tráfico de pessoas. Contou que, após sua saída do clube, foi entrevistada para uma pesquisa em Paramaribo, realizada por assistentes sociais locais que lhe explicaram sobre violência doméstica e tráfico de pessoas, e que a situação nos clubes se tratava de exploração sexual. A partir do momento em que tomou conhecimento de determinados conceitos, passou a olhar o mercado do sexo no Suriname de outra forma:

> – Quem pagou as despesas pra ti vir pra cá foi o Diamond?
> – Foi o Diamond. Pagou tudo pra mim. Eles mandaram [dinheiro] até pra tirar meu passaporte no Brasil, que eu não tinha passaporte. Eles mandaram dinheiro e incluíram toda a despesa do passaporte, tudo, passagem. [...] Ela [intermediadora] me ajudou pra tirar o passaporte, tudo. Ela me ajudou.
> – Tu achas que se trata de tráfico de seres humanos?
> – Assim, eu não entendo muito bem o que é que chega a ser tráfico, se é quando a pessoa é forçada ou se a pessoa vai como quer, mas eu acho que sim, que seja tráfico. Mesmo a pessoa indo por livre e espontânea vontade, chega a ser, porque eles estão ali tramando tudo, armando, né. Se você não tem, eles vão lá, ajeitam pra ti, tudo. Eu acho que chega a ser tráfico, sim.

Ao tratar da questão do tráfico de pessoas, o fato de conhecer a atividade a ser exercida pesava, na maioria das vezes, no entendimento de grande parte dos entrevistados. Catarina colocou que a questão não é saber ou não saber que se trata de prostituição, mas o fato de se aproveitarem de um momento de fragilidade emocional ou dificuldade financeira para oferecer a "solução" com meias verdades, promessas de ganho fácil e rápido. Entendia que a decisão de aceitar a proposta estaria comprometida pela situação de "fragilidade" em que a mulher geralmente se encontra ao ser abordada com a proposta de ir para o clube:

> – Em que momento tu achas que ocorre o tráfico de mulheres?
> – Eu acho, assim, que a pessoa é abordada muito, assim, num momento que ela tá mais vulnerável; quando não tem trabalho ou quando tem um filho, quando tava a situação ruim, aí eles abordam mais. Essa moça, que era minha vizinha, ela me abordou num momento que eu tava mesmo... "Ah, vou chegar nela porque ela tá precisando de dinheiro, tá desempregada: 'Vamos lá, tu vai ganhar assim e assim." E, assim, quando a menina vem, ela tem quatro filhos, cinco filhos; "Bora, vai ganhar dinheiro, vai ter uma vida melhor", tudo.
> – Eles te prometeram o quê?
> – Quando eu vim pra cá ela disse que era muito bom, que eu ia ganhar muito dinheiro se eu tivesse cabeça. Sempre eles falam isso, né, "Ah, porque se tu fazer um *strip* de trinta minutos, dez minutos, é tantos dólar. O programa é, assim, numa noite tu vai ganhar o que tu ganhava num salário; assim, duas noites já vai triplicar o que tu ganhava como babá".

O discurso de que só depende da mulher para que ela ganhe muito dinheiro no mercado do sexo é propagado pelo clube, inculcando a ideia de que aquelas que não conseguem, é por culpa delas, não de fatores como, por exemplo, o fato de passar boa parte do tempo no clube para pagar a dívida e as despesas que têm nele. Marta (33 anos, sacoleira, dois filhos, entrevistada em 2011 no Suriname) afirmou que ganhar dinheiro dependia de seu trabalho, como lhe foi dito, e apontou seu caso como bem-sucedido:

> – Te disseram que você ia ganhar muito?
> – Não, só se caso eu trabalhar. Igual a mim: eu trabalhasse com homem, eu juntasse o meu dinheiro, e eu ia fazer... Na época eu até consegui construir a casa da minha mãe, que era de madeira, [...], que hoje em dia ela vive bem, numa casa melhor. Eu parei de investir no Brasil depois que eu vivi com o Sandro, pai dela [refere-se à filha]. Três anos eu não investi mais no Brasil; depois de três anos que eu comecei a investir; um ano deixado dele, que eu comecei a investir, que eu comprei uma casa de trinta mil reais no Brasil, trabalhando. Agora estou começando a juntar mais um dinheiro, porque eu quero comprar outra casinha lá, eu quero ter umas três casas. Já temos duas. [...] A minha casa, que eu moro, fica fechada porque eu venho pra cá, e a outra eu alugo. Aí, eu não sei, né, agora eu estou correndo atrás pra comprar outra, estou investindo porque eu quero morar lá mesmo, né.

Na fala de alguns entrevistados, observa-se que foi através da imprensa que tomaram conhecimento do problema do tráfico de seres humanos para fins de exploração sexual, mas eles sempre levantavam a questão do engano como ponto de partida para falar sobre o assunto, o que não é exclusividade do Suriname, na Guiana era a mesma coisa:

> – Tu achas que tem tráfico de mulheres na Guiana?
> – Não, eu creio que não. Esse negócio mesmo, aí, elas mesmo que vêm por conta. Muitas delas vêm, chega, às vezes vem até com pensamento pra trabalhar com cozinha, né, aí demora, fica sem dinheiro, aí tem que ir ao clube, aí chega a ir ao clube; aí, às vezes gosta, vê que é um dinheiro fácil — que dá muita gente, né —, aí ela termina não indo mais trabalhar. (Mário, 46 anos, garimpeiro, dois filhos, entrevistado em 2012 na Guiana)

Lara (52 anos, proprietária de cantina e cabaré, três filhos, entrevistada em 2011 no Suriname), ao falar de tráfico de pessoas, mencionou um termo bem difundido: “escrava branca” — que ela associava à presença de menor de idade em clube de prostituição e ao engano, no caso das demais. Para ela, esta situação é uma realidade encontrada em outros países, não no Suriname:

> – Pra mim, é, porque eu penso, assim, tráfico, assim, quando é de menor. Porque no aeroporto eu já vi... escrava branca que falam, né: é o tráfico das mulheres que vêm pros clube, porque devido vir as de menor, né, por isso que eles falam nesse termo.
> – Só quando tem menos de 18 anos?
> – É, só quando é de menor. E, também, aconteceu muito, não aqui em Suriname, em outros países aí, que levam mulher que não seja de menor, e, quando chega lá, o ritmo é muito diferente, não é?
> – No Suriname não é assim?
> – Bem, no tempo que eu cheguei aqui, não achei, não; só que já aconteceu de vir mulher pra dentro do clube dizendo que elas vêm enganadas, e ficam doidinhas pra ir embora. E vão embora.
> – A senhora conheceu alguma?
> – Já. Veio enganada. "Olha, a Fulana me enganou".
> – Enganou por quê?
> – Disse que não era pra vir fazer esse tipo de trabalho.
> – E por que ela...
> – Pois é. Mas tem umas que não ficam, não. Teve uma que botou quente e foi embora. O patrão perdeu o... Foi, ela bateu na embaixada, e ela fez o maior auê — e foi embora.
> – Mas ele não machucou ela?
> – Não!, não!, não! Sendo menor, eles ainda vão se prejudicar.
> – Ah, ela era menor de idade?
> – Era de menor ainda. [...] Só que quem trouxe ela, né, se safou. Aí, quem ficou respondendo foi o patrão. Então, pro nome dele não ir muito pra lama, ele disse: "Não, ela não vai precisar pagar eu nada, não. Pode mandar ela embora". Aí, ela voltou [para o Brasil]. Teve uma, também, que a tia veio atrás — isso eu soube agora —, ela era de menor. A tia veio bater atrás dela. E foi uma mulher que trouxe ela pro clube.
> – Isso agora, recente?
> – Foi recente, agora. Só que eu não conheço, entendeu? Aí, veio atrás da sobrinha dela, que ela tava vivendo dentro de um clube. Só que ela pegou a menina, foi na embaixada e levou ela.

Nos casos mencionados por Lara, o engano aparece como elemento importante para que autoridades sejam acionadas, com o agravante de se tratar de menor — são dois componentes que, para os interlocutores, não deixam dúvida de que é uma situação de tráfico de pessoas. Sua narrativa demonstra um ponto importante: a presença de menores em clubes no Suriname é uma realidade, com documentos falsos ou não. Nos casos de menores, quando descobertos, aparecem as providências tomadas por autoridades, que se resumem em o clube liberar a adolescente e seu passaporte — a "punição" do clube, ao que parece, é o não recebimento da dívida, sem implicação judicial. Além de Lara, outras interlocutoras falaram do desfecho para situações envolvendo menores ou em que as mulheres foram enganadas: acalmar as envolvidas e enviá-las ao Brasil, ou seja, os encaminhamentos parecem ignorar a existência de um crime e uma vítima.

Em nenhum momento foi mencionado, pela maioria das entrevistadas que migraram para o Suriname via clube de prostituição e que disseram considerar tráfico de pessoas o caso das mulheres nos clubes desse país, os termos exploração sexual ou exploração de trabalho; outras relatavam falsas promessas com relação ao que lhes disseram no Brasil sobre o valor que poderiam ganhar no clube, sempre aquém da realidade vivida. Na compreensão da maioria das/os brasileiras/os entrevistadas/os, se não há engano ou uso da violência, ou se a mulher não é menor de idade, diluem-se as situações de abuso e extorsão a que são submetidas aquelas que migram através do clube ao longo do percurso para quitar a dívida.

Autores como Wendy Chapkis[472], Laura Agustín[473] e Elizabeth Bernstein[474] chamaram a atenção para a existência de confusão conceitual entre prostituição voluntária, prostituição forçada e tráfico de pessoas. Na narrativa de muitas interlocutoras, essa confusão pode ser ampliada conforme a realidade vivida, sobretudo por serem influenciadas por termos como máfia, organização criminosa, etc. Núbia (38 anos, cozinheira no garimpo, dois filhos, entrevistada em 2011 no Suriname), que antes de viajar para um clube no Suriname esteve em um na Espanha, nas mesmas condições, influenciada pela questão do tráfico de drogas mostrou elementos que apontam para uma confusão conceitual sobre o tráfico de pessoas. Ela contou que não foi tão simples chegar ao clube na Espanha, pois foi detida no aeroporto de Paris, para averiguações. Pelo que se percebe em sua narrativa, queriam saber se transportava drogas, e ela, firme no propósito de chegar ao seu destino, omitiu o verdadeiro motivo da viagem: atuar em um clube de prostituição. Sobre a sua ida para a Espanha com uma dívida com o clube, considerava uma situação de tráfico de pessoas porque a associou a tráfico de drogas, uma vez que as autoridades que a abordaram procuravam por entorpecentes:

> – Eu não fui daqui, não, eu fui do Brasil pra Espanha, que mandaram meu *ticket*, né, de lá. Eu não comprei no Brasil, mandaram. [...] Eu fui devendo três mil e setecentos euros.
> – Tu achas que isso é tráfico de pessoas?
> – Com certeza. É tráfico, sim.
> – Por que tu achas que é tráfico?
> – Porque eu passei por uma situação difícil quando eu cheguei na Espanha: queriam que eu falasse mentiras pra Polícia Federal [refere-se a autoridades francesas] — porque a Polícia Federal investigou, no Brasil, três meses, as

[472] CHAPKIS, Wendy. Soft glove, punishing fist: the trafficking victims protection act of 2000. In: BERNSTEIN, Elizabeth; SCHAFFNER, Laurie. (Coords.). *Regulating sex: the politics of intimacy and identity*. New York: Routledge, 2005. p.51-67.
[473] AGUSTÍN, Laura Maria. *Sex at the margins: migration, labour markets and the rescue industry*. London: Zed Books, 2007.
[474] BERNSTEIN, Elizabeth. Militarized humanitarianism meets carceral feminism: the politics of sex, rights, and freedom in contemporary antitrafficking campaigns. *Signs: Journal of Women in Culture and Society*, v.36, n.1, p.45-71, 2010.

> mulheres que foram pra lá. Só que eu não fui presa, porque meu passaporte foi carimbado em Paris, porque, quando eu passei [risos], a Polícia Federal estava lá do outro lado, esperando; eles me levaram lá. [...] Eu disse que meu voo ia sair nove horas, e eu perdi o voo pra Espanha: eles me levaram, as mulheres mandaram eu tirar minha roupa, eu tirei, eles revistaram a minha mala, me levaram num banheiro, eu fiz xixi no copo, pra ver se usava drogas — ela me explicou —, aí, fui prum médico; eles me levaram pro médico, botaram um aparelho aqui em mim, para ver se eu tava grávida. Eu disse "não", que eu não estava grávida. "O que eu vou fazer na Espanha?" Eu falei que eu tava indo pra Espanha porque meu namorado mandou minha passagem — eu não falei o que eu ia fazer, essas coisas. "Quanto tempo tu vai ficar na Espanha?" Eu disse: "Uns quinze dias". Aí, eu passei. Eles me liberaram meio-dia e cinquenta, e eles me levaram para eu pegar o avião, marcaram minha passagem.
> – Eles te pegaram, então, em Paris?
> – Foi em Paris; [...]. De Paris que eu ia pegar o voo pra Bilbao, para ir para a Espanha. [...] Revistaram — se não tava levando droga, né, essas coisas —, mas, normalmente, eles me liberaram, e eu fui pra Espanha. [...] Porque eles falam... assim, eles compraram o voo que vai de Belém pro Rio de Janeiro; no Rio de Janeiro tu pega um avião e tu vai pra Madri; em Madri eles não deixam brasileiro passar sem saber por quê: a polícia está lá, esperando.

Em seu entendimento, o engano, agregado a outros fatores como o tráfico de drogas, por exemplo, contribui para a configuração do tráfico de pessoas em casas de prostituição, mas não é possível afirmar que ela compreendia que os dois crimes não estão necessariamente interligados:

> – Mas, aí, tu achas que isso é tráfico de pessoas porque eles te barraram no aeroporto ou pela forma como tu foste pra lá?
> – Eu não sei, eu acho que eles pensam que é tráfico, né?
> – Tu achas que... Porque eu te perguntei se tu considera isso como tráfico de mulheres, aí tu me disseste que sim.
> – Eu não considero, assim, tráfico de mulheres, porque a mulher vai porque ela quer. E eu fui porque eu quis, ninguém me obrigou; eu fui porque eu quis. Eu queria mudar de vida, eu queria conhecer o mundo, né.
> – Em que momento, então, tu achas que foi tráfico aí?
> – É porque eles não mexem só com mulher, eles mexem com droga também.
> – Ah, tá.
> – Eu acho que é tráfico porque o clube é só mesmo uma aparência, né, e lá você tem que ficar de boca fechada, não pode falar coisas, tudo que você ver, senão eles te matam. Na Espanha é assim.
> – Aqui [no Suriname]?
> – Aqui eu acho que é diferente, acho que não é tão perigoso assim, né. [...] Porque elas vêm por vontade própria. Só se vai, assim, mentindo, sabe?, que vai trabalhar num lugar, que vai trabalhar de secretária, ou vai fazer um serviço pra você ganhar muito dinheiro, isso daí seria tráfico de mulheres: aí, quando elas chegassem aqui, aí ia ver e elas estavam num clube, e ficariam desesperadas, chorando, porque não queria fazer essas coisas, entendeu?

Não se pode esquecer que conhecer a atividade a ser exercida não quer dizer conhecer todas as regras do clube, as condições de trabalho, os valores que receberiam, os horários rígidos, as multas. Apenas Catarina (34 anos, manicure, dois filhos, entrevistada em 2011 no Suriname) parece ter entendido a engrenagem que movimenta os clubes no Suriname; ela mencionou a ausência de informações sobre o funcionamento e sobre as multas do clube no momento em que as mulheres são abordadas para viajar:

> – É assim essas coisas: eles prometem mundos e fundos, mas eles não falam "Olha, tu vai tá lá, tu vai ter que pagar uma habitação". E, cada dia que tu não paga, se tu não paga no sábado... no domingo já dá multa, já vai 10% em cima daquilo. Por exemplo: você tem que pagar no sábado, se você não pagar no sábado e for pagar no domingo, já vai pagar 10% de multa do valor da habitação. Aí, tem menina que não trabalha no sábado [não consegue clientes], na semana não pode pagar, e vai aumentando, vai aumentando — e tem que pagar.
> – Não paga porque não conseguiu dinheiro?
> – Não pagam porque não conseguiu, porque a concorrência é muita. Por isso que eu dividia, pra eu ter certeza que eu não ia ficar sem pagar a habitação. Sempre dividia o quarto.
> – Então, tem noite, por exemplo, que tu pode não ter cliente?
> – Não. Cliente tem muito, homens sempre vai ter, mas tem dias que você não faz nada, não consegue nada. Tem dias que... eles falam, assim, eles abordam, eles fazem um acordo. Ah, aí todo dia tu vai ter dinheiro? Não, tem dias que o homem que tá ali não quer nem te olhar, parece que você tá feia ou que ninguém te quer. Teve uma época que eu cheguei no Diamond, na época que eu fiquei a semana todinha sem eu fazer nada, sem nenhum programa nem nada, nada, nada. Foi uma semana que eu fiquei desesperada: "O que tá acontecendo?" É porque, na realidade, eu já não queria mais, então eu já não chegava junto, já não coisava, [porque] tinha que ficar bajulando; aí, eu já não queria mais aquilo, já tava... não queria ficar mais. É a época que eu já nem tava trabalhando mais. Porque tem menina que não se importa, vai, quer ficar ali, gosta daquilo que faz, mas tem gente que vem, não gosta, e paga o tíquete e vai embora. Na época que eu tava lá, eu conheci meninas que chegaram do Maranhão — vem muita menina do Maranhão, né —, pagou o *ticket*, "Ah, não, na outra semana eu vou embora. Não quero ficar aqui, não". E vai embora.
> – E as meninas são...
> – Porque se sentem sozinhas longe da família toda. Principalmente gente que não bebe, né, sendo que, na reunião, fala: "Você tem que beber, porque se você beber, você se solta". Tem menina que não bebe mesmo, não bebe ou porque não tá acostumada ou não gosta de beber. Aí complica, né.
> – Entendi.
> – As meninas ainda vêm muito pra cá por uma coisa, quando eles vão te abordar era uma coisa, mas quando você está lá dentro não é nada daquilo. [...]. Eles falam que em seis meses você tem dinheiro para comprar um terreno, uma casa, um carro, e menos de seis meses tu vai ter dez mil na conta, e quando isso não acontece, eles dizem que é tua culpa, que não trabalhou [...]. Tem meninas que têm sorte, que encontra cliente que ajuda, que compra uma casa [...]. Não sinto vergonha, sinto um pouco que fui enganada, porque... tanto é que quando eu estava lá, com nove meses eu queria largar. O.k., você

> ganha um dinheiro, mas quanto mais você vai ganhando... mas é um dinheiro que sai, escapole da mão, e no outro dia você sente um vazio. Quando você está no clube, você quer luxar, e pensa que vai ganhar mais no outro dia. Eu não consegui meu objetivo...

No estudo que realizou sobre migração de mulheres latino-americanas (argentinas, brasileiras, colombianas, dominicanas, equatorianas e venezuelanas) no início da década de 2000, para a Espanha, Laura Oso Casas revela que boa parte das mulheres pesquisadas decidiu migrar via prostituição conhecendo a atividade a ser exercida[475], e aponta que elas não foram enganadas nem traficadas por máfias, mas se utilizaram de vários circuitos de migração que contribuem para situações de exploração e para a reprodução de desigualdades sociais.

6.1.1 Presença de menores nos clubes

Como visto, as/os entrevistadas/os eram unânimes na afirmação de que, em se tratando de uma mulher com menos de 18 anos, independentemente de ter sido enganada ou não, trata-se de uma situação que se configura como tráfico de pessoas — ou seja, a questão da idade é preponderante para a configuração do crime:

> – Muita mulher. E agora a gente vê, ali mesmo no Bigode — eu trabalho bem ao lado —, eu vejo tantas meninas novas, com muita maquiagem, minissaia, salto alto... muito alto, aquele salto bem alto, sabe?. Então, tem muitas meninas. [...] Elas estão na cidade, e tem umas que vão pra garimpo também. Novas.
> – Mas, assim, tu achas que é tráfico porque são meninas novas? Ou por que tu acha que é?
> – Porque são novas, bonitinhas.
> – Mas quem costuma trazer elas?
> – Conhecido. Traz pra negócio de... diz que é pra trabalhar em casa, assim, de família, né, aí vem com esse intuito, e, depois, quando vê já tá se prostituindo.
> – Mas porque eles forçam ou porque elas decidem?
> – Porque elas decidem. Assim, forçar não. (Yasmim, 34 anos, cozinheira de restaurante, dois filhos, entrevistada em 2011 no Suriname)

[475] OSO CASAS, Laura. Prostitution et immigration des femmes latino-américaines en Espagne. *Cahiers du genre - Travail et mondialisation - Confrontations Nord / Sud*, v.1, n.40, p.91-103, 2006.

Tiago[476] (40 anos, garimpeiro, três filhos, entrevistado em 2011 no Suriname), que afirmou que as mulheres que atuam no mercado do sexo no Suriname são maiores de 18 anos, entendia que, por isso, elas têm discernimento para decidir se permanecem ou não na atividade; também entendia que, no caso de a mulher não ser menor, não se trata de tráfico de mulheres. Em sua opinião, as que vêm, vêm porque querem, porque o valor que ganham é atrativo, pois por vezes ganham em uma noite o equivalente ao que muitos homens recebem em quinze ou vinte dias de trabalho na mineração do ouro — e tentou demonstrar que elas realizam um trabalho que requer "menos esforço" que o dos homens:

> Ah, agora, aí você me fez uma pergunta que eu não posso te responder. Porque eu te digo bem aqui: se eles tivessem trazendo aquelas menininhas de 12 anos, 13 anos, eu poderia dizer pra ti que eles estavam traficando mulheres, mas a maioria que eu vejo aí, nesses cabarés véi [velhos] pra todo lado, ou nas boates — que eu não frequento muito, não, mas vejo os outros falar —, tudo mulher vivida, de 18 anos, 20 anos, 22 anos, até de 30 anos. Uma mulher dessas ninguém faz a cabeça dela, porque a minha... eu te digo: aqui, se a pessoa disser "Rapaz, vamos se jogar na frente de um carro daquele", eu não vou porque eu sei que isso não tem futuro pra mim. Então, se o cara chama uma mulher dessas pra vir pro cabaré... a maioria não é nem chamada, elas vêm por conta, já vêm atrás mesmo de se prostituir, porque às vezes consegue um troco melhor do que os homens mesmo. Porque a mulher vem prum cabaré desse aí, se o cara vai dormir com ela, ela quer cobrar 10 gramas, 8 gramas. E, muitas vez, o cara passa quinze dias, vinte dias trabalhando no baixão aí,

[476] Tiago, 40 anos, três filhos, 6º série, garimpeiro, nasceu no Maranhão. Depois de uma temporada em garimpos de Roraima e da Venezuela, na década de 1990, passou a trabalhar como pedreiro em Manaus, onde morava com a esposa e os três filhos. Quando se separou da mulher, e desempregado, decidiu retornar à vida de garimpeiro, pois sempre ouvia falar de pessoas que conseguiam bastante ouro no Suriname: "tinha pessoas que tirava barranco de quarenta dias com 40 kg. Aí eu fiquei louco [risos], 'um garimpo desses é o que eu tenho que procurar', [...], porque eu achei que aqui [Suriname] era melhor de ouro do que na Venezuela, onde eu tinha trabalhado antes". Migrou em 2000 (tinha 29 anos) e, desde então, não teve contato com a ex-mulher e os filhos, que viviam na Venezuela (disse que os filhos nunca o procuraram, e ele não os procurou. Viviam na Venezuela com a mãe, e ela se casara novamente. Em seu entendimento, com o novo relacionamento da mulher, os filhos já não eram mais de sua responsabilidade). Trabalhou como garimpeiro e como vendedor ambulante no Suriname e na Guiana Francesa. Por dois anos não teve contato com os familiares no Brasil, e só depois de quatro anos retornou ao Maranhão, para revê-los. Em uma de suas viagens para visitar os pais, casou-se novamente e levou a mulher para o Suriname. Acompanhando-o em áreas de extração mineral na Guiana Francesa, ela chegou a trabalhar "umas três vezes" como cozinheira, além de vender roupas que levava do Brasil, e os dois conseguiram juntar dinheiro para comprar uma casa e montar um restaurante no Maranhão. Na época da pesquisa de campo ele morava parte do ano no Brasil (aproximadamente quatro meses), trabalhando no restaurante, e o resto do ano no Suriname, mas já acontecia de ficar dois ou três anos sem ir para garimpo, dependendo do quanto conseguira ganhar na ida anterior. Tiago disse ter apenas mais um "objetivo" a alcançar: comprar um carro — depois não pretendia voltar ao garimpo. Ao ser questionado se havia conseguido encontrar 40 kg de ouro em um barranco, como lhe diziam que havia, disse que não, e que o que ganhou foi depois do segundo casamento: "Eu achei foi [risos]... eu achei foi quatro anos sem ir no Brasil, sem dar nem notícia pra minha mãe, nem pra ninguém. Tudo o que eu ganhava eu gastava no cabaré; a única coisa que eu pensava é que o que eu queria eu tinha, que era cerveja, cachaça, mulher e trabalho. Aí, eu tinha um pensado, naquela época, muito pobre, que eu pensava: eu não tenho mais mulher, nem filho, nem jumento pra dar milho [risos], vou me preocupar com o quê? [risos] Isso fez eu passar quatro anos aqui dentro. Aí, depois que eu fui pro Maranhão, fui pra casa, que eu consegui essa minha esposa, com quem eu estou até hoje, aí, daí pra cá, essa eu não deixo mais por nada, por garimpo nenhum. Pode ter 50 kg — não é nem 40 —, essa eu não deixo por nada". Tiago estava no Suriname como turista.

> tirando um barranco, pra ganhar 10, 8, 15 gramas. Então, coisa que a mulher pode ganhar numa noite, às vezes o cara passa dez, quinze dias, às vezes, trabalhando pra ganhar, e levantando cinco horas da manhã, funcionando motor pra bater água, e o rabo do facãozão aí, cortando raiz e mata o dia todinho, até de noite. Então eu não acredito nisso, não, não vou mentir pra ti.

Cláudia (32 anos, dona de cabaré/cantina e de máquina no garimpo, duas filhas, entrevistada em 2012 no Suriname) viajou duas vezes para clube de prostituição no Suriname. Na primeira vez, tinha 17 anos: foi abordada por uma desconhecida na porta da escola em que estudava e, para concretizar a viagem para o Manilla, teve que tirar todos os documentos novamente, iniciando pela certidão de nascimento com data adulterada[477], para se passar por maior de idade e viajar sem autorização dos pais. Com a nova certidão, e junto com a mulher que a convenceu a viajar, tirou carteira de identidade, CPF, título de eleitor e passaporte, e pôde cruzar a fronteira regularmente:

> – Tu tinhas documento?
> – Não!, ela fez tudo pra mim. Nova, tudo novo.
> – Mas não era falso?
> – Era.
> – E como foi que você foi tirar passaporte com documento falso?
> – Não sei, ela fazia tudo!
> – Ela chegou e te deu a [carteira de] identidade?
> – A identidade, tudo!, com o passaporte e tudo…
> – Então tu não foste à Policia Federal?
> – Eu fui. Fizeram tudo bacaninha.
> – Mas era no teu nome mesmo?
> – Era.

Nos casos em que os documentos foram feitos com idade adulterada, isso era mantido em segredo, tanto por parte do clube quanto da mulher que portava tal documentação, por reconhecerem a ilegalidade da situação. Na pesquisa de campo, apenas Cláudia falou sobre a adulteração de documentos e a abordagem de menores; as demais afirmaram não ter visto mulheres (mesmo que algumas tivessem ouvido falar) com menos de 18 anos nos clubes: "Não, só adulto. Não, porque no clube, nesse ponto eles são muito rigorosos, porque a polícia, de vez em quando, tá batendo lá, então eles não trazem de menor" (Yasmim, 34 anos, cozinheira de restaurante, dois filhos, entrevistada em 2011 no Suriname) — embora em conversas informais algumas deixassem escapar que desconfiavam da verdadeira idade de alguém, por considerá-la

[477] Cláudia não informou se continua com os mesmos documentos (aliás, foi um assunto que ela abordou rapidamente).

com a aparência de “menina nova”, e inclusive insinuavam que a própria pessoa era responsável pela falsificação dos seus documentos.

Yeda (29 anos, vendedora de loja de máquinas e automotores, dois filhos, entrevistada em 2011 no Suriname) nunca viu uma menor em clube, mas ficou sabendo, através de um amigo, que havia pouco tempo tinha aberto um clube, que funcionava só nos fins de semana, que contava apenas com a presença de adolescentes oriundas da periferia de Belém, que migram irregularmente para o Suriname de barco. Uma situação que, se de fato existe, é nova e bem escondida:

> – Tem meninas menores que vêm de barco para bares, que o homem... só entra gente que tem dinheiro e só as pessoas que ele conhece... que é as meninas de 15 anos, 14 anos, meninas bonitas, que eu já ouvi falar.
> – Meninas de onde? De Belém ou do interior?
> – Meninas do interior, é de Belém, da baixada. [...] Pra mim, baixada, assim, para mim é Jurunas, Sacramenta... [...] aqueles bairros mesmo, bem, que o pessoal fala que só tem ladrão. Isso eu não sei, porque o rapaz que me falou, meu amigo, ele disse que é de Belém e veio de barco; só que ele não falou, só falou assim: “É de bairros humildes, que a mãe vende, que não têm condições, e que por dinheiro... e, às vezes, a mãe é viciada em droga e vende os próprios filhos”. [...] Mas eu soube tem bem pouco tempo. Eu fiquei besta, porque eu não sabia, menina menor de 15 anos, de 14 anos é um absurdo, né. Só tem menor, mas é, assim, menina bonitinha. Diz que são meninas bonitas, bonitas mesmo.

Ainda segundo Yeda, seu amigo, que frequentava o local, lhe contou como era, sem entrar em muitos detalhes. Mas contou que tentou levar uma dessas adolescentes para viver com ele maritalmente, e ela se negou:

> – Porque foi um amigo meu que falou [...] ele já foi lá e viu, só que eu não posso dizer se ele está falando a mentira ou não. Ele disse para mim que ele perguntou pra uma dessas meninas se ela não queria ir morar com ele, se ela não queria ir embora para o Brasil, e ela falou que não, ela sofre muito no Brasil, ela apanha, [...] e aqui ela não está apanhando, ela está só vendendo o corpo dela e ela está ganhando. [...]
> – Foi uma das meninas que contou pra ele?
> – Foi, falou pra ele, porque ele queria levar uma das meninas, e ela pegou e falou pra ele “não”. “Tu não quer voltar pro teu Brasil, tu não sente saudade?” “Não, eu sofria muito, minha mãe me batia muito. Aqui, pelo menos, eu estou bem.”
> – Então, neste caso...
> – Elas estão gostando, não estão aqui forçadas.
> – Mas foi a mãe que vendeu?
> – Foi a mãe quem vendeu. A mãe ganhou um dinheiro.

A única "informação concreta" que Yeda tinha, era que existia um local onde apenas adolescentes atuavam no trabalho do sexo e que poucos frequentadores o conheciam. As demais "informações" eram especulações em cima de pequenas pistas que coletou:

> – Mas isso é clube aqui dentro de Paramaribo ou em garimpo?
> – Dentro. Não sei se é aqui em Paramaribo ou fora, assim, Nieuw Nickerie. [...] Ele não falou realmente onde era, ele só me falou assim, porque eu acho que ele ficou com medo, porque até ele vai lá.
> – Mas tu não sabes se é em Nickerie ou Paramaribo?
> – Ele não quis falar mais coisa pra mim, assim, não.
> – O certo é que existe um local que só tem meninas menores de idade.
> – É de menor e só vem de barco, porque de avião não pode, né.
> – Mas eles fazem convite ou essas pessoas já sabem do local?
> – [...] Acho que ele deve ir falar: "Olha, hoje vai ter, as meninas estão lá, assim, assim...".
> – Mas então não é todo dia?
> – Final de semana só. [...] Mas, aí eu falei: "Olha, me fala onde é, que eu quero um dia ver essas meninas, tudinho", eu falei pra ele. E ele: "Não, não posso, não".

A questão sobre menores de idade no trabalho do sexo no garimpo, na grande maioria das vezes teve resposta negativa, diziam que nos cabarés não têm, não são aceitas pelas/os proprietárias/os — o que não significa que isso não aconteça em espaços paralelos:

> – Nem pra trabalhar em garimpo tem menor de idade?
> – Em garimpo também não [...]. Agora, em garimpo, geralmente, assim, as mães que traz. Aí, quando vem esse negócio de ouro, essas coisas, aí... A mãe geralmente não traz pra filha se prostituir. [...] Mas, muitas das vezes, quando a mãe leva a filha pro garimpo — pra ajudar, né —, aí já tem os homens que já oferece ouro, oferece joia. Aí, criança, né, já fica iludida com aquilo. E, muitas das vezes, a menina vai se prostituir. (Yasmim, 34 anos, cozinheira, dois filhos, entrevistada em 2011 no Suriname)

Gabriel[478] (58 anos, garimpeiro piupiuzeiro, dois filhos, entrevistado em 2011 no Suriname) foi um dos poucos interlocutores a dizer que, embora os cabarés evitem menores,

[478] Gabriel, 58 anos, garimpeiro piupiuzeiro (dono de um "piu-piu", aparelho que detecta metais no solo), não alfabetizado, nasceu no Piauí, cresceu no Maranhão e foi para o Tocantins, com a família, quando tinha 17 anos, e logo se casou. Em 1973, aos 20 anos, já com um filho pequeno e a mulher grávida de outro, iniciou a carreira de garimpeiro, em Itaituba. Desde então, sempre seguiu a fofoca de ouro, e em 1996 chegou à Guiana Francesa, clandestinamente (não tinha passaporte). Ainda naquele ano foi expulso, mas retornou a Caiena no dia seguinte e dali seguiu para o Suriname (na época, tinha 43 anos). Nesse país, costumava ficar dois meses trabalhando no garimpo e entre quinze dias e um mês em Paramaribo. Em 2001 viajou ao Brasil, mas voltou ao Suriname no mesmo ano, e, apesar de ter tirado passaporte, vivia irregularmente porque não providenciara sua regularização. No momento da entrevista atuava sozinho no garimpo, sobretudo na Guiana Francesa. Desde que foi para Itaituba

elas podem ser encontradas, neles, oferecendo serviços sexuais — e que elas vão por conta própria:

> – Mas nos cabarés só tem adulta, não tem menor de idade, não né?
> – Tem menina de 17 anos, 18 anos. Tem.
> – Mas estão com a mãe?
> – Mãe que leva? Elas vão mesmo! Vara. Tem mulher nova aí, de cabaré, de menor: 15 anos, 16 anos. Mas se a polícia pegar é problema, ficam escondidas.
> – Mas elas vão por conta própria?
> – Elas que vão mesmo. Elas querem ganhar dinheiro, é iludida pelas outras, né. Comparação: uma mulher chega em Belém, chega com dinheiro, com dez mil reais, quinze mil reais; aí, tem a de menor, pergunta como é, ela diz que é boa, ela tá mesmo na vida lá, né: "Se tu quiseres, eu te levo, lá tu ganha dinheiro melhor do que aqui. Aqui tu vai ganhar dez reais, quinze reais pra fazer o programa com um cara, e lá tu ganha é dois gramas de ouro, que é cem e poucos dólar. Tu ganha dinheiro no garimpo". Aí, ela vem, assim, iludida; aí, chega aí, aí cai aí, tem as que entram na noia das drogas, nas noias, nas bocas de fumo, fica andando na rua, gambetando aí. É as que pensam que vai ganhar o dinheiro e depois volta, tá entendendo?

Não foi feita pesquisa de campo em cidades do interior do Suriname fora de áreas de garimpo, mas a existência de clubes de prostituição em locais distantes de Paramaribo é de conhecimento de quem mora no país; eles possuem estrutura menor, estão mais distantes dos olhos das autoridades, e, ao que parece, têm maior liberdade para cometer irregularidades: "Todas as meninas que eu conheci vinham pra trabalhar onde sabia, mas têm vários outros lugares, e a gente escuta, outros clubes. Tem fora de Paramaribo: Nickerie tem clube, tem uma cidadezinha que é mais longe daqui, Paranã". (Yeda, 29 anos, vendedora de loja de máquinas e automotores, dois filhos, Suriname, 2011)

(em 1973), não retornou para a mulher e os filhos. Ela o esperou por quatro anos, e nesse tempo quem a ajudava era o pai de Gabriel, e, quando não pôde mais ajudá-la, aconselhou-a a se casar novamente, e ela se casou. Gabriel, que não conheceu o filho mais novo, sequer sabia a idade do mais velho; sabia apenas que devia ter "uns 30 e poucos" e o seu nome. "Mas, aí, passei cinco anos, me juntei com essa mulher aí. E eu não sei do meu filho, e eu não sei como eu vou localizar esse menino no Brasil, quando eu chegar. [...]. Muito tempo". O abandono dos filhos e da mulher não se aplica apenas a Gabriel, é uma realidade vivida por muitos filhos e por muitas mulheres que ficaram no Brasil quando o marido/pai foi para o garimpo: ficaram esperando que enviasse recursos para sustentá-los/ajudá-los, ou que retornasse rico, o que aconteceu. Ele vivia irregularmente no Suriname havia quinze anos, e trabalhava em garimpos clandestinos na Guiana Francesa.

6.2 Ambivalência normativa: o caminho das práticas, mediações e mediadores

As trajetórias das/os interlocutoras/es permitiu observar quais os caminhos, práticas, mediações e mediadores que se articulam para a estruturação da prostituição nos clubes, e demonstram que as dinâmicas presentes nos modos de funcionamento deles estão imbricadas em um sistema de trocas, de redes sociais e em relações de poder — e é no clube que se estruturam jogos de interesses diversos, que oscilam entre tolerância e acertos extralegais, o que o configura como campo de conflitos e disputas que se adaptam, se realinham e se conformam de acordo com as relações de força estabelecidas e a repercussão nos âmbitos regional e internacional. Na prática, o que existe entre a trabalhadora do sexo e o clube é um acordo verbal que substitui o contrato de trabalho, versão duplamente ilegal, uma vez que o exercício da prostituição, tanto na Guiana como no Suriname, não é permitido — logo, o clube não pode estabelecer contratos com elas, embora as convenças da existência do mesmo, de tal forma que elas trabalham seguindo normas e regulamentos rígidos, sem direitos sociais e trabalhistas. Neste cenário, o que se percebe é a tentativa de escamotear o tipo de serviço vendido nos clubes de prostituição, os quais são registrados como hotéis e/ou bares porque não podem se registrar como empresas do mercado do sexo. Com isso, livram-se de procedimentos criminais e transferem todos os riscos às trabalhadoras do sexo, sobre as quais incidem as formas mais visíveis de controle e repressão. As dinâmicas observadas estão longe de se caracterizar como ausência estatal: são parte de práticas cotidianas presentes entre as instâncias formais de procedimentos extralegais de regulação do espaço público.

Angelina Peralva, em artigo sobre o tráfico de drogas ilícitas no Brasil, apresenta, tendo por base um banco de dados construído com as informações do relatório da CPI do Narcotráfico[479], um contexto de envolvimento de diversos atores e agentes do Estado em práticas extralegais que faz funcionar o mercado da droga sem que, necessariamente, aqueles sejam implicados em leis penais. Para explicar tal contexto, ela aponta quatro dimensões do mercado da droga: 1) "o fato de que se trata de uma atividade econômica estreitamente imbricada na economia legal"; 2) "o fato de que, justamente por tratar-se de mercado ilegal, sua existência é estreitamente dependente de recursos institucionais, graças aos quais essa ilegalidade passa a ser tolerada"; 3) "o fato de que o processo de circulação dessa mercadoria

[479] Ver CÂMARA DOS DEPUTADOS. *Relatório da Comissão Parlamentar de Inquérito destinada a investigar o avanço e a impunidade do narcotráfico*. Brasília: Câmara dos Deputados, 2000.

ilegal constitui e conecta territórios econômicos"; 4) "o fato, enfim, de que esse mercado é transnacional e se desenvolve em relação direta com os mecanismos peculiares da globalização"[480].

Ao analisar o perfil das pessoas indicadas no relatório da CPI com alguma implicação na organização do tráfico de drogas, Peralva as reagrupa em quatro: "NI (não informado)"[481] (14,5%), "ocupações civis" (18,5%), "ocupações no Estado" (39,8%) e a que agrupa as pessoas envolvidas em atividades criminais (27,2%). Um dado que chama a atenção está ligado à categoria "ocupações no Estado", que representa um alto índice de pessoas implicadas com o narcotráfico, entre elas pessoas do Judiciário, do Poder Legislativo, das forças armadas e da polícia, ou seja, agentes do Estado e do Poder Legislativo com capacidade de mobilização em diversas posições de poder e que têm participação-chave na organização e na cobertura do tráfico de drogas. Outro dado importante é que os policiais (que representam 26,7% da categoria "ocupações no Estado") estão envolvidos em práticas extralegais, para assegurar que a droga chegue em segurança ao seu destino, garantindo, assim, "um estatuto de semilegalidade [...]. Em suma, exercem por delegação e em nome do Estado poderes que lhes permitem converter a ilegalidade não autorizada em ilegalidade autorizada, e portanto passível de ser cometida sem que necessariamente se incorra nas penas da lei"[482].

Este cenário de imbricação entre o legal e o ilegal na economia da droga ajuda a pensar as lógicas e dinâmicas das economias sexuais no Suriname, bem como a proposição de Veena Das e Deborah Poole, na introdução da coletânea *Anthropology in the margins of the State* [Antropologia nas margens do Estado], de se lançar mão de uma estratégia descritiva e analítica para pensar o Estado distante da imagem consolidada da "forma administrativa racionalizada da organização política que se torna enfraquecida ou menos articulada ao longo de suas margens territoriais ou sociais"[483], analisando-se a forma como "as práticas e políticas da vida cotidiana

[480] PERALVA, Angelina. Questão de drogas e de mercados. *Contemporânea* - Dossiê violência, crime e teoria social, v.5, n.1, p.19-36, 2015 (p.33-34).
[481] "NI (não informado) corresponde a um grupo de pessoas cujos nomes figuram no relatório da CPI como implicadas no narcotráfico, mas sem que esses nomes sejam acompanhados de informações relativas à posição socioprofissional de cada um" (PERALVA, op. cit., p.28)
[482] PERALVA, op. cit., p.29. Para mais informações sobre o contexto do Relatório da CPI do narcotráfico e economia da droga, ver PERALVA, Angelina; SINHORETTO, Jacqueline; GALLO, Fernanda de Almeida. *Economia da droga, instituições e política: os casos de São Paulo e Acre na CPI do Narcotráfico.* In: ENCONTRO ANUAL DA ANPOCS, 34. Caxambu, 25 a 29 de outubro de 2010. Disponível em: http://www.anpocs.com/index.php/papers-34-encontro/st-8/st37-1/1741-aperalva-economia/file. Acesso: 4 de junho de 2015; e PERALVA, Angelina; SINHORETTO, Jacqueline; GALLO, Fernanda de Almeida. Economia da droga, instituições e política no Brasil: a CPI do narcotráfico. In: AZAÏS, Christian; KESSLER, Gabriel; TELLES, Vera da Silva. (Orgs.). *Ilegalismos, cidade e política.* Belo Horizonte: Fino Traço Ed. 2012. p.199-228.
[483] DAS, Veena; POOLE, Deborah. State and its margins: comparative ethnographies. In: DAS, Veena; POOLE, Deborah. (Eds.). *Anthropology in the margins of the State.* Santa Fé: School of American Research Press, 2004. p.3-33 (p.3).

nessas áreas moldam as práticas políticas, regulatórias e disciplinarias do que constituem essa coisa que chamamos de "Estado"[484]. Nessa perspectiva, é frutífero pensar a imbricação dos limites "entre o centro e a periferia, o público e o privado, o legal e o ilegal" que está incorporada nas práticas do Estado[485], e que se apresentam na narrativa das/os interlocutoras/es desta pesquisa no Suriname, na Guiana e até mesmo no Brasil[486].

No Suriname o mercado do sexo tem sido traçado à "margem do Estado"[487], pois policiais e outros agentes se utilizam do poder a eles atribuídos para tornar a prostituição ilegal em "permitida", em espaços fechados registrados como se prestassem outro tipo de serviço. Lá, a prostituição em clubes é amparada em práticas legais e extralegais de fiscalização que garantem seu funcionamento. As práticas de agentes do Estado na fiscalização "oficial" dos clubes vão além do que é legal ou ilegal, estão inseridas em ações cotidianas, em um trânsito entre procedimentos extralegais e instâncias legais, ou seja, o Estado não está alheio ao que acontece, e, sim, presente através da polícia e do órgão da Imigração, por exemplo. São práticas cotidianas "dentro e fora da lei"[488]. Neste cenário, o mercado do sexo no Suriname é moldado conforme as circunstâncias e o modo como as normas jurídicas são acionadas, o que não difere do que ocorre na Guiana.

As mulheres entrevistadas que migraram para o Suriname via clube de prostituição seguem caminhos que que se bifurcam, e essas bifurcações precisam ser observadas para que se evidenciem as configurações e reconfigurações da prostituição, que vai se desvencilhando do clube para outras possibilidades de economias sexuais — e o trabalho do sexo em cabaré tem sido um dos elementos significativos enquanto um dos caminhos seguidos, e não se pode esquecer, que, nessa mobilidade, existem tensões, conflitos, negociações e tomadas de posição. Essas trilhas se configuram nas redes sociais, laborais, nas correlações de forças e nas tramas de relações complexas, que vão além da questão da prostituição e de temáticas a ela associadas como a exploração sexual e tráfico de pessoas. Os clubes de prostituição da Guiana e do Suriname contribuíram e contribuem com as ondas migratórias de brasileiras para esses países, mas os fluxos migratórios destas não têm por objetivo final o trabalho naqueles. Migrar através dos clubes é uma estratégia: pensam em conseguir muito dinheiro rapidamente ou arrumar

[484] Ibidem, p.3.
[485] Ibidem, p.4.
[486] Eduarda (40 anos, proprietária de clube, três filhos, entrevistada em 2012 na Guiana), ao falar de sua experiência na prostituição no Brasil, evidenciou a existência de casas noturnas que disponibilizam quartos e lucram com a sua utilização através da cobrança da chave, ou seja, recebem um percentual em cima de cada cliente da trabalhadora do sexo.
[487] Ibidem.
[488] Ibidem.

emprego em outro lugar, e sair deles. Como as coisas não costumam sair como planejado inicialmente, novas estratégias surgem e vão sendo adaptadas, conforme os circuitos que lhes são apresentados, como veremos na parte três da tese.

PARTE III

INTERCÂMBIOS SEXUAIS, ECONÔMICOS E SOCIAIS: FRONTEIRAS E CIRCULAÇÃO ENTRE A “RUA” E O “MATO”

CAPÍTULO 7

"TERRITÓRIOS CIRCULATÓRIOS": CIRCUITOS DE MOBILIDADE FRONTEIRIÇA NOS GARIMPOS

Muitos homens migram para o Suriname com recursos próprios; outros, vão com as despesas da viagem custeadas por um amigo ou um parente que já está nesse país e, posteriormente, pagam esses valores — segundo os interlocutores, sem juros. Isso mostra que o processo de mediação da mobilidade dos homens, embora utilize, principalmente, redes pessoais, costuma ser diferentes do das mulheres, sobretudo daquelas que migraram via clube de prostituição (com uma dívida a pagar). Muitos homens saíram do Brasil com pouco dinheiro[489] (como diziam, "apenas com o da passagem") e a esperança de encontrar ouro rapidamente, porque conheciam outros homens que estiveram no garimpo e retornaram com dinheiro suficiente para adquirir bens[490]. Luan[491] (33 anos, garimpeiro, sem filhos, entrevistado em 2012 no Suriname) falou sobre a influência que eles exercem em quem está no Brasil, que acaba acreditando que no garimpo o ganho é fácil e rápido, o que nem sempre condiz com a

[489] Embora os homens brasileiros que circulam entre a "rua" e o "mato" sejam chamados de garimpeiros, nem todos trabalham na extração de ouro ou tiveram experiencia em garimpo antes. Muitos deles são motoristas, mecânicos, comerciantes... Alguns se deslocam trabalhando na lavra do ouro, mas priorizam outra atividade, caso de Igor, 51 anos, ourives e garimpeiro, sem filhos, entrevistado em 2011 no Suriname. Igor nasceu no Maranhão e cursou apenas a 1ª série; saiu de sua cidade natal aos 23 anos, para trabalhar em uma fazenda no Pará. Nesse estado também trabalhou como garçom e estivador, e, em 1984, por estar em áreas próximas ao garimpo de Redenção, começou a trabalhar como ourives; em 1988 decidiu trabalhar como garimpeiro ali mesmo. Em 2005, aos 44 anos, pouco depois de se separar da esposa, pegou um avião em Belém e foi para o Suriname. Desde que chegou atuava principalmente como ourives, confeccionando correntes, pulseiras, anéis, brincos e alianças — mas quando não havia encomendas de joias, trabalhava como garimpeiro. Estava no Suriname irregularmente.

[490] O sucesso dos que chegam ao Brasil com dinheiro e adquirem bens influencia muitos homens a ir para o garimpo. Wesley, 21 anos, garimpeiro e motoqueiro, sem filhos, 8ª série, entrevistado em 2012 no Suriname, é natural do Maranhão. Em 2011 ele pegou um avião em Belém e foi para o Suriname, sem dinheiro ("brefado") e sem conhecer ninguém ("rodado"), acreditando que ganharia muito dinheiro: "O pessoal vinha, chegando com dinheiro, e eu falei: 'Eu vou lá, vou me arriscar só'". Observando e seguindo outros brasileiros, chegou ao garimpo. Quando foi entrevistado estava no Suriname havia vinte meses, cinco deles sem pegar em ouro, no "brefo". Disse que esses períodos são difíceis, pois vai acabando tudo (sandálias, creme dental, roupa, escova de dente) e a pessoa fica na dependência de algum dono de barraco ou da ajuda de um companheiro de trabalho. Wesley continuava trabalhando como garimpeiro, mas quando não tinha emprego atuava como motoqueiro, no transporte de pessoas. Estava no Suriname irregularmente.

[491] Luan nasceu no interior do Maranhão. Trabalhava, nesse estado, como professor de um curso supletivo, e via amigos chegarem dos garimpos surinameses com dinheiro: alguns diziam que ganhavam entre cinco e dez mil reais por mês como garimpeiros, enquanto ele ganhava setecentos e cinquenta reais. Decidiu ir para o Suriname arriscar a sorte como garimpeiro e, em 2009, aos 31 anos, pegou um avião em Belém e foi, com o intuito de conseguir dinheiro para montar um negócio no Brasil (um pequeno comércio de alimentos ou uma loja de roupas). Não conhecia ninguém naquele país, mas tinha as informações sobre como chegar ao garimpo anotadas em um pedaço de papel: "Eu vim só com a informação de uma pessoa que me falou, né. Aí, eu anotei num papel tudo certinho, pra quando eu chegar não ficar, tipo, rodado. Eu cheguei, ele disse que era para eu ir pra um hotel chamado Aba Um, lá da Morena, no [garimpo do] Ramon. [...] aí, vim pra lá; de lá que eu saí pra cá, para esse garimpo". Estava no país irregularmente, e desde que migrou, nunca tinha voltado ao Brasil.

realidade encontrada quando se aventuram em busca do ouro — no momento da entrevista ele estava no garimpo havia quase três anos e ainda não ganhara o que os amigos de sua cidade diziam ser possível ganhar:

> Tem muitas das vezes que tem um amigo da gente que trabalha no garimpo; quando, às vezes, passa quatro, cinco meses, faz um quilo de ouro, um quilo e meio, dois quilos de ouro, aí chega [retorna ao Brasil]. [...] Às vezes, em quatro meses ele fez quarenta, cinquenta, sessenta mil reais, e eu, dentro de um mês, ganho setecentos, mil e quinhentos reais [no Brasil] — "Um salariozinho desse aqui, vou largar isso aqui de mão". Aí, esse que é o problema do garimpeiro. [...] Chega [no garimpo], trabalha quatro, cinco meses, seis, nove meses, dez meses, e, às vezes não consegue nem pra comprar carta [recarga de crédito para celular], pra ligar pra família. Acontece muito isso aí.

Outro que foi influenciado pelo "mito" do ouro fácil foi Artur[492], 19 anos, garimpeiro, sem filhos, 1º ano do ensino médio, natural no Maranhão, que sempre via o tio, a tia e primos chegarem em sua cidade, vindos do Suriname, com muito dinheiro, e imaginava que ser garimpeiro era sinônimo de ganho rápido e fácil, que era "moleza" — por isso, em 2010 abandonou a escola (cursava o 2º ano do ensino médio) e saiu de sua cidade natal pela primeira vez: pegou um avião em Belém (a mãe pagou a passagem) e foi para o Suriname, onde o tio o aguardava com uma vaga no garimpo. Quando chegou, como muitos que começam a trabalhar em garimpo, não tinha a intenção de ficar muito tempo, mas decidira que só sairia dali para voltar para casa. Quando foi entrevistado estava no "mato" havia oito meses e sequer fora a Paramaribo, e seu retorno ao Brasil dependia de conseguir "ganhar muito ouro" — ainda não ganhara quase nada, mas tinha a esperança de que a sorte ia mudar, e o que realmente o incomodava era estar longe dos pais: "Não é o que eu esperava. Eu pensei que não era assim, mas... Mas não tô achando muito ruim, não, só é longe que a gente fica: longe da mãe da gente, longe da família da gente. Aí, sente saudade. [...]".

Como nem todos conseguem ganhar muito, a curta temporada planejada para ficar no garimpo pode se transformar em anos[493], para não voltar para casa sem o dinheiro almejado — ou, como eles diziam, "pior" do que quando saíram do Brasil:

---

492 Entrevistado em 2012 no Suriname; estava no país irregularmente.

493 Alguns garimpos do Suriname têm corrutelas com estrutura razoável, e nesses locais há pessoas que já se acomodaram ou se instalaram, não circulam como a maioria. Kaíque, 39 anos, ourives, dois filhos, 5ª série, entrevistado em 2012 no Suriname, por exemplo, depois de passar pela Guiana Francesa e circular pelo Suriname, casou com uma brasileira e os dois viviam já havia alguns anos em uma corrutela neste último país (os dois filhos do casal moravam com a irmã dela, em Paramaribo, para estudar). Kaíque, nasceu em Santarém (Pará), de onde saiu em 1997 para trabalhar em Oiapoque (Amapá). Em 1998, com 25 anos, migrou para a Guiana Francesa

> Maior problema é que, às vezes, a gente passa uma temporada, trabalha tanto e, às vezes, não consegue nada. Aí fica difícil, dá um desânimo, mas, na mesma hora, a pessoa tenta dizer: "Vou voltar pra casa". Às vezes a pessoa pensa, no mesmo tempo, volta de novo: "Mas eu saí de lá e não trouxe nada, aí vou chegar em casa pior do que quando eu saí". Aí, eu sei que esse problema é que o garimpeiro... ele passa muito tempo aqui por isso. [...] (Luan, 33 anos, garimpeiro, sem filhos, entrevistado em 2012 no Suriname)

Os mais antigos no garimpo no Suriname, a maioria deles com experiência em garimpos na região Amazônica brasileira, vieram varando pela Guiana Francesa ou pela Guiana, fugindo da fiscalização, passando dias e dias andando na Floresta e atravessando rios, vivendo precariamente e escondidos. Esses homens saíam floresta adentro em busca do ouro. Gabriel (58 anos, garimpeiro piupiuzeiro, um filho, entrevistado em 2011 no Suriname) comparou a permanência no garimpo ao vício por drogas — por isso, muitos dos que conseguem encontrar quantidade de ouro que daria para realizar os objetivos que os levaram a migrar, também vão ficando, ficando, pois gastam o que ganham no próprio país de acolhida, e então recomeçam a busca pelo ouro:

> A pessoa, quando tá na noia, ele, pra sair, é difícil. É igual garimpeiro. Garimpeiro, sabe por que ele anda no garimpo? É por causa que ele vai pra um ponto... Por exemplo, eu vou sair amanhã [para um garimpo], né, daqui dez dias, eu tô com vinte mil dólares no meu bolso [...]. Aí, aquilo: depois eu vou de novo. Aí, chega lá e não ganha mais nada. [...] Aí, digo: "Como? Mas acolá tem um garimpo, eu vou lá". É uma vez acerta e dez errada, tu tá entendendo? Aí, o clima de garimpo é esse aí: a pessoa só quer pegar muito dinheiro. Pega o ouro, sei lá, e no fim vai gastar.

A prosperidade de algum conhecido que esteve no garimpo é visível nos bens adquiridos no Brasil, e isso leva muitas pessoas para garimpos nas Guianas — e o mesmo ocorre com as mulheres: no discurso de algumas pessoas entrevistadas, as mulheres ganham muito dinheiro no garimpo, e entre as mais prósperas estão as trabalhadoras do sexo, o que acaba sendo determinante para a ida de outras: "Garimpo dá dinheiro. Tem mulher, aí, de programa, a maioria dessas mulheres de programa ajuda a família no Brasil. Tem casa boa, tem carro, tem tudo as *ploc*. Você vê a *ploc*, você não dá nada por ela; a mulher de programa, você vai lá no

varando pela floresta. Inicialmente, foi para Caiena. Como não conseguiu trabalho nessa cidade, foi para Saint Laurent du Maroni, onde também não conseguiu emprego, e de lá para o Suriname. Trabalhou como ourives em garimpo clandestino na Guiana Francesa, mas se estabeleceu nessa atividade em garimpo no Suriname (tinha todas as ferramentas necessárias para a confecção de joias). Na época da entrevista fazia quatorze anos que ele migrara, e nunca retornara ao Brasil. Tinha permanência no Suriname renovável a cada dois anos.

Brasil, é mulher rica: casa boa, carro, dinheiro, joia" (Natasha, 23 anos, manicure, sem filhos, entrevistada em 2012 na Guiana).

Assim como os homens, as mulheres circulam em diversos espaços, e, apesar dos relatos de sucesso em sua mobilidade, há situações de insucesso. Marcelo (37 anos, garimpeiro, um filho, entrevistado em 2012 no Suriname) comparou algumas mulheres a garimpeiros que trilham vários circuitos na expetativa de dias melhores, "rodadas", nem sempre tendo êxito:

> Tem umas que vão logo pra cidade: está com a pedra [ouro], vêm logo pra cidade. Mas tem mulher, também, que fica rodada no garimpo, que nem garimpeiro, andando aí com a boroca nas costas, pra cima e pra baixo. Às vezes, chega aí no cabaré pra trabalhar e não se dá certo lá, com a dona ou com o dono, ou aconteceu um problema, ou a dona ficou com ciúmes. Aí, ela já vai ter que pular pra outro cabaré, pra fazer [conseguir] pelo menos o da passagem pra ela varar [sair do garimpo onde está].

Lucas[494] (53 anos, garimpeiro, nove filhos, entrevistado em 2012 no Suriname), como muitos garimpeiros, foi para a Guiana Francesa com a intenção de conseguir dinheiro e voltar para casa; na época da entrevista fazia doze anos que estava no garimpo, e seis que não voltava ao Brasil. Em geral, tanto os homens como as mulheres costumavam dizer que, quando viajam ao Brasil, sentem falta da vida no garimpo e logo querem retornar, e Lucas foi um deles: "Hoje tô aqui, amanhã tô acolá, e assim o tempo vai passando, né. A gente acostuma. Quando a gente vai no Brasil, a gente passa um mês em casa, dois mês, aí volta de novo". Quanto à pergunta sobre a intenção de voltar em definitivo ao Brasil, respondiam que sim, logo que conseguissem um bom dinheiro. É um ciclo que se repete, é como se vivessem, sempre, de forma improvisada, na perspectiva de voltar:

> – E pretende voltar para o Brasil?
> – Com fé em Jesus! Em nome de Jesus, na hora que eu pegar um ouro, eu vou-me embora, dá um tempo em casa. [...] Eu não tenho mais idade pra estar mexendo em garimpo. Eu tô de teimoso, né, porque um homem de 53 anos, ele não é mais o mesmo homem de quando ele era novo, né, e aí... É trabalho muito pesado. (Lucas 53 anos, garimpeiro, nove filhos, entrevistado em 2012 no Suriname)

[494] Lucas nasceu no interior do Maranhão e estudou até a 8ª série. Iniciou a carreira de garimpeiro na década de 1980, no garimpo Cuiú-Cuiú, na região de Itaituba (Pará). Depois de oito anos, foi morar em Itaituba (na cidade), onde montou um comércio, no qual trabalhou doze anos. Em 2000, separou-se da esposa (que ficou com a guarda dos filhos) e decidiu passar um ano na Guiana Francesa trabalhando em garimpo: tinha 41 anos e entrou nela irregularmente. Morou dois anos no departamento francês, tempo em que trabalhou em garimpos dali (chegou a montar uma cantina num deles) e do Suriname. Nunca mandou dinheiro para os filhos (na época da entrevista, quatro deles já eram professores, dois ainda eram menores). Estava no Suriname irregularmente.

A mobilidade tem como principal objetivo a casa própria, poder montar um comércio e ter melhores condições de vida. Os homens reconheciam que trabalham em condições difíceis e precárias[495], que não é fácil conseguir a quantidade de ouro desejada, contudo a maioria deles era crítica em relação àqueles que, na busca pelo ouro, se envolvem em atos de violência e em crimes, e tinha consciência do estigma que o garimpeiro sofre:

> Muita gente pensa que o garimpo... Você vê o garimpeiro como um assassino. O garimpo não é isso, não, o garimpo tem muito pai de família, que vem pra trabalhar, pra conseguir uma melhora pra sua família, ou construir sua casa. Muitos vêm com esse espírito de construir sua casa. Agora, tem muitos que vêm pra se meter a usar droga, fazer bagaceira, matar os outros, roubar. Tem muitos que vêm com essa intenção. Agora, a maioria vem pra trabalhar, pra conseguir uma melhora pra família, pra ele mesmo. Eu, pelo menos, graças a Deus, construí, consegui comprar um terreno onde eu construí a minha casa, tudo ganhando dinheiro do garimpo. Construí minha casa, montamos nosso restaurante, e hoje eu venho com a intenção de comprar um carro. [...] E eu consegui ganhar uns dez mil reais em três meses. Se eu tivesse lá [no Brasil], eu tinha ganhado quanto? Uns quatro mil e quinhentos em três meses. Em compensação, aqui eu fiz, mais ou menos, uns dez a doze mil. Então, o garimpo tem essa vantagem, você tem como conseguir, às vezes, com mais facilidade. E isso é tudo. E não critiquem o garimpo, porque o garimpo é uma fonte de renda pra muito pai de família. (Tiago, 40 anos, garimpeiro, três filhos, entrevistado em 2011 no Suriname)

Os garimpeiros se impõem comportamentos que apresentam características e qualidades atribuídas social e culturalmente ao sexo masculino, que ganham conotações mais robustas por se tratarem de homens que trabalham na floresta e em condições adversas — e eles seguem normas sociais com ênfase em um tipo de masculinidade que agrega coragem, força, promiscuidade sexual, independência e autoimportância atribuída ao trabalho. No garimpo, por vezes eles já estão há dias ou meses trabalhando e ganhando quase nada, de modo que emoções e fraquezas são mais perceptíveis do que quando estão na cidade, com dinheiro, em sua casa ou hospedados em hotéis. No garimpo os interlocutores eram mais cautelosos ao falar da vida nesse espaço, mais emotivos, pareciam cansados, com saudade de casa, com menos esperança — mas sempre com vontade de trabalhar, de conseguir recursos para voltar ao Brasil. Também havia homens que, embora reconhecessem que trabalhavam muito, em condições adversas e com pouquíssima segurança, demonstravam sentimento de bem-estar, por ter trabalho e expectativas para o futuro.

[495] Por vezes há mortes nos garimpos, decorrentes de acidentes de trabalho, pois as condições de segurança são mínimas.

Os comportamentos de masculinidade cobrados socialmente dos garimpeiros restringem o extravasamento de emoções, mas, os que foram entrevistados, ao se reportarem à mãe se mostravam mais à vontade para expressar sentimentos em geral atribuídos ao comportamento feminino. Às vezes, os que vão tentar a sorte em garimpo nas Guianas, ficam esperando ganhar muito dinheiro para poder retornar, mas o tempo passa e muitos falam com a família apenas por telefone, e outros, nem isso e não se dão conta disso. Um dia chega a notícia de que a mãe morreu, e não dá para pensar em ir ao velório, pois entre sair do garimpo, chegar a Paramaribo ou Georgetown, comprar passagem e viajar ao Brasil, leva tempo, e, muitas vezes, nessa hora não há dinheiro nem para a canoa, como contou Luan (33 anos, garimpeiro, sem filhos, entrevistado em 2012 no Suriname):

> E, depois que eu vim pra cá, já perdi uma pessoa muito fundamental da minha vida, que foi minha mãe, que morreu e eu não pude ir. Já tem quatro meses que minha mãe faleceu. Não tem aquele baixinho que você veio junto com ele? A mãe dele também faleceu. Ele já tava aqui, e nunca foi [para o Brasil]. Só nessa área aqui já teve uns cinco que perdeu mãe, aí não pode ir. E, naquele momento, às vezes a pessoa não tem uma informação, não tem dinheiro pra viajar naquele momento, e nem [mesmo] quem pode sair, mas na hora de sair daqui é tempo que já passaram quatro, cinco dias pra chegar a casa; é tempo que já não vê mais nada mesmo.

Da mesma forma que alguns entrevistados lamentavam não ter encontrado a mãe novamente, que tivesse morrido[496] antes que pudessem dar a ela uma vida melhor, outros, que deixaram mulher[497] e filhos no Brasil, também nunca mais tiveram contato com eles. Luan (33 anos, garimpeiro, sem filhos, entrevistado em 2012 no Suriname) explicou que muitos

[496] Caio, 35 anos, garimpeiro, sem filhos, 6º série, entrevistado em 2012 no Suriname, por exemplo, durante doze anos falou com a mãe apenas por telefone, sempre prometendo que logo voltaria ao Brasil, mas ela morreu sem que se reencontrassem. Natural do Maranhão, em 2000, aos 23 anos, ele foi para o Suriname irregularmente, varando pela Guiana Francesa, seguindo a fofoca do ouro. Como boa parte dos que saíram para o garimpo, não conhecia o serviço nem ninguém (foi para lá "rodado"). Continuava no garimpo na esperança de encontrar uma grande quantidade de ouro e então voltar para casa — desde que migrara, nunca tinha voltado ao Brasil. Quando foi entrevistado, fazia quatro meses que a mãe falecera, e ele se sentia mal por não a ter encontrado antes de morrer — ficou esperando ganhar muito dinheiro para visitá-la, o tempo passou e isso não aconteceu. Caio tinha permanência no Suriname renovável a cada dois anos.

[497] Embora os homens, em sua maioria, tenham viajado sozinhos, alguns foram com as esposas, que se instalavam na cidade ou trabalhavam com eles no garimpo. Esse é o caso de Camila, 27 anos, marreteira, sem filhos, ensino médio completo, entrevistada em 2011 no Suriname. Nascida em Boa Vista (Roraima), antes de migrar para o Suriname ela e o marido trabalharam em garimpos da Guiana, da Venezuela e, por último, na Colômbia. Neste país eram donos de máquina de extração de ouro num garimpo clandestino, que foi fechado — com isso, perderam tudo que tinham e decidiram migrar para o Suriname, onde chegaram em 2009, como turistas, ela com 25 anos. O casal tinha residência na margem surinamesa do rio *Marowjine*, mas vivia entre o Suriname e a Guiana Francesa, pois os dois vendiam alimentos em garimpos clandestinos no departamento francês — mas Camila ficava mais tempo cuidando da casa do que trabalhando junto com o marido, porque as áreas de garimpo que ele visitava eram de difícil acesso. Seu sonho era ganhar bastante dinheiro e retornar para Boa Vista. Estava no Suriname como turista.

garimpeiros gastam o pouco que ganham, não enviam dinheiro para a família e podem chegar ao ponto de depender da solidariedade dos amigos para voltar ao Brasil ou para fazer um tratamento de saúde:

> Uma pessoa que tem família no Brasil por exemplo, vem trabalhar pra cá [...]. Aí, ele pega e não se liga naquele negócio de pegar e dizer: "Ah, eu tenho minha família no Brasil, tenho meus filhos". Aí, às vezes a pessoa tem filho e não se interessa de mandar um dinheiro pra família, pros filhos, e, aí, pega, corre só pra currutela, e fica só gastando direto. É isso que faz o homem ficar mais tempo no garimpo. Às vezes ele pega [uma boa quantidade de ouro], mas bota fora porque ele se influi com aquele fuzuê de tá bebendo, a mulherada também ali. Com aquilo o cara vai passando o tempo. Aí, o cara vai passando o tempo, quando pensar tá caduco e não ajuntou nada. Às vezes adoece aí, aí é preciso os outros fazerem vaquinha. E a vaquinha, um dá uma grama, o outra dá outra, pra poder ajudar [...] ou pra tirar pra casa ou pro hospital [...], porque já aconteceu muito isso aqui. Isso aí eu já ajudei muito.

Entrevistados que conheciam bem o garimpo tinham mais senso de humor, fossem homens jovens ou de cabelos brancos (estes últimos, havia muito tempo que circulavam entre a Guiana Francesa e o Suriname, em busca de ouro). Os bem-humorados contavam suas aventuras no meio da floresta de maneira descontraída, e muitas vezes riam de si mesmos — e os temas evocados se relacionavam às inúmeras fugas, através da floresta ou da água, da Gendarmerie.

Os garimpeiros que iam a Paramaribo, em grande parte eram os que tinham encontrado ouro: estavam felizes em poder consumir uma refeição que lembrava a terra natal em um restaurante de comida brasileira, comprar roupas novas, encomendar uma joia[498], divertir-se, enviar dinheiro para a família ou mesmo pegar um avião para visitá-la no Brasil. Quem faz o percurso do "mato" para a "rua", em geral está levando ouro; se está doente ou morto, também tem ouro consigo, seja para fazer o tratamento (nesse caso, muitas vezes o ouro é fruto de doações dos colegas de trabalho), seja para o translado do corpo para o Brasil. Se não há recurso

[498] Nas Guianas os brasileiros (homens e mulheres) encomendam joias nas corrutelas dos garimpos, em Paramaribo ou Georgetown. Esta possibilidade de trabalho atrai pessoas como Vladimir, 44 anos, ourives, dois filhos, 8ª série, entrevistado em 2011 no Suriname, que nasceu no Piauí mas cresceu na região de garimpo de Itaituba (Pará), onde começou a trabalhar na fabricação de joias; depois, morou no estado do Amazonas, onde também era ourives. Como já tinha um cunhado que trabalhava em garimpo no Suriname, em 1998, aos 31 anos, foi para Paramaribo com a família (pegaram avião em Belém). Depois de algum tempo em Paramaribo, o casal se separou e ela retornou ao Brasil com os dois filhos. Quando foi entrevistado, Vladimir continuava fabricando joias, encomendadas por brasileiros. Disse que o ouro estava escasso e que não tinha tanto trabalho como antes, mas ainda preferia trabalhar em Paramaribo, porque nessa cidade era mais fácil ganhar dinheiro e não havia violência como no Brasil. Tinha permanência no Suriname renovável a cada dois anos.

para o translado, que é muito caro, faz-se o enterro na floresta mesmo, debaixo da copa de uma árvore:

> Tem muito menino enterrado aí, nesses garimpos, jogados aí pras cobras, ninguém nem sabe [...]. Porque é caro também, tem gente que não tem condições: morre um aí, eles querem sete quilos de ouro pra levar o defunto pro Brasil. Aí, é só pra quem tem máquina, dono de máquina, ou se a família tiver condições, lá no Brasil, pra mandar buscar. (Marcelo, 37 anos, garimpeiro, um filho, entrevistado em 2012 no Suriname).

7.1 Nos garimpos da Guiana Francesa: "todos precisam andar armados"

A vida na floresta não é fácil, e, quando o assunto eram os garimpos da Guiana Francesa[499], os brasileiros eram unânimes em afirmar que lá os perigos são muitos, porque além de situados em locais de difícil acesso, são clandestinos. Há grande número de assaltos, praticados por grupos formados por brasileiros ou por brasileiros e *Noirs Marrons* juntos, pois a presença do Estado nessas áreas se restringe à fiscalização itinerante, para a localização de garimpos clandestinos[500]. Assim, neles, as armas de fogo são comuns ("todos precisam andar armados") e as pessoas desconfiam de tudo — e quem consegue ouro sai deles escondido, pelo medo de sofrer emboscada:

> Pessoal tá se matando na Guiana Francesa, tudo se matando. Porque o *gendarme* [...] já disseram: "Gente, não pode; não pode" — mas o garimpeiro não sabe sair, não sabe sair do trabalho, ele se arrisca a andar. Lá tá de um jeito que tu não caminha mais pela picada, que lá não é estrada [...]. Por exemplo: se tu vais... se tu tá trabalhando e você vai sair, vai embora, você não pode falar pro seu amigo que tá indo, você não pode estar falando no outro acampamento, pra ninguém; anoitece, quando é de manhã, você não tá mais [foi embora escondido]. E você deixa tudo: você deixa rede, você deixa tudo, pro pessoal pensar que você tá ali. E você vai andando; você não vai andando pela picada, você vai andando pela mata, e você tem que tentar sair lá onde você pensou que vai sair, pras pessoas não tomarem as coisas tua na estrada. Gangues misturadas, muitas vezes os cabeça é brasileiro. Todo mundo lá usa arma. (Gabriel, 58 anos, garimpeiro piupiuzeiro, dois filhos, entrevistado em 2011 no Suriname)

[499] Normalmente são os brasileiros que se arriscam nessa região, os *Noirs Marrons* fazem apenas o trabalho de transportar pessoas e mercadorias em canoas.
[500] Alguns garimpeiros afirmaram que a fiscalização da Gendarmerie ocorre sobretudo perto das áreas onde estão instaladas as empresas autorizadas pelo Estado a fazer a exploração mineral.

> Sempre tem uns que querem ser bravos, né, mas essas brabezas, lá não ficam. É mais pra banda do Benzdorp: Dorleen, Sophia, Montanha Pelada. Porque lá tudo é um poço, lá é área de garimpo grande, de firma grande, e aonde corre muito ouro, que é aonde corre muita droga, aonde corre muita morte. [...] E muita arma: arma entra vinte e quatro horas direto. [...] Lá entra todo tipo que você pensar de arma, droga, lá entra. [...]. Até as mulheres que trabalham nesse lugar anda armada. [...] Nessa área, que é o Dorleen e Sophia. [...] Lá tem é gangue. É gangue! É a gangue Ciclana, é gangue Fulana, e, aí, se ajunta um contra o outro, um se mata contra o outro; um que mata a mulher; outro, mata tudo, por causa de um poço de ouro. [...]
> – Mas a gangue do Felipe já se acabou, a do Manoelzinho se acabou...
> – Não todos. Nunca se acaba, porque dos tempos que andam nisso... (Cláudia, 32 anos, dona de cabaré/cantina e de máquina no garimpo, duas filhas, entrevistada em 2012 no Suriname)

> – Já trabalhei muito na França [Guiana Francesa], mas prometi pra mim mesma que França nunca mais. Pode dar meio mundo de ouro, eu não quero mais, porque eu já perdi muito amigo, muita amiga. [...]. Já veio amiga minha aqui, amigo meu aqui: "Eu não fico num lugar desses, que é muito devagar pra você ganhar um troco" — foi pra França e morreu. Amiga minha que, quando eu entrei no garimpo, há vinte anos, a gente se conheceu, batalhamos junto, hoje em dia não existe mais. [...]. No tempo que eu ia na França não tinha tanto problema que nem hoje em dia, era tudo mais fácil. Aí, eu já acho difícil, eu não vou. Prometi pra mim mesmo que não quero mais. [...] Aquele lá é um lugar agoniado pra pessoa trabalhar, sabe? A gente vai porque tá procurando um meio de viver, mas não é fácil, não. Difícil. [...] Tem uns que vai pra trabalhar, pra ter uma vida lá fora, criar seus filhos, suas famílias. Tem uns que vai pra bagunçar — por isso que as coisas não dão certo. É porque, como se diz, por causa de um todos paga, né. Na França nós somos clandestinos. Vai fazer o quê? (Regina, 53 anos, gerente de cabaré e promotora de eventos, sem filhos, entrevistada em 2012 no Suriname)[501]

Os interlocutores entrevistados no Suriname afirmavam que, lá, apesar de algumas pessoas andarem armadas, poucos crimes envolvem armas de fogo, e o mesmo diziam os entrevistados na Guiana em relação a ela, com exceção das áreas de garimpo próximas às fronteiras com o Brasil e a Venezuela: "Aqui [Guiana] tá muito bom ainda, [...] ninguém usa arma ainda. Mas tem uma região aqui que também já tão usando. É mais próxima do Brasil, fronteiras já com Brasil e Venezuela. Mas não vieram pra cá. Graças a Deus, [aqui] ninguém usa" (Mário, 46 anos, garimpeiro, dois filhos, entrevistado em 2012 na Guiana).

[501] Além do perigo de morte pelo alto número de armas de fogo mencionado pelos homens e mulheres entrevistados que circulavam em áreas de garimpo da Guiana Francesa, nesse território acontecem acidentes com o transporte em canoa nas áreas de difícil navegação, que podem resultar em mortes, uma vez que muitas pessoas não sabem nadar: "É mulher pra cima e pra baixo; é mulher de lá pra cá; é mulher morre afogada em canoa; mulher escapa. [...] Tem muita cachoeira, vai aventurar, aí a canoa volta na cachoeira e morre tudo. [...] Tem muita mulher que a mãe pensa que tá aqui, tá é morta. Tá esperando ela em casa, não aparece. Elas mesmas enterram pra lá, esses do garimpo mesmo, matam pra lá e enterram" (Gabriel, 58 anos, garimpeiro piupiuzeiro, dois filhos, entrevistado em 2011 no Suriname).

No Suriname os *Noirs Marrons* andam armados e impõem a ordem no garimpo, fazendo o papel de polícia local, e quando pessoas são assassinadas, em geral é por causa de assaltos no caminho para Paramaribo — assaltos que, segundo os interlocutores, são realizados, em sua maioria, por grupos formados por brasileiros e *Noirs Marrons*: "Muitas vezes, a maioria desses assaltos aí, é brasileiro misturado com preto; aí, não tem negócio que é Fulano ou Cicrano, não" (Tiago, 40 anos, garimpeiro, três filhos, entrevistado em 2011 no Suriname). Mas os nacionais, ainda de acordo com entrevistados, também costumam roubar ou assaltar nas estradas em direção a Paramaribo, por isso também é preciso cautela ao sair do garimpo em direção à cidade:

> Eu, quando venho [a Paramaribo], faço assim... Eu tô com um pouco de ouro — ou pouco ou muito —, eu sempre fico um pouco com medo, porque a gente não sabe. Não sabe. Eu fico, sim, com medo, que acontece muito assalto ali mesmo, nessas estradas. O cara, é bom ficar catita [atento] mesmo, entendeu?, porque tem lugares perigosos. [...] Tudo assalta: preto, brasileiro, todo bicho, todo mundo rouba aí. (Marcelo, 37 anos, um filho, garimpeiro, entrevistado em 2012, no Suriname)

Um dos riscos nas terras francesas é ser descoberto pelos *gendarmes*: os garimpeiros perdem tudo[502], pois seus pertences de uso pessoal e as mercadorias são confiscados ou queimados, inclusive documentos[503]:

---

[502] Por essa razão Renan, 30 anos, motoqueiro, dois filhos, 1º ano do ensino médio, entrevistado em 2012 no Suriname, não trabalha mais na Guiana Francesa. Natural do Maranhão, Renan saiu desse estado para trabalhar em Macapá (Amapá), e, ao chegar nessa cidade, um tio lhe falou que pretendia retornar à Guiana Francesa, para trabalhar no garimpo, pois lá se ganhava dinheiro. Ele decidiu acompanhar o tio e, em 2001, aos 19 anos, entrou no departamento francês clandestinamente, onde ficou quatro anos. Por achar muito difícil trabalhar ali (perdera pertences e ouro várias vezes, em operações da Gendarmerie), foi para o Suriname. Considerava que nesse país havia menos risco de a pessoa perder o que conquista: "A gente trabalha na França [Guiana Francesa] e chega uma hora perde tudo, tudo que ganha; às vezes, a polícia chega e quebra, e eu vivia dessa forma: ganhando, a polícia quebrando. Aí, decidi ir pro Suriname, que é um lugar que a gente constrói e não é destruído, pelo menos por polícia. Só se for pela gente mesmo, não é não?". Renan trabalhou muito tempo como garimpeiro e como dono de cantina; no momento da entrevista atuava no transporte de pessoas e mercadorias em uma moto 4x4. Tinha dois filhos estudando no Suriname, que moravam com a mãe (sua ex-companheira, uma brasileira), em Paramaribo. Não mandava dinheiro para os filhos, e, depois que viajou, retornou ao Brasil só nos dois primeiros anos. Tinha permanência no Suriname renovável a cada dois anos.

[503] A queima de documentos de garimpeiros pelos *gendarmes* também consta no relatório do Consulado Itinerante brasileiro referente ao atendimento a brasileiros realizado em Benzdorp, no Suriname, no período de 27 de fevereiro a 1º de março de 2012: "Durante o atendimento do Consulado Itinerante, diversas pessoas solicitaram a emissão de novo passaporte pelo fato de o anterior ter sido destruído pelas autoridades deste departamento ultramarinho [Guiana Francesa]. Segundo as queixas, os policiais subordinados a Caiena chegam aos acampamentos dos brasileiros de surpresa. Temerosos, os nacionais escondem-se no meio da selva enquanto todos seus bens são queimados. Roupas, mantimentos, documentos, equipamentos e máquinas são completamente destruídos pelo fogo ou por produtos químicos desconhecidos pelos garimpeiros" (MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES. Departamento Consular e de Brasileiros no Exterior-DCB. Divisão das Comunidades Brasileiras no Exterior-DBR. *Consulado Itinerante em Benzdorp - Suriname.* Março de 2012 [p.10]). Inclusive, a queima de documentos pelos *gendarmes* faz com que muitos garimpeiros não andem com o passaporte em áreas de garimpo da Guiana Francesa: "Mas, geralmente, eu só fazia correr. Eles chegavam, queimava, aí, quando eles iam embora, a gente voltava de novo. [...] Meus documentos, nunca levei pra lá, não.

Documento, eles pegam e queimam tudo! [Fica] sem roupa, sem nada! Só com a roupa do corpo. [...] Lá, eles estão sendo igual um bicho do mato: chegou, queimou, não estão nem aí. Pra eles, nós somos ladrões, nós não somos trabalhador. Eu sei que existe brasileiro que vem só pra fazer arruaça, mas tem outros que vêm só para trabalhar, pra sobreviver, mas eles não… pega criança, manda embora. Porque tem mães que não têm condições de manter [a criança] na "rua", leva pro "mato", controla, e se esconde no mato. Queima tudo, não tá nem aí hoje em dia. (Cláudia, 32 anos, dona de cabaré/cantina e de máquina no garimpo, duas filhas, entrevistada em 2012 no Suriname)

– Eu demoro um mês, dois meses [para ir a Paramaribo], tem vez que eu passo até quatro mês [no garimpo]. Trabalho pro lado da França [Guiana Francesa], volto.

– Ah, o senhor trabalha pro lado da França?

– Trabalho também. Esse pessoal daqui trabalha tudo do lado da França também. Fico atravessando, sabe, de lá pra cá, daqui pra lá.

– E já correu quantas vezes, de *gendarmes*?

– Corri muitas vezes, [...] já corri muitas vezes. Já fui expulso em 91, pela França. Nesse tempo eu morava no Oiapoque [cidade]. Aí, me pegaram de frente da canoa, lá em Caiena. Pegaram, éramos dezoito, pegou nós tudinho. Botou nós lá no Oiapoque mesmo, e no outro dia nós voltamos de novo. Negócio de ser preso, eu nunca fui preso, nem no Brasil, nem aqui, nem em lugar nenhum. Polícia nunca teve trabalho comigo, tu acredita? Eu nunca fui preso um dia. Em delegacia eu vou pra visitar algum amigo meu. Sempre levei sorte, nunca briguei com ninguém, todo mundo é meu amigo.

– Mas na Guiana Francesa o senhor corria de *gendarmes*?

– Lá todo mundo corre. Se não correr, pegam, tomam teu ouro. Tu tá com o teu ouro... [...] Quando vem de helicóptero, aí a gente escuta o barulho do helicóptero, e todo mundo pega as lonas e esconde tudo, panela esconde, pega motor e esconde, quando chegam tá só a tapera velha. É rápido, rápido, rápido. [...] Aí, todo mundo se esconde. Vem a operação de uma hora, duas horas e vão embora. O que eles acharem, eles quebram, o que não achar... (Gabriel, 58 anos, garimpeiro piupiuzeiro, dois filhos, entrevistado em 2011 no Suriname)

Eu escolhi o Suriname porque eu via muita gente vindo pra cá. Primeiramente, pra Guiana Francesa: quando eu vim, em 2003, a fofoca maior era na Guiana [Francesa], ainda tinha fofoca na Guiana [Francesa]. Agora, eu não gostei da Guiana [Francesa], por causa da correria, e eu não consegui fazer um documento. [Vivia] Correndo dos *gendarme*, da polícia, não trabalhava direito. [Por isso] Foi que eu atravessei pro Suriname. Eu achei que o Suriname é mais calmo sobre isso aí, a gente trabalha melhor, sabe? Mais calmo. Não trabalhei mais lá, não. [...] Depois que eu saí de lá não pretendi mais voltar pra lá. Porque não trabalhava e nem ganhava dinheiro, trabalhava só à toa. Quando estava trabalhando, era só carregando motor pra cima e pra baixo, correndo da polícia. (Vinícius, 45 anos, garimpeiro, sem filhos, entrevistado em 2011 no Suriname)

[...] Documento deixo na 'rua'" (Pablo, tem 32 anos, garimpeiro, dois filhos, entrevistado em 2012 no Suriname) — Pablo é apresentado na nota 517.

Nas narrativas de homens e mulheres entrevistados, é mais tranquilo trabalhar em garimpo no Suriname e na Guiana[504], porque nesses países, além de não haver tantas armas de fogo, não há o rigor que existe na Guiana Francesa quanto ao visto e à atuação em áreas de mineração não autorizadas pelo Estado.

Homens e mulheres entrevistados que já haviam sido surpreendidos pela fiscalização dos *gendarmes* na Guiana Francesa disseram, em sua maioria, que o tratamento que receberam da polícia foi diferente comparativamente a experiências que tiveram (ou presenciaram) com a polícia no Brasil, em garimpos ilegais ou em bairros periféricos em cidades brasileiras. Mesmo perdendo pertences e documentos, enfatizavam a abordagem sem uso de força e violência, e alguns ressaltaram trabalhos de assistência por parte da Gendarmerie:

> É a polícia melhor que existe em cima da terra, a polícia francesa. A polícia francesa, ela não maltratava, ela não batia. Se, por acaso, a pessoa tivesse doente, se fosse caso de doença mesmo, dada por Deus, eles davam ajuda, davam força pra pessoa, remédio. Se, por acaso, fosse caso grave, podia ligar, [de] qualquer lugar podia ligar pra França [Guiana Francesa], que a Saúde vinha com avião, pegava, levava. A pessoa podia estar baleada, podia estar cortada, furada, doente, qualquer tipo de doença, se precisasse de um socorro a França tava próxima pra apoiar nesse ponto. Hoje o pessoal já comenta que tá ruim, mas é por causa de muito brasileiro sujo [...], que não quer nada com a vida e só vem pro país pra destruir a lei, destruir a própria vida dele, a própria vida de quem quer trabalhar, quem quer alguma coisa com a vida. É um pessoal que não quer nada com a vida, ele não tá nem aí por ele nem por responsabilidade dos outros. (Luísa, 52 anos, trabalhadora do sexo, seis filhos, entrevistada em 2011 no Suriname)

> Não corre atrás de você muito, não. Quer dizer que, mulher, mulher ele corre um pouquinho, pega ela e leva. Eles gostam de mulher demais, não judia das mulheres, não. Pegou os homens, também não judia do homem, não. Principalmente mulher gestante, se eles pegar, o pior cuidado com a mulher, vai pra Caiena, ave Maria!, vai tomar soro, vai de avião — e os peões podem ir de canoa. A mulher vai de avião. (Gabriel, 58 anos, garimpeiro piupiuzeiro, dois filhos, entrevistado em 2011 no Suriname)

[504] Entre os interlocutores (homens e mulheres) desta pesquisa que tinham trabalhado em garimpos ilegais na Guiana Francesa e saíram dali em razão do rigor e da violência da fiscalização da Gendarmerie, a maioria foi para o Suriname, mas alguns preferiram ir para a Guiana, caso de Cecília, 37 anos, cozinheira em draga de balsa, cinco filhos, 8ª série, entrevistada em 2012 na Guiana, que migrou para o departamento francês, voltou ao Brasil e, ao migrar novamente, preferiu ir para lá. Cecília nasceu no estado de Goiás, mas imigrou para Itaituba (Pará), cidade na qual morou vinte anos, e posteriormente foi para Macapá (Amapá), onde trabalhava como vigilante em um hospital. Em 2011, quando estava com 36 anos, pegou um avião nessa cidade e foi para Boa Vista, de onde atravessou, de carro, a fronteira com a Guiana. Entrou nesse país regularmente, em busca de um salário melhor: no Brasil ganhava novecentos reais como vigilante, e, na Guiana, como cozinheira em draga de balsa, passou a ganhar 70 gramas de ouro (em torno de três mil e oitocentos reais e quatro mil reais por mês). Quando viajou deixou cinco filhos morando juntos no Brasil: de 3, 4, 9, 20 e 21anos (a de 21, enfermeira em Macapá, ficou responsável pelos demais), e lhes mandava dinheiro todo mês. Quando esteve nos garimpos clandestinos da Guiana Francesa, conseguiu dinheiro para construir uma casa em Macapá, e, com o que já ganhara na Guiana, havia comprado um imóvel, onde pretendia montar uma loja, para poder parar de trabalhar em garimpo. Quando foi entrevistada estava nesse país como turista, mas, como dera entrada no visto de trabalho, considerava-se legalizada.

Mesmo Lucas (53 anos, garimpeiro, nove filhos, entrevistado em 2012 no Suriname), que preferia trabalhar em garimpo no Suriname por causa do rigor da fiscalização da Gendarmerie, elogiou a sua forma de atuar e o trabalho de assistência que prestava aos garimpeiros. Na entrevista, contou a experiência que teve com ela uma das vezes que foi para a Guiana Francesa, e a que teve o "velho" Abelardo em uma fiscalização realizada no garimpo do Siquini, quando ambos trabalhavam nele; o "velho", que tinha problemas de visão (e por isso sempre precisava da ajuda dos outros para fugir), foi apreendido, isso resultou em benefícios para ele:

> Primeira vez que eu vim, eu vim pelo Oiapoque [cidade]; de lá eu fui pro [garimpo do] Siquini. Mas o que me assustou foi que a polícia da França [Guiana Francesa] é diferente da polícia do Brasil. Uma polícia educada, uma polícia muito controlada. É uma polícia que prende o garimpeiro e fica preocupado com a saúde dele, com a fome dele, com a sede. É diferente, sabe? Uma polícia muito especial. Ele só bate se o garimpeiro reagir, se o garimpeiro não reagir ele não mexe com o cara, deixa ele em paz. E, aí, depois eles liberam de novo. Quando eles acham alguma coisa, eles olham na cara do garimpeiro e vê como ele é; aí, se ele for um cara que esteja muito agoniado na presença deles, eles deportam pro Brasil; quando eles acham que tem algo errado na vida dele e no passado dele, aí eles não liberam, não. País de Primeiro Mundo, e a polícia de lá é muito diferente do Brasil, diferente daqui. [...] O [garimpeiro] Pará tava discutindo um negócio de uma terra lá, mais o Mariano. Aí, quando o *gendarme* sobrevoou por cima, né, em dois helicópteros... Aí, o velho [Abelardo] tinha problema na vista... Quando os avião sobrevoava — ele tinha uma farmácia grande, e tinha um giricano grande assim, de botar o remédio dentro —, quando os helicópteros sobrevoaram por cima, eles [Pará e Mariano] começaram a... aperrearam o velho, né, aperrearam o velho: "Seu Abelardo, lá vem à polícia!". Ele disse: "Me dá meus óculos". Aí, botaram os óculos na cara dele. Aí, começaram a botar remédio, botando remédio, botando remédio [no giricano], e correram e levaram [o giricano e] o velho pro mato, né. Levaram o velho pro mato e fizeram um barracão grande no mato. O velho tinha dinheiro, o velho Abelardo. [...] O velho Abelardo, que vendia boi lá na Sophia. Pois é, rapaz, o que é certo é que, quando já com cinco dias que eles estavam no mato, a polícia andava no mato, e acharam o esconderijo do velho. Aí, os caras começaram a gritar: "Seu Abelardo, lá vem a polícia!". Ele disse: "Me dá meus óculos". Aí, botaram os óculos na cara do velho e saíram, correram. E o cipó tirou os óculos da cara do velho, e o velho saiu barbatando dentro da mata, e o *gendarmerie* chegou e abraçou o velho, né, abraçou o velho, aí ele disse: "Os homens tão perto?". Aí, o *gendarme* falou. Quando o *gendarme* falou "*Bonjour* brasiliense", aí, pegaram ele e levaram pra Caiena. Ele passou seis meses em tratamento lá, e ficou bonzinho da vista. Não usou mais óculos. Foi um santo remédio pro velho. Ficou bonzinho da vista. [...] Depois eu achei ele na Sophia com uns anos depois, ele vendendo boi lá.

Apesar dos elogios à maneira como eram abordados pela Gendarmerie, há relatos de que nos últimos anos, com o aumento da fiscalização, a abordagem aos clandestinos nem sempre é tranquila, e alguns homens e mulheres acusaram os *gendarmes* de se apropriarem de objetos de valor, em vez de confiscá-los para o Estado ou queimá-los:

> Mandavam só embora. E hoje eles tão muito agressivo com nós brasileiro aqui. Como eles batem, como eles maltratam, como eles humilham, entendeu? Hoje, assim que tá a convivência aqui do lado da França [Guiana Francesa]. E, pra eles, nós que não presta. Porque, antigamente, eles chegavam: *"Bonjour! Ça va?" "Oui."* Chegava falando bem, tratando bem. Hoje não, eles já chegam batendo, dando porrada com o revólver, mandando deitar no chão, e se tiver com joia, eles tomam, se tiver com ouro, eles tomam, e você fica sem nada. [...] hoje, eles andam botando rancho [alimentos] tudo na bolsa, pra levar. Antes, eles queimavam tudo, mas agora eles andam é pegando e levando. [...] E humilhado; eles humilham a gente demais: que brasileiro tá aqui roubando, que brasileiro tá aqui fazendo muita coisa ruim, que brasileiro tá trazendo muita droga — tudo nós não presta pra eles. [...] Eles deram pra entrar de noite, que eles têm um binóculo que vê longe. Eles tão muito espertos hoje em dia. Evoluiu muita coisa. Às vezes, a gente fica parada: "Poxa, a fulana apanhou". Que nem, eles bateram num cara agora, lá dentro, só porque o homem falou, eles deram com a coisa do revólver aqui [na cabeça], que fez um buraco nisso aqui. [...] E brasileiro tem medo de reclamar. (Cláudia, 32 anos, dona de cabaré/cantina e de máquina no garimpo, duas filhas, entrevistada em 2012 no Suriname)

Yasmim (34 anos, cozinheira de restaurante, duas filhas, entrevistada em 2011 no Suriname) contou que, na última vez que esteve no garimpo na Guiana Francesa, foi apreendida em uma operação de fiscalização e posteriormente liberada: teve parte de sua mercadoria (roupas que estava vendendo) queimada e parte "apreendida", além de ficar um tempo amarrada e ter que cozinhar para os *gendarmes* durante o período em que eles estiveram no local:

> – Há pouco tempo que eu deixei de estar em cabaré, porque eu consegui... Assim, eu peguei roupa onde a minha irmã trabalha — é numa outra loja, ali no Pérola —, aí eu comecei a vender, e comecei a ganhar um pouquinho de dinheiro, só que a polícia me pegou e queimou toda a mercadoria que eu tinha levado.
> – Mas tu estavas no garimpo ilegal?
> – Sim, no garimpo da França [Giana Francesa], no Cacau. [...] Polícia me prendeu, me amarrou.
> – Ficou quanto tempo presa?
> – Não, só amarrada; eles amarraram. Me pegaram mais ou menos umas seis horas da manhã. [...] Eles esperaram o bingo [acabar], porque eles queriam o ouro do bingo. Quando foi quinze minutos pra seis, eles entraram. [...] Eles entraram, estavam tudo escondido no mato, camuflado [os *gendarmes*]; aí, eles entraram correndo, com arma apontada, pegando... Só policial: eram mais ou menos nove policiais. Tinham muito [garimpeiro], muitos conseguiram

correr, fugir, mas quem eles [*gendarmes*] pegavam, eles batiam, e jogando *spray* de pimenta! E, nisso que a mulher [dona do cabaré] conseguiu correr, só que eu não consegui correr, eles me pegaram logo por trás. [...] Eu estava dormindo só de blusa e calcinha, e eles não deixaram pegar nem sequer um short. [...] Pouca roupa. Tinha uma lá que estava só de *baby doll*.

– Você estava no barraco?

– Sim, porque teve uma festa. Só que esperaram a festa acabar. Eu já tinha ido dormir, e, quando eles chegaram correndo, todo mundo dormindo, eu acordei atordoadinha; me pegaram, mandaram eu sentar no chão, me amarraram. Das seis horas da manhã até umas três horas da tarde amarrada, sem comer. [...] Uma fileira de mulher. [...]. Aí, nós pedimos comida, que a gente tava com fome; eles disseram que não, que eles ainda não tinham comido, por que a gente já ia comer?

– Falavam em português com vocês?

– Sim, tinha um que falava português bem — ele era brasileiro. Disseram que não, que a gente não ia comer. Aí, depois eu vi eles queimando minhas coisas, tudo. O que era meu e o que não era meu. [...] Aí, amarraram a gente umas seis horas da manhã e foram soltar a gente, pra gente poder comer alguma coisa, três horas da tarde.

– Eles deram comida pra vocês?

– Eles deram comida. Porque nós duas, eles mandaram duas ir cozinhar pra eles. [...] Comida e bebida, tudo. Eles deixaram só uma cantina sem queimar: foi a cantina onde eles ficaram, a cantina onde teve o bingo. E, lá, era pra cozinhar pra eles, fazer tudo pra eles. Mas só que, lá, pra pegar uma coisa tinha que pedir permissão pra eles. Aí, quando eles já estavam com mais ou menos oito dias lá dentro, eles tacaram fogo e foram embora.

– Eles ficaram oito dias lá dentro?

– Foi.

– E vocês ficaram amarradas?

– Nesse tempo ele deixou algumas pessoas amarradas. Depois amarrava nos pés, depois amarrava só as mãos; aí, depois eles deixaram amarrada só nos pés e soltaram as mãos.

– Isso vocês sentados lá, no chão?

– Mas eu e uma outra eles tinham liberado, que era pra nós duas fazer comida pra eles. Porque eles não gostam de sujeira, eles gostam de tudo limpinho, então nós ficamos pra ser as empregadas deles. Quando deu umas seis horas da tarde, eles liberaram a gente: "Vocês podem ir".

– Vocês ficaram parte do dia fazendo comida e eles mandaram vocês embora?

– Aí, fizemos a janta deles, mas eles não deram comida pra nós na janta; fizemos só pra eles. Aí, a gente, que tava fazendo comida, a gente fazia e escondia um pouco: quando ia lavar louça, já levava um pouco dentro da vasilha. Depois, teve um que deu um pacote de bolacha, deu aquelas latinhas de água com gás — uma latinha pra mais ou menos umas oito mulheres, pra gente se dividir tudinho. [...].

– Eles liberaram só vocês duas?

– Liberou nós duas, e as outras ficaram amarradas. Ele disse que era pra gente voltar, e disse assim: "Vocês podem ir, mas amanhã é pra vocês estar de volta".

– Como assim, irem para onde?

– Pois é, não tinha pra onde ir, e eles sabiam que a gente tinha que ficar por ali mesmo, porque não tinha pra onde a gente varar. Os barracos todinhos, até os próximos, estavam queimados, eles tinham queimado tudo. [...] Ele disse: "Olha, amanhã é pra vocês vir. Vocês vêm, se não vier a gente vai buscar". Eu disse: "Tá bom". [...] Aí, a menina disse assim: "É, a gente vai ter que ficar aqui". Só que era muito homem, e a gente não podia ficar perto deles. Então,

só os quartos das mulheres eles deixou assim, o resto, amontoou tudinho — colchão, roupa —, tudo só um monte, pra queimar. Só que não queimou na hora, só queimaram quando eles tavam pra ir embora, e deixou um colchão lá no relento [ao ar livre], pra gente se deitar — e, se chovesse, a gente ia ficar tudo embaixo de chuva, porque os plásticos eles tiraram tudo. Aí, nisso, umas seis horas da tarde aprontamos a janta, eles tomaram o banho deles, aí começaram a beber, depois foram comer.

– Bebiam cerveja?

– Tudo. Eles pegaram as bolsas e encheram de muito whisky, pra eles levarem. E a mulher tinha chego da rua com muita mercadoria, e eles viram quando elas chegaram da rua com mercadoria. [...] Aí, ele pegou e falou pra menina que ele ia pagar o dia que nós tava cozinhando, só que isso, ele tava fazendo isso que era pra gente ir nos barracos, pra saber qual era os outros barracos que tinha próximo — porque eles sabiam que, liberando a gente, a gente ia ter que dormir, ia dormir em algum lugar. [...] Aí foi que nós deixamos eles ir comer, e nós saímos por um outro matagal; foi dentro do mato, não saiu pelo caminho, não saímos mais pra dentro do caminho, atravessamos o rio nadando. Eu fui pro barraco dele [namorado garimpeiro] e não voltei mais pra lá, pra onde o *gendarme* disse que ia. Como eles tinham pegado as motos [dos garimpeiros], tinha uns outros homens que queria roubar as motos da polícia. Nisso, quando eles [os que queriam roubá-las] pegaram a moto, que a polícia viu e saíram dando tiro, eles saíram correndo e atravessaram o rio, e foram bater lá no barraco onde ele [namorado] tava trabalhando, onde eu tava com ele. Aí, [os *gendarmes*] chegaram lá, pegaram todo mundo de novo, e me pegaram de novo. Eu estava deitada quando nós escutamos um grito. No que eu olhei, ele [namorado] disse: "O que é isso?". Eu pensei que fosse a menina assistindo televisão. Aí, que ele olhou: "É *gendarme*". [...]. Ele disse: "É *gendarme*". Eu disse: "Corre que eu não dou conta". Aí, ele correu de novo e se jogou no mato. Nisso que ele se jogou no mato, eu fiquei deitada [...]. Eles vieram, botaram a lanterna na minha cara, né, aí foi que o outro falou que eu tava lá, que não tinha ouro. Que eles chegam perguntando: "Cadê o ouro? Cadê o ouro?".

– Eles falam em português?

– Alguns fala, outros não. Mas ouro eles falam bem.

– Eles falam ouro em português?

– Sim. "Cadê ouro? Cadê ouro?". Aí, eu disse que eu não tinha. Aí, me pegaram e me amarraram de novo. Aí, pegaram um outro rapaz, que trabalhava junto com ele [namorado], e saíram — eram umas dez horas da noite — procurando outros barracos. Como o rapaz era novato, não sabia de todos os barracos. Ele apanhou muito: cada estrada que ele errava, ele pegava uma surra. Então, ele apanhou... Era mais ou menos onze horas, das onze até umas quatro horas da manhã, o rapaz apanhou. E nós ficamos amarrada: eu, a cozinheira, o marido da cozinheira — que os outros conseguiram correr do barraco, meu namorado também conseguiu correr do barraco. Nós ficamos mais ou menos umas duas horas amarradas — eles saíram e deixaram a gente amarrado. Aí, nós conseguimos se soltar. Aí, eles saíram e não voltaram mais.

– E o teu ouro, como é que tu pegaste?

– O meu ouro foi depois, uns dois dias. Nós voltamos lá de novo e eu encontrei a dona do cabaré que eu tava [antes], e ela me devolveu meu ouro.

– E eles levaram a bebida toda?

– Levaram todas as bebidas, e o que eles não conseguiram levar, eles queimaram. Levaram quatro motos penduradas no helicóptero, e o resto que eles não conseguiram levar, eles queimam.

– O que eles conseguem levar, eles levam?

> – Levam. Aí eles perguntam... se eles verem uma joia em ti e eles gostarem, eles pegam de ti. É assim.
> – Eles puxam com violência ou...?
> – Não, eles mandam tirar. Eles, tem vez, assim, que eles ficam com o ouro. Nem todos eles dão pro chefe deles, entendeu? [...]. Saem catando tudo. Se tem roupa... Como eu tinha muita mercadoria, muita roupa de homem e mulher, algumas camisas de homem que eles gostaram, eles ficaram, o resto que eles não gostaram... Tinha homem que pegou pra mulher dele [...], então algumas coisas que eles se agradavam, eles pegavam. O que não agradava eles jogavam fora. A gente passou um pouco de necessidade. Depois que nós conseguimos sair de lá, nós não voltamos mais, nós vamos no garimpo aqui no Suriname mesmo. Mas os garimpos do Suriname não têm muito ouro. Agora, ele [namorado], não, ele vai pra garimpo, mas eu fico aqui na cidade. Agora eu tô trabalhando num restaurante aqui. Parei de ir pra garimpo, fiquei com medo.

Nas áreas de garimpo clandestinas da Guiana Francesa não há força estatal ou comunitária cotidianamente, que estabeleça regras de organização e convivência — ou seja, ninguém de fato controla. Essas áreas são de difícil acesso na mata, muitas vezes escondidas sob a copa das árvores, e nelas a presença do Estado se dá apenas quando forças da Gendarmerie se fazem presentes. O governo francês tenta, a partir da fiscalização, repressão e expulsão de garimpeiros irregulares, estabelecer a ordem, mas antes que aquela descubra o espaço explorado, outras relações sociais já foram estabelecidas, e, muitas vezes, o que prevalece é a lei do mais forte, do que tem mais "poder de fogo". Ao que tudo indica, a Gendarmerie tem realizado ações cada vez mais duras contra os brasileiros nos garimpos irregulares, que por vezes ferem a ética e violam direitos humanos.

Armas de fogo apareceram nos relatos dos interlocutores como objetos que todo brasileiro que trabalha nas áreas irregulares de garimpo da Guiana Francesa precisa ter, ao contrário do Suriname, onde as coisas são "mais organizadas", pois, na falta de regulação estatal para a exploração mineral de pequena escala, há certa "ordem" social, implementada pelos *Noirs Marrons* (como já colocado), uma vez que existe uma regulação da exploração e uma ordem estabelecida que seguem seu modo de organização comunitária: dão autorização verbal para a exploração; em caso de conflito fazem valer as regras estabelecidas; e portam armas de fogo nos garimpos, exercendo efetiva autoridade em seus territórios. Na Guiana, os garimpos em pequena escala e as áreas exploradas por empresas, em geral são autorizados pelo Estado, tendo a presença de segurança privada e ações de fiscalização policial.

A realidade dos garimpos explorados por brasileiros no Suriname e na Guiana Francesa pode induzir à conclusão de que a maneira como se dá a exploração garimpeira, bem como as mazelas do seu entorno, se deve à ausência do Estado, pois a princípio parece óbvio que o

problema está na deficiência da gestão pública. No entanto, a concepção de que o Estado é uma presença avassaladora é uma maneira conceitual de entender sua autoridade. Veena Das afirma que a forma de regulação do Estado "oscila entre um modo racional e um modo mágico de ser"[505], e essas duas maneiras (a concreta e a performática) formam a realidade de sua autoridade de fato. No contexto de pesquisa desta tese, as pessoas contornam os campos de força dos poderes que se estabelecem nos espaços circulatórios das Guianas, de múltiplas fronteiras — étnicas, religiosas, de idiomas, históricas, econômicas, de aparatos normativos, de categorias, entre outras —, e, nestas, o modo como o poder público opera é complexo e tem efeito na mobilidade e no comportamento daquelas.

Fernando Salla e Marcos Alvarez apontam que a fronteira, "entendida na sua dimensão de confluência dos limites do poder soberano, das identidades nacionais, das diferentes configurações normativas, das lógicas de sobrevivência das populações locais, revela-se uma dimensão fundamental para a compreensão da dinâmica da violência na contemporaneidade"[506]. Nessa perspectiva, no cenário dos garimpos das Guianas, diversas formas de violência, inclusive institucionais, são descritas nas narrativas dos interlocutores, que também apontam a existência de tráfico de armas e de drogas, contrabando de ouro e mercadorias, e ações policiais que extrapolam os limites do legal.

No rastro do ouro há uma constante circulação de migrantes pelos territórios das Guianas, a qual ultrapassa os aspectos burocráticos de controle de fronteira. Em seu deslocamento eles utilizam tanto estratégias coletivas como individuais, e, como eles, também os poderes se deslocam, e novos se consolidam, e as ações estatais são "borradas" pelas múltiplas estratégias utilizadas para poder passar a fronteira e se movimentar na outra margem.

[505] DAS, Veena. The signature of the State. The paradox of illegibility. In: DAS, Veena; POOLE, Deborah. (Eds.). *Anthropology in the margin of the State*. Santa Fé: School of American Research, 2004. p.225-252 (p.225).
[506] ALVAREZ, Marcos César; SALLA, Fernando. *Violência e fronteiras no Brasil: tensões e conflitos nas margens do Estado-nação*. In: ENCONTRO ANUAL DA ANPOCS, 34. Caxambu, 25 a 29 de outubro de 2010, p.27. Disponível em: http://www.anpocs.com/index.php/papers-34-encontro/st-8/st37-1. Acesso: 10 de janeiro de 2016.

CAPÍTULO 8

PROSTITUIÇÃO NO GARIMPO: O CLUBE DÁ LUGAR AO CABARÉ

No Suriname, migrar através dos clubes não tem sido muito atraente financeiramente, e o número de mulheres que atuam na prostituição deixou de ser monopólio deles, uma vez que existem outros espaços onde o sexo pago pode ser encontrado, tanto em Paramaribo como nas cidades do interior, e sobretudo em garimpos. A possibilidade de viajar sem a dívida inicial com o clube e de ter maior lucro faz com que mais e mais mulheres busquem seus clientes em hotéis, bares e festas, em cabarés nos garimpos ou mesmo em outros países:

> As mulheres dizem que não está dando mais [...]. Semana passada mesmo, encontrei uma: "Eu vou pro Brasil, vou para o Piauí". [...] Ela é do Piauí. Até mesmo essas meninas que veio da Europa se arrependem de terem vindo pra cá. (Benjamin, 23 anos, cabeleireiro, sem filhos, entrevistado em 2012 no Suriname)

> No Clube, eu acredito que [a mulher] é mais escravizada, mas as que moram aqui na "rua", solta, não têm nada de escravizada, não. E fica em clube quem quer, hoje em dia. Muitas vêm porque não têm dinheiro pra pagar passagem, e vai para o clube, o dono do clube que paga. Depois que paga a passagem delas, elas vão embora. É quase todas. (Giovana, 38 anos, dona de loja, quatro filhos, entrevistada em 2011 no Suriname)

> – [...] fogem do clube para ir pra garimpo.
> – Mas hoje em dia ainda tem menina fugindo?
> – Tem, porque em clube hoje em dia não é mais como era antes.
> – Como assim?
> – Antes o dinheiro era bom, hoje em dia não é mais, é mixaria. Tem que pagar o dono, aí, às vezes não sobra nada pra você. Enquanto você não pagar o dono do clube, você não vê um centavo, porque tudo o que você faz é na mão dele.
> – Não chega nunca na sua mão?
> – Não, você só tem mesmo o trabalho de deitar com homem, enquanto não pagar a dívida com ele. [...] Porque a gente tem que pagar mais de cinco, três, quatro, cinco passagens em cima, entendeu? Eles cobram muito alto. É um absurdo aqui! (Cláudia, 32 anos, dona de cabaré/cantina e de máquina no garimpo, duas filhas, entrevistada em 2012 no Suriname)

Lucro menor significa, também, que a dívida fica cada vez mais difícil de ser paga, mesmo que praticamente tudo o que ganhem vá para o proprietário — e o garimpo é o destino principal das mulheres depois da saída do clube, pois embora seja para continuar a atuar na prostituição, nele o lucro é maior, não porque ganham muito, mas porque não têm despesas

com alimentação, aluguel e, principalmente, não têm a dívida da viagem. Tudo o que ganham é delas, o que lhes dá a falsa ideia de que os lucros são grandes.

No garimpo não existe clube, mas um espaço que os brasileiros chamam de cabaré, normalmente nas corrutelas das proximidades das áreas de mineração, que vende comida, bebida, cigarro, cartão para recarga de celular pré-pago, ou seja, pequenas coisas ou coisas básicas, e, às vezes, peças de equipamentos para garimpo, mas o forte é a venda de sexo — e nele as trabalhadoras do sexo se hospedam para trabalhar. Em alguns garimpos, em vez de cabaré costumam chamar de cantina[507] ou shopping — mas só chamam de shopping na Guiana[508], porque durante o dia funciona como comércio de mercadorias:

> Aqui é chicasso! Cabaré é no Brasil, aqui é shopping. [...] É porque no Brasil eles chamam... lugar que as mulheres fazem programa é cabaré. [...]. Aqui é shopping. É esticado aqui. [...] Esticado quer dizer uma coisa chique. Porque cabaré, ninguém mais fala cabaré, bar, barzinho: é shopping, é clube. [...] Shopping é um nome chique; shopping é um lugar chique, reservado, é um lugar bonito, aí chama shopping. Shopping da prostituição. [...] É no ouro os programas. (Natasha, 23 anos, manicure, sem filhos, entrevistada em 2012 na Guiana)

> – Mas é shopping ou é cabaré?
> – É a mesma coisa. No garimpo funciona assim: shopping é o mesmo que cabaré, só que eles botam nome de shopping, mas é cabaré. Shopping, assim, porque de dia funciona como shopping, vendendo coisas. E, à noite, é pra fazer programa. Eles aqui chamam cabaré, *caiabom.* [...] Onde elas sabem que tá dando ouro, elas correm. Aqui é prostituição demais, demais, demais. (Yonara, 53 anos, proprietária de restaurante, uma filha, entrevistada em 2012 na Guiana)

> – Olha, no "mato" mesmo, lá no baixão, eles chamam de shopping. [...] Agora, na cidade é clube, né. Lá no "mato" é shopping, não existe cabaré.
> – E são quantas pessoas, mais ou menos, por shopping?
> – Não tem a quantidade certa. Elas vêm, elas ficam aí; aí, as pessoas, os donos dos shoppings, vêm pegar elas aqui, né, faz o convite e elas vão. (Lívia[509], 36

[507] No Suriname alguns brasileiros também chamam de magazine, mas o mais usual é cabaré ou cantina (quando no local também funciona um pequeno comércio). Alguns interlocutores evitavam usar o nome cabaré, na tentativa de esconder que se tratava de um local de prostituição, como se quisessem camuflar a principal mercadoria à venda.

[508] Na Guiana a maioria dos estabelecimentos dos garimpos se abastece em cidades como Bartica, que é um dos polos mais importantes ligados à mineração. Nesse país não existem grandes corrutelas consolidadas porque o governo controla as áreas liberadas para garimpagem, e não tem muita gente em uma só. Além disso, as áreas ficam muito espalhadas, são locais fechados na mata e de difícil acesso, ou a garimpagem é feita com balsa no rio, numa situação meio nômade — por isso as pessoas dos garimpos geralmente compram em centros urbanos em vez de nas cantinas, e por isso estas não são um serviço estável, havendo as que vendem apenas mercadorias e as que vendem mercadorias e sexo, mas o que chamam de shopping é a grande referência para se encontrar as trabalhadoras do sexo.

[509] Lívia, 36 anos, cozinheira em balsa de draga, dois filhos, 7ª série, entrevistada em 2012 na Guiana, nasceu no Maranhão, mas aos oito anos imigrou para Itaituba (Pará) com a família. Depois que ficou viúva, e sem trabalho, decidiu viajar para o Suriname: em 2008, aos 32 anos, vendeu parte da mobília da casa, deixou os filhos (de 13 e

anos, cozinheira em balsa de draga, dois filhos, entrevistada em 2012 na Guiana)

Na Guiana Francesa, nos garimpos ilegais pelos quais circulam mulheres e homens brasileiros — que vivem no Suriname[510] —, estes estão envolvidos com a exploração do ouro e o comércio de sexo ou de gêneros alimentícios, que em geral funcionam num mesmo espaço, a cantina (os *Noirs Marrons*, que também estão presentes nos garimpos do departamento francês, são responsáveis pelo transporte ilegal de passageiros e mercadorias em suas canoas).

Nos garimpos do Suriname, o mais comum é encontrar o comércio de mercadorias em um espaço e o de serviços sexuais em outro, ou seja, o cabaré tem vendido sexo, bebida e cigarro, e suas atividades são bem definidas, sobretudo porque em muitas áreas os comerciantes chineses passaram a atuar oferecendo, em suas cantinas, produtos com preços mais baixos que os oferecidos pelos brasileiros, de modo que têm dominado o comércio de produtos alimentícios, de utensílios domésticos e peças de moto e máquinas[511] (Figura 33), e os brasileiros, o comércio do sexo.

18 anos) com sua mãe e seguiu viagem para esse país, junto com conhecidos da cidade onde morava, pretendendo trabalhar de cozinheira. Entrou irregularmente, e, ao chegar, a única vaga que encontrou era na Guiana Francesa, que aceitou. Lá, ficou num garimpo em que as pessoas andavam armadas e, por vezes, havia atos de violência; como, dois meses depois de chegar, a comida do local em que trabalhava acabou e estava demorando para chegar novos mantimentos, foi obrigada a ir embora — foi para o Suriname, varando pelo mato, com dois homens que trabalhavam com ela. No Suriname arrumou trabalho de cozinheira em uma draga, que foi queimada pela polícia quatro meses depois. Quase sem dinheiro, foi para Paramaribo, e ficou um mês em um hotel, novamente procurando vaga como cozinheira. Quando o dinheiro acabou, emprestou 22 gramas de ouro de uma amiga de Itaituba, que trabalhava no Suriname, e partiu para a cidade de Mahdia, na Guiana, onde arrumou emprego em um restaurante, como cozinheira, e entrou com o pedido de permissão de trabalho (estava na Guiana como turista). Pouco depois de dois meses, foi trabalhar em um garimpo, no qual ficou três meses; saiu e viajou ao Brasil, para visitar os filhos — visita que serviu para renovar seu visto de turista, pois ainda não saíra a permissão de trabalho. Segundo Lívia, não ter permissão de trabalho complica a vida da pessoa, pois alguns donos de máquina de extração de ouro já não querem funcionários que não a tenham — por isso, ao voltar do Brasil, ficou um tempo trabalhando num garimpo, depois foi para Georgetown, para agilizar os papéis: "Eu fui ali [garimpo], trabalhei dois meses e voltei [para Georgetown], pra correr atrás [da permissão de trabalho], porque a pessoa que deu entrada no nosso documento não corre atrás, entendeu? Aí, agora, eu mesmo fui lá na Geologia, entendeu? [...]. Pego uma pessoa aí, que fala português, um taxista, e eu vou correr atrás". Quando foi entrevistada, Lívia ainda estava como turista.

[510] São pessoas que costumam trabalhar em garimpos na Guiana Francesa e no Suriname, depende da fofoca do ouro, porém têm Paramaribo como referência de residência, por estarem em situação migratória irregular; é para essa cidade que elas retornam para trocar o ouro que extraem. As empresas que exploram ouro legalmente no departamento francês têm, em geral, trabalhadores brasileiros, os quais estão em situação regular e vivem nos centros urbanos (Caiena, por exemplo).

[511] De acordo com alguns interlocutores, os chineses compram produtos mais baratos porque compram diretamente de um navio que vem da China, o que torna difícil concorrer com eles. Os brasileiros compram no comércio de Paramaribo para revender no garimpo, tendo que vender mais caro. Como não conseguem concorrer com o comércio dos chineses, poucos brasileiros ainda mantêm uma cantina, eles trabalham mais como marreteiros: colocam as mercadorias na moto 4x4 e saem em busca de clientes nas áreas de mineração. Embora, em geral, os homens estejam a frente desse tipo de negócio, muitos contam com a ajuda da esposa, seja na aquisição dos produtos na cidade, seja no transporte ou nas vendas: Antonieta, 50 anos, marreteira, dois filhos, 7ª série, entrevistada em 2011 no Suriname, é natural do Piauí. Trabalhava, no Brasil, em garimpo em Itaituba, junto com o marido; em 2001, como consideravam pouco o que ganhavam, foram para o Suriname (pegaram avião em

Figura 33: Cantina de um chinês na corrutela do Macu, no garimpo do Macu, Suriname (2012).

Fábio[512], 59 anos, 4ª série, natural de Belém, cresceu em região de garimpo, em Itaituba; tem sete filhos, 36 netos e duas bisnetas. Filho de garimpeiro, aos 12 anos abandonou a escola e começou a trabalhar em garimpo: na época os pais se separaram, e ele e o irmão, mais novo, ficaram com a mãe, e sobre ele recaiu a responsabilidade financeira pela família. Fábio passou a maior parte da vida trabalhando em garimpo — o único período em que esteve afastado foi quando montou um comércio no Brasil, numa cidade do Maranhão, para onde se mudou com a esposa e os filhos. Nessa cidade também se envolveu com política, e por duas vezes consecutivas foi um dos seus vereadores mais votados. Contou que na política gastou tudo que tinha, por isso decidiu retornar ao garimpo — e em 1996, aos 43 anos, deixando no Brasil a mulher e os sete filhos, foi para o Suriname seguindo uma fofoca do ouro. Começou a trabalhar como burrinho[513], depois virou garimpeiro. Conseguiu juntar dinheiro para buscar a família no

Belém), onde já morava um irmão dela, para trabalhar como marreteiros no garimpo. Na época ela tinha 40 anos, e deixou os dois filhos no Brasil, com a mãe; quando esta faleceu, aqueles passaram a morar com uma irmã dela. No Suriname, passava a maior parte do tempo em Paramaribo, e era a responsável pela compra de produtos que o marido vendia no garimpo, principalmente óleo e gasolina. Anualmente, ou a cada seis meses, viajava ao Brasil, para visita a família. Tinha permanência no país renovável a cada dois anos.

[512] Entrevistado em 2012 no Suriname; tinha permanência no país renovável a cada dois anos.

[513] Nome dado aos homens que trabalham como carregadores de objetos e mercadorias sobre os ombros, normalmente solicitados nos locais de difícil acesso, aos quais moto ou canoa não chegam. Pablo, 32 anos, garimpeiro, dois filhos, 6ª série, entrevistado em 2012 no Suriname, trabalhou como burrinho durante uns três meses, e resumiu a atividade como "petroleiro, carregador de óleo, rancho [comida], tudo. [...] Às vezes, quatro horas de varação, às vezes, uma e meia, três horas, nas costas. [...] 50 quilos no varador de uma hora são cinco gramas. [...] E no varador de quatro horas, dez gramas". Pablo, que nasceu no Maranhão, antes de migrar era ajudante de pedreiro em Boa Vista e ganhava um salário mínimo. Na esperança de ganhar mais, em 2007, aos 27 anos, foi para a Venezuela, onde trabalhou cinco meses irregularmente como garimpeiro (de ouro e diamante) — mas não ganhou dinheiro nesse país, por isso atravessou o rio e foi para a Guiana, também irregularmente, dali seguindo em direção à fofoca do ouro na Guiana Francesa e no Suriname, territórios pelos quais circulava desde então (mas passava mais tempo no departamento francês). Como resultado do tempo que trabalhou como burrinho, tinha problemas de coluna, por causa do excesso de peso que tinha que carregar. Quando foi entrevistado trabalhava, na maior parte das vezes, como garimpeiro, apesar de essa atividade também prejudicar sua coluna. Tinha dois filhos, que estavam no Brasil com a mãe (os dois, da mesma mulher, sua namorada). Quando foi para o Suriname, o maior já tinha 12 anos; depois que chegou a esse país, viajou duas vezes ao Brasil, e na primeira

Brasil, mas a mulher não quis se juntar a ele: alegou que já tinha certa idade e o liberou para arrumar outra companheira, se quisesse. Fábio voltou sozinho para o Suriname, e, apesar de na época da pesquisa de campo ter, nesse país, uma companheira havia muitos anos, ainda chamava de "minha esposa" a que ficou no Brasil — para onde nunca mais voltou. Contou que no garimpo onde vivia era o único brasileiro no comércio de cantina, os demais comerciantes de mercadorias eram chineses:

> Tinha muito comerciante brasileiro; aí, chinês entrou, quebrou tudo, só ficou eu, porque eu, com moto... eu compro as minhas coisas à vista, aí eu concorria com ele, sabe? Eles [chineses] só não vão pro lado da Guiana, porque se eles forem pra lá eles se arrebentam, porque os *gendarmes* acabam com tudo. [...] Olha, mas lá eu vendo motor, eu vendo máquina de lavar roupa, eu vendo fogão, eu vendo freezer, eu vendo motosserra, vendo liquidificar, vendo ventilador, vendo peça de motosserra, vendo peça de motor de deuto, vendo peça de moto, vendo peça de china, os secos e molhados. Capa de bomba, negócio pra garimpo, sabe? Tudo eu vendo. Olha, eu vendo... eu vendo muito óleo e gasolina, sabe?

Além do cômodo que serve de moradia para o casal proprietário, a infraestrutura de um cabaré tem sempre três espaços: o salão de festas com mesas, cadeiras e um local para dançar; o bar, para a venda de bebidas, principalmente cerveja; e quartos, para o atendimento sexual (Figuras 34-36). Os quartos ficam ao lado do salão ou do bar, e neles as mulheres se alojam. Mas a sua construção "depende do lugar: se é na França [Guiana Francesa], pra banda da França é tudo na lona, mas aqui mesmo, no Suriname, são de madeira. De madeira tem mais segurança, tem cama, dizem que tem ventilador" (Marília, 33 anos, cozinheira, três filhos, entrevistada em 2012 no Suriname). Os cabarés da Guiana Francesa são mais precários, normalmente são de lona (em raras exceções parte do estabelecimento é em madeira), e essa precariedade está relacionada ao fato de que estão em áreas de exploração ilegal de ouro, nas quais há frequentes incursões dos *gendarmes*, que, quando chegam, queimam tudo — por isso não há interesse em se construir cabarés com infraestrutura que demande investimento maior nessas áreas: nelas tudo tem caráter provisório, as pessoas estão sempre prontas para fugir a qualquer momento.

vez a namorada engravidou novamente (na época da entrevista, a criança estava com 3 anos, e fazia oito meses que ele não viajava para o Brasil; não mandava dinheiro para os filhos, e se justificou dizendo que "está com a mãe deles"). Afirmou que muitos brasileiros não voltaram ao Brasil depois de migrar: "Quando tem dinheiro a gente vai [no Brasil]; passa três meses no 'mato', vai lá [no Brasil]. Mas quando não tem, já passei até dois anos sem ir lá. Dentro dos 'matos'. Dois anos sem ir na 'rua' [Paramaribo] já passei. [...] Tem muitos aí que não, só vieram pra cá e nunca voltaram". Pablo estava no Suriname como turista.

Figura 34: Bares no interior de cabarés na corrutela do Macu, no garimpo do Macu, Suriname (2012).

Figura 35: Cabarés na corrutela do Macu, no garimpo do Macu, Suriname (2012).

Figura 36: Cabaré na corrutela da Cláudia, no garimpo do Alipossam, Suriname (2012).

As entrevistadas que passaram pela prostituição e durante a pesquisa de campo eram donas de cabaré, sempre falavam que procuram dar conforto às mulheres, por isso construíam

locais cuja infraestrutura garante uma estadia melhor, tentando diferenciar-se da precariedade dos barracos de lona dos garimpeiros nas áreas de trabalho. Cláudia (32 anos, duas filhas, entrevistada em 2012 no Suriname), por exemplo, dona de máquina de extração de ouro e de cabaré/cantina em um garimpo na Guiana Francesa, não quis saber de lona[514] em seu estabelecimento, como é comum nesse território:

> – Ah, olha, lá no meu barraco, graças a Deus, lá é tudo no cimento. [...] Tem banheiro, o vaso sanitário…
> – Dentro do quartinho?
> – Não, fora, um coletivo. Os quartos, tudo porta de talba [madeira], banheiro dentro [para o banho], é assim. Eu fiz assim porque eu andei muito no garimpo e vi como era o tratamento, como era a estadia, [...].

No cabaré a música está sempre a todo volume, não importa se é dia ou noite, e ele está pronto para atender os clientes, mas é quando o sol se põe e as luzes se acendem que a festa começa no salão: "É só à noite. Mas se passa uma pessoa e falar que quer ficar contigo, não tem hora" (Núbia, 38 anos, cozinheira no garimpo, dois filhos, entrevistada em 2011 no Suriname).

No garimpo a prostituição também tem normas: em geral funciona dentro da corrutela, não na área de mineração, ou seja, fica distante do local onde os homens estão trabalhando. Em conversa com um garimpeiro, ele contou que em um dos garimpos no qual trabalhou, o Vila Brasil, um dos mais conhecidos do Suriname, bem perto da área de mineração começaram a se instalar muitos cabarés, e como "toda noite os homens queriam ir no cabaré e no outro dia não rendiam", o responsável pela área conversou com as proprietárias daqueles e estabeleceu um revezamento, e assim não funcionavam todos no mesmo dia. Nesse caso, o revezamento funcionou porque, apesar de toda noite ter um cabaré aberto, como os garimpeiros buscam "novidade", muitos não iam àquele que haviam visitado na semana ou no dia anterior, esperavam a "troca" de mulheres (em geral elas ficam quinze dias e vão embora), ou a abertura daquele do qual gostavam mais do atendimento, ou daquele que tivesse mais mulheres

[514] Na pesquisa de campo, a única menção a cabaré construído em madeira na Guiana Francesa referia-se ao da Cláudia, pois ficava em uma área bem camuflada, que nunca fora fiscalizada pelos *gendarmes*. No entanto, foi destruído uns quinze dias depois da entrevista com ela: os *gendarmes* chegaram e queimaram tudo, prejuízo considerável para quem constrói um cabaré em madeira (Cláudia colocara até vaso sanitário em seu cabaré, algo incomum no garimpo).

"famosas"[515], como explicou Marcelo (37 anos, garimpeiro, um filho, entrevistado em 2012 no Suriname).

Segundo os interlocutores, a área de trabalho e a corrutela devem ficar afastadas, são espaços que não devem ser misturados, porque na corrutela tem os cabarés e as festas, que distraem os trabalhadores: "lá [na área de mineração] não pode botar cabaré, porque lá é o meio do trabalho", contou Cleonice (42 anos, proprietária de cabaré, três filhos, entrevistada em 2012 no Suriname) — e os próprios *Noirs Marrons* não permitem a proximidade. Em terra surinamesa, é preciso ter autorização deles, os donos da terra (embora não oficialmente), para a exploração do ouro ou para a implantação de qualquer outro negócio. A autorização para explorar o Filão do Macu, por exemplo, segundo Cleonice (42 anos, proprietária de cabaré, três filhos, entrevistada em 2012 no Suriname), veio do próprio Ronnie Brunswijk, um *Noir Marron Ndjuka*:

> o Brunswijk veio, que é um homem, tipo assim, uma pessoa importante aqui no Suriname, que ele manda em várias coisas. [...] É um moreno da terra. [...] Antigamente era ministro do Esporte, ou ministro da Cultura. Hoje eu não sei o que ele é na realidade, [...] ele é muito amigo do presidente, então, ele dá o direito. Ele se sente, ele tem o direito, entendeu? Esses garimpos, tem garimpo por aí que ele manda, como o Mamãe Jucá: ninguém entra na Mamãe Jucá se ele não der ordem, se ele não deixar. Ele vende terra pra chinês.

Apesar da concepção de que trabalho e lazer não devem ser misturados, no Filão do Macu havia um cabaré, e Cleonice afirmou que só existia aquele: "Lá só tem um cabaré. E tem uma morena que vende bebida desse lado" — mas um outro estava sendo construído nas proximidades. Quando questionada se o cabaré já existente havia sido autorizado, ela disse que não:

> Não, ele [Brunswijk] não deixou, colocaram. Por exemplo, ele [o dono do cabaré], lá, ele só vendia uma bebida. Aí, tá com uns vinte dias que ele construiu o[s] quarto[s], [e] foi que ele [Brunswijk] veio aí. Ele tomou um helicóptero e ele desceu bem na montanha, pegou a moto e foi lá. E deu trinta dias pra ele tirar de lá e colocar lá pro Curimã. Curimã é um lugar [que foi explorado antes], que a ret [retroescavadeira] já trabalhou muito, ficou só

[515] "Famosa é bonita: 'Aquela mulher é muito famosa, cara!'; 'A Fulana chegou famosa lá no cabaré do Cicrano'. Aí, menino [homem] já na expectativa, né [...] Aquele que não tem responsabilidade, que não tem família... porque, não é porque o cara não tem família que não tem responsabilidade, e, às vezes, o cara é solteiro mesmo, trabalha muito: 'Não, vou lá dar uma volta, dar um passeio lá na currutela, me divertir um pouco, tomar uma cerveja, dar uma namorada', né. É assim o garimpo. No garimpo mulher ganha dinheiro. Pode ser velha, pode ser nova. Ganha, assim, mulher bonita, que é mais bonita" (Marcelo, 37 anos, garimpeiro, um filho, entrevistado em 2012 no Suriname).

> aquela terra plana, sabe? Não quer [o cabaré] no meio da fofoca, quer que tire lá da fofoca, bem pra longe.

Isso não significa que não ocorram exceções, mas, se for o caso, o cabaré instalado na área de trabalho é de propriedade de um/a *Noir Marron*, que muitas vezes está associado/a com um/a brasileiro/a. Esse era o caso do cabaré instalado no Filão do Macu (um brasileiro companheiro de uma *Noir Marron*) e de outros que começavam a ser construídos no caminho que leva a ele:

> na realidade, um brasileiro sozinho... por exemplo: eu tô aqui na currutela, aqui não tem problema nenhum, mas aonde a terra é de moreno [...] um brasileiro nunca vai poder botar um cabaré sozinho. É muito difícil, entendeu? Só quando é uma fofoca, assim, que tu chega, às vezes eles querem que tu pague por mês, eles falam porcentagem: 10 gramas, 15 gramas por mês [...] lá eles só deixam moreno. Então, eu, aí eu me aliei a uma morena que não sabe mexer com nada, e nós duas estamos como sócia, nós duas vamos montar, entendeu? É porque ela sabe que eu mexo com cabaré, ela já me conhece já, né. E ela sabe como eu trago as meninas bonitas também [risos]. (Cleonice, 42 anos, proprietária de cabaré, três filhos, entrevistada em 2012 no Suriname)

Mulheres e bebida não podem faltar ou o cabaré perde espaço para os demais cabarés, situados sempre muito perto um/uns do(s) outro(s) porque as corrutelas normalmente têm apenas uma rua: frente a frente, lado a lado, a duas casas de distância — o que promove a concorrência e facilita a escolha pelo mais animado e com as mulheres mais bonitas. A quantidade de mulher por cabaré é imprecisa, pois a mobilidade delas se dá de acordo com a circulação do ouro e o tamanho da corrutela: se for grande e movimentada, poderá ter "cinquenta mulheres, trinta mulheres" (Núbia, 38 anos, cozinheira no garimpo, dois filhos, entrevistada em 2011 no Suriname). Na corrutela do Macu, por exemplo, havia treze cabarés durante a pesquisa de campo de 2012, mas apenas sete estavam em funcionamento; os moradores diziam que o movimento estava fraco, por isso havia cabaré com apenas uma mulher, ela já pronta para partir, e o mais movimentado tinha apenas cinco mulheres trabalhando, havendo na corrutela por volta de dez trabalhadoras do sexo no total. Uma baixa temporária segundo eles: quando voltasse a circular ouro no local, a grande movimentação de mulheres e homens nos cabarés retornaria — naquele momento os homens estavam concentrados na fofoca do ouro do filão do Macu (de moto, uns vinte ou trinta minutos de distância da corrutela).

A prostituição, no garimpo, tem mulheres brasileiras que saíram do clube como personagens principais, principalmente as oriundas de Belém, e brasileiras que migraram

diretamente para o garimpo, sobretudo provenientes de pequenas cidades do Maranhão[516], varando pela Guiana ou Guiana Francesa seguindo o percurso masculino, entre elas algumas que já atuavam na prostituição ou que chegaram para vender roupas ou cozinhar e acabaram atuando na prostituição[517]. Em clubes, hotéis, bares e restaurantes de Paramaribo sempre há pessoas em busca de mulheres dispostas a seguir caminho rumo a algum cabaré na floresta, seja em garimpos no Suriname, seja em garimpos ilegais na Guiana Francesa:

> – Porque o dinheiro nunca dava, [...] que eu mandava um pouco pros meus filhos no Brasil, pra minha mãe, aí eu guardava um pouco, e nunca dava, nunca dava. Aí eu disse: "Sabe de uma coisa, eu vou ter que fazer aquilo de novo, mas de outra forma. O que eu vou fazer?" — que eu via sempre as pessoas falar "Ah, vai no garimpo, que no garimpo tu ganha rapidinho; rapidinho tu vai pro Brasil". Aí eu digo: "Poxa, então eu vou pra esse rapidinho aí, né?". Aí fui pra esse rapidinho.
> – Antes fizeste contato com alguém? Ou só chegou lá?
> – Não, eu fui num hotel chamado Pérola — acho que tu sabes onde é —, fui num hotel chamado Pérola; lá, todo dia, todo dia tem mulheres lá procurando meninas pra levar, pra trazer pra garimpo, entendeu? Eu fiquei escutando, a mulher falou "Vambora. Vambora que lá é bom", não sei o quê. Eu digo: "Eu vou". Aí fui.
> – Na França [Guiana Francesa] ou aqui, no Suriname?
> – Fui na França (Tália, 42 anos, proprietária de cabaré, dois filhos, entrevistada em 2012 no Suriname)

O número de mulheres em um cabaré é inferior ao de um clube, e por vezes tem apenas uma no local, sobretudo em garimpo que não está produzindo bastante ouro, pois isso repercute em ganho financeiro restrito para o cabaré, não lhe permitindo manter estrutura que comporte grande número de mulheres:

> – Em cabaré normalmente são quantas mulheres?
> – Já teve cabaré de ficar até doze mulheres.
> – Mas a média é menos do que isso?
> – Sim, porque quando tem muita mulher não é bom, nem todas ganham. Então, pra mulher, pra dona de cabaré ter lucro, o máximo é quatro, cinco, porque quando tem muita a dona do cabaré tem muita despesa, aí ela não lucra quase. Porque nem toda vez tem bastante homem; muitas vezes o homem vai lá, ele quer... tem ouro pra tomar uma caixinha de cerveja e não tem ouro pra pagar pra mulher. (Yasmim, 34 anos, cozinheira de restaurante, duas filhas, entrevistada em 2011 no Suriname)

[516] A migração de brasileiras diretamente para o garimpo será tratada posteriormente.
[517] A situação de sacoleiras e cozinheiras que ocasionalmente se envolvem na prestação de serviços sexuais já foi apontada por outros autores, entre eles ANTONIUS-SMITS, Christel et al. Gold and commercial sex: exploring the link between small-scale gold mining and commercial sex in the rainforest of Suriname. In: KEMPADOO, Kamala. (Ed.). *Sun, sex, and gold. Tourism and sex work in the Caribbean*. Lanham: Rowman & Littlefield, 1999. p.237-259.

> Eu tenho quatorze quartos, eu tinha seis quartos aqui da frente, todos ocupados; seis quartos, sete quartos. Eu tinha sete meninas, sempre trabalhei com sete, o mínimo quatro, mas sempre tem alguma confusãozinha de meninas [risos]. (Tália, 42 anos, proprietária de cabaré, dois filhos, entrevistada em 2012 no Suriname)

> – Então, lá no meu barraco tem dez quartos, mas no máximo, que eu gosto, é só cinco.
> – Por quê?
> – Que dá muita mulher, dá muito trabalho, muito *taki-taki*, uma fuxicaria, e assim, assim vai. [...] No máximo é cinco.
> – Se chegar mais uma, você diz: "Olha, tem que esperar uma sair?"
> – Não, porque tem quarto. É que eu não quero muitas, entendeu?, porque é demais. O garimpo é pequeno, pouca máquina… para ter dez mulheres no garimpo, não dá. [...] É confusão!, umas ganham e as outras não. Melhor ter pouco pra todo mundo ganhar, porque muitas que tão ali é porque precisa, entendeu?, e eu não sou uma pessoa… Se eu puder ajudar, eu ajudo, só não quero mulher que se amigue lá, e o negócio de drogas eu não aceito também. Porque lá ninguém vende. [...] Lá, mais é pra trabalhar. Como eu te falei, ninguém anda com 12 [arma de fogo], ninguém anda com faca, ninguém anda furando ninguém. É assim. Todo mundo é amigo, então é assim. Lá é tranquilo. (Cláudia, 32 anos, dona de cabaré/cantina e de máquina no garimpo, duas filhas, entrevistada em 2012, no Suriname)

Nos shoppings da Guiana a situação é semelhante à dos cabarés no Suriname, ou seja, poucas mulheres comparativamente aos clubes, de modo que o número de mulheres em um cabaré varia muito:

> – Aqui na Guiana são mais ou menos dez, quinze mulheres, nesses clubes. E no shopping, lá no garimpo, tem quantas mulheres?
> – Lá é mais pouca ainda [risos]. Tem vez que em shopping só tem uma mulher [risos]. Aí, ele consegue duas, três, e leva. Muitas vão procurando, mas quando não aparece, tem uns que saem procurando se tem alguma mulher que quer ir. (Mário, 46 anos, garimpeiro, dois filhos, entrevistado em 2012 na Guiana)

Em geral é um casal que administra o negócio, mas é ela que está à frente na administração e que aborda as mulheres para irem ao cabaré: "Normalmente é uma mulher [...], homem também. Mas geralmente é casal. Mas a mulher que aborda. É mais quem aborda pra levar pro garimpo, pro 'mato'; é a mulher que chega nas meninas pra falar, pra conversar" (Catarina, 34 anos, manicure, dois filhos, entrevistada em 2011 no Suriname).

A dona do cabaré pode combinar com as mulheres por telefone ou ir para a cidade em busca delas, e a abordagem pode ser feita em locais variados, como aconteceu com Marília (33

anos, cozinheira, três filhos, entrevistada em 2012 no Suriname), que fugiu para o garimpo com uma dona de cabaré que conheceu no hotel Pérola. Algumas são contatadas dentro do clube, e, nesses casos, quem faz a abordagem é o homem, que entra ali como cliente e na verdade está em busca de mulheres para levar ao garimpo:

> Elas também ligam: "Posso ir [para o cabaré]?". (Cláudia, 32 anos, dona de cabaré/cantina e de máquina no garimpo, duas filhas, entrevistada em 2012 no Suriname)

> – E tu ficaste quanto tempo com o cabaré?
> – [...] em fevereiro [de 2013] vai fazer um ano que eu comprei esse [cabaré], que a gente começou ali, né, em outro. Mas com meninas mesmo, eu trabalhei acho que um ano, um ano certinho.
> – Aí tu ias na cidade buscar as meninas ou elas chegavam?
> – Eu ia na cidade buscar, algumas me ligavam, me ligam, como hoje me ligou uma. (Tália, 42 anos, proprietária de cabaré, dois filhos, entrevistada em 2012 no Suriname)

> – Tu tinhas, mais ou menos, quantas meninas na época que isso funcionava?
> – Era sete, oito, nove.
> – Onde tu encontrava elas?
> – Na "rua". Cidade
> – Tua ia pra cidade, aí: "Tá a fim de ir?".
> – "Tá a fim de ir? Lá o cabaré é assim: é grande, é farto, tem muita comida; ninguém pega no pé de ninguém. Pago passagem de carro, canoa, moto, de tudo. Passagem é pela minha conta, sabe? Lá o movimento é bom, tem muito homem, o garimpo tem ouro". A mulher vinha. (Gustavo, 28 anos, dono de cabaré e garimpeiro, um filho, entrevistado em 2012 no Suriname)

> A gente começou a andar [em garimpos], eu e essa menina que me trouxe pra cá. [...] Ela também nunca tinha ido [a um garimpo]. [...] No clube começou a ficar difícil, então o que a gente ainda ganha um dinheiro é no garimpo. [...] Nós saímos do clube. Ia muita gente lá, que às vezes os donos dos cabarés dos garimpos vão no clube arrumar mulher; eles falam: "Tenho um cabaré, não quer ir? Lá ganha em ouro, é melhor pra mulher, a mulher ajunta melhor". Aí a gente fomo, inclusive a gente fomo a primeira vez num tal de um Vila Brasil, se não me engano. Foi. A gente ficamo no cabaré de um homem lá. (Yeda, 29 anos, vendedora de loja de máquinas e automotores, dois filhos, entrevistada em 2011 no Suriname)

Algumas mulheres vão ao garimpo por conta própria e pedem para ficar no cabaré: "Elas me procuram, porque elas já me conhecem" (Cláudia, 32 anos, dona de cabaré/cantina e de máquina no garimpo, duas filhas, entrevistada em 2012 no Suriname). Elas chegam sabendo como funcionam as coisas e fazem a negociação de uma vaga no cabaré diretamente com a proprietária:

> Ela foi fazer *ploc* no meu cabaré, [...] uma amiga dela levou ela. Essa amiga dela pegou, levou ela pra fazer *ploc*, quando ela chegou lá, ela disse: "Mana, eu não queria fazer *ploc*, eu não estou acostumada a me prostituir, eu tô acostumada a trabalhar". Aí eu disse pra ela: 'Se você tiver paciência, eu vou comprar uma máquina e tu vai cozinhar para lá" — e ela tá até hoje comigo. [...] Ela trabalha na máquina. Ela cozinha na máquina. (Cláudia, 32 anos, dona de cabaré/cantina e de máquina no garimpo, duas filhas, entrevistada no Suriname em 2012)

Outras vão com roupas e cigarros para vender e pedem para se hospedar no local para trabalhar, vender sua mercadoria, e se aparecer clientes, atendem. Quando vendem tudo, vão a Paramaribo comprar mais, depois voltam para o garimpo, nem sempre para o mesmo garimpo ou o mesmo cabaré, normalmente vão para onde tem a fofoca do ouro. Desse modo, passam de um garimpo a outro como sacoleiras e/ou trabalhadoras do sexo.

Em média elas ficam quinze dias num cabaré e já partem à procura de outro, principalmente daqueles onde a circulação de ouro é maior. Se estão em um garimpo que está produzindo bastante, podem ficar um pouco mais, mas não indefinidamente, porque os garimpeiros querem as que estão chegando (a "novidade", a "famosa"), e a dona do cabaré, justamente por isso, quer novas mulheres, diferentes; por outro lado, se realmente está dando muito ouro tem muita mulher na área, e o lucro pode não ser tão grande (além de muita mulher, tem as novas que chegam); e há aquelas que querem voltar a Paramaribo para mandar dinheiro para o Brasil e acabam ficando ali uma semana, descansando:

> – Então tu ficaste um ano circulando entre os garimpos, e vinha na cidade de quanto em quanto tempo?
> – É, eu passava no máximo quinze dias, três semanas.
> – Aqui na cidade?
> – Não, no garimpo, aqui eu passava pouco: passava só quatro dias, cinco dias.
> – O que você fazia aqui quando tu vinhas pra cá?
> – Eu vinha para eu depositar dinheiro pra mandar pro Brasil. Aí, depois voltava de novo. (Marta, 33 anos, sacoleira, dois filhos, entrevistada em 2011 no Suriname)

> [A permanência no garimpo] depende, varia muito. Às vezes eu fico quinze, vinte, 25 dias, aí volto para Paramaribo. Descansa o corpo, depois volta de novo. Tira o stress, né. (Juliana, 30 anos, trabalhadora do sexo, entrevistada em 2012 no Suriname)

> Mas também não pode ficar muito tempo no garimpo, não, a mulher de *ploc*, porque fica manjada. [...]. Ela tem que vir dar um tempo também na "rua". Não pode ficar lá muito tempo também, não. [...] Tem umas que não passa nem uma semana: três dias, quatro dias, e já volta. (Marcelo, 37 anos, garimpeiro, um filho, entrevistado em 2012 no Suriname)

Também na Guiana o tempo que elas ficam no shopping é menor do que o que ficam no clube, em média quinze dias, e já partem para outro ou retornam para um clube em Georgetown. No shopping o ganho também é maior do que no clube:

> Ah, elas aprenderam, muitas criaram coragem e aprenderam a ir lá [no garimpo], porque lá dentro ela passa mais pouco tempo; aqui [em clube na Guiana], às vezes ela tem que passar dois meses, dois meses e meio, pra ir pro Brasil. E tem muita vez que ela chega a entrar lá pra dentro do garimpo e ela passa quinze [dias], um mês, no máximo, e vai com mais [dinheiro], e vai mais rápido pra casa. [...] Pega mais ligeiro o dinheiro, pra cuidar de sua família, lá. [...] Elas vêm e saem, vêm e saem. Tem umas, aí, que sabe trabalhar mesmo, e elas demoram, no máximo, quinze dias, vinte dias, e vão embora. (Mário, 46 anos, garimpeiro, dois filhos, entrevistado em 2012 na Guiana)

A passagem pelo cabaré é curta e o retorno a ele pode acontecer, dependendo da movimentação na corrutela, mas quando há mulher recém-chegada os clientes aparecem mais, o que faz com que a circulação seja mais lucrativa (no caso de uma recém-chegada que esteve ali anteriormente, ela vem renovada: roupas novas, cabelo e unhas feitos). Tália (42 anos, proprietária de cabaré, dois filhos, entrevistada em 2012 no Suriname) ilustra a constante circulação das mulheres que atuam na prostituição como a "novidade", como se fosse o lançamento de uma nova coleção: "é porque às vezes elas acham que naquela corrutela os homens todos já conhecem ela, já não querem mais ficar com ela, então ela vai pra uma corrutela que nenhum homem nunca viu ela. Aí, é novidade. [...] Elas vão procurando ser sempre a novidade, sempre elas mesmo [mesmas] se reciclando, mas dessa forma: mudando de lugar [risos]".

De maneira geral, se o casal proprietário do cabaré combinou com a mulher a ida desta ao garimpo, paga a sua passagem até lá e cede um quarto no barraco; pode acontecer de alguns cobrarem três gramas de ouro por semana pelo quarto, mas a maioria não costuma cobrar, o que significa que o local e o contexto é que determinam se ela vai pagar alguma coisa. Contudo, no que tange à alimentação, esta é inegociável: ou é fornecida de graça ou não haverá mulher no cabaré. Como elas diziam, tem que "sustentar a mulher":

> Comida, elas [profissionais do sexo] não pagam, comida não. Eles [os donos do cabaré] dão comida. (Quirina, 42 anos, vendedora de loja chinesa de roupa, dois filhos, entrevistada em 2011 no Suriname)

> Lá [no cabaré] eu também não tenho despesa com nada. [...] Tudo é por conta dela, alimentação, tudo. (Yasmim, 34 anos, cozinheira de restaurante, duas filhas, entrevistada em 2011 no Suriname)

> – E no garimpo, quem paga as despesas?
> – Nós paga só o quarto. Toda semana. A gente paga o quarto, então tem direito à comida.
> – É quanto?
> – Se não me engano era dois gramas e meia — se não me engano — por semana. Todo sábado. (Yeda, 29 anos, vendedora de loja de máquinas e automotores, dois filhos, entrevistada em 2011 no Suriname)

> – No garimpo tu tem o teu quarto, tu leva o homem para o teu quarto.
> – Mas quem paga o quarto?
> – Lá ninguém paga quarto.
> – Ele [proprietário de cabaré] fala que as mulheres têm que ficar no quarto delas, mas ele não cobra o quarto. Ele te dá o quarto [...].
> – E a comida, quem paga?
> – Não, a gente não paga, a gente tem direito; eles têm que te dar, sustentar mulher, porque a mulher, lá, fica acordada a noite toda, ela bebe pra dar lucro pra eles, né, tudo isso. Aí, isso já é por conta deles. (Núbia, 38 anos, cozinheira no garimpo, dois filhos, entrevistada em 2011 no Suriname)

No garimpo uma refeição é cara, e não são muitos os lugares que a oferecem, o que faz com que aqueles que gerenciam algum tipo de negócio tenham a alimentação como excelente moeda de troca. Assim, levam os produtos de Paramaribo e contratam uma cozinheira. Ofertar a alimentação para o garimpeiro, para a cozinheira ou para a trabalhadora do sexo é certo e esperado. É uma regra de hospitalidade do patrão no garimpo.

Como mencionado, a exigência de pagamento do quarto de moradia e trabalho está relacionada ao local e ao contexto: depende da dificuldade para chegar ao local e/ou se há bastante cliente no cabaré. Há uma margem de negociação, pois se há procura por determinado estabelecimento, é cobrado o valor do quarto; se o garimpo é longe e não é fácil chegar até ele, e a mulher chega por conta própria, é de praxe não cobrar. Assim, da mesma forma que acontece com qualquer produto no mercado capitalista, em que a procura e a oferta determinam o valor, no caso do cabaré a circulação de mulheres determina a cobrança do quarto em garimpos tanto na Guiana como no Suriname — já na Guiana Francesa, por ser difícil levar uma mulher para o garimpo, se ela vai, mesmo por conta própria, tem todas as despesas (moradia e alimentação) pagas pelo cabaré. Quanto ao transporte, tanto na Guiana Francesa quanto na Guiana e no Suriname, se a mulher foi levada pela/o dona/o do cabaré geralmente esta/e paga o transporte de ida (para o garimpo) e o retorno à cidade é aquela que paga; no caso de ir para um novo cabaré em um outro garimpo, é a mesma coisa: se combinou, terá a passagem paga:

> Cabaré no garimpo? Fui, passei dois meses. Assim: um mês ia, passava três semanas, voltava pra cidade, voltava de novo pra outro, fiquei. No garimpo é muito arriscado, né, você vai por livre e espontânea vontade, né, você não deve nada pra ninguém. Tem dona de cabaré que até pagam tua passagem só pra ti estar lá, porque o importante pra elas é que esteja menina lá pra eles venderem a bebida que eles levam daqui. Então, às vezes eles até pagam a passagem da menina pra menina ir: canoa, avião e moto, né, eles pagam. [...] Eu fui pra França [Guiana Francesa] duas vezes e fui uma vez pra cá, pro Suriname. No garimpo do Suriname é diferente do garimpo da França, você já paga, toda semana você paga três gramas de ouro pra dona do cabaré. [...] Mais por causa do quarto, a comida eles são obrigados a dar. No garimpo da França, não, você não paga nada; não paga nada, nada, nada, você só paga mesmo a sua passagem pra você ir. Mas você vai em companhia da dona, mas você paga sua passagem. [...] Fui pra dois garimpos [...] pro lado da França: é mato mesmo, lá pra dentro, mato mesmo, longe; e um aqui no Suriname: dentro, aqui no Suriname, só pega mesmo carro e moto. Pra ir pra França é carro, moto e canoa, pra atravessar por dentro da mata. (Catarina, 34 anos, manicure, dois filhos, entrevistada em 2011 no Suriname)

> A dona do cabaré leva as meninas; de ida não paga a passagem, mas na volta vai ter que pagar [...], no ouro. E lá é o mesmo sistema: ela vai beber pra dar o lucro pra dona, e pagar o quarto. (Quirina, 42 anos, vendedora de loja chinesa de roupa, dois filhos, entrevistada em 2011 no Suriname)

> – E no garimpo, quando tu foste, tu pagaste tua despesa pra chegar lá?
> – Não, quando eu vou, geralmente é a dona do cabaré que paga. (Yasmim, 34 anos, cozinheira de restaurante, duas filhas, entrevistada em 2011 no Suriname)

> – O que eles cobram [no cabaré] é negócio de canoa que a gente vai, que é ele que paga pra levar. [...] aí tu trabalha e tu paga três gramas, quatro gramas ou cinco gramas.
> – O quarto?
> – Não, a viagem do hotel.
> – Ah, do transporte. Depois que tu paga o transporte, tudo o que você ganha é teu?
> – É meu. (Núbia, 38 anos, cozinheira no garimpo, dois filhos, entrevistada em 2011 no Suriname)

> – Elas ficam em média quantos dias no cabaré?
> – São quinze dias normais. Eu pagando tudo: passagem de canoa, de carro.
> – Mas aí é um acordo que vocês fazem?
> – Um acordo. Eu lhe pago a passagem de canoa, de carro, de moto.
> – Mas tem que ficar quinze dias?
> – Quinze dias. Se você sair antes de quinze dias você vai me pagar tudo o que eu paguei pra você. (Gustavo, 28 anos, dono de cabaré e garimpeiro, um filho, entrevistado em 2012 no Suriname)

O "não pagar nada", "eles te dão comida", "eles têm que sustentar a mulher" não significa que não seja necessária uma contrapartida, e como fica evidente na fala das interlocutoras, elas compreendiam muito bem a troca de favores: se a mulher não paga em

espécie pela utilização do local para atuar na prostituição, paga com o jogo de conquista que faz com que os homens consumam bebidas alcoólicas e que as paguem para ela, gerando lucro para o cabaré.

Embora não seja dito pelas proprietárias de cabaré que as mulheres devam consumir bebidas, há cobrança para que elas façam o cliente consumir o máximo possível e, implicitamente, faz parte das regras beber com ele, porque ele sozinho não conseguirá consumir o esperado. Aquelas que bebem muito durante o horário de atendimento são sempre mais procuradas pelos cabarés. Amanda[518] (51 anos, cozinheira de cabaré e sacoleira, três filhos entrevistada em 2012 no Suriname), cozinheira em um deles, mostrou-se indignada com essa lógica de gerar lucro para o cabaré: "Elas bebem muito. O dono do bar bota uma menina dessa para beber, para dar lucro. Eu acho isso muito errado: pegar a filha alheia, e aí? É muita injustiça. [...] Aí, bebem muito. Tem que beber, no outro dia tem que beber de novo".

Os quinze dias que em geral as trabalhadoras do sexo ficam em um cabaré significam trabalho intenso e cansativo, uma vez que as atividades ocorrem sobretudo à noite e o consumo de bebida (normalmente cerveja) pelas mulheres é esperado pela proprietária. Qualquer pessoa que consuma álcool diariamente em grande quantidade terá sua saúde comprometida, mas poucas entrevistadas falavam sobre isso. O intervalo de repouso gira em torno de uma semana, tempo curto para recuperação — e com um intervalo de tempo tão pequeno sem bebida, será que essas mulheres não desenvolvem problemas de alcoolismo?

[518] Amanda, 51 anos, cozinheira de cabaré e sacoleira, três filhos, 6ª série, nasceu no Maranhão. Viajou pela primeira vez para o Suriname em 2007, aos 38 anos: estava desempregada e foi convidada para trabalhar como empregada doméstica em uma corrutela, na casa de uma conhecida de sua cidade natal (na época, dois dos seus filhos já eram maiores de idade e trabalhavam; o menor ficou com o ex-marido). Fez um longo percurso para chegar até lá: do Maranhão ao Pará, de ônibus; do Pará ao Amazonas, de barco; do Amazonas a Boa Vista, de barco; de Boa Vista a Paramaribo, de van — e então foi de carro até o ponto onde pegou uma canoa, para atravessar o rio, e o resto do percurso, até a corrutela, fez de moto. Sua passagem, que custou 40 gramas de ouro (valor de seu salário mensal, pago em ouro), foi paga por sua empregadora, que a parcelou em duas vezes, descontando diretamente de seu salário. Depois foi trabalhar como cozinheira em um cabaré na mesma corrutela, e, paralelamente, vendia roupas, sandálias e perfumes — em 2012 exercia as mesmas atividades. Um de seus filhos também foi para o garimpo, mas na Guiana Francesa, e, segundo vizinhos, morrera baleado pouco tempo antes de ela ser entrevista, em uma área clandestina de exploração de ouro (como Amanda não tinha visto o corpo, recusava-se a aceitar que ele estava morto). Ela costumava ficar entre três e seis meses no garimpo — tempo suficiente para juntar uma quantia em ouro e receber os valores das mercadorias vendidas — que normalmente vendia a prazo — , e retornava ao Brasil. No Brasil, quando acabava o dinheiro (em média, três meses), voltava ao garimpo no Suriname, levando mercadorias para vender. Na entrevista, disse que pretendia retornar de vez ao Brasil nos próximos meses, assim que juntasse dinheiro suficiente para fazer uma casa e montar um comércio — seu objetivo desde que foi para o garimpo em 2007. Amanda estava no Suriname como turista.

8.1 “Dar lucro para o cabaré”: beber e incentivar o consumo de bebida alcoólica

A atividade exercida tanto no clube como no cabaré é a mesma, mas as regras são outras. O casal proprietário do cabaré cria toda uma logística para receber e manter uma mulher, mesmo que fique pouco tempo — principalmente porque não tem a dívida para controlar o tempo da sua estadia. E é porque precisam dela para ter lucro que oferecem o transporte, a estadia e a alimentação.

No cabaré, todo o lucro gira em torno do consumo dos clientes, ou seja, as mulheres fazem companhia a eles, incentivando-os a consumir, principalmente bebida alcoólica, que é ingerida em grande quantidade. Geralmente elas passam a noite nesse jogo, e muitas também bebem bastante, mas é sempre o cliente quem paga. Assim, a mulher tem papel importantíssimo nesse negócio, que funciona como um grande teatro, com espetáculos sem hora marcada para começar ou terminar:

> Quando nós vamos num garimpo [cabaré] de um brasileiro, não paga nada, o brasileiro [dono] que dá. Dá alimentação, quarto, dá tudo, nós não pagamos nada, [é] só nós fazer os homens pagar as bebida, pra eles beberem. E a gente não é obrigada a beber, bebe quando quer, quando não quer não bebe, ele não obriga. O brasileiro não obriga a fazer nada. (Marta, 33 anos, sacoleira, dois filhos, entrevistada em 2011, no Suriname)

> – Em garimpo elas não gastam nada, né? [...] O dono do cabaré leva elas pro garimpo, dá comida, dá quarto para elas morarem. Elas podem ficar o tempo que elas quiserem. [...] Elas não pagam pra ele nada.
> – Ele não ganha nada?
> – Ele lucra do que ele vende a bebida dele. Ele vende, é a bebida que ele lucra. Ele vende bebida, é um bar, aí leva as meninas pra beber com os rapazes, pra dar lucro pra ele. Vão e voltam na hora que elas querem. Vão passear, tomar banho no rio. (Giovana, 38 anos, dona de loja, quatro filhos, entrevistada em 2011 no Suriname)

> – E no garimpo, tinha multa também?
> – Não, não. [...] Fazer o cara beber, né, porque é disso que ele vive [o cabaré]: de bebida, vendendo.
> – Como é que você faz o cara beber?
> – Às vezes a gente bebia com o cara, quando não, falava: “Paga uma pra mim”. Às vezes o cara queria que tu estivesses fazendo companhia pra ele, e ele ficava lá, ficava bebendo. Porque muita mulher não bebe, mas tem muita mulher que bebe, né, então ela bebia com ele. (Yeda, 29 anos, vendedora de loja de máquinas e automotores, dois filhos, entrevistada em 2011 no Suriname)

> – Por que tu dizes que tem umas donas de cabaré que são nojentas?
> – Assim, a mulher, vamos supor, se a mulher não dá despesa, né, ela já fica com raiva da mulher, aí já quer cobrar a comida que a mulher come, né. [...] Se a mulher ficar com o cara, por mais que esteja conversando, ela quer que a mulher faça o homem gastar pra dar lucro pra ela. [...] eu não vou passar a noite todinha me encachaçando, me embriagando de cachaça, dando lucro pra dona do cabaré e depois, no outro dia, eu estar sem nenhum tostão no bolso, sem nenhuma grama de ouro. (Yasmim, 34 anos, cozinheira de restaurante, duas filhas, entrevistada em 2011 no Suriname)

> – Eu pago só a ida [para o cabaré], a vinda [quando vão embora] elas pagam.
> – Mas para ficar lá, tu dás comida?
> – Dou tudo. Trato bem, não cobro nada. Elas só me ajudam.
> – Ajuda como?
> – Na bebida. Assim, elas bebem, os caras pagam, entendeu? Eu vivo assim [...]. (Cláudia, 32 anos, dona de cabaré/cantina e de máquina no garimpo, duas filhas, entrevistada em 2012 no Suriname)

> A única coisa que elas têm que fazer é beber. É beber, entendeu? Beber. Aí, pra elas ganhar o delas, ela tem que ir levar o homem, né, agradar o homem e levar. Mas o que elas têm que fazer pra ajudar a dona é beber, é a única coisa. Não é cobrado comida, não é cobrado nada delas, passagem, nada. Então, o que elas tinham que fazer era beber. E, às vezes, tinha algumas que bebiam muito mesmo. Por querer ajudar, bebiam demais. (Tália, 42 anos, proprietária de cabaré, dois filhos, entrevistada em 2012, no Suriname)

> – Mas, assim, já que você pagava comida e tudo, você lucrava com o quê?
> – Com a renda que ela me dava: bebida. Quanto mais ela bebesse, mais eu ganhava.
> – Porque o homem paga a bebida dela.
> – Paga. Porque eu tenho [...] oito mulheres aqui, oito. Oito mulheres, cada mulher dessas... Tem oito homem: cada mulher tem um homem em cada mesa, faz oito homens, né? Oito homens pagando bebida, tu ganha muito dinheiro, tá entendendo?
> – Os homens sabem que a menina tá pedindo bebida pra te dar lucro?
> – Sabe. Todo mundo sabe. O cabaré sem mulher não vai, não funciona, tá entendendo? Os homens só vêm beber se tiver mulher. Porque uma caixa de cerveja é 1.5, é uma grama e meia, né, uma caixinha! Oito homens são oito caixinhas. Quanto não dá em ouro? E não bebe só uma. E depois que bebe uma, já bebe mais outra, bebe outra, bebe outra. Teve dia que, por dia, eu vendo 80, 100 gramas. Por dia.
> – Quanto é uma cerveja?
> – São dois décimos. Uma, tá entendendo?, uma cerveja. Era muito bom aqui, o cabaré, antes, agora deu uma caída, [...] dá pra ganhar um dinheiro, tá entendendo? Quando o garimpo tá no auge, o garimpo tá correndo ouro — movimento de máquina, sabe? —, você ganha dinheiro, você vende bem. Você compra casa no Brasil, você compra carro, você ganha bem. (Gustavo, 28 anos, dono de cabaré e garimpeiro, um filho, entrevistado em 2012 no Suriname)

Todo o jogo de sedução para garantir que o consumo de bebida seja o maior possível faz movimentar o cabaré, e esse formato do negócio tem o consentimento do homem, que

conhece as regras do jogo. As mulheres apoiam-se na ideia de que eles estão carentes longe de casa, que a sua companhia vale qualquer preço:

> – "Você tem um quarto pra me arrumar?" Você diz: "Tem". Aí, elas que se viram com o dinheiro delas, têm os homens delas; apenas, eu só dou a alimentação e o quarto.
> – E os homens ainda não perceberam que elas ficam pedindo, botando eles para beber?
> – Não. Tu sabes, né, eles se sentem carentes num mato desse. Não dá para alegar nada. (Cláudia, 32 anos, dona de cabaré/cantina e de máquina no garimpo, duas filhas, entrevistada em 2012 no Suriname)

E para a trabalhadora do sexo? Apenas quinze dias no cabaré possibilitam que tenha lucro? A resposta das interlocutoras era sempre positiva:

> Porque lá [garimpo] elas ganham mais, com certeza. Ganha ouro, né, aí é praticamente o triplo do que ela ganha aqui na cidade. (Giovana, 38 anos, dona de loja, quatro filhos, entrevistada em 2011 no Suriname)

> Dava. Teve meninas que saiu daqui com... Que eu guardava pra elas, entendeu?, porque eu achava melhor não deixar dentro dos quartos, porque elas bebem, aí não sabem com quem está saindo, às vezes dorme de porta aberta. Porque é muita bebida, é muita bebida mesmo. [...] Então teve meninas que já chegou a ganhar 170 gramas, 140 gramas, 130 gramas. (Tália, 42 anos, proprietária de cabaré, dois filhos, entrevistada em 2012 no Suriname)

8.1.1 De grama em grama: ganhar o ouro e trocar de cabaré

No garimpo, o dinheiro, ou melhor, o ouro que a mulher ganha com a relação sexual é dela, não existem taxas a serem pagas para o cabaré, e não há a retenção do passaporte. Enquanto estiverem ganhando, as trabalhadoras do sexo permanecem no cabaré. O valor de uma relação sexual de vinte ou trinta minutos, "um 20 e 20" como os homens costumavam falar, custa entre três e cinco gramas de ouro; dormir com uma mulher, ou seja, uma noite inteira com ela, custa entre 6 e 10 gramas[519]. O valor cobrado no cabaré é maior que no clube, mas o tempo com o cliente é quase exclusividade, uma vez que a mulher passa parte da noite envolvida no jogo de sedução, para que o consumo de bebida seja maior:

[519] Em 2012, durante a pesquisa de campo, no garimpo um grama de ouro custava quarenta e dois dólares americanos, mas no mercado internacional, quarenta e cinco dólares, equivalente a quarenta e um euros.

> É chamado 20/20. [...] É três gramas que elas cobram, três gramas só dela. Não é cobrado chave, nada. Três gramas, e pra dormir, seis gramas, que é a noite toda, entendeu? Seis gramas. Aí, é nesses seis gramas que elas começam a beber muito, porque elas não querem ir pro quarto com homem, elas querem deixar pra ir lá pras quatro horas, três horas [da manhã], então ele vai entrar e daqui a pouco vai sair pra trabalhar, né? Aí, é na hora que elas bebem demais, por isso que o delas é... já tá pago, aí ele também começa a se alegrar e se divertir também, e esquece de levar a menina pro quarto. E elas gostam disso, porque elas não fazem quase nada, só bebe muito, e não têm que ficar muito tempo com o homem no quarto. Se fosse dez horas [da noite] ia ter que ficar a noite toda lá com ele. (Tália, 42 anos, proprietária de cabaré, dois filhos, entrevistada em 2012 no Suriname)

Os gramas de ouro, que usualmente são transportados embrulhados em papel (Figura 37), são pesados na balança (Figura 38) que todo comerciante, dono de máquina e proprietário de cabaré precisam ter no garimpo, pois é a principal moeda de troca no local. "É uma balancinha pretinha, dá um palmo. [...] Tu chega com teu pacotinho de ouro, tu tira aqui, tu já tem mais ou menos uma noção. [...] O garimpeiro, só de pegar no peso, já sabe quanto é que tem. [...]. E se a balança estiver roubando, ele já sabe, não pode passar uma grama" (Marcelo, 37 anos, garimpeiro, um filho, entrevistado em 2012 no Suriname).

Figura 37: A maneira como os gramas de ouro são transportados nas corrutelas (2012).

Figura 38: A balança para pesar ouro (2012).

Há clientes que preferem atendimento domiciliar: “Lá no garimpo é assim: às vezes o homem vai lá [no cabaré], quando não, a mulher vai lá pro barraco” (Lara, 52 anos, proprietária de cantina e cabaré, três filhos, entrevistada 2011 no Suriname) — aí a quantidade de ouro a ser dada à mulher aumenta. Nesse tipo de atendimento, que por vezes passa de uma noite, muitas assumem os afazeres domésticos (lavar a roupa dele, por exemplo).

De acordo com as entrevistadas, ir para o cabaré é mais lucrativo do que no clube porque neste os clientes pagam só o valor da relação sexual, e naquele, onde os clientes em sua maioria são brasileiros, além de elas receberem em ouro, há clientes que gostam de dar joias, há os que pagam valores a mais do que o cobrado, há os que dão dinheiro para resolver problemas no Brasil.

> – Os homens já sabem o preço, né?
> – Já!, não precisa ninguém perguntar, já sabe quanto é.
> – Se quiser pagar a mais...
> – Eles pagam. Alguns, bacanas, ajudam. Se eles gostam, já ajudam elas, entendeu? Mas eles não empatam elas de trabalhar. (Cláudia, 32 anos, dona de cabaré/cantina e de máquina no garimpo, duas filhas, entrevistada em 2012 no Suriname)

Embora no garimpo a atividade continue sendo a prostituição, as mulheres entrevistadas viam o cabaré com mais liberdade, falavam da não obrigatoriedade de estar ali quando desejavam encerrar as atividades, da possibilidade de ir embora. Elas cumpriam o tempo de quinze dias e consideravam que já haviam desempenhado seu papel: “dar lucro” para o estabelecimento — diferente do clube, onde tinham que cumprir horário e não podiam sair sem ter pago a dívida:

> – Mas o garimpo funciona todo dia?
> – Todo dia, dia e noite. Todo dia tem gente. [...] Na hora que não quiser mais, vai dormir; quem quiser fica, quem não quiser vai dormir, não é obrigado a ficar. (Quirina, 42 anos, vendedora de loja chinesa de roupa, dois filhos, entrevistada em 2011 no Suriname)

8.1.2 Circulação no "piseiro de brasileiro": a realização de bingos, torneios e festas de aniversário

Segundo os interlocutores garimpeiros, toda área de exploração mineral tem que ter uma corrutela nas proximidades, por causa dos diversos serviços voltados a quem trabalha no garimpo. Normalmente uma corrutela tem comércio de gêneros alimentícios, igreja, campo de futebol... e cabaré:

> – Bola, uma festa, um bingo, e pá!, o cara... Tudo tem.
> – E o futebol, rola que dia?
> – Mais dia de domingo, quando o garimpeiro... ninguém trabalha, é dia de descanso do garimpeiro. Nem todo lugar é assim, que tem lugar que dia de domingo não para, é topado [lotado]. Agora, tem lugar, não; para mesmo, é obrigação parar.
> – Aí, todo mundo vai jogar bola.
> – Bolinha. Vão tomar sua cervejinha. Uns vai ligar pra família. Uns vão lavar uma rede, uns vão lavar uma roupa. Aqueles que gostam de currutela, vai pra currutela, né. (Marcelo, 37 anos, garimpeiro, um filho, entrevistado em 2012 no Suriname)

Nas corrutelas são realizadas grandes festas, inclusive relacionadas a aniversários, promovidas pelos cabarés ou organizadas por pessoas dali, tendo, como atrativos principais, shows de pequenas bandas, bingos, sorteios, torneios, sexo pago — eis o formato do "piseiro de brasileiro" no garimpo, momentos em que chegam muitas mulheres e centenas de homens para se divertir e arriscar a sorte, pois há vários prêmios, desde animais (porco, vaca), cerveja e joias até motos, mulheres e ouro. A movimentação na corrutela aumenta significativamente e os negócios também, pois a propaganda, feita através de cartazes (Figuras 39 e 40), é bem abrangente. Espalhados em locais movimentados como salões de beleza, cabarés, bares, restaurantes e até no porto de chegada e saída de canoas, os cartazes anunciam os eventos. Torneios de futebol são os mais comuns, e criatividade não falta (a Festa da Cerveja no Balde é um exemplo), o importante é a mobilização para atrair mulheres e homens e garantir a venda

de comida e bebida. As festas de aniversário de donos/as de cabaré também atraem muita gente, sobretudo daquelas/es conhecidas/os por oferecer mulheres bonitas em seu estabelecimento — e não faltam cartazes para anunciá-las (Figura 41).

Figura 39: Cartaz e placa anunciando a 2ª Festa dos Motoqueiros no garimpo do Macu (Suriname), com bingo de quatro motos 4x4 (2012).

Figura 40: Cartazes anunciando torneios (de bilhar, de dominó, de futebol feminino e masculino) e a Festa da Cerveja no Balde (2012).

Figura 41: Cartazes anunciando festas em comemoração a aniversários (2012).

Pelo que disse Marcelo (37 anos, garimpeiro, um filho, entrevistado em 2012 no Suriname), a propaganda surte efeito, e além de muitos brasileiros e brasileiras, também os *Noirs Marrons* costumam frequentá-las:

> Esse ano teve um bingo grande, de oito motos. É a Festa do Bode. [...] Dá gente... chega na beira do rio, lá, sabe? Garimpeiro, mulher. Aparece mulher que não sabe nem daonde; aparece tanta gente naquele mato, tanta gente entocada por dentro daquele mato. Quando acontece uma festa, tu não sabe nem daonde aquele povo saiu. Aqui deve ter muito garimpeiro, por dentro desse mato, que ninguém sabe. Sabe que em tempo de festa ali no Bode tu fica te embarreirando nas pessoas. Tem gente bebendo, bebendo. É preto, é brasileiro.

Com as festas o consumo de mercadorias também movimenta a economia da corrutela. Sabrina[520] (25 anos, sacoleira, sem filhos, entrevistada em 2012 no Suriname), por exemplo, que é sacoleira, aproveitava os dias de festa para vender roupas, acessórios, perfumes — e estava sempre atenda às datas, para não perder os eventos:

> – Aqui no Macu as máquinas estão longe, difícil vir gente, é mais quem mora aqui [...]. Aqui é bom em período de festa, que o povo vem, tipo agora: dia 15 e 16 vai ter festa na Yana, e vai lotar aqui. Ô!, vai dar muita gente.
> – Dia de festa o pessoal vem mais?
> – O quê!? Aqui lota de uma tal forma que tu não sabe de onde chega gente.

Regina[521], 53 anos, gerente de cabaré e promotora de eventos, 1ª série, sem filhos, nasceu em uma pequena cidade do interior do Maranhão, mas cresceu em Imperatriz, no mesmo estado. Aos 22 anos foi para Tucuruí (Pará), em busca de emprego, e de lá decidiu seguir para um garimpo em Itaituba. Em garimpos trabalhava como cozinheira ou em serviços domésticos,

[520] Sabrina, 25 anos, sacoleira, sem filhos, 2º ano do ensino médio, entrevistada em 2012 no Suriname, nasceu em Belém. Em 2009, aos 22 anos, migrou para o Suriname, para morar com a mãe (que estava nesse país havia mais de trinta anos), e profissionalmente seguiu os passos desta, que vendia roupas e outras mercadorias, que levava do Brasil, no garimpo — Sabrina passava, em média, dois meses no Suriname e voltava ao Brasil, para fazer compras. Explicou que vender roupas no garimpo é um bom negócio, com lucro garantido, porque quando a/o brasileira/o está com ouro prefere comprar produtos das marcas que estão na moda — e afirmou que sempre sabia quais eram. Quando foi entrevistada estava pensando em vender roupas na Guiana Francesa: "Eu estou querendo ir, mas estou criando coragem. [...] Está tendo uma fofoca aqui perto, num garimpo perto, aqui da França [Guiana Francesa]; é da França, mas é perto. Estão fazendo 600 gramas, 600 gramas por tambor. Dinheiro, né. Vou lá dar uma volta". Sabrina tinha permanência no Suriname renovável a cada dois anos.

[521] Entrevistada em 2012 no Suriname. Regina estava irregular nesse país: seu passaporte vencera e ela não podia tirar outro porque tinha perdido os documentos pessoais. No momento da entrevista aguardava a chegada de um amigo que estava no Brasil (era da mesma cidade que ela), que traria uma outra via da sua Certidão de Nascimento, em posse da qual ela poderia procurar a Embaixada brasileira para tentar resolver a sua situação.

e por vezes como trabalhadora do sexo, mas, como nunca gostou de se prostituir, além do trabalho cotidiano não relacionado à prostituição sempre tinha um homem que a ajudava. Com o fechamento dos garimpos de Roraima em 1992, ela foi para Boa Vista, e naquele mesmo ano migrou para o Suriname, varando pela Guiana, para trabalhar como cozinheira — na época tinha 33 anos. Quando estava sem trabalho, "fazia *ploc"*, e ficou circulando entre o Suriname e a Guiana Francesa até 2000, sempre ilegalmente; nesta última, chegou a trabalhar como sacoleira em Kourou e Caiena (vendendo roupas, relógios, carne...). Em 2000 voltou pela primeira vez ao Brasil: foi para Oiapoque, e foi convidada por uma amiga para gerenciar uma boate de prostituição dessa cidade, na qual permaneceu por quatro anos. A boate era uma espécie de local de passagem: as mulheres, em sua maioria oriundas de Macapá e Belém, chegavam, ficavam poucos dias e seguiam para o Suriname ou para a Guiana Francesa. Em 2004 Regina voltou para o Suriname, para um garimpo, e tentou montar um cabaré em parceria com uma amiga em um garimpo na Guiana Francesa, mas a amiga, dona do capital, acabou indo embora para Paramaribo (foi fazer compras e não voltou) — e Regina acabou sendo convidada por uma outra amiga para gerenciar um cabaré no próprio Suriname, no qual ainda estava quando foi entrevistada (2012). Explicou que a corrutela estava sem muito movimento naquele momento, por isso o cabaré não estava funcionando, e que costumava promover, nos finais de semana, bingos ou festas ali. Como boa parte das brasileiras que estão no Suriname, ela circula em diversas atividades laborais: quando está sem dinheiro, ajuda moradores da corrutela em serviços domésticos, ou vende coisas. Também disse que, por causa da idade, já não tem paciência para trabalhar diariamente com trabalhadoras do sexo, pois dá muito trabalho, prefere atuar na promoção de eventos no garimpo:

> – Às vezes, quando dá certo, eu faço uma brincadeirinha, organizo.
> – Quando a senhora organiza, como a senhora contata as mulheres para vir?
> – Muitas vêm. Às vezes, não; às vezes é só do baixão. O pessoal da currutela e do baixão faz à festa, né. Por exemplo: você faz um contrato de uma banda, uma coisa, uma brincadeira, as pessoas vêm, considera a gente. Elas vêm do baixão...
> – A senhora só faz o comercial?
> – É. A gente faz os cartazes: olha, tal dia vai ter uma festinha e tal, vai ter uma brincadeira. A pessoa vem. Quer dançar, quer beber.
> – As meninas vêm por conta também?
> – Vêm por conta. [...] Se quiser alguma dormida, a gente dá; pode ser ela, pode ser uma amiga. Mas depois que terminou, cada uma procura sua vida.

As brasileiras proprietárias de cabaré tinham experiência anterior na prostituição, e muitas disseram que foi o namorado ou companheiro que lhes deu o dinheiro para montar o seu próprio cabaré. Cleonice (40 anos, proprietária de cabaré, três filhos, entrevistada em 2012 no Suriname), por exemplo, administrou um cabaré até que seu companheiro (de quem já se separara na época da pesquisa de campo) lhe presenteou com um. Desde então, vinha investido nele, e, com o que ganhava, pagava a educação para os filhos na rede privada de ensino no Brasil:

> – Morei com um brasileiro, aí ele comprou isso aqui e deu pra mim trabalhar sozinha, por minha conta, e eu tô indo devagarzinho. É... sete meses. Aí, eu vou ver, porque, como tá parado aqui... aqui, como tá parado e eu... é daqui que eu sustento a minha família, meus filhos, eu pago a faculdade, eu pago três faculdades...
> – Paga faculdade pros seus filhos?
> – Eu pago pros dois e pago escola particular pro menor. A gente não pode ficar esperando cair do céu, né. [...] Eu tenho só uma [mulher] aqui, que eu tô vendo se ela vai esses dias embora, porque eu já tô construindo um outro cabaré pra mim, lá numa montanha. [...] Aí, eu só vou fechar esse daqui, não vou vender, não vou tirar nada de dentro dele, porque, quando acabar a fofoca lá, que a fofoca na montanha é fofoca de moinho...

Em alguns garimpos as *Noirs Marrons* são as proprietárias, mas os seus cabarés têm estrutura mais modesta; por vezes são afastados da corrutela, as trabalhadoras do sexo são dominicanas ou surinamesas, estas últimas sobretudo *Noirs Marrons*. Em alguns deles não são aceitas mulheres brasileiras, pois há a preocupação de que elas se envolvam com *Noirs Marrons* comprometidos: "Tem cabaré de preto, mas eu nunca fiquei [em um deles], primeiro porque tem muitos que as donas não gostam que vá brasileira. [...] dominicanas vão mais. [...] É difícil a gente ver hindustana: é mais javanesas, dominicanas e pretas" (Marília, 33 anos, cozinheira, três filhos, entrevistada em 2012 no Suriname). Nesses cabarés os preços são mais baixos que os cobrados nos de brasileiras/os, e são espaços pouco frequentados por homens brasileiros — mas alguns admitiram usar os serviços sexuais nesses cabarés, nos quais buscavam discrição e tranquilidade, pois, segundo disseram, neles não costuma haver brigas e as mulheres não pedem muita bebida; o interesse maior desses brasileiros era a compra de sexo, não a festa. Leandro[522]

[522] Leandro, 55 anos, garimpeiro, sete filhos, não alfabetizado, entrevistado em 2012 no Suriname, nasceu no Ceará. Foi garimpeiro em Itaituba no final da década de 1980, depois montou um comércio. Com mais de vinte anos distante da vida de garimpeiro, voltou a ela em 2012, deixando a mulher e os sete filhos no Brasil; disse que sentiu saudade do garimpo e, como queria conhecer o Suriname, achou que era o momento de retomar a antiga atividade: "quando foi agora, depois de tantos anos, depois de bem velho [55 anos], foi que me deu aquela vontade de novo, né — porque isso é uma cachaça que dá, e a gente fica com vontade de vir. Aí, eu tinha vontade de conhecer o Suriname, e gostei". No momento da entrevista estava iniciando o trabalho em uma área de exploração

(55 anos, garimpeiro, sete filhos, entrevistada em 2012 no Suriname) costumava frequentar cabarés de *Noirs Marrons*, que considerava mais discretos e porque em geral neles não há brigas:

> – Tem três cabarés aí, mas, você vê, não tem zoada nenhuma aonde que eu conheço; quando é assim... cabaré de gente brasileiro é... dificilmente pra uma noite não dar um problema, mas eles aí, não.
> – Não tem brasileira nestes cabarés, não?
> – Não, não está tendo brasileira, não; só tem madame mesmo, particular da área deles mesmo, mas elas têm contato, conversa bem com a gente, atende bem.
> – Elas falam português?
> – Elas falam, entende o que a gente diz, a gente entende o que ela diz, mas [...] [é preciso] muito *taki-taki*, muito mesmo, pra poder a gente se compreender com elas.

Apenas uma das entrevistadas, Marta (33 anos, sacoleira, dois filhos, entrevistada em 2011 no Suriname), havia trabalhado em cabaré de *Noir Marron*. Segundo ela, neles é preciso pagar tudo, da alimentação ao quarto, o que também afasta brasileiras. Marta não gostou da experiência:

> – Tu chegaste a trabalhar em algum que não é de brasileiro?
> – Já trabalhei, de moreno.
> – É? Mas, assim, é diferente?
> – Diferente.
> – Por que que é diferente?
> – Porque de brasileiro é melhor. Brasileiro sabe tudo o que a gente gosta de comer, surinamense não. Os morenos querem que a gente coma a comida deles, e não é gostoso [risos]. É melhor o do brasileiro. [...] Ganha mais [em cabaré de brasileiros], tem mais conforto também.

Diferente dos garimpos do Suriname, onde poucos brasileiros procuram trabalhadoras do sexo *Noirs Marrons*, as brasileiras que prestam serviços sexuais em garimpos da Guiana têm concorrência local: as caboclas[523] — ou, como falam os brasileiros que costumam procurá-las, as "caboclinhas" —, que cobram mais barato e são muitas:

> – Em todas currutela têm cabaré; todas as currutela. Onde nós tava, lá em frente, [no] Manu, tinha. Só que a maioria dessas meninas... As brasileiras

mineral nova, concedida a um brasileiro em sociedade com duas brasileiras que trabalhavam na cozinha. Estava no Suriname irregularmente.

[523] Mestiças de indígena com branco; têm pele acobreada, cabelos pretos e lisos.

> quase não gostam de ir, assim, ficam mais é aqui na "rua"; vai mais é cabocla, pessoal mesmo da terra — mas, também, às vezes vai brasileira também.
> – Nos cabarés do baixão, da corrutela, é gente da terra?
> – Da terra. E brasileira também, às vezes, vai. [...] A maioria é da terra, mas vão também muitas brasileiras. Quando elas sabem que o garimpo tá bom, que tá dando muita produção, aí elas vêm. (Yonara, 53 anos, proprietária de restaurante, uma filha, entrevistada em 2012 na Guiana).

A justificativa para a procura maior, pelos brasileiros, dos serviços sexuais oferecidos pelas nacionais na Guiana, comparativamente aos brasileiros que estão em garimpos no Suriname, poderia ser o valor dos serviços prestados, mas as *Noirs Marrons* também oferecem serviços mais baratos que as brasileiras — e as narrativas apontam que os brasileiros, quando vão para o cabaré, não economizam nem com mulher nem com bebida.

Nesse contexto, talvez a diferença na "preferência" de brasileiros que vivem na Guiana e brasileiros que vivem no Suriname esteja relacionada a preconceitos raciais (dos que estão em garimpos no Suriname em relação às *Noirs Marrons*), à idade das mulheres (dos que estão na Guiana: as nacionais são mais jovens que as brasileiras), mas, o mais provável é que a assiduidade de brasileiros aos shoppings de nacionais na Guiana se deva ao fato de que elas circulam menos que as brasileiras, ou seja, estão fixadas nos locais de passagem dos homens — mas eles não mencionam a utilização dos serviços de mulheres negras, só das caboclas[524]. De todo modo, percebe-se que marcadores de "raça", geracionais e de nacionalidade estão presentes na escolha do cabaré.

O número de brasileiras que vão para garimpos na Guiana varia conforme a produção de ouro: onde não tem fofoca tem pouca brasileira ou nenhuma, mas elas são numerosas em festas e torneios (por isso dizem que tem muitas); as nacionais estão lá cotidianamente e as brasileiras, sempre em mobilidade, vão e vêm conforme a movimentação financeira, e, como no Suriname, em geral ficam no cabaré por um período de quinze dias.

[524] Não foi possível verificar se essa "preferência" estava isenta de preconceito. Mariana Pereira, em estudo sobre etnicidade e a nacionalidade dos moradores da fronteira Brasil-Guiana, realizado na década de 2000, apontou que nos dois países "as representações coletivas que se têm dos caboclos são pejorativas e obedecem a um forte componente ideológico dos interesses que se encontram em jogo" na região (PEREIRA, Mariana Cunha. *A ponte imaginária: o trânsito de etnias na fronteira Brasil-Guiana.* 181p. Tese [Doutorado em Antropologia Social] - Universidade de Brasília, Brasília, 2005, p.96).

8.1.3 Conflitos, tensões e violência: as relações no cabaré podem se complicar

Embora o tempo de permanência em um cabaré seja curto, nem sempre é harmonioso; às vezes acontecem brigas entre as mulheres ou entre elas e um dos donos, ou seja, também há tensão, e pode, inclusive, acabar em morte. Tália (42 anos, dois filhos, entrevistada em 2012 no Suriname), proprietária de cabaré no Suriname, definiu o ambiente como "um BBB[525] da vida real":

> – Então, aí tu vieste pra cá e estava cozinhando, e conheceu o teu esposo atual.
> – Conheci ele, aí já deixei o trabalho, já vim morar com ele, aí foi que ele botou na minha cabeça pra trabalhar com negócio de cabaré. [...] Aí nós começamos a trabalhar, mas só que, pra mim, não dá. Pra mim não dá porque lidar com pessoas, com mulheres bebendo, brigando...
> – Brigam muito?
> – Brigam.
> – E brigam por quê?
> – Brigam pelos homens, brigam pelas roupas, brigam porque uma é mais bonita do que a outra, brigam porque uma falou alguma coisa. É tipo um BBB da vida real, entendeu?

Diferente do clube, no cabaré não há punições preestabelecidas para brigas e desentendimentos, mas quando se repetem as mulheres são convidadas a abandonar o local: "Toda vez que a mulher chega no cabaré, a dona do estabelecimento já fala logo: 'Não quero confusão aqui no meu cabaré, se vocês tiver algum arranca-rabo, pra fora que eu não quero discussão aqui'" (Yasmim, 34 anos, cozinheira de restaurante, dois filhos, entrevistada em 2011 no Suriname). Mas pode haver desentendimentos entre a dona do cabaré e uma trabalhadora do sexo, e uma situação que pode causá-los é quando esta amplia a relação com um dos clientes, quando o recebe no quarto com mais frequência do que outros, evidenciando uma relação que vai além de sexo e dinheiro mas ainda assim permanece no local — relação que elas chamam de "xodó":

> Amigar, ficar lá xodosada dentro do cabaré, [...] aí eu mando logo embora. (Cláudia, 32 anos, dona de cabaré/cantina e de máquina no garimpo, duas filhas, entrevistada em 2012 no Suriname)

[525] Referência ao Big Brother Brasil, popularmente chamado de BBB, versão brasileira do *reality show* Big Brother, com a intenção de reforçar a ideia de que no cotidiano do cabaré há brigas e desentendimentos entre as mulheres, e, como no BBB, os conflitos no local não ficam no domínio privado, viram "espetáculo" (e podem acabar em violência).

> A mulher não pode ficar com um homem mais de uma vez porque [a dona do cabaré] já diz que é xodó. (Yasmim, 34 anos, cozinheira de restaurante, duas filhas, entrevistada em 2011 no Suriname)

E podem ocorrer problemas mais graves. Cláudia (32 anos, dona de cabaré/cantina e de máquina no garimpo, duas filhas, entrevistada em 2012 no Suriname) brigou com uma das mulheres que estavam em seu cabaré por causa do seu companheiro, o que resultou em agressões graves entre elas:

> Tá com seis meses que eu saí de uma condição: uma mulher que comia, bebia, dormia no meu barraco, quando eu adoeci e vim pra cidade, a primeira coisa que ela fez foi dormir com o meu marido. [...] Perdoei, porque ele disse nunca mais… ele disse que não ia fazer mais… Aí, eu dei uma pisa [surra] nela, de facão.

A traição que desencadeou a briga entre as duas também resultou em violência doméstica, pois Cláudia apanhou do marido — mas não foi a primeira vez que ele bateu nela nem foi o primeiro homem a fazer isso, pois seu primeiro companheiro no Suriname, com quem conviveu oito anos, constantemente a agredia[526]:

> – Ele mudou, ainda me bateu por causa dela. Aí eu peguei ela na reta [...], ela foi embora pro Maranhão dela. [...] Mas Deus é tão maravilhoso que não deixou eu tirar a vida dela, [...], mas não feriu ela muito, eu só fiz sangue. A raiva foi grande demais. Ela ainda dizia que eu era velha — porque ela tinha 22 anos —, [que] ele queria uma novinha, [que] ela ia me mostrar como ela ia me tomar ele. Digo: "Você pode ficar com ele à vontade — agora, o que é meu [o cabaré, a máquina], homem não toma não, aquilo ali é meu. Você pega a boroca dele e leva, mas o que você quer eu não dou, porque eu suei, eu trabalhei pra estar onde nós estamos hoje". [...] Quando ele não tinha nada, só a boroca, ninguém queria. Hoje ele é um homem.
> – Ninguém diz "chega", "deixa"?

[526] A violência doméstica, citada por interlocutoras desta pesquisa como fator motivador da viagem, aparece na fala de algumas mulheres como algo que se repete, com companheiros ou ex-companheiros, no Suriname. Um exemplo é o assassinato, em 20 de janeiro de 2016, da maranhense Auricélia Andrade, então com 26 anos, na corrutela da Cláudia, no garimpo do Alipossam. Ela passara oito meses longe desse garimpo, saíra dali para fugir do ex-namorado. Quando retornou, ele a agrediu e ameaçou de morte, caso não fosse embora. No dia seguinte à ameaça, como ela se recusava a ir embora, ele a matou com dois tiros. Além dela, atirou em um brasileiro que tentou socorrê-la, que também morreu no local (LPM NEWS NOTÍCIAS. *Dois brasileiros foram assassinados no garimpo do* "*Alipossan*" *no Suriname*. 20 de janeiro de 2016. Disponível em: http://lpmnews.com/dois-brasileiros-foram-assassinados-no-garimpo-do-alipossan-no-suriname-veja-as-fotos/. Acesso: 13 de abril de 2016).

– Não. Só ele, que viu que eu ia matar ela, mesmo. Ele me empurrou.
– Foi a primeira vez que ele te bateu?
– Não. [...] Eu não vou lhe mentir. Ele já tinha me batido antes.

Em junho de 2015 foi realizada, em Brasília, a I Conferência sobre Questões de Gênero na Imigração Brasileira[527], com o objetivo "de aprofundar a discussão de temas de gênero que afetam as comunidades brasileiras no exterior, tais como violência doméstica, disputa por guarda de menores, imagens estereotipadas da mulher brasileira, questões de saúde feminina, empoderamento dos setores mais carentes da diáspora, questões afetas à comunidade LGBT e outros"[528]. Segundo o documento que serve de subsídio à conferência, "dados compilados com base em reunião entre a Embaixada do Brasil em Paramaribo e o Conselho de Cidadãos Brasileiros no Suriname em agosto de 2014"[529] apontaram que a violência doméstica nesse país é uma realidade: as brasileiras são vítimas de violência física, psicológica, cárcere privado e até homicídio, tendo como autor do crime o companheiro ou o ex, sejam eles surinameses ou brasileiros.

8.2 Proteção e saúde: o uso de preservativos

No cabaré a questão do uso de preservativos é bem diferente do clube, pois sua compra e disponibilidade é responsabilidade das mulheres. Não lhes é exigida a realização de exames médicos (também não se exige dos clientes), e normalmente elas o fazem quando viajam ao Brasil. Ao falar sobre o seu uso, diziam que, devido à mobilidade constante no garimpo, não há nenhum controle ou prevenção de doenças sexualmente transmissíveis. Cláudia (32 anos, duas filhas, entrevistada em 2012 no Suriname), dona de cabaré/cantina e de máquina no garimpo, explicou: "Não tem como! E elas chegam do nada, você não sabe da onde veio, quem é, quem não é". A maioria das mulheres entrevistadas afirmou que usava preservativo, mas no decorrer da entrevista ficava claro que nem sempre isso ocorria.

[527] Realizada pela Subsecretaria-Geral das Comunidades no Exterior do Ministério das Relações Exteriores, pela Fundação Alexandre de Gusmão (Funag) e pelo Conselho de Representantes dos Brasileiros no Exterior (CRBE).
[528] I CONFERÊNCIA SOBRE QUESTÕES DE GÊNERO NA IMIGRAÇÃO BRASILEIRA. *Documentos de base*, junho de 2015, p.2. Disponível em: http://www.brasileirosnomundo.itamaraty.gov.br/noticias/i-conferencia-sobre-questoes-de-genero-na-imigracao-brasileira/Documentos_base.docx. Acesso: 12 de abril de 2016.
[529] Ibidem, p.14.

Na opinião de Fabíola[530] (47 anos, cozinheira, três filhos, entrevistada em 2012 no Suriname), um fator que pode contribuir para que as trabalhadoras do sexo esqueçam de usar preservativo, ou não se importem se não o usar, é o álcool:

> – Tu usas camisinha?
> – Positivo, isso aí é indispensável.
> – Mas a maioria das mulheres...
> – É, aí é aquela coisa, né, tem muitas que eu acho que usam, mas tem muitas que, principalmente aquelas que se envolvem muito com bebida, eu acho que, na hora H, minha amiga... Porque a bebida é algo que transforma tua vida. Se você não souber usar, ela é igual uma droga.

Outras interlocutoras também citaram o papel exercido pelo álcool no não uso do preservativo, e falaram de mulheres que engravidam de cliente e costumam dizer que usaram preservativo, mas que que ele "furou" ou "estourou":

> – Ninguém sabe qual que usa, qual que não usa. [...]. Porque, como que elas aparecem grávidas depois? "Ah, a camisinha estourou, tal." Quem que vai acreditar? Claro, não têm cuidado, né. É o que elas falam: que estourou. Ficou, mesmo, sem camisinha. Às vezes, a pessoa muito bêbida, ele esquece algumas coisas, né?
> – Então, nem tanto porque ela não tenha camisinha, na verdade é porque esquece na hora?
> – É, tá bêbida, né. Às vezes o homem esquece; e a mulher também, de lembrar o parceiro, né. (Regina, 53 anos, gerente de cabaré e promotora de eventos, sem filhos, entrevistada em 2012 no Suriname)

> Eu engravidei aqui. Fui fazer um programa, em Caiena, a camisinha furou. Engravidei e, hoje, a minha filha tem 10 anos. [...] Eu nunca mais eu vi ele…[...] Ele faz procuração por mim, mas eu não trabalho muito aqui na

[530] Fabíola, 47 anos, cozinheira, ensino médio completo, entrevistada em 2012 no Suriname, nasceu no interior do Pará. Fugiu da casa dos avós em 1982, quando tinha 17 anos, para trabalhar como prostituta em garimpo, em Redenção, também no Pará. Lá, logo se casou, e teve três filhos com o marido. Separou-se quando ainda eram pequenos e foi com eles para Boa Vista (Roraima). Nessa cidade trabalhou em serviços gerais em um matadouro de boi, depois em um hospital, e fez curso técnico de nutrição. Como o salário que ganhava não era suficiente, saiu de Boa Vista e passou a circular em garimpos no interior de Roraima, como cozinheira, deixando os filhos com uma vizinha, que ela pagava para cuidar deles. Chegou a ser dona de máquina de extração de ouro em um garimpo irregular, mas perdeu tudo em uma das fiscalizações da polícia. A irmã, dona de máquina em um garimpo na Guiana, a levou para trabalhar com ela, primeiro nesse país, depois no Suriname, onde Fabíola chegou em 2008, com 43 anos — na época, deixou os filhos no Brasil, morando juntos, a mais velha já estudando enfermagem —, e, desde então, passava um tempo em garimpo em Roraima e um tempo em garimpo no Suriname (quando a fiscalização brasileira ficava mais rigorosa), onde ficava de quatro a seis meses, nos dois países trabalhando como cozinheira. Quando foi entrevistada em Paramaribo, em 2012, tinha chegado do Brasil vinte e quatro horas antes, porque o garimpo onde estava trabalhando, em Roraima, fora fechado pela Polícia, que também destruiu a pista de pouso clandestina — ela e outras vinte pessoas conseguiram fugir do cerco policial, mas sem levar nada, e passaram seis dias andando no mato até chegar a Boa Vista. No Brasil, o único filho que ainda morava com ela era o mais novo, estudante universitário, que ficava só, quando ela voltava para o Suriname. Fabíola estava nesse país como turista.

> "rua". Eu passo de um ano a sete meses, nove meses [...] sem vim aqui na cidade. (Cláudia, 32 anos, dona de cabaré/cantina e de máquina no garimpo, duas filhas, entrevistada em 2012 no Suriname)

Nos casos em que o cliente se recusa a usá-lo, inicialmente elas refutam; como alguns insistem e/ou aumentam a quantidade de gramas de ouro do pagamento pelo sexo, acabam por convencê-las a ter relação sem proteção; outros, tentam convencê-las de que com a camisinha é ruim: "Já ocorreu, assim, do cara dizer: 'Não, mas eu não tenho nada, eu sei que você também não tem nada; é muito ruim ficar com camisinha porque o meu pênis não levanta'. Sempre tem aquele papo. É, vai da mulher, se ela cair..." (Yasmim, 34 anos, cozinheira de restaurante, duas filhas, entrevistada em 2011 no Suriname). Mas há mulheres que se retiram do quarto e se recusam a trabalhar, e nesses casos o proprietário do cabaré as apoia — segundo elas, se for necessário eles se impõem com uma arma de fogo:

> – Quando é no cabaré também, geralmente o dono, o dono do cabaré, ele tá sempre ao nosso lado, qualquer coisa que acontecer com a gente, entendeu? Mas é como ele fala: ele só pode fazer alguma coisa por nós ali, naquele local. [...] Se não quer camisinha, sai do quarto. Até com a 12 [arma de fogo, o proprietário ameaça]. Ele [cliente] vara, o dono bota o homem pra varar. (Yasmim, 34 anos, cozinheira de restaurante, duas filhas, entrevistada em 2011 no Suriname)

Nos relatos sobre homens que não querem usar preservativo, aparecem os surinameses, os brasileiros e, principalmente, os *Noirs Marrons*. Elas diziam que os "pretos" não têm o hábito, que se irritam quando as mulheres lhes pedem para usar e que muitas vezes violentam mulheres e ninguém as socorre, pois a música tocada no bar é muito alta e não dá para escutar nada do entorno, e assim tudo fica por isso mesmo, já que no garimpo a presença da polícia é quase inexistente[531]:

[531] No garimpo não existe polícia, esta fica em municípios afastados. Como os garimpos estão em terras de *Noirs Marrons*, a ordem é feita por eles, na base do diálogo, e aquela só aparece quando há conflitos maiores ou conflitos que eles não conseguem resolver; em geral, se é uma situação em que não há grandes prejuízos, um *Noir Marron* mais velho chama as partes envolvidas e tenta uma conciliação, e dependendo da gravidade do caso ele pode, inclusive, expulsar o responsável pela desavença, seja um brasileiro, seja um *Noir Marron*. Mas nos casos em que há a morte de alguém, obrigatoriamente a polícia é chamada. Muitas vezes os conflitos acontecem devido à desconfiança dos *Noirs Marrons* sobre a quantidade de ouro que os brasileiros retiram das áreas de mineração, pois, como estão em terras deles, eles têm uma porcentagem sobre o total do ouro retirado em cada uma — e é para garantir a segurança nessas áreas e fiscalizar a quantidade de ouro retirada pelos donos de máquinas que têm sua "autorização" para explorá-las que há, nelas, seguranças *Noirs Marrons* armados.

> – E normalmente quem vem com esse papo [de não usar preservativo] é brasileiro ou surinamês?
> – É brasileiro. Tem surinamense, mas brasileiro é mais. (Yasmim, 34 anos, cozinheira de restaurante, duas filhas, entrevistada em 2011 no Suriname)

> – Mulher não quer ficar com ele [*Noir Marron*], ele pega na marra. Dentro, às vezes, do cabaré, porque ele vai pro quarto com a mulher... Os quartos são lá atrás às vezes — totalmente diferente em garimpo, né —, e o bar, assim, na frente, e ali o som tá alto, [...] todo cabaré tem que ter música alta, então os quartos ficam pra lá. [...] Às vezes tu chegas lá no quarto e o homem diz, quando ela puxa a camisinha ele fala assim: "Não quero". [...] Aí já começa uma briga ali, muito grande. E daí continua. Mais: às vezes ele quer que faça... Vá falar a verdade: quer que faça amor. Tem muita mulher que vai ali pra ganhar seu ouro, não pra fazer amor pro homem, né, entendeu? Aí tudo isso acontece. [...] Eles estupram a mulher.
> – Ele pagou, teve a relação, em que momento é o estupro?
> – É, assim, vamos dizer, se ele não consegue ter relação porque ele não consegue colocar a camisinha, tu entendeste? Então [à força] ele consegue ficar com a mulher sem camisinha.
> – Entendi.
> – Então, a mulher não consente, então, às vezes ele pega na marra a mulher.
> – Mas, assim, eles pegam na marra porque ela queria usar preservativo?
> – É.
> – E ele faz na marra, sem o preservativo?
> – É. [...] Às vezes a mulher sai correndo de dentro do quarto. Releva, vai relevando, relevando, até que consegue. Porque tem muitos que falam que não levanta quando colocam a camisinha, né, então ele fica sentando ali, querendo, querendo. A mulher vai, fala que não, que não. Aí, ele mesmo, às vezes, se revolta, veste a roupa e sai. E a mulher pede pra sair, aí ele sai.
> – Já aconteceu de te pegarem na marra?
> – Comigo, graças a Deus, não, mas tem, já ouvi falar.
> – E os brasileiros? Isso acontece?
> – Tem brasileiro que já convive onde tem garimpo que é só preto, e já quer ficar nessa coisa igual do preto, quer ficar sem camisinha, quer ficar sem isso, sem aquilo outro.
> – Mas as meninas aceitam?
> – Tem muitas meninas que aceitam por causa do ouro, né. Então, às vezes, por uma paga todas, porque se uma aceita, a outra tem que aceitar. Na cabeça deles, né. (Yeda, 29 anos, vendedora de loja de máquinas e automotores, dois filhos, Suriname, 2011)

Muitas mulheres diziam sentir medo dos *Noirs Marrons* — "a gente tem medo dos pretos entrarem nos barracos e estuprarem nós" (Yeda, 29 anos, vendedora de loja de máquinas e automotores, dois filhos, entrevistada em 2011 no Suriname) — em razão do que ouviam falar a respeito deles, reforçando a imagem de que são homens truculentos, que estupram a mulher caso ela se negue a fazer sexo ou exija o uso de preservativo. Por isso são clientes que as brasileiras evitam. Mas histórias referentes ao pênis do *Noir Marron* também suscitam, nelas,

o medo de contrair doenças sexualmente transmissíveis, caso o preservativo se rompa, reforçando a desconfiança:

> – Já ficaste com algum preto?
> – NÃO!
> – Nem pra trabalhar?
> – Não, nem, não!, não!, não!. Eu não gosto, eu não estou te falando? Quando eu vejo, assim... eu já fico com pensamento... assim, porque eu tenho medo de preto.
> – Mas tu não gostas da cor do preto ou porque dizem que preto é isso e aquilo?
> – É isso que dizem: que preto é isso e aquilo.
> – Mas isso e aquilo são o quê?
> – Não, que ele [riso tímido]... Eu tenho vergonha de falar.
> – Podes falar.
> – Dizem que eles têm o pênis muito grande, e eu tenho medo, assim, de machucar, sabe?, de ficar [com ele] e pegar uma doença, porque a camisinha tem a segurança, mas também tem horas que também pode acontecer de estourar, e aí a pessoa fica com medo de acontecer, assim, com ele. A gente não sabe deles, porque brasileiro a gente mal não sabe, e imagine deles, que a gente não sabe da vida deles, o que eles fazem ou deixa de fazer; que não se cuidam. Não, não gosto, não. (Marília, 33 anos, cozinheira, três filhos, entrevistada em 2012, no Suriname)

> – Pretos. Às vezes eu tinha muito medo, por isso que eu não ia [pra cama com eles]. [...] Então, na maioria das vezes as pessoas falavam: "Olha, não vai com os pretos". [...] Porque eles têm um... como que se diz?... a fama que eles batem em mulher, que eles têm pênis muito grande, que machuca a mulher, entendeu? (Yeda, 29 anos, vendedora de loja de máquinas e automotores, dois filhos, entrevistada em 2011 no Suriname)

8.3 "Pedra no pênis": do diamante para objetos sem valor

A construção corporal através da prática de *body modification*, como alargadores, cortes, escarificações, implantes subcutâneos, língua bifurcada, piercings, queimaduras, surfaces, suspensões corporais, tatuagens[532], está inserida em contextos de interações culturais e experiências individuais:

> Os espaços e as formas criadas para identificar e referenciar o indivíduo, já não são apenas externos a ele, e sim inseridos nele. Formas; texturas; cores;

[532] A respeito das técnicas de *body modification*, ver KLESSE, Christian. 'Modern primitivism': non-mainstream body modification and racialized representation. *Body & Society*, v.5, n.2-3, p.15-38, 1999; VILAR, Julyana. "Esse corpo me pertence": construção corporal através das técnicas da *body modification*. *Vivência: Revista de Antropologia* - Dossiê Antropologia, Justiça e Prisões: reflexões sobre o sistema penal brasileiro, n.40, p.151-167, 2012.

> membros e partes do corpo amputados, divididos, alterados; elementos novos — compostos de materiais distintos — acrescentados, introduzidos, incorporados. O que era conhecido, reconhecido, semelhante e esperado torna-se diverso e surpreendente[533].

Em geral tais práticas são "Realizadas em estúdios de *body piercing* espalhados pelas grandes cidades, em convenções de tatuagem ou em boates e casas noturnas"[534], e entre as mais conhecidas estão os piercings e as tatuagens, e algumas delas são feitas em partes do corpo pouco convencionais para artefatos, como os piercings na genitália. No corpo os artefatos ganham espaços íntimos, visíveis ou invisíveis.

Os corpos são modificados com os mais diversos propósitos: estéticos, funcionais, sexuais[535]. Em sua dissertação, Camilo Braz cita o *site* canadense BME ou Bmezine (Body Modification Ezine)[536], criado por Shannon Larrat, que traz informações e imagens sobre a *body modification*, inclusive sobre implantes na genitália. Um dos que mais chamam a atenção é o implante conhecido como *beading* ou *pearling*; a partir das informações de Shanon Larrat, Braz explica que o *beading* "é o ato de se implantar pequenas bolinhas ou outros objetos sob a pele, seja no pênis ou em outra parte do corpo. A maioria dos implantes é feita de metais inertes (aço cirúrgico, titânio, nióbio) e plásticos (nylon, teflon, silicone etc)"[537].

Um dos motivos pelos quais as brasileiras que atuam na prostituição no Suriname não se sentem atraídas a ir para clubes ou cabarés frequentados sobretudo por *Noirs Marrons,* ou a atendê-los nos cabarés de brasileiras/os, é o costume que eles têm de inserir um objeto (ou objetos) pequeno e redondo sob a pele do pênis. Segundo elas, isso as machuca durante a relação sexual. Os relatos das interlocutoras sobre essa prática permitem pensá-la como inserida na *body modification*, mais especificamente nos implantes na genitália:

> – Tem brasileira que, Deus o livre!, adora um moreno. Não sendo racista, entendeu?, mas eles adoram colocar pedra no pênis, isso machuca muito a mulher.
> – Como é que é?!
> – É!, eles colocam pedrinhas dentro. Tem preto que o pênis dele tem mais de vinte pedras! [...] Eles têm uma bola que é própria, que não sei pra que é aquilo, dizem que satisfaz mais eles. Aquilo ali, acho que fica coisando

[533] PIRES, Beatriz Ferreira. *Piercing / Implante / Escarificação / Tatuagem: o corpo como suporte da arte*. 233p. Dissertação (Mestrado em Artes) - Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2001, p.20.
[534] BRAZ, Camilo Albuquerque de. *Além da pele: um olhar antropológico sobre a* body modification *em São Paulo*. 181p. Dissertação (Mestrado em Antropologia) - Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2006, p.21.
[535] KLESSE, op. cit.
[536] Ver https://www.bme.com/
[537] BRAZ, op. cit., p.41.

> [movimentando] dentro da pessoa, né, da mulher, e aquilo ele sente mais prazer. [...]
> – Mas dentro do preservativo ou dentro dele?
> – Dentro dele, dentro daquela parte fina do pênis. Então aquilo ali machuca muito uma mulher, já começa por aí. Se entrar um preto na porta do clube, se ele vem pro teu lado, assim, a gente já fica com aquele medo: será que ele tem pedra, será que não tem? Tem muita mulher que vai pro quarto, [...] ele tira a roupa, se ele tiver pedra ela sai, ela não trabalha. Isso machuca. Quando ele tira a roupa, assim, dá pra pegar, tu sente aquilo. [...] Aquilo lá é tipo... tem gente que fala que é operação, mas não é operação, aquilo ali são eles mesmos [que colocam]. [...]
> – Mas dizem que é pedra?
> – É pedra. É uma bolinha. Uma bolinha... sabe aquelas petecas, pequenininhas?
> – Sei.
> – Igual isso, que tu vê pelo lado. Mulher sofre aqui, mulher que vem pra trabalhar no clube só com moreno. (Yeda, 29 anos, vendedora de loja de máquinas e automotores, dois filhos, entrevistada em 2011 no Suriname)

Na Guiana as brasileiras também têm preferência de cliente pela origem étnica: preferem os indianos, por serem mais objetivos quando procuram o clube, geralmente vão apenas em busca de sexo pago, de modo que chegam e não perdem muito tempo no bar; já os de origem negra, segundo Eduarda (40 anos, proprietária de clube, dois filhos, entrevistada em 2012 na Guiana), gostam mais de festa e bebida, por isso dão mais lucro para o clube, mas as mulheres evitam fazer sexo com eles porque são agressivos e têm a prática de inserir sob a pele do pênis o objeto lapidado em forma de bola:

> – Quem dá mais lucro pra sua casa são os negros ou os indianos?
> – Os negros! Os negros dão mais lucros.
> – Que as meninas falam: "Ah, os indianos que vêm do mato...".
> – Não. Indiano frequenta mais, os indianos saem mais com as meninas, entendeu? Mas dar lucro pra um bar, quem dá são os negros. [...] Porque indiano é que vai, fica, sai com elas… Mas pra beber, que gasta, que vai pra farra, pessoal vai pra algazarra, são os negros. [...] Pra elas é bom, pra mim, não! Aí tem de tudo: na minha casa vai brasileiro, vai negro, vai indiano, vai americano, vai tchaini, vai tudo! [...] Eu acho eles muito ignorante!
> – Os negros ou os indianos?
> – Os indianos. Os negros, eles são carentes, assim, por eles se acharem feios. Eles acham que a gente não gosta deles, pela cor; eles acham que a gente tem nojo deles, aí eles se recua, eles têm… Muitos deles, com isso, já procuram tratar a gente mal. Uma vez, eu conversando com um deles, ele falou: "Só dou pra vocês o que vocês dão pra gente. Vocês veem a gente como um bicho, então a gente procura tratar vocês da mesma maneira".
> – E as meninas têm preferência pelos indianos, ou não?
> – Têm, têm, têm!
> – Por quê?
> – Elas não gostam de sair com eles [negros]. Não gostam!
> – Mas, por quê? Eles pegam um pouco mais pesado?

> – É, muitos deles, sim. Muitos deles mandam preparar o pênis com umas pedrinhas, e aquilo machuca muito elas, machuca demais, então… [...].
> – Então quer dizer que aqui eles também usam. E os indianos não costumam colocar?
> – Só os negros! É… tanto lá como aqui. Aqui ainda é um resto do Suriname, aqui. Aqui tem. Acho que só fizeram dividir aquele rio. Pra mim, é tudo uma merda só.

Na Guiana e no Suriname, o objeto que colocam sob a pele do pênis suscita medo nas brasileiras sobretudo pela possibilidade de sentir dor e pelo desconhecimento do artefato utilizado. Afinal, que objeto é esse que ao ser colocado no pênis do homem suscita medo nelas e as espanta? Yasmim (34 anos, cozinheira de restaurante, duas filhas, entrevistada em 2011 no Suriname) explicou:

> – Uma das mulheres me falou que tem homem que coloca pedra no pênis?
> – Sim, os morenos. Eles botam o dominó.
> – Dominó?
> – É, dominó, no pênis. Não tem aquelas bolinhas de... aquelas coisas de 51 [marca de cachaça brasileira], umas bolinhas que fica dentro da garrafa, na boca? Eles tiram aquilo, ou então [pegam] essas pedras de dominó, e eles vão serrando, vão serrando, até fazer aquelas bolinhas bem redondinhas. Eles cortam o pênis, ele mesmo corta o pênis e coloca aquilo.
> – Dentro?
> – Daquela pelezinha do pênis; aí ela [a bolinha] fica correndo prum lado e pro outro.
> – Mas eles colocam isso e esperam até sarar.
> – Sim, aí eles tomam muito antibiótico; aí eles lavam, bebem bastante, pra sarar rápido, né. Aí eles ficam com mulher depois. Tem vez que eles colocam até cinco, seis bolinha daquelas. Tem uns que botam grandes, tem uns que botam pequenas.

Yasmim, que já teve experiência de atender clientes com "pedra no pênis", afirmou que machuca, mas que eles acreditam que amplia o prazer tanto deles como da mulher, de modo que àquele que conseguir colocar as tais pedras não faltará mulher, sexo e prazer:

> – Dizem, eles pensam, né, que a mulher sente mais sensação, mas isso faz é prejudicar a mulher. [...] É horrível. Eu já peguei um, e é por isso que eu não gosto de preto. Todos os morenos usam.
> – Mas isso são os do "mato" ou da cidade também?
> – Da cidade também.
> – Eles acham que a mulher vai sentir prazer?
> – Sim. Aí eu disse: "Isso não é prazer. Se vocês pensam que a mulher tá sentindo prazer, ela tá sentindo é dor!".
> – Tu falaste pra um deles?

> – Sim. Porque as morenas gostam; é, as morenas, elas gostam. Aí eu disse: "Se vocês pensam que a mulher sente prazer, mas não é".
> – Mas será que elas gostam mesmo?
> – Eles dizem que sim. E tem algumas brasileiras que gostam. Por isso que tem algumas brasileiras que são casadas com preto, com moreno. Eu conheço uma brasileira que diz que ela não gosta de ficar com brasileiro porque tem pênis pequeno. Ela gosta de moreno porque é grande e ainda tem os dominós.

O relato de Eduarda (40 anos, proprietária de clube, dois filhos, entrevistada em 2012 na Guiana) corrobora o de Yasmim:

> – Achei que isso fosse uma prática só no Suriname.
> – Ah!, todo lugar tem! [...] Pessoal acha que isso vai engrandecer o homem, acha que ele vai dar mais prazer para uma mulher. Primeiro lugar, ele não tá pensando no risco que ele corre de saúde nem na mulher, porque isso acaba com a mulher, isso sim! Machuca!

A informação passada pelos *Noirs Marrons* de que as suas mulheres, em geral surinamesas, sentem prazer com a técnica incentiva homens fora dessa cultura a utilizá-la em busca de prazer sexual, e há relatos de que, no Suriname, há brasileiros e chineses que a adotaram:

> – E tu sabias que tem brasileiro que faz isso? [...] No mato, que tem muito moreno, ele aprendeu isso. (Yeda, 29 anos, vendedora de loja de máquinas e automotores, dois filhos, entrevistada em 2011 no Suriname)

> – E eu já fiquei com um chinês que ele tinha duas pedras de dominó. Chinês, que tem o pênis bem pequeno, já inventou essa história. Brasileiro também, alguns já inventaram essa marmota.
> – Mas, assim, eles querem prazer ou eles acham que a mulher vai sentir?
> – Eles dizem que a mulher que sente.
> – E eles não sentem nada?
> – Eles disseram que é bom [risos]. Eu, pelo menos a primeira vez, eu não gostei. (Yasmim, 34 anos, cozinheira de restaurante, duas filhas, entrevistada em 2011 no Suriname)

> Mas existe muito brasileiro com essa sacanagem também. [...] Não é bom, não, ele maltrata a mulher, machuca. Só que o brasileiro, ele usa menos. O pessoal faz comentário que preto usa até dez, quinze pedras. (Luísa, 52 anos, trabalhadora do sexo, seis filhos, entrevistada em 2011 no Suriname)

Na Guiana, segundo Eduarda (40 anos, proprietária de clube, dois filhos, entrevistada em 2012 na Guiana), também há brasileiros que estão adotando a técnica de inserir o(s)

objeto(s) sob a pele do pênis: “Pra tu teres ideia, até brasileiro anda fazendo isso. Até brasileiro!”.

Em conversa com Dion, um *Noir Marron* segurança de garimpo no Macu, companheiro de uma brasileira — que por estar em constante contato com brasileiros aprendeu o português, o que facilitou a comunicação —, ele falou sobre a utilização desse objeto redondo sob a pele do pênis (ele inseriu três), que os brasileiros já se habituaram a chamar de pedra ou bolinha de 51. Disse que a prática é repassada de geração em geração entre muitos surinameses de origem negra, sobretudo os *Noirs Marrons*. Em sua narrativa aparece como princípio de tudo a história de um homem que contrabandeava diamantes na África e os escondia no pênis, sob a pele. Esse africano um dia teve relação sexual com uma mulher, que lhe disse ter sentido prazer. A história espalhou-se e, no Suriname, o diamante foi substituído por outros objetos: dominó, bolinha da boca da garrafa de whisky e cabo de escova de dente, de acordo com a escolha do homem. Na adaptação do objeto, ele é lapidado (como uma pedra preciosa), para estar em condições adequadas para ser incorporado ao pênis; depois de preparado e higienizado, é inserido sob a pele do pênis de modo que consiga movimentar-se por ele, podendo ser retirado se o homem quiser. Um procedimento cujo objetivo é aumentar o prazer do casal:

> [A pedra de dominó] Tem que quebrar, aí raspar; aí, depois, tu, com a lixadeira, lixa tudo limpinho. [...] Tu pega primeiro o couro do teu pau e fura, porque aí tu colocar, e fica andando [o objeto fica se movendo]. [...] Eu tem três. (Dion, *Noir Marron*, segurança de garimpo, conversa gravada em 2012 no Suriname)

As brasileiras entrevistadas que tiveram sexo com um homem com “pedra no pênis” disseram ter sentido desconforto ou dor. Contudo, Dion afirmou que é prazer garantido para a mulher e para o homem, e que para elas o prazer é maior ainda, como se o(s) objeto(s), ao movimentar(em)-se em torno do pênis, proporcionasse(m) um orgasmo duplo:

> – E a tua mulher não reclama?
> – Tá lá dentro do meu corpo, [...] ela [a pedra] tá mexendo, coisando com coisa da mulher.
> – Mas ela já falou que gosta?
> – Sim.
> – Tem uns que fala que tem uns com vinte pedras, é verdade?
> – Não, vinte, não, a maioria é três, é três pontos; arriscando, é seis.

Enquanto no Suriname as brasileiras evitam manter relação sexual com *Noirs Marrons*, e na Guiana com os negros, também pelo medo de eles terem um objeto dentro do pênis, para Dion tudo é questão de como se faz:

> – As meninas dizem que machuca?
> – Não, não machuca, não. Tu tem que colocar primeiro a ponta da pau, passar devagar; é devagar, negócio é devagar. É só tu entrar um, dois, três, pra puder entrar tudo. Talvez, quando tu quer colocar, até da primeira ela goza [...]. Só não pode transar pá!, pá!, pá! Não, é devagar, é devagar, aí a menininha também tá sentindo [...]. Enquanto ela goza duas vezes, tu tá só uma. O homem tá gozar um e ela goza dois.
> – Ah, tem toda uma técnica.
> – Isso.
> – Quem não tem técnica é que machuca?
> – Machuca.

Gustavo[538], 28 anos, proprietário de cabaré e garimpeiro, uma filha, 4ª série, é do interior do Maranhão. No Brasil trabalhava como agricultor, mas sempre sonhou em ir para o garimpo, pois os homens da família (pai, irmãos, tios e primos) já estavam no ramo. Em 2004, ao retornar para sua cidade depois de um período de trabalho em uma fazenda no Mato Grosso, casou-se, mas só morou "um mês"/ "dois meses" com a mulher, pois já antes do casamento decidira ir para o Suriname. Junto com um colega, foi para Belém, comprou passagem e seguiu para esse país, com a intenção de ganhar dinheiro e comprar uma casa, ter uma vida melhor — na época tinha 20 anos e, além da esposa, deixou uma filha (de um relacionamento anterior) no Brasil. Foi garimpeiro durante um ano; depois, com a ajuda de um policial que trabalhava no aeroporto de Paramaribo, começou a transportar cocaína para a Holanda duas vezes por ano (ganhava entre quatro e cinco mil dólares para transportar cocaína na bagagem e no estômago). Na quarta vez que ia embarcar foi detido. Condenado a cinco anos de prisão por tráfico de drogas, cumpriu três; em 2008, foi liberado e deportado pelo governo surinamês, e quem pagou sua passagem de volta foi um irmão. Gustavo desembarcou em Belém e vinte e quatro horas depois pegou um barco de transporte de mercadorias e retornou ao Suriname, para trabalhar como garimpeiro. Por ser ex-presidiário teve dificuldade em conseguir uma vaga no garimpo: ficou dois meses em Paramaribo, na casa de uma conhecida, tentando arrumar trabalho; quando conseguiu, assim que chegou ao garimpo o patrão descobriu que ele havia sido preso, brigaram e ele só ficou ali um dia. Gustavo conseguiu vaga em outro garimpo, mas neste não dava muito ouro, e assim foi por um tempo, sempre trabalhando em garimpos que produziam pouco, pois nos que produziam

[538] Entrevistado em 2012 no Suriname; estava no país clandestinamente.

bastante não o queriam, por causa de seu passado. As coisas começaram a melhorar quando iniciou um relacionamento com uma mulher[539]: conseguiram economizar e montar um cabaré — local que acabou só vendendo cerveja porque ela tinha muito ciúme das profissionais do sexo, e então o casal começou a promover festas, e a ganhar dinheiro com isso. Em 2008 sua mulher viajou para o Brasil levando o dinheiro que haviam conseguido juntar, e não voltou — disse a ele que arrumasse outra. Gustavo continuou com o cabaré, sozinho, até conhecer sua nova companheira, uma paraense, que se tornou sua sócia. Vivia irregularmente no Suriname, trabalhava como garimpeiro e, sobretudo, no cabaré que montou com a nova mulher. Contou que a vida nos dois últimos anos não estava fácil, não conseguia ganhar dinheiro, e pensava em vender o cabaré e voltar ao Brasil: "Quero pegar o dinheiro que vender aqui, empregar no Brasil, fazer alguma coisa pra mim, fazer uma casa; fazer lá o que for que fazer, e vou voltar de novo [ao Suriname]. Vou passar só seis meses [no Suriname] e vou-me embora, nunca mais eu vou passar nove anos sem ir no meu país". Gustavo é um dos brasileiros que colocaram no pênis uma pedra lapidada a partir do cabo de uma escova de dente, e explicou como fazer para obter a "pedra" desejada, sem danos à saúde. Sua mulher, presente na hora da entrevista, após ouvir a explicação pediu ao vizinho, um chinês proprietário de cantina, que lhe emprestasse uma escova de dente (Figura 42), para mostrar o tipo de material a que ele se referia:

> – É daquela escova de dente que quebra, não é daquela de borracha, a de borracha infecciona. Não quero te falar, não; eu tenho três, mas não quero te falar por causa da minha mulher.
> – Ela não sabe?
> – Ela sabe, mas eu vou te falar?
> – E por que não?
> – É, eu tenho [...].
> – Aqui [refere-se à escova de dente sobre a mesa] é qualquer parte. Tu rela ela, rela ela e deixa ela redonda do jeito que tu quer. [...] Tem umas redondas e outras compridas. Tem dois modelos: as redondas e as compridas [...] As redondas, pode botar do tamanho daquelas bolinhas de 51, [...] só que elas [bolinhas de 51] não prestam, eles colocam as de Black Label. [...] Todo whisky Black Label tem uma bolinha daquela, aquelas bolinhas transparentes. Ela, pode botar ela; a de 51 não pode, porque não pode botar borracha, que se botar borracha infecciona. [...] Aquelas bolinhas de Black Label muita gente gosta de botar. [...] É o Black Label — aí todo mundo fala —, é o whisky mais vendido. [...]
> – Então, a mais usada é a bolinha de whisky e o cabo da escova de dente?
> – Não. Só que essa daí [bolinha de whisky] é o seguinte: o pessoal não gosta de botar porque ela é, tipo assim, ela é transparente, e ela quebra; se tu levar

[539] Quando foi para o Suriname, sua primeira mulher ficou no Brasil, esperando pelo seu retorno, que nunca se concretizou; depois de alguns anos, Gustavo sequer tinha informações sobre ela e a filha. Disse que nunca mandou dinheiro para as duas.

uma pancada, e se quebrar dentro, tu morre. A de escova, não, a de escova não quebra nunca, pode botar.
– E a de dominó?
– A de dominó também é boa. É difícil dominó, mas é boa. A de dominó também é boa.
– A que tu usas é de dominó ou de escova?
– É de escova.

Figura 42: Escova de dente de plástico, utilizada na fabricação de pequenas bolas a serem inseridas sob a pele do pênis (2012).

Gustavo disse que é mais para a mulher sentir prazer ("É mais é pra mulher; é mais é pra mulher"). Pelo seu relato, parece que ele não sente o prazer que esperava quando decidiu aderir à técnica. Quanto ao prazer proporcionado à mulher, sua companheira confidenciou, em particular, que não gosta de ter relação sexual com ele depois que ele colocou a "pedra", pois é desconfortável. Diante desses relatos, permanece a dúvida: há mulheres que sentem prazer, em vez de dor, ao manter relação com um homem com um objeto desses no pênis?

O objeto redondo inserido sob a pele do pênis, descrito pelos interlocutores, é uma marca corporal, um acessório de prazer que simbolicamente se apresenta como elemento de diferenciação e afirmação das identidades masculina e heterossexual. Como não se trata de adereço posto sobre partes do corpo, mas de artefato incorporado a ele, surge no imaginário das brasileiras como perigoso, como algo "primitivo" e provocador de sofrimento, sobretudo por haver muitas narrativas de que proporciona dor em vez de prazer, reforçando preconceitos e estigmas. Nesse contexto, os brasileiros que decidem aderir a essa prática entram em situação marginal. A recusa das brasileiras em manter relações sexuais com os *Noirs Marrons*, no Suriname, e com os negros, na Guiana, deve-se, além da agressividade creditada a eles, também à existência do artefato redondo sob a pele do pênis, e essa repulsa se estende aos homens de outras origens étnicas e também aos brasileiros.

Por outro lado, somado à violência imputada aos *Noirs Marrons* e aos guianenses de origem negra, ao desconforto e à dor causados pela modificação corporal ("pedra no pênis"), ao medo e à insegurança, o preconceito também pode ser um dos motivos pelos quais muitas trabalhadoras do sexo entrevistadas não aceitavam facilmente esses clientes, pois algumas usavam expressões como "não gosto" para complementar sua resistência a eles (questão que merece estudos mais aprofundados)

Mariana Pereira, em seu estudo etnográfico sobre etnicidade e a nacionalidade dos moradores da fronteira Brasil-Guiana, participou, em campo, da festa denominada Encontro Internacional de Praia, realizada às margens do rio Tacutu, ladeado pela cidade de Bonfim, no Brasil, e Lethem, na Guiana[540]. Mariana relata diálogos que teve, na festa, com jovens brasileiras a respeito dos rapazes negros guianenses: elas se reportavam a eles com expressões depreciativas, do tipo "tenho nojo", "eles fedem"; diziam não gostar deles, que eram feios. Segundo a autora, "o padrão cultural de beleza predominante na fronteira segue o estereótipo do modelo nacional brasileiro que a televisão e as propagandas de cervejas repassam, ou seja, branco e loiro, morenas claras, cabelos lisos e corpos delineados e malhados"[541]; ela também afirma que as relações interétnicas envolvendo brasileiros e guianenses na fronteira expressam o racismo dissimulado inerente ao modelo brasileiro.

[540] PEREIRA, op. cit., p.106.
[541] Ibidem, p.106.

CAPÍTULO 9

HOTÉIS E BARES: LUGARES DE DESCANSO, FESTA E PROSTITUIÇÃO NO SURINAME E NA GUIANA

No Suriname e na Guiana, depois de clubes e cabarés, os locais de prostituição mais comuns são hotéis e bares. Sobretudo em Paramaribo e Georgetown, eles têm suas referências e espaço geográfico definidos, em geral nas áreas de maior aglomeração de brasileiros — mas são lugares em que o público feminino que está fora da prostituição também circula, em razão das festas com shows de bandas ao vivo. Para os homens e mulheres brasileiros que os frequentam ainda há o atrativo da presença de outros homens e mulheres brasileiros que chegam, que vão partir — e para as profissionais do sexo que preferem atuar fora do clube, são espaços em que elas podem levar clientes:

> Suriname tem muito mais brasileira, têm muitos lugares pra andar, lugares que não são, também, bar; lá tem muito, muito. É muito divertido lá. E tem uma rua que se chama rua Dez. Lá, tu chegas lá, tu tá no Brasil: todo mundo fala português, os bar e restaurante tudo é brasileiro; os hotéis, mesmo que não são de brasileiro, mas a recepcionista é brasileira. Aqui, não, aqui tem esse setorzinho, pouquinho: Rockies, Plaza, Olímpia, Vladimir, Bacana's, o Neném, as duas churrascarias aqui, a do Hulk — mas a do Hulk fica mais afastada —, Hotel Novo, o 15 [hotel] ali: aí se hospedam mais brasileiro. Você pode ir aqui, ó, procurar quantos guianenses estão hospedado aqui; hoje, aqui, talvez nenhum, tudo aqui é brasileiro. Tem dia que tu chegas, que tem quatro, cinco guianenses, mas, na verdade, aqui tá tudo alugado só pra brasileiro. (Mário, 46 anos, garimpeiro, dois filhos, entrevistado em 2012 na Guiana)

> Muitas meninas agora não querem ficar em clube, porque no clube elas têm muito negócio... Assim, tem que ter aquele horário certo pra entrar, tem aquele horário certo pra fechar. Tudo paga multa; tudo o que você faz, você paga multa. E hotel, não, você entra a hora que quer, sai a hora que quer, não paga multa, só paga sua diária; tem vezes que faz dois, três programas [e] não paga a chave. No clube, não, de dia você não pode levar cliente pro seu quarto, e, de noite, se você fizer três programas, é três vezes que vai ser descontado do seu dinheiro. Pouco, mas é descontado. (Yasmim, 34 anos, cozinheira de restaurante, duas filhas, entrevistada em 2011 no Suriname)

Em Paramaribo, os hotéis que estão fora do circuito de brasileiros (no Klein Belém) localizam-se mais no centro, são mais caros e frequentados por turistas (sobretudo europeus) e empresários estrangeiros de passagem pelo Suriname. De modo geral, o preço do quarto é afixado em um quadro, na recepção, em euro ou dólar, mas é possível efetuar o pagamento em SRDs, caso o cliente não possua uma daquelas duas moedas. Na Guiana, nos hotéis que não

são conhecidos como de brasileiros é possível identificar a presença de mulheres brasileiras, pois também são locais usuais de encontro com clientes, uma realidade bem mais comum que no Suriname.

Os hotéis do Klein Belém hospedam homens que chegam do Brasil e passam pouco tempo em Paramaribo, um a cinco dias; normalmente eles têm pouco dinheiro, e pressa em começar a trabalhar. Já aqueles que chegam do garimpo costumam trazer ouro para trocar pela moeda local, e podem se prolongar na cidade um pouco mais, depende da sua atividade no garimpo. Os de melhor condição financeira, em especial os donos de máquina extração de ouro e os comerciantes, costumam ter um relacionamento estável em Paramaribo, e por isso mantêm ali uma casa alugada, na qual mora a mulher (às vezes moram mulher e filhos). Mas também há homens que moram no garimpo cuja estadia nos hotéis depende de quanto têm no bolso e/ou do tempo em que ficaram sem sair daquele, uma vez que chegam a ficar meses ou anos sem sair do "mato", de modo que quando vão a Paramaribo ficam até o dinheiro acabar ou até que cumpram suas obrigações, pois ir ao Brasil com frequência é um hábito quase que só das mulheres (algumas viajam ao Brasil até quatro vezes por ano; outras, a cada dois ou três anos).

Quando ia a Paramaribo, Alberto (29 anos, garimpeiro, três filhos, entrevistado em 2011 no Suriname) costumava ficar em hotel entre duas semanas e um mês, tempo suficiente para descansar e fazer coisas básicas como enviar dinheiro para o Brasil. Ele afirmou que embora fosse caro hospedar-se tanto tempo em hotel, era necessário, pois ficava muitos meses no garimpo, onde não há conforto e a alimentação, mesmo já tendo melhorado, ainda deixa a desejar, sobretudo em garimpos mais distantes:

> Sai caro, mas você tá aquele tempo já no "mato", só comendo mal, não come bem. [...] Antes era mais ruim, hoje já tá melhor [no garimpo]; antes, eu já passei, em garimpo, só no feijão, arroz e carne de caça, quando eu cheguei. Garimpo, de primeiro [antigamente], era mais sofrido, mas hoje já tá mais civilizado. Tem tudo: carne, galinha, gente leva gado pra matar lá dentro. Já está mais civilizado.

Seja homem, seja mulher, o Klein Belém é um lugar para descansar, para comer uma comida típica brasileira, para fazer compras (de alimentos ou roupas, para consumo próprio ou para revender), ir ao médico, telefonar ou enviar dinheiro para a família, ou para ir a uma festa. Os homens que vêm do garimpo e não têm uma companheira à sua espera em Paramaribo, saem para "brincar", isto é, ir a festas, beber e procurar mulher:

> Geralmente vêm, mesmo, mais, é pra brincar. Pra descansar e brincar, né, sair pra beber. [...]. Tem muito garimpo no lado da França [Guiana Francesa] que nem tem cabaré, entendeu? [O que tem é] Cabaré de garimpo distante. Aí, vêm pra ficar com mulher, também. (Alberto, 29 anos, garimpeiro, três filhos, entrevistado em 2011 no Suriname)

No caso das mulheres que moram no garimpo, além das compras há a passagem obrigatória pelo salão de beleza assim que chegam a Paramaribo. Algumas ficam ali só descansando da vida dura na floresta; algumas vão para ficar com o namorado; algumas aproveitam a estadia para "fazer um *ploc*", pelo qual as mais velhas cobram cinquenta dólares e as mais jovens, cem. Algumas entrevistadas disseram que ficavam em hotéis à espera de uma vaga de cozinheira no garimpo, isso tanto na Guiana como no Suriname, e havia as que atuavam na prostituição enquanto aguardavam — uma espera que pode ser curta para umas e longa para outras, que vão ficando, ficando, e passam meses nessa estadia "provisória" trabalhando como prostituta.

Luísa[542], 52 anos, trabalhadora do sexo, seis filhos, 1ª série, nasceu no interior do Maranhão. Quando morava no Brasil, de dia trabalhava como doméstica e, de noite, como trabalhadora do sexo em uma boate. Em 2003, quando tinha 44 anos, perdeu o emprego e decidiu ir para o Suriname junto com uma amiga: em sua cidade havia muita gente que tinha ido trabalhar em garimpo nesse país, e ela resolveu arriscar. Com os quinhentos reais que recebeu de indenização[543], comprou passagem para ir de sua cidade no Maranhão até a de Oiapoque (Amapá), de onde foi varando através da Guiana Francesa para chegar ao Suriname (sem passaporte), em busca de uma vaga como cozinheira em garimpo. Chegou a um deles sem um contato específico ("rodada"), mas conseguiu uma vaga. Além de cozinheira, trabalhou muitas vezes como sacoleira (vendendo roupas, cigarro, cartão de recarga de celular pré-pago, galinha, carne de porco). Quando não estava em uma dessas atividades, "fazia *ploc*". Na segunda vez que foi para o Suriname (2004), foi com recursos próprios: tirou passaporte e foi de avião (embarcou em Belém), para entrar legalmente. Sempre que estava em Paramaribo à espera de uma vaga para trabalhar (o que ocorria toda vez que chegava do Brasil) ou quando estava sem dinheiro para comprar coisas para vender no garimpo, ficava hospedada no hotel, e,

[542] Entrevistada em 2011 no Suriname; tinha permanência no país renovável a cada dois anos.

[543] Ganhava, na época, duzentos reais por mês, quando ainda não havia sido regulamentada a Proposta de Emenda Constitucional (PEC) das Domésticas, transformada na Emenda Constitucional nº 72, de 2 de abril de 2013, que estabeleceu a igualdade de direitos trabalhistas entre os trabalhadores domésticos e os demais trabalhadores urbanos e rurais — esta, regulamentada pela Lei Complementar nº 150, de 1º de junho de 2015, que dispõe sobre o contrato de trabalho doméstico, e determina que o salário do empregado doméstico não pode ser inferior ao salário mínimo vigente no Brasil.

através de contatos já conhecidos ou feitos via celular, "fazia *ploc*". Quando foi entrevistada já estava nessa cidade havia seis meses, e o dinheiro que ganhava vinha da prostituição no hotel. Ao que tudo indica, passava mais tempo como trabalhadora do sexo no hotel em Paramaribo do que trabalhando no garimpo:

> – E enquanto a senhora não acha essa vaga, como é que sobrevive?
> – Eu vou fazer, que nem a história... Estou em gravação, mas eu vou falar a verdade: aqui é que nem a história, mana, aqui ou a mulher tem o emprego ou ela apela pra fazer programa com homem, pra ganhar o dela, pra ela se manter. [...] Eu pago, por mês, um quarto de hotel; aí, vem o almoço, vem a janta, o café, vem a merenda, vem o cigarro. Aqui, até a água pra se beber tem que comprar, porque ninguém usa água do córrego. [...] Você pode morar dez anos num hotel desses aqui, o dia que você passar dez dias sem o dinheiro da diária, o patrão [dono do hotel] lhe expulsa e toma suas coisas.
> – Mas a senhora fica em algum ponto pela rua ou vai pelas boates, pelos hotéis?
> – Não, eu só fico aqui mesmo. [...] A gente só fica mesmo no hotel. Tem um clube aqui do lado, tem vários clubes aqui, eu não frequento.
> – Como que a senhora arranja cliente?
> – Não falta cliente aqui: é o pessoal do hotel, muitas pessoas que já conhecem a gente — aí, pega o número do telefone e liga. Quando é pessoal conhecido, já liga; eu digo: "Eu tô no hotel Fulano de Tal, pega o táxi e vem". Aí, a gente vai, negocia. [...] Eu não gosto de frequentar clube, festa, não. Minha bebedeira também, minha cerveja, pra mim tomar, é dentro do hotel, eu não saio pra beber fora. Não saio pra negócio de curtição fora, não tenho curtição fora.

Luísa contou que, em razão de sua idade, não tem coragem de chegar aos cabarés e se colocar como prostituta — embora seja neles que se hospede —, por isso sempre que vai ao garimpo já tem acertado um trabalho como cozinheira ou vai como sacoleira, mas se aparecer uma relação sexual paga, ela aceita:

> Se aparecer, aí rola. Agora, pra mim ir decretado, eu não tenho coragem, porque eu acho que a minha idade tá muito velha. Eu tenho vergonha da minha idade, de eu chegar ali, num cabaré, numa boate num garimpo, e dizer assim: "Eu vim pruma boate". Porque eu, levando o meu, o galinho, eu levando um peixe, carta telefone [cartão de recarga de celular], um porco pra mim vender, então eu acho que pra mim assenta mais. Eu chego, aí a dona da boate tá ali, eu falo com ela de um quarto, ela me arruma; eu boto minhas coisas dentro e aí eu saio avisando: "Ó, gente, eu tô na boate Fulana de Tal, a senhora lá me deu um apoio. Eu trouxe um porco, tal dia eu vou matar um porco, assim e assim". Eu saio oferecendo é laranja, as coisas que eu levo pra vender.

Assim como Luísa, as trabalhadoras do sexo acima de 50 anos têm dificuldades para conseguir clientes, e buscam alternativas de trabalho, mas, apesar da concorrência mais jovem, continuam a atuar na prostituição, mesmo que ocasionalmente. Em conversa com uma mulher de 55 anos, ela contou como faz quando vai para um cabaré, e sua estratégia é semelhante à de Luísa: "Ó, querida, não é tão fácil, não, eu tenho vergonha na cara; eu não posso chegar no cabaré e dizer: 'Olha, cheguei, tô aqui'. Normalmente, o que eu falo? 'Tô vendendo minhas coisinhas.' Mas se aparecer eu não estou morta. Mas eu tenho vergonha de chegar e dizer que eu tô ali pra isso, porque eu não tenho mais idade".

Os dados obtidos em campo mostram que as mais velhas não impõem uma concorrência geracional, buscam clientes discretamente, o que não significa que não existam as que ainda circulam em cabarés, apesar da concorrência jovem. Benjamin (23 anos, cabeleireiro, sem filhos, entrevistado em 2012 no Suriname) contou sobre seu espanto com uma dessas mais velhas, que queria trabalhar em cabaré:

> Da última vez que eu fui em garimpo... Ainda, estava eu e algumas amigas minhas, aí tinha uma senhora que disse que queria ir. Eu fiquei olhando... Assim, eu fiquei constrangido de dizer: "Olha, pra onde eu vou e o que elas vão fazer, não dá mais, assim, pra você". Eu disse: "Não, está bom. Então vamos embora". [...] Chegamos lá — ela foi —, e a dona do bar, né, perguntou: "O que essa senhora veio fazer?". Aí eu peguei, fiquei, assim... "Ah, ela veio trabalhar." "Mas ela não tem idade pra fazer o brega, mano."

Algumas interlocutoras preferiam ficar em hotéis do Klein Belém, ou próximos a ele, por serem espaços onde há outras pessoas e porque consideravam mais seguro trabalhar neles do que levar um cliente para uma residência — segundo elas, fora de um hotel teriam que ter critérios mais rigorosos para a escolha dos clientes, o que reduziria o lucro:

> – Não é mais barato alugar um quarto, um apartamento?
> – Não, porque por aqui perto não tem apartamento, só tem apartamento mais longe. E, pra mim alugar um apartamento, eu não posso levar qualquer pessoa pro meu apartamento; pra mim levar pro meu apartamento eu tenho que saber quem é a pessoa, se a pessoa é uma pessoa de responsabilidade ou não. Estando com dinheiro, pra mulher ganhar o dela, não importa quem ele for, quem ele deixa de ser: ele entrou [no hotel] e saiu, deu o dela e foi embora, e ninguém se vê mais e pronto. [...] E ela, no apartamento dela, ela não pode levar qualquer traça de gente. A responsabilidade é maior. (Luísa, 52 anos, trabalhadora do sexo, seis filhos, entrevistada em 2011 no Suriname)

O Pérola é a referência para a prostituição em hotel, pois tem um galpão ao lado que funciona como casa de shows, frequentada por homens e mulheres do Suriname e do Brasil que vão em busca de lazer e, muitas vezes, de sexo pago:

> Lá não é um lugar... assim, não vou dizer que é um clube; lá é uma danceteria, um bar, né, vai todo tipo de gente. Mas sempre tem um enxerido que vai, faz uma proposta [...]. Tanto que tem muita mulher casada que não gosta de ir lá, né, porque se ela é casada, aí o homem fala alguma besteira, vai acabar numa confusão, né. Mas, no caso, solteira... tem muita mulher que é solteira, vai pra se divertir; tem seu trabalho, é uma mulher sucedida aqui no Suriname, vai pra se divertir. (Ana, 37 anos, cabeleireira e manicure, dois filhos, entrevistada em 2011 no Suriname)

As festas no Pérola têm temas, promoções e prêmios, e são propagandeadas por cartazes que trazem imagens que evocam a presença feminina como atração (Figura 43).

Figura 43: Cartazes anunciando festas no hotel Pérola (Paramaribo)[544].

A qualquer hora do dia e da noite, mesmo em altas horas, observam-se cadeiras ocupadas por homens que estão conversando e/ou bebendo uma cerveja, que vêm do, ou vão para o garimpo. O Pérola não aparenta ter trabalhadoras do sexo diretamente vinculadas a ele, mas elas estão por lá. Quem o frequenta busca diversão e também serviços, pois nele tem loja que vende roupas oriundas do Brasil e de compra de ouro, joalheria, salão de beleza,

[544] Imagens retiradas do Facebook: https://www.facebook.com/perola.eventos.96?ref=ts&fref=ts. Acesso: 2 de março de 2016.

restaurantes e pequenos serviços difíceis de identificar, uma característica dos maiores hotéis do Belenzinho.

Algumas brasileiras afirmaram que ficam em hotéis para descansar porque não têm casa em Paramaribo, mas que às vezes aparecem propostas rentáveis e elas aceitam o cliente no quarto:

> Tem muitas meninas que vêm do "mato". Quando elas vêm do garimpo, elas se hospedam nos hotéis; não é só lá no Pérola, tem muitos hotéis aqui que hospedam meninas, e, às vezes, as meninas vêm cansadas, pra descansar. Aí, vai homem, bebem, vai namorado, amigos, e, geralmente, aqui a gente já tem uma fama mesmo de ser puta, aí as pessoas abusam. Mas tem umas que vão pra trabalhar [sexo pago] mesmo; tem meninas que ficam hospedadas no hotel só pra ganhar dinheiro, sabe? (Ana, 37 anos, cabeleireira e manicure, dois filhos, entrevistada em 2011 no Suriname)

Há casos de mulheres que não atuam mais como trabalhadoras do sexo, mas que quando precisam de dinheiro vão para um dos hotéis — um dos mais citados é o Pérola — à procura de alguém, para "fazer um *ploc*" e conseguir o valor desejado. Atuam na prostituição esporadicamente, em momentos que estão sem dinheiro, e não se consideram trabalhadoras do sexo; entendem que estão "curtindo" (divertindo-se), como faziam no Brasil, a diferença é que estão sendo pagas pelo sexo realizado. A figura da prostituta é incorporada por aquelas que estão cotidianamente atuando no mercado do sexo, sobretudo em clubes e cabarés; nos bares e hotéis, dão leveza ao dizer "faço *ploc*".

As interlocutoras diziam que entre os poucos espaços de lazer em Paramaribo estão as festas organizadas pelos hotéis e bares, sendo o Hotel e Bar do Bigode (Figura 44), e, principalmente, o Pérola, referências de festas nos finais de semana, e para um público diversificado. As brasileiras que vão só para dançar, beber, encontrar os amigos, ofendem-se quando são abordadas com propostas de sexo pago, embora as entrevistadas reconhecessem que é difícil a mulher frequentar esses espaços sem que seja abordada como trabalhadora do sexo, pois são reconhecidos como pontos de prostituição e de "caça" a mulheres dispostas a ir para um cabaré:

> Às vezes eu vou. Quando eu vou sair pra me divertir, eu entro no Pérola, por exemplo... No Pérola é o chamado prostíbulo... é um hotel, mas virou um prostíbulo; as mulheres, lá, vão pra arrumar [clientes] na noite, vão os homens, garimpeiros, misturados. [...] Porque lá é o único aqui... eu acho que é o único lugar que a gente tem pra se divertir, só que tem muitos homens que vão lá pra... pensam que todas as mulheres que vão lá é pra fazer *ploc*, essas coisas

— como é chamado aqui, fazer *ploc*, né —, mas nem todas. (Ana, 37 anos, cabeleireira e manicure, dois filhos, entrevistada em 2011 no Suriname)

Figura 44: Anúncios de festas no Hotel e Bar do Bigode (Paramaribo)[545].

Em Georgetown, uma das referências para encontros visando à prostituição é o Rockies International Hotel & Brazilian Sports Bar, uma mistura de bar, danceteria e hotel, local de encontro de brasileiros que chegam do garimpo ou que partem para ele. Nessa cidade, quando se pergunta onde encontrar brasileiros, dizem "Vai lá no Rockies Bar". A Figura 45 mostra cartazes de eventos no Rockies (shows e jogo da final da Copa do Mundo de 2014), que têm sempre algo que lembra o Brasil:

– Suriname é muito bom pra diversão, tem muitos [bares] pra onde você ir. Aqui em Georgetown, a diversão é muito pouca aqui. Aqui, se tu queres conhecer algum brasileiro ou saber dele, onde ele tá, é o Rockies. É um hotel que tem aqui, que as pessoas senta fora, a gente pega aquele ventinho. Os brasileiros gostam muito de lugar aberto. Só que, lá, às vezes tu tá conversando, aí chega as pessoas pedindo, aí estraga a conversa, tal; a gente diz "sai" e eles ficam insistindo, incomoda. Mas é o único lugar que, tu chega lá, "Rapaz, o Fulano tá na cidade?", e, se um não sabe, o outro já sabe.
– Ah, então é o ponto de encontro.
– O ponto de encontro. Aí, quando as pessoas já têm um dinheirinho e tal, não anda mais lá, já aluga apartamento. Aí, já frequenta cassino, Edi.
– Edi é o quê? Hotel e bar também?
– É uma discoteca. É um hotel e discoteca. Aí, Parma, que é um bar chique da Guiana. Como é o nome da outra? Monjo — é um bar chique, é outra discoteca.
– Mas é de brasileiro?
– Não, é guianense, [...] tudo é guianense. (Mário, 46 anos, garimpeiro, dois filhos, entrevistado em 2012 na Guiana)

[545] Imagens retiradas do Facebook: https://www.facebook.com/RockiesBrazilianSportsBar/?fref=ts. Acesso: 2 de março de 2016.

Figura 45: Anúncios de atrações e festas do Rockies International Hotel & Brazilian Sports Bar (Georgetown)[546].

Na Guiana, para muitas brasileiras trabalhadoras do sexo, hotéis são os locais mais seguros para encontros sexuais, pois a insegurança ronda esse país, sobretudo à noite, de modo que não é difícil encontrá-las como hóspedes deles, e são visíveis os olhares curiosos que as seguem a cada movimento. Os pequenos hotéis direcionados ao público brasileiro hospedam homens e mulheres que estão por curtas temporadas na capital, e têm a culinária brasileira e a antena parabólica como carros-chefes. Neles também se hospedam brasileiras que estão à procura de trabalho, caso de cozinheiras desempregadas que, enquanto estão à espera de uma outra vaga no garimpo, podem atuar na prostituição. Os hotéis mais turísticos da cidade são os espaços mais confortáveis para encontros com clientes, sobretudo clientes com maior poder aquisitivo.

9.1 Clubes, bares e hotéis de Paramaribo e Georgetown: locais de negociação e agenciamento de trabalhadoras do sexo para o cabaré

A demanda por trabalhadoras do sexo ou mulheres que esporadicamente atuam na prostituição é expressiva na Guiana e no Suriname, e por isso as/os proprietárias/os de cabaré têm direção certa quando precisam levar mulher para o seu estabelecimento: os hotéis e bares como o Rockies International, o Pérola, o Bigode. As/os donas/os de cabaré conhecem bem

[546] Imagens retiradas do Facebook: https://www.facebook.com/pages/Bigode/156706777833762. Acesso: 2 de março de 2016.

esse caminho, como Cleonice[547], proprietária de cabaré, 40 anos, três filhos, 1º ano do ensino médio, natural de Belém, que, antes de se instalar num garimpo no Suriname, esteve em Kourou, na Guiana Francesa: em 2003, quando tinha 31 anos, deixou os três filhos com a mãe e foi para essa cidade, para ficar três meses ajudando uma amiga que teve bebê. Depois retornou ao Brasil, e, não demorou muito, foi novamente acionada para ajudar outra mulher, que também estava com um recém-nascido, e dessa vez conheceu um *gendarme*, com quem foi morar (os filhos continuavam com sua mãe, no Brasil). Em 2006, mudaram para Paris, onde ficaram só dois meses porque ele foi transferido para a África. Cleonice, que na França fazia limpeza em casas, acreditava que não conseguiria trabalho na África, "um país pobre demais", e, como precisava sustentar os filhos no Brasil, achando que não teria dinheiro para mandar para eles propôs ao companheiro que os levassem junto, o que resolveria o problema — mas ele não aceitou e ela voltou para o Brasil; não demorou, foi para o Suriname. Em 2008, uma amiga, dona de cabaré no garimpo do Macu, que ia viajar para o Brasil, a convidou para trabalhar como cozinheira ali e gerenciá-lo enquanto estivesse fora; como estava desempregada, Cleonice aceitou, e acabou trabalhando três anos nesse cabaré: saiu quando o namorado lhe deu um de presente. Ela afirmou que em seu percurso migratório sempre teve uma situação financeira equilibrada e que nunca precisou "fazer *ploc*" por necessidade, mas sempre que aparece um homem que oferece um bom valor pela relação sexual, e ela está a fim, ela aceita, só que isso acontece esporadicamente. Por ser dona de cabaré, Cleonice conhecia a forma usual de contatar trabalhadoras de sexo em bares e hotéis de Paramaribo:

> Uma menina lá vem contigo, porque elas já tão na rua [prostituição]. [...] Quando chega à "rua", você vai ao Pérola, vai ao Bigode, você vai nesses lugares que têm show, que têm festa todo dia; bar, sabe? Você chega lá, você pergunta: "Tu quer ir pro garimpo?". Ela pergunta assim: "Que garimpo?". Aí, tu falas o nome do garimpo. Aí, muitas já dizem: "Ah, mas tá fraco lá, porque a minha amiga falou". "Não, mas o movimento melhorou." Aí elas vêm. O mínimo que elas passam é quinze dias, bem aqui; vêm três, quatro. Ou [vêm] quando tem uma festa. Depois, na segunda ou na terça, elas vão-se embora. E é assim. Aí outras vêm, e vão-se embora. É desse jeito que funciona.

No Suriname, embora nos cabarés a regra seja a procura de mulheres que já estão na prostituição nesse país, isso não significa que não existam mulheres, que já atuam na prostituição ou não, que são contatadas no Brasil para ir direto para o garimpo, nas mesmas condições que no clube, ou seja, com uma dívida. Segundo as donas de cabaré e de clube

[547] Entrevistada em 2012 no Suriname; tinha permanência no país renovável a cada dois anos.

entrevistadas, para quem tem negócio que depende da presença de mulheres é melhor aquelas que são experientes na prostituição, pois as que realmente são profissionais do sexo sabem o que querem e são mais espertas, de modo que ganham mais e dão lucros maiores. Na corrutela da Cláudia, por exemplo, era realidade levar brasileiras que não passaram pelos clubes surinameses, mas não foram coletados dados suficientes que permitam saber como funcionam as coisas — o certo é que no Suriname começava a aparecer ou estavam mais visíveis cabarés com mulheres que chegam com dívida. Essa questão foi colocada por algumas interlocutoras, que não a aprofundavam nas conversas/entrevistas, mudavam de assunto, mas diziam não concordar, porque essas mulheres chegam a Paramaribo e, em seguida, são levadas para o garimpo, por isso sequer sabem entrar e sair dele sozinhas, e porque chegam com a dívida da passagem. A única entrevistada que deu algumas informações mais consistentes sobre isso foi Tália (42 anos, proprietária de cabaré, dois filhos, entrevistada em 2012 no Suriname):

> – Aqui, vieram umas três meninas novas, de 20 anos, 21 anos — que eu fiquei até com dó delas, porque é a idade da minha filha, sabe? —, e elas vieram do Brasil. São paraenses também, mas não da capital, mas já sabiam, já praticavam a prostituição no Brasil, então... Elas não são inocentes naquilo que estão fazendo, não. Não é certo, mas também não é inocente.
> – As meninas são do Marajó?
> – Não, são de... passando Castanhal, esqueci o nome da cidade — é um lugar conhecido. Mas muitas meninas vêm de lá pra aqui, aqui nessa área de garimpo, agora. Que aí, nessa outra currutela, lá eles mandam buscar as meninas no Brasil pra vir pra cá, entendeu?
> – É na corrutela da...
> – Da Cláudia, que chamam. As meninas, a maioria que estão lá são meninas vindas do Brasil, diretamente do Brasil.
> – Não são meninas de clube?
> – Não são meninas de clube, não são meninas de Suriname, que conhecem Suriname; é a primeira vez que estão pisando no Suriname. Elas vêm direto do aeroporto, passam uma noite na cidade e já desce pro garimpo. Quer dizer que daqui elas não sabem voltar.
> – Então elas vêm devendo também, igual no clube?
> – Vêm devendo. E aqui é muito mais caro: são 30, 40 gramas que ela tem que pagar. Parece pouco, número 40 parece pouco, né, 30 parece pouco, mas se tu for passar pro dólar e depois passar pro real, elas pagam três, quatro mil às vezes. [...] São as que foram pro clube, que vieram pro garimpo, que foram pro Brasil, que já conheceram essas meninas e conhecem já a dona do cabaré do garimpo, que já trazem essas outras meninas. Aí, já vêm diretamente pro garimpo, é outra situação. Tem muitas meninas aqui dentro que não conhecem nem a cidade, entendeu? Já pagaram o que deviam, mas estão por aqui.
> – Mas será que essas que estão aqui, é difícil para elas pagarem a dívida?
> – Não, acho que aqui é mais fácil de pagar. É mais fácil.

Em uma conversa com uma dona de cabaré no Suriname, ela disse que estava pensando em buscar mulheres no Brasil para trabalhar em seu estabelecimento: como as que saíam dos

clubes eram exigentes demais e não aceitavam ir para alguns garimpos, ou queriam ir embora antes de completar os quinze dias combinado, seu irmão havia mencionado que, se ela quisesse, ele teria "coragem" de contatar mulheres do bairro que morava, em Belém. Ao utilizar a palavra "coragem" ela demonstra que ambos tinham consciência das implicações legais que poderiam desencadear, no Brasil, o contato com uma mulher e a organização da sua viagem para o exterior para o exercício da prostituição.

Pesquisas realizadas no Suriname na década de 1990 já apontavam vários arranjos no mercado do sexo nesse país: o de bar e hotel (clubes), o dos locais que agrupam mulheres em acampamentos nas proximidades de garimpo (provavelmente cabarés) — e apresentavam outro arranjo, que envolve a ida de mulheres para áreas de mineração com uma dívida, o "sexo por crédito", em que o responsável pelo garimpo paga todas as despesas de transporte do Brasil até aquele, e também a alimentação e a hospedagem, e elas ficam à disposição durante três meses, para atender os garimpeiros[548]. De acordo com a pesquisa coordenada por Sodireitos e Gaatw-Redlac na década de 2000, o proprietário "desconta no final do mês 10% do salário dos garimpeiros e paga às mulheres, depois dos três meses, um salário pré-estabelecido. Elas não podem sair do garimpo, não podem recusar clientes e precisam conseguir um número máximo de relações sexuais"[549]. Nesse período, além dos serviços sexuais, elas devem fazer serviços domésticos para os garimpeiros.

Não é possível estabelecer relação ou comparação entre a situação de "sexo por crédito" e a situação de mulheres que contraíram dívida com donas/os de cabarés para viajar e poder atuar na prostituição no local, apresentada pelas mulheres entrevistadas nesta pesquisa. É importante destacar que embora ambas envolvam dívida, o "sexo por crédito" envolve, também, servidão por dívida e cárcere privado. As informações coletadas em campo são incompletas (como já colocado) e não permitem generalizações, mas mostram a necessidade de atenção para os arranjos existentes e os que vão surgindo no mercado do sexo no Suriname sem que ninguém saiba ao certo como funcionam, pois estão à margem do controle do poder público, de modo que as trabalhadoras do sexo ficam vulneráveis a violações de direitos humanos.

[548] Ver ANTONIUS-SMITS et al., op. cit.; SODIREITOS; GAATW-REDLAC. Pesquisa tri-nacional sobre tráfico de mulheres do Brasil e da República Dominicana para o Suriname: uma intervenção em rede. Coordenação de Marcel Hazeu. Belém: Sodireitos, 2008.
[549] SODIREITOS e GAATW-REDLAC, op. cit., p.51.

9.2 As travestis/transexuais: a sociabilidade e a visibilidade no espaço da beleza

Na Guiana e no Suriname, em geral as travestis/transexuais[550] brasileiras não estão nos lugares de consumo sexual conhecidos como os clubes e cabarés, tampouco na prostituição de rua. Sua mobilidade está atrelada principalmente ao mercado da beleza e da estética, ou seja, atuam em salões de beleza de algum conhecido — este é o espaço de sociabilidade e visibilidade delas[551]. As atividades ligadas à beleza e à estética também são referência na Guiana Francesa, mas nesta as travestis/transexuais são vistas também na prostituição de rua. Gabriel (58 anos, garimpeiro piupiuzeiro, dois filhos, entrevistado em 2011 no Suriname) enfatizou que o garimpo é espaço masculino e heterossexual, e nele apenas as mulheres têm lugar no mercado do sexo, não outras identidades de gênero — os "irmãos", como ele se referiu a gays e travestis/transexuais.

> – Viado demais, aí tem viado demais.
> – Ah, mas vêm para trabalhar em quê?
> – Ah, corta o cabelo; é salão [na cidade], não é em garimpo, não. É, tem mais mulher [no garimpo]. Eles cortam cabelo, trabalham em restaurante, trabalham em... Tem demais.
> – E por que não trabalham em garimpo?
> – Cria [sobrevive] não, quem diabo vai querer viado no "mato" [risos]. Não tem irmão aqui no trecho, não! Não tem irmão pra cá, não".

Na Guiana e no Suriname os espaços de prostituição são demarcados para as mulheres, sobretudo os clubes e cabarés. Quando travestis/transexuais decidem transgredir essa regra, precisam marcar sua presença, mas, ao mesmo tempo, ser discretas. Em campo foi encontrado apenas um caso de travesti/transexual que trabalhou em um clube: Natasha — mas trabalhou por pouco tempo. Natasha[552], 23 anos, manicure, sem filhos, 3ª série, é natural do Maranhão. Aos 17 anos saiu de casa por causa de problemas no relacionamento com o padrasto e a mãe — que dizia que "se tivesse um filho viado, ela matava; que ela não gostava de viado" —, e foi

[550] Segundo Anna Paula Vencato (Confusões e estereótipos: o ocultamento de diferenças na ênfase de semelhanças entre transgêneros. *Cadernos AEL*, v.10, n.18/19, p.188-215, 2003 [p.190-191]), "As distinções entre travestis, transexuais e drag queens já estão muito marcadas na apresentação visual desses sujeitos, e acabam ainda mais sublinhadas caso observadas suas práticas sociais. Além disso, a diferenciação entre um e outro grupo é constantemente requerida por esses sujeitos, que não pretendem confundir-se, mas, ao contrário, buscam uma espécie de diferenciação dentro da diferença, uma vez que o transvestismo, enquanto fenômeno está longe de ser a 'norma' em nossa sociedade e mesmo dentro do universo homossexual". Neste contexto, para não incorrer em erro, não farei distinção entre quem é travestis ou transexuais ao apresentar as entrevistadas, uma vez que no momento das entrevistas não dialoguei com as entrevistadas a respeito da sua autoidentificação como travesti ou transexual.

[551] Aliás, duas das travestis/transexuais entrevistadas fizeram curso profissionalizante nessa área, no Brasil.

[552] Entrevistada em 2012 na Guiana; estava no país como turista.

morar com amigas; depois foi para Goiânia (capital de Goiás), onde trabalhou mais ou menos um mês como empregada doméstica. Voltou para o Maranhão, começou a vender coisas (perfumes, roupas, eletrônicos) e a trabalhar na prostituição de rua, nas proximidades de postos de gasolina. Algumas amigas lhe falaram de uma conhecida, que já trabalhara na Guiana, que dizia que esta era um bom local para uma trabalhadora do sexo ganhar dinheiro. Natasha se convenceu de que poderia mudar de vida e foi para Belém encontrar a "conhecida das amigas", que lhe deu as coordenadas da viagem: como pegar o barco em Bragança (Pará) para chegar à fronteira com a Guiana; nomes e telefones de pessoas que trabalhavam com transporte e falavam português, que a levariam, a partir da fronteira, até Georgetown; o hotel em que deveria se hospedar; telefones de taxistas. Assim, em 2012, vendeu a preços abaixo dos preços do mercado o resto dos produtos que tinha, fez dois empréstimos bancários totalizando o valor de oito mil reais e foi para a Guiana. Logo que chegou fez contato com o clube de prostituição Olímpia, que, embora não trabalhasse com travestis/transexuais, a aceitou, e ela ficou ali aproximadamente um mês. Quando saiu, foi trabalhar como manicure em um salão de beleza. Contou que saiu porque as mulheres trabalhadoras do sexo do local, ao perceberem que crescia o número de homens que a procuravam, começaram a contar aos clientes que não se tratava de uma mulher, e eles, com vergonha, não a procuravam mais, e Natasha começou a ter dificuldade para pagar as despesas com o quarto e a alimentação, no clube. Segundo disse, o clube é um espaço destinado às mulheres, que são numerosas. Aquele no qual ficou era pequeno, facilitando o controle de "quem fica com quem":

> – Lá é pequeno. Eu quase não tava fazendo programa mais, [porque] os homens descobriram que eu era bicha. As meninas queimavam às vezes, sabe?, comigo. Aí, "Ele é viado", não sei o quê. Eu tinha vergonha de ficar no salão.
> – Quer dizer que eles não percebiam que não era mulher?
> – Não. Uns, na hora; outros, não.
> – E você também não dizia?
> – Não! Dizer pra quê? Qualquer coisa, ele se enganou.

Natasha disse que, no curto período em que trabalhou no clube, precisou passar por cima dos constrangimentos e enganar os homens, redobrando os cuidados com a aparência, a expressão corporal e a performance, para se apresentar o mais próximo possível de uma mulher — e alguns acabavam descobrindo quando já haviam pago pelo serviço sexual. Questionada se sofreu algum tipo de ameaça ou violência ao ser descoberta no quarto, respondeu que apenas uma vez, pois em geral os que compravam seus serviços pagavam adiantado e evitavam se expor quando se sentiam enganados:

> – Saí do Olímpia e fui trabalhar no salão
> – Mas conseguia trabalhar muito, à noite?
> – Pouco. Às vezes enganava os homens. Eles não sabiam que eu era viado, pensavam que eu era mulher.
> – E eles não percebiam?
> – Tem um jeitinho, né [risos], de enganar.
> – Não percebiam?
> – Um percebeu.
> – E, aí, ele chegou a te ameaçar, alguma coisa assim?
> – Um ameaçou, mas já tinha feito, fazer o quê?

Segundo as três travestis/transexuais entrevistadas, na maioria das vezes o cliente ou paquera parece não ter certeza de que não se trata de uma mulher, e elas, por sua vez, tentam camuflar o fato de que não são mulheres. Em um artigo sobre a prostituição travesti, Larissa Pelúcio aborda a questão da construção do "ser travesti", e destaca os esforços de transformação corporal como parte do processo contínuo de feminilização:

> é um processo, nunca se encerra. [...] Elas estão sempre buscando a "perfeição", o que significa "passar por mulher", uma mulher bonita e desejável, geralmente "branca" e burguesa. Em busca dessa imagem afinam seus traços, bronzeiam seus corpos, adornam-se com roupas de [que] remetem a mulheres glamourosas, escolhem nomes de atrizes e musas hollywoodianas ou cantoras pops, submetendo-se às normas estabelecidas[553].

No Suriname e na Guiana não bastam a transformação corporal e/ou o "montar-se" (se vestir e se maquiar como mulher, escondendo o que remete ao masculino, como a barba, por exemplo), elas precisam inovar, criar um corpo e uma imagem que vão além de gestos, vestimentas e assessórios (dos tipos geralmente utilizados pelo gênero feminino); é imprescindível estar o mais próximo do estereótipo atribuído ao feminino/mulher frágil, delicada e submissa. A criação desse feminino é traduzida em um esforço que inclui, além das roupas, a educação corporal e a performance — esta, antes e durante o ato sexual, para que não sejam descobertas ou causem constrangimentos.

Natasha teve que se adequar à nova realidade. Quando lhe diziam, em sua cidade, que o mercado do sexo na Guiana era próspero e livre, não imaginou que não poderia trabalhar como planejou, mas apenas na clandestinidade. Ela, que antes de migrar tinha a prostituição como principal fonte de renda, teve que se voltar para uma outra atividade, destinada à clientela feminina (e boa parte dela, de trabalhadoras do sexo).

[553] PELÚCIO, Larissa. Na noite nem todos os gatos são pardos: notas sobre a prostituição travesti. *Cadernos Pagu*, n.25, p.217-248, 2005 (p.224-225).

Na época da entrevista ela saía com clientes esporadicamente, quando abordada em boates e bares. Quando aparecia um cliente, recebia o dinheiro adiantado e ia para hotéis, pois não achava seguro trabalhar na prostituição fora do clube na Guiana; não achava seguro para mulheres e muito menos para travestis/transexuais, que no país sofrem muito preconceito e podem ser atacadas e agredidas: "Se pegar um travesti sozinho na rua, à noite, eles matam! [...] um [travesti] amigo meu, antes de eu chegar aqui [foi atacado]. Ela foi [para o Brasil] de avião, de frauda descartável. Negão [o agressor]. Pegaram ele [a travesti], aí deram uma surra; quase matam". Nesse caso, a agressão aconteceu porque a travesti havia dito para uma amiga tomar cuidado ao sair com um homem (que tinha fama de ser violento com prostitutas); o homem, ao saber do "alerta", mandou que lhe dessem um "corretivo". Em sua narrativa, ela aponta que o preconceito, a discriminação e a violência contra as mulheres e travestis/transexuais na prostituição são motivadas em função do gênero e da sexualidade das vítimas.

No Brasil, historicamente, travestis, transexuais e transgêneros (as pessoas trans) têm sido "patologizadas, criminalizadas, ridicularizadas e assassinadas"[554], um cenário próximo ao apresentado nos relatos de preconceito contra travestis/transexuais brasileiras tanto no Suriname como na Guiana. Na Guiana e no Suriname, travestis/transexuais estão mais visíveis à luz do dia, porque estão presentes nos salões de beleza, o que as põe em contato com mais pessoas — e, em suas narrativas, as entrevistadas faziam comparação entre a forma como eram tratadas no Brasil, na Guiana e no Suriname, e o que transparece é que já estavam habituadas ao "não dito", experienciado no Brasil nas piadas, nas risadas, nas ironias, nos trocadilhos, nos eufemismos, e por isso lhes causava revolta a indiscrição e a verbalização de insultos e ameaças constantes de violência por parte dos nativos dos outros dois países.

Palloma, outra travesti/transexual entrevistada, embora já tivesse sido vítima de transfobia no Brasil, na Guiana sentia-se agredida pela forma como era tratada em público:

> – Olha, particularmente, pra viver [na Guiana], só pelo fato de ganhar dinheiro, mas, pra morar, assim, porque é bonita, porque as pessoas são legais, não! Há muito preconceito, mais do que no Brasil, pelo fato da gente ser estrangeira, né, entendeu? E eles são umas pessoas muito ignorantes, muito bruto, entendeu? Eles não sabem se comportar como os brasileiros, que, mesmo que eles [brasileiros] queiram criticar, mexer, mas eles criticam silenciosamente, entendeu? Tipo assim: "Olha ali, aquele viado ali", não sei o quê. Eles, não, eles fazem questão, eles se unem em grupo pra humilhar a gente, pra criticar, entendeu? Eu já fui muitas vezes expulsa de boate pelo fato de eu ser gay, entendeu? Mas eu jamais me rebaixei pra eles.

[554] PELÚCIO, Larissa. Corpos indóceis – a gramática erótica do sexo transnacional e as travestis que desafiam fronteiras. In: SOUZA, Luiz Antônio Francisco de; SABATINE, Thiago Teixeira; MAGALHÃES, Boris Ribeiro de. (Orgs.). *Michel Foucault: sexualidade, corpo e direito.* Marília: Oficina Universitária, 2011. p.105-131 (p.107).

> – Mas, por quê? Expulsa de boate brasileira ou...
> – Não, guianês. Me proibiram de entrar. Eu praticamente chorei na porta, porque eu me senti muito humilhada, entendeu?

Palloma[555], 25 anos, manicure artística design, sem filhos, ensino médio completo, nasceu no Amazonas. Morava havia alguns meses em Boa Vista quando foi abordada, no salão de beleza onde trabalhava, por uma mulher que estava abrindo um salão em Georgetown, que lhe propôs trabalho como manicure. Como amigas suas que já tinham trabalhado na Guiana falavam que ali era bom para ganhar dinheiro, e ela tinha interesse em atravessar a fronteira, considerou a proposta como uma grande oportunidade e aceitou. Viajou para Guiana em 2011, e o dinheiro da passagem de avião, das despesas com passaporte, do excesso de bagagem e para o aluguel da nova casa foi adiantado por sua nova chefe[556], e ela deveria devolvê-lo após um mês de trabalho. Palloma, que no Brasil atuava esporadicamente na prostituição, com encontros marcados através de redes sociais e telefone (uma tática que também usava na Guiana), não tinha o hábito de circular nos ambientes de prostituição mais conhecidos de Georgetown, mas acontecia de ter encontros sexuais com homens que, depois da relação, lhe davam dinheiro — uma "ajuda", como chamava —, e ela não via isso como prostituição[557], pois a maior parte de seu dinheiro, ganhava como manicure:

> Assim, de me envolver, de querer, como elas fazem, né, ficar em esquina, ponto — que é o popular dizer fazer ponto —, não, nunca. Eu acho, assim, que, por exemplo, sempre eu fico com rapazes que, às vezes, eles me dão dinheiro, entendeu? Mas eu não costumo ir pra esquina, eu não costumo ir pro lugar de prostituição pra me envolver, entendeu? Eu sempre vou numa festa, sempre por meio de contatos, telefone, emails, coisa assim. Aí, quando eu me interesso, que eu gosto e tudo, eu vejo que ele também gosta de mim, que eu percebo que quer me ajudar, eu aceito numa boa, entendeu? Mas eu não levo pro lado da prostituição, porque eu não vivo muito dessa vida, entendeu? Eu vivo mais do meu trabalho.

Os relatos de preconceito contra travestis/transexuais brasileiras, tanto no Suriname como na Guiana são muitos — mas só nesta a violência física foi mencionada —, e é em razão do preconceito que elas trabalham em salões de beleza, seja como cabeleireiras (mais usualmente no Suriname), seja como manicures (mais usualmente na Guiana), e não estão

[555] Entrevistada em 2012 na Guiana; estava no país como turista.
[556] Palloma chegou em Georgetown com uma dívida de aproximadamente trezentos e trinta e três euros, e não teve dificuldade para pagar, pois como manicure ganhava de cinquenta a cem reais por cliente (no Brasil ganhava entre vinte e vinte e cinco reais por cliente, e nem sempre tinha clientes).
[557] No momento da entrevista, fazia quinze dias que estava namorando um homem de Trinidad e Tobago que trabalhava em Georgetown.

disponíveis nos espaços convencionais de troca de sexo por dinheiro. Quanto ao "preconceito declarado" contra elas nesses dois países, as três entrevistadas disseram que era principalmente por parte dos homens de origem negra. No entendimento de Natasha (23 anos, manicure, sem filhos, entrevistada em 2012 na Guiana), "os indianos não são preconceituosos. Eles gostam, às vezes gostam muito. Tenho quatro namorados indianos aqui. No Brasil precisava de um, aqui tenho quatro. Mas os negão...".

Soraya[558], 25 anos, cabelereira, sem filhos, ensino médio completo, é natural de Belém, e aos 17 anos assumiu para a mãe que era gay. Após a morte dela, foi morar com a avó, que não a aceitava[559], por isso aos 18 anos saiu de casa e foi morar com amigas — explicou que é muito comum que uma travesti/transexual que se assume e que não é aceita pela família seja acolhida por amigas que já passaram pela mesma situação ou já são mais velhas[560], "assumidas" —, começou a usar peruca e se juntou a outras travestis/transexuais em uma das esquinas da avenida Almirante Barroso, em Belém, em busca de clientes. Na época, cobrava trinta reais por programa, mas achava perigoso o ponto onde atuava: saía para trabalhar mas não sabia se voltaria viva, porque às vezes havia briga entre homens na rua ou elas eram maltratadas por quem passava pelo local. Aos 19 anos foi para São Paulo com outras amigas, também para trabalhar na prostituição, e lá conseguiu modificar o corpo[561]: colocou silicone, tomou injeções de hormônio feminino, deixou o cabelo crescer — enfim, "montou-se", e passou a cobrar cem

[558] Entrevistada em 2012 no Suriname; estava no país como turista.

[559] Soraya contou que sua família é evangélica, e por isso, em sua opinião, não a aceita desde que assumiu sua sexualidade.

[560] O "amadrinhamento", por travestis mais velhas, de travestis mais jovens que têm que sair de casa por causa de divergências relacionadas à sua identidade de gênero, e que se dá, entre outras formas, através do acolhimento em casa, de ajuda na transformação corporal e da inserção no mercado do sexo, é analisado em diversos trabalhos. Larissa Pelúcia descreve essa relação das travestis inexperientes com as mais velhas: "O espaço da casa/pensão se coloca em oposição à casa paterna muito mais do quem [que] em contraste com a rua. As 'casas' são administradas por cafetinas, que podem ser também 'mães' e ou 'madrinhas'. '*Amadrinhar*' geralmente se refere a proteger e ensinar a viver como travesti, cabendo à categoria de *mãe* a iniciação propriamente dita. A noção de '*mãe*' entre as travestis está ligada, portanto, ao processo de transformação. Muitas travestis saem de casa ainda 'gayzinhos', classificação êmica que indica que ela já assumiu a orientação sexual para familiares e para 'a sociedade' (como dizem, ou seja, para um conjunto mais abrangente de pessoas), mas ainda não se veste com roupas femininas ou ingere hormônios. Às vezes, na casa dos pais, as travestis já se '*montam*'" (PELÚCIO, Larissa. *"Eu me cuido, mona" – saúde, gênero e corporalidade entre travestis que se prostituem.* Texto apresentado no Seminário Homofobia, Identidades e Cidadania GLBTTT - mesa Tavestilidades e Transexualidades. Florianópolis, setembro de 2007, p.6). Sobre essa questão, ver, também, SMITH, Andreza do Socorro Pantoja de Oliveira. *Travestis e transmulheres: rotas e conexões de protagonistas de tráfico para exploração sexual.* 209p. Tese (Doutorado em Direito) - Universidade Federal do Pará, Belém, 2016; DEUS, Amadeu Lima de. *"Na vida tenho experiência": uma etnografia sobre narrativas e memórias de travestis/transexuais envelhescentes em Belém do Pará.* 88p. TCC (Graduação em Ciências Sociais) - Universidade Federal do Pará, Belém, 2014; KULICK, Don. *Travesti: sex, gender and culture among Brazilian transgendered prostitutes*. Chicago: The University of Chicago Press, 1998.

[561] Segundo Andreza Smith (op. cit., p.152), "quando as jovens travestis e transmulheres decidem sair de Belém, o fazem por um conjunto de razões. Em muitos casos elas estão motivadas pela busca da transformação corporal e aquisição de recursos financeiros, geralmente associada à saída da convivência com o grupo doméstico por iniciativa própria ou por serem ignoradas/expulsas, na grande maioria das vezes por preconceitos e discriminações sofridas em face da identidade de gênero ou orientação sexual".

reais pela relação sexual. Ficou um ano nessa cidade, o tempo de quitar a dívida com as pessoas que a agenciaram e fazer as modificações corporais. Questionada sobre o contexto de sua viagem para a capital paulista e se tinha conhecidos lá, disse que "Não. Eu fui com as bichas. 'Ah, bora!, você não tem nada a perder'"[562].

Aos 20 anos Soraya voltou para Belém, e, como não queria continuar trabalhando na prostituição, fez curso de cabelereira e conseguiu trabalho em um salão de beleza. Em 2011, aos 24 anos, uma amiga ("gay machona"), dona de um salão em Paramaribo, a convidou para ir para o Suriname e ela aceitou. Sua ideia inicial era ficar três meses, mas começou a ganhar dinheiro e decidiu ficar mais tempo. As despesas da viagem foram pagas pela amiga, dona do salão, e só depois do terceiro mês Soraya começou a pagar, sem juros, os quatrocentos e cinquenta dólares que devia da viagem. Na entrevista disse evitar festas frequentadas por brasileiros em Paramaribo, porque as pessoas costumam ficar olhando indiscretamente e, por vezes, tem briga entre os brasileiros. Não namorava surinameses por considerá-los preconceituosos: constantemente era agredida verbalmente por eles na rua, sobretudo os de origem negra, que a chamavam de "*ma pampa* [filha da puta] e *bule* [viado]" — inclusive, uma vez, quando saía de uma festa no hotel Pérola, jogaram uma garrafa de cerveja nela. Não tinha namorado, mas já tivera um "rolo", paradoxalmente, com um surinamês — segundo disse, não deu certo porque estava concentrada em alcançar seu objetivo: ficar mais um ano, ganhar dinheiro e retornar ao Brasil, para abrir seu próprio salão de beleza[563]. Sua estratégia para se divertir em Paramaribo era ir a casas noturnas frequentadas por holandeses e americanos, que não são consideradas espaços de prostituição. Soraya afirmou que eles não percebiam que ela não é mulher, e assim não havia problemas. Quando foi entrevistada, tinha sido convidada para trabalhar em Roterdã, na Holanda, mas ainda não decidira se iria.

Embora a transfobia faça parte do cotidiano das três entrevistadas, elas diziam que na Guiana e no Suriname há uma clientela potencial para travestis/transexuais, mas formada por homens que têm vergonha de ser vistos na companhia delas. Natasha (23 anos, manicure, sem filhos, entrevistada em 2012 na Guiana) contou que se arrisca e circula nos espaços de consumo sexual em busca de clientes, mas discretamente, para que não seja identificada de imediato: "Às vezes eles sabem na hora que é homossexual. Mas tem muita mulher. Às vezes [o homem] fica

[562] Na época da entrevista, algumas amigas suas que foram para São Paulo na mesma situação que ela, estavam na Europa, trabalhando na prostituição, e nem todas estavam bem, porque "algumas passaram a usar drogas" — outras, tinham sido assassinadas. Segundo Soraya, a vida de travestis/transexuais "É uma vida sofrida, mas é divertida" — o que mostra que ela minimiza os perigos a que estão sujeitas cotidianamente.

[563] Disse que todo o dinheiro que ganha fica guardado com a patroa, porque divide a casa com muitas pessoas e tem medo de ser roubada (e que também é uma forma de não gastar).

com vergonha e sai [de perto]. É mais fácil pra gente fazer programa morando fora... fora, assim, do lugar [clube], do ambiente, do que morando dentro. Porque fora é mais fácil: pode conversar com ele, sair pra outro lugar"[564]. Para ela, os clubes são espaços que exigem performance corporal redobrada, uma obrigação de "ser praticamente mulher".

Percebe-se, nas narrativas, que, no caso de travestis/transexuais, em geral não se trata de engano, pelos homens, quanto à identidade de gênero, e, sim, que eles evitam ser notados em sua companhia — por isso, quanto mais femininas, maiores as chances de conseguir clientes, sobretudo fora dos clubes. Durante o dia elas estão trabalhando nos salões de beleza, e, à noite, precisam ser discretas, se fazer o mais invisível que puderem, para circular em locais públicos. Mesmo as que desejam ocupar o espaço das casas noturnas como trabalhadoras do sexo, tentam passar despercebidas nelas

Natasha ainda não apresentava modificações corporais expressivas, e durante o dia usava roupas femininas, mas simples, não usava maquiagem. Já Palloma e Soraya não passavam despercebidas, pela leveza e delicadeza com que se comportavam; ambas haviam passado por diversas transformações corporais (silicone, hormônios, cintura fina, cabelos longos e naturais), e por isso cogitavam não retornar ao Brasil, mas seguir para outro país, de preferência europeu, para trabalhar no mercado do sexo, embora afirmassem que pretendiam montar um salão de beleza no Brasil.

Nas narrativas aparece, o tempo todo, que elas se põem discretas, quase invisíveis, para usar os espaços sociais. À noite, embora seja um momento inseguro, há espaço para a transgressão das normas estabelecidas e para a sedução. As escapadas noturnas não se relacionam apenas à prostituição e/ou à "ajuda" em dinheiro como fonte de renda extra, mas também às relações amorosas e sociais fora dos salões de beleza, o que remete a questões que envolvem zonas fronteiriças como prazer e perigo, trabalho e lazer, dinheiro e afeto... Diferente das trabalhadoras do sexo brasileiras nas Guianas, as travestis/transexuais não parecem acionar a nacionalidade como elemento marcador de diferenciação, e sim a sexualidade e a feminilidade.

[564] Natasha foi a única travesti/transexual que disse procurar, esporadicamente, clientes: "Faço [*ploc*], quando aparece eu faço. Eles abordam de noite, tá?, de noite. Eles gostam. Vai, chama. Adiantado [recebe o dinheiro adiantado], que eu não sou besta. Adiantado? Vambora!" — as outras duas viam o que recebiam do parceiro como uma "ajuda".

CAPÍTULO 10

CATEGORIAS EM DISPUTA: A *MENINA DE CLUBE* E A *PLOC*

Na Guiana, no Suriname e nas áreas de garimpo clandestinas da Guiana Francesa, a circulação das trabalhadoras do sexo brasileiras e a variação de categorias que envolvem a compreensão do ser ou não ser prostituta estão vinculadas ao universo do mercado do sexo e à forma como se dá a migração de brasileiros nesses territórios. Uma diferença básica entre clube e cabaré, que apareceu na narrativa das/os interlocutoras/es, é que o primeiro tem status mais formal, profissional, a clientela é composta, em sua maioria, por nacionais; nele as relações se dão mais diretamente com as trabalhadoras do sexo, e muitas delas têm clientes assíduos. No cabaré as relações são mais informais, a/o proprietária/o está mais próxima/o dos clientes, gerencia o negócio mais de perto e, por vezes, a proprietária, se é solteira, aceita ter relação sexual com um cliente, quando é "uma proposta boa", ou seja, pagamento diferenciado.

No cabaré o preço cobrado por uma relação de mais ou menos meia hora ou para passar a noite é conhecido por todos, como se fosse tabelado, e a negociação é quase inexistente; contudo, segundo as interlocutoras, alguns homens brasileiros são "generosos" e costumam dar algo mais: um colar, um anel, alguns gramas extras de ouro. Como os homens diziam, "se a mulher souber tratar bem" pode receber alguma coisa a mais. Além disso, apesar de o valor cobrado pela relação sexual ser conhecido, isso não significa que a mulher não pode pedir mais — o que não é bem visto é cobrar menos, porque desvaloriza o trabalho.

As mulheres que partem para trabalhar em cabaré têm conhecimento do lugar para o qual estão indo, e o fazem porque, da mesma forma que as que saem do clube e decidem prosseguir na prostituição em bares e hotéis, estão atentas a outras possibilidades de trabalho. A perspectiva é ter mais lucro, pois no clube trabalham muito mas têm que pagar a dívida, a comida e o aluguel dos quartos em que moram. No "mato" ou na "rua" a mobilidade delas é frequente, tanto no que se refere à circulação no território como laboralmente. A saída do clube significa transição entre *menina de clube*[565] e *ploc*, categorias referenciais para compreender o mercado do sexo no Suriname, uma vez que giram em torno de ser mulher e estrangeira, de

[565] Aqui, a utilização do termo "menina" não faz referência a uma criança ou adolescente, mas a uma mulher adulta, o que não significa infantilizar a mulher; refere-se à apropriação da forma como as interlocutoras nominavam, por vezes, as mulheres que estão na prostituição em clube ou as amigas, e mesmo as mais velhas eram chamadas de menina (e, embora tenham sido raras as vezes, também utilizaram "menina de programa"). Assim, *menina de clube*, neste texto, refere-se à mulher que atua na prostituição de clube.

estar ou ser prostituta, de assumir outros papéis para distanciar-se do rótulo de puta — e por isso é importante entender como se dá essa transição.

As mulheres que migram via clube, que ocupam a posição de *meninas de clube*, estão atreladas às regras daquele e a uma dívida; têm pouca mobilidade e poucas perspectivas de mudança no que diz respeito às condições de trabalho à saída dele antes do pagamento da dívida. Já a *ploc* estabelece uma negociação econômica com maior margem de lucro, assim como uma relação de poder mais equilibrada com o cliente, simbolicamente menos opressora.

Quando falavam da prostituição em clube, as/os interlocutoras/es se referiam às "meninas", e, em alguns momentos, falavam em "meninas de clube", embora não fosse uma expressão tão usual como *ploc*. Em conversas e entrevistas com as mulheres, no que se refere ao que seja um *ploc*, elas diziam se tratar de um *programa*[566], "realizar um trabalho", "é o trabalho", referindo-se ao ato sexual pago ocasional, em oposição ao profissional.

A prostituição ocasional é difícil de delimitar, uma vez que não apresenta fatores que unifiquem as mais variadas situações que frequentemente se apresentam; as pessoas que se encontram nesse tipo de prostituição tentam, nela, conseguir determinado valor como complemento, mas têm, paralelamente, outra atividade[567]. Pela forma como as entrevistadas se referiam ao *ploc*, fica claro que essa categoria está relacionada a autonomia, a não estar atrelada à dívida do, e às regras estabelecidas pelo clube de prostituição; também se refere ao temporal e ao ocasional, e, sobretudo, à independência e à liberdade de fazer sexo por dinheiro sem as amarras do clube, de escolher o parceiro, o local, o dia e a hora. A mulher se mostra dona de si, do seu corpo e do seu tempo para "fazer um *ploc*", não necessariamente fora de um estabelecimento definido para prostituição, uma vez que elas atuam em espaços como cabarés/shoppings, hotéis, bares e cassinos — em cabarés e hotéis, por exemplo, ela pode impor regras ou aceitar as regras, o que é diferente do clube, onde é obrigada a aceitar:

> Como nós estamos sem trabalho... porque a maioria das mulheres sem trabalho tem que ganhar o delas. [...] Faço *ploc*, faço programa; tenho de apelar, mana. Aqui não tem negócio de velha, negócio de cara feia, não. Aqui tem que tirar a faísca da cara e tem que botar pra ganhar dinheiro, se não vai pro meio da rua. [...] Não frequento clube porque, fazer que nem a história, no clube, diz o pessoal que lá a mulher tem que pagar as taxas dela, e, lá, o que ela queira ou não, ela tá ali, ela tá sujeita, ela deve pro clube. E aqui [no hotel], eu faço, que nem a história, aquelas pessoas que eu ver que dá pra pessoa chegar lá... Pessoa porre, chegar pessoa abusada, uma pessoa exigente, antipática, eu não

[566] Como usualmente é chamado, no Brasil, o sexo em troca de dinheiro. A palavra "programa" apareceu pouco na fala das/os interlocutoras/es quando se referiam à prostituição fora do clube; era substituída por *ploc*, que aparecia como substantivo e/ou adjetivo (ver adiante).
[567] FONDATION SCELLES. *La prostitution adulte en Europe.* Ramonville Saint-Agne: Éditions Érès, 2002.

> sou obrigada. E assim eu vou levando a vida. (Luísa, 52 anos, trabalhadora do sexo, seis filhos, entrevistada em 2011, no Suriname)

Na prostituição profissional, a prostituição é a atividade principal ou única[568]. No Suriname, quando as interlocutoras falavam das mulheres que atuam nos clubes, empregavam categorias como trabalho, chegando a dizer "prostituta aqui é normal", como se reconhecessem a prostituição nesse tipo de estabelecimento como um trabalho e elas como trabalhadoras do sexo. O proprietário é chamado de patrão, como se houvesse um vínculo empregatício, o que não ocorria quando se referiam à/ao proprietária/o do cabaré. Na fala delas, "patrão" não parecia um tratamento pejorativo, mas o reconhecimento de uma atividade/relação laboral, e, por outro lado, elas evocavam a ideia de alguém (uma mulher) que estava precisando, naquele momento, passar por isso. No entanto, a compreensão das mulheres de que no Suriname a prostituição é um trabalho não se dá, necessariamente, porque elas acreditam nisso, mas pelo fato de que não existe nenhuma ação estatal que a coíba; mais que isso, as frequentes fiscalizações realizadas pela polícia em clubes reforçam a ideia de que tudo está em conformidade com a lei.

Na pesquisa de Letícia Tedesco em garimpos do Tapajós, no Brasil, o termo *ploc* também aparece como referência de sexo por dinheiro de forma autônoma; diferente de quando estão nas boates, nele as mulheres escolhem com quem sair, mas é sempre exercido fora do estabelecimento de prostituição[569], o que não acontece nas Guianas, onde também acontece em cabarés:

> O chamado "esquema" ou "ploc" pode até se assemelhar ao "programa" realizado nas boates, se visualizamos apenas seu conteúdo *strictu sensu*, mas quando observamos o contexto em que acontece, nos damos conta do quão diferente eles são, podendo no *esquema* e no *ploc* inserir-se mais facilmente coisas nada desprezíveis para as mulheres entrevistadas, tais como a liberdade de escolha dos parceiros motivada por questões que podem, e em geral ultrapassam, o estritamente financeiro. Talvez possamos dizer esquematicamente que na boate os homens fariam companhia para as mulheres e que fora dessa são as mulheres que fazem companhia para os homens, ou seja, que aqui elas tomam a iniciativa de se acompanharem[570].

[568] Ibidem.
[569] TEDESCO, Letícia da Luz. *No trecho dos garimpos: mobilidade, gênero e modos de viver na garimpagem de ouro amazônica*. 420p. Tese (Doutorado em Antropologia Social e Antropologia Social e Cultural) - Universidade Federal do Rio Grande do Sul/Vrije Universiteit Amsterdam. Amsterdam, 2015.
[570] Ibidem, p.221-222.

No Suriname, *ploc* também serve para nominar a pessoa que vende sexo: "a *ploc*". Nesse caso, a expressão é utilizada quando querem demarcar o que a mulher faz, sobretudo no sentido pejorativo, com o intuito de afetar a sua integridade moral. Carolina Höfs tratou da categoria *ploc* vinculada à imagem da migrante brasileira no Suriname juntamente com a de peão (o garimpeiro) nesse país, e, segundo ela, ambas afetam a construção da identidade dos brasileiros, que "têm sua imagem associada à garimpagem e ao sexo, sendo essas referências para as relações interpessoais"[571]. E Rafael Oliveira afirma que no Suriname os meios de comunicação contribuem para reforçar estigmas e estereótipos de brasileiros presentes na sociedade, dificultando a sua integração[572].

Na Guiana as/os interlocutoras/es também diziam *ploc*. Já nas áreas urbanas da Guiana Francesa, embora a categoria tenha aparecido, o termo mais escutado em campo foi *periguete*, mas, em se tratando das áreas de garimpo clandestinas, cujas mulheres vinham do Suriname, também utilizavam *ploc*.

A mulher que trabalha no cabaré tendo garimpeiros como clientela aparecia, por vezes, na narrativa dos homens, como "corajosa", como se a escolha do cliente no garimpo nem sempre fosse assertiva: "A *ploc*, a vida da *ploc*, também é sofrida, não é assim, não. Acho que a *ploc* é a mulher mais corajosa do mundo no lugar do garimpo, troço de garimpo, *ploc* de garimpo, porque ali ela vai enfrentar todo tipo de homem pra ir com ela pra uma cama" (Marcelo, 37 anos, garimpeiro, um filho, entrevistado em 2012 no Suriname). No contexto dos garimpos, de busca incessante pelo ouro e com atividades estabelecidas conforme o gênero, *ploc*, assim como já acontecera com garimpeiro, tornou-se uma categoria social entre os brasileiros.

O "fazer *ploc*" está atrelado à concepção de que quem o faz quer ganhar a vida de maneira "fácil", não sendo reconhecido como trabalho, por isso é estigmatizado. Quando "fazer *ploc*" é para mandar dinheiro para o Brasil, isso é até respeitado, e muitas vezes a mulher recebe solidariedade, o que não ocorre quando aparenta ser encarado como atividade laboral — como os homens diziam, quando "a mulher gosta" —, pois aí ela é vista como alguém que não quer trabalhar e aflora toda a gama de preconceitos e estigmas que a prostituição carrega.

Na pesquisa de campo, numa conversa com um taxista surinamês que fala português, ele contou que em uma investigação policial envolvendo uma brasileira que estava apreendida,

[571] HÖFS, Carolina Carret. *Yu kan vertrouw mi: você pode confiar.* 176p. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) - Universidade de Brasília, Brasília, 2006, p.77.
[572] OLIVEIRA, Rafael da Silva. *Mobilidades transgressoras, geografias ignoradas: itinerário e emaranhamentos envolvendo territorialidades de garimpeiros no Suriname*. 400p. Tese (Doutorado em Geografia Humana) - Universidade de São Paulo, São Paulo, 2013.

foi solicitado para fazer a tradução. A mulher, ao ser questionada sobre a sua ocupação no Suriname, disse que fazia *ploc*, e em sua tradução ele usou a palavra puta; ela reclamou, pois havia compreendido, mas ele repetiu enfaticamente que se tratava de uma puta, "pois era isso mesmo que ela era. *Ploc* não existe, é coisa inventada".

A mulher que sai do clube é vista como alguém que têm a chance de mudar de vida, traduzida como sair da prostituição. Contudo, no Suriname e na Guiana as mulheres têm poucas possibilidades de trabalho, pois os serviços domésticos nas áreas urbanas, que tanto atraem migrantes em diversos países, não se aplica a esses dois, em que a mão de obra não é bem remunerada, e por isso as brasileiras que migram buscam o mercado do sexo ou o trabalho de cozinheira no garimpo, que ainda possibilitam enviar com mais frequência algum dinheiro ao Brasil. Na Guiana, os brasileiros donos de restaurantes que vendem comida da culinária brasileira costumam contratar nativos, pois os salários são baixos e as/os trabalhadoras/es brasileiras/os não aceitam. Em geral, aqueles não oferecem aos funcionários nem o salário mínimo referência no país, mas ainda pagam melhor que os salários oferecidos nos estabelecimentos de proprietários guianenses.

No Suriname, as lojas de roupas de chineses, no Klein Belém, costumam contratar uma brasileira para trabalhar, e pagam salário diferenciado do salário dos demais funcionários locais, pois sua função principal é atender clientes brasileiros, que normalmente não sabem a língua mas compram em grande quantidade e pagam em dinheiro. Mas na Guiana Francesa, sobretudo nas áreas urbanas, embora ainda tenha algumas travestis/transexuais e muitas mulheres na prostituição de rua e de bar, a maioria das brasileiras está trabalhando legal ou ilegalmente em serviços domésticos, assim como em lojas e restaurantes no centro comercial, setores que pagam melhor do que no Brasil — e as mulheres que estão na prostituição de cabaré não costumam residir em cidades como Kourou ou Caiena, mas em Paramaribo.

No garimpo as mulheres transitam em diferentes relações e atividades laborais. No Brasil, garimpos como Serra Pelada e Tapajós, por exemplo, apresentam as mesmas lógicas quando se trata da entrada das mulheres que "fazem *ploc* ou *esquemas*" na prostituição[573], seja em tempo de grande atividade ou não, como aponta Letícia Tedesco:

> muitas chegaram nos garimpos para trabalhar como *mulheres de boate*, e uma vez ali, puderam tanto visualizar outras estratégias para ganhar dinheiro (cozinhar ou comercializar produtos nos baixões, exercer ofícios autônomos ou empregar-se nos comércios da currutela), quanto acionar as boates como parte de uma rede informal para trazer outras mulheres (amigas, irmãs,

[573] TEDESCO, op. cit. p.383.

> vizinhas) e/ou auxiliar no cuidado dos filhos enquanto elas exercem outras atividades no garimpo[574].

A diferença turva que existe entre as mulheres que atuam na prostituição nos clubes e as que atuam na prostituição fora deles define o ser brasileira na Guiana e no Suriname, não pelo que elas fazem, mas dependendo do espaço e das circunstâncias. Elas deixam de ser *meninas de clube* para se tornarem *plocs*, uma transição que nem sempre é evidente (a não ser o fato de estarem dentro ou fora do clube), e poucas que passam à condição de *ploc* retornam à de *menina de clube*, já que esta é uma condição mais burocrática, tem dívida, e, embora nem todas tenham falado a respeito, algumas verbalizaram a sensação e/ou a convicção de que no clube estavam sendo exploradas, porque trabalhavam muito e recebiam pouco. O espaço que a mulher brasileira ocupa nesses dois países não é estático, pois ela pode transitar entre as categorias de ser *menina de clube*, de ser *ploc*, de ter um *fixo* ou *marido* (ver adiante). Ela vive uma afetividade transitória, desempenha trabalhos informais provisórios e tem mobilidade constante, sempre marcada pelo estigma da prostituição, seja trabalhadora do sexo ou não.

10.1 O *fixo* e a "ajuda": fronteiras econômicas, morais, simbólicas e afetivas "borradas"

No Suriname a prostituição coexiste com outras práticas que envolvem a troca de sexo por diversos bens, troca que pode não ter conotação de comércio e que não era vista pelas entrevistadas como prostituição, mas como "ajuda".

Outros contextos de relacionamentos sexuais e afetivos envolvendo a noção de "ajuda" descrita nas narrativas das interlocutoras desta pesquisa se aproximam de realidades pesquisadas no Brasil e em outros países. Segundo Adriana Piscitelli, "a ajuda é frequentemente trocada por sexo, muitas vezes vinculada a afeto", não está relacionada à prestação de serviços como nas relações explícitas de troca de sexo por dinheiro (os programas), mas está "inserida em uma tradição de intercâmbios hierárquicos, remete a noções de amparo, cuidado e afeto, que se expressam em termos de contribuição para a sobrevivência econômica e para o

[574] Ibidem, p.384.

consumo"[575]. A autora chama a atenção para a existência de diversas modalidades de ajuda e para o fato de que estas envolvem posições desiguais entre homens e mulheres em relação a classe, idade e "cor".

Suzana Maia, em sua análise da trajetória de dançarinas brasileiras em bares noturnos de Nova York, fala das relações que elas estabelecem com alguns clientes (que chamam de "amigos"), os quais ocupam importante papel na sua sociabilidade, pois "usualmente tornam-se uma fonte de apoio simbólico e material"[576]: ajuda financeira e no aprendizado da língua inglesa, realização de pequenos reparos na casa, informações sobre a imigração, etc. "Em troca, as mulheres lhes dão cuidadosa atenção nos bares, conversam sobre seus problemas de trabalho e família, servindo como valiosa companhia" — trata-se de "um tipo de cosmopolitismo" dos afetos[577]. Ao descrever as relações dessas migrantes, a autora aponta diversas redes transnacionais, entre o Brasil e os Estados Unidos, de pessoas, afetos e bens, que transitam em circuitos de trocas simbólicas e materiais.

De acordo com as narrativas das mulheres entrevistadas nesta pesquisa, os homens podem ser acionados quando as mulheres não conseguem pagar a dívida com o clube, quando buscam proteção financeira para se afastar do mercado do sexo ou para evitar o retorno a ele. Estar com alguém contribui para que elas poupem o que ganham (para enviar para família, para construir uma casa, etc.) ou mesmo para manter os gastos com roupas, sapatos, salão de beleza. Cláudia (32 anos, dona de cabaré/cantina e de máquina no garimpo, duas filhas, entrevistada em 2012 no Suriname) contou que orientava as mulheres que chegavam ao seu cabaré a ter um parceiro que as ajudasse financeiramente: "Eu digo: 'Não quebra a cara igual como eu já quebrei. Ô, você tem que procurar uma pessoa pra te ajudar, o do teu trabalho é livre, é seu para você comprar a sua casa' ". E, de acordo com Lara (52 anos, proprietária de cantina e cabaré, três filhos, entrevistada 2011 no Suriname), "tem umas que pede pra arrumar um companheiro pra ajudar elas, pra tirar ela daquela vida. Ela quer um companheiro pra ela, ela quer um marido pra ela [...], principalmente mulher que vem pra cá [e] que tem família que depende delas, né, [que] tem filho, tem mãe".

[575] PISCITELLI, Adriana. Amor, apego e interesse: trocas sexuais, econômicas e afetivas em cenários transnacionais. In: PISCITELLI, Adriana; ASSIS, Glaucia de Oliveira; OLIVAR, José Miguel Nieto. (Orgs.). *Gênero, sexo, amor e dinheiro: mobilidades transnacionais envolvendo o Brasil*. Campinas: Pagu/Núcleo de Estudos de Gênero, 2011. v.1. p.537-582 (p.550).
[576] MAIA, Suzana. Cosmopolitismo, desejo e afetos: sobre mulheres brasileiras e seus amigos transnacionais. In: PISCITELLI, Adriana; ASSIS, Glaucia de Oliveira; OLIVAR, José Miguel Nieto. (Orgs.). *Gênero, sexo, amor e dinheiro: mobilidades transnacionais envolvendo o Brasil*. Campinas: Pagu/Núcleo de Estudos de Gênero, 2011. v.1. p.363-383 (p.368).
[577] Ibidem, p.369.

Lara, quando entrou para a Igreja Deus é Amor, estava sozinha. Quando arrumou um namorado, esbarrou nas regras da instituição, que não permitia relação sexual sem o casamento no civil. Como ela queria ficar com ele, que também fazia o papel de alguém que a "ajudava" no que precisava, procurou o pastor e pediu que não lhe atribuísse, mais, tarefas da igreja destinadas aos membros, de modo que continuaria frequentando o espaço religioso como visitante. Lara também estabeleceu limites na relação amorosa: o namorado não frequentava sua casa, tinham como ponto de encontro o hotel Pérola — mas, mesmo assim, ele a "ajudava" mensalmente:

> Aí foi que eu fiquei namorando com o Renato um ano e pouco. [...] Nunca ele foi na minha casa. Ele que começou a pagar o aluguel da minha casa, mas nunca deixei ir [em casa], [...]. Todo mês ele mandava o meu dinheiro da minha casa: seiscentos dólar. Mandava, todo mês. (Lara, 52 anos, proprietária de cantina e cabaré, três filhos, entrevistada em 2011 no Suriname)

Muitas vezes, os encontros são ao acaso e podem se prolongar, passar a uma relação mais duradoura, mas o parceiro já conhece as regras, pois mesmo não se tratando de prostituição é necessário contribuir de alguma maneira, seja com o pagamento do aluguel, seja com a compra do mês no supermercado, etc. Enfim, é tênue a fronteira entre a prostituição e o relacionamento afetivo, pois, como explicitaram algumas interlocutoras, um homem sair com uma brasileira no Suriname significa pagamento ou "ajuda", seja em dinheiro, seja em joia ou ouro:

> Se tiver uma menina que vem lá do Brasil, e chegar aqui e começa a ficar de graça com homem, aquela ali é descartada; ninguém fala com aquela ali, porque ela está dando de graça. Aqui ninguém dá de graça, tem que pagar, tem que ganhar dinheiro, [...]. Está queimando as outras. Todas as meninas vêm aqui pra ganhar dinheiro; se fosse para ficar com qualquer um de graça, elas ficariam no Brasil mesmo. (Ana, 37 anos, cabeleireira e manicure, dois filhos, entrevistada em 2011 no Suriname)

Mas as relações que as mulheres estabelecem com os homens seguem caminhos de acordo com as circunstâncias, o lugar e as condições em que elas se encontram. Para compreender melhor esse universo, é preciso compreender, também, o lugar que elas ocupam na sociedade, sobretudo quando saem da condição de *meninas de clube* e de *plocs* e estão em busca de outros espaços de trabalho. Ao se envolver com um homem elas assumem uma relação que pode ser relacionada às categorias *fixo* e *marido*, na qual costumam se manter distantes da prostituição ou atuar nesta ocasionalmente, geralmente

sem o conhecimento do parceiro, ou seja, nas relações amorosas com um *fixo* ou o *marido* a mulher assume com o parceiro, pelo menos verbalmente, um relacionamento de exclusividade.

O *fixo* pode ser designado como um namorado, mas nessa categoria há nuanças que o afastam da definição de namorado tal qual entendida convencionalmente, pois se trata de alguém que precisa ajudar a mulher de alguma maneira: ele pode pagar o aluguel, a água, a luz, a alimentação, se preciso dá dinheiro para mandar para os filhos. Ele ocupa a posição de responsável pela subsistência da mulher ou por parte dela, mas não moram juntos e nem sempre a relação é pública. Se a relação é pública, é comum a mulher dizer "meu namorado"; se não é, costuma dizer "meu amigo" — e raramente o denomina de *fixo*[578]. Na relação com o *fixo* estão implícitos sexo e dinheiro, e a mulher não a entende como prostituição, e sim como uma relação amorosa que comporta troca de favores sexuais por bens, dinheiro, cuidados — a "ajuda".

Na Guiana e no Suriname, as mulheres que relatavam a tática da "ajuda" com maior frequência, eram as que circulavam mais nos garimpos, em constante deslocamento espacial e laboral. Mulheres com maior mobilidade espacial e laboral que se utilizam da estratégia de troca de sexo por bens também foram encontradas em garimpos do Tapajós:

> Essas possibilidades de troca de sexo por bens em outros espaços que não a boate, relacionam-se especialmente à figura da *mulher que faz ploc ou esquemas no garimpo* [...]. Além disso, mais do que as mulheres de boate, são essas mulheres que "flertam com a prostituição" [...] as que apresentam mais mobilidade tanto no desempenho de diferentes (e múltiplas) atividades como entre diferentes garimpos[579].

Nas Guianas as migrantes ora são *meninas de clube*, ora são *plocs*, cozinheiras, donas de cabaré, donas de casa, sacoleiras... No Suriname, mulheres encontradas em campo em 2011, quando eram donas de casa, em 2012 eram donas de cabaré; mulheres que eram cabeleireiras, posteriormente foram encontradas no cabaré; mulheres que eram cozinheiras, posteriormente trabalhavam como sacoleiras — é um circuito laboral em movimento e em constante adaptação e readaptação.

Fabíola (47 anos, cozinheira, três filhos, entrevistada em 2012 no Suriname) tinha preferência por ter um *fixo*, e um dos motivos de se manter em uma relação de exclusividade sexual era evitar problemas em seu local de trabalho:

> Assim, eu gosto de ter... eu não vou te dizer que eu não arrumo [*ploc*], mas eu gosto de ter um parceiro. [...] Eu não gosto muito de estar hoje com um, amanhã com outro, hoje com um, amanhã com outro. Não gosto. Sempre tem um fixo que me ajuda, porque é mais lucrativo ter uma pessoa fixa na tua vida

[578] A opção pelo termo *fixo* facilita entender as diferenças sutis que existe entre este e um amigo ou namorado como entendidos tradicionalmente.
[579] TEDESCO, op. cit., p.209.

> do que tu ter vários. Ainda mais dentro de um barraco, que termina dando confusão, dando problema tanto pra mim como pro dono do serviço. Então você tem que ter uma pessoa fixa, pra não dar confusão.

Fabíola, que ficava alguns meses em garimpos no Brasil e alguns meses em garimpos no Suriname, contou que na última vez que estivera neste último país em 2011, tinha um namorado. Quando ela foi para o Brasil, continuaram mantendo contato, mas sem nenhum compromisso, e, em 2012, quando foi entrevistada, estavam reatando a relação e a consequente "ajuda" financeira por parte dele:

> Eu tenho um ex [ex-namorado]. Já ligou. Aí, eu falei pra ele que eu vinha com pouco dinheiro; ele disse para eu não me preocupar, que ele vai mandar dinheiro pra mim agora, daqui dois dias. [...] Ele ligou, eu falei que eu tava vindo [para o Suriname]; ele falou que eu podia vir, podia arrumar o dinheiro lá [Brasil] e vir, que ele me segurava aqui. Hoje ele já ligou pra mim, perguntou como é que eu tava. Eu digo: "Tô lisa" [sem dinheiro]. Aí, ele: "Não, mas não se preocupa, não, que quando o avião vier aqui, eu mando".

Algumas das relações com um *fixo* são iniciadas ainda no clube ou no cabaré: no clube, quando o homem paga parcial ou totalmente a dívida da mulher (como já descrito na Parte II desta tese); no cabaré, quando o cliente, além do valor pago pela relação sexual, dá presentes ou uma "ajuda" à mulher. De acordo com Yasmim (34 anos, cozinheira de restaurante, duas filhas, entrevistada em 2011 no Suriname), o cliente brasileiro é o mais propenso a dar uma "ajuda" substancial quando a mulher está no cabaré, mesmo sem exigir exclusividade, diferente do cliente surinamês, que quando começa a se relacionar com mais frequência com a mulher no clube, à medida que passa a "ajudá-la" cobra exclusividade (da qual ela foge) quando ele está no local:

> Os homens do garimpo, eles se tornam melhor porque eles não têm pena de dar dinheiro pra mulher, e os de clube, eles dão só aquilo. [...] [No garimpo] Eles te dão uma joia; se você tem um problema no Brasil, você fala pra eles, eles: "Toma, manda pro Brasil, pra sua família". Se você tem casa que você mora, aqui na "rua", ele te ajuda tu pagar o aluguel. E os daqui, não. Os do clube, se eles fazem isso, eles já querem se achar teu dono, né, eles já acham que você já é mulher dele, então você não pode ficar com ninguém mais. E, do cabaré, assim, do garimpo, não, é diferente. Eles sabem que você tá ali pra você ganhar; se você veio prum garimpo, pro cabaré, é porque você tem objetivo — assim como ele tá ali dentro, também, atrás de um objetivo. Se você tá com um [cliente] bem aqui, e depois você deixa ele aqui e vai ficar com o outro, não tem problema. Agora, de clube, não, ele já se acha teu dono.

A "ajuda" acontece nos diferentes espaços de prostituição, e o que diferencia a "ajuda" recebida de um cliente daquela recebida de um *fixo* é que no primeiro caso não existe

exclusividade, o homem é visto por ela com um cliente (assíduo ou não) que gosta da sua companhia:

> Quando cheguei, pra morar aqui, era muito difícil, não tinha dinheiro pra nada, e aí ele me ajudou. Eu conheci um hindustano que me ajudou muito. [...] Logo no começo que eu cheguei, não tinha nem conseguido pagar nada [da dívida], ele me ajudou. Quando eu conheci meu outro... Esse rapaz só era mesmo lá do clube, me ajudava, gostava de mim. Depois eu conheci outro hindustano, me ajudou também. (Núbia (38 anos, cozinheira no garimpo, dois filhos, entrevistada em 2011 no Suriname)

Nos casos em que a relação continua fora desses locais, seja com encontros diários, seja com encontros esporádicos, o cliente torna-se o *fixo*. Cláudia (32 anos, dona de cabaré/cantina e de máquina no garimpo, duas filhas, entrevistada em 2012 no Suriname), quando voltou ao Suriname pela segunda vez com uma dívida com o clube, conheceu "um coroa surinamense, um javanês", que pagou sua dívida: "eu passei seis anos com ele. [...] Ele era arquiteto. [...]. Ele morava na [casa] dele e eu morava na minha. Ele me bancava aqui. Todo dia ele ia em casa, meia-hora, uma hora. Me ajudou muito com as minhas filhas". A relação com o *fixo* não tem muito compromisso familiar, e, quando acaba, muitas vezes a mulher ou já tem outro *fixo* ou retorna ao mercado do sexo.

Se o *fixo* é brasileiro, ele, quando assume a relação, tem consciência de que precisa custear as despesas cotidianas da mulher, ou parte delas, caso contrário pode não manter a companheira por muito tempo, há sempre a referência de que existe outro disposto a assumir a função de provedor financeiro; se não é brasileiro a situação não é tão explícita, a conquista da "ajuda" acontece aos poucos. E as relações que comportam sexo e "ajuda" beneficiam aqueles que estão melhor posicionados economicamente, produzindo relações hierárquicas entre os parceiros.

Como colocado, os gastos financeiros com a mulher extrapolam, por vezes, os custos cotidianos (como moradia e alimentação), pois podem se estender a familiares, depende do problema financeiro vivenciado pela parceira, como no caso de Júlia[580], 30 anos, cozinheira no garimpo, dois filhos, 6ª série, nascida no interior do Pará. Em 2011 ela foi enviada ao Suriname pelos pais, para ajudar o irmão, que estava preso nesse país por estar irregular — como ele não tinha passaporte nem dinheiro para pagar a passagem de avião para que pudesse ser

[580] Entrevistada em 2012 no Suriname; estava nesse país como turista.

deportado[581], Júlia deixou os filhos no Brasil, com o pai deles, e foi ajudá-lo. Ao chegar ao Suriname, precisava trabalhar para pagar as despesas com a passagem e o advogado (apresentado por um taxista) que arrumou para ele, e foi para um garimpo na Guiana Francesa, acompanhada por outros brasileiros, na perspectiva de conseguir vaga como cozinheira. Como não conseguiu, foi aconselhada a procurar um cabaré, e, ao falar com a proprietária, Cláudia (interlocutora desta pesquisa), desistiu, mas explicou a ela sua situação. Cláudia lhe disse que poderia ficar hospedada no cabaré, que estava aguardando uma máquina de extração de ouro que comprara e precisaria de uma cozinheira para a equipe de garimpeiros, e, se Júlia esperasse, poderia trabalhar lá — ela aguardou e, desde então, ocupava essa função. No garimpo conheceu um canoeiro *Noir Marron* e começaram a namorar; ele pagou as despesas com o advogado do irmão e pagava o aluguel do apartamento em que ela ficava em Paramaribo, quando ia para lá. Segundo Júlia, tudo o que ela ganhava, guardava ou mandava para a mãe, que repassava para os filhos dela[582], pois pretendia retornar ao Brasil o quanto antes:

> – Graças a Deus arranjei um rapaz, um namorado aí, e ele pagou pra mim. Surinamense. [...] Até hoje nós tamo [juntos] ainda.
> – Mas ele pagou tua passagem pra ti vir ou a despesa com teu irmão?
> – A despesa com irmão. Foi muito legal. Nunca tinha me visto, gostou de mim. A primeira vez que ele me viu, ele gostou.
> – Mas tu conheceste ele onde?
> – [Na] Canoa.
> – Ele te ajuda a pagar este apartamento aqui em Paramaribo?
> – Sim. Tudo, tudo. Tudo o que eu preciso. Meu dinheiro, graças a Deus, é fora a parte, é tudo meu. De lá não tiro um grama pra comprar nada. [...] Primeira oportunidade pra ir pra casa [Brasil], vou, com fé em Deus.

Nas relações em que o homem tem o papel de *fixo*, nem sempre a perspectiva do casal é fazer planos a longo prazo (salvo quando surge uma gravidez), o que não impede os parceiros de estabelecerem uma relação afetiva, mas conscientes de que, a qualquer momento, cada um vai numa direção. Alguns homens chegaram a dizer que não vale a pena investir nessas relações porque ambos pensam em retornar ao Brasil mas normalmente são de lugares diferentes, o que

[581] No Suriname, quando a polícia apreende algum brasileiro sem documentação, ele é preso e fica aguardando ser deportado, o que pode demorar meses, pois o governo surinamês não disponibiliza recursos de transporte para deportação e é o próprio detido que mobiliza os valores para pagar sua passagem de avião para o Brasil. Há casos de pessoas que ficaram nove meses encarceradas porque não tinham o dinheiro para pagar a passagem aérea. Também há casos, segundo os entrevistados, em que a pessoa pagou propina e foi liberada antes de ser registrada para deportação — isso ocorria principalmente no final do ano, período que normalmente muitos brasileiros circulam com dinheiro ou ouro para as compras de Natal e de Ano Novo.

[582] Dos quais perdeu a guarda logo depois da viagem para o Suriname, pois pediu ao ex-marido que ficasse com eles um mês, mas, como a viagem se prolongou, ele decidiu assumi-los legalmente.

impossibilita que o casal adquira bens na mesma cidade, caso da compra da casa própria[583]. Em geral os interesses de ambos são diferentes, mas elas explicavam que, caso o homem trabalhe corretamente e não gaste com mulher e bebida, é possível o casal fazer planos para voltar junto ao Brasil, ou seja, se ele demonstrar que está pensando e agindo como alguém que quer uma vida conjugal a longo prazo, ela investe na relação, e o *fixo* pode se tornar *marido* (ver adiante). Na relação com o *fixo*, a incerteza do futuro do casal abre espaço para a troca de sexo por dinheiro ocasional, como renda extra, caso do *ploc* esporádico, mas sem o conhecimento do parceiro:

> – Tu já fizeste *ploc*?
> – Quando eu cheguei aqui, eu fiz.
> – Mas, assim, diariamente, como as meninas, ou, tipo, se aparecer?
> – Não, se aparecesse só, porque eu já tinha meu serviço, que era cuidar da cantina, né, cuidar da cozinha e do salão, e aí não tinha muito tempo. Quando aparecia, de vez em quando, final de semana, eu fazia. [...] Fazia se era boa, eu fazia mesmo; dependendo da proposta, eu fazia.
> – Então rolava uma negociação, não era, tipo, os três gramas.
> – NÃO! [...] Eu tô no serviço, não tô nem a fim mesmo. Dependendo do valor. É, que nem hoje, na minha posição — que eu tenho as coisas, entendeu? —, sempre tem alguém que quer me oferecer alguma coisa, entendeu? Aí, se for uma proposta boa, eu fico, mas, pra morar, não quero, entendeu? Eu tenho um namorado meu, que tá lá no filão, entendeu? [...], ele me ajuda financeiramente. [...] Mas se pintar, se for uma proposta boa, agora, bem aí, mano [risos]. Tô querendo é varar, não tô querendo ficar aqui, não; não quero morar aqui, quero ir embora. É pra mim ir embora. E, nos sentimentos que a gente fala, assim, se a gente for pensar em amor, a gente não sai daqui, não. Porque o homem tá com o ouro bem aqui; ele fica contigo bem aqui, ele gosta de ti, mas se ele tiver ouro, se ele ver uma menina mais bonita bem ali, ele dá pra ela bem ali. [...] Aí, a mulher, ela tem que botar uma coisa na cabeça, pra ganhar e fora, entendeu? E, se der, der, se não der, a vida dela, ela tem que fazer lá no Brasil, entendeu? (Cleonice, 40 anos, proprietária de cabaré, três filhos, entrevistada em 2012 no Suriname)

[583] A perspectiva de retorno, para algumas mulheres, estava atrelada à aquisição da casa própria, caso de Gina, 32 anos, cozinheira no garimpo, quatro filhos, 2º ano do ensino médio, entrevistada em 2012 na Guiana, é natural de Rio Branco (estado de Rondônia). Em 2011, no Brasil trabalhava em uma creche recebendo um salário mínimo, e resolveu acompanhar um irmão e um sobrinho, que eram garimpeiros na Guiana — separada do marido, deixou os filhos com os avós maternos, pegou uma van em Boa vista e atravessou a fronteira. Entrou na Guiana como turista (com as despesas pagas pelo sobrinho), para trabalhar como cozinheira em draga de balsa ganhando quatro mil reais (pouco mais de mil euros) por mês. Quando foi entrevistada, disse que a cada três meses ou visitava os filhos ou lhes mandava dinheiro, e que fazia três meses que pedira autorização de trabalho (que ainda não fora concedida), porque a polícia havia paralisado a extração de ouro na draga em que cozinhava, na qual apenas um dos trabalhadores tinha autorização de trabalho. Para se manter regular na Guiana, quando não viajava ao Brasil utilizava a estratégia de atravessar a fronteira com o Suriname para carimbar o passaporte, retornando no dia seguinte, mas já utilizara serviços de taxistas guianenses que levam passaportes até a fronteira com o Suriname, para carimbar: "taxista, na fronteira, né, só manda o passaporte por ele. Quando a gente não vai, tem várias pessoas também [que vão e atravessam o passaporte de outras]. [...] Chega, assim, no valor de quarenta mil, trina mil (dólares guianenses), depende pra quem a gente vai mandar". Com o dinheiro ganho no garimpo, comprara um terreno em Rio Branco e estava construindo uma casa — disse que, caso o dinheiro que ganhasse nos meses subsequentes fosse suficiente para concluir a casa, retornaria ao Brasil de vez, pois seu maior objetivo, ao migrar, era conseguir uma casa.

Assim como muitas mulheres estão em arranjos com um *fixo* por assim preferir, há mulheres que preferem o sexo por dinheiro, o *ploc*, sem nenhum compromisso, porque entendem que com um *fixo* existe a cobrança de exclusividade, que não lhes interessa, Luísa (52 anos, trabalhadora do sexo, seis filhos, entrevistada em 2011 no Suriname) tinha a preocupação da cobrança da exclusão do uso do preservativo, considerado "desnecessário" quando se está em uma relação de exclusividade:

> – E esse tempo que a senhora tá aqui, está sempre só?
> – Aparece, mas eu não quero. [...] Só meu trabalho e pronto, fui embora. Esse negócio de namorado serve muito pra dá problema pra mulher. O namorado, ele passa um mês, passa dois, ele já passa a querer usar a mulher sem preservativo, e já não é meu perfil.

Para alguns homens, compromisso implica em acumulação de bens para o casal, e na hora da separação o homem pode perder o investimento, caso não seja do mesmo local que a mulher. Por isso, segundo Vinícius (45 anos, garimpeiro, sem filhos, entrevistado em 2011 no Suriname), em garimpo não dá para o homem arrumar família:

> Aqui eu já tentei arrumar família, [mas] no trecho não dá para arrumar, nos garimpos, porque no garimpo arruma família, aí vai a mulher, mora prum lado, a gente mora pra outro; aí, vai investir... vamos fazer uma casa, digamos assim, no Pará, e eu moro no Maranhão; aí, quando não dá mais certo o relacionamento, aquele investimento que eu fiz pra lá, fica pra ela, e eu fico sem nada. Aí aconteceram umas duas vezes, e eu vi que não dá certo. Aí, resulta eu perdendo, só.

O modo como se dá a relação com um *fixo* é fluido e de difícil enquadramento nos parâmetros convencionais: se por um lado distancia-se do modelo claro de prostituição (sexo por dinheiro), já que envolve relação com carga emotiva e companheirismo, por outro o recebimento de favores financeiros é condição para o estabelecimento e a continuidade da relação amorosa (e sexual), aproximando-se, em alguns casos, da troca consciente de sexo por dinheiro ou bens materiais[584].

[584] A relação que envolve a prestação de serviços sexuais não declarados expressamente, não opera apenas como troca simbólica, por isso não se enquadra de maneira estrita na discussão sobre a dádiva da forma como abordada por Marcel Mauss, já que este se dedica às trocas que escapam às relações explicitamente comerciais. Ver MAUSS,

10.2 *Marido*: "Eu sou casada, não faço *ploc*, não"

A troca imbricada em favores sexuais presente na realidade das brasileiras nas Guianas também é influenciada pelos, e varia em virtude dos diferentes locais em que elas vivem, bem como pelos diferentes contextos que vivenciam. Se a relação com um *fixo* evolui para morar junto, outra categoria é acionada, *marido*[585]: refere-se à relação amorosa que, embora não tenha sido oficializada, é tida como casamento a partir do momento que os dois assumem uma vida conjugal — as mulheres costumavam dizer que estão "casadas", ou referir-se ao homem como "meu marido" (ou como companheiro): "sou casada", "eu tenho marido". É uma relação mais séria, exige exclusividade (da mesma forma que com o *fixo*, pelo menos verbalmente) e responsabilidades, um comportamento de comprometimento diante da família e da sociedade. De maneira geral, quando "casadas" as mulheres se mantêm longe da prostituição — mas tanto as mulheres quanto os homens que estavam nessa condição diziam que estavam "vigilantes"[586]. Além dessas situações, há os casos de casamentos nos moldes convencionais, com nacionais ou brasileiros, e, com estes últimos, alguns realizados ainda no Brasil, antes do deslocamento da mulher para o reagrupamento familiar.

Embora pouco frequentes, existem casos de brasileiras casadas com surinameses que, em algum momento do casamento, atuaram como trabalhadoras do sexo com a anuência do marido. Algumas entrevistadas, em tom de fofoca, diziam ter um vizinho surinamês que sabia que sua esposa brasileira continuava no mercado do sexo, que clientes vinham até a porta do casal para buscá-la, etc. Yasmim (34 anos, cozinheira de restaurante, duas filhas, entrevistada no Suriname em 2011), após quatro anos de casada com um surinamês e longe da prostituição, retornou a ela por estar desempregada e o marido não ganhar o suficiente para custear as

Marcel. *Essai sur le don. Forme et raison de l'échange dans les sociétés archaïques*. Paris: PUF, 2007; CAILLÉ, Alain. *L'idée même de richesse*. Paris: La Découverte, 2012.

[585] Em alguns casos, clientes do clube ou do cabaré, que já "ajudam" a mulher de alguma maneira, podem passar diretamente para a categoria *marido*.

[586] Em 2011, em conversa com Gilmara, uma brasileira que chegara havia dois meses ao Suriname com o marido, Cicero (ambos com 23 anos), e três filhos, ela contou que quem os levou para esse país foi sua mãe, que migrara para lá na década de 1990 e era casada com um garimpeiro brasileiro. No Brasil, Gilmara e Cícero estavam desempregados, viviam com o que recebiam do Programa Bolsa família do governo brasileiro (tem como objetivo a distribuição de renda para famílias carentes em situação de pobreza), e no Suriname ela logo começou a trabalhar em um restaurante, onde era constantemente assediada por clientes. Cícero tentou trabalhar como garimpeiro, mas não se adaptou, por isso já estavam programando o retorno ao Brasil. Segundo ela, seu padrasto uma vez chamou a atenção dele: Cícero deveria aprender o trabalho de garimpeiro para conseguir dinheiro, para mandar a mulher para o salão, para ela se arrumar, ou viria outro e faria isso, porque "O homem tem que prover o sustento da mulher e dar condições para que ela esteja sempre bonita e bem cuidada, para não correr o risco que outro resolva enfeitá-la para si". Estar com uma mulher bonita e bem arrumada, nesse mundo garimpeiros, é, também, sinônimo de prosperidade do parceiro.

despesas da casa. Como, no Suriname, ser taxista, em muitos casos se resume a ter um carro e transportar passageiros, sem burocracia, ao ficar sem emprego ela queria que o marido começasse a trabalhar como taxista, pois ele saía do trabalho às dezessete horas e tinha carro; ele se recusava, dizia que nas proximidades da residência do casal já havia muitos táxis, e, para resolver o problema da falta de dinheiro, concordou que Yasmim voltasse à prostituição. Mas o casamento não durou muito depois que ela voltou a se prostituir:

> A nossa relação foi desgastando porque eu fiquei desempregada. E nós fizemos um acordo... Ele não ganhava bem, aí eu disse pra ele: "Então, vamos fazer assim"... Nesse tempo, no Porto Alegre [balneário], eu ganhava trezentos dólares por mês [como cozinheira], e ele ganhava mais ou menos umas setecentas SRD, seiscentas SRD, dependia do trabalho dele, né. Aí, eu disse: "Eu fico com o aluguel da casa e tu ficas com as outras despesas nossa". Aí, quando eu fiquei desempregada, ele pegou e falou assim pra mim (estava se aproximando o final do mês): "Yasmim, e agora, como é que vai ser o aluguel?". Eu disse: "Mano, eu não posso fazer nada, porque o único homem que eu tenho é tu, e se tu não tá podendo pagar o aluguel, como é que eu vou fazer?". Aí, ele disse assim: "Eu não sei, porque o combinado foi que tu vai pagar o aluguel e eu fico com as despesas". Eu digo: "Só que eu não tenho dinheiro. Só se a gente for roubar, pra mim pagar o aluguel". Aí, nesse dia que nós conversamos, eu entrei pro meu quarto, ele ficou na sala assistindo televisão. Aí, me veio uma coisa na cabeça, peguei e chamei ele: "Paulo, vem aqui". Ele sentou na beira da cama e disse: "O que foi?". Eu disse: "Você quer que eu pague o aluguel, não é?". Ele disse: "Sim". "Então, hoje eu vou prum clube." "Tu que sabe." "Eu vou pro clube, e tu que vai me levar." Ele: "Tá bom, não tem problema". Quando ele me falou isso, aí me subiu uma raiva! Aí, eu fui, tomei banho e me arrumei, mas pensando em ele dizer pra mim: "Não, tu não vai. Deixa que eu dou meu jeito". Aí, eu terminei de me arrumar, eu disse: "Tô pronta". Ele pegou a chave do carro e me deixou na frente do clube, do Manilla, no mesmo clube que ele me conheceu, porque era o único clube que eu já tinha ido, né, os outros clubes eu nunca frequentei. Aí, ele me deixou lá na frente; aí, eu peguei, entrei e comecei a beber, de raiva. Aí, todas as pessoas que sabiam que eu tinha casado com ele, que a gente era casado, perguntou o que eu tava fazendo lá. Eu disse: "Eu vim atrás de dinheiro porque meu marido tá dormindo em casa". Aí, na primeira vez eu fui, consegui; na segunda eu fui, consegui; na terceira eu fui, eu não consegui. Então, nas duas primeiras vezes que eu fui, que eu consegui dinheiro, o sorriso dele veio de canto a canto; na terceira vez que eu fui, e não consegui, a cara dele tava feia, com a cara fechada. Aí, eu fui no Transamérica, e tem uma colega minha lá, ela disse assim: "Yasmim, tu não queres ir pro garimpo?". Aí, eu disse assim: "É, porque eu já tô fazendo isso aqui na 'rua', que todo mundo sabe que eu sou casada, então eu vou pro garimpo, que ninguém me conhece lá". E eu nunca tinha andado no garimpo nessa época, aí foi que eu fui pro garimpo. Garimpo aqui perto mesmo, o Piti Saramacá. Eu disse: "Então eu vou. Ajeita, fala com a mulher e diz pra ela que eu vou". Ela ajeitou tudinho, e eu fui [para o cabaré]. Aí, eu falei pra ele: "Paulo, eu vou pro garimpo. Mas não te preocupa que eu vou mandar o dinheiro do aluguel da casa". "Tá bom." Aí, quando chegou no garimpo eu fiquei imaginando, né, se eu, sendo casada, estar me deitando com outros homens pra arrumar dinheiro enquanto meu marido tá em casa, dormindo...

Yasmim voltou ao trabalho do sexo bastante insatisfeita com a aceitação do marido, e começou a pensar sobre o lugar e o papel que ele ocupava em sua vida: "Quando eu tava no garimpo, eu fiquei pensando; eu digo: 'Pra que eu quero um homem desse? Só pra dizer que eu tenho um marido?' ". No cabaré começou a evitá-lo: mandava o dinheiro do aluguel, mas não falava com ele. Ficou um mês no cabaré, e um dos clientes pediu que ela o acompanhasse em um final de semana em Paramaribo. Nessa cidade, uma prima do marido a viu e avisou a ele, que entendeu que Yasmim não foi para casa porque não queria encontrá-lo, então ele saiu de casa:

> Aí, ele saiu num dia e eu voltei no outro. Aí, com quinze dias que ele tinha saído da minha casa, chegou um papel do divórcio. Aí, nós fomos na primeira audiência; quando foi na segunda, eu não fui — aí, depois chegou outro papel, que eu já tava divorciada dele. Desde então, nós nunca mais nos vimos. E, aí, eu comecei a andar em garimpo direto.

Poder dizer que está "casada" é, simbolicamente, muito importante para muitas mulheres brasileiras que estão nas Guianas, bem como para sua família, porque a mulher adquire a condição que mulheres e homens entrevistados costumavam chamar de mulher "direita", que não está na prostituição, estão em conformidade com as normas sociais estabelecidas. Ter marido e filho(s) com ele é a sacralização da relação pela maternidade[587] — mesmo que ela já seja mãe[588] antes de migrar e a(s) criança(s) esteja com o casal[589] —, e

[587] Ao se referir à chegada dos filhos, Catarina (34 anos, manicure, dois filhos, entrevistada em 2011 no Suriname) disse que sua relação com o marido surinamês e a família dele foi afetada de maneira positiva: "A nossa relação ficou mais intensa, mais respeito...".

[588] As entrevistadas que levaram os filhos ainda pequenos do Brasil para o Suriname eram as que haviam se casado com surinameses. Com o novo estado civil e a relação dando sinais de que daria certo, elas se organizaram para buscá-los. Além da certeza de que estariam melhor com elas, a maioria dos homens e mulheres entrevistados diziam que as crianças têm mais possibilidades, no futuro, se estiverem morando no Suriname, porque ali a escola é em período quase integral, aprendem outro idioma, a circulação de crianças e adolescentes em espaços não adequados é mais monitorada (mesmo os vizinhos as monitoram) e a violência urbana é menor do que no Brasil. Uma que foi levada pela mãe quando ainda era pequena foi Fernanda, 32 anos, dona de casa, dois filhos, 8ª série, natural de Belém, entrevistada em 2012 no Suriname: ela foi para esse país, pela primeira vez, em 1986, quando tinha sete anos; a mãe migrara alguns anos antes para trabalhar em um clube de prostituição; quando saiu dele, casou-se com um surinamês e a buscou (Fernanda frequentou a escola surinamesa, portanto foi alfabetizada em holandês). Em 1994, aos 15 anos, voltou ao Brasil e foi morar com a avó paterna; ainda adolescente, engravidou e foi morar com o pai da criança, com quem teve outro filho. Em 1999, quando se separou, deixou os filhos com a avó paterna e voltou para a casa da mãe, em Paramaribo, e conheceu seu novo marido, um surinamês de origem javanesa, com quem ainda estava casada na época da entrevista. Posteriormente, levou o filho mais novo para morar com eles, e havia vinte anos que não voltava ao Brasil. Fernanda tinha permanência no Suriname por ser casada com surinamês.

[589] Algumas mulheres, que já estavam mais estabilizadas no Suriname, buscaram os filhos no Brasil quando estes estavam na adolescência, em geral porque a pessoa responsável por eles faleceu ou porque eles tiveram algum

exprime à sociedade de origem o sucesso familiar alcançado em outro país através do casamento procriativo. Uma das falas de Yeda (29 anos, vendedora de loja de máquinas e automotores, dois filhos, entrevistada em 2011 no Suriname) mostra claramente o que significa, para elas, ser "casada" e ter família:

> – As pessoas do bairro onde tu moravas não sabem que tu estás no Suriname?
> – Eles não sabem, eles pensam que eu fui pra outro lugar. Minha mãe sempre teve vergonha de dizer do Suriname. [...] Mas, agora que eu tenho marido, quando eu vou, eu sempre falo: "Eu tenho marido", "Tenho minha filha".
> – Tua mãe falava que tu estavas onde?
> – Ela dizia que eu tava pro Rio, tava pra São Paulo, mas nunca pra fora [do Brasil]. Porque, assim, tem muita menina que vem pra cá e esconde da família, né. Eu não, eu sempre fui jogo aberto com a minha mãe.

Sua narrativa se inscreve no que Erving Goffman aponta como "manipulação de informação" responsável pelo estigma, ou seja, não se trata da "manipulação da tensão" que é gerada nas interações sociais, mas da informação[590]. O controle da informação por parte da família e da própria interlocutora demonstra efeitos do estigma a que as mulheres que estão no Suriname sofrem, refletindo em isolamento social por não poderem mencionar que se encontram nesse país e, muito menos, que exercem a prostituição, o que também ocorre com as brasileiras que estão na Guiana e na Guiana Francesa. O estigma que recai sobre as pessoas que se prostituem tem como efeitos: "isolement social, agressions et violences diverses —, est aussi um signe et un marquer social"[591]. Nessa perspectiva, esconder da família e da sociedade que se exerce ou se exerceu a prostituição é uma tentativa de fugir do estigma que se carrega por exercer ou ter exercido aquela.

problema, seja com a Justiça, seja de abandono da escola. Na maioria das vezes os filhos não prosseguem nos estudos de onde pararam, por causa do idioma diferente, tendo que recomeçar do início, o que contribui para a evasão escolar. Alguns nem chegam a ser matriculados, caso de Benício, 24 anos, garimpeiro e taxista, uma filha, entrevistado em 2012 no Suriname, que cursou até a 5ª série. Natural de Castanhal (Pará), em 2011 foi levado para o Suriname pela mãe (ele tinha 13 anos), que morava nesse país havia quatorze anos (pegaram avião em Belém). Quando viajou, interrompeu os estudos no Brasil, e nunca frequentou a escola surinamesa (aprendeu a falar *taki-taki* nas ruas e compreendia um pouco de holandês). Ao completar 18 anos começou a trabalhar no garimpo, e, quando foi entrevistado, era taxista em Paramaribo (atendia principalmente brasileiros), porque, segundo disse, o garimpo estava fraco naquele momento: rendia, para o garimpeiro, apenas 15 gramas de ouro por mês, o que considerava pouco, uma vez que um garimpeiro trabalha muito — achava que se esse valor fosse entre 35 e 45 gramas estaria bom, menos que isso era melhor atuar como taxista. No Suriname se casou com uma brasileira e tiveram uma filha, mas se separaram e a mulher retornou ao Brasil com a menina. Quando podia, Benício mandava dinheiro para a filha, e disse não ter pretensão de voltar a morar no Brasil; se retornasse, seria para visitar familiares. Tinha permanência no Suriname renovável a cada dois anos.

[590] GOFFMAN, Erving. *Estigma: notas sobre a manipulação da identidade deteriorada*. 4.ed. Rio de Janeiro: LTC, 1988, p.51.

[591] WELZER-LANG, Daniel; ALBERTINA. *La putain et le sociologue: une prostituée libre et heureuse prend la parole*. Paris: Éditions La Musardine, 2014, p.178.

Ao assumir a condição de "casada" a mulher busca proteção contra o estigma que representa o ser prostituta na sociedade — e, em se tratando das mulheres brasileiras nas Guianas, a nacionalidade e o gênero também aportam como marcadores sociais, conferindo-lhes tripla estigmatização. Poder dizer que está "casada" é uma tentativa de se distanciar da mulher prostituta e se aproximar da mulher "honrada", "direita", numa busca indireta de "corrigir"[592] a condição de estigmatizada. Apresentar-se como "casada" ou como tendo *marido*, mesmo que a relação não seja oficializada, as coloca em uma categoria diferenciada: a de "casada" — ou seja, não prostituta.

A condição de "casada" se inicia, muitas vezes, com um homem que era cliente do clube[593] ou do cabaré[594], e, como já mencionado, elas sempre falavam da ida ao Brasil, antes de

[592] GOFFMAN, op. cit.

[593] Ana (37 anos, cabeleireira e manicure, dois filhos, entrevistada em 2011 no Suriname), quando foi entrevistada, explicou que na época que migrou para o Suriname o normal era ir via "clube. Aí, já do clube [é] que você casava com um surinamense, aí iam e construíam uma família, como tem até hoje em dia, né. Tem umas que... Olha a Matilde, tá com o Beto até hoje; tem muitas que ficaram e estão casadas até hoje com o mesmo, [...] tiveram filho, construíram família, têm uma vida razoável aqui". Isso aconteceu com três irmãs de Vanessa, uma das entrevistadas: as três migraram, juntas, para clubes de prostituição no Suriname, uma delas para o Manilla. Na época da entrevista, fazia mais de dez anos que tinham migrado, todas estavam casadas com holandeses (ex-clientes do clube em que estavam) e não atuavam mais no mercado do sexo; uma morava em Paramaribo e duas, na Holanda. Vanessa, 29 anos, sacoleira e dona de lanchonete, quatro filhos, 8ª série, entrevistada em 2011 no Suriname, nasceu em Belém. Em 2004 se separou do marido, e, como estava desempregada, deixou com a mãe os dois filhos que tinha e foi para o Suriname, com passagem paga pela irmã que morava em Paramaribo. Com vinte dias nessa cidade, ao procurar trabalho como cozinheira, conheceu um garimpeiro brasileiro, e desde então moravam juntos. Tinham dois filhos, um morava com uma irmã dela em Belém e o outro, com a irmã que estava em Paramaribo. Ela trabalhou como cozinheira em baixão (no mesmo local que o companheiro) e foi dona de cabaré na Guiana Francesa durante seis meses, mas abandonou o garimpo porque havia muitas mortes ali (inclusive, um homem foi morto no bar de seu cabaré). Ao retornar para o Suriname, voltou a trabalhar como cozinheira. Quando foi entrevistada era dona de uma lanchonete em uma corrutela e também era sacoleira (vendia roupas, perfumes, bíblias, sapatos, acessórios e lingerie). Tinha permanência no Suriname renovável a cada dois anos.

[594] Caso de Ivana, 32 anos, dona de cabaré, duas filhas, 8ª série (começou o primeiro ano do ensino médio, mas não concluiu), entrevistada em 2012 na Guiana. Ivana nasceu no Maranhão e cresceu em Itaituba (Pará). Nessa cidade trabalhava em garimpo como cozinheira, e decidiu ir para Guiana porque o salário que recebia ficava entre 15 e 20 gramas de ouro, e soube que na Guiana eram 60 gramas. Na época, estava separada e uma amiga, que morava em Georgetown, a convidou para ir para lá, trabalhar em seu restaurante — além da amiga, uma cunhada, que também morava naquele país, insistia para que fosse. Ivana pensou em ir com o intuito de, depois, conseguir uma vaga de cozinheira no garimpo, e chegou a vender uma televisão para conseguir o dinheiro da viagem, mas, quando já estava para ir, o ex-marido quis reatar a relação e ela concordou. Não demorou muito, tiveram uma briga e se separaram. Em 2010, vendeu todos os móveis da casa, e, com o dinheiro, pegou uma van em Boa Vista e foi para a Guiana (entrou como turista), para trabalhar como prostituta em um shopping (cabaré), a convite da dona — tinha 30 anos e deixou as filhas (de 10 e11 anos) com o pai. Depois de um mês no local, conheceu um guianense, dono de máquina de extração de ouro, com quem foi morar: deixou a prostituição e assumiu a função de cozinheira da sua equipe. Esse homem lhe deu de presente um shopping/cabaré, que só durou quatro meses: ela precisou retornar ao Brasil, para carimbar a saída no passaporte e arrumar com quem deixar as filhas, porque o pai delas sempre ligava dizendo para voltar e pegar as crianças; ao voltar para a Guiana, deixou-as com sua irmã. Seis meses depois, retornou ao Brasil, para vê-las e carimbar o passaporte, e acabou ficando um ano e um mês. Até dezembro de 2011, o companheiro guianense lhe enviava dinheiro e lhe telefonava, depois parou. Em fevereiro de 2012, Ivana pegou dinheiro emprestado com uma amiga, deixou as filhas com outra e voltou para a Guiana, para trabalhar como cozinheira em garimpo, na máquina de uma amiga, até pagar o dinheiro que pegara emprestado — e reencontrou o antigo companheiro guianense, com quem reatou a relação. Na época da entrevista ele ia mudar de garimpo, em função de novas regras do governo guianense para a extração mineral, e ela pretendia ir junto e montar

assumir a relação, como se fosse um ritual de passagem, um novo começo marcado pela viagem:

> Quando eu cheguei aqui [Suriname], eu conheci ele [marido]; eu tava com seis meses dentro do clube, e ele queria que eu fosse morar com ele. Eu ainda fiquei resistindo, resistindo, dois meses, mas, quando deu nove meses dentro do clube, eu falei: "Não, não quero mais ficar aqui. Eu vou pro Brasil, quando eu voltar a gente vai morar junto" [...] — e até hoje eu tô com ele. [...] Eu tenho seis anos de Suriname, a gente mora há cinco anos e alguns meses. (Catarina, 34 anos, manicure, dois filhos, entrevistada em 2011 no Suriname)

> Foi quando eu fui lá pro Tabiqui [garimpo do Suriname], foi pra lá que eu conheci ele, o pai dela [da filha]. [...] eu fui andar de moto e queimei essa minha perna... Eu também estava num cabaré de brasileiro, lá, aí eu conheci ele, e ele começou a me ajudar, comprando remédio pra mim, me ajudando, tudo, para eu ir no Maripasoula [cidade da Guiana Francesa] fazer curativo, tudinho. Ele começou a me ajudar e eu já me apeguei com ele. Aí, eu deixei esse javanês [um *fixo*] pra viver com ele. Ele falou assim mesmo, que ele queria viver comigo, não queria mais que eu ficasse no cabaré. Eu disse: "Tudo bem, então eu vou pro Brasil, tu manda o dinheiro da minha passagem, eu passo pra cá. O dinheiro que tu mandar, eu já venho como sendo tua mulher". Ele disse: "Tá bom". Aí, fui pro Brasil e passei Natal e Ano Novo no Brasil. [...] Passei só quinze dias no Brasil: ele mandou dinheiro da minha passagem e eu vim, como mulher dele. Depois que eu vim como mulher dele, eu parei com *ploc*. Aí, sendo mulher, logo engravidei dele. Depois, passei três anos vivendo com ele, me separei dele, passei um ano deixada dele. Depois de um ano deixada dele, eu voltei com ele. (Marta, 33 anos, sacoleira, dois filhos, entrevistada em 2011 no Suriname)

Em se tratando de casamento com um surinamês, as interlocutoras relataram que, geralmente, a família dele é implicada na decisão de iniciar uma vida conjugal, sobretudo porque o futuro casal, na maioria das vezes, passa a morar com os pais dele:

> Teve uma reunião pra eles me conhecerem, pra saber de onde eu vim, tudo. E ele nunca escondeu da família que eu era do clube, que eu morava no clube, que eu fazia prostituição, tudo, [por que] vim pra cá. A família dele nunca falou nada pra mim, sempre me respeitaram, nunca me falaram coisas erradas, nunca jogaram na minha cara "Ah, porque ela era de clube", ou pra ele, alguma coisa. A família dele, graças a Deus, é muito aberta pra essas coisas. Mas a família dele me aceitou. (Catarina, 34 anos, manicure, dois filhos, entrevistada em 2011 no Suriname)[595]

um shopping. Quando estava "brefada" (sem dinheiro), fazia *ploc* (que chamava de "escapada") sem que o companheiro soubesse, pois tinha que mandar dinheiro para as filhas. Preferia trabalhar na Guiana, em vez de no Brasil, pois lá ganhava mais. Estava no país como turista.

[595] Segundo Catarina, quando ela foi conhecer a família do marido, fizeram um almoço e contrataram um interprete: "Sentou pai, mãe, irmão e os maridos da irmã dele, duas irmãs. Fizeram um almoço, me botaram e foram fazer entrevista. [...] Levaram um tradutor, pra traduzir o que eu falava. O pai perguntava, a mãe. As irmãs não me perguntaram nada, nem os maridos, só o pai e a mãe: de onde eu vinha, da minha família, se eu tinha pai,

> Antes de eu ir pro Brasil, ele me apresentou pra família, mas não me aceitavam. Eles não queriam uma brasileira que era prostituta, [...]. Só que, quando eu fui pro Brasil três meses, antes de eu vir ele foi no Brasil me buscar, entendeu? Aí, a família dele já ficou, assim, um pouco... "Não, ele tá no Brasil com ela." Não aceitou, mas também não falou "não". Quando eu voltei, ele já me colocou dentro da casa dele [da família]. (Yeda, 29 anos, vendedora de loja de máquinas e automotores, dois filhos, entrevistada em 2011 no Suriname)

O marido surinamês tem pouca dificuldade em se comunicar com a esposa brasileira, pois os que se interessam pelas brasileiras geralmente já conhecem um pouco de português, e, com o tempo, o casal se comunica em *Sranantongo*[596]. Como, cotidianamente, é com a sogra que ela fica mais tempo, as duas acabam se comunicando por gestos e olhares, até a nora aprender um pouco do *Sranantongo* — algumas vezes ela também aprende um pouco de holandês, mas as que disseram ter realmente aprendido essa língua tinham frequentado um curso.

10.3 Os conflitos nos casamentos mistos

Éric Macé, ao se debruçar sobre o modo como cada sociedade articula culturalmente as diferenças de sexo, afirma que os "arranjos de gênero"[597] contemporâneos são instáveis e engendrados em contextos históricos e sociais específicos, e que o patriarcado tradicional não

mãe, como eu vivia, o que meu pai fazia, o que minha mãe fazia, se meus irmãos trabalhavam, se a gente tinha casa própria no Brasil, essas coisas. Se eu tinha filhos, tudo, né. O que eu esperava ao estar me envolvendo com ele, que eu sabia que ele não tinha nada, o que eu tava buscando com aquilo. O tradutor me falava isso, né, eu não sei se, na realidade, era aquilo. Ele [marido] trabalhava com uma tia dele, que tinha uma empresa de dedetização, mas ele ganhava bem pouquinho. O salário dele era bem pouco. Na época que eu me envolvi com ele, ele tinha 22 anos e eu tinha 28. A mãe dele resistiu mais sobre a idade: 'Não, ela tem 28, ele tem 22, novinho. Ela tem quase 30' — a mãe dele via assim. Mas ele não se importava, nunca se importou. [...] Eu gostava dele. [...] Eu fui morar com ele já sabendo que ele não tinha nada pra me oferecer. Eu fui morar com ele porque eu não queria mais ficar no clube, e eu queria, mesmo, formar uma família. Eu gostei dele no primeiro instante. Eu disse: 'Eu quero isso pra mim'. E ele me falou, não me mentiu: 'Olha, eu ganho tanto, assim, assim. Praticamente eu ganho... O que tu ganha na noite no clube, eu ganho em um mês, basicamente'".

[596] Yeda (29 anos, vendedora de loja de máquinas e automotores, dois filhos, entrevistada em 2011 no Suriname), por exemplo, disse que o marido sabe falar português, mas, cotidianamente, se comunicavam em *Sranantongo*, e, em caso de discussão, ela usava o português, por não conseguir expressar o que gostaria de dizer na língua dele.

[597] Éric Macé utiliza a expressão "arranjos de gênero" tendo por base a expressão "arranjos entre os sexos", de Erving Goffman, que sugere a ideia de acordos negociados de diferenças, relacionados com as contradições internas e conflituais da sociedade.

foi abandonado pelas sociedades contemporâneas, mas reconfigurado. Fazendo uma análise histórica das relações sociais de sexo na Europa e fora dela, compara diferentes modos de produção de gênero ao longo do tempo para explicar as desigualdades e discriminações de gênero que ainda persistem, o "égalitarisme inégalitaire" ou seja, os arranjos contemporâneos também produzem desigualdades, por conta de contradições entre o princípio da igualdade e a persistência de estereótipos de gênero. Em sua concepção, os arranjos de gênero das sociedades contemporâneas vêm do patriarcado tradicional, e mesmo que elas já não estejam alinhadas ao patriarcado, este permanece em todas as formas de organização de relações sociais, nos imaginários relacionados a identidades e nas expectativas dos papéis do masculino e do feminino. Ao comparar os dois tipos de arranjos de gênero que distingue no patriarcado, os tradicionais e os modernos (ou modernizados), com os dois tipos que considera contemporâneos, os pós-patriarcais e os compostos, que sucederam aqueles, afirma que os pós-patriarcais são característicos dos países europeus. O autor assinala que há um hibridismo de identidades e práticas que resulta em arranjos de gênero compostos, os quais são reminiscências do patriarcado moderno. Ainda segundo o autor, países não ocidentais também passaram por transformações nos arranjos de gênero e pela modernidade social, e neles já não existe a sociedade patriarcal tradicional, mas seus arranjos de gênero não passaram a ser modernos, uma vez que sofreram influência colonialista, passaram pela resistência ao colonialismo e apresentam transformações pós-colonialistas[598].

Macé sublinha que cada sociedade articula de maneira diferente as questões relacionadas ao sexo/gênero/sexualidade, que os arranjos de gênero são coletivos e subjetivos, e, por se tratar de diferenças, têm conflitos que se expressam em termos de direitos, organização do trabalho, definição de família, da religião, da política, etc. Essas questões pontuadas pelo autor ajudam a pensar os casais mistos formados por homens surinameses e mulheres brasileiras que saíram do clube ou do cabaré. Nessas relações, são latentes as tensões, os conflitos, e novas configurações familiares surgem a partir de embates relacionados à organização familiar, à divisão de tarefas domésticas, etc., ancorados em arranjos de gênero associados a desigualdades de gênero características de sociedades tradicionais.

No Suriname, apesar de ser comum que o casal more com a família do homem, quando a esposa é brasileira costuma haver uma quebra dessa normativa de unidade familiar:

> A maioria das mulheres brasileiras, quando se envolve com um surinamense, pede logo pra morar só. Porque, quando vive no meio da sogra, tem muito

[598] MACÉ, Éric. *L'après-patriarcat*. Paris: Seuil, 2015.

> problema. [...]. Prefere alugar casa. Quando não, tem os que já constrói. Quem quer viver mesmo com a brasileira, entendeu? [...] Aqui, é normal pra eles a família, casar e viver com a sogra. Os surinamenses são assim: casa, fica na casa. Brasileira não quer ficar, brasileira quer sair da casa. [...] Eu quase me separei do meu [marido] porque eu falei que não queria viver na casa. (Yeda, 29 anos, vendedora de loja de máquinas e automotores, dois filhos, entrevistada em 2011 no Suriname)

As relações sociais da mulher que vai morar na casa dos sogros, em geral se restringe ao espaço privado da casa: o parceiro e sua família, sobretudo a sogra, reduzindo a comunicação[599] apenas à esfera das tarefas domésticas — que, muitas vezes, recaem sobre a recém-chegada, o que é motivo de conflitos. Yasmim (34 anos, cozinheira de restaurante, duas filhas, entrevistada em 2011 no Suriname) contou que logo cedo (seis e meia da manhã) a mãe do marido — com a qual a comunicação era mínima, pois uma não falava o idioma da outra — a acordava, para que tomasse banho e fosse cuidar das tarefas da casa. Disse que se sentia a "doméstica da família" e que, por vezes, a sogra lhe arrumava serviços temporários, como cozinheira ou faxineira, para os quais a levava sem sequer avisar para onde estavam indo:

> Tinha vez que eu saía, não sabia nem pra onde que eu ia com ela, mas eu ia. [...] Nessa vez... A sobrinha dela trabalhava nesse restaurante, ela era gerente. Aí, ela pegou, falou com a sobrinha dela, lá na língua dela, e eu sem saber o que era. Aí, ela pegou e falou que era pra mim ficar, pra mim trabalhar, e de tarde, à noitinha, ela ia mandar meu marido me buscar. Aí, eu fiquei, assim, sabe?, eu fiquei trabalhando.

Yasmim, como a maioria das brasileiras casadas com nacionais surinameses, passados os primeiros meses morando com a família do marido, reivindicou uma casa para os dois — mas, mesmo quando isso acontece, nem sempre elas conseguem se desvencilhar da interferência da sogra nas decisões do casal:

[599] A questão do idioma não é apenas um problema nas relações de quem constituiu família com um nacional, seja na Guiana, seja no Suriname ou na Guina Francesa, o que dificulta a integração dos brasileiros com os nacionais (e também a busca por serviços). Arminda, 26 anos, serviços gerais, uma filha, ensino médio completo, entrevistada em 2012 na Guiana, nasceu em Belém, e antes de ir para a Guiana morava com o marido no interior do Pará. O casal migrou em 2011 (ela tinha 25 anos), para realizar trabalhos para a igreja que frequentavam, que pagou suas passagens de avião (embarcaram em Belém). Além das atividades na igreja, Arminda trabalhava em serviços gerais em um hotel cuja proprietária, quando viajava, o deixava sob sua responsabilidade. Contou que, apesar de já conseguir sair sozinha, uma das maiores dificuldades que enfrentava na Guiana era a língua, por isso sempre saía acompanhada de alguma brasileira que sabia um pouco de inglês, sobretudo para levar a filha ao médico (mas encontrara um pediatra que sabia português, pois se formara no Brasil, para atender a filha). Em 2012, fazia nove meses que ela e o marido haviam solicitado a autorização de trabalho, e, como ainda não tinha saído, atravessavam a fronteira com o Brasil ou o Suriname a cada três meses, para regularizar sua situação no país (como turista).

> Eu disse pra ele que se fosse pra continuar... Assim, eu não queria mais morar com ela [sogra]. [...] Aí, ele foi e arrumou uma casa, pra gente morar. Só que era aquela coisa, a gente era de conversar, fazer plano, mas, se, por exemplo, a gente estivesse conversando agora, aí de manhã ele ia pro trabalho, quando ele saía do trabalho ele já ia na casa dela, e falava tudo o que a gente tinha conversado. Quando ele chegava em casa, ele dizia: "Não, Yasmim, não é assim. Minha mãe disse que é pra fazer assim". Aí, tudo era o contrário que a gente conversava. Assim a nossa relação foi desgastando.

A narrativa de Catarina (34 anos, manicure, dois filhos, entrevistada em 2011 no Suriname) reforça o fato de que as tensões com a família do seu marido, de origem hindustana, relacionadas às questões domésticas, em geral justificadas como sendo devidas a diferenças "culturais", são mais complexas que apenas um problema de relacionamento entre nora e sogra. Ela contou que a família do marido sempre a respeitou, mesmo sabendo que era ex-trabalhadora do sexo, mas havia conflitos porque não aceitava os "deveres" que tinha que cumprir na casa:

> Eu tinha que fazer coisas que as noras fazem pras sogras: arrumar, limpar, essas coisas. Eu não me encaixei com isso. O único problema foi esse, que eu tinha que fazer as coisas pra ela [sogra], tipo uma espécie de empregada dela, porque talvez ela fez pra sogra dela no passado. Então, da religião dos hindustanos, da cultura deles aliás, a nora tem que fazer as coisas pra sogra; então, quando eu fui morar lá, eu tinha que fazer as coisas pra ela, arrumar a cama dela de manhã, limpar o quarto dela, todo final de semana tirava o pó. E eles almoçavam e eu lavava a louça. Ela cozinhava. [...] Até as coisas da minha cunhada era eu que lavava e passava. Ela tinha o bebê nessa época, menina grande [...]. Quando eu fui morar lá, ela tava grávida de dois meses [...], eu tomava conta da bebê, ela ia trabalhar, deixava comigo, eu ficava. Por um bom tempo eu tive que olhar a filha dela. Me pediu, né, e eu, novata, "Tá bom, fico". Não trabalhava [fora], ficava [com a criança].

Catarina disse que, inicialmente, não se importava em fazer os serviços domésticos sozinha, aceitava as condições impostas, para haver harmonia na casa; entendia que sua vida era melhor estando casada e morando com o parceiro e sua família em vez de trabalhando e morando no clube, mas não demorou para começar a se perguntar se realmente deveria se submeter aos "novos costumes" que lhe impunham, que a transformavam em "empregada" da família:

> No começo eu tava empolgada, porque eu morava lá e tudo, mas, depois, caiu a ficha pra mim, que dia de domingo eu não podia sair, só depois que a casa estivesse completamente limpa. Começava no sábado uma parte da casa, e depois, no domingo, terminava. Quando a ficha caiu pra mim, eu disse "não".

> Quando ela saía pro trabalho dela, ela deixava uma lista: tem que fazer isso, tem que fazer assim, assim, assim, lavar área. Já era uma lista, então já tava programado. Quando ela passou a me dar a lista, aí foi que eu disse: "Não, mas tá errado". Tipo assim: se eu combino com a minha amiga de ir no centro passear dez horas da manhã, eu não posso porque tem que fazer isso, isso e isso. A situação ficou difícil um dia que eu saí com a minha amiga e não varri a casa, e ela reclamou: "Porque a Catarina saiu e não varreu a casa. E ela tem que varrer a casa. Tinha que fazer tal coisa e tal coisa, limpar a janela". Foi quando eu disse: "Não, eu não quero que a senhora faça isso pra mim". "É pra nós." "Mas é muito difícil fazer as coisas." Eu me sentia como empregada dela. Ela dizia que era cultura, e ela não via mal nenhum nisso. Ela disse: "Não, é a nossa cultura, as noras fazem pras sogras. Eu fazia pra minha sogra". Ela dizia que ela tinha feito pra sogra dela. [...] Assim, quando ela tava vendo televisão, se ela queria uma água: "Eu quero uma água. Catarina, traz água pra mim" — eu tinha que levar água pra ela. Ela comia, deixava o prato lá, e eu tinha que pegar, levar pra pia e lavar.

Embora questionasse as obrigações impostas, de realizar as tarefas domésticas sozinha, Catarina era constantemente lembrada de que isso fazia parte da cultura do povo surinamês: a nora deveria realizá-las porque, depois do casamento, era seu o papel que cabia à mãe até então — nesse contexto, percebem-se situações marcadas por relações desiguais de poder. Catarina foi incentivada a aceitar um modelo tradicional de família hindustana que, na atualidade, permanece como um ideal imaginado, que, em geral, já não faz, mais, parte da realidade das famílias no Suriname, pois as mulheres casadas trabalham fora — o que não significa que haja divisão das tarefas domésticas entre o casal. Mas seu entendimento sobre o seu papel na casa mudou quando ela começou a estudar holandês e a ter contato com outras mulheres surinamesas, que a alertaram que esse costume já não é, mais, respeitado:

> Só que, quando eu fui fazer o curso de holandês, eu conheci uma crioula, minha professora. E a gente, justamente falando sobre cultura, sobre essas coisas, ela falou: "Hoje em dia já não tem mais isso das noras fazerem as coisas. Isso era há muitos anos, hoje em dia é muito raro você ter uma nora... Tanto é que o Suriname mudou, ninguém mais segue à risca [esse costume]". Ela disse: "Hoje em dia é difícil você achar uma hindustana que faça as coisas pra sogra, como antigamente tinha muito". Aí foi que eu falei com ela, eu disse: "Mas eu acho que está acontecendo isso comigo, porque eu faço assim, assim" — eu me abri com ela. Ela disse: "Não, você não tem que permitir. Porque você é brasileira, você não é da cultura dela, da raça dela, então acho que ela tá tirando proveito disso. Você não fala a língua, você não sabe se defender". E, na realidade, nessa época eu não falava nada, e ela [sogra] falava uma coisa, ela escrevia, eu mostrava pro meu marido e ele dizia: "Não, isso aqui é pra ti limpar a janela"; "Isso aqui é pra ti varrer". Eu já sabia de cor, decorado, o que ela escrevia. Então, como eu não sabia me defender, me expor, falar, expressar o que eu tava sentindo, aquilo foi criando uma angústia, e um dia eu fui embora, disse que não queria mais, queria me separar; disse

> que eu não aguentava mais, que eu tava me sentindo empregada da mãe dele. Ele dizia: "Não, mas a minha mãe não te vê..." — ele sempre defendeu a mãe dele — "Não, a minha mãe não te vê assim. A cultura é assim, nós, hindustanos, a nora faz isso pra mãe". Eu disse: "Não, mas eu não me sinto confortável com essa situação, e eu não quero. Eu não tenho mais tempo nem pra mim, pra sair de sábado. Tenho que limpar tal coisa, tenho que fazer isso, toda vez é isso". Aí foi que eu fui embora pro Brasil. Disse que eu ia embora, passei um mês lá. Foi quando ele falou que era pra mim voltar, que a gente ia morar em cima, íamos separar [sair da casa da família dele]. Foi quando eu voltei. [...] O único problema que eu tive com a família dele foi em relação a essas coisas. Até hoje eu sinto uma angústia comigo, dela ter me feito trabalhar pra ela, tantas coisas que ela deveria ajudar. Mas, hoje em dia ela faz normal, meu sogro faz. Foi difícil. A única coisa foi essa parte que eu tinha que fazer, que ela queria botar na minha cabeça que nora fazia as coisas pra sogra.

Catarina precisou convencer o marido de que a situação estava insustentável. Ao abandoná-lo e retornar ao Brasil, a família teve que se readequar para que ela voltasse, e, embora ela tenha explicado que se sentia uma "empregada" na casa, a sogra entendia que o que ocorrera era uma questão de choque cultural:

> Quando eu voltei, [ela] falou pra mim, assim, traduzindo, né — ele falava pra ela, ela falava pra ele e ele me falava, né —, que ela não sabia que eu tava me sentindo assim, daquela maneira, que ela não sabia, que ela achava que era normal, porque pra ela era normal a nora fazer as coisas pra sogra. E eu não sabia me defender, não sabia falar, nem nada. Eu dizia: "Não, eu posso ajudar a lavar uma louça, tudo, mas eu não quero ter aquela obrigação"[600].

A solução encontrada foi o casal morar sozinho, e ela passou a ser responsável pelos afazeres domésticos apenas de sua casa, um espaço no andar de cima da casa dos sogros — mas ela não mencionou a inclusão do marido no cuidado com a casa, o que demonstra que o problema não era a divisão igualitária, mas o fato de ter que realizar sozinha os serviços domésticos para todos os membros da família:

> Aí, mudou. Foi [mudou] quando eu fui embora pro Brasil. Depois ele falou: "Não, se você quiser voltar, eu já falei com a minha mãe, a gente vai morar em cima, e a minha mãe vai morar embaixo". Aí foi que a gente ajeitou tudo em cima, os quartos, tudo, fizemos como se fosse um pequeno apartamento em cima. Pequenininho, mas a gente se encaixou. Daí mudou. [...] Hoje em dia, não, eu moro separado, ela mora lá pra baixo, faz as coisas dela. Ela disse que se um dia eu quiser varrer alguma coisa pra ela... A única coisa que eu faço ainda, que eu ajudo lá embaixo, é lavar a área, tudo, onde as crianças

[600] Essa fala de Catarina mostra a língua como barreira na comunicação e interação no espaço doméstico. Apesar de conviver com a família do marido desde o casamento, para comunicar a forma como se sentia ela precisou que o marido traduzisse.

> brincam, dou uma ajuda. Mas como eu fazia antigamente, que era obrigatório fazer tal coisa, hoje em dia não.

As narrativas das interlocutoras apontam para construções culturais da divisão sexual do trabalho, com a mulher associada à reprodução, à educação e a todos os cuidados com os filhos, bem como aos ofícios domésticos.

As condições em que vivem homens e mulheres não são produtos de um destino biológico, são construções sociais. "Ninguém nasce mulher: torna-se mulher", diz Simone de Beauvoir, "Nenhum destino biológico, psíquico, econômico define a forma que a fêmea humana assume no seio da sociedade; é o conjunto da civilização que elabora esse produto intermediário entre o macho e o castrado que qualificam de feminino"[601]. Tais relações seguem diferentes padrões, conforme a sociedade, mas a distribuição de funções, muitas vezes, é baseada no gênero, estabelecendo-se uma hierarquia social. Danièle Kergoat assinala que homens e mulheres "Formam dois grupos sociais que estão engajados em uma relação social específica: as relações sociais de sexo. Estas, como todas as relações sociais, têm uma base material, no caso o trabalho, e se exprimem através da divisão social do trabalho entre os sexos, chamada, de maneira concisa, divisão sexual do trabalho"[602].

A maioria das entrevistadas que moraram ou casaram com surinameses após a saída do clube, já estava separada. Entre as que se separaram, algumas retornaram à prostituição; outras, foram para o garimpo trabalhar como sacoleiras ou cozinheiras. Apenas onze mulheres, de 31 entrevistadas no Suriname, tiveram filhos em sua mobilidade[603] nesse país, nenhum deles planejado. Quase todas já haviam realizado algum tipo de intervenção cirúrgica no Brasil, para não ter mais filhos (normalmente, após o segundo filho), atitude corriqueira na periferia brasileira, sobretudo pela pressão da família, uma vez que muitas mulheres engravidam cedo, sem planejamento familiar, e não possuem independência financeira.

No Suriname os filhos recebem apenas o sobrenome do pai, o nome da mãe é apenas citado no documento. No casamento de surinameses (homens e mulheres) com estrangeiros, os pais têm que optar por uma cidadania para os filhos, pois não é permitida a dupla cidadania, e, de maneira geral, no país eles optam pela surinamesa, o que facilita para que o pai, no momento

---

[601] BEAUVOIR, Simone de. *O segundo sexo*. 2.ed. São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1967, p.9.

[602] KERGOAT, Danièle. Divisão sexual do trabalho e relações sociais de sexo. In: TEIXEIRA, Marli et al. (Orgs.). *Trabalho e cidadania ativa para as mulheres: desafios para as políticas públicas*. São Paulo: Coordenadoria Especial da Mulher, 2003. p.55-64 (p.55).

[603] Entre as entrevistadas, algumas das que estavam em relacionamentos estáveis e que tiveram filhos durante sua mobilidade, desconheciam os trâmites para que as crianças tenham cidadania no país de acolhida, e vislumbravam como positivo o nascimento em solo estrangeiro, sobretudo pela possibilidade de, no futuro, ter acesso à universidade. As que tiveram filho na Guiana Francesa e moravam no Suriname, acreditavam que o filho, a qualquer momento, pode retornar como cidadão francês; outras, que tiveram filhos no Suriname, acreditavam que o filho pode estudar na Holanda quando for para universidade, por ter nascido nesse país e falar holandês.

em que o casal se separa, fique com a guarda dos filhos. Caso a mãe brasileira requeira a guarda deles na Justiça, é comum que seja acusada, pelo ex-companheiro, de má conduta e de trabalhar como prostituta, ou seja, a questão moral é acionada. Neste cenário, "Le stigmate de pute est un outil de l'hétéronormativité qui renforce la division et la domination des femmes par les hommes" [604].

Uma das entrevistadas convenceu seu antigo companheiro surinamês a deixá-la ter a filha no Brasil, pois dessa maneira a menina teria nacionalidade brasileira e o sobrenome da mãe. Acreditava que assim não corria o risco de "perder" a filha em caso de separação, como ocorrera com algumas amigas suas, pois a levaria com mais facilidade para o Brasil e antes mesmo que houvesse pedido judicial de separação. Assim como ela, outras interlocutoras diziam que, em caso de separação do casal, embora o pai possa permitir que a mãe fique com a guarda (não oficial) da(s) criança(s), ele pode mudar de ideia, e a mãe, na maioria das vezes, perde não apenas a guarda dela(s), mas também é impedida de vê-la(s). Segundo informações de lideranças de brasileiros no Suriname, quando o pai é surinamês é comum as brasileiras perderem a guarda dos filhos após a separação, e a alegação do ex-marido é, sempre, a de que ela é prostituta, mesmo que não trabalhe, mais, nessa atividade ou que nunca tenha trabalhado nela, desqualificando a ex-mulher moralmente para cuidar daqueles (que até então estavam sob seus cuidados).

Na Guiana Francesa, quando a mulher brasileira se separa do marido francês, no caso de terem filhos também costuma haver conflitos e problemas relacionados à guarda deles, e ela, por vezes, mesmo preferindo retornar ao Brasil, tem que encontrar meios econômicos e legais que lhe garantam a permanência em situação migratória[605] regular no departamento francês,

[604] WELZER-LANG e ALBERTINA, op. cit., p.171.

[605] Tainá, 28 anos, empregada doméstica, um filho, 8ª série, entrevistada em 2011 na Guiana Francesa, nasceu em Macapá (Amapá). Em 1998, quando tinha 16 anos, foi de barco para a Guiana Francesa, clandestinamente, passar férias: viajou junto com uma amiga adolescente e a mãe desta, que naquela época morava em Caiena já havia dez anos. Tainá fez três vezes esse mesmo percurso nas férias. Aos 18 anos engravidou, e em 2001, com 19 anos, deixou o filho de sete meses com a mãe e a irmã e foi para Caiena, clandestinamente, para trabalhar informalmente em casas de família. Nos primeiros três primeiros meses nessa cidade, começou a se relacionar com um francês. Acabaram formalizando a união através do Pacte civil de solidarité **(**PACS) e ela buscou o filho (então com um ano), que foi reconhecido pelo companheiro — o que deu ao menino a cidadania francesa. Depois de cinco anos juntos, separaram-se e optaram pela guarda compartilhada do filho, mas, logo que Tainá saiu de casa ele comunicou à prefeitura que já não viviam juntos, e por isso sua Carta de Séjour foi suspensa — mas, pelo fato de o filho ter cidadania francesa, ela recebeu autorização para renovar sua permanência. Já trabalhara como doméstica em diversas residências, como garçonete em um restaurante e como ajudante geral em uma loja de materiais de construção, nos dois últimos empregos com contrato formal de trabalho. Com o dinheiro ganho no departamento francês ajudou a construir a casa da mãe e comprou uma para si, no Brasil. Quando foi entrevista disse que uma sobrinha, de 16 anos, chegara clandestinamente do Brasil havia quatro meses, para morar com a mãe em Rémire-Montjoly (cidade vizinha a Caiena), e que a adolescente já estava inscrita no colégio, mas como estava trabalhando de doméstica em Caiena, dormia em sua casa durante a semana.

para não correr o risco de perder a guarda ou o contato com eles. Clara[606] (30 anos, vendedora de loja de roupa, uma filha, ensino superior incompleto, entrevistada em 2011 na Guiana Francesa), por exemplo, não tinha perspectiva de retorno ao Brasil tão cedo, para não perder a guarda da filha, que ficou com ela, pois quando se separou do marido (francês), ele a avisou que, se retornasse, a menina ficaria com ele:

> Só se um dia minha filha quiser ir... Mas eu acho que eu não tenho, mais, essa esperança de ir viver lá no Brasil, porque eu não tenho coragem. O pai da minha filha, ele já disse que se eu quiser viver no Brasil, eu tenho que deixar minha filha. Jamais eu vou ter coragem de deixar minha filha, então eu tenho que me conformar de viver aqui. Até, talvez, quando ela fizer 18 anos, ela vai fazer seus estudos na França; não sei, se ela quiser. E se ela quiser ir embora comigo, ela vai.

No Suriname, conflitos nos casamentos de brasileiras com surinameses são latentes, sobretudo pela persistência de códigos de comportamento da sociedade de reclusão das mulheres ao âmbito doméstico e por atitudes preconceituosas e machistas, muitas vezes justificadas como comportamentos inerentes a questões culturais específicas de determinado

[606] Clara nasceu em Santarém (Pará). Antes de migrar morou em Brasília (na casa de um irmão) e entre "quatro e cinco meses" em Belém (com uma amiga de sua mãe), depois voltou a Santarém. Nessa cidade começou a cursar Economia numa universidade privada, mas trancou a matrícula logo no começo porque a mensalidade era cara. Quando foi para a Guiana Francesa, em fevereiro de 2006, aos 24 anos, trabalhava como caixa em uma lotérica: viajou clandestinamente, para ajudar a irmã, que estava grávida de sete meses, e que providenciou o transporte para buscá-la no lado guianês da fronteira com Oiapoque (um carro dirigido por um brasileiro, no qual viajaram mais duas brasileiras). Logo que o sobrinho nasceu, como não se dava bem com o cunhado (um peruano), foi morar na casa de uma amiga (também casada com um peruano), onde ficou "seis, sete meses", "sem pagar nada, só pela amizade" — mas ajudava a cuidar dos filhos do casal e na limpeza da casa. Nesse período conheceu um francês de origem chinesa, com quem iniciou um relacionamento amoroso. Em dezembro, a amiga com a qual morava teve problemas com o marido, e Clara decidiu voltar para o Brasil — um mês depois de voltar, o namorado a buscou: foi esperá-la no lado guianês da fronteira, ela novamente atravessou o rio Oiapoque de catraia e voltou para Caiena, de novo clandestinamente. Em Caiena ele alugou para ela um quarto no apartamento de um amigo, mas continuou morando com os pais — e Clara começou a dançar em um grupo com outras brasileiras, que se apresentava em boates e bares, fazendo "apresentação de tudo quanto era música brasileira: carimbó, música de cowboy, carnaval. [...] pra mostrar um pouco a cultura do Brasil". "Três ou quatro meses" depois de voltar, ela engravidou, e quando tinha "três ou quatro meses" de gravidez, voltou para Belém, onde ficou um mês, para fazer o passaporte e poder retornar à Guiana Francesa de forma regular. Novamente foi para lá a partir de Oiapoque, mas agora legalmente, com visto de turista (de quinze dias), e chegando em Caiena ela e o namorado registraram a criança ainda na gestação (inclusive deram nome de menina para a criança). Quando a filha nasceu foram morar juntos na casa dos pais dele, ela começou a trabalhar como caixa do pequeno negócio da família (venda de comida chinesa), sem receber salário, e foi atrás da Carta de Séjour, que demorou "sete ou oito meses" para sair (saiu com validade de um ano). Após dois anos juntos, ele quis a separação ("queria ficar livre, queria ficar solteiro, que ele não queria essa vida de casado"), e ela foi morar com a filha em um apartamento pago por ele, no qual ficou só um ano, pois se apaixonou por um outro francês, com quem foi morar. Desde que se mudou da casa dos sogros, a filha ficava uns dias com ela e uns dias com eles, pois a sogra gostava muito da neta, e Clara, que ficou com a guarda da menina, achava importante que convivessem. No momento da entrevista fazia dois anos que estava junto com o segundo marido, e estava mudando de trabalho. No novo emprego seria registrada, o que poderia ajudá-la a conseguir uma Carta de Séjour de dez anos (ela estava em sua quarta Carta de Séjour com validade de um ano, concedida por ser mãe de uma criança que têm cidadania francesa).

grupo étnico do país[607], e são agravados pelos discursos de que a esposa brasileira desconhece o comportamento atribuído ao grupo étnico-cultural do marido, ou apresenta comportamento de seu próprio grupo, no caso, o brasileiro, tendo dificuldade de se adequar a norma— enfim, que ela não está desempenhando seu papel de gênero adequadamente.

Durante a pesquisa de campo de 2011, na festa de aniversário do filho de 2 anos de uma das interlocutoras, que era casada com um surinamês, numa roda de conversa formada por duas brasileiras e três surinameses casados com brasileiras, em tom de piada os três falavam de questões que geravam conflito entre os casais. Um deles comentou que, para casar com brasileira, é preciso trabalhar muito, pois elas gostam de dinheiro, sempre querem dinheiro. O anfitrião disse que a esposa trabalhava, e o grande problema era que ela queria que ele a ajudasse nos afazeres domésticos; ele considerava justo ter ajudado quando ela teve os filhos, mas não "hoje" (2011), que os dois estavam maiores (o menino com 2 e a menina com 3 anos): "Quando meus filhos acordavam durante a noite, eu fazia tudo durante o dia, para ela não me acordar de noite. Cozinhava, lavava, tudo. Mas, hoje, as crianças não acordam mais, e ela quer que eu faça tudo de casa". Entendia que a mulher deveria assumir as tarefas da casa, pois as mulheres de sua família, surinamesas de origem hindustana, trabalhavam fora e se ocupavam dos serviços domésticos, não os homens: "A surinamesa toma conta da casa e, se os filhos menores necessitam dos pais à noite, é a mulher que levanta. As brasileiras querem que a gente faça as coisas".

Os outros dois, de origem javanesa, também reclamaram da demanda da mulher brasileira por ajuda, e se revezavam em dizer que as surinamesas eram diferentes: "De noite, quando a minha filha acorda, a minha mulher quer que eu faça a mamadeira três da manhã! [...] minha mãe, minha avó, não tinha que trabalhar, ficava em casa e fazia tudo; meu avô e meu pai não faziam nada. Homem tem que trabalhar e arranjar dinheiro, e mulher fica em casa, pra cuidar de tudo na casa". Ainda reclamou que a esposa o solicitava muito, e, como trabalhava como taxista, muitas vezes deixava de pegar clientes para levá-la na casa da mãe (que também morava no Suriname), no supermercado, na farmácia, etc. Mas encontrara a solução: estava economizando para comprar um carro para a esposa, o que daria a ela, em sua opinião, também mais liberdade de ir e vir, afinal moravam em um bairro distante e não havia transporte público com frequência.

Nesse diálogo dá para perceber alguns conflitos que marcam as relações de casais formados por brasileiras e surinameses. Quando falavam do marido, as interlocutoras

[607] Os relatos de conflitos mais frequentes estão relacionados aos surinameses de origem javanesa e hindustana.

enfatizavam os aspectos mais positivos, diziam que eles não se importavam com seu passado na prostituição e evitavam falar de conflitos. Mas os conflitos com certeza estavam presentes, e iam além da divergência de interesses entre os cônjuges, alcançando questões mais abrangentes, entre elas a barreira da língua (por mais que elas consigam falar *Sranantongo*, para alguns casais, mesmo depois de anos, a comunicação continua difícil, pois o aprendizado da língua é limitado em função da baixa escolaridade); a perda da guarda dos filhos, no caso da mulher, se o casal se separa; o choque cultural e a convivência com a família do marido, na mesma casa. São contextos de relações de poder desiguais, respaldadas por normas de divisão social e hierárquica por sexo.

A mulher ainda é vítima de machismo e preconceito na sociedade, o que reforça as relações desiguais nas condições sociais de gênero. No contexto da sociedade surinamesa, apontadas pelos homens e mulheres entrevistados, estão presentes não apenas relações desiguais em casais mistos, mas também em casais nacionais. As narrativas das interlocutoras apontam que, ao assumir a relação conjugal, o marido espera que a mulher se responsabilize pelos afazeres domésticos, e elas, por vezes, não aceitam. Mas a maioria delas, acostumada a relações de dominação masculina no Brasil, de modo geral não questionava, afinal a mãe do marido, antes, se responsabilizava por ele, e com o casamento a esposa assume as funções. O que se percebe é que alguns comportamentos são reproduções de comportamentos já vivenciados no Brasil. Lara (Lara, 52 anos, proprietária de cantina e cabaré, três filhos, entrevistada em 2011 no Suriname), por exemplo, assim que saiu do clube foi morar com um ex-cliente e sua família, mas passaram dois anos juntos sem oficializar a relação, e só depois da oficialização lhe foi transferido o cuidado com o marido: “A mãe dele que acordava, fazia a comida pra ele ir pro trabalho, né. [...] Aí, depois que eu me casei com ele, aí que eu fui cuidar dele mesmo, né”.

Apesar da persistência de determinados comportamentos, as narrativas revelam que algumas mulheres, no trânsito entre o mercado do sexo e a conjugalidade, negociaram novas configurações nas relações de gênero, reivindicaram papéis mais igualitários e conseguiram maior participação dos homens nas responsabilidades domésticas — situação nova para elas, que no Brasil nunca experienciaram a divisão de tarefas com o companheiro.

10. 4 O rótulo de *ploc*: os mecanismos de poder e de controle social sobre o comportamento das mulheres

O período que a mulher fica no cabaré é pequeno, já que a sua meta, geralmente, é ficar quinze dias, ganhar ouro e ir embora, ou conseguir um companheiro brasileiro e ocupar a vaga de cozinheira[608] no barraco em que ele trabalha — no garimpo, a cozinheira costuma ter mais de 40 anos, ou é a companheira do dono da máquina ou de um dos garimpeiros. As mais jovens, se chegam sem compromisso com um homem, não demoram para conseguir um companheiro, de modo que evitam conflitos entre os garimpeiros por sua causa.

Nas Guianas, as mulheres que não atuam como trabalhadoras do sexo buscam, a todo momento, se desvencilhar da associação da brasileira à prostituição, e, estando sozinhas, podem ser rotuladas de *ploc* — por isso, geralmente as cozinheiras de garimpo têm um companheiro. Nas entrevistas, as cozinheiras faziam questão de afirmar que sua função era cozinhar, que trabalhavam apenas na cozinha e em serviços como lavar ou concertar roupas de garimpeiros, quando eles precisavam (o que significa pagamento extra, pois recebem dois ou três gramas de ouro por esses serviços): "Eu trabalho em cozinha, não trabalho mais como mulher de programa já tem o quê? Muito tempo. Muitos anos, graças a Deus!" (Núbia 38 anos, cozinheira no garimpo, dois filhos, entrevistada em 2012 no Suriname). Na cozinha o serviço é pesado e cansativo, pelo qual elas recebem salário fixo mensal, e o dono da máquina, conseguindo ouro ou não, tem que pagar os gramas prometidos:

[608] No garimpo, as cozinheiras geralmente trabalham para um grupo de homens numa área de extração de ouro, ou em um cabaré, para a/o proprietária/o e as trabalhadoras do sexo. Raquel, 27 anos, natural do Maranhão, 1º ano do ensino médio, entrevistada em 2012 no Suriname, engravidou aos 15; em 2003, aos 18, deixou o filho com sua mãe (com a qual o menino ficou até completar 11 anos, quando foi morar com o pai) e foi morar em Boa Vista, na casa de uma irmã, na perspectiva de estudar e trabalhar. Em 2004, foi para a Guiana com duas amigas, trabalhadoras do sexo, para cuidar do filho de uma delas, mas ao chegar em Georgetown, achou mais lucrativo fazer como as duas: ir para o garimpo trabalhar em um shopping (cabaré) como prostituta. Ficou apenas três semanas em um, pois conheceu um garimpeiro e foram morar juntos. Ele comprou uma máquina de extração de ouro e Raquel passou a cozinhar para equipe, mas, como não deram sorte na lavra do ouro, o companheiro foi trabalhar na venda de diamantes e ela como cozinheira no escritório do chefe dele. Em 2006, acharam que o dinheiro que haviam juntado era suficiente para voltar para ao Brasil, e foram morar em Boa Vista. Quando, o casamento acabou (porque ele começou a sair com outras mulheres, a chegar bêbado em casa), ela voltou para casa da mãe, no Maranhão, numa cidade que tinha muitas pessoas que viajavam para o Suriname, e através de contatos, ela conseguiu uma vaga como cozinheira em garimpo. Viajou para o Suriname em 2007, aos 22anos, e trabalhou quase um ano para um dono de máquina que não a pagou. No garimpo conheceu um garimpeiro, com quem conviveu quatro anos; chegaram a construir uma casa em Boa Vista, e, quando se separaram, ele ficou responsável por vendê-la e repassar metade do dinheiro a ela, o que nunca aconteceu. No Suriname Raquel sempre trabalhou como cozinheira em área de exploração mineral, mas, momento da entrevista, cozinhava em um cabaré; estava namorando um homem casado (cuja esposa era brasileira), que trabalhava na Holanda e a ajudava financeiramente. Estava como turista no país.

> Aqui tudo é difícil. Tem a saudade, né, que é demais, e a gente trabalha muito, trabalha demais: quatro horas da manhã já tá na cozinha, passando café; seis horas torna a voltar pra cozinha novamente, aí enfrenta o dia inteiro; sete horas, nove horas, merenda; doze horas, almoço — tem que deixar tudo sem faltar, né; aí, três da tarde, merenda de novo; e janta, oito e meia. (Estefani[609], 50 anos, cozinheira, cinco filhos, entrevistada em 2012, no Suriname)

> É muito estressante. Tem que acordar quatro horas da manhã, fazer café pros trabalhadores, né, aí tu te deita um pouco, aí tu te acorda já seis horas da manhã, toma teu banho, vai fazer as coisas: nove horas tem que estar pronta a merenda; meio-dia tem que estar pronta a comida deles; três horas eles merendam de novo e seis horas a janta tem que estar pronta. Então é muito difícil, tem que ter muita coragem mesmo. Aí, tem que tá enfrentando muita coisa, muitos perigos, né, porque no mato tem cobra, tem muitas coisas perigosas. (Núbia, 38 anos, cozinheira, dois filhos, entrevistada em 2011 no Suriname)

Mulheres e homens diziam que nada impede a cozinheira de "fazer *ploc*", mas é mais adequado que não faça, para evitar problemas ou para não desestabilizar a equipe de trabalho na qual está inserida. Assim, se ela tem uma relação com alguém, em teoria ela não terá nenhuma relação que não seja de amizade ou trabalho com os demais trabalhadores. Ela tem seu barraco, o "fuscão", construído pelo dono da máquina, e em seu espaço privado pode levar quem ela quiser, desde que não se configure como prostituição: normalmente o *fixo* ou o *marido*, com o qual tem uma relação assumida publicamente — como eles diziam, tem que "se amigar" ou "morar junto", caso contrário "dá rolo". Existe uma espécie de código de ética para evitar problemas entre os homens por causa da cozinheira, e quando ela assume alguém publicamente, o casal passa a coabitar no "fuscão", e os demais evitam investidas, pois a consideram comprometida ou "casada":

> – As meninas que estão de cozinheira costumam ir para o cabaré?
> – Não pode!
> – É regra?

[609] Estefani, 53 anos, cozinheira no garimpo, cinco filhos, 6ª série, entrevistada em 2012 no Suriname, nasceu no Maranhão. Já tinha os cinco filhos quando se separou do primeiro marido e foi para a cidade do Rio de Janeiro trabalhar como acompanhante de idosos — foi a primeira vez que saiu de sua cidade natal. Quando retornou do Rio, arrumou um novo companheiro, e começaram a trabalhar como agricultores em um pequeno pedaço de terra de propriedade dela, mas ele acabou indo arriscar a sorte em garimpo do Suriname. Quando foi, ele passou cinco meses sem lhe mandar dinheiro, e em 2011, quando ficou um mês sem telefonar para o Brasil, ela decidiu ir atrás dele: sacou três mil reais da sua conta poupança e, sem avisá-lo, pegou o avião em Belém e foi para o Suriname com um sobrinho — que trabalhava no mesmo garimpo que o marido e tinha vindo ao Brasil visitar a família —, com a intenção de descobrir se o marido a havia abandonado. Quando Estefani chegou ao garimpo, o marido não gostou muito da surpresa, mas conversaram e ela resolveu ficar ali, trabalhando como cozinheira, na perspectiva de que, juntos, ganhariam dinheiro mais rápido, para voltar para casa e montar um comércio. Na época da entrevista fazia onze meses que migrara, e já voltara ao Brasil, onde ficou dois meses, para cuidar de um braço que quebrou. Ao retornar ao Suriname continuou a trabalhar como cozinheira na mesma equipe que o marido. Estava nesse país como turista.

> – É regra! Muito garimpeiro dentro do barraco andando com ela, pode se envolver, mas só se for pra se amigar, morar junto. Morreu, pronto, tá junto. Se ficar com um e outro, já bagunça, não é verdade? Aí não presta. O patrão já: "Égua, aqui não é puteiro". Bota pra varar. Senão vira bagunça, fica bagunçado. Se ela arrumou o cara dela pra lá, lá mesmo, ficou com o cara, fez o fuscão, tá lá com o cara, tá amigada, se ajuntaram. [...] Que nem a cozinheira onde eu trabalhava, agora ela se amigou com um operador da retro [retroescavadeira]. Ela estava solteira. Aí, veio esse menino, ela foi logo morar com ele. Morar. (Marcelo, 37 anos, garimpeiro, um filho, entrevistado em 2012 no Suriname).

Seja na Guiana, seja ou no Suriname, a narrativa de homens e mulheres era a mesma: a cozinheira trabalha bastante, e muitas mulheres preferem o cabaré porque "não querem trabalhar", "não querem encarar uma cozinha":

> Muitas vêm trabalhar, mas, aí, quando chega lá [garimpo], você, pra cozinhar pra uma máquina, você tem que acordar que horas? Três horas, quatro horas da manhã, pra levantar... muitos não têm fogão, é na lenha. Aí, ela vai ganhar quanto? Ela ganha uma onça [grama] de ouro. Uma onça de ouro dá o quê? Vamos colocar 250 [gramas]: dois mil e quinhentos reais, [...] no mês, pra cozinhar prum baixão, pra uma máquina. Aí, ela tem lá a corrutela. No caso, um programa, uma noite, vamos dizer assim, ela faz oitenta, cem mil. Ela vai ficar cozinhando lá? Ela só vai se for uma pessoa de responsabilidade, uma mãe de família realmente. Se não for, não fica. A maioria que vem pra cá, cai na vida lá dentro do mato. [...] Tem muitas meninas pobrezinhas, que vêm do Maranhão, sabe?, que a gente vê que é aquela pessoa bem pacata, sabe?, que vieram pra trabalhar mesmo, mas, quando chega, que vê a situação, vê como funciona o negócio... Já vi muitas e muitas. Tem umas que ganham dinheiro e vai embora; tem outras que ficam aí. E, quando não é... Que entra na droga, porque aqui a droga é solta, a droga é liberada, praticamente. Maconha, aqui não é proibida, eles fumam normal. (Ester, 48 anos, proprietária de restaurante, quatro filhos, entrevistada em 2012 na Guiana)

> Essas meninas, elas não têm coragem de enfrentar uma cozinha, enfrentar... montar um bar, ou trabalhar no restaurante; elas preferem trabalhar nesse tipo de trabalho [no cabaré]. (Mário, 46 anos, garimpeiro, dois filhos, entrevistado em 2012 na Guiana)

Segundo os garimpeiros entrevistados, independente da ocupação das mulheres no garimpo, geralmente elas escolhem os homens que estão com mais ouro no momento[610]. Por outro lado, os homens tentam, a todo custo, sair com mulheres que não estão "fazendo *ploc*". Uma das entrevistadas ouviu falar da história que ocorreu no garimpo de Cola Kreek, de um garimpeiro que ofereceu 100 gramas de ouro para a cozinheira do cabaré; ele chegou com a balança, mostrou os 100 gramas de ouro, disse que era todo o ouro que tinha e que seria dela, se fizesse um *ploc* com ele, mas ela se recusou: "Dizem, as pessoas que me contaram, que foi

[610] Isso também se percebe em garimpos no Brasil: Letícia Tedesco (op. cit.) afirma que os homens costumam investir na conquista das mulheres demonstrando seu poder aquisitivo, e os que estão sem recursos sabem que, dependendo da mulher, têm poucas chances e nem entram na disputa.

a primeira mulher que eles viram rejeitar". Assim como a história dessa cozinheira, muitas mulheres que não eram trabalhadoras do sexo diziam receber, a todo momento, ofertas de troca de sexo por dinheiro, e isso ocorria em diversos espaços, como quando estavam trabalhando em uma loja de roupas em Paramaribo. Algumas se diziam indignadas com as propostas que recebiam de brasileiros e surinameses, caso de Isadora[611] (16 anos, cozinheira no garimpo, sem filhos, entrevistada em 2012 no Suriname), que contou que o que mais a incomodava e ofendia era ser assediada na rua, pelos surinameses, mesmo estando acompanhada de um homem, e brasileiros oferecerem dinheiro para ficar com ela; um deles chegou a insistir, dizendo que lhe pagaria 10 gramas de ouro: "'Fica comigo?'. Eu falei: 'Não. Não sou *ploc*. Lugar de cabaré [é] bem aí, pode ir lá procurar'. [...] É muito ruim. A gente sente, eles rebaixam a gente também, quando eles faz isso. A gente se sente lá embaixo, eles oferecendo ouro pra ficar com a gente. Muito ruim".

Laura[612] (41 anos, vendedora de loja, três filhos, entrevistada em 2011 no Suriname) também falou sobre o assédio que brasileiras sofrem de surinameses na via pública: "Eles

[611] Isadora, 16 anos, cozinheira no garimpo, sem filhos, 1º ano do ensino médio, entrevistada em 2012 no Suriname, nasceu no interior do Pará. Antes de migrar morava com a avó materna, trabalhava como auxiliar de escritório e estudava à noite. Sua mãe, que estava no Suriname desde 2007, no final de 2011, ao saber que Isadora reprovara no 2º ano do ensino médio, chegou de surpresa ao Brasil e a levou para aquele país (foram de avião, que pegaram em Belém). Em Paramaribo ela começou a trabalhar no escritório do supermercado Transamérica e a fazer amizades com pessoas da comunidade brasileira, entre elas Marcos, com quem estabeleceu uma amizade que não agradou à esposa dele: quando o conheceu, a esposa estava na Guiana Francesa, para fazer o parto, e, ao retornar a Paramaribo e ler mensagens trocadas por eles no celular de Marcos, procurou o patrão de Isadora e ameaçou que, caso não a demitisse, a mataria ali mesmo. Foi demitida, e sua mãe, com medo, a levou para trabalhar no garimpo como cozinheira — e Isadora aguardava ansiosa a autorização da mãe para retornar ao Brasil. Ela estava no Suriname como turista.

[612] Laura nasceu em Belém e cursou até a 8ª série. Migrou para o Suriname em 2007, aos 37 anos, por medo de um ex-companheiro violento: quando casada, além de ameaçá-la de morte, ele constantemente a espancava; muitas vezes, depois de espancá-la mantinha relações sexuais com ela (estupro conjugal). Quando saiu de casa, saiu escondida, sem documentos, só com a roupa do corpo, deixando o filho na casa (já tinha duas meninas de um outro relacionamento, que moravam com sua mãe). Foi morar em São Luiz (capital do Maranhão), onde trabalhou em várias casas como doméstica e sempre sofreu assédio sexual dos patrões (os homens), sobretudo de madrugada, quando eles tentavam entrar em seu quarto (ao se estabilizar financeiramente, alugou um quarto e deixou de aceitar trabalhos em que precisasse dormir no emprego). Trabalhava em um bar quando decidiu ir para o Suriname, pois ainda se sentia ameaçada pelo ex-companheiro (que havia dito que se a encontrasse novamente, a mataria). Entrou em contato com a irmã, que morava naquele país (migrara alguns anos antes, para trabalhar em um clube; na época estava casada com um surinamês e já não atuava no mercado do sexo), que respondeu que tinha contato com o dono de um clube, e se Laura quisesse poderia lhe arrumar trabalho nele, já que não tinha como pagar sua passagem. Laura recusou, não queria atuar na prostituição. Depois de alguns meses a irmã entrou em contato dizendo que estavam precisando de cozinheira no clube La Passion, e imediatamente Laura foi para Belém, para organizar a viagem e providenciar com quem deixar as filhas (que ficaram em casas separadas, cada uma com uma tia de Laura). Os quinze dias que ficou em Belém, ficou escondida, por medo de reencontrar o ex-companheiro. Ela chegou ao clube com a dívida da passagem, e lá não trabalhava apenas como cozinheira, também limpava as áreas coletivas e lavava as roupas de algumas profissionais do sexo. Depois de sair do clube, trabalhou como empacotadeira no supermercado Transamérica, como babá de filhos de brasileiras que trabalhavam em garimpo, como arrumadeira de quarto em hotel, em serviços gerais num salão de beleza e, quando foi entrevistada (2011), era vendedora em uma loja de roupa cuja dona era brasileira. Laura contou que pensou que se casaria no Suriname, porque, como os homens, ali, não se importam que a mulher já tenha se prostituído, considerava-se em vantagem, já que nunca se prostituíra, mas viu que não era bem assim: "Uma coisa eu observei aqui: a maioria das mulheres

gritam ou sussurram: '*Be you tiki-tiki*?', '*Madame, tiki-tiki*?'. Eu digo: '*Nem*'. Ele já olha assim, né, vê que é brasileira, aí já fica, 'é, deve ser [prostituta], né'". Segundo Ana (37 anos, cabelereira e manicure, dois filhos, entrevistada em 2011 no Suriname), as brasileiras que andam sozinhas no Suriname estão sujeitas a receber propostas de sexo por dinheiro porque os nacionais as veem como "como símbolo sexual" (conforme afirmou, esse comportamento não ocorre só ali, mas também em outros países): "tu entras [sozinha em um lugar], tu recebes cantada: 'Quanto tu quer por um programa?'". A valorização da trabalhadora do sexo brasileira, no contexto do mercado do sexo nas Guianas, é reproduzida, manipulada e usada taticamente pelas mulheres dentro e fora desse mercado, mas há brasileiras que não aceitam os assédios, e entre estas, as que já conhecem o *Sranantongo* costumam reagir:

> – Homens abusados, que quando você passa na rua, porque você é brasileira, a diferença é grande assim. Quando é uma mulher da terra que está com uma roupa curta, não é taxada como puta. [...] É assim. Aí, quando uma brasileira passa com uma roupa mais indecentesinha, é porque é puta; é taxada como puta.
> – E, normalmente, eles falam alguma coisa?
> – É, falam alguma coisa, ou então te convidam pra ir pra cama, entendeu? Descaradamente. [...] Eles falam pra várias mulheres, assim, quando tu vais passando. Se tu passas na rua, eles te mexem, aí eles falam na língua deles, entendeu? [...] Eles perguntam: "Aí, *madame, tiki-tiki?*" — na língua deles, entendeu? [...] Aí, tu escroteia; se tu escroteia, eles pedem desculpa.
> – Já falaram alguma vez para ti?
> – Já! Isso é normal aqui. A mulher que disser que passou na rua e um desses abusados não falou alguma coisa, é mentira. Eles falam, assim, na maior cara de pau. (Luana, 31 anos, vendedora de loja, um filho, entrevistada em 2001 no Suriname)

Na Guiana e no Suriname, relações mais estáveis também aparecem como objetivo daquelas que não passaram pela condição de *menina de clube* ou *ploc*, uma vez que estar solteira é estar sujeita a investidas de propostas de troca de sexo por dinheiro, impondo um isolamento social não apenas às prostitutas, mas também àquelas mulheres que não estão no circuito do mercado do sexo.

10.5 A moda para a "mulher cristã": a vestimenta como marcador simbólico da diferença

As igrejas evangélicas brasileiras presentes no Suriname têm participação importante na vida dos homens e mulheres brasileiros que estão nesse país, pois são as únicas organizações de acolhimento desses migrantes, de modo que têm influência significativa nas suas relações

casadas, brasileira, né, casada, que vieram pro Suriname, elas só... se hoje têm marido, mas conheceram o marido no clube, sabe? Conheceram o marido no clube, ele tirou do clube, casou, ficou. Mas se você não vem prum clube, os homens não ligam pra você, não". Laura tinha permanência no Suriname renovável a cada dois anos.

sociais[613]. Interlocutoras contaram que, até meados dos anos 2000, havia reuniões, dentro do Diamond, para as trabalhadoras do sexo que nele atuavam, organizadas pela Igreja Pentecostal Deus é Amor, e foram proibidas pelo proprietário porque, em uma delas, ele ouviu uma das dirigentes dizer que prostituição é "pecado" e "não é boa". As mulheres, então, passaram a ir ao templo, como já faziam algumas, visivelmente identificadas entre os membros assíduos por causa das roupas mais ousadas:

> Havia palestras toda quarta feira no clube, da igreja Deus é Amor, às quatro horas, com permissão do clube. E dia de sexta-feira [as mulheres] iam à igreja. Hoje é proibido pelo atual dono, pois ele acha que as irmãs viram a cabeça das meninas, pois um dia ele ouviu uma das irmãs falarem que não era boa a prostituição. (Catarina, 34 anos, manicure, dois filhos, entrevistada em 2011 no Suriname)

A presença de igrejas evangélicas brasileiras no Suriname é bem expressiva. Há diversos templos em Paramaribo e congregações em funcionamento nas corrutelas dos garimpos. As mulheres que são membros se esforçam para se diferenciar das que não são convertidas, ou das que ainda ganham a vida na prostituição[614], e a forma mais visível é através da roupa — e em Paramaribo existem lojas de brasileiras que, de olho nesse nicho do mercado, distribuem cartazes com a propaganda de que têm roupas para a mulher evangélica (a Figura 46 mostra um desses cartazes, que foi afixado em um salão de beleza[615]).

[613] No Belenzinho tem surgido uma variedade de denominações de igrejas evangélicas, que os surinameses costumam chamar de "igrejas de brasileiros", caso das duas que se instalaram primeiro no Suriname: Deus é Amor e Assembleia de Deus, em 1994 e 1996, respectivamente (e que têm expandido o número de congregações). Outras denominações também têm sido criadas, muitas vezes por um pastor ou obreiro (membro) que saiu de uma das duas citadas (exemplo é a Igreja Evangélica Assembleia de Deus Ministério de Madureira). Sobre a instalação das "igrejas de brasileiros" no Suriname, ver ARAUJO, John da Silva. *Brasyonkerki: les églises de Brésiliens au Suriname.* 420p. Thèse (Doctorat en Anthropologie sociale et historique) - Université de Toulouse II, Toulouse, 2015.

[614] Há relatos de que, nas igrejas das corrutelas, muitas trabalhadoras do sexo costumam ajudar com trabalho voluntário. Em uma conversa com um pastor, ele contou que quando a igreja faz alguma festa, as "mulheres do cabaré" se oferecem para ajudar na limpeza, na cozinha, etc. — uma maneira de estar "perto de Deus", segundo ele.

[615] Giovana (38 anos, quatro filhos, entrevistada em 2011 no Suriname), dona de uma loja de roupas (trazidas do Brasil), explicou que fazem cartazes aquelas lojas que trabalham "mais com roupa evangélica. Aqui eu tenho roupa evangélica também. Sempre falo que eu tenho roupa evangélica". Assim como a comercialização de roupas para mulheres evangélicas, há, também, lojas, nas cidades, e sacoleiras, nos garimpos, que trabalham com peças voltadas para as trabalhadoras do sexo. Carolina Höfs (op. cit., p.67), diz que as *plocs* "são visadas não apenas pelos serviços [sexuais] que oferecem, mas porque são clientes assíduas de muitos comerciantes, que vendem, dentre outras coisas, roupas de *ploc*, sapato de *ploc*, fantasias para *ploc* e cosméticos para *ploc*".

Figura 46: Cartaz com anúncio de roupas direcionadas às brasileiras evangélicas (2011).

Muitas mulheres, após sair do clube, tornam-se membros[616] ou frequentadoras assíduas de uma igreja evangélica. Como membros são encorajadas a usar roupas que as identifiquem como evangélicas e as diferenciem das mulheres não evangélicas, e a vestimenta se tornou um importante marcador: vestidos e blusas com mangas, de modo que cubram parte do braço, e saias, ou seja, roupas que não marcam o corpo, que o cobrem mais (já as frequentadoras não têm o compromisso de mudar o estilo das roupas). Os locais que frequentam e o circuito de amizade também são observados, independente de terem migrado através da prostituição ou não.

Nas Guianas, a vestimenta, para homens e mulheres brasileiros, aparece como uma maneira simbólica de a mulher se desvencilhar do estigma de prostituta. Mas o modo de vestir prescrito por algumas denominações evangélicas não tem significado para quem não conhece esses códigos. Se entre eles essa mudança visual repercute na compreensão simbólica de que aquela mulher não é, ou não é mais, prostituta, entre os surinameses e guianenses a mudança não evoca uma outra atitude da mulher, já que eles desconhecem o código de vestimenta da evangélica brasileira, e o que sobressai é o estigma racial, que liga cada comunidade étnica a um perfil moral e psicológico: independente da roupa que se usa, a referência é a nacionalidade,

[616] Muitas mulheres dão seu testemunho na igreja, durante o culto, e nele falam de sua passagem pela prostituição. A mulher costuma se referir a ela como um momento "obscuro" de seu passado, quando não era "responsável", quando estava "precisando", e que a partir do momento em que entrou para a igreja uma "nova página" começou a ser escrita em sua vida, por caminhos mais "corretos", construindo uma explicação moral para a sua passagem pela prostituição.

e para eles a mulher brasileira é naturalmente dada à prostituição e ao sexo fácil, não importa como esteja vestida. O que está em jogo não é comportar-se ou vestir-se como uma prostituta, ser ou não ser prostituta, mas a identidade brasileira; é a comercialização do "ser de origem brasileira", de modo que as relações são construídas por categorias de gênero, sexualidade, regionalidade e nacionalidade — e a construção da mulher brasileira como prostituta e "ladra" de maridos se traduz em uma ameaça à instituição familiar. O trânsito da brasileira entre o mercado do sexo e a conjugalidade remete ao deslocamento de posições sociais e de atividades desempenhadas, e, também, ao deslocamento em termos de sexualidade.

Espaços transnacionais mostram a sexualização racial[617] em relação às brasileiras, os preconceitos, a discriminação e, muitas vezes, a violência contra elas. Paula Togni, em seu artigo sobre a experiência da imigração de jovens brasileiros em Portugal, menciona a mesma visão de mulheres locais em relação às brasileiras, como "ladras" de maridos, e "a forte vinculação nos imaginários entre 'mulher brasileira' e prostituição", o que demonstra, segundo a autora, a excessiva sexualização da mulher brasileira no país[618].

As narrativas das interlocutoras demonstram o constrangimento pelo qual passa uma migrante brasileira que circula nas Guianas sem a presença masculina. A figura do *marido*, em algumas situações, pode até amenizar o estigma no seu entorno familiar e de amizade, tanto no Brasil como nas Guianas, mas nem sempre resolve o problema do assédio sexual no território de acolhida: as interlocutoras, em sua maioria, relataram que mesmo acompanhadas de um homem eram assediadas e desrespeitadas em razão do gênero, da regionalidade e da nacionalidade.

A imagem erotizada da mulher brasileira, com recorte de "cor", originalmente produzida no Brasil, que a ligava às figuras da mulata e da negra, foi assimilada no exterior[619]. Nas Guianas a sexualidade também tem marcas de nacionalidade, por isso algumas dominicanas, e

---

[617] Realidade que, por vezes, surge em forma de piadas, como a que ouvi, meio que paralisada e surpresa, apesar da consciência de que a maioria desse tipo de piada tem cunho pejorativo e preconceituoso: um francês, na fila da alfândega no aeroporto de Marraquexe, no Marrocos, pediu-me uma caneta emprestada para preencher a ficha solicitada a todos os passageiros estrangeiros, e, ao perceber meu sotaque, fez a pergunta clássica: "Qual a tua origem?". A resposta, "brasileira", fez com que ele desse um sorriso, e então disse que conhecia uma "piada de brasileiro", que começou a contar: "Em uma festa, o Paulo encontrou um velho amigo, e, em meio a tantas lembranças, falou que no Brasil só tinha puta e jogador de futebol. Quase que de imediato, a mulher do amigo se aproxima e ele a apresenta, contando que ela é brasileira, ao que o falador diz: 'Ah!, brasileira? Já sei, é jogadora de futebol!". A minha cara de paisagem foi o suficiente para esse francês encerrar a conversa.

[618] TOGNI, Paula Christofoletti. Que "brasileiras/os" Portugal produz? Representações sobre gênero, amor e sexo. In: PISCITELLI, Adriana; ASSIS, Glaucia de Oliveira; NIETO OLIVAR, José Miguel. (Orgs.). *Gênero, sexo, amor e dinheiro: mobilidades transnacionais envolvendo o Brasil*. Campinas: Pagu/Núcleo de Estudos de Gênero, 2011, v.1. p.385-433 (p.388).

[619] PISCITELLI, Adriana. *Trânsitos: brasileiras nos mercados transnacionais do sexo*. Rio de Janeiro: Ed. UERJ, 2013.

mesmo nacionais, buscam produtos nas lojas de brasileiras[620]; os donos de clube procuram renovar o quadro de mulheres, e a nacionalidade faz parte dos critérios na sua escolha de mulheres, bem como na escolha dos clientes em relação a qual clube frequentar. Marcas do Brasil como a bandeira, e ambientes decorados em tons verde e amarelo, são predominantes nos bares e hotéis que promovem festas com o intuito de atrair não apenas mulheres e homens brasileiros, mas também homens de outras nacionalidades que estão em busca de trabalhadoras do sexo brasileiras. Nesse cenário, as mulheres brasileiras são afetadas por estereótipos discriminatórios e preconceituosos, que violam a sua liberdade de ir e vir e as deixam sujeitas a diversos tipos de assédio e violência.

O preconceito e o estigma a que as mulheres brasileiras que estão em deslocamento nas Guianas estão sujeitas aparecem, inclusive, em postos de atendimento de Imigração. Alguns homens e mulheres disseram ter presenciado situações discriminatórias com brasileiras com destino a Georgetown em pontos de fiscalização de imigrantes na fronteira Brasil-Guiana e no posto de imigração do aeroporto. Independente do motivo da viagem — eles disseram —, as mulheres são vistas, sempre, como putas, e até mesmo são motivo de piada entre os agentes da Imigração no momento em que eles perguntam o que elas vão fazer na Guiana:

> Às vezes, essas meninas, são donos [de clube] ou amigas que trazem; às vezes, tem muitas que vêm por conta própria mesmo. Só que eles [funcionários] conhecem, na Imigração ficam soltando graça; eu fico só olhando, só ouvindo. Às vezes elas dizem: "Eu vendo, eu sou vendedora". Aí eles dizem: "Vendedora de onde? Do Olímpia? Não sei de onde? Copacabana? Baroombar?" — eles ficam perguntando. Às vezes elas nem entendem, aí eu entendo, baixo a cabeça assim, e fico só ouvindo. O pessoal da própria Imigração mesmo, lá em Lethem. (Melissa[621], 50 anos, enfermeira, três filhos, entrevistada em 2012 na Guiana)

[620] O modo despojado e sensual de se vestir das brasileiras tem atraído surinamesas e dominicanas, e é cada vez mais comum que estas comprem roupas nas lojas conhecidas como de "roupas de brasileiros". O sucesso dessas lojas é tamanho que as lojas de chineses falsificam peças vendidas naquelas. Quirina (42 anos, vendedora de loja chinesa de roupa, dois filhos, entrevistada em 2012 no Suriname) contou que na loja de roupas na qual trabalhava quando foi entrevistada, a proprietária, uma chinesa, passou em uma loja das mais movimentadas em Paramaribo, de uma brasileira, comprou uma peça de cada modelo que havia chegado naquele momento e levou para a China quando foi para lá; ao retornar, trouxe várias peças iguais, para vender em sua loja.

[621] Melissa, 50 anos, enfermeira, três filhos, ensino superior, entrevistada em 2012 na Guiana, nasceu na Bahia e morou boa parte da vida em Pernambuco. Ainda na universidade, conheceu um guianense, estudante de Odontologia no Brasil: formado, ele permaneceu no Brasil, casaram-se e tiveram três filhos. Em 2007, quando Melissa tinha 45 anos de idade e 22 de casada, o marido decidiu retornar à Guiana, e ela e os filhos o acompanharam (atravessaram a fronteira de van, que pegaram em Boa Vista). Nesse país ela chegou a trabalhar em um hospital público, mas saiu por ganhar pouco (sessenta mil dólares guianenses, o equivalente a seiscentos reais ou a aproximadamente 154 euros, em 2012) e porque considerava as condições de trabalho insalubres. Quando foi entrevistada estava separada (não oficialmente) do marido havia pouco mais de um mês, e se hospedava na casa de um casal de brasileiros, pois ainda não tinha onde morar (as filhas, de 19 e 20 anos, estavam hospedadas na casa de amigos; o rapaz, de 21, estava no Brasil, para fazer vestibular). Melissa sobrevivia vendendo, informalmente, medicamentos que comprava no Brasil e realizando pequenos serviços de enfermagem (aplicação de injeção, curativos, etc.) para brasileiros. Estava no país regularmente, por ser casada com guianense.

A mulher brasileira é mostrada nos apelos eróticos comerciais em propagandas de festas nas Guianas, reforçando estereótipos. Em uma conversa com um surinamês de origem hindustana, ele contou que já havia sido casado com uma brasileira e que tinham planos para morar no Brasil, mas quando terminaram de construir a casa em que morariam, no Maranhão, ela terminou o relacionamento e voltou para o Brasil. Ele queria se casar novamente com uma brasileira, mas estava se organizando para buscar uma no Brasil, pois as do Suriname, em sua opinião, não são de confiança. Parecia obcecado com a ideia de viajar ao Brasil para conseguir uma esposa. Vale ressaltar que sua viagem se limitaria a Belém, cidade à qual é associada a origem das trabalhadoras do sexo que estão nos clubes e nos cabarés surinameses.

Como as mulheres brasileiras circulam e representam diferentes papéis, ocupações, classificações e rotulações em sua mobilidade nas Guianas? Como o papel da mulher na sociedade, o lugar do feminino, bem como códigos de conduta são acionados? A todo momento há reforço dos papéis de gênero e da dominação masculina, sem contar que nos circuitos de deslocamento é possível que as mulheres se defrontem com a violência psicológica e física, o controle financeiro, afetivo e sexual. De acordo com Michel Foucault, a sexualidade articula o corpo individual à vida natural, biológica, e, ao mesmo tempo, à vida social; é um dispositivo de saber e poder. Dentro das relações de poder ela "não é o elemento mais rígido, mas um dos dotados da maior instrumentalidade: utilizável no maior número de manobras, e podendo servir de ponto de apoio, de articulação às mais variadas estratégias"[622]. Nas Guianas os circuitos de mobilidade também estão permeados por discursos religiosos, médicos e jurídicos sobre as mulheres, os quais, na prática, são mecanismos de poder e de controle social sobre a sua sexualidade.

[622] FOUCAULT, Michel. *História da sexualidade I: a vontade de saber*. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1988, p.114.

CONCLUSÃO

A fronteira é palco de diversas interações sociais, econômicas, políticas e culturais, um espaço de negociação, dominação e conflitos. A intensificação da circulação de brasileiros nas Guianas propiciou uma dinâmica de mobilidade circulatória na região, contribuindo para a reconfiguração de relações nos territórios de múltiplas fronteiras que a compõem. Vários mercados se estruturaram e estão a todo momento se estruturando nesses territórios abrindo possibilidades para a existência de "um mundo próprio" em torno de redes de troca de bens, de ajuda, materiais, econômicas e simbólicas, as quais giram em torno do deslocamento de pessoas para a lavra do ouro, a prostituição e o comércio, reconfigurando as relações sociais e institucionais. O Estado está presente nas práticas da vida cotidiana — que são estabelecidas nos múltiplos limites entre o centro e periferia, o legal e o ilegal, o público e o privado — tendo papel decisivo na configuração dos mercados (inclusive o mercado sexual).

Nas Guianas a presença da violência é uma realidade. Durante a pesquisa de campo, armas de fogo apareceram várias vezes como objetos que fazem parte do cenário, aos quais as pessoas se habituaram sem questionar a existência, procedência, regularização ou quem eram os proprietários. O fato de haver desconfiança ou insegurança em todo lugar justifica a sua posse, para proteger a vida e o patrimônio, sobretudo para quem trabalha com a compra de ouro ou é segurança em áreas de exploração mineral. A justificativa é que ter armas é uma das formas para a prevenção de delitos e das violências institucional e interpessoal (que, às vezes, são resultado do uso abusivo de bebidas alcoólicas por brasileiros e nacionais, principalmente em áreas de garimpo). Apesar das armas de fogo, das drogas ilícitas (que também apareceram em muitos relatos) e a resolução de conflitos interpessoais pelo uso da violência, as pessoas, quando se referiam ao Suriname, a Caiena e aos garimpos da Guiana, relatavam a sensação de ter maior segurança que no Brasil. Paradoxalmente, em relação a Georgetown, houve relatos de violências relacionadas ao gênero e à sexualidade das pessoas (principalmente à noite); e, em relação a áreas de garimpo clandestinas na Guiana Francesa, muitos falaram de atos de violência que resultaram em morte.

Apesar do discurso de que nas Guianas existem organizações criminosas bem estruturadas, que lideram os tráficos de armas, de drogas e de pessoas, e o contrabando de mercadorias, e mesmo que elas existam, o mais evidente, em suas fronteiras, são as redes pessoais, dos pequenos agenciamentos, a apropriação, pelas pessoas, das oportunidades que estes territórios circulatórios oferecem, bem como a prática de resolução de conflitos pela

utilização da violência, o que mobiliza diversas formas de ilegalismos. Em se tratando de fronteiras de países do norte da América do Sul, cabe mencionar que pesquisa realizada por Marcos Alvarez e Fernando Salla sobre a violência em municípios da faixa de fronteira do Brasil, no período 1997-2009, tendo como referência as taxas de homicídio desses municípios[623], apontou que estas podem ser "indicativas da intensidade da violência interpessoal, das formas de administração dos conflitos e mesmo de processos mais amplos de recomposição de costumes"[624]. Os autores pontuam que o governo brasileiro tem voltado sua atenção para a faixa de fronteira através de diversas ações dentro da perspectiva de desenvolvimento regional, integração nacional e internacional, ampliando as políticas estatais de controle da fronteira e de defesa nacional, e de combate à ameaça de ações criminosas transfronteiriças, e, nessa linha de ação, busca aumentar a presença do poder público na região amazônica.

A violência também é uma questão presente na trajetória das mulheres. Agressões e abusos sexuais são alguns dos perigos presentes na travessia e na circulação feminina na fronteira, e além disso foram relatados casos de violência de gênero nos relacionamentos conjugais no Brasil ou no país de acolhida. Para algumas mulheres, a violência doméstica foi um dos elementos constitutivos da decisão de migrar, tanto das que decidiram ir para um clube de prostituição como para algumas que foram para trabalhar em serviços domésticos: a perspectiva era trabalhar e, também, sair do Brasil, ficar fora do alcance do marido/companheiro, ou ex, uma vez que eram ou vítimas de violência por parte dele, havendo inclusive as que sofriam ameaças de morte. Essas mulheres buscaram reconstruir a vida longe do Brasil e em segurança, mas, como os relatos de algumas apontam, migrar não significou que ficaram livres da violência de gênero, assim como de resquícios de condutas do patriarcado tradicional na sociedade.

No Brasil houve a ampliação dos mecanismos de defesa e maior rigor penal com relação ao combate à violência contra a mulher, como, por exemplo, a implementação da Lei Maria da Penha, em 2006. Isso não significa que no cotidiano o número de mulheres vítimas de seus maridos/companheiros/namorados ou ex tenha reduzido drasticamente, mas tem sido de fundamental importância no debate público, que tem propiciado o encorajamento e o aumento do número de pessoas que denunciam. Wânia Pasinato salienta que a Lei Maria da Penha foi

[623] Na época o país possuía 5.565 municípios, dos quais 588 se encontravam na faixa de fronteira, com população em torno de dez milhões de habitantes (ALVAREZ, Marcos César; SALLA, Fernando. Estado-nação, fronteiras, margens: redesenhando os espaços fronteiriços no Brasil contemporâneo. *Civitas*, v.13, n.1, p.9-26, 2013 [p.17]).
[624] Ibidem, p.16.

uma adequação aos discursos feministas de luta pela igualdade entre gêneros, e que uma das suas maiores conquistas foi o reconhecimento de que a violência contra a mulher é baseada no gênero e viola os direitos humanos, e por isso, no Brasil, após a sua implementação, tem se buscado expressar, juridicamente, que a violência doméstica, além de estar relacionada a conflitos familiares, também está relacionada à violação de direitos das mulheres[625]. O Brasil ainda precisa avançar no que diz respeito às condutas de gênero como relações sociais de poder, ter um entendimento crítico relacionado a elas, para que sociedade brasileira fique cada vez mais distante da reprodução de representações de relações estereotipadas e hierarquizadas do feminino e do masculino, que refletem diretamente sobre a conduta das pessoas no cotidiano.

Ao longo desta pesquisa, os relatos das pessoas entrevistadas reafirmam as desigualdades existentes no Brasil em relação a questões econômicas, sociais, de classe, de "raça"/etnia, bem como das relações sociais de sexo. Na mobilidade feminina, para a maioria das entrevistadas não se aplica a experiência migratória para o reagrupamento familiar: é uma mobilidade de mulheres desacompanhadas. Seu deslocamento está atrelado a uma estratégia individual, sobressaindo-se as razões econômicas como motivo, mas também aparece a fuga de condições sociais mais amplas como o machismo e relacionamentos abusivos, que muitas vezes resultam em violência contra a mulher. A decisão de migrar passa pela falta de perspectivas, principalmente para aquelas que não exerciam a prostituição no Brasil, as "novatas" na prostituição.

As mulheres que não migram para o exercício da prostituição têm, em geral, algum familiar ou conhecido da sua cidade de origem que já circula pelas Guianas, e costumam ir com trabalho previamente arrumado. No seu caso, o reagrupamento familiar não é frequente, mas tem havido deslocamento de mulheres para se juntar ao marido, que viajou antes para montar um comércio no território de acolhida ou para trabalhar no garimpo. Das 44 mulheres entrevistadas, 24 migraram para trabalhar em áreas relacionadas a serviços domésticos (uma, embora não tenha sido trabalhadora do sexo antes da viagem para o Suriname, já fora dona de cabaré na Guiana Francesa). Das 24, seis se deslocaram para o reagrupamento familiar; das seis, as que trabalhavam fora de casa, ou trabalhavam junto com o marido no comércio de mercadorias ou na mesma equipe que ele no garimpo, como cozinheiras. Dezenove mulheres migraram sabendo que iriam trabalhar no mercado do sexo: quinze através de um clube de prostituição (quatorze para clubes no Suriname, uma para um clube na Guiana), cinco para

[625] PASINATO, Wânia. Oito anos de Lei Maria da Penha: entre avanço, obstáculo e desafios. *Estudos Feministas*, v.23, n.2, p.533-545, 2015.

trabalhar em cabaré no garimpo (três como trabalhadoras do sexo, duas como gerentes). Uma, que também migrou via clube, e que não tinha atuado no mercado do sexo antes, não sabia que o destino da viagem era um deles: quem a enganou foi uma tia sua, e ela acabou aceitando a situação.

Quanto aos homens, sua mobilidade está atrelada, principalmente, a questões econômicas, e poucos levam a família ao migrar. Assim como as mulheres, eles, quando já têm filhos no Brasil, costumam deixá-los com alguém, geralmente com a esposa ou a namorada, e sobre ela recai, muitas vezes, toda a responsabilidade com a família: a maioria dos entrevistados, quando mandava dinheiro para a família, o fazia nos primeiros meses; depois, seguindo a fofoca do ouro, ia para novos espaços e estabelecia novas interações sociais, e alguns deles tinham perdido completamente o contato com os filhos no Brasil. Entrevistados que tiveram filhos com uma companheira durante a sua mobilidade, ao se separar dela lhe deixaram a responsabilidade com as crianças.

Também para as travestis/transexuais que migram para o Suriname e a Guiana, a motivação é a busca por maiores ganhos financeiros. Elas estão presentes sobretudo nos serviços de estética e beleza, e a prostituição aparece como algo ocasional; como esta não é a sua principal fonte de renda, não a consideram como trabalho. As redes sociais que elas acionam na sua mobilidade são pensadas como redes de "ajuda": o empréstimo de dinheiro para o pagamento da passagem, a hospedagem, a indicação para o trabalho ou, simplesmente, endereços e contatos para chegar ao destino — geralmente, a "ajuda" vem de outra travesti/transexual ou de proprietárias/os de salões de beleza que estão ou estiveram no país de acolhida.

Para as mulheres que saíram do Brasil para atuar no mercado do sexo, sobretudo em clubes, a ida para um deles e/ou a saída deles para trabalhar em cabaré são sedimentadas pelo acionamento de redes pessoais, entendidas pelas interlocutoras como práticas de "ajuda" por parte de quem intermediou seja a viagem, seja o deslocamento para o garimpo. A "ajuda" também era citada pelas mulheres quando se referiam àqueles que lhes deram dinheiro para pagar a dívida com o clube ou parte dela, ou à relação com o homem que partilha com elas não apenas sexo, mas afetividade, bens e o custo de sua estadia, ou parte dele, no país de acolhida. Elas utilizavam a palavra "convite" para explicar como a possibilidade de ingressar no mercado do sexo no exterior surgiu em suas vidas, o que pode ser traduzido como negação a termos como "aliciamento", uma forma de resistência, já que não se identificam no discurso de que são vítimas do tráfico de pessoas tal como é reproduzido, sobretudo através da imprensa brasileira.

O processo de agenciamento é moralmente justificado como “ajuda” porque estavam tentando, no momento em que foram abordadas, encontrar uma solução para problemas pessoais ou financeiros, ou para a falta de perspectivas, e alguém, quase sempre uma mulher, lhes trouxe uma solução. Além disso, o fato de ser um “convite” para atuar no mercado do sexo tem forte simbologia para essas mulheres: elas não se candidataram para ir, foram indicadas, escolhidas, valorizadas — soa como algo positivo ter sido convidada, seja por uma pessoa desconhecida, seja por uma pessoa conhecida ou da família. Também pelo fato de que, em geral, a mulher que intermediou a viagem foi uma amiga ou uma familiar, o discurso sobre a dívida com o clube é o de que esta é o pagamento da passagem e que precisa ser honrado, mesmo as mulheres sabendo que os valores cobrados são bem mais altos que o custo real da passagem. O pagamento da passagem, o confisco do passaporte, as regras estabelecidas pelo clube ou outros meios que este utiliza para obter lucro com o trabalho das mulheres ou sua estadia no alojamento, fazem parte de um contrato de trabalho inexistente, mas imaginado por elas, haja vista que usam o termo “trabalho” para designar a atuação na prostituição no clube, “contrato” para o período para quitar a dívida (período que nada mais é que o tempo de três meses de permanência regular no país como turistas), e “patrão” para se referir ao proprietário do clube.

As mulheres que se deslocam em contextos de prostituição para as, e nas Guianas, usam pequenos agenciadores (que as procuram ou são procurados por elas), e, principalmente, redes pessoais: amigas, conhecidas e pessoas da família. As que vão pela primeira vez para o clube, vão com dívidas; as que vão para o cabaré, usualmente chegam sem a dívida do deslocamento, e, como os homens, atraídas pela fofoca do ouro, e as “novatas” são as que mais se sujeitam às regras e artimanhas dos estabelecimentos de prostituição. Os laços pessoais inseridos nos mercados transnacionais do sexo aparecem, em seu processo de mobilidade, mais significativa e visivelmente do que redes de grupos criminosos, e as pessoas que fomentam a migração para a prostituição, embora tenham conhecimento de que podem ser implicadas legalmente, não veem em sua ação nem crime nem ilegalidade, por conta do fator “ajuda”, que é acionado, na maioria das vezes, para justificar o “convite” para a prostituição em outro país, mas reconhecem o estigma e o julgamento moral da sociedade em relação a quem nele atua, por isso a necessidade do segredo.

Muitas das entrevistadas que migraram para o Suriname via clube de prostituição levaram, depois, outra brasileira para clube, tinham ou tiveram seu próprio negócio ligado ao mercado do sexo (clube ou cabaré), tanto na Guiana como no Suriname e na Guiana Francesa. Assim, se algum dia foram tratadas como vítimas do tráfico de pessoas, podem, em outro

momento do circuito de sua mobilidade, ser implicadas criminalmente. As que levam ou contribuem para levar uma mulher para o clube ou cabaré, embora tenham conhecimento de que pode haver consequências legais, não se veem como peças-chave na engrenagem do clube e/ou como agenciadoras dos cabarés (mesmo quando recebem pela indicação ou pelo acompanhamento da trabalhadora do sexo até local), tampouco como alguém que cometeu um delito: entendem que a migração para prostituição se apresenta como resposta a um problema, que estão "ajudando" alguém a sair de condições sociais ou econômicas difíceis, por vezes extremas, sobretudo porque são francas quando lhes apresentam a nova possibilidade. São práticas e redes sociais que atravessam e compõem as economias sexuais nas Guianas.

A ideia de exploração, na percepção das entrevistadas que estiveram em clube de prostituição, aparece vinculada a questões econômicas: dívida, retenção do que se ganha até a quitação da dívida, pagamento do alojamento e de multas, pagamento pela renovação do visto de turista e da data de retorno da passagem (para as que permanecem no país por mais de três meses). Não se relaciona ao fato de terem sido convencidas a viajar para o exercício da prostituição, mas ao de não terem sido informadas sobre as reais condições de trabalho, sobretudo as rígidas regras de funcionamento do clube (sem flexibilização dos dias e horários de trabalho, a falta de autonomia para sair com um cliente do clube antes do final do expediente ou para atendê-lo no clube durante o dia, e as multas pelo descumprimento das regras), e ao de que os rendimentos são menores que os apresentados quando foram contatadas, já que sempre tinham algo a pagar para o clube. A categoria exploração era mais acionada para se reportar à passagem pelos clubes do que pelos cabarés, justamente pela inexistência, neste, da dívida, de regras rígidas e multas. Acostumadas a não ter direitos trabalhistas assegurados, uma vez que a maior parte das que tiveram acesso a emprego antes de migrar o fez de maneira informal, elas nem cogitavam a reinvindicação de tais direitos no mercado do sexo. Quanto à exploração sexual, nas suas narrativas esta ganha contornos apenas quando categorias como engano, violência física e idade (menoridade) estão presentes. Excetuando-se a que viajou sem saber que era para se prostituir, elas reforçavam, a todo momento, que não foram enganadas.

No Suriname, as mulheres chegam ao clube com uma dívida em dólares americanos e recebem em dólares surinameses. No início, não sabem fazer a equivalência para o real, não conhecem a língua e o país, e demora para aprenderem a lidar com a nova realidade, o que dificulta a gestão da dívida, e, consequentemente, muitas adiam o seu pagamento, apesar da lógica de que existe um compromisso, um "contrato", que precisa ser respeitado. Segundo a delegada da Adidância da Polícia Federal no Suriname (entrevistada em 2012), as dívidas contraídas pelas brasileiras com a viagem "são valores pagáveis", por isso as autoridades

surinamesas justificam que pouco podem fazer. De fato, são valores pagáveis, mas muitas não conseguem pagar com facilidade, rapidez e sozinhas: ao longo da estada no clube, há um sucessivo endividamento, outros valores são agregados à dívida inicial, e geralmente é necessário o envolvimento de clientes para pagá-los, já que o que ganham em SRDs é insignificante diante da dívida que precisam quitar em USDs. Quanto aos clientes que as ajudam a pagar a dívida com o clube, muitas vezes elas estabelecem relações amorosas com aqueles ao sair deste, e eles se tornam *fixos* ou *maridos*, categorias nas quais está implícita a ajuda financeira para a mulher.

Observando a trajetória das mulheres no seu circuito de mobilidade para as, e nas Guianas, é importante retomar a questão da indústria migratória. As análises realizadas por David Kyle sobre a mercantilização da migração clandestina no Equador mostram o papel do "mercador da migração" (o intermediário) nesse processo, e as diversas atividades econômicas e políticas que são acionadas durante a mobilidade migratória. A indústria da migração está correlacionada com o controle de fronteira, e, quanto mais esta é controlada, mais lucrativa é a mercantilização do migrante, tendo em conta que a migração internacional não está apenas no plano individual, também está atrelada a diversos setores econômicos que excitam a, e contribuem para a travessia[626] — e, na Guiana e no Suriname, também o Estado se beneficia da presença de brasileiras e brasileiros, uma vez que o ganho financeiro destes, sobretudo o ganho advindo do garimpo, injeta valores significativos na economia local.

Neste contexto de análise de mercantilização do migrante, e da indústria que se estrutura em torno dele, seja ela legal ou ilegal, observa-se a dinâmica da mobilidade de mulheres brasileiras para a prostituição analisada nesta tese, e um fluxo que beneficia financeiramente não apenas donos de clubes, mas, também, agências de viagem, quem agencia a viagem, advogados, taxistas e intérpretes, os quais, por vezes, são interlocutores da mulher com o clube — e este se beneficia com a renovação de seu quadro funcional, e, posteriormente, com aluguéis, multas, renovação do visto de turista e da data da passagem de retorno, devolução do passaporte, entre outras formas de exploração econômica que são visíveis. No Suriname, o ciclo de negociação em torno da mobilidade das trabalhadoras do sexo continua em seu deslocamento do clube para o cabaré, caso a/o proprietária/o deste último não as tenha contatado diretamente, pois os pequenos agenciadores de *plocs* são bem diversificados: desde de taxistas até donas de casa amigas da/o proprietária/o podem ganhar com a indicação delas.

[626] KYLE, David. *Transnational peasants: migrations, networks, and ethnicity in Andean Ecuador*. Baltimore: Johns Hopkins University Press, 2000.

Nos últimos anos alguns cabarés começam a ficar autônomos em relação às trabalhadoras do sexo que saem dos clubes, já não dependem tanto delas porque estão recrutando mulheres no Brasil. Donas de cabarés entrevistadas, que diziam recrutar apenas trabalhadoras do sexo experientes que já se encontravam no Suriname, justificavam essa nova situação dizendo que "as mulheres estão muito espertas", começam a não querer, mais, ficar quinze dias no local, caso não esteja tendo o ganho esperado, ou querem negociar outros benefícios. Nesse novo formato, entre as brasileiras que viajam para o exercício da prostituição em cabarés também existem "novatas" nessa atividade. Essas situações demonstram que os cabarés estão se adequando aos moldes dos clubes.

Existe adaptação da prostituição conforme a sociedade na qual ela está sendo exercida[627], o que aponta para a necessidade de considerar o fato de que cada país tem seus instrumentos normativos, os quais facilitam ou dificultam o exercício daquela. Não se pode perder de vista que existem conflitos entre os diversos atores envolvidos nas relações estabelecidas durante a mobilidade, e é importante pensar nos que surgem entre as estruturas administrativas do Estado e o mercado do sexo. Nas Guianas, as brasileiras que migram para atuar no mercado do sexo se adaptam a ele e o recriam, contornando os meandros legais e simbólicos que o envolvem. Por sua vez, o mercado do sexo cria e recria estruturas que tentam distanciar as trabalhadoras do sexo dos marcadores ou dos indícios de tráfico de pessoas mencionados no *Protocolo de Palermo*, entre eles o engano, a ameaça e a violência — por isso, o controle das mulheres pelo clube se dá, em geral, por meio de multas, de descontos semanais dos valores que elas recebem dos clientes, pela retenção do passaporte e pela pressão para que aumentem o número de clientes, e a justificativa é de que os valores do aluguel aumentarão caso diminuam os lucros do estabelecimento.

Na Guiana e no Suriname, os clubes, que são registrados como hotéis e/ou bares, estão constantemente mudando sua estratégia de funcionamento para se desvencilhar de situações que possam lhes trazer problemas legais. O cenário observado nos clubes é uma tentativa de camuflar o tipo de serviço que vendem, num evidente desrespeito às trabalhadoras do sexo, que, por desconhecerem o idioma e o aspecto jurídico da prostituição no país, aliando-se a isso o fato de que há um comprometimento moral de pagar a dívida "combinada" com quem as "ajudou", acreditam ter contratos que precisam ser cumpridos, abrindo caminho para reais e potenciais procedimentos criminais contra elas, afinal nunca precisam esconder das autoridades

[627] WELZER-LANG, Daniel; BARBOSA, Odette; MATHIEU, Lilian. *Prostitution: les uns, les unes et les autres.* Paris: Éditions Métailié, 1994.

que elas ofertam serviços sexuais, mesmo que em ambos o exercício da prostituição seja ilegal. Nesse contexto estão presentes jogos de poder interagindo com componentes transgressores que são sustentados por elementos econômicos, normativos e políticos.

A migração de mulheres brasileiras para as Guianas costuma ser interpretada como migração para prostituição, sobretudo se a mulher parte de Belém, em uma visão estereotipada da sua mobilidade, e, em se tratando do Suriname e da Guiana, está cristalizada a concepção de que a maioria das brasileiras que circulam por esses dois países é vítima do tráfico internacional de pessoas para fins de exploração sexual; com relação à Guiana Francesa[628], esse discurso já foi mais forte, mas ainda está presente. De modo geral, as mulheres brasileiras que migram para o Suriname para atuar na prostituição não se veem como vítimas, e sim como pessoas que tentam mudar o rumo de sua vida e da de seus familiares. Mas as entrevistadas costumavam dizer que não serviam para ser prostitutas, que a atividade requer "aptidão", "gosto", que ficariam pouco tempo na prostituição: "tratar logo de sair"— e "aquilo não é para mim" era a frase mais comum entre as que já não eram trabalhadoras do sexo. Assim, a prostituição, para a maioria delas, era uma possibilidade de passagem para uma melhor condição socioeconômica, necessária para o futuro dos filhos e o bem-estar dos avós, que em geral se ocuparam dos filhos quando elas foram. Contudo, nem todas tiveram sucesso em sua mobilidade: a pesquisa revelou que, para muitas das "novatas", o sucesso depende da saída do mercado do sexo, que pode se dar por arranjos com clientes, de pagamento parcial ou total da dívida, e pelo casamento/amigamento, o que pouco ajuda no empoderamento delas, pois mesmo as que trabalham em outra atividade ainda estão atreladas ao suporte financeiro de um homem, até porque o estigma da mulher brasileira sem *marido* é uma realidade nas Guianas.

A migração via prostituição, na voz da maioria das interlocutoras, aparece sob o tripé do conhecimento prévio, do consentimento e do provisório, o que pode ser traduzido como uma estratégia de emancipação econômica e de mobilidade social, em vez de "aptidão" ou projeto para atuar no mercado do sexo. Elas não aceitavam a condição de vítimas, seja do tráfico de pessoas, seja da prostituição, principalmente porque não foram enganadas e não sofreram violência física. Para brasileiros e brasileiras entrevistados, conhecimento prévio significa que não houve engano, e consentimento significa que não houve uso da força, ou seja, trata-se de prostituição "livre" — o que não quer dizer que elas não tiveram seus direitos humanos desrespeitados, pois embora afirmassem que em nenhum momento de sua trajetória como

[628] Para mais informações sobre o discurso da imprensa sobre as Guianas, principalmente a Guiana Francesa, ver POLICE, Gérard. *€udorado: le discours brésilien sur la Guyane française.* Matoury : Ibis Rouge Editions, 2010.

meninas de clube ou *plocs* tenham sofrido violência física por parte das/dos donas/os de clubes ou cabarés, em suas narrativas aparecem elementos de coerção, intimidação, manipulação e vigilância constante por parte daqueles. Nesse contexto, é de fundamental importância analisar os processos migratórios ligados ao mercado do sexo nas Guianas a partir da experiência das pessoas que vivenciaram o universo das economias sexuais dessa região, uma vez que nela há trajetórias e situações diversas, que não podem ser tratadas de forma homogênea. O campo mostrou que, ao tratar da questão da migração para prostituição na atualidade, é preciso prudência, não dá para tomá-la simplesmente como sinônimo de tráfico de pessoas — isso, sem esquecer que existem vítimas de tráfico de pessoas para fins sexuais.

No Suriname, outras nacionalidades, que não a brasileira, têm ganhado espaço no mercado do sexo, com mulheres oriundas da América do Sul e, principalmente, da República Dominicana (América Central) — e o número de dominicanas também tem crescido na Guiana Francesa. As/os interlocutoras/es desta pesquisa atribuíam essa situação ao fato de que muitas mulheres brasileiras já conhecem a forma de migrar com uma dívida com o clube, e por isso procuram outros meios de atravessar a fronteira; as que ainda aceitam ir para o clube, seria por falta de conhecimento ou de recursos.

Quando relatórios de organizações internacionais de direitos humanos ou de instituições de fomento econômico acusam a Guiana e o Suriname de não tomarem providências em relação ao, ou que pouco fazem para resolver o problema do tráfico de pessoas, seus governos tentam mostrar uma imagem diferente da imagem neles apresentada, e, como resultado de tais relatórios, a polícia realiza novas fiscalizações nos estabelecimentos, para verificar a presença de menores e mulheres indocumentadas. Na Guiana, algumas dessas ações já resultaram em inquéritos contra donas/os de clubes por favorecimento à prostituição e na deportação de mulheres migrantes; no Suriname, usualmente o resultado da fiscalização em razão desses relatórios é a deportação de mulheres.

No Suriname, nos últimos anos a imprensa local tem noticiado algumas discussões de representantes de órgãos públicos sobre a possibilidade de regulamentar a prostituição no país, mas não há consenso entre regularizar ou não. Nelas, chama a atenção a proposta de se realizar ações policiais para coibir a prostituição e a de criminalizar os proprietários de estabelecimentos que a ofertam, mas o alvo, na maioria das discussões, são os cabarés, pois há o entendimento de que se há vítimas de tráfico de pessoas, é neles que elas estão, já que nos clubes são realizadas, frequentemente, ações por agentes do Estado — que, na verdade, se utilizam do poder a eles atribuídos para tornar a prostituição ilegal em "permitida" nesses espaços.

No Brasil, onde a imprensa (tanto a escrita como a televisiva) associa diretamente a prostituição na região das Guianas ao tráfico de pessoas, organizações não governamentais têm sido criadas, sobretudo na Região Norte, tendo esse crime como foco de atenção. As denúncias da existência de supostas vítimas nas Guianas também é preocupação de autoridades brasileiras da área de fiscalização de fronteira, e o governo tem realizado campanhas para conscientizar sobre esse crime e buscado a adequação da legislação. Em suma, têm se ampliado os olhares, os debates, a ações governamentais e educativas para as mulheres em deslocamento para as Guianas, assim como há o reforço e a reatualização de "pânicos morais". Tais efeitos estão relacionados a mudanças de comportamento tanto dos locais destinados à prostituição como das mulheres em mobilidade para o mercado do sexo. Essas e outras questões têm contribuído para o aumento do número de mulheres de outras nacionalidades no mercado do sexo nas Guianas, dando a este menos visibilidade ao tirar de foco a presença expressiva de brasileiras.

Na narrativa das pessoas entrevistadas é visível a apropriação do discurso, sobretudo propagado pela mídia brasileira, da migração para prostituição atrelada ao tráfico de pessoas, e de certas categorias referentes a esse crime. Uma das entrevistadas chegou a mencionar o "tráfico de escravas brancas" ao falar sobre o tema; outra, afirmou que mulheres menores de 18 anos que migram para prostituição no Suriname são vítimas do tráfico de pessoas, ao mesmo tempo em que negou que a sua migração tivesse relação com ele, mesmo tendo migrado via clube aos 17 anos, com documentos adulterados pela pessoa que a agenciou.

A marginalização e a estigmatização que pesam sobre as trabalhadoras do sexo, no caso específico do campo aqui analisado, são potencializadas pela situação de fronteira, de "margem" do Estado, e pelas condições sociais instituídas em regiões de garimpo, sobretudo porque elas interagem em espaços transnacionais circulatórios. Isso faz com que algumas mulheres que circulam no mercado do sexo nas Guianas neguem, à família, sua vinculação com a prostituição; quando elas não escodem sua situação, é a família que pode não contar, na sociedade em que está inserida, para qual local a mulher foi, e isso mesmo no caso daquelas que não migraram para trabalhar no mercado do sexo. Algumas mulheres entrevistadas viajaram sem dizer que iam para o Suriname, uma vez que a migração feminina para esse país, como já mencionado, é automaticamente vinculada, no Brasil, pelos meios de comunicação e no imaginário das pessoas, sobretudo as da Região Norte, à prostituição e ao tráfico de seres humanos.

No Suriname, de modo geral as brasileiras que se prostituem veem o trabalho do sexo como algo provisório, uma passagem de três meses por um clube, para ganhar dinheiro rápido e retornar, ou seja, o que está em jogo é a mobilidade econômica. No entanto, embora o dinheiro

que ganham chegue em espécie e rápido, nem todas conseguem o montante prometido ou idealizado, e por isso buscam espaços mais lucrativos, seja em serviços sexuais, seja em outras atividades, em Paramaribo ou no garimpo — e a ida para o garimpo põe em pauta o próprio controle sobre o seu projeto de mobilidade, já que, ao sair do clube, se não estão casadas ou com um *fixo*, poderiam optar pela volta ao Brasil, mas começam a circular entre os espaços sociais de interação de brasileiros, uma vez que saem daquele para trabalhar no cabaré com a perspectiva de maiores lucros.

Nas Guianas, a mobilidade das mulheres, vinculada à prostituição e ao garimpo, não é homogênea e tem como efeito a inserção em um mercado de trabalho informal e precário. A maioria delas não está inserida no mercado transnacional do sexo, mas em um contexto de reatualização de situações que contribui para a permanência de desigualdades permeadas por marcadores de gênero, muitas vezes retroalimentadas pelas próprias mulheres. As que estão inseridas no mercado transnacional do sexo se deslocam entre Guiana, Suriname, Guiana Francesa, Brasil, América Central e Europa buscando alcançar um mercado do sexo mais lucrativo a partir de suas redes de contato, sem descartar a possibilidade de ascender ao casamento e finalizar a carreira de trabalhadora do sexo.

Em uma perspectiva de trabalho temporário no mercado do sexo, os clubes de prostituição da Guiana e do Suriname servem de trampolim para mulheres brasileiras migrarem para esses países, principalmente aquelas que não exercem a prostituição antes do deslocamento — e o garimpo disputa parte dessas mulheres, o que contribui para a permanência delas nas Guianas e possibilita que acessem outros espaços além do cabaré, relacionados a serviços domésticos (principalmente como cozinheiras), comércio (na cantina e como sacoleiras), empreendedorismo (donas de cabarés e de máquinas de extração de ouro nas áreas de mineração; donas de lojas) e serviços (manicure e pedicure; cabeleireira), seguindo uma lógica que a maioria delas já segue no Brasil, o trabalho em atividades informais e provisórias, mal remuneradas, sem direitos trabalhistas assegurados, pois sua circulação nas Guianas se dá não apenas espacialmente, mas também laboralmente, já que num dia são prostitutas e, a qualquer momento, podem conseguir uma vaga como cozinheira no garimpo; em outro momento, ganhar de presente, do *marido* ou do *fixo*, dinheiro para montar um cabaré; e, em outro, com o seu próprio dinheiro, comprar uma máquina de extração de ouro, invadindo um espaço masculino nas áreas de mineração (nesse caso, elas têm um administrador da equipe de trabalho, ou seja, não estão presentes no local de extração mineral). Muitas mulheres que trabalharam como gerentes de clube no Suriname ou que haviam estado em clubes nesse país, que haviam agenciado mulheres de Belém, durante a pesquisa de campo nas Guianas (2011 e 2012) eram

donas de máquina de extração de ouro, cozinheiras, ou tinham voltado para o Brasil ou casado, o que demonstra que, na mobilidade no circuito do mercado do sexo, aquelas podem ser atividades temporárias, seguindo a mesma lógica das trabalhadoras do sexo que não agenciaram mulheres ou não foram gerentes de clubes. O percurso de mobilidade emerge conforme papéis de gênero, geração e prioridades econômicas.

Embora a expressão "ganhar dinheiro" tenha aparecido com frequência nas narrativas das mulheres entrevistadas quando falavam de prostituição, ela não significa, sempre, desejo de enriquecimento, pois muitas vezes era justificativa para a estratégia utilizada (estigmatizada e moralmente desqualificada pela sociedade tanto no garimpo como na cidade) para alcançar o ganho econômico que lhes permitiria autorrealização e autonomias afetiva e financeira. Mas, mesmo que elas estivessem em diversos circuitos de mobilidade laboral, em poucos casos se pode afirmar que houve empoderamento dessas mulheres, e a "ajuda" dada por um homem era sempre necessária. O que elas têm, de concreto, é a possibilidade de trabalho ("não falta trabalho"), e, apesar de algumas terem conseguido a casa própria ou pagar para os filhos escola privada ou faculdade, esta não é a regra. Assim como muitos homens que, com o passar do tempo, deixaram de enviar dinheiro para a família, havia mulheres que também não o faziam, ou o faziam apenas em ocasiões pontuais e emergenciais, de modo que quem ficou com as crianças provisoriamente se transformou em responsável por tempo indeterminado; outras, não mandavam dinheiro regularmente por falta de organização ou porque o dinheiro que tinham só era suficiente para as despesas pessoais — mas, ao contrário de muitos deles, as mulheres mantinham contato com a família no Brasil.

A mobilidade constante de homens e mulheres brasileiros em áreas de garimpo das Guianas e a diversificada forma de se adaptarem aos espaços e às atividades laborais contribuem para o "saber circular" — formulação de Alain Tarrius[629] —, que está imbricado na construção de redes de relações sólidas e adaptáveis aos contextos que se apresentam. Atravessar a fronteira e circular nesse território plural (Guianas) não é apenas percorrer estradas, rios e caminhos no meio da floresta; é, também, se apropriar dele social e simbolicamente, construindo novos espaços e contornando dispositivos de controle.

O deslocamento entre o "mato" e a "rua" (garimpo e cidade) não é, necessariamente, um movimento que representa a instalação e a inserção social no país de acolhida, porque é um deslocamento bastante flexível e conectado com outros circuitos de dimensões transnacionais.

[629] TARRIUS, Alain. Territoires circulatoires et étapes urbaines des transmigrant(e)s. *Regards croisés sur l'économie* - Economie politique des migrations, v.2, n.8, p.63-70, 2010.

Entre o "mato" e a "rua" circulam pessoas, mercadorias, modos de agir, de dialogar, de comportamento, de se vestir, que estão ligados a diferentes mecanismos de gestão e a normas formais e informais bem consolidados.

O projeto de curta temporada no Suriname e na Guiana, assim como as idas para a Guiana Francesa a partir do Suriname, com a perspectiva de retorno definitivo ao Brasil, com o passar do tempo se transforma, para alguns homens e mulheres, em idas e vindas nesses territórios, mas aquele permanece forte no desejo e no discurso desses migrantes; para outros, permanece o velho desejo de curta temporada sem que se deem conta de que vivem um sentimento de provisório que se aproxima mais da instalação no país de acolhida do que de retorno ao país de origem. Mesmo as travestis/transexuais, que afirmavam a certeza de retorno, cogitavam ir para países de Primeiro Mundo, seja para trabalhar como manicures ou cabeleireiras, seja como trabalhadoras do sexo. O retorno definitivo ao país de origem se dá, com mais frequência, em situações especiais, como, por exemplo, por problemas de saúde.

O vaivém de alguns homens e mulheres entrevistados, entre o Brasil e o país de acolhimento, não era percebido por eles como algo cíclico, uma vez que o vaivém entre a "rua" e o "mato" tem a mesma lógica do trajeto de retorno à cidade natal: uma situação temporária, uma circulação que faz parte do cotidiano, uma vivência entre a cidade de partida e os vários espaços de acolhida, de modo que a circulação nas Guianas acaba por substituir o projeto de retorno definitivo ao Brasil. A circulação funciona como elemento principal da sua mobilidade naquela região e propicia a construção de trajetórias e fluxos diversos, mas, em razão das relações de proximidade da rede social estabelecida e de os fluxos serem determinados pela fofoca do ouro, não existem direções privilegiadas; são tais relações e a fofoca do ouro que estabelecem os eixos circulatórios e as atividades laborais nos quais estão envolvidos homens e mulheres: eles, em garimpo; elas, do clube para o cabaré, do cabaré para a cozinha ou o comércio, entre outras possibilidades, e, em sua mobilidade, estão sempre se reposicionando em seus diversos papéis de mulher, mãe, chefe de família e trabalhadora.

Os homens e mulheres entrevistados expressam, em suas narrativas, disparidades econômicas, sociais e de poder vividas cotidianamente em países socialmente desiguais, onde as pessoas não acessam plenamente direitos de cidadania. Chama a atenção a determinação das mulheres, que, frente a diversas situações permeadas por violência, dificuldades, desigualdades, preconceito e racismo, continuam buscando novas possibilidades e oportunidades, que se estendem para filhos e familiares, geralmente relacionadas à realização do sonho da casa própria e à criação de mecanismos que propiciem aos filhos a ascensão social através da educação. Quando falavam sobre o que lhes atrai no país de acolhida, diziam que nas Guianas existem

possibilidades de trabalho, mesmo para quem tem baixa escolaridade (que no Brasil é um empecilho para a inserção no mercado de trabalho), a segurança pública (esta, um dos atrativos mais mencionados) e, por fim, o acesso à educação pública de qualidade para as crianças e a possibilidade, para elas, de aprendizagem de outra língua, o que abriria possibilidades de cursar a universidade em outro país.

As políticas e ações governamentais relacionadas ao antitráfico de pessoas, seus inúmeros efeitos no aumento do controle e do policiamento de fronteiras, e no aumento da mobilidade de trabalhadoras do sexo, já foram analisados por diversos autores, que apontam a necessidade de se rever as estratégias e ações centradas no controle de projetos migratórios, na vitimização, na criminalização e no resgate das mulheres que exercem a prostituição no exterior[630], e a pesquisa empírica realizada para esta tese corrobora essa necessidade. As análises e as lógicas precisam se voltar, mais, para a exclusão social e as desigualdades de gênero existentes no Brasil, de modo que as estratégias de intervenção social sejam capazes de atingir as reais necessidades das mulheres, promover a sua inclusão social e o pleno exercício da cidadania, para que a prostituição não seja um caminho para fugir da violência doméstica, do desemprego e da falta de perspectivas — mas é importante lembrar que muitas mulheres brasileiras que estão no Suriname como trabalhadoras do sexo já resolveram suas questões econômicas e optaram por permanecer no exercício da prostituição.

O cenário do mercado do sexo aqui apresentado mostra a necessidade de se ter um olhar atento para as mulheres cuja mobilidade é definida para o exercício da prostituição (principalmente aquelas com dívida), uma vez que de "vítimas" podem ser transformadas em "culpadas", implicadas legalmente pelo crime de tráfico de pessoas ou exploração da prostituição, porque tanto na Guiana como no Suriname o exercício da prostituição é ilegal. Segundo casos relatados pelas/os interlocutoras/es, mulheres "apontadas" como vítimas de tráfico ou como exercendo ilegalmente a prostituição, por autoridades do Suriname e da Guiana, foram deportadas como migrantes ilegais, ou seja, o acolhimento e a proteção à suposta "vítima" não foram acionados. Por outro lado, nas redes de "ajuda" elas se tornam alvos fáceis de serem criminalizadas, em função da negligência dos órgãos estatais e do acionamento de instrumentos normativos apenas quando é conveniente a esses órgãos.

Milena Jakšić, a partir de pesquisa sobre o tráfico de pessoas na França, realizada com magistrados, advogados, policiais e associações que trabalham com a proteção de vítimas desse crime, problematiza o discurso da "vítima ideal" (comprada, vendida e explorada) e da "vítima

[630] Para uma relação de autores que discutem essas questões, ver nota 112.

culpada" (por migração irregular e pela abordagem de possíveis clientes - *racolage*), isto é, o fato de a vítima do tráfico de pessoas, objeto de atenção dos direitos humanos, se transformar em ameaça para agentes do Estado, passando da condição de vítima à de culpada[631]. Esse cenário se aproxima do discurso que circula nas Guianas entre agentes do Estado com relação às mulheres que contraíram dívida para o deslocamento para um clube de prostituição, pelo fato de que elas sabiam que iriam se prostituir e porque se encontram em situação irregular no país.

É reducionista analisar a mobilidade de brasileiras nas Guianas tendo como chave o discurso do tráfico internacional de seres humanos para exploração sexual. Permanecer nessa lógica traz o risco de que importantes diferenças de deslocamento, bem como dados pertinentes ao mercado do sexo, permaneçam ocultos, e contribui para a estigmatização, o preconceito e a perpetuação de situações de exploração de trabalho, extorsão, chantagem e violação de direitos humanos em que muitas se encontram, reforçando desigualdades sociais, de classe, de "raça"/etnia e as relações sociais de sexo. Além disso, outras questões relacionadas ao deslocamento de brasileiras e brasileiros nas Guianas, como trabalho precário, violência e vulnerabilidade social, em situação migratória regular ou irregular, não terão espaço na agenda governamental surinamesa e nem em ações estatais brasileiras, assim deixando de lado históricas demandas migratórias de brasileiros no exterior. Na narrativa de muitas/os entrevistadas/os fica clara a desconfiança e a insatisfação com os serviços prestados pelos consulados brasileiros nas Guianas e na Holanda, e inclusive teve quem reclamou de tratamento discriminatório em função da classe social. Igrejas, associações e ONGs com trabalhos voltados para cidadãos brasileiros presentes nesses territórios, muitas vezes são acionadas para ajudar quando brasileiras/os estão em situações de vulnerabilidade, mas nem sempre conseguem dar o suporte necessário, devido à gravidade ou à complexidade do problema[632]. A maioria dos brasileiros e brasileiras que estão nos "territórios circulatórios" das Guianas se encontra à margem de qualquer programa estatal de seguridade social, seja neles, seja no Brasil, e isso tem impactos e consequências sérios quando retornam ao Brasil por problemas de saúde ou com idade que os impeça de se inserir no mercado de trabalho, sem contar aqueles cujos retornos são cíclicos, com períodos de investimento no Brasil, no setor de micro e pequenos negócios, e no setor informal precário, que são setores que os deixam à margem de programas de seguridade

[631] JAKŠIĆ, Milena. *La traite des êtres humains en France: de la victime idéale à la victime coupable*. Paris: CNRS Éditions, 2016.

[632] A questão carcerária de brasileiros nas Guianas, por exemplo, embora não tenha sido analisada nesta tese, apareceu na maioria das entrevistas: contavam de pessoas presas que já poderiam estar em liberdade, pessoas que estavam sem qualquer suporte jurídico. Como a escolaridade dos migrantes é baixa, em geral não falam o idioma do país de acolhida e nem todos têm familiares no local, isso dificulta o acesso aos mecanismos legais de defesa.

social, o que significa problemas de inserção social e na hora de se aposentar. O governo brasileiro precisa se voltar mais seriamente para esses migrantes.

BIBLIOGRAFIA

AGUSTÍN, Laura Maria. La industria del sexo, los migrantes y la familia europea. *Cadernos Pagu*, n.25, p.107-128, 2005.

AGUSTÍN, Laura Maria. *Sex at the margins: migration, labour markets and the rescue industry*. London: Zed Books, 2007.

ALBUQUERQUE, José Lindomar Coelho. *Imigração em territórios fronteiriços*. In: CONGRESSO PORTUGUÊS DE SOCIOLOGIA, 6: Mundos sociais: saberes e práticas, Lisboa, 26 a 28 de junho de 2008. 13p. Disponível em: http://www.scielo.br/pdf/ccrh/v23n60/v23n60a09.pdf. Acesso: 12 de julho de 2016.

ALGEMEEN BUREAU VOOR DE STATISTIEK IN SURINAME. *ABS Census Uitslag 2012*. 1p. Disponível em: http://www.statistics-suriname.org/index.php/censuskantoor/abs-census-uitslag-2012. Acesso: 8 de novembro de 2016.

ALVAREZ, Marcos César; SALLA, Fernando. Estado-Nação, fronteiras, margens: redesenhando os espaços fronteiriços no Brasil contemporâneo. *Civitas*, v.13, n.1, p.9-26, 2013.

ALVAREZ, Marcos César; SALLA, Fernando. *Violência e fronteiras no Brasil: tensões e conflitos nas margens do Estado-nação*. In: ENCONTRO ANUAL DA ANPOCS, 34. Caxambu, 25 a 29 de outubro de 2010. 31p. Disponível em: http://www.anpocs.com/index.php/papers-34-encontro/st-8/st37-1. Acesso: 10 de janeiro de 2016.

ANTONIUS-SMITS, Christel et al. Gold and commercial sex: exploring the link between small-scale gold mining and commercial sex in the rainforest of Suriname. In: KEMPADOO, Kamala. (Ed.). *Sun, sex, and gold. Tourism and sex work in the Caribbean*. Lanham: Rowman & Littlefield, 1999. p.237-259.

ARAGÓN, Luis E. Apresentação. In: ARAGÓN, Luis E. (Org.). *Migração internacional na Pan-Amazônia*. Belém: Naea/UFPA, 2009. p.5-6.

ARAUJO, John da Silva. *Brasyonkerki: les églises de brésiliens au Suriname*. 420p. Thèse (Doctorat Antropologie sociale et historique) - Université de Toulouse II, Toulouse, 2015.

ARAUJO, John da Silva. *O "Oriente" no "Ocidente": observando o islã no Suriname*. 170p. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) - Universidade Federal do Pará, Belém, 2009.

ARAUJO, Osvaldina dos Santos. *O controle da atividade policial: um olhar sobre a Ouvidoria do Sistema de Segurança Pública do Estado do Pará*. 179p. Dissertação (Mestrado em Sociologia) - Universidade de São Paulo, São Paulo, 2008.

ARAUJO, Osvaldina dos Santos. *O educador e a formação do policial militar no CFAP*. 122p. Monografia (Especialização em Gestão de Sistemas Educacionais) - Universidade Federal do Pará, Belém, 2002.

AROUCK, Ronaldo de Camargo. *Brasileiros na Guiana Francesa: fronteiras e construção de alteridades*. Belém: UFPA/Naea, 2002.

ARY, Thalita Carneiro. *O tráfico de pessoas em três dimensões: evolução, globalização e a rota Brasil-Europa*. 159p. Dissertação (Mestrado em Relações Internacionais) - Universidade de Brasília, Brasília, 2009.

ASIS, Maruja M.B. Le "marché" des migrations féminines en Asie. In: ALTERNATIVES SUD. *Genèse et enjeux des migrations internationales*. Paris: Centre Tricontinental et Éditions Syllepse, 2004. p.39-44.

ASSOCIAÇÃO DE UNIVERSIDADES AMAZÔNICAS. *Dossiê trabalhadores brasileiros em Suriname: condições de trabalho e reivindicações trabalhistas*. Belém: AUA, 2013.

AUSSERER, Caroline. *Controle em nome da proteção: análise crítica dos discursos sobre tráfico internacional de pessoas*. 170p. Dissertação (Mestrado em Relações Internacionais) - Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2007.

BEAUVOIR, Simone de. *O segundo sexo*. 2.ed. São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1967.

BERNSTEIN, Elizabeth. Militarized humanitarianism meets carceral feminism: the politics of sex, rights, and freedom in contemporary antitrafficking campaigns. *Signs: Journal of Women in Culture and Society*, v.36, n.1, p.45-71, 2010.

BERTAUX, Daniel. *L'enquête et ses méthodes: le récit de vie*. 3.éd. Paris: Armand Colin, 2013.

BLANCHETTE, Thaddeus Gregory; SILVA, Ana Paula da. As rotas da PESTRAF: empreendedorismo moral e a invenção do tráfico de pessoas no Brasil. *Ártemis*, v.18, n.1, p.12-27, 2014.

BLANCHETTE, Thaddeus; SILVA, Ana Paula da. O mito de Maria, uma traficada exemplar: confrontando leituras mitológicas do tráfico com as experiências de migrantes brasileiros, trabalhadores do sexo. *Revista Interdisciplinar da Mobilidade Humana*, v.19, n.37, p.79-105, 2011.

BLANCHETTE, Thaddeus Gregory; SILVA, Ana Paula da. On bullshit and the trafficking of women: moral entrepreneurs and the invention of trafficking of persons in Brazil. *Dialectical Anthropology*, v.36, p.107-125, 2012.

BORDES-BENAYON, Chantal. Culture et rituels en mouvement. In: BABY-COLLIN, Virginie et al. (Dirs.). *Migrants des Suds*. Montpellier: Éditions IRD et PUM, 2009. p.387-392.

BODY MODIFICATION EZINE. [sem título]. Disponível em: https://www.bme.com/. Acesso: 12 de outubro 2016.

BOURDIEU, Pierre. *O poder simbólico*. 6.ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2003.

BOURDIEU, Pierre. *La domination masculine*. Saint-Amand-Montrond: Éditions du Seuil, 1998.

BRASIL. *Lei nº 11.106, de 28 de março de 2005*. Publicada em 29.3.2005. (Altera os arts. 148, 215, 216, 226, 227, 231 e acrescenta o art. 231-A ao Decreto-Lei no 2.848, de 7 de dezembro de 1940 – Código Penal e dá outras providências.) Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2005/lei/l11106.htm. Acesso: 7 de fevereiro de 2017.

BRASIL. *Lei no 12.015, de 7 de agosto de 2009*. Publicada em 10.8.2009. (Altera o Título VI da Parte Especial do Decreto-Lei no 2.848, de 7 de dezembro de 1940 - Código Penal, e o art. 1o da Lei no 8.072, de 25 de julho de 1990, que dispõe sobre os crimes hediondos, nos termos do inciso XLIII do art. 5o da Constituição Federal e revoga a Lei no 2.252, de 1o de julho de 1954, que trata de corrupção de menores.) Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2009/lei/l12015.htm. Acesso: 22 de dezembro de 2010.

BRASIL. *Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990*. Publicada em 16.7.1990. (Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências.) Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L8069.htm. Acesso: 12 de dezembro de 2016.

BRASIL. Ministério da Justiça. *Segurança pública nas fronteiras: sumário executivo: estratégia nacional de segurança pública nas fronteiras*. Brasília: Ministério da Justiça e Cidadania- Secretaria Nacional de Segurança Pública, 2016.

BRASIL. Ministério da Justiça. Secretaria Nacional de Justiça. *Pesquisa ENAFRON: diagnóstico sobre tráfico de pessoas nas áreas de fronteira*. Brasília: Ministério da Justiça-Secretaria Nacional de Justiça, 2013.

BRASIL. Secretaria Nacional de Justiça. *Indícios de tráfico de pessoas no universo de deportadas e não admitidas que regressam ao Brasil via o aeroporto de Guarulhos*. Brasília: Ministério da Justiça, 2006.

BRAZ, Camilo Albuquerque de. *Além da pele: um olhar antropológico sobre a* body modification *em São Paulo*. 181p. Dissertação (Mestrado em Antropologia) - Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2006.

CAILLÉ, Alain. *L'idée même de richesse*. Paris: La Découverte, 2012.

CÂMARA DOS DEPUTADOS. *Relatório da Comissão Parlamentar de Inquérito destinada a investigar o avanço e a impunidade do narcotráfico*. Brasília: Câmara dos Deputados, 2000.

CARNET, Pauline. Da ambivalência do Estado espanhol diante das condições de passagem e instalação dos migrantes africanos "clandestinos". In: PERALVA, Angelina; TELLES, Vera da Silva. (Orgs.). *Ilegalismos na globalização: migrações, trabalho, mercados*. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ, 2015. p.75-95.

CASTIGLIONI, Aurélia H. Migraçãoc: abordagens teóricas. In: ARAGÓN, Luis E. (Org.). *Migração internacional na Pan-Amazônia*. Belém: Naea/UFPA, 2009. p.39-57.

CASTILHO, Ela Wiecko V. de. A criminalização do tráfico de mulheres: proteção das mulheres ou reforço da violência de gênero?. *Cadernos Pagu* - Dossiê Gênero no Tráfico de Pessoas, n.31, p.101-123, 2008.

CASTILHO, Ela Wiecko V. de. *A legislação penal brasileira sobre tráfico de pessoas e imigração ilegal/irregular frente aos protocolos adicionais à convenção de Palermo*. Cascais,

2006. (Texto apresentado no I Seminário Luso Brasileiro sobre Tráfico de Pessoas e Imigração Ilegal.)

CENTRAL INTELLIGENCE AGENCY. Center for the Study of Intelligence. *The world factbook. Country comparison to the world*. Disponível em: https://www.cia.gov/library/publications/the-world-factbook/fields/2156.html#ns. Acesso: 15 de março de 2016.

CHAPKIS, Wendy. Soft glove, punishing fist: the trafficking victims protection act of 2000. In: BERNSTEIN, Elizabeth; SCHAFFNER, Laurie. (Coords.). *Regulating sex: the politics of intimacy and identity*. New York: Routledge, 2005. p.51-67.

CHAPKIS, Wendy. Trafficking, migration and the law: protecting innocents, punishing immigrants. *Gender and Society*, v.16, n.6, p.923-937, 2003.

CHAUMONT, Jean Michel. *Le mythe de la traite des blanches. Enquête sur la fabrication d'un fléau*. Paris: La Découverte, 2009.

CONFERÊNCIA INTERNACIONAL DO TRABALHO - 93ª REUNIÃO 2005. *Uma aliança global sobre o trabalho forçado - relatório global do seguimento da declaração da OIT sobre princípios e direitos fundamentais no trabalho*. Tradução de Edilson Alkmim Cunha. Brasília: OIT, 2005.

CONFERÊNCIA SOBRE QUESTÕES DE GÊNERO NA IMIGRAÇÃO BRASILEIRA, 1. *Documentos de base*, juin 2015. 67p. Disponível em : http://www.brasileirosnomundo.itamaraty.gov.br/noticias/i-conferencia-sobre-questoes-de-genero-na-imigracao-brasileira/Documentos_base.docx. Acesso : 12 de abril de 2016.

CONGRESSO NACIONAL. *Relatório final da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito - criada por meio do requerimento nº 02, de 2003-CN, "com a finalidade investigar as situações de violência e redes de exploração sexual de crianças e adolescentes no Brasil"*. Brasília, julho de 2004. 579p. Disponível em: http//www2.senado.leg.br/bdsf/item/id/84599. Acesso: 30 de maio de 2016.

CORBIN, Hisakhana Pahoona. *Brazilian migration to Guyana as a livelihood strategy: a case study approach*. 177p. Mestrado (Dissertação em Planejamento do Desenvolvimento) - Universidade Federal do Pará, Belém, 2007.

CORTES, Geneviève; FARET, Laurent. La circulation migratoire dans “l’ordre des mobilités”. In: CORTES Geneviève; FARET Laurent. (Orgs.). *Les circulations transnationales: lire les turbulences migratoires contemporaines*. Paris: Armand Colin, 2009. p.7-19. (Collection U. Sciences humaines et sociales)

COSTA, Luciano Rodrigues. Os garimpos clandestinos de ouro em minas: tradição e mudança. *História & Perspectivas*, p.247-279, 2007.

DAS, Veena. The signature of the State. The paradox of illegibility. In: DAS, Veena; POOLE, Deborah. (Eds.). *Anthropology in the margin of the State*. Santa Fé: School of American Research, 2004. p.225-252.

DAS, Veena; POOLE, Deborah. State and its margins: comparative ethnographies. In: DAS, Veena; POOLE, Deborah. (Eds.). *Anthropology in the margins of the State*. Santa Fé: School of American Research Press, 2004. p.3-33.

DE VRIES, Petras. ‘White slaves’ in a Colonial Nation: the Dutch Campaign against the Traffic in Women in the Early Twentieth Century. *Social & Legal Studies*, v.14, n.1, p.39-60, 2005.

DEUS, Amadeu Lima de. *“Na vida tenho experiência”: uma etnografia sobre narrativas e memórias de travestis/transexuais envelhescentes em Belém do Pará*. 88p. TCC (Graduação em Ciências Sociais) - Universidade Federal do Pará, Belém, 2014.

DIAS, Claudia Sérvulo da Cunha. (Coord.). *Tráfico de pessoas para fins de exploração sexual*. Brasília: OIT, 2005.

DIAS, Guilherme Mansur. *Migração e crime: desconstrução das políticas de segurança e tráfico de pessoas*. 318p. Tese (Doutorado em Antropologia Social) - Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2014.

DIAS, Guilherme Mansur; SPRANDEL, Marcia Anita. Reflexões sobre políticas para migrações e tráfico de pessoas no Brasil. *Revista Interdisciplinar da Mobilidade Humana*, v.19, n.37, p.59-77, 2011.

DOEZEMA, Jo. Loose women or lost women? The re-emergence of the myth of 'white slavery' in contemporary discourses of ‘trafficking in women’. *Gender Issues*, v.18, n.1, p.23-50, 2000.

DUPUY, Francis. Des esclaves marrons aux Bushinenge: le marronnage et ses suites dans la région des Guyanes. *Cahier d’histoire - revue d’histoire critique*, n.89, p.29-39, 2002.

FACEBOOK. [sem título]. Disponível em: https://www.facebook.com/perola.eventos.96?ref=ts&fref=ts. Acesso : 2 de março de 2016.

FACEBOOK. [sem título]. Disponível em: https://www.facebook.com/RockiesBrazilianSportsBar/?fref=ts. 2. Acesso: 2 de março de 2016.

FACEBOOK. [sem título]. Disponível em: https://www.facebook.com/pages/Bigode/156706777833762. 2 de março de 2016.

FILIPE, Anabela Ferreira. *Tráfico de seres humanos: análise de uma escravatura contemporânea*. 240p. Dissertação (Mestrado em Comportamentos Desviantes e Ciências Criminais) - Universidade de Lisboa, Lisboa, 2008.

FONDATION SCELLES. *La prostitution adulte en Europe*. Ramonville Saint-Agne: Éditions Érès, 2002.

FONDATION SCELLES. *Rapport mondial sur l'exploitation sexuelle: la prostitution au coeur du crime organisé*. Paris: Economica, 2012.

FOUCAULT, Michel. *História da sexualidade I: a vontade de saber*. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1988.

FOUCAULT, Michel. *Microfísica do poder*. Organização e tradução de Roberto Machado. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1979.

FRANÇA, Maria Stela de Campos. *Apanjaht: a expressão da sociedade plural no Suriname*. 228p. Tese (Doutorado em Antropologia Social) - Universidade de Brasília, Brasília, 2004.

GIL, Françoise. *Prostitution: fantasmes et réalités*. Issy-les-Moulineaux: ESF Éditeur, 2012.

GOFFMAN, Erving. *Estigma: notas sobre a manipulação da identidade deteriorada*. 4.ed. Rio de Janeiro: LTC, 1988.

GOOGLE MAPS. [sem título]. Disponível em: https://www.google.com.br/maps/@4.0030885,-60.0662641,6z?hl=fr. Acesso: 15 de maio de 2016.

GRUPO DAVIDA. Prostitutas, "traficadas" e pânicos morais: uma análise da produção de fatos em pesquisas sobre o "tráfico de seres humanos". *Cadernos Pagu*, n.25, p.153-184, 2005.

GUIENNE, Véronique. *La prostitution: une catégorie sociale construite*. In: DANET, Jean; GUIENNE, Véronique. (Dirs.). *Action publique et prostitution*. Rennes: Presses Universitaires de Rennes, 2006. p.19-33.

GUILLEMAUT, Françoise. Trafics et migrations de femmes, une hypocrisie au service des pays riches. *Hommes et migrations* - Femmes contre les violences, n.1248, p.75-87, 2004.

GUILLEMAUT, Françoise; SAMSON, Martine Schutz. *Travail du sexe et mobilité en Guyane, des défis pour la lutte contre le VIH/sida*. Antilles-Guyane: Ministère du Travail, de l'Emploi et de la Santé/Direction Générale de la Santé - DGS/RI 2, Bureau des infections par le VIH, les IST et les hépatites, 2011.

HAZEU, Marcel Theodoor. *Migração internacional de mulheres na periferia de Belém. Identidades, famílias transnacionais e redes migratórias em uma cidade na Amazônia*. 178p. Dissertação (Mestrado em Planejamento do Desenvolvimento) - Universidade Federal do Pará, Belém, 2011.

HIRATA, Daniel. Segurança pública e fronteiras: apontamentos a partir do "Arco Norte". *Ciência e Cultura*, v.67, n.2, p.30-34, 2015.

HÖFS, Carolina Carret. O barco vai se levando: retrato de uma imigrante brasileira em Paramaribo, Suriname. *Revista Interdisciplinar da Mobilidade Humana*, v.15, n.29, p.47-70, 2007.

HÖFS, Carolina Carret. *Yu kan vertrouw mi: você pode confiar*. 174p. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) - Universidade de Brasília, Brasília, 2006.

ILLES, Paulo; TIMÓTEO, Gabrielle Louise Soares; PEREIRA, Elaine da Silva. Tráfico de pessoas para fins de exploração do trabalho na cidade de São Paulo. *Cadernos Pagu* - Dossiê Gênero no Tráfico de Pessoas, v.31, p.199-217, 2008.

INTERNATIONAL ORGANIZATION FOR MIGRATION. *Data and research on human trafficking: a global survey*. Geneva: IOM, 2002.

JAKŠIĆ, Milena. La traite des êtres humains en France: de la victime idéale à la victime coupable. Paris: CNRS Éditions, 2016.

JUBITHANA-FERNAND, Andrea. International migration in Suriname. In: ARAGÓN, Luis E. (Org.). *Migração internacional na Pan-Amazônia*. Belém: Naea/UFPA, 2009. p.185-204.

KEMPADOO, Kamala. Mudando o debate sobre o tráfico de mulheres. *Cadernos Pagu*, n.25, p.55-78, 2005.

KERGOAT, Danièle. Divisão sexual do trabalho e relações sociais de sexo. In: TEIXEIRA, Marli et al. (Orgs.). *Trabalho e cidadania ativa para as mulheres: desafios para as políticas públicas*. São Paulo: Coordenadoria Especial da Mulher, 2003. p.55-64.

KLESSE, Christian. 'Modern primitivism': non-mainstream body modification and racialized representation. *Body & Society*, v.5, n.2-3, p.15-38, 1999.

KULICK, Don. *Travesti: sex, gender and culture among Brazilian transgendered prostitutes*. Chicago: The University of Chicago Press, 1998.

KYLE, David. *Transnational peasants: migrations, networks, and ethnicity in Andean Ecuador*. Baltimore: Johns Hopkins University Press, 2000.

KYLE, David; GOLDSTEIN, Rachel. Indústrias migratórias: uma comparação entre os casos Equador-Estados Unidos e Equador-Espanha. In: PERALVA, Angelina; TELLES, Vera da Silva. (Orgs.). *Ilegalismos na globalização: migrações, trabalho, mercados*. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ, 2015. p.96-117.

KYLE, David; LIANG, Zai. Migration Merchants: Hu man Smuggling from Ecuador and China. *Working Papers*, n.43, p.1-29. San Diego: The Center for Comparative Immigration Studies-University of California, 2001.

LEAL, Maria Lúcia; LEAL, Maria de Fátima P. (Orgs.). *Pesquisa sobre tráfico de mulheres, crianças e adolescentes para fins de exploração sexual comercial - PESTRAF: relatório nacional - Brasil*. Brasília: Cecria, 2002.

LPM NEWS NOTÍCIAS. *Dois brasileiros foram assassinados no garimpo do "Alipossan" no Suriname*. 20 de janeiro de 2016. Disponível em: http://lpmnews.com/dois-brasileiros-foram-assassinados-no-garimpo-do-alipossan-no-suriname-veja-as-fotos/. Acesso: 13 de abril de 2016.

MACÉ, Éric. Ce que les normes de genre font aux corps / Ce que les corps trans font aux normes de genre. *Sociologie*, v.1, n.4, p.497-515, 2010.

MACÉ, Éric. *L'après-patriarcat*. Paris, Seuil, 2015.

MACHADO, Lia Zanotta. Famílias e individualismo: tendências contemporâneas no Brasil. *Interface - Comunicação, Saúde, Educação*, v.4, n.8, p.11-26, 2001.

MAIA, Suzana. Cosmopolitismo, desejo e afetos: sobre mulheres brasileiras e seus amigos transnacionais. In: PISCITELLI, Adriana; ASSIS, Glaucia de Oliveira; OLIVAR, José Miguel Nieto. (Orgs.). *Gênero, sexo, amor e dinheiro: mobilidades transnacionais envolvendo o Brasil*. Campinas: Pagu/Núcleo de Estudos de Gênero, 2011. v.1. p.363-383.

MARCUS, George. Ethnography in/of the world system: the emergence of multi-sited ethnography. *Annual Review of Anthropology*, v.24, p.95-117, 1995.

MARINUCCI, Roberto. *Brasileiros e brasileiras no exterior: apresentação de dados recentes do Ministério das Relações Exteriores*. Março de 2008. 20p. Disponível em: http://www.csem.org.br/2008/roberto_marinucci_brasileiros_e_brasileiras_no_exterior_segundo_dados_do_mre_junho2008.pdf. Acesso: 2 de dezembro de 2016.

MARTINS, Carmentilla das Chagas. A migração internacional nos quadros da cooperação transfronteiriça franco-brasileira. In: ENCONTRO ANUAL DA ANPOCS, 36. *Anais...* Águas de Lindoia, 21 a 25 de outubro de 2012. São Paulo: Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais, 2012. p.1-30.

MATHIEU, Lilian. *La condition prostituée*. Paris: Les Éditions Textuel, 2007.

MATHIEU, Lilian. *La fin du tapin. Sociologie de la croisade pour l'abolition de la prostitution*. Paris: Éditions Nouvelles François Bourin, 2013.

MAUSS, Marcel. *Essai sur le don. Forme et raison de l'échange dans les sociétés archaïques*. Paris: PUF, 2007.

MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES. Departamento Consular e de Brasileiros no Exterior-DCB. Divisão das Comunidades Brasileiras no Exterior-DBR. *Consulado Itinerante em Benzdorp - Suriname.* Brasília: DCB, março 2012.

MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES DO BRASIL. *Brasileiros no mundo: estimativas*. Brasília, julho de 2008. 24p. Disponível em: http://www.brasileirosnomundo.itamaraty.gov.br/a-comunidade/estimativas-populacionais-das-comunidades/Brasileiros%20no%20Mundo%20-%20Estimativas.pdf/view. Acesso: 2 de dezembro de 2016.

MOROKVASIC, Mirjana. Les oiseaux de passage sont aussi des femmes. In: PICHÉ, Victor (Org.). *Les théories de la migration*. Paris: Ined Éditions, 2013. p.249-268.

MOUJOUD, Nasima; TEIXEIRA, Maria. Migration e trafic de femmes. In: HANDMAN, Marie Elisabeth; MOSSUZ-LAVAU, Janine. (Dirs.). *La prostitution à Paris*. Paris: Éditions La Martinière, 2005. p.377-395.

OLIVAR, José Miguel Nieto. Performatividades governamentais de fronteira: a produção do Estado e da fronteira por meio de políticas de tráfico de pessoas na Amazônia brasileira. *Revista Ambivalências*, v.3, n.5, p.149-182, 2015.

OLIVEIRA, Rafael da Silva. Garimpeiros no Suriname: panorama histórico e atuais implicações. *Meridiano 47*, v.12, n.125, p.53-60, 2011.

OLIVEIRA, Rafael da Silva. *Mobilidades transgressoras, geografias ignoradas: itinerários e emaranhamentos envolvendo territorialidades de garimpeiros no Suriname*. 400p. Tese (Doutorado em Geografia Humana) - Universidade de São Paulo, São Paulo, 2013.

OLIVEIRA, Rafael da Silva; RIBEIRO, José Paulo. *Wortubuku Sranantongo para brasileiros*. Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, 2011.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. *Convenção das Nações Unidas contra o crime organizado transnacional*. Nova York, 15 de novembro de 2000.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. *Protocolo adicional à convenção das Nações Unidas contra o crime organizado e transnacional, contra a fabricação e o tráfico ilícito de armas de fogo, suas peças e componentes e munições*. Nova York, 15 de novembro de 2000.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. *Protocolo adicional à convenção das Nações Unidas contra o crime organizado transnacional relativo à prevenção, repressão e punição do tráfico de pessoas, em especial mulheres e crianças*. Nova York, 15 de novembro de 2000.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. *Protocolo adicional à convenção das Nações Unidas contra o crime organizado e transnacional, relativo ao combate ao tráfico de migrantes por via terrestre, marítima e aérea*. Nova York, 15 de novembro de 2000.

OSO, Laura; CATARINO, Christine. Femmes chefs de ménage et migration. In BISILLIAT, Jeanne. (Dir.). *Femmes du Sud, chefs de famille*. Paris: Éditions Karthala, 1996. p.61-97.

OSO CASAS, Laura. *Estrategias migratorias de las mujeres ecuatorianas y colombianas en situación irregular: servicio doméstico y prostitución en Galicia, Madrid y Pamplona*. 2003. Disponível em: http://www.mmo.gr/pdf/library/Spain/laura_oso_en%20espanol.pdf. Acesso: 7 de setembro de 2016.

OSO CASAS, Laura. Prostitution et immigration des femmes latino-américaines en Espagne. *Cahiers du genre*, - Travail et mondialisation - Confrontations Nord / Sud, v.1, n.40, p.91-103, 2006.

PASINATO, Wânia. Dez anos de lei maria da penha. O que queremos comemorar? *SUR - Revista Internacional de Direitos Humanos*, v.13, n.24, p.155-163, 2016.

PASINATO, Wânia. Oito anos de Lei Maria da Penha: entre avanço, obstáculo e desafios. *Estudos Feministas*, v.23, n.2, p.533-545, 2015.

PATARRA, Neide Lopes; BAENINGER, Rosana. Mobilidade espacial da população no Mercosul, metrópoles e fronteira. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, v.21, n.60, p.83-181, 2006.

PELLERIN, Hélène. De la migration à la mobilité: changement de paradigme dans la gestion migratoire. Le cas du Canada. *Revue européenne des migrations internationales*, v.27, n.2, p.57-75, 2011.

PELÚCIO, Larissa. Corpos indóceis – a gramática erótica do sexo transnacional e as travestis que desafiam fronteiras. In: SOUZA, Luiz Antônio Francisco de; SABATINE, Thiago Teixeira; MAGALHÃES, Boris Ribeiro de. (Orgs.). *Michel Foucault: sexualidade, corpo e direito*. Marília: Oficina Universitária, 2011. p.105-131.

PELÚCIO, Larissa. *"Eu me cuido, mona" – saúde, gênero e corporalidade entre travestis que se prostituem*. 11p. Texto apresentado no Seminário Homofobia, Identidades e Cidadania GLBTTT - mesa Tavestilidades e Transexualidades. Florianópolis, setembro de 2007.

PELÚCIO, Larissa. Na noite nem todos os gatos são pardos: notas sobre a prostituição travesti. *Cadernos Pagu*, n.25, p.217-248, 2005.

PERALVA, Angelina. Questão de drogas e de mercados. *Contemporânea* - Dossiê violência, crime e teoria social, v.5, n.1, p.19-36, 2015.

PERALVA, Angelina; SINHORETTO, Jacqueline; GALLO, Fernanda de Almeida. *Economia da droga, instituições e política: os casos de São Paulo e Acre na CPI do Narcotráfico*. In: ENCONTRO ANUAL DA ANPOCS, 34. Caxambu, 25 a 29 de outubro de 2010. 26p. Disponível em: http://www.anpocs.com/index.php/papers-34-encontro/st-8/st37-1/1741-aperalva-economia/file. Acesso em: 4 de junho de 2015.

PERALVA, Angelina; SINHORETTO, Jacqueline; GALLO, Fernanda de Almeida. Economia da droga, instituições e política no Brasil: a CPI do narcotráfico. In: AZAÏS, Christian; KESSLER, Gabriel; TELLES, Vera da Silva. (Orgs.). *Ilegalismos, cidade e política*. Belo Horizonte: Fino Traço Ed., 2012. p. 199-228.

PERALVA, Angelina; TELLES, Vera da Silva. Apresentação. In: PERALVA, Angelina; TELLES, Vera da Silva (Orgs.). *Ilegalismos na globalização: migrações, trabalho, mercados*. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ, 2015. p.9-25.

PEREIRA, Mariana Cunha. *A ponte imaginária: o trânsito de etnias na fronteira Brasil-Guiana*. 181p. Tese (Doutorado em Antropologia Social) - Universidade de Brasília, Brasília, 2005.

PEREIRA, Mariana Cunha. Processo migratório na fronteira Brasil-Guiana. *Estudos Avançados*, v.20, n.57, p.209-219, 2006.

PICHÉ, Victor. Les fondements des théories migratoires contemporaines. In: PICHÉ, Victor (Org.). *Les théories de la migration*. Paris: Ined Éditions, 2013. p.19-60.

PINTO, Manoel de Jesus de Souza. *O fetiche do emprego: um estudo sobre relações de trabalho de brasileiros na Guiana Francesa*. 273p. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Sustentável dos Trópicos Úmidos) - Universidade Federal do Pará, Belém, 2008.

PINTO, Manoel de Jesus de Souza. Por uma "sociologia da clandestinidade" no estudo da presença de brasileiros na Guiana Francesa. In: ARAGÓN, Luis E. (Org.). *Migração internacional na Pan-Amazônia*. Belém: Naea/UFPA, 2009. p.237-253.

PIRES, Beatriz Ferreira. *Piercing / Implante / Escarificação / Tatuagem: o corpo como suporte da arte*. 233p. Dissertação (Mestrado em Artes) - Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2001.

PISCITELLI, Adriana. Amor, apego e interesse: trocas sexuais, econômicas e afetivas em cenários transnacionais. In: PISCITELLI, Adriana; ASSIS, Glaucia de Oliveira; OLIVAR, José Miguel Nieto. (Orgs.). *Gênero, sexo, amor e dinheiro: mobilidades transnacionais envolvendo o Brasil*. Campinas: Pagu/Núcleo de Estudos de Gênero, 2011. v.1. p.537-582.

PISCITELLI, Adriana. Brasileiras na indústria transnacional do sexo. *Nuevo Mundo, Mundos Nuevos*. 12.3.2007. Disponível em: http://nuevomundo.revues.org/3744. Acesso: 30 de outubro de 2014.

PISCITELLI, Adriana. Economias sexuais, amor e tráfico de pessoas: novas questões conceituais. *Cadernos Pagu* [online], n.47, e16475, p.1-31, 2016.

PISCITELLI, Adriana. Entre as "máfias" e a "ajuda": a construção de conhecimento sobre tráfico de pessoas. *Cadernos Pagu* - Dossiê Gênero no Tráfico de Pessoas, n.31, p.29-63, 2008.

PISCITELLI, Adriana. Sexo tropical em um país europeu: migração de brasileiras para a Itália no marco do "turismo sexual" internacional. *Estudos Feministas*, v.15, n.3, p.717-744, 2007.

PISCITELLI, Adriana. Sujeição ou subversão: migrantes brasileiras na indústria do sexo na Espanha. *História e Perspectivas*, n.35, p.13-55, 2006.

PISCITELLI, Adriana. *Trânsitos: brasileiras nos mercados transnacionais do sexo*. Rio de Janeiro: Ed. UERJ, 2013.

PISCITELLI, Adriana; LOWENKRON, Laura. Categorias em movimento: a gestão de vítimas do tráfico de pessoas na Espanha e no Brasil. *Ciência e Cultura*, v.67, n.2, p.35-39, 2015.

PISCITELLI, Adriana; VASCONCELOS, Marcia. Apresentação. *Cadernos Pagu* - Dossiê Gênero no Tráfico de Pessoas, n.31, p.9-28, 2008.

POLICE, Gérard. *€udorado: le discours brésilien sur la Guyane française.* Matoury: Ibis Rouge Editions, 2010.

PORTES, Alejandro. La mondialisation par le bas: l'émergence des communautés transnationales. *Actes de la recherche en sciences sociales* - Délits d'immigration, v.129, n.1, p.15-25, 1999.

POULIN, Richard. *La mondialisation des industries du sexe: prostitution, pornographie, traite des femmes et des enfants*. Paris: Éditions Imago, 2011.

PRICE, Richard. *Les premiers temps: la conception de l'histoire des marrons saamaka*. La Roque d'Anthéron: Vents d'ailleurs, 2013.

PRICE, Richard. *Peuple Saramaka contre état du Suriname: combat pour la fôret et les droits de l'homme*. Paris: IRD, Karthala/Ciresc, 2012. (Coll. Esclavages)

PRICE, Richard. Quilombolas e direitos humanos no Suriname. *Horizontes Antropológicos*, v.5, n.10, p.203-241, 1999.

PRICE, Richard; PRICE, Sally. *Les marrons*. 2.éd. La Roque d'Anthéron: Vents d'ailleurs, 2004.

PROGRAMA DE ENFRENTAMENTO DO TRÁFICO DE PESSOAS. (Coord.). *Tráfico internacional de pessoas e tráfico de migrantes entre deportados(as) e não admitidos(as) que regressam ao Brasil via o aeroporto internacional de São Paulo*. Brasília: Ministério da Justiça/Organização Internacional do Trabalho, 2007.

QUEIROZ, Maria Isaura Pereira de. *Variações sobre a técnica de gravador no registro da informação viva*. São Paulo: Ceru/FFLCH, 1991.

RIBEIRO, Fernando Rosa. A construção da nação (pós-) colonial: África do Sul e Suriname, 1933-1948. *Estudos Afro-Asiáticos*, v.24, n.3, p.483-512, 2002.

RIBEIRO, Fernando Rosa. O encontro (pós-colonial): "raça", história e território no Brasil, África do Sul e Caribe. *Universitas: Relações Internacionais*, v.2, n.2, p.83-107, 2004.

RICHARD, Jérôme. L'émergence d'une politique criminelle européenne autour de la prostitution: un outil bruyant pour la résonance d'un ordre publique continental. In: DANET, Jean; GUIENNE, Véronique. (Dirs.). *Action publique et prostitution*. Rennes: Presses Universitaires de Rennes, 2006. p.65-77.

RODRIGUES, Francilene dos Santos. Configuração migratória no lugar Guayana: uma análise da migração na tríplice fronteira Brasil-Venezuela-Guiana. In: ARAGÓN, Luis E. (Org.). *Migração internacional na Pan-Amazônia*. Belém: Naea/UFPA, 2009. p.223-236.

RODRIGUES, Francilene dos Santos. *"Garimpando" a sociedade roraimense: uma análise da conjuntura sócio-política*. 133p. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido) - Universidade Federal do Pará, Belém, 1996.

RODRIGUES, Francilene dos Santos. Migração transfronteiriça na Venezuela. *Estudos Avançados*, v.20, n.57, p.197-206, 2006.

RODRIGUES, Thaís de Camargo. *O tráfico internacional de pessoas para fim de exploração sexual e a questão do consentimento*. 204p. Dissertação (Mestrado em Direito Penal) - Universidade de São Paulo, São Paulo, 2012.

ROMERO, Simon. Guyana: Caught in Brazil's Net? Small Nation, New to Free Markets, Fears Loss of Its Identity. *The New York Times*, 30 mars, 2000. Disponível em: http://www.nytimes.com/2000/03/30/business/guyana-caught-brazil-s-net-small-nation-new-free-markets-fears-loss-its-identity.html. Acesso: 2 de dezembro de 2016.

SALLA, Fernando; ALVAREZ, Marcos César; BALLESTEROS, Paula R. Violencia y fronteras en Brasil. In: CARRIÓN, Fernando; ESPÍN, Johanna. (Coords.). *Relaciones fronterizas: encuentros y conflictos*. Quito: Crearimagen, 2011. p.187-201.

SILVA, Ana Paula da; BENTO, Andressa Raylane; BLANCHETTE, Thaddeus Gregory. Sonho de Cinderela: uma análise estrutural de um mito sobre o tráfico de pessoas. In: GUERALDI, Michelle. (Org.). *Desafios para o enfrentamento ao tráfico de pessoas*. Brasília: Ministério da Justiça-Secretaria Nacional de Justiça-Coordenação de Enfrentamento ao Tráfico De Pessoas, 2014. p.138-168. (Cadernos temáticos sobre tráfico de pessoas; v.5)

SILVA, Ana Paula da; BLANCHETTE, Thaddeus Gregory. Mulheres vulneráveis e meninas más. In: MINISTÉRIO DA JUSTIÇA-SECRETARIA NACIONAL DE JUSTIÇA. *I Prêmio Libertas: enfrentamento ao tráfico de pessoas*. Brasília: Secretaria Nacional de Justiça-Ministério da Justiça, 2010. p.147-188. (Série pesquisas e estudos)

SILVA, Jacqueline Oliveira. (Coord.). *O tráfico de seres humanos para fins de exploração sexual no Rio Grande do Sul: informe de pesquisa*. Porto Alegre: Secretaria Nacional de Justiça-Ministério da Justiça/UNODC, 2005.

SIMONIAN, Ligia. T. Lopes; FERREIRA, Rubens da Silva. Trabalho e vida em terra estrangeira: o caso dos imigrantes brasileiros na Guiana Francesa. *História Revista*, v.10, n.2, p.227-352, 2005.

SMITH, Andreza do Socorro Pantoja de Oliveira. *Travestis e transmulheres: rotas e conexões de protagonistas de tráfico para exploração sexual*. 209p. Tese (Doutorado em Direito) - Universidade Federal do Pará, Belém, 2016.

SODIREITOS; GAATW-REDLAC. *Pesquisa tri-nacional sobre tráfico de mulheres do Brasil e da República Dominicana para o Suriname: uma intervenção em rede*. Coordenação de Marcel Hazeu. Belém: Sodireitos, 2008.

SPRANDEL, Marcia Anita; DIAS, Guilherme Mansur. A temática do tráfico de pessoas no contexto brasileiro. *Revista Interdisciplinar da Mobilidade Humana*, v.18, n.35, p.155-170, 2010.

SPRANDEL, Marcia et al. *Jornadas transatlânticas: uma pesquisa exploratória sobre tráfico de seres humanos do Brasil para Itália e Portugal*. Brasília: Ministério da Justiça, 2011.

STICHTING MAXI LINDER ASSOCIATION. *Indept interviews with sex workers from the Dominican Republica and Brazil in Paramaribo and Nieuw Nickerie*. Paramaribo: SMLA, 2008.

STICHTING MAXI LINDER ASSOCIATION. *Profile of clubs and informal sexual locations in Paramaribo and Nieuw Nickerie*. Paramaribo: SMLA, 2001.

TARRIUS, Alain. Au-delà des États-nations: des sociétés de migrants. *Revue européenne des migrations internationales*, v.17, n.2, p.37-61, 2001.

TARRIUS, Alain. *Migrants internationaux et nouveaux réseaux criminels*. Canet: Éditions Trabucaire, 2010.

TARRIUS, Alain. Territoires circulatoires et étapes urbaines des transmigrant(e)s. *Regards croisés sur l'économie* - Economie politique des migrations, v.2, n.8, p.63-70, 2010.

TEDESCO, Letícia da Luz. *No trecho dos garimpos: mobilidade, gênero e modos de viver na garimpagem de ouro amazônica*. 412p. Tese (Doutorado em Antropologia Social e Antropologia Social e Cultural) - Universidade Federal do Rio Grande do Sul/Vrije Universiteit Amsterdam, Amsterdam, 2015.

TELLES, Vera da Silva. *A cidade nas fronteiras do legal e ilegal*. Belo Horizonte: Argvmentvm, 2010.

THEIJE, Marjo de. Insegurança próspera: as vidas dos migrantes brasileiros no Suriname. *Anthropológicas*, v.18, n.1, p.71-93, 2007.

THEIJE, Marjo de. Ouro e Deus: sobre a relação entre prosperidade, moralidade e religião nos campos de ouro do Suriname. *Religião & Sociedade*, v.28, n.1, p.69-83, jul. 2008.

TOGNI, Paula Christofoletti. Que "brasileiras/os" Portugal produz? Representações sobre gênero, amor e sexo. In: PISCITELLI, Adriana; ASSIS, Glaucia de Oliveira; NIETO OLIVAR, José Miguel. (Orgs.). *Gênero, sexo, amor e dinheiro: mobilidades transnacionais envolvendo o Brasil*. Campinas: Pagu/Núcleo de Estudos de Gênero, 2011, v.1. p.385-433.

UNITED NATIONS OFFICE ON DRUGS AND CRIME. *The globalization of crime: a transnational organized crime threat assessment*. Vienna: The United Nations Office on Drugs and Crime, 2010.

VENCATO, Anna Paula. Confusões e estereótipos: o ocultamento de diferenças na ênfase de semelhanças entre transgêneros. *Cadernos AEL*, v.10, n.18/19, p.188-215, 2003.

VERSCHUUR, Christine. Entre rêves et droits, au-delà des frontières… Migrantes et nouvelle division internationale du travail et des soins. In: VERSCHUUR, Christine; REYSOO, Fenneke. (Dirs.). *Genre, nouvelle division internationale du travail et migrations*. Paris: L'Harmattan, 2005. p.13-18. (Cahiers genre et développement, 5)

VILAR, Julyana. "Esse corpo me pertence": construção corporal através das técnicas da body modification. *Vivência: Revista de Antropologia* - Dossiê Antropologia, Justiça e Prisões: reflexões sobre o sistema penal brasileiro, n.40, p.151-167, 2012.

WAISELFISZ, Julio Jacobo. *Mapa da violência 2015: homicídio de mulheres no Brasil*. Brasília, 2015. 79p. Disponível em: http://www.mapadaviolencia.org.br/mapa2015_mulheres.php. Acesso: 20 de março de 2016.

WELZER-LANG, Daniel; ALBERTINA. *La putain et le sociologue: une prostituée libre et heureuse prend la parole*. Paris: Éditions La Musardine, 2014.

WELZER-LANG, Daniel; BARBOSA, Odette; MATHIEU, Lilian. *Prostitution: les uns, les unes et les autres.* Paris: Éditions Métailié, 1994.

WENDEN, Catherine Wihtol de. *La question migratoire au XXIe siècle: migrants, réfugiés et relations internationales.* Paris: Presses de Sciences Po, 2010.